

Basílio Carvalho Daemon

PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística

Basílio Carvalho Daemon

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

GOVERNADOR
Paulo Cesar Hartung Gomes

VICE-GOVERNADOR
Ricardo de Rezende Ferraço

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA
Dayse Maria Oslegher Lemos

SUBSECRETÁRIO DE CULTURA
Erlon José Paschoal

SUBSECRETÁRIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL
Anna Luzia Lemos Saiter

GERENTE DE AÇÃO CULTURAL
Maurício José da Silva

GERENTE DO SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS
Rita de Cássia Maia e Silva Costa

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DIRETOR-GERAL
Agostino Lazzaro

DIRETOR TÉCNICO
Cilmar Franceschetto

PARCERIA



PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO

sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística

2ª edição

Coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros Santos Neves

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Coleção Canaã

Vol. 12

Vitória, 2010

FICHA TÉCNICA

PRODUÇÃO

Phoenix Projetos e Serviços Culturais

COORDENAÇÃO, NOTAS E TRANSCRIÇÃO

Maria Clara Medeiros Santos Neves

PESQUISA

Vanessa Brasiliense

APOIO À PESQUISA

Alexandra Lima da Silva
André Rodrigues de Menezes
Celso Eugênio da Silva
Alexandre Bastos de Lima
Edivaldo da Silva Aragão Junior

ESTUDO INTRODUTÓRIO

Estilaque Ferreira dos Santos

REVISÃO

Reinaldo Santos Neves

APOIO ADMINISTRATIVO AO PROJETO

Diana Corrêa da Silva Costa
Fernanda Ribeiro de Sousa
Gabriela Silvestre Lóss

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Link Editoração

CAPA

Prósper Comunicação

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

GSA Gráfica e Editora

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

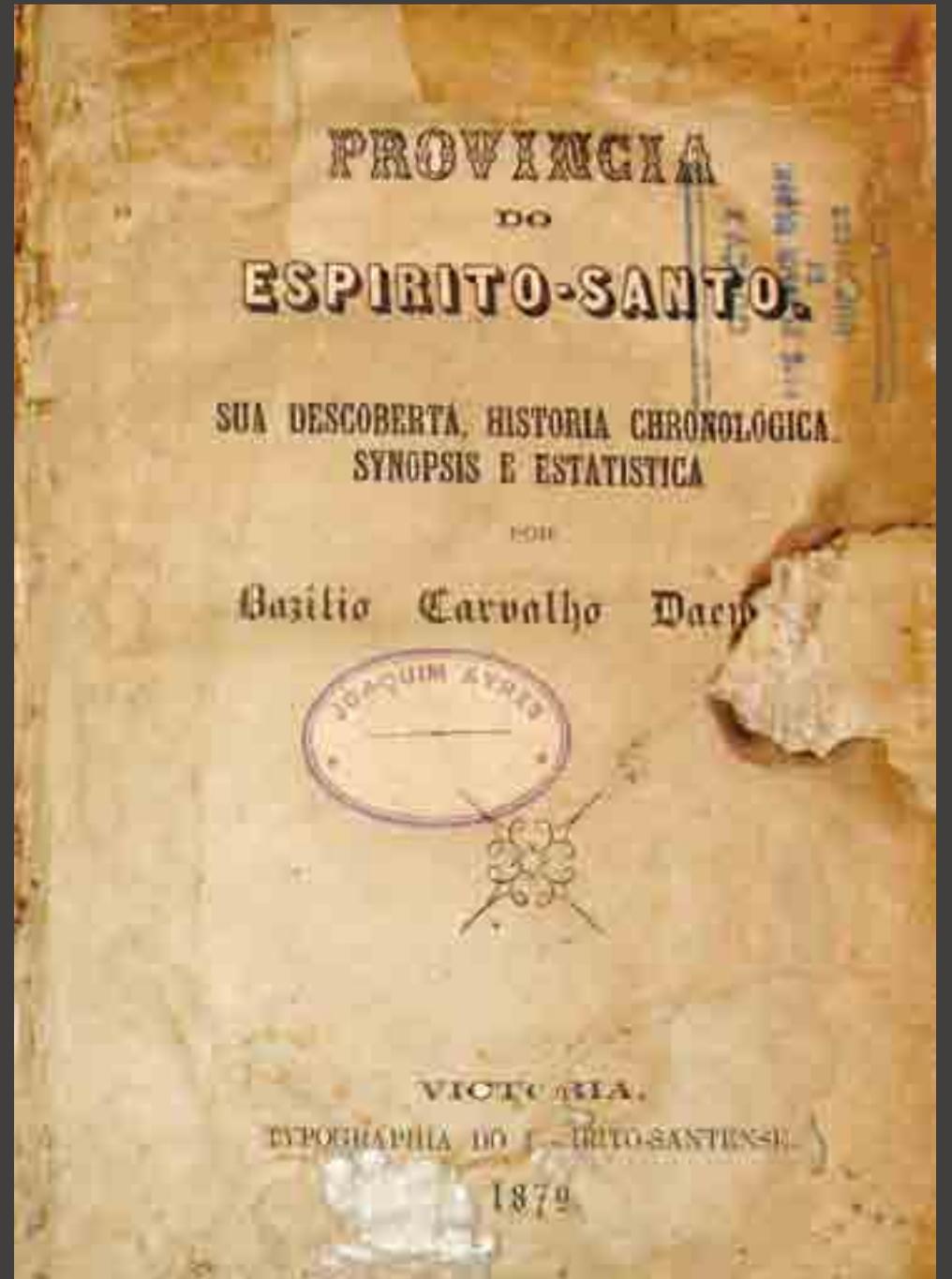
D123p Daemon, Basílio, 1834-1893
Província do Espírito Santo: sua descoberta, história
cronológica, sinopse e estatística / Basílio Daemon;
coordenação, notas e transcrição de Maria Clara Medeiros
Santos Neves. – 2.ed. –
Vitória : Secretaria de Estado da Cultura; Arquivo Público do
Estado do Espírito Santo, 2010.
684 p. : il. ; 20 cm X 24 cm. – (Coleção Canaã, v.12)

Publicação em parceria com o Instituto Sincades.
Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-98928-07-4

1.Espírito Santo (Estado) – História, 1507-1878. I. Santos
Neves, Maria Clara Medeiros. II. Título. III. Série.

CDD 981.52
CDU 981.52

Obra editada pelo Governo do Estado do Espírito Santo
— Venda proibida —





SUMÁRIO

APRESENTAÇÕES			
Governo do Estado.....	09		
Instituto Sincades	11		
PREFÁCIO	13		
ESTUDO INTRODUTÓRIO.....	17		
DEDICATÓRIA AO IMPERADOR, D. PEDRO II.....	57		
PROÊMIO.....	59		
PRIMEIRA PARTE			
Estudos sobre a descoberta da província.....	67		
SEGUNDA PARTE			
<i>Datas e fatos históricos da província</i>			
Século primeiro	103		
Século segundo.....	159		
Século terceiro.....	186		
Século quarto.....	258		
Apensos.....	520		
TERCEIRA PARTE			
Descrição topográfica, estatística, monumentos e nomenclatura	525		
Latitude, longitude, extensão e largura da província	527		
		Barras, rios e afluentes.....	527
		Ilhas no mar, baía e nos rios.....	532
		Lagoas de água salgada e outras de água doce	534
		Geognosia e metalurgia	535
		Madeiras para construções náuticas e civis.....	537
		Estatística da população e fogos.....	537
		Cidades, vilas e freguesias	539
		Comarcas, termos e municípios.....	539
		Conventos, igrejas e capelas	540
		Edifícios públicos e particulares	541
		Estações telegráficas	541
		Jornais publicados na província	542
		[Relação de cargos públicos, religiosos e militares]	543
		ABREVIATURAS E SIGLAS.....	575
		BIBLIOGRAFIA.....	577
		ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES	625
		APÊNDICES	
		Vários documentos relativos à província do Espírito Santo.....	629
		<i>(documentos compilados e organizados em duas pastas por Basílio Daemon e entregues ao IHGB)</i>	
		TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE BASÍLIO DAEMON	669



APRESENTAÇÕES

GOVERNO DO ESTADO

Escreveu o poeta que o futuro é o que estamos fazendo hoje. Numa perspectiva política mais ampliada, pode-se somar à essencial consciência poética de que somos fundadores do futuro a necessária reflexão de que o passado que nos trouxe até aqui também modela de forma significativa a consciência do presente e o olhar rumo ao horizonte.

Nesse sentido, a partir de 2003, além de nos dedicarmos a uma obra de desafios gigantescos acerca da reconstrução político-institucional do presente, seja em função do descalabro que herdamos, seja em busca de um futuro com qualidade de vida, sustentabilidade e oportunidades compartilhadas, investimos no processo de compreensão de quase 500 anos de história de colonização das terras capixabas.

Um dos instrumentos mais importantes nesse empreendimento são os livros, os registros das questões e do desenrolar dos fatos socioeconômicos, políticos e culturais dos diferentes tempos que as sucessivas gerações de capixabas constituíram nesta porção do Brasil.

Além de incentivarmos a produção contemporânea de estudos sobre a vida espírito-santense, investimos fortemente na reedição de obras fundamentais da história capixaba. Podemos citar, entre peças raras, *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*, de Levy Rocha, e *História do Estado do Espírito Santo*, de José Teixeira de Oliveira.

Nesta oportunidade, temos a satisfação de apresentar a reedição de outra obra de referência acerca da trajetória do Espírito Santo. Como se nota pela profusão de citações deste livro por parte de autores que lhe sucederam, é indiscutível a contribuição de Basílio Carvalho Daemon, por meio da *Província do Espírito Santo*, ao estudo e à compreensão da nossa história.

Fluminense, Daemon tornou-se capixaba por opção. Morou em Cachoeiro de Itapemirim e Vitória, tendo atuado como jornalista e político, o que lhe permitiu acumular, de forma privilegiada, impressões, documentos, informações e dados acerca do nosso Estado.

A atual edição do seu livro, fruto do trabalho e dedicação de Maria Clara Medeiros Santos Neves, enriquece ainda mais uma obra de referência, incorporando aos escritos notas indicativas dos documentos que confirmam ou esclarecem os itens citados por Daemon no final do século XIX.

Esta é mais uma importante conquista para compreendermos como chegamos até aqui e para refletirmos como queremos caminhar em direção aos dias que virão. Afinal, passado e futuro são dimensões articuladas no presente, como bem afirmou Santo Agostinho. E o nosso presente, pelo menos desde 2003, contempla e busca, nas lições e marcas da história, referências para a construção de um novo Espírito Santo.

Paulo Hartung

Governador do Estado do Espírito Santo

Instituto Sincades

Cumprindo com seriedade de propósitos o compromisso assumido no sentido de dar apoio efetivo à cultura do e no Espírito Santo, o Instituto Sincades, em sua profícua parceria com a SECULT, órgão do Governo do Estado, vem trabalhando numa avenida de mão dupla: por um lado, investindo diretamente na valorização da cultura local, por outro, na inclusão do Espírito Santo no circuito internacional de eventos, permitindo assim a democratização do acesso a exemplos significativos do patrimônio cultural e científico da humanidade como um todo.

De uma parte e de outra nos sentimos gratificados pelo resultado em termos de elevação da auto-estima coletiva e de formação de apreciadores de bens culturais de indiscutível qualidade e significado.

A reedição deste livro de Basílio Daemon, lançado originalmente em 1879 e só agora reeditado, soma-se a um conjunto de títulos relevantes em que se procura estudar e prestigiar aspectos, episódios e personalidades ligados à história do Espírito Santo.

Feita sob a forma de rigorosa edição crítica e primorosa apresentação gráfica, esperamos que, colocada à disposição de todos, possa contribuir para o trabalho de pesquisa, estudo e análise do nosso passado histórico.

Idalberto Luiz Moro

Presidente do Instituto SINCADES



PREFÁCIO

A partir da década de 1850 dá-se no Espírito Santo o despertar do interesse de intelectuais nascidos aqui e ou aqui residentes pelo passado de sua terra. Esse interesse se manifesta e consolida numa seqüência de obras que representam várias tentativas autônomas de pesquisa e investigação nos arquivos da época no sentido de descobrir, registrar e compreender os fatos principais ocorridos na capitania e na província do Espírito Santo nos 350 anos desde o período colonial até o segundo Império, então em curso.

Essas obras, em sua maioria, resultam não só de curiosidade intelectual mas também de amor à terra. Província menor, na época, em todos os sentidos, ainda assim era lícito avocar-se também o Espírito Santo o direito e o dever de produzir a sua própria história, em uma ou mais versões, para confirmar a sua participação no processo histórico do país e registrar a sua contribuição à experiência humana no planeta. Paraphraseando os célebres versos de Fernando Pessoa, poderíamos dizer, em prol desses modestos livros de história: se por um lado a história do país é mais importante que a história da nossa aldeia, por outro lado a história do país não é mais importante que a história da nossa aldeia, isso porque a história do país não é a história da nossa aldeia.

São os nomes de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Brás da Costa Rubim, Misael Pena, Basílio Daemon e César Marques que ilustram essas tentativas autônomas. Deles, apenas os dois primeiros eram naturais do Espírito Santo, enquanto Pena e Daemon ligaram-se estreitamente à província a ponto de aqui se radicarem. Já César Marques, se aqui esteve, foi apenas de passagem, pois compôs a sua História na qualidade de projeto profissional aceito pelo governo provincial.

Essas cinco obras, que compõem o conjunto historiográfico de 1858-79, sobrevivem hoje em raríssimos exemplares guardados com zelo em instituições acadêmicas e culturais, onde os pesquisadores os vão consultar com uma atitude quase de reverência, como se tivessem nas mãos o equivalente aos velhos códices medievais europeus.

Assim, nenhuma delas recebeu, desde o seu aparecimento, a consagração de uma segunda edição. Ao planejarmos esta reedição da obra de Basílio Daemon, um dos objetivos era reproduzir e popularizar o seu texto, que, com todas as suas falhas e limitações, representa, para nós, documento precioso de nossa história, de nossa produção intelectual mais antiga e de nossa identidade.

Optamos pelo caminho que nos pareceu mais árduo, porém mais coerente e mais pragmático: não uma reedição pura e simples do texto original – o que seria duplicar o que já fizeram o Arquivo Público Estadual e o site Estação Capixaba ao disponibili-

zarem edições virtuais da obra, o primeiro em versão fac-similar e o segundo em versão Word de ortografia atualizada – mas sim uma edição crítica, contendo todo tipo de recurso comum a obras dessa natureza: documentação abonadora, notas explicativas de rodapé, introdução historiográfica, e ainda a presença de imagens de época com o intuito de valorização estética e ilustrativa da obra.

Dentre os motivos primordiais que nos levaram a produzir essa segunda edição do livro de Daemon está o fato de essa obra ter inspirado e ter sido empregada por tantos outros autores como espinha dorsal bibliográfica de seus trabalhos. Tal foi o caso de José Teixeira de Oliveira, o mais importante autor da historiografia capixaba, cuja obra foi recentemente reeditada pelo Governo do Estado. Em sua *História do Estado do Espírito Santo* observa-se a forte influência de seu antecessor Daemon, explícita em numerosas referências no texto e em notas.

Além disso, outro fato muito nos influenciou na elaboração do projeto de reedição do livro de Daemon. Ao buscar documentos relacionados à história do Espírito Santo em instituições do Rio de Janeiro com o intuito de enriquecer o conteúdo do site Estação Capixaba, isso nos idos de 2004 e 2005, surpreendemo-nos ao encontrar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro conjuntos de documentos de grande interesse para lá encaminhados no final do século XIX por um de seus sócios: Basílio Carvalho Daemon. Esses documentos consistem de compilações feitas a partir de originais por ele localizados que lhe vieram às mãos provavelmente por empréstimo ou por consulta, como é o caso dos registros oficiais.

Passado o primeiro momento de surpresa, começamos a formular um destino apropriado para esses documentos, e logicamente não pudemos deixar de associá-los à obra do próprio Daemon, entendendo que ela mesma se teria orientado, ao menos em parte, pelo conteúdo desses documentos.

Durante a pesquisa desenvolvida já com vistas à execução do projeto desta reedição, no entanto, valemo-nos não só dos documentos encontrados anteriormente no IHGB, mas também de numerosas outras fontes com o objetivo de abonar e legitimar o mais amplamente possível as indicações contidas na cronologia da obra *Província do Espírito Santo*. Com esse intuito nos dedicamos à busca não só de fontes primárias como secundárias em outras instituições.

No Espírito Santo, de grande valia foram os documentos localizados no Arquivo Público e na Biblioteca Pública estaduais, assim como na Assembléia Legislativa, na Fundação Jones dos Santos Neves e no Instituto Histórico e Geográfico do Espíri-

to Santo. No entanto, foi no Rio de Janeiro que identificamos o maior número de fontes primárias e secundárias utilizadas em nosso trabalho, fontes que estão sob a guarda não só do IHGB como de instituições diversas como Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Histórico do Exército e Arquivo da Catedral Metropolitana. Além da pesquisa institucional, tivemos muito sucesso na internet, onde descobrimos um grande número de documentos divulgados em sites oficiais nacionais, como os do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e da Universidade de Brasília, e internacionais, como o da Universidade de Chicago.

Em termos de critérios, optamos em nosso trabalho por valorizar a parte da obra que nos pareceu mais significativa: a cronologia. Nela nos concentramos, buscando aboná-la em fontes pertinentes, inserindo algumas indicações que julgamos cabíveis e às vezes até mesmo intervindo no texto para suprir acertos de nomes e datas. Incluímos assim mais de 800 notas com base num repertório de mais de 450 fontes documentais e bibliográficas que, além de atender à nossa proposta de conferir credibilidade à obra, certamente servirá de referência para novas pesquisas ulteriores.

Nossa equipe de trabalho contou ainda com uma historiadora capixaba, a Prof. Vanessa Brasiliense, e com assistentes de pesquisa tanto no Rio como em Vitória e de apoio administrativo em Vitória, o que nos permitiu agilizar o processo de coordenação e execução do projeto.

Confiamos ter atingido satisfatoriamente nosso principal objetivo, o de oferecer a pesquisadores e leitores em geral mais uma adequada fonte de pesquisa e contribuir para a valorização da história e historiografia do Espírito Santo.

Por fim, queremos agradecer à Secretaria de Estado da Cultura (SECULT), nas pessoas de sua titular, Dayse Oslegher Lemos, e do subsecretário Erlon José Paschoal, e ao Instituto Sincades, por terem acreditado no potencial e no significado intrínsecos do projeto.

Um agradecimento muito especial deve ser registrado aqui ao governador Paulo Hartung. Nunca esqueceremos o momento feliz e decisivo em que, pela primeira vez, num rápido contato pessoal, confiando em sua sensibilidade, transmitimos a ele o nosso anseio de realizar este projeto. Da imediata acolhida favorável que dele recebemos nessa ocasião derivou tudo que se seguiu e que culmina, agora, na publicação desta obra.

Maria Clara Medeiros Santos Neves

Coordenadora do projeto e

Administradora da Phoenix Projetos e Serviços Culturais.



ESTUDO INTRODUTÓRIO

Basilio Daemon dedicou a primeira parte de sua obra à discussão de uma questão intrincada e de difícil solução, até hoje. Não satisfeito com a posição defendida por seus poucos antecessores, foi ele quem de fato levantou pela primeira vez, e de forma conseqüente, a problemática da “descoberta” inicial do Espírito Santo, convertendo-a naquela que pode ser considerada a mais antiga e persistente polêmica de toda a nossa historiografia.¹

Durante muito tempo acreditou-se que o litoral do Espírito Santo teria sido reconhecido pelos portugueses pela primeira vez, já em 1525, com a chegada do próprio donatário Vasco Fernandes Coutinho. Isso é o que se lê, por exemplo, numa famosa memória que já foi tida como o primeiro trabalho de natureza historiográfica do Espírito Santo, as “Memórias para servir à História até ao ano de 1817, e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, integrante do Reino do Brasil”. Supostamente escrita em 1818, mas só publicada em 1840, e comumente atribuída ao governador Francisco Alberto Rubim (1812-1819), ali se lê logo nas páginas iniciais que o donatário, depois de ter recebido a carta de doação do rei Dom João III: “Passou de Portugal, e abordou a esta no domingo do Espírito Santo do ano de 1525, por motivo do dia assim a denominou...” A memória repete, nesse caso, a informação equivocada contida em velhos cronistas coloniais que não tinham tido acesso à documentação conveniente. (RUBIM, F.A, 1840:4)

Em 1856, quando já se fazia sentir o novo impulso da historiografia nacional, a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), capitaneado sobretudo por F. A. de Varnhagen, o visconde de Porto Seguro – cuja obra magna, a *História Geral do Brasil*, foi publicada justamente entre 1854 e 1856 –, Brás da Costa Rubim, historiador filiado ao IHGB, filho do governador Rubim e nascido em Vitória na época em que seu pai aqui esteve –, republicou-a na *Revista* do Instituto, acrescentando de sua própria lavra uma “Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da história da província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório”. Trata-se de um opúsculo de apenas doze páginas onde Rubim ali-

¹ Resumi livremente aqui alguns dos argumentos e informações que já havia apresentado anteriormente em dois trabalhos meus: “O reconhecimento do Espírito Santo pelas expedições portuguesas antes de 1535”, publicado na *Revista Dimensões-Revista de História da Ufes*, n° 20, 2008, p. 203-35; e “Afonso Cláudio: historiador”, publicado no número especial da *Revista* da Academia Espírito-Santense de Letras, dedicado ao sesquicentenário do nascimento de Afonso Cláudio, 2009, p. 22-55.

nhou de maneira bem sintética e de forma cronológica os principais acontecimentos relacionados à província onde nascera e pela qual muito se interessava. Logo no início, porém, Rubim retificou parcialmente, mas mesmo assim de forma um tanto quanto sutil e obscura, a informação contida na memória de 1818 atribuída a seu pai. Dizia ele assim: “1525 – Descobrimto do território que depois formou a capitania do Espírito Santo: era dominado pelos aimorés que o tinham conquistado aos tupinankis e guaianás.” E logo adiante: “1534 – El-rei Dom João III, em recompensa dos serviços que prestara na América portuguesa Vasco Fernandes Coutinho, lhe concede 50 léguas de terras ao norte do rio Cabapoama (CR do 1º de junho).” (RUBIM, 1856:336). Note-se que, embora Rubim também sugerisse, igualmente de forma equívoca, que a carta de doação já continha o topônimo “rio Cabapoama”, não é isso que mais chama a atenção nessa passagem, e sim a informação inédita de que Coutinho só recebera a doação em 1534. Nela, Rubim não negou a “descoberta” do Espírito Santo já em 1525, como indicara seu pai, mas desatrelou sutilmente essa data da carta de doação, que agora já sabia ter sido passada em 1534 e não em 1525, mas também não explicitou que só depois de 1534 Coutinho teria vindo para o Espírito Santo, o que exigiria uma explicação para o suposto descobrimento de 1525. (RUBIM, 1856:336)

Dois anos depois, o movimento de renovação da historiografia nacional chegou também ao Espírito Santo, na esteira da instalação aqui de sua primeira tipografia, a mesma que se encarregou da impressão do primeiro jornal duradouro da província, o *Correio da Vitória*. Como resultado, em 1858 apareceu o *Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo*, de José Marcelino Pereira de Vasconcelos, advogado, político, e intelectual. Essa obra pioneira sobre a história de sua “pátria” era um trabalho bem mais ambicioso que a simples cronologia publicada por Brás Rubim dois anos antes. Mesmo assim, Vasconcelos ponderou logo no início que, “assim como Martim Afonso de Souza descobrira a linda baía de Niterói em 1º de janeiro de 1531 [...] assim também em 1525 foi descoberto o território que formou a capitania do Espírito Santo.” (VASCONCELOS, 1858:8) Reafirmou, portanto, a velha hipótese defendida por Brás Rubim, mas sem a preocupação, ou os elementos, para defendê-la com mais precisão.

Ao que parece foi em 1878, um ano antes do aparecimento da obra de Daemon, que Misael Pena publicou a *História da província do Espírito Santo*. Sobre este traba-

lho Afonso Cláudio emitiu, em sua *História da literatura espírito-santense*, de 1912, o parecer de que Pena “seguiu a rota dos antecessores, tendo por consequência muitos dos defeitos já apontados, quando estudei os trabalhos de Rubim, de Vasconcelos, de Daemon e outros”. Ainda assim considerou-o superior ao de seus antecessores, já que, “comparado o seu livro com os que tomou por modelo, levou-lhes vantagem na clareza da exposição, no aproveitamento discreto das informações, na concisão do escrever e na veracidade da indicação das fontes”. (CLÁUDIO, 1981:247) Pena, entretanto, não acrescentou praticamente nada ao que Rubim e Vasconcelos já haviam dito, adotando a última postura de Rubim (ou seja, a de 1861) de abrir sua obra com o início efetivo da colonização, uma vez que, como ele próprio disse, sua obra “circunscreve-se à parte histórica da capitania no período de 1534 a 1882”. (PENA, 1878:109)

Para Daemon, ao contrário, o tema da “descoberta” do Espírito Santo tornara-se, como ele mesmo disse, “assunto para um estudo contínuo”, e por isso confessou de forma pouco prudente que: “Lemos, pois, tudo que havia a respeito, e desse estudo suscitaram-se em nosso espírito dúvidas que desejamos sanar, vindo assim no conhecimento da verdade”. (DAEMON, 2010:p.60)

Mas quais teriam sido, afinal, as conclusões a que chegou Daemon, e em que se baseou para defendê-las? Muito taxativo, não hesitou em afirmar que “a descoberta da província do Espírito Santo foi dada de 4 a 8 de julho de 1504”. (IDEM: p. X) Admite que Américo Vespúcio, vindo na frota comandada por Cristóvão Jaques, teria sido quem relatou os resultados dessa segunda expedição. Porém, em vez de se basear nesses relatos de Vespúcio para confirmar sua afirmação (documentos a que certamente não teve acesso), Daemon descreveu a suposta viagem da frota de Jaques depois de passar em Porto Seguro, dizendo simplesmente que ele teria reconhecido depois disso rios, baías e enseadas e que não poderia ter deixado de reconhecer o litoral do Espírito Santo.

Em síntese, Daemon chegou a essa conclusão partindo do pressuposto de que a Carta de Doação de 1534, que cita em sua cronologia como se a tivesse lido de fato, teria mencionado os limites reais da capitania, situando-os entre os rios Mucuri, ao norte, e Itabapoana, ao sul. Para isso, deduziu ele, era preciso um conhecimento prévio desses dois acidentes geográficos, o que o levou à conclusão de que o Espírito Santo teria sido explorado em data anterior à da chegada do donatário em 1535. Mas

não existiria, segundo ele, nenhuma evidência de que isso tivesse ocorrido em 1525, como se supunha comumente. Descartando também a hipótese de qualquer outra expedição ter aportado em território do Espírito Santo no período em questão, ou seja, entre 1500 e 1535, fixou-se finalmente na expedição de 1503-4, a qual teria sido comandada por Cristóvão Jaques e não poderia ter deixado de percorrer o nosso litoral, de vez que era essa a sua missão.

A historiografia capixaba posterior a Daemon, pelo menos de cinco ou seis décadas depois dele, sofreu uma inflexão no sentido de abandonar a perspectiva de fazer uma história geral do Espírito Santo, tendência que, como vimos, havia prevalecido até à época de Daemon. Talvez como consequência pouca atenção sistemática tenha sido dada depois ao problema levantado por Daemon. Se se adotou parcialmente sua tese, concordando-se com ele quanto à possível “descoberta” do Espírito Santo antes de 1535, mesmo assim isso se fez na maior parte das vezes com um certo ceticismo.

Amâncio Pereira e Afonso Cláudio, por exemplo, mostraram-se céticos quanto à hipótese de Daemon, sem apresentar, no entanto, alternativa. Em 1934, porém, o engenheiro, político e historiador capixaba Ceciliano Abel de Almeida, mesmo reconhecendo o mérito de Daemon, discordou de sua conclusão, apontando a hipótese de que na verdade o Espírito Santo teria sido visitado pela primeira vez antes de 1504, ou seja, em 1501. Segundo ele, a “descoberta” do Espírito Santo ocorrera durante a expedição de 1501 comandada por André Gonçalves, que registrara com os topônimos de rio de Santa Luzia e ilha de Santa Bárbara dois pontos em que teria aportado no litoral capixaba, e que Almeida supôs serem o rio Doce e a atual ilha de Vitória. Esta expedição teria sido enviada pelo rei de Portugal ao Brasil antes mesmo do regresso da frota de Cabral da Índia, especificamente para reconhecer o litoral brasileiro, o que levou Almeida a um argumento análogo ao utilizado por Daemon de que uma expedição de reconhecimento do litoral brasileiro não poderia ter deixado de visitar o Espírito Santo. (ALMEIDA, 1934:62-6)

Outro crítico da tese de Daemon, também no século XX, foi o diligente historiador Mário Freire, que acrescentou, no exemplar do livro de Daemon que lhe pertenceu, a observação de que se tratava de “mera suposição”. Já em sua própria obra, publicada em 1945, Freire admitiu abertamente que: “Códice algum, ao que sabemos, permite afirmar com segurança quem primeiro contemplou a costa do atual Estado do Espí-

rito Santo: ou quando foi atingido pela primeira vez o litoral presentemente espírito-santense.” (FREIRE, 2006:37)

Mesmo assim, e logo a seguir, ele apresentou, com base nas *Efemérides brasileiras* do barão do Rio Branco, uma hipótese aparentada à de Ceciliano Abel de Almeida, e que acabou aceita amplamente, e sem muitas críticas, até hoje. Dizia ele:

Rio Branco atribui esse descobrimento à expedição de André Gonçalves e Américo Vespúcio: no dia consagrado à Santa Luzia teriam, em 1501, atingido a atual baía de Vitória onde deságua o Santa Maria, naquele tempo Xapinanga, nome substituído pelo da santa [...] No Espírito Santo, a denominação estaria lembrada no monte e na ponta, à entrada da barra, e concorrera, talvez, para a invocação da pequena capela (FREIRE, 2006:37).

A afirmação de Rio Branco parece guardar estreito parentesco com a interrogação levantada antes por Varnhagen, alterando-a, entretanto, num aspecto fundamental. Varnhagen disse que a primeira expedição enviada especificamente ao Brasil pelo rei Dom Manuel já em 1501, da qual teria participado o italiano Vespúcio, teria percorrido o litoral brasileiro no sentido norte-sul, e que:

A esquadilha seguiu para o sul: e o seu chefe, com o calendário na mão, foi sucessivamente batizando as diferentes paragens da costa, designando à posteridade o dia em que a elas aportava do modo seguinte: a 28 de agosto no cabo de Sto. Agostinho, 29 de setembro no rio de São Miguel, 30 do dito no rio de São Jerônimo, 4 de outubro no rio de São Francisco, 21 do dito no rio das Virgens, 1º de novembro na baía de Todos os Santos, 13 de dezembro no rio Santa Luzia (rio Doce?), 21 do dito no cabo de São Tomé, 25 do dito na baía do Salvador, 6 do dito na angra dos Reis, 20 do dito na ilha de São Sebastião, 22 do dito no porto de São Vicente. (VARNHAGEN, 1948:95-6)

Assim, enquanto Varnhagen apenas se perguntava se o topônimo “Santa Luzia” corresponderia ao atual rio Doce, para Rio Branco correspondia à própria baía de Vitória, que teria sido dessa forma descoberta e nomeada já em 1501. E é o que ainda hoje se persiste em afirmar sobre o assunto, um assunto que, na verdade, “saiu de moda”, como se diz hoje nestes tempos “pós-coloniais”, inclusive porque deixou de ser “politicamente correto” mencionar a própria idéia de que o Brasil teria sido alguma vez “descoberto” pelos colonizadores portugueses, o que nos obriga,

como estou fazendo, a utilizar aspas, de forma insistente, toda vez que a palavra é utilizada nesse contexto.

Em resumo, já no século XIX o esforçado Daemon havia notado, parcialmente na esteira do então considerado maior historiador brasileiro, Varnhagen, mas discordando em parte dele, inexplicavelmente, que o Espírito Santo certamente teria sido visitado pelos portugueses antes mesmo do início de sua colonização em 1535. A hipótese era totalmente plausível, sobretudo levando-se em conta a localização privilegiada do primitivo território capixaba: isso tanto o inseria nas proximidades da região de Porto Seguro, local da chegada dos portugueses de Cabral e ponto de referência das expedições posteriores que demandavam o Brasil, como o tornava supostamente passagem obrigatória para as navegações destinadas ao reconhecimento da região austral. Nesse quadro, como entender que o nosso litoral tivesse ficado completamente desconhecido pelos portugueses antes de 1535?

O problema estava na ausência quase absoluta de referências ou mesmo pistas que atestassem a presença portuguesa ou europeia no Espírito Santo antes de 1535, e não foi por outro motivo que José Teixeira de Oliveira, historiador metucioso e geralmente bem informado, iniciou sua obra clássica, *História do Estado do Espírito Santo*, escrita já em meados do século XX, sem discutir o problema e sequer mencionar aquela possibilidade. Diante da ausência de indicações concretas de nomes de acidentes geográficos reais que pudessem ter balizado os limites da capitania de Vasco Coutinho, ele aventou a hipótese bastante interessante de que:

Natural, naturalíssima, a ausência de dados certos e definidos. Eram decorridos apenas trinta e quatro anos do achamento da terra. Não teria sido possível às expedições portuguesas que visitaram os mares do Brasil fazerem um levantamento minucioso das setecentas e tantas léguas de costa, lutando, a cada momento, com os audaciosos contrabandistas franceses. (OLIVEIRA, 2008:24)

Observação judiciosa, de vez que, como veremos a seguir, a hipótese de Teixeira de Oliveira de que as primeiras expedições portuguesas não teriam tido oportunidade de fazer um “levantamento minucioso” de grande parte de nosso litoral, incluindo aí o litoral capixaba, é amplamente justificada, mas não exatamente porque aquelas expedições estivessem ocupadas em combater os franceses.

Especialmente depois da década de 1960, a historiografia brasileira passou a ser praticada de forma predominante, mas não exclusiva, nas universidades recém-criadas, sofrendo em razão disso uma maciça influência não só do pensamento marxista mas de outras correntes de pensamento historiográfico que desprezavam as questões levantadas anteriormente pela chamada “historiografia tradicional”. Com isso, abandonou-se em grande parte a problemática da “descoberta” em benefício de outros temas, considerados mais relevantes.

No entanto, subsistiu no âmbito da historiografia luso-brasileira das últimas décadas um âmbito de discussão e produção de artigos e livros relacionados à expansão portuguesa que incluem a questão levantada por Daemon e cujos resultados vamos resumir brevemente.

Esses estudos têm-se baseado particularmente no estudo da cartografia antiga, agora muito mais conhecida, e também nos inúmeros relatos de viagens aos quais se tem acesso hoje. Eles têm enfatizado a tese de que a maior parte dos topônimos constantes dos primeiros mapas onde aparece o litoral brasileiro derivou da primeira expedição portuguesa enviada ao Brasil em 1501, cujo comando teria sido entregue a Gonçalo Coelho, o navegador que também teria comandado a expedição seguinte de 1503-4, a mesma cujo comando Daemon atribuiu a Cristóvão Jaques.

Teria sido o Espírito Santo “descoberto” durante a expedição de 1501?

Nessa expedição, que partiu de Lisboa em maio de 1501, vinha Américo Vespúcio, que já participara, a serviço da Espanha, de outras viagens à América, e é justamente a ele que devemos os únicos registros dessa viagem, em que pese o caráter lacunar, duvidoso e controvertido de suas descrições. Na verdade, Vespúcio, em seu relato, nem sequer chegou a mencionar o nome do comandante da armada de que participava como figura importante. (GUEDES, 1970:184)

O relato da viagem, feito por Vespúcio na carta *Mundus Novus*, se por um lado deixa claro que foi esta a expedição que estabeleceu em definitivo a continentalidade da nova terra, uma vez que ele aí afirma taxativamente que a expedição chegou a uma

terra que “soubemos não ser ilha mas continente, porque em longuíssimas praias se estende não circundantes a ela e de infinitos habitantes era repleta.”, por outro lado, infelizmente para nós, deixa muito a desejar quanto aos locais visitados. (VESPÚCIO, 1984:91-2) Na *Lettera*, outra carta em que Vespúcio também descreve a viagem, que teria sido a sua terceira viagem à América, diz ele:

Partimos desse lugar, e começamos nossa navegação entre levante e siroco, e assim se percorria a terra: e fizemos muitas escalas e jamais encontramos gente que com eles nós quiséssemos conversar; e assim navegamos tanto, que descobrimos que a terra fazia a volta para o sudeste; e depois que tínhamos dobrado um cabo, ao qual pusemos nome de Santo Agostinho, começamos a navegar para sudeste, e dista este cabo da antes mencionada terra, que vimos onde mataram os cristãos 140 léguas para levante; e está este cabo oito graus fora da linha equinocial para o austro. [...] Percorremos desta costa ao pé de 750 léguas; 150 do cabo dito de Santo Agostinho para o poente, e 600 para o sudeste; e querendo contar as coisas que nessa costa vi, e aquilo que passamos, não me bastariam outras tantas folhas; e nessa costa não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil e de cássia, e daquelas que geram a mirra, e outras maravilhas da natureza, que não se podem contar; e já tendo estado na viagem bem dez meses, e visto que nessa terra não encontrávamos coisa de minério algum, acordamos nos despedirmos dela, e irmos cometer o mar noutra parte. (VESPÚCIO, 1984:128-9)

Desse trecho se deduz facilmente que a primeira expedição de reconhecimento do litoral brasileiro percorreu desde o atual Rio Grande do Norte até pelo menos o litoral do atual estado de São Paulo (Cananéia?), passando, evidentemente, ao largo do litoral do atual Espírito Santo. Infelizmente, no entanto, Vespúcio passa em poucas linhas do início ao fim de seu périplo, sem mencionar qualquer característica ou nome dos locais visitados, razão por que quase nada ficamos sabendo a respeito. Todavia, é bem possível que se tenham feito outros relatos da expedição destinados ao conhecimento das autoridades portuguesas que, evidentemente, tinham pouco interesse em divulgá-los, e é por isso que a melhor fonte para o estudo do tema continua sendo a cartografia da época que chegou até nós, mais exatamente a partir do célebre planisfério de Cantino, tido pelos especialistas como o primeiro mapa em que aparece o Brasil.

O primeiro desembarque da expedição se deu, como já foi dito, no litoral do atual Rio Grande do Norte. A partir daí, conforme o almirante Max Justo Guedes, reconhecido internacionalmente como grande especialista no assunto, “a viagem pode

ser acompanhada pela toponímia que criou, logo registrada na cartografia da época, e cujos reflexos chegaram aos nossos dias através dos mapas de Cavério, Kunstmann II, Maggiolo 1504 e Waldseemüller 1507.” (GUEDES, 1970:188).

O mais antigo desses mapas, no entanto, é o célebre mapa dito de Cantino que, registrando as primeiras informações sobre os descobrimentos portugueses, tornou-se a sua primeira representação cartográfica. Um dado muito importante a seu respeito é que, antes de ser enviado à Itália pelo espião que o adquiriu a peso de ouro, Cantino, o mapa sofreu óbvias alterações, através da adição de um pedaço de pergaminho no qual se deslocava a costa brasileira um pouco para oriente a fim de não dar ocasião a que a Coroa de Castela a considerasse parte de seus domínios, falsificação que prevaleceria nos mapas portugueses dessa época até pelo menos a primeira exploração espanhola realizada com fins cartográficos, que se deu por volta de 1515. (COUTO, 1995:191)

No planisfério original de Cantino, apenas dois topônimos são mencionados no Brasil continental: o cabo de São Jorge, ao norte, na altura do Rio Grande do Norte (nome dado provavelmente por Gaspar de Lemos) e Porto Seguro (local onde aportara Cabral). Isso, segundo conclui acertadamente Duarte Leite, traduzia o conhecimento que se tinha do Brasil antes do regresso da expedição de 1501, donde se deduz que as adições feitas logo depois correspondiam aos resultados dessa expedição. Na emenda, ao primeiro topônimo, “cabo de São Jorge”, foram acrescentados os seguintes: “san miguel”, “rio de sã franco”, “abaia de todos os sanctos” e, logo depois de “Porto Seguro”, o de “rio de brasil” e, bem mais ao sul, o “cabo de sancta marta”, permanecendo ainda a referência à ilha de “Quaresma”, depois denominada de Fernão de Noronha, localizada a leste do cabo de São Jorge, ilha provavelmente descoberta por João da Nova na terceira expedição à Índia.

Nos outros mapas mencionados, supostamente elaborados também com base em informações provenientes dessa primeira viagem – tese que pode ser discutida, a meu ver –, foi acrescentado o topônimo “Rio de sta Lucia”, além de “bareras vermeia”, “barossa”, “monte de pasqual”, logo abaixo do “rio de Brasil”. Todos eles acham-se localizados entre Porto Seguro e o rio de Santa Lúcia, o que pode ser confirmado nas transcrições feitas nos quadros organizados por Guedes e Cortesão. (CORTESÃO, 1936; e GUEDES, 1970)

O que mais nos interessa aqui é salientar que de Porto Seguro, área já descoberta e batizada por Cabral, a expedição partiu para o sul navegando por águas supostamente jamais sulcadas por navios de Portugal ou de qualquer outra nação européia. Cerca

de cem milhas adiante os navios depararam-se com os Abrolhos (Abram os olhos marinheiros!), designação pitoresca mas apropriada para um conjunto de recifes de formação coralina e de pequenas ilhas (Santa Bárbara é a maior delas) que se estendem numa extensão norte-sul e leste-oeste de cerca de vinte léguas e que tornam a viagem na área extremamente perigosa. Logo após transpor os primeiros recifes, chamados atualmente de Itacolomis, a frota teria fundeado no rio que se denominou Santa Lúcia, por aí chegarem em 13 de dezembro, dia consagrado a essa santa. Segundo o historiador Moacyr Pereira, em estudo recente sobre o assunto:

É o “Rio de sta. Lucia”, no Cavério. Nesta carta, como em Kunstmann II e no Maggiolo 1504, o rio aparece com um largo estuário projetando-se da costa e bordado de ilhas por fora, que representam o Arquipélago dos Abrolhos e seus arrecifes, demonstrando a importância que os nautas lhe atribuíram. Não pode haver dúvida sobre a sua identificação. O rio chamou-se depois “Rio das Caravelas”, como figura no Atlas de Lázaro Luís de 1563, e persiste até hoje. (PEREIRA, 1984:267)

A seguir, assinala o autor:

Perceberam os pilotos da frota o extremo perigo que correriam os navios se lançados naquele mar desconhecido, semeado de escolhos e de baixios. E decidiram contornar todo o complexo, velejando para o alto mar até poderem retomar o rumo sul, fazendo depois a aproximação da terra, a sudoeste. Que foi isto o que aconteceu comprovam-no os três mapas em exame, cujas nomenclaturas sofrem um hiato ao sul do Rio de Santa Luzia, e somente são reiniciadas muito abaixo deste ponto do litoral [...]. É fora de questão, portanto, que as caravelas, velejando longe de terra, não avistaram essa parte da costa brasileira. (IDEM, 268)

Pereira acrescenta ainda que:

As caravelas voltaram a aproximar-se de terra, muito ao sul, como se infere das nomenclaturas dos três mapas, que não registram o grande caudal do Rio Doce e as montanhas da Serra dos Aimorés, de que alguns montes solitários próximos da orla marítima são visíveis do mar a grande distância como o Monte Mestre Álvaro, perto da praia e um dos pontos mais notáveis da costa brasileira. Estes acidentes geográficos localizam-se no norte do Estado do Espírito Santo. No centro do estado também ocorrem elevações perto do litoral, como na baía de Vitória. Conclui-se, pois, que os navios da frota aterraram já no trecho meridional da costa deste estado. (IDEM: 269).

Assim, segundo o mesmo historiador, o hiato que se observa em todos os mapas mais antigos (Cavério, Kunstmann, Maggiolo etc) entre o último topônimo mencionado na região, o rio de Santa Lúcia (ou Santa Luzia) – que segundo ele seria o atual rio das Caravelas, e o mesmo que Varnhagen sugeriu que fosse o rio Doce – e a serra de São Tomé, já próxima de Cabo Frio, sugere que realmente já os pilotos dessa primeira expedição de reconhecimento, incluindo os pilotos das demais expedições, decidiram contornar todo o complexo “velejando para o alto mar até poderem retomar o rumo sul, fazendo depois a aproximação da terra, a sudoeste”. (PEREIRA, 1984:268) Segundo também Max Justo Guedes, referindo-se a essa expedição de 1501, “os trechos melhor reconhecidos foram os das proximidades do rio S. Francisco, Baía de Todos os Santos, Porto Seguro e São Tomé-Cananéia, onde foi concluído o percurso costeiro, segundo procuraremos demonstrar” (GUEDES, 1970: 257), acrescentando:

Logo ao sul dele [do Monte Pasqual – EFS], vê-se claramente um primitivo delineamento da “p. Da baleia”, com os Abrolhos ao largo. [...] Segue-se um longo trecho sem toponímia, indicativo de um afastamento proposital do litoral – aconselhado depois por todos os roteiristas – de modo a ultrapassar, por fora, os perigosos parcs de Paredes e Abrolhos. Com boa margem de segurança, o contacto com o litoral, isto é a aterragem, só foi feita em São Tomé (22° sul). (GUEDES, 1970:188)

Fica clara assim essa hipótese formulada pelos modernos historiadores: por uma questão de segurança, para contornar os perigosos recifes dos Abrolhos, a expedição de 1501 se teria afastado bastante da costa, só voltando a ter contato com terra próximo da região de Cabo Frio, excluindo assim de seu contato direto justamente o trecho que, na sua maior parte, corresponde ao litoral do atual Espírito Santo. Isso explicaria o seu tardio reconhecimento e a ausência de referências cartográficas a qualquer topônimo na região, pelo menos até certa época. Estaria assim explicado o relativo esquecimento dessa parte do litoral brasileiro nos primeiros tempos.

E foi o mesmo Moacyr Soares Pereira quem se encarregou também de descartar a hipótese formulada por Daemon de que a expedição organizada em 1503 teria descoberto o Espírito Santo:

Dois anos mais tarde, Américo Vespúcio temeu arriscar-se com a sua conserva, a outra nau que o acompanhava, naquele labirinto de recifes, e nem sequer tentou

ladear os Abrolhos – “... porque não podíamos navegar além por faltar-nos gente e aparelhos, (229) alegou. Por isto, não passou do porto a 18° S, certamente o mesmo Rio das Caravelas, no qual estivera em 1501 com a primeira expedição portuguesa, onde carregou pau-brasil e construiu fortaleza” (PEREIRA, 1980:268)

Ou seja, a ser válida a opinião de Pereira, a expedição de 1503-4 nem sequer teria passado pelo Espírito Santo, já que teria terminado seu percurso em Caravelas. Também contra a hipótese formulada pelo barão do Rio Branco e seguida por Ceciliano Abel de Almeida e Mário Freire, de que a ilha de Santa Bárbara fosse Vitória, Pereira é de opinião que “... na manobra para flanquear os Baixos, os navegadores de 1501 deram com o grupo de ilhas dos Abrolhos e batizaram a principal delas com o nome de Santa Bárbara, conservado até agora... O dia de Santa Bárbara, 4 de dezembro, não dista muito da data em que por lá passaram...” (IDEM: 268-9)

O que há nos relatos das expedições posteriores a respeito da navegação na área?

Ao lado da cartografia, os relatos de viagens constituem outra importante e preciosa fonte para o estudo das navegações que percorreram e reconheceram o litoral brasileiro nos primeiros tempos, e no caso importa verificar se esses relatos confirmam aquilo que a cartografia da época revela, segundo os pesquisadores que estamos mencionando.

No *Esmeraldo de situ orbis*, provavelmente de 1505, o famoso cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira, que acompanhou Cabral em sua expedição à Índia em 1500, nota que entre a ilha de Santa Bárbara, que ele localiza a 20° e 20', e o rio dos Arreféns (perto de Cabo Frio), a que atribui 24° e 40', existe um hiato de quatro graus sem menção de nenhuma latitude, área que corresponde justamente à do atual Espírito Santo. (PEREIRA, 1988:36-7).

Da mesma forma, no *Livro da Nao Bretoa que vay para a Terra do Brazyl*, que relata a viagem da nau *Bretoa*, enviada ao Brasil em 1511, registra-se que “aos 17 dias de abril em quinta-feira de trevas chegamos à baía de Todos os Santos, a 12 dias do mês de maio em segunda-feira partimos para Cabo Frio, e aos 22 do mês de maio em segunda-feira achegamos ao porto do Cabo Frio.” (FERNANDES, 1867:97-

8) Atesta-se assim, nessa passagem, que em 1511 já se tornara costumeira uma rota de navegação que sistematicamente desviava-se do litoral nos Abrolhos para aterrar somente nas proximidades de Cabo Frio, cuja feitoria o transformaria em verdadeiro “porto”.

Pouco depois (1515) o português João Dias de Solis, a serviço da Espanha, empreendeu sua viagem a partir do cabo de Santo Agostinho, que ele situa a 6° sul, passando por Cabo Frio e Rio de Janeiro. Porém, segundo Guedes, também esta expedição, depois de ter atingido o cabo de Santo Agostinho a 8 graus, aterrou em Cabo Frio, seguindo portanto o percurso tradicional em que o litoral do Espírito Santo não era abordado diretamente. (GUEDES, 1972:11)

Essa viagem espanhola provocou o alarme da Coroa portuguesa, que em consequência incumbiu Cristóvão Jaques, fidalgo da casa de Dom Manuel (o mesmo a quem Daemon atribuíra equivocadamente o comando da expedição de 1503-4 e a descoberta do Espírito Santo), da missão de policiar a costa brasileira, inclusive contra os corsários franceses, que se faziam frequentes em nosso litoral. Jaques, entre os anos de 1516 e 1519, navegou ao longo da costa brasileira, instituindo-se dessa forma a chamada “capitania do mar”, que resultou, segundo Guedes, no envio de quatro ou cinco expedições ao Brasil, expedições estas que tiveram como consequência, segundo o mesmo Guedes, um notável incremento dos conhecimentos geográficos que se refletiria na cartografia de Lopo Homem e Reinol de 1519. (GUEDES, 1972:13)

E o litoral do Espírito Santo?

Em 1519, em sua *Suma Geográfica*, uma das primeiras publicações do gênero no mundo, o espanhol Martim Fernandez de Enciso fazia uma descrição em que, embora mencionasse o “cabo dos baixos”, que certamente correspondia ao já mencionado “baixo dos pargos”, no sul do atual Espírito Santo, ainda identificava a região como área dominada por “arracifes y baxos”, diferenciando os mais próximos de terra (certamente os Abrolhos) de outros mais profundos e menos perigosos:

Desde puerto seguro al cabo que esta adelãte de golfo fermoso, ay ciento e diez leguas, y va la costa a la media partida del sur y del sudeste. Entre estos dos es la costa arracifes y baxos, que entra en la mar veinte y treinta leguas pera paçãdo los arracifes que está cerca de tierra todos los otros baxos tienen a tres y a quatro braças de fundo. A cerca del cabo de los baxos está el golfo de Sancto Tome y a cerca del

comienzo esta el delas barrosas. Passados los primeros arrecifes esta el Cabo fermoso en XXII grados y medio. Passado cabo fermoso se haze un golfo entre dos tierras que tenna una legua de latitud y tres o quatro de longitud. (ENCISO, 1948:47)

Se a região ainda era descrita claramente, em 1519, como região de navegação difícil e perigosa, não é de admirar o lento progresso na referência a topônimos conhecidos nela localizados. A cartografia da época também refletiu avanço muito lento no efetivo conhecimento do nosso litoral; no *Atlas* de Reinell, de 1522, entre a baía de Santa Luzia e o cabo de São Tomé, na região de Cabo Frio, ao sul, compreendida no hiato de que estamos tratando, aparecem agora dois topônimos, um dos quais, já nosso conhecido, certamente corresponde ao território costeiro do futuro Espírito Santo – os “bayxos dos pargos” – sendo o outro o “cabo de sam johã”, próximo aos Abrolhos.

O *Diário da Navegação*, de Pero Lopes de Souza, relato da famosa expedição dirigida por Martim Afonso de Sousa em 1530, marco da colonização e da exploração do Brasil, descreve sua passagem pelas águas do mar capixaba em termos nada lisonjeiros, em vista dos perigos que a armada teve de enfrentar por causa dos Abrolhos; ou seja, reproduz a já antiga prática de navegar ao largo dos Abrolhos aterrando em São Tomé. Tendo saído de Salvador a 27 de março de 1530 dizia o cronista Pero Lopes de Souza, irmão de Martim Afonso e seu companheiro na famosa navegação:

partimos desta baía com o vento leste, *contra opinião de todos os pilotos, a qual era que não podíamos dobrar os baixos de Abrolho* [grifos meus] e que a monção dos ventos suestes começava desde meado fevereiro até agosto e que em nenhuma maneira podíamos passar e que era por de mais andar lavrando o mar. (SOUZA, 1989:99)

De fato, depois de uma série de percalços, quase um mês depois, o cronista registrou:

Quinta-feira, 21 de abril, ao meio dia, tomei o sol em 19 graus menos um terço: fazia-me de terra 20 léguas. O vento se nos fez leste e com ele fazíamos o caminho do sul, com todas as velas. De noite se fez o vento lés-nordeste e com as bolinas largas fazíamos o dito caminho, levando resguardo, que cada relógio sondávamos, *porque todos os pilotos se faziam ir por riba dos baixos de Abrolho* [grifos meus], que lançam no mar 30 léguas e o começo deles está em altura de 19 graus. (SOUZA, 1989:101)

Essa descrição não deixa dúvida de que, ainda em 1530, trinta anos depois de Cabral, o reconhecimento do litoral capixaba continuava prejudicado por dificuldades associadas à ultrapassagem dos Abrolhos.

No entanto, evidências cartográficas indicam que esse reconhecimento vinha se processando, tanto que em 1534, um ano antes da chegada do donatário Vasco Coutinho, o mapa de Gaspar Viegas já trazia entre o cabo de São Tomé e a “pta delgada”, na região de Porto Seguro, ou seja, no já referido hiato, quatro topônimos provavelmente “capixabas”, a saber: “costa cuja”, “baixo dos parguetes”, “as ilhetas” e “b. do pcel”, pontos hoje de difícil localização, uma vez que tais topônimos não teriam sobrevivido ao início da colonização.

Outro marco na cartografia do Espírito Santo foi efetivamente o mapa de Jorge Reinell de Florença, certamente posterior a 1535, pois já registrava o “Rio de Sto Espirito”, além do “tauari”, provavelmente Guarapari, do “Rio sem agua”, que é provavelmente o Riacho, e o “Rio Doce” – portanto quatro topônimos atuais do Espírito Santo, refletindo assim cabalmente o início da colonização do seu território.

Mesmo assim, não se pode dizer que o início da colonização tenha rompido de vez e de forma ampla o desconhecimento de nosso litoral, pelo menos nos documentos da época. Analisando o famoso documento *Quatri Partitu de Alonso de Chaves*, encontrado na Real Academia de Historia de Madrid, que reputou da maior importância, Max Justo Guedes, depois de assegurar que se trata de documento redigido já em 1538, portanto, três anos depois da chegada de Coutinho ao Espírito Santo, mostra que o documento:

Também revela lacunas notáveis nos conhecimentos coevos, como a interrupção do dado referente à latitude de cada topônimo, que cessa no “Rio Del Brasil” em 17 graus e 2/3 para só recomeçar nas “Baxas de los Pargos” que situa em “21 ½ grados”, com aproximação de meio grau. Ora, este desconhecimento de latitudes nos indica *que persistia ignorada a costa entre Porto Seguro e São Tomé* [grifos do autor], consequência da navegação na região ser apenas local, a derrota normal se fazendo “por fora” dos Abrolhos, para se resguardarem os pilotos dos perigosos e mal levantados parcéis (GUEDES, 1972:21-2)

Conclusão

Os antigos historiadores do Espírito Santo, inclusive Daemon, haviam adotado o procedimento pragmático e correto de procurar traduzir para a história local os resultados das pesquisas de caráter geral realizadas pela historiografia nacional. Nossa homenagem a eles nesta apresentação, especialmente a Daemon, consistiu em efetuar o mesmo procedimento no que diz respeito à historiografia das últimas décadas a que tivemos acesso.

As evidências que apresentamos – extraídas das fontes que a historiografia recente vem utilizando, a saber, os mapas antigos, os roteiros de viagem mais conhecidos, e parte da historiografia luso-brasileira das últimas décadas – nos permitem concluir o seguinte: o reconhecimento documentado do litoral do Espírito Santo, pelo menos até o início de sua colonização efetiva em 1535 (questão que transcende claramente a tradicional interrogação sobre a “descoberta” do território, levantada por Daemon de forma pioneira), foi seriamente prejudicado pela necessidade que sentiram os navegantes daquela época de contornar os Abrolhos navegando “por fora” deles numa extensão de mais de cem milhas, vindo a aterrar novamente apenas na região do atual Cabo Frio. O hiato que se observa na toponímia da época entre a região dos Abrolhos e a de Cabo Frio corresponde exatamente à maior parte do litoral do atual Espírito Santo, o que significa dizer que essa parte do litoral permaneceu relativamente desconhecida pelas navegações da época, segundo essa mesma documentação.

Esse resultado contrasta claramente com algumas das pressuposições e conclusões a que chegara, até aqui, a historiografia capixaba a respeito da questão, em que pese o grande mérito dos nossos ilustres predecessores, que já haviam percebido as dificuldades e lacunas na abordagem do problema.

Daemon, por exemplo, acreditava que a suposta menção aos limites da capitania do Espírito Santo feita na carta de doação de 1534 indicaria que a capitania já fora “descoberta” e explorada antes da chegada do donatário Vasco Coutinho em 1535. Ocorre, em primeiro lugar, que, efetivamente, não existe menção desses limites na carta de doação. Pelo contrário, nela o que se diz é o seguinte:

...de çimquoemta legoas de terra na dita costa do brasyl as quais se começaram (na parte onde acabarem as cinqüentas léguas de que tenho feito mercê a Pedro do Campo Tourinho) e correram pêra a bamda do sull tamto quamto couber nas

ditas çimquoemta legoas. Emtrando nesta capitania quais quer Ylhas que houver athe dez legoas ao maar na fromtaria e demarçam destas çimcoenta legoas de que hasy faço mercê ao dito VASCO FERNANDES as quais çimquoemta legoas se emtemderam e seram de larguo ao lomguo da consta e emtraram na mesma largura pello sertam e terra fyrme a demtro tamto quamto poderem emtrar e for de minha comquista... (apud OLIVEIRA, 2008:16-21)

Essa passagem confirma que a doação da capitania do Espírito Santo em 1º de junho de 1534 foi feita tendo como única referência o suposto limite extremo da capitania anterior de Porto Seguro, doada a Pedro de Campo Tourinho, sem mencionar com precisão qualquer acidente geográfico realmente existente na região (Daemon cita explicitamente o rio Mucuri e o Itabapoana). Assim, partir deste documento, a carta de doação, não se pode absolutamente deduzir que antes desta doação a capitania já teria sido “descoberta” e explorada pelos navegantes portugueses. Acerca do assunto Teixeira de Oliveira já notara acertadamente que não havia, no “que respeita à testada marítima, nenhuma alusão a acidente físico que determinasse as raias do quinhão”, e que “não se sabe qual o processo ou por que convenção se estabeleceu o rio Mucuri como o limite setentrional da capitania.” (OLIVEIRA, 2008:24)

Outra pressuposição fundamental que o próprio Daemon ajudou a contestar, embora se servindo dela para justificar sua hipótese, adotada pela maioria dos historiadores que lhe sucederam, e mais importante ainda do que a primeira, era a de que, se as navegações de reconhecimento tiveram como missão o esquadrinhamento do litoral brasileiro, em toda a sua extensão, no sentido de norte a sul, não poderiam ter deixado de reconhecer também, como parece óbvio, o litoral capixaba. Infelizmente, porém, as evidências que apresentamos com base nos atuais estudiosos da questão sugerem que foi justamente isso que ocorreu: o hiato toponímico que se observa na cartografia da época e os relatos das viagens conhecidas atestam cabalmente que nosso litoral ficou em grande parte inexplorado nos primeiros anos.

Essa última conclusão prejudica, aparentemente, tanto a hipótese de que o Espírito Santo teria sido “descoberto” já em 1501 pela primeira expedição de reconhecimento – como teriam sugerido Varnhagen e Rio Branco e, na esteira deles, os capixabas Ceciliano Abel de Almeida e Mário Freire –, quanto a hipótese de Daemon de que

esta “descoberta” se teria dado em 1504, e isso por absoluta falta de referências nos documentos a topônimos localizados no referido litoral.

Disse que a última conclusão prejudica aparentemente as hipóteses tradicionais mas não disse que as afasta completamente, mas por quê?

Contra a hipótese sugerida por Varnhagen de que o chamado rio de Santa Lúcia (ou Santa Luzia) poderia ser o atual rio Doce, poder-se-ia argumentar com um juízo contrafactual: se fosse verdadeira, isso significaria que o famigerado hiato de que tanto se falou aqui estaria localizado entre o rio Doce (ou a baía de Vitória) e a região de Cabo Frio, o que originaria um fenômeno absolutamente inexplicável: afinal, nesse caso, perguntar-se-ia, por que razão teriam inúmeras navegações contornado os Abrolhos, aterrado no rio Doce (o que já é inverossímil) e logo depois deixado de percorrer, à vista de terra, todo esse extenso litoral, incluindo a baía onde se encontra a atual cidade de Vitória? Implausível imaginar que esses viajantes não tivessem avistado e dado informações a respeito de referências tão notórias como as famosas montanhas do Espírito Santo, o Mestre Álvaro, o morro do Moreno, e o Moxuara, de que falava Abel de Almeida.

Mas será que esse juízo contrafactual atestaria cabalmente a tese defendida pelos modernos historiadores de que as evidências são exatamente no sentido de que o último topônimo que dá início ao hiato, ou seja, o próprio rio de Santa Luzia, localiza-se defronte dos Abrolhos e não poderia ter sido confundido com o rio Doce, nem muito menos com a baía de Vitória, e que esses pontos do litoral teriam mesmo ficado completamente desconhecidos no período em questão, inclusive pela expedição de 1503-4, ao contrário do que defendia Daemon?

O relato de suas viagens que Américo Vespúcio nos deixou nas cartas que escreveu é infelizmente completamente negativo no que diz respeito a indicações toponímicas, e essa é ainda hoje uma das causas da maior parte das polêmicas que até hoje mantemos sobre o assunto. Mesmo assim a carta conhecida como La Lettera contém passagem que parece fornecer uma pista digna de exame. Com efeito, na viagem de 1501, depois de terem permanecido num porto por cerca de cinco dias, onde se teriam abastecido e de onde teriam levado consigo dois homens da terra “para que nos mostrassem a língua”, mas que poderiam muito bem ter servido de guias para atravessar os próprios recifes dos Abrolhos, diz Vespúcio que “partimos deste porto, sempre nave-

gando para sudeste à vista da terra, continuamente fazendo muitas escalas, e falando com uma infinidade de gente: e tanto fomos para o austro, que o pólo do meridiano se alçava acima do horizonte 32 graus...” (VESPÚCIO, 1980:129)

A observação de Vespúcio de que eles teriam ido “sempre navegando para sudeste à vista da terra” não comprometeria a hipótese defendida pelos modernos historiadores de que já a primeira expedição teria contornado “por fora” os Abrolhos, tornando-a, portanto, equivocada? E, se fosse possível responder positivamente a essa pergunta, não seria plausível imaginar que a expedição tivesse aterrado mesmo no Espírito Santo, logo depois de transpor os Abrolhos, e criado o topônimo Santa Lúcia ou Santa Luzia, correspondente ao dia 13 de dezembro, e que daí tivesse zarpado em direção ao sul, viajando agora de forma mais tranquila e menos arriscada e aportando no topônimo do “cabo de São Tomé”?

Não fica aí bastante evidente o possível erro cometido pelo historiador Soares Pereira e demais colegas sugerindo que a complicada navegação entre Caravelas e o porto de São Tomé tivesse sido feita navegando-se “por fora”, contrariando o depoimento do próprio Vespúcio de que eles teriam ido “sempre navegando para sudeste à vista da terra”?

E, se a hipótese que estamos sugerindo pudesse ser considerada plausível, não se poderia imaginar que, após a primeira expedição de 1501, as outras expedições teriam mesmo desviado dos Abrolhos, aí sim navegando “por fora” deles, e aterrando tão-somente em algum ponto mais abaixo da região de Campos, fazendo a partir de então viagens sempre num roteiro sem escala entre essa região e a de Porto Seguro e justificando assim a permanência do hiato toponímico existente nos antigos mapas entre Santa Lúcia e São Tomé e a relativa “marginalização” do litoral do Espírito Santo no período?

Esta é a hipótese que defendo hoje com os dados e as informações que foi possível coligir até este momento e que apresento aqui para homenagear o inteligente e esforçado Basílio Daemon que 130 anos atrás colocou o problema com tanta perspicácia.

De qualquer forma, não descartamos a hipótese de que outras navegações, quer portuguesas, quer de outros estrangeiros, tenham também freqüentado, e portanto reconhecido, o nosso litoral, no período anterior ao início da colonização em 1535. Nesse caso, todavia, é completamente certo que não deixaram registro desse feito, pelo menos não na documentação a que tive acesso.

A cronologia

Como já se viu, o que prevaleceu até aqui na avaliação da primeira parte desta obra de Basílio Daemon foi o ceticismo e a contestação frontal diante de sua principal hipótese, mas é a segunda parte dela, dedicada à história cronológica da província desde 1504, (data que Daemon supôs ser a do “descobrimento” do Espírito Santo) até 1879 (ano em que terminou sua obra) o núcleo de seu trabalho.

Pode-se ter uma idéia da abrangência do trabalho de Daemon e em que períodos ele concentrou sua atenção verificando-se o número de páginas que dedicou a cada um dos quatro séculos em que dividiu sua cronologia: assim, ao “século primeiro” (XVI) ele dedicou 54 páginas (49 a 103 da edição original) ou 12,8% do total; ao “século segundo” (XVII) apenas 24 páginas (104-128) ou 5,7% do total; ao “século terceiro” (XVIII) 74 páginas (129-203) ou 17,6%; e, por fim, ao “século quarto” (XIX) nada menos que 265 páginas (203-468) ou 63,2% do total. Ou seja, os dados indicam que na verdade Daemon concentrou a maior parte de seu trabalho no próprio século XIX e nos acontecimentos mais ou menos contemporâneos a ele.

Sem acesso à maior parte das fontes documentais referentes aos primeiros séculos da colonização – escassa documentação original ainda hoje não disponível integralmente ao pesquisador –, Daemon dedicou a cada período de sua obra o espaço que julgou necessário para coligir e ordenar cronologicamente as informações mais ou menos dispersas que foi extraindo das muitas obras e crônicas antigas que consultou, sem mencioná-las, embora provavelmente cotejando-as com as poucas fontes primárias a que teve realmente acesso. O resultado é este que conhecemos.

Daemon era um obcecado pelos “fatos”, que acreditava poderiam e deveriam ser reconstituídos minuciosamente. Essa escolha metodológica, em si mesma, já o obrigava a pôr de lado, por exemplo, tanto a imaginação e a introspecção quanto o mito, deixando também de confiar exclusivamente na tradição oral. Pelo contrário, parece claro que para ele, na realização deste trabalho de reconstrução do passado, era preciso recorrer aos “bons autores”, ou seja, àqueles que baseavam suas obras em “manuscritos, autógrafos e certidões”. Ou seja, Daemon era um adepto, talvez até de forma inconsciente, daquela que talvez tenha sido a doutrina epistemológica mais em voga nos últimos duzentos anos no mundo inteiro: a doutrina do empirismo.

Para essa teoria, que se tornou um autêntico senso-comum em decorrência de sua popularização, o verdadeiro conhecimento do mundo advém das impressões sensoriais que nos chegam através da experiência e da observação dos fatos, e uma proposição ou idéia só pode ser considerada verdadeira na medida em que corresponda a uma realidade determinada, que para isso precisa ser investigada. No campo da história e da reconstrução do passado, a doutrina do empirismo parte do fato, também derivado da experiência comum, de que os eventos ocorrem no tempo, que pode ser dividido em passado, presente e futuro, e que os eventos podem ser localizados e organizados segundo a ordem de sua ocorrência, daí a cronologia. (DAVIES, 2003:5) Mas, como as ocorrências do passado não podem ser experimentadas diretamente pelo observador situado no presente, nosso conhecimento do passado é indireto e deve repousar sobre antigos testemunhos e evidências que tenham sobrevivido até o presente, as chamadas fontes, das quais as mais importantes seriam os manuscritos e os documentos escritos. Dessa forma, o trabalho do historiador, mesmo quando, como no caso de Daemon, ele não se identifica como tal, passa a ser fornecer uma acurada descrição de um evento particular com base nas melhores evidências disponíveis. Mas o que mais chama a atenção na metodologia adotada por Daemon, entretanto, é que, depois de concluída a descrição mais exata possível dos eventos, ele se dá por satisfeito, em vez de procurar agrupar os eventos numa grande narrativa onde pudessem ser destacadas as suas causas e a relação existente entre eles. Ou seja, ele parava justamente onde o argumento realmente devia começar, e é por isso que os fatos que apresenta em sua obra parecem destituídos de significação positiva. Restringindo-se à localização do evento no tempo, à sua cronologia, e não podendo violá-la, risco que ele correria se se pusesse a relacionar um evento a outro, seu trabalho fica parecendo uma coleção infundável de fatos sem nenhuma relação uns com os outros, esgotando-se neles mesmos. (DAVIES, 2003)

Esses procedimentos eram inteiramente compatíveis e reatualizavam as práticas das antigas crônicas históricas, ao “gosto quinhentista”, no dizer daquele que foi o maior crítico de Daemon e do qual logo falaremos, que foi Afonso Cláudio.

Segundo Gervinus, velho historiador alemão do século XIX, que Cláudio gostava muito de citar, a crônica, como gênero de historiografia, se teria originado da prática mais antiga da genealogia, a partir do momento em que se começou a adicionar aos

nomes preservados, dignos de lembrança, também ações e circunstâncias relacionadas a esses nomes. (GERVINUS, 2009:27)

A crônica seria, para Gervinus, a forma inicial e fundamental de toda historiografia na medida em que se encarregaria de fornecer o mais importante e imprescindível na tradição histórica, satisfazendo-se, no entanto, com esse mesmo imprescindível. Seria “simples observadora”, no sentido de procurar relatar fielmente apenas “o que ocorreu na realidade”, empregando a atividade mental estritamente necessária para isso e desdenhando a imposição de qualquer conteúdo filosófico, retórico, ou artístico às suas construções. Gervinus também achava que era por isso que a crônica tendia a atrair para sua prática as “mentes imaturas” e que:

pensada em sua forma mais pura, a crônica registra dia a dia, ano a ano, um evento após o outro sem se preocupar com uma apresentação agradável que apresente correlações internas. Como Cícero já definira o conceito dos anais: eles fornecem uma narração isenta de ornamentos sem analisar as causas. Por isso, prendem-se mais às circunstâncias do que às pessoas, mais ao agir (externo) do que às intenções (internas). Pertencendo aos tempos da infantilidade, não conhecem intrigas; veem somente aquilo que se tornou mais público e antes que passem a utilizar os motivos humanos para uma explicação, preferem usar a justificativa de uma maquinação ou interferência arbitrária do divino. De acordo com sua natureza, a crônica é bem objetiva. Já pela sua observação abrangente, o cronista é obtuso à combinação, à visão geral e ao julgamento, ele não se preocupa com o uso útil, está totalmente voltado para seu objeto, absorvendo-se inteiramente nele. Por isso, a crônica é transmitida de mão em mão, podendo, desde o início, escrever a história de modo bem abrangente, saindo do horizonte do observador isolado. Modesta, sem exigências, voltada para a verdade e a imparcialidade, pode ser facilmente controlada por todos os lados, já que é um bem do povo em geral; pode ser utilizada e ampliada por qualquer um que assim o queira, sendo respeitada ao pé da letra. Os passos rigorosamente definidos e o acompanhamento cronológico dos fatos já obrigam a uma espécie de exatidão e impedem basicamente uma arbitrariedade. (GERVINUS, 2009:27-8)

Não é difícil reconhecer no trabalho de Daemon as características apontadas pelo historiador alemão, e ele mesmo admitiu, na dedicatória feita ao imperador, que o seu livro “É, Senhor, o fruto de um trabalho aturado, feito e publicado sob nossas únicas expensas, e que, com dificuldade e sacrifício o concluímos, já pelo dispêndio na obtenção de obras raras e manuscritos até hoje ignorados, como pelo tempo que empregamos no compulsar e estudar o que havia de notável a respeito da província

do Espírito Santo. Não terá esta publicação o mérito das obras de grande fôlego, mas conterá em si um predicado, e esse é a verdade dos fatos aqui narrados, descritos e reunidos com insano trabalhar [grifos meus].”

Entretanto, se parece certo dizer-se, com Gervinus, que a crônica histórica, ao prescindir conscientemente da explicação e da interpretação, abstendo-se da utilização explícita de conceitos teóricos que pudessem dar à sua descrição o aspecto de uma “explicação”, pode se tornar por causa disso “bem objetiva” ou, pelo menos, mais objetiva, não parece correto afirmar-se que ela fosse, em geral, e muito menos no caso de Daemon, isenta de uma “visão geral” ou de um “julgamento”, nem que fosse inteiramente “imparcial”, e é isso que vamos mostrar logo adiante ao analisar as críticas que lhe fez Afonso Cláudio com base no próprio Gervinus.

Partindo do ponto de vista de que não era qualquer afirmação sobre o passado que podia ser aceita, mas tão-somente aquelas baseadas em evidências, o que o levava à postura otimista de que o conhecimento do passado era não só possível mas também passível de ser permanentemente ampliado, e dispondo de recursos intelectuais muito limitados, Daemon adotou uma estratégia minimalista de investigação pela qual se restringiu à reconstituição minuciosa dos eventos sobre os quais fora possível obter alguma informação fidedigna. Ele se tornava assim um colecionador de curiosidades bem documentadas, um “antiquário”, como é comum dizer na tradição européia, ou um “erudito”, como é mais comum dizer ainda entre nós. O que ele ganhava em descrição perdia, entretanto, em explicação.

Motivado pelo intuito de “prestar um serviço à província” que adotara como sua nova “pátria”, já que nascera na província do Rio de Janeiro, como se sabe, interessava-lhe “tudo que diz respeito a esta província”. (p. 2) Isso o ajudou a transformar sua cronologia ao mesmo tempo numa grande coletânea de toda e qualquer informação fidedigna possível a respeito do passado da província do Espírito Santo.

Para construí-la, Daemon também admitiu ter adotado conscientemente o “estilo narrativo e conciso” e preferido “coordenar cronologicamente a história da província do Espírito Santo, para melhor facilidade àqueles que se quiserem dela utilizar para estudos e composições histórico-literárias”. (p. 1) Ou seja, Daemon sugere nessa passagem que sua modesta intenção foi elaborar um trabalho de natureza propedêutica, de referência, que servisse como meio e fonte para “estudos e compo-

sições” posteriores. Acreditando que os fatos descritos nessa parte do livro estariam “fundados em bons autores e baseados em manuscritos, autógrafos e certidões” prometeu publicar esses manuscritos no que seria a quarta parte da obra, o que, infelizmente, deixou de fazer. Essa lacuna – só agora corrigida com o trabalho de Maria Clara Medeiros Santos Neves – deu margem à maior parte das objeções posteriores à sua obra, sempre acusada de ser mal fundamentada e não mencionar corretamente as fontes em que se baseou.

Foi uma estratégia pragmática e realista, esta de Daemon, que tinha em vista as dificuldades do seu trabalho, que não eram poucas, e as suas próprias limitações pessoais. Disse a esse respeito Afonso Cláudio, que foi seu contemporâneo e o conheceu pessoalmente, que ele “sabia suprir a falta de preparo pela boa vontade de acertar e pelo amor dos livros; nas horas de folga da labuta jornalística, ia compondo as páginas das obras que publicou, sem precisar de estímulos alheios, à custa de sacrifício que só bem avalia quem o conheceu nas duras porfias da imprensa política local”. (CLÁUDIO, 1981:211)

Pode-se imaginar as dificuldades que ele teve para construir sua obra num contexto em que havia grande dificuldade, ou senão impossibilidade mesmo, de acesso aos documentos e às fontes originais, dadas, por exemplo, a falta de um arquivo organizado, que no Espírito Santo só começaria a funcionar em 1908; a falta de uma boa biblioteca, pois a então existente, fundada em 1855, era extremamente pobre e funcionava de modo precário, se é que funcionava, tornando assim muito difícil o acesso a obras raras; e a falta de edições críticas de fontes primárias, que só apareceram muito lentamente no século XX, e no plano nacional, sem atenção específica à história espírito-santense. Nem se pode descartar a influência que tinha a própria censura e a desconfiança dos governantes com relação aos documentos e toda sorte de empecilho que colocavam ao seu acesso. Também deve ser levada em conta a inexistência de instituições de apoio e de espaços de sociabilidade onde ele pudesse aprimorar e trocar informações com seus pares, uma vez que o Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) só seria criado em 1916 e a Academia Espírito-santense de Letras em 1921. Há que considerar ainda a limitação que foi para ele a falta de uma formação específica e de uma educação formal na área de História, que lhe permitisse, por exemplo, desenvolver o sentido crítico no manuseio das fontes e o correto procedimento no que tange à indicação dessas mesmas fontes. No Espírito Santo, a primei-

ra faculdade de filosofia, que incluía o curso de História e Geografia (a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras), só seria criada na década de 1950.

Essas características da cronologia – parte principal do trabalho e da obra de Daemon – explicam a paradoxal recepção e a trajetória que ela teve desde que foi publicada 130 anos atrás: muito criticada, mas ao mesmo tempo de muita utilidade. Ou seja, apesar de ser a parte mais extensa e a que certamente consumiu mais tempo de seu autor, e de ter dado provas até hoje de grande utilidade, ela também sujeitou-se, ao longo do tempo, a uma fortuna crítica não muito favorável, como veremos.

Para aquilatarmos a importância dessa obra na historiografia capixaba seria interessante e oportuno sabermos o impacto inicial que teve. Infelizmente dispomos de poucos elementos para fazer essa avaliação. A estreiteza e a rarefação do que se pode chamar vida cultural e intelectual da época, na província do Espírito Santo, talvez expliquem essa lacuna. Uma prova disso é que, depois de Daemon (1879), simplesmente deixaram de aparecer por várias décadas (com a raríssima exceção do trabalho de Amâncio Pereira, na verdade uma obra didática e de divulgação que não implicava pesquisas mais aprofundadas) novas obras gerais sobre a história local que pudessem fazer, inclusive, uma interlocução com a obra de Daemon. (PEREIRA, 1922) Mesmo assim, nas notas que se seguem, e com os poucos elementos disponíveis, tentaremos rastrear a possível repercussão que a obra de Daemon teve em sua própria época.

Cronologicamente, uma das primeiras publicações que se sucederam à história de Daemon teria sido o livro *Insurreição do Queimado*, de Afonso Cláudio, concluído em dezembro de 1884 e publicado no início do ano seguinte. Mas seria possível encontrar na obra pioneira de Cláudio algum vestígio da obra de Daemon que pudesse indicar a recepção que esta obra estaria merecendo?

Numa das notas que elaborou para a edição de 1999 da obra de Cláudio, o historiador Luiz Guilherme Santos Neves comentou criticamente o procedimento adotado por Cláudio, que segundo ele teria inserido a rebelião de escravos de 1849 entre os movimentos político-militares ocorridos na província entre 1822 e 1849. Para Santos Neves, no entanto, mais apropriado do que isso “teria sido o relacionamento com outras tentativas de levantes de escravos no Espírito Santo no século XIX, ou mesmo com o aquilombamento desses escravos.” E, para justificar e complementar essa sugestão, que parece muito adequada, o historiador mencionou, citando para isso a obra de Basílio Daemon,

diversas datas e locais onde teriam ocorrido outras rebeliões de escravos. (CLÁUDIO, 1999:86) Ou seja, concluímos nós, para que Cláudio pudesse ter adotado uma solução do tipo sugerido por Santos Neves ele teria que ter pelo menos lido a obra de Daemon – mas teria Afonso Cláudio feito isso já na altura em que escreveu seu primeiro estudo?

Na *História da literatura espírito santense*, concluída em 1906 e publicada em 1912, Cláudio emitiu um parecer compreensivo mas bastante desfavorável sobre a obra de Daemon como um todo, taxando-a, logo de início, de “uma crônica ao gosto quinhentista”, muito longe de se poder considerar uma “contribuição substancial”. A obra de Daemon, assim como a de seus “quatro” antecessores, na visão de Cláudio, padeceria de uma “lacuna sensibilíssima”: “falta absoluta de intuição filosófica nos respectivos autores, ausência completa de estilo e de método na exposição e divisão das matérias a narrar e uma impropriedade de expressão que faz mal aos nervos”. (CLÁUDIO, 1981:208) E diz mais o crítico: “São 513 páginas de informações de tal modo minuciosas, que não raro tornam-se inúteis”. (IDEM: 209)

Demonstrando alguma admiração pessoal por Daemon, Cláudio reconheceu, entretanto, de forma muito generosa e premonitória, que o livro de Daemon “sempre valerá como um dos melhores subsídios que temos para estudo do assunto, principalmente no ponto relativo à biografia de alguns homens distintos...” (IDEM: 211)

Antes disso, porém, ele também notou que na obra de Daemon havia “juízos sensatos proferidos pelo cronista e algumas vezes também opiniões apaixonadas escritas pelo político, em sucessos em que interveio como protagonista, que fazem flagrante contraste!”, e para prová-lo citou o que se podia ler entre as páginas 453 e 461 do livro de Daemon. (IDEM, 209)

Não é difícil identificar, nessas páginas, os acontecimentos em que o autor teria expressado “opiniões apaixonadas escritas pelo político”, e vamos retratá-las aqui brevemente por que retratam muito bem o contexto político em que a obra foi escrita: referem-se especialmente às gravíssimas ocorrências relacionadas ao fim da supremacia política do Partido Conservador, em nível nacional e provincial, motivada pela demissão do gabinete chefiado pelo duque de Caxias, substituído que fora pelo gabinete liberal do visconde de Sinimbu em janeiro de 1878. Durara dez anos, sem interrupção, o domínio da política conservadora na província, período suficiente para fazer com que os vínculos de patronagem e clientelismo, base da política brasileira e provincial

já naquela época, se estabilizassem e adquirissem a feição de um fato quase natural, em que pese a oposição contundente que lhe era feita. Nesses dez anos, naturalmente, os adversários políticos preteridos tiveram que se arranjar da forma como puderam, sem contar com as benesses que o poder sempre conferia aos seus detentores exclusivos. Mas a reviravolta nacional, motivada mais por um “capricho” do imperador do que por uma real alteração da opinião pública nacional, não encontrou respaldo imediato na “opinião” provincial, que continuava presa ao velho esquema do situacionismo clientelista implementado pelo Partido Conservador. Resultado: a nova situação política liberal na província não conseguiu “fazer as eleições” de 1878, mas tampouco admitiu a derrota para os conservadores, agora apeados do poder, e por isso “forçou a barra” invadindo a Assembléia Legislativa, na tentativa de impor dessa forma e pela força os seus candidatos. Tais foram os fatos que Daemon teria narrado de forma tão “apaixonada”, segundo Afonso Cláudio, que era justamente um dos próceres do conservadorismo na província. Em síntese, Cláudio, mesmo tendo dito antes que a obra estava repleta de minúcias sem significado, também acusou Daemon de ter praticado uma narrativa partidária, e conservadora, especialmente dos fatos mais recentes.

Afonso Cláudio, ao contrário de Daemon – que sempre se mostrou até o fim do regime um monarquista convicto –, anteriormente havia aderido, e desde muito cedo, a uma postura muito crítica com relação ao regime monárquico, tornando-se republicano ainda nos tempos do Ateneu Provincial. Mesmo assim, e por causa disso, continuou amigo de Muniz Freire e de Cleto Nunes, duas grandes lideranças do Partido Liberal da província, em cujo periódico, *A Província do Espírito Santo*, ele publicou o próprio estudo *Insurreição do Queimado*, que foi distribuído como brinde entre os seus assinantes. Ele militou, portanto, nos tempos em que começou sua carreira política e intelectual, no campo político oposto ao de Daemon. Mas teria isso habilitado Cláudio a desenvolver uma postura intelectual isenta de partidarismos, ou penetrada de maior “intuição filosófica”, como ele queria, criticando sua ausência na obra de Daemon? Parece que sim, a julgar-se pela crítica contemporânea! Tanto que, na sua apresentação do citado estudo, Luiz Guilherme Santos Neves ponderou que apesar de seu autor trabalhar com tão escassas e deficientes fontes de informação, “a monografia de Afonso Cláudio prima, contudo, pelo empenho na correta reconstituição dos fatos e denota a preocupação de interpretá-los à luz da crítica histórica compromissada apenas com a

busca da verdade.” (CLÁUDIO, 1999:16). Mas não foi exatamente essa a opinião que Daemon teve a respeito da obra pioneira de Cláudio na época de sua publicação. E é possível sugerir ainda que sua opinião refletisse também a maneira como ele achava que a sua própria obra, esta que o leitor tem agora em mãos, ou suas posições sobre o evento do Queimado, tinham sido percebidas e criticadas pelo mesmo Afonso Cláudio.

Em 13 de março de 1885 o jornal de Muniz Freire estampou à página 2 um artigo com o título “Insurreição do Queimado”, no qual o autor, provavelmente o mesmo Afonso Cláudio, transcrevia e rebatia críticas feitas ao estudo na edição de 11 de março do jornal *O Espírito-Santense*, que, como se sabe, pertencia a Daemon, seu redator e certamente também autor da crítica em questão.

Em síntese, Daemon dizia: “A obra é bem escrita e correta a dicção: o método seguido pelo autor é o melhor possível, pois que destaca os fatos em capítulos especiais, para não confundir as matérias de que trata.” (CLÁUDIO, 1885:2) Mas, depois de fazer referência ao fato de Afonso Cláudio ter sido bom aluno de História quando jovem estudante – forma muito sincera e benevolente de referir-se ao autor – e fazer votos para que continuasse “a mimosear as letras pátrias com trabalhos desta ordem”, Daemon advertiu, no entanto, de modo muito contundente, que para melhor fazer isso ele deveria pôr de lado “prevenções e despeitos, cingindo-se à realidade e exatidão, lembrando-se que, todo o escrito histórico deve conter um seguro e exato elemento de imparcialidade para o julgamento de nossas obras.” (IDEM: 2)

O ponto central de sua crítica ao estudo de Cláudio, porém, ele explicitou de forma muito direta e pontual, quando disse que continha lapsos fundamentais, além de exagerar nos castigos que teriam sido infringidos aos revoltosos do Queimado, já que “na execução de açoites em alguns condenados, que não foram tão bárbaros como pinta, pois muitos dos açoites aludidos foram dados no poste ou pelourinho, do que nos pobres delinquentes, dos quais ainda existem Bonifácio e outros”. (IDEM: 2)

Daemon parece ter percebido claramente – e por isso acusou seu adversário de proceder com “prevenções e despeitos” e parcialidade –, que o estudo de Cláudio era uma forte avaliação moral e política (portanto partidária!) do que acontecera anteriormente na província. Essa reação confirma a hipótese de que o estudo em tela tenha sido recepcionado inicialmente como trabalho que fazia abertamente, com base em valores mais ou menos explícitos, uma severa condenação do procedimento e das

atitudes adotados na época da revolta, principalmente por parte da elite social e política, liderada inclusive por membros do partido de Daemon; e de que esse ponto de vista destoava completamente do consenso que em torno do evento se havia formado na província, consenso do qual ele mesmo seria signatário. Membro e liderança conspícua do Partido Conservador na província, Daemon certamente identificou na obra de Afonso Cláudio – naquela altura já conhecido por suas posições republicanas, mas profundamente ligado ao seu amigo Muniz Freire, jovem jornalista, advogado e político, e liderança do Partido Liberal – um ataque às posições ideológicas de seu próprio partido, e ao seu próprio livro, este que o leitor agora lê. Tanto que, no prólogo de seu livro sobre a literatura espírito-santense, Afonso Cláudio certamente faz uma referência a Muniz Freire, e isso para nós é muito importante, nesta passagem: “O escrito ora publicado é o fruto de uma promessa feita a um amigo, cuja afeição é hoje quase um parentesco que eu muito estremeço.” (CLÁUDIO, 1981:19)

Ou seja, essa última passagem sugere patentemente que o estudo de Afonso Cláudio teria sido escrito, na verdade, por sugestão do próprio Muniz Freire, naquele momento envolvido numa luta política encarniçada contra seus adversários do partido oposto, o Partido Conservador. E entre estes pontificava justamente o proprietário e redator do principal jornal conservador, o próprio Basílio Daemon, que expressara em seu livro recém-publicado um ponto de vista que justificava as atitudes que o estudo de Cláudio condenava, embora em nenhum momento Cláudio tenha mencionado isso.

Em seu livro, como o leitor poderá verificar, Daemon tentou, como sempre, descrever com alguma objetividade a revolta do Queimado, mas o fez de forma que dava margem à interpretação de que estava de fato fazendo um elogio da repressão ao movimento, especialmente na passagem em que se referiu à ação do alferes Varela da França, encarregado dela, não vendo nisso, pelo que transparece no texto, nenhuma anormalidade digna de nota. Da mesma forma, Daemon também se congratulou com o “Sr. Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas”, não por acaso o grande chefe do Partido Conservador provincial, que teria pessoalmente “sustentado fogo contra os insurreccionados com o maior valor”. (DAEMON, 2010:p.377)

A anotação de Daemon era um registro extremamente sintético do evento, como acontece com quase todos os assuntos abordados em sua obra desprentensiva, mas deixava transparecer, de forma muito clara, a posição política e ideológica do autor.

Através dela, Daemon mostrou-se, salvo engano, assim como seu antecessor, Vasconcelos, francamente solidário com os que achavam, por ocasião daquelas ocorrências, e não foram poucos, que a repressão severa e aberta e não a negociação, por exemplo, era a única resposta adequada àquele ato de rebeldia por parte dos escravos.

Ainda que não se possa dizer de modo algum que a descrição de Daemon do episódio do Queimado tenha esgotado o assunto, é bom lembrar que seus antecessores haviam silenciado completamente sobre o levante e que ele foi portanto o primeiro a fazer o registro histórico da revolta, que, segundo o mesmo Daemon, não fora a única revolta de escravos a ocorrer no Espírito Santo.

José Marcelino Pereira de Vasconcelos, por exemplo, que escreveu sua obra poucos anos depois do evento, em 1858, fez apenas uma referência indireta, ligeira e aparentemente depreciativa, ainda assim sem mencioná-lo explicitamente, mas cometendo um erro inexplicável sobre a data da ocorrência. Depois de afirmar que a província, naquela época, “marchava fora das vias da moralidade e do progresso”, que “o bacamarte era quem decidia as questões mais comezinhas”, que “a lei era um vão simulacro” e que “os potentados d’aldeia não duvidavam matar aqueles que incorriam em seu ódio, ou desagrado”, concluiu que tudo isso decorreria do fato de que “as autoridades eram túbias, e morosas no cumprimento de seus deveres, quando não faziam parceria com os malvados”. E para melhor qualificar o quadro negativo da situação provincial então vigente, mencionou em seguida diversos episódios que confirmariam sua afirmação, entre os quais incluiu, laconicamente, “os assassinatos de muitos: a insurreição de escravos em 1822, e em 1850”. (VASCONCELOS, 1858:77-8)

Essa referência, nada lisonjeira ao mais importante movimento político de rebeldia de escravos negros da província, erra grosseiramente a data de sua ocorrência, que não foi 1850 e sim 1849, e, o que é pior, incluiu-o numa série de eventos de natureza meramente policial, destituindo-o assim de qualquer conotação política ou social, e sugerindo, implicitamente, tratar-se de uma simples anomalia passageira passível de repressão. Era uma opinião que estava francamente em débito com a postura daqueles que pouco anos antes se haviam encarregado de reprimir e debelar, de forma implacável na visão de Afonso Cláudio, o próprio movimento, e que também atesta a convivência de seu autor com esse procedimento.

O silêncio absoluto sobre o tema é o que se observa também nos trabalhos poste-

riores de Brás Rubim (1861) e Misael Pena (1878). Mas muito mais curioso e intrigante é o que se pode ler no *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo*, elaborado por encomenda do governo provincial pelo maranhense César A. Marques em 1878. No verbete “Queimado”, depois de mencionar os limites da freguesia de São José do Queimado, criada, segundo ele, pela lei provincial nº 9 de 1846, no subitem “Igreja”, ele afirma: “A que serve de matriz foi edificada à custa dos habitantes, que são pobres, e excitados pelo fervor e piedade apostólica do missionário capuchinho frei Gregório Maria de Bene. A primeira pedra para a sua edificação foi lançada no dia 15 de agosto de 1845, e afinal deixou ele pronta uma igreja com 90 palmos de comprimento e 42 de largura, abrangendo a capela-mor 45 de comprimento e 22 de largura. É dedicada ao patriarca S. José” (MARQUES, 1878:201)

Em seguida, Marques acrescenta que a freguesia achava-se “declarada” nos vários mapas, que apresenta logo em seguida, e onde constam dados estatísticos referentes a inúmeros aspectos da população da localidade, tais como o número de homens livres e de escravos, sexo, estado civil, religião, nacionalidade, instrução, defeitos físicos dos moradores (*sic*), casas, idade, profissão, etc. (IDEM)

Em síntese, o leitor interessado encontrará nesse verbete dados muito detalhados sobre a freguesia do Queimado, suficientes para formar de sua população e de sua estrutura social uma imagem muito precisa. Surpreendentemente, porém, ali não encontrará uma palavra sequer sobre o decisivo movimento político que teria marcado de forma indelével sua história e que ocorrera pouco menos de trinta anos antes, em que pese o fato de ter o autor mencionado, como vimos, a construção da igreja e a atuação do frei Gregório de Bene, duas referências fundamentais, como se sabe, da própria rebelião! Isso apesar de o dicionário ostentar em seu título a pretensão de ser um dicionário “histórico”! Ignorância ou malícia?

Pois foi justamente contra esse consenso apologético, e contra o silêncio aparente imposto sobre o assunto, que tudo indica ainda persistiam no Espírito Santo até àquela data, que Afonso Cláudio se insurgiu em seu estudo. Seu texto apresenta, pela primeira vez, pelo menos de forma escrita e organizada, uma crítica severa e aberta às atitudes que teriam prevalecido na maior parte da população – capitaneada nesse caso pelas lideranças conservadoras da época, que agora incluíam Daemon, e por boa parcela da elite fazendeira e urbana, sem contar a inclemência do “monarca agosto” –

diante do movimento. Essas atitudes em represália ao movimento foram consideradas por Afonso Cláudio francamente exorbitantes e promovidas desde o começo pelo “fundo temor” que a explosão da rebelião gerou no meio da população.

Ao contrário de Daemon, Afonso Cláudio deplorou a prepotência, os vícios, a arbitrariedade e a precipitação do julgamento dos revoltosos, mas fez mais questão ainda de retratar a crueldade a que teriam sido submetidos os apenados, de forma irregular e desumana, e com a complacência e aprovação da “multidão ignara”, no meio da qual teriam prevalecido francamente os que “sentiam desejos de pedir bis”.

Em sua resposta, porém, Daemon chamou a atenção para o extremismo dessa posição, que considerou um julgamento inexato, parcial, e “despeitado” dos acontecimentos.

Apesar de não ter citado a obra de Daemon, o que é inexplicável – sendo improvável que não a conhecesse –, Afonso Cláudio parece ter orientado o grosso de sua crítica contra ela, e já no primeiro parágrafo de seu estudo ele fez um esclarecimento que parece desmerecer completamente a obra de Daemon. Senão vejamos. Disse Cláudio:

Tentei nas páginas que se seguem reviver um dos episódios da história da província do Espírito Santo, antes que somente a tradição desse dele mais tarde uma ideia imperceptível. Não me pareceu pueril este receio, porquanto os fatos que se ligam ao começo deste século, bem como outros acontecidos nesta província logo após a proclamação da independência passaram pela memória dos cronistas de então sem despertar-lhes o menor interesse. A prova, temo-la nos escritores que algum subsídio trouxeram para o plano definitivo da história da província, a contar de José Marcelino sem contestação o mais vigoroso dentre todos. (CLÁUDIO, 1999:17).

Ora, salta aos olhos em primeiro lugar a impropriedade contida na afirmação de Cláudio, de que se não fora o seu trabalho – que, verdade seja dita, contribuiu enormemente para a preservação da memória histórica da revolta do Queimado –, somente a “tradição” se teria dela encarregado, uma vez que, naquela altura (1884), já fazia cinco anos que Daemon publicara sua obra, onde fazia um sintético mas claro registro do episódio, como vimos, e Afonso Cláudio não pode ter deixado de tomar conhecimento disso, estudioso e sério como era. Em segundo lugar, causa mais espanto ainda a sua afirmação de que os “fatos que se ligam ao começo deste século” tivessem passado completamente despercebidos dos “cronistas” antecedentes, quando se sabe que Daemon dedicara mais de 60% de seu trabalho justamente ao registro dos fatos

atinentes ao mesmo período. E foi essa exatamente a característica que diferenciou sua obra da de seus antecessores, inclusive a do tão elogiado Vasconcelos, cuja obra, de fato, privilegia o passado colonial mais remoto, assim como a de seus outros contemporâneos (Rubim, Pena, Marques). Afonso Cláudio desconhecia completamente a obra de Daemon, ou estava, como dizia Daemon em sua crítica, “despeitado” com ela?

Ninguém melhor que os próprios historiadores para avaliar a importância, a penetração e a influência que uma obra de história exerceu em seu meio e fora dele, e é por essa razão que temos sempre insistido nesta apresentação em apontar a fortuna crítica de que a obra de Daemon foi alvo ao longo do tempo.

Depois de Daemon, de Afonso Cláudio, e de outros poucos autores de estudos mais específicos, a produção historiográfica do Espírito Santo minguou e não teve uma sequência muito favorável. Mesmo com a fundação do IHGES em 1916, instituição que contribuiu bastante para aglutinar os intelectuais capixabas interessados em sua história, é só em 1945 que apareceria no estado uma nova história geral: o livro *A Capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)*, de Mário Aristides Freire, livro agora reeditado com primoroso trabalho do historiador Fernando Achiamé. A respeito dele, o mesmo Achiamé considerou, acertadamente a meu ver – na apresentação que fez para esta nova edição –, que ela “representa a tentativa mais consequente para repensar a história espírito-santense depois dos ‘clássicos’ produzidos no período provincial: José Marcelino (1858) Peçanha Póvoa (1875), Misael Pena (1878), César Marques (1878), e Basílio Daemon (1879), e mesmo o Afonso Cláudio da *História da literatura espírito-santense* (1912)”. (FREIRE, 2006:18-9) Em seu livro como um todo, porém, Mário Freire foi extremamente econômico e lacônico a respeito da obra de Daemon e não é nada fácil encontrar nele referências ao seu antecessor. Freire começou sua obra, já em seu primeiro parágrafo, abordando o tema daemoneano por excelência, aquele relativo a “quem primeiro contemplou a costa do atual estado do Espírito Santo” (p. 37). Logo em seguida apresentou inclusive a hipótese defendida por Rio Branco de que o Espírito Santo teria sido “descoberto” já em 1501. Mas impressiona o fato de ele não ter feito uma menção sequer à obra de Daemon neste tópico, logo ele, profundo conhecedor da obra, a ponto de ter feito anotações minuciosas no exemplar que lhe pertenceu e que se encontra hoje na Coleção de Obras Especiais da Biblioteca Central da Ufes. Tanto que Levy

Rocha, ao lê-las, ficou tão impressionado com elas que sugeriu a reedição da obra de Daemon (sugestão que hoje se viabiliza), acrescentando que “seria enriquecida a edição com ilustrações e as notas que Mário Freire deixou a lápis, em letra miudinha, no exemplar que possuía.” (ROCHA, 1977:89). Mas não é muito difícil entender a provável motivação de Freire em sua atitude aparentemente displicente com relação à obra de Daemon; e parece que a observação que fez, em seu exemplar, de que seria “mera suposição” a hipótese da “descoberta” do Espírito Santo em 1504 apresentada por Daemon traduzia, em parte pelo menos, a impressão que tinha da obra como um todo.

E não é improvável que a apreciação negativa de Freire sobre a obra de Daemon, que em parte reproduzia a forte objeção de Afonso Cláudio, se tenha transmitido também aos seus sucessores.

José Teixeira de Oliveira, por exemplo, autor de um livro, publicado em 1951, que é visto quase unanimemente como o maior “clássico” da historiografia capixaba até hoje, sempre se referiu a Daemon como “cronologista” ou “efemeredista” e, talvez por influência do próprio Freire, rotulou o livro de Daemon de “farto de informações, mas infelizmente incompleto, pois que lhe faltam as indicações das fontes onde se instruiu” (OLIVEIRA, 2008:39)

Nessa mesma linha, e reverberando em parte a observação de Teixeira de Oliveira, Luiz Guilherme Santos Neves, na apresentação da terceira edição da obra daquele historiador, depois de destacar a obra de Daemon, dentre as histórias gerais anteriores, como “a narrativa histórica mais completa e clássica sobre o Estado”, também considerou: “A obra narra os acontecimentos históricos (*res gestas*) em cronologia linear, sendo tipicamente um relatório de efemérides que peca pela falta de citação das fontes que o autor consultou.” (OLIVEIRA, 2008:XXIV) Observação crítica que pode ser tomada como somatória da apreciação feita por Afonso Cláudio no começo do século e da mais recente de Oliveira.

Essa fortuna crítica negativa da obra de Daemon não impediu, entretanto, que ela se mantivesse como relevante fonte de informações, exatamente como previra seu autor em 1879, que a escrevera na humilde expectativa de que se poderia tornar um recurso conveniente para futuras “composições histórico-literárias”. Essa utilidade, aliás, fora intuída inclusive pelo seu maior crítico, o próprio Afonso Cláudio, como vimos. Mas a obra de Teixeira de Oliveira é a comprovação mais cabal do destino prático que teve a obra de Daemon, e seu excelente índice remissivo não deixa nenhuma dú-

vida quanto a isso: ali se pode ver que nenhuma outra obra foi tão citada por Oliveira quanto a do “cronologista” e “efemeredista” Daemon. Foram mais de 70 citações ao todo, um número muito acima do que o de qualquer outra obra, como é fácil verificar.

E foram citações incisivas e afirmativas, do tipo: “informa Daemon”, “Daemon explica”, “segundo Daemon”, “acrescenta o minucioso cronologista”, “também Daemon informa que”, “Daemon, de quem colhemos a valiosa notícia”, “impõe-se cronologicamente a informação de Daemon”, “Daemon assevera”, “Daemon refere-se”, “Daemon escreveu que”, “Daemon registrou que”, “Daemon, que nos fornece as informações”, “Daemon aponta”. Enfim, são todas citações que atestam plenamente a enorme utilidade que a obra de Daemon teve para Teixeira de Oliveira, como tivera para seus antecessores, e como provavelmente terá, agora mais ainda, para seus sucessores. E foi isso mesmo que percebeu também Levy Rocha quando sugeriu sua reedição em 1977:

Esse livro que Afonso Cláudio classificou de “crônica ao gosto quinhentista, lamentando que o autor não tenha se orientado pelas normas do alemão Creuser e estendido as investigações ao campo da antropologia, vem servindo a algumas gerações... Livro obrigatório como fonte de pesquisas, ficou sendo privilégio de uns poucos bibliófilos que fecham a sete chaves os remanescentes da única edição com medo que o papel se desmanche nas mãos de leitores descuidados. (ROCHA, 1977:89)

Um reconhecimento, esse do saudoso Levy Rocha à obra de Daemon, que foi endossado mais recentemente por Gabriel Bittencourt, um dos mais produtivos historiadores atuais do Espírito Santo e autor de mais de uma dezena de obras sobre a sua história, e que confirma plenamente nossa tese de que se trata de uma obra ainda hoje relevante para a pesquisa de nossa história. (BITTENCOURT, 1998:36) Esse destino da velha obra de Daemon reafirma, aliás, o que tem sido observado também na historiografia mundial, onde se reconhece claramente, segundo Stephen Davies, que “the achievements of the erudits were thus considerable and historians still draw on them today” (DAVIES, 2003:20), em que pese suas limitações. E dizer isso de uma obra escrita há 130 anos nas condições tão precárias em que se fazia o trabalho do historiador, e dizê-lo hoje, num contexto em que essas condições estão completamente alteradas para melhor, não é dizer pouco dela.

Uma dessas limitações, recorrentemente apontada, como vimos, é a de não conter a obra a indicação precisa das fontes em que o autor se baseou. Pois é justamente essa limitação que agora está sendo superada em virtude da edição primorosa que hoje te-

nho a grata satisfação de apresentar, e que foi organizada por Maria Clara Medeiros Santos Neves, pesquisadora que já prestou anteriormente outros relevantes serviços à cultura capixaba e que agora nos brinda com mais este.

Um vasto conjunto de 847 notas foi acrescentado à edição original, exclusivamente na parte que se refere à cronologia propriamente dita. Essas notas distribuíram-se proporcionalmente ao longo do texto, mantendo-se a mesma concentração que Daemon atribuiu a cada um dos séculos: assim, para o século XVI foram 135 (1-135), para o século XVII, 65 (136-201), para o século XVIII, 110 (201-311), e 535 (312-847), ou seja, 63,1%, para o século XIX.

Para redigi-las, Maria Clara Santos Neves utilizou uma ampla bibliografia que foi também acrescentada no final do volume e que consta de cerca de centenas de títulos. Além disso, foram utilizadas também inúmeras fontes primárias compostas pelos documentos que o próprio Daemon havia doado ao IHGB e muitos outros documentos que também foram citados integralmente no final.

Ao lado de velhos cronistas e historiadores anteriores a Daemon, que ele mesmo pode ter utilizado, como Pizarro, Varnhagen, Rubim, Southey, Vasconcelos, Simão de Vasconcelos, Antonil, Machado de Oliveira, Acióli, e tantos outros, ela também se serviu de autores posteriores a Daemon, tais como o próprio Teixeira de Oliveira, Mário Freire, Capistrano de Abreu, Dom João Nery, Alberto Lamego, Gabriel Bittencourt, Rocha Pombo, Levy Rocha, Serafim Leite, Basílio Röwer, e muitos outros.

No conjunto, essas notas não apenas enriqueceram e deram consistência ao trabalho de Daemon, conferindo-lhe também a credibilidade que sua obra há muito merecia. Em geral, confirmam grande parte das afirmações de Daemon, poucas vezes retificando-o, mas fazendo isso também, quando foi o caso. Mas as notas têm ainda outro mérito: é que, apesar de serem bastante esclarecedoras e adequadas, não são demasiadamente extensas e maçantes.

Por tudo isso, mas sobretudo pela iniciativa de reeditar esta obra, sem dúvida nenhuma um marco fundamental da identidade historiográfica do Espírito Santo, nos congratulamos com Maria Clara Medeiros Santos Neves e sua equipe.

Estilaque Ferreira dos Santos.

Historiador.

Fontes e referências bibliográficas

ACHIAMÉ, Fernando. Apresentação e notas de *A capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores 1535-1822*, op. cit.

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. O reconhecimento da terra capixaba. *RIHGES*, 7, março de 1934, p. 62-6.

BITTENCOURT, Gabriel. *Historiografia capixaba & imprensa no Espírito Santo*. Vitória, Edit, 1998.

CARVALHO, Felipe Nunes. Do descobrimento à União Ibérica, in: JOHNSON, H. e SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coords.). *O império luso-brasileiro 1500-1620*. Lisboa, Estampa, vol. VI, 1992.

CLÁUDIO, Afonso. *História da literatura espírito-santense*. 2ª. ed., fac-similada, Rio de Janeiro, Xerox, 1981.

_____. *Insurreição do Queimado*. 3ª. ed., Vitória, Edufes/SMC, 1999.

_____. “Insurreição do Queimado”, in *A Província do Espírito-Santo*, Vitória, 13 de março de 1885, p. 2.

CORTESÃO, Armando. *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*. (Contribuição para um estudo completo). Lisboa, Seara Nova, vol. I, 1935.

CORTESÃO, Jaime. *Os descobrimentos portugueses*. Lisboa, Arcádia, vol. II, s/d.

_____. *Os descobrimentos portugueses*, vol. III. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990.

_____. *A expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*. Lisboa, Portugalia, 1967.

COUTO, Jorge. *A construção do Brasil: (Ameríndios, portugueses e africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos)*. Lisboa, Cosmos, 1995.

DAEMON, Basílio. *Província do Espírito Santo. Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Vitória, Tipografia do Espírito-Santense, 1879 (acessível em http://www.ape.gov.br/pdf/Daemon_Parte_1.pdf. Acesso em 10.04.2007).

DAVIES, Stephen, *Empiricism and History*. Nova York, Palgrave MacMillan, 2003.

ENCISO, Martín Fernández. *Suma de geografia*. Madrid, Estades, 1948.

FERNANDES, Duarte. *Livro da viagem da náu Bretoa ao Cabo Frio em 1511*, texto anotado por F. A. de Varnhagen. Rio de Janeiro, Tipografia de D. L. dos Santos, 1867.

FREIRE, Mário Aristides. *A capitania do Espírito Santo: Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores 1535-1822*. Vitória, Vida Capichaba, 2008.

GERVINUS, G. *Fundamentos da teoria da História*. 2009, s/ed.

GUEDES, Max Justo. As primeiras expedições portuguesas e o reconhecimento da costa brasileira, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 287, abril-junho, 1970.

_____. *Conhecimentos geográficos do Brasil em Portugal e em Espanha em 1540*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.

LEITE, Duarte. O mapa mais antigo do Brasil, in Dias, Carlos Malheiros (org). *História da colonização portuguesa do Brasil*. Porto, Litografia Nacional, 1923.

LISBOA, João de. *Livro de marinharia e tratado da agulha de marear*, copiado e coordenado por Jacinto Inácio de Brito Rebelo. Lisboa, Imp. de Libânio da Silva, 1903.

MARQUES, C. A. *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província do Espírito Santo*, 1878, disp. <http://www.ape.es.gov.br>.

NEVES, Luiz Guilherme Santos. Apresentação e notas de *Insurreição do Queimado*, op. cit.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3ª. ed., Vitória, Secretaria de Estado da Cultura/Secretaria de Estado da Educação, 2008.

PENA, Misael. *História da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro, Tipografia Moreira, 1878.

PEREIRA, Amâncio. *Noções abreviadas de geografia e história do Estado do Espírito Santo*. 6ª. ed., Vitória, Tipografia Coelho, 1922.

PEREIRA, Duarte Pacheco. *Esmeraldo de situ orbis*. 3ª. ed, introdução e anotações de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1988.

PEREIRA, Moacyr Soares. *A navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio*. Rio de Janeiro, ASA Artes Gráficas, 1984.

PERES, Damião. *História dos descobrimentos portugueses*. Portucalense, Porto, 1943.

RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides brasileiras*. Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, Imprensa Nacional, 1946.

ROCHA, Levy, *De Vasco Coutinho aos contemporâneos*. Vitória, s/ed, 1977.

RUBIM, Brás da Costa. Notícia cronológica dos fatos mais notáveis da história da província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório, in *RHGB*, tomo XIX, 2º trimestre de 1856, nº 22.

_____. *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*. S/ed., 1861.

RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir à História até ao ano de 1817, e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo, integrante do Reino do Brasil*. Lisboa, 1840.

SOUZA, Pero Lopes de. Relação da navegação de Pero Lopes de Souza 1530-1532, in *Martim Afonso de Souza*. Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, Alfa, 1989.

VARNHAGEN, F. A. E. *História geral do Brasil*. São Paulo, Melhoramentos, 4ª ed., 1948.

VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo*. Vitória, Tipografia de. P.A. de Azevedo, 1858.

VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: Cartas de viagens e descobertas*. Porto Alegre, 1984.



DEDICATÓRIA AO IMPERADOR, D. PEDRO II

À

S. M. O IMPERADOR.

Senhor!

Não podíamos dedicar a outrem o fruto de nossos incessantes estudos durante seis e meio anos, senão a V. M. imperial: o primeiro cidadão deste vasto império, o propugrador estrênuo das letras pátrias, o protetor constante daqueles que se hão esforçado por esclarecer a história de nosso país, que até certa época era bastante obscura.

É, Senhor, o fruto de um trabalho aturado, feito e publicado sob nossas únicas expensas, e que, com dificuldade e sacrifício o concluímos, já pelo dispêndio na obtenção de obras raras e manuscritos até hoje ignorados, como pelo tempo que empregamos no compulsar e estudar o que havia de notável a respeito da província do Espírito Santo. Não terá esta publicação o mérito das obras de grande fôlego, mas conterá em si um predicado, e esse é, a verdade dos fatos aqui narrados, descritos e reunidos com insano trabalhar.

Esperamos, Senhor, em Vossa Magnanimidade aceiteis este livro, projetado com o patriotismo de quem quer ser útil a seu país, pois descrevemos nele o que há e tem havido de notável nesta província, na fé de que prestamos, com isso, um serviço à nossa pátria.

Aceitai-o, pois, Senhor.

De V. M. imperial

Súdito leal e reverente

Basílio Carvalho Daemon



PROÊMIO

É de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado, quase que unicamente, como também pelos vossos próprios torneis aquela a que pertenceis digna dos foros da posteridade.

(D. Pedro II, imperador do Brasil)

I.

A **história de um povo**, seus sucessos civis, militares, políticos, eclesiásticos e literários é a biografia da humanidade, é, segundo Emerson, a obra das ideias, registro da incomparável energia que suas infinitas aspirações infundem no coração do homem. Plutarco e Montaigne, a nosso ver, foram os maiores espíritos dos séculos passados, e os que mais influíram no aparecimento dos homens de ação e nos homens de ideias, um apresentando a heroicidade e feitos brilhantes de seus maiores, para que fossem imitados; outro descrevendo fatos, que se haviam dado em diferentes épocas, e nos quais o espírito humano tomou interesse ativo.

É, pois, a história um grande auxiliar para os que se entregam à investigação das coisas passadas, é ela ainda que fornece aos escritores os mais belos episódios para a confecção de trabalhos literários. Um povo que ignorar os feitos de seus antepassados, pode-se dizer que desconhece os fatos mais importantes de sua história pátria.

Nesse intuito, quisemos prestar um serviço à província, e àqueles que se ocupam de nossa história, não indo neste nosso trabalho, senão a prova de amor pelo nosso país, e o quanto acatamos tudo que diz respeito a esta província.

Não temos pretensões a historiador; é simplesmente a sinopse de tudo quanto há sido escrito, e o que colhemos de documentos raros e manuscritos até o presente ignorados, o que nos moveu a publicar o que havíamos colhido de nossos longos estudos. Se prestamos um serviço às letras pátrias, regozijar-nos-emos com isso, na convicção de que fomos imparciais na maneira por que investigamos e encaramos tudo quanto havia sobre a matéria, e que veio ao nosso conhecimento com bastante sacrifício, parte devido à dedicação de amigos, que de bom grado se prestaram a consultar escritos por nós apontados, e que sabíamos existir em arquivos e bibliotecas do país e fora dele, parte por manuscritos e obras raras que vieram às nossas mãos. É assim que reunimos neste volume o que se vai ler sobre a descoberta, história e estatística da província do Espírito Santo.

II.

Muitos e importantes escritores tem tido esta província, e que dela se têm ocupado, entre eles podemos citar José Marcelino Pereira de Vasconcelos, padre Alvarenga Sales, [Azambuja] Susano, [Brás da Costa] Rubim, padre Inácio Bermudes, [José Maria] Mercier, padre Fraga, Dr. Tomás Pessoa, Ferreira das Neves e outros, que se entregaram a indagações, compulsando documentos históricos e dando-os à luz, querendo com isso prestar a seus concidadãos serviço de tanto alcance, para o conhecimento pleno do que houve nos tempos idos, e que veio mais ou menos aclarar aqueles que se achavam na ignorância de fatos tendentes à descoberta, povoação, moral, costumes, guerras, encontros, defesa, senhorios, governo e homens desta província; sendo conservados tais escritos como auxiliares aos escritores modernos, que da história da província se quiserem ocupar, e cujos fatos se veem no *Semanário, História da província do Espírito Santo, Relatório e notícia histórica, Memória sobre a província do Espírito Santo* e publicações em alguns jornais. Lemos, pois, tudo que havia a respeito, e desse estudo suscitaram-se em nosso espírito dúvidas que desejamos sanar, vindo assim no conhecimento da verdade; entre elas o que fez-nos impressão foi o dia em que descobriu-se a província, visto que a discordância entre diferentes escritores que trataram do assunto era palpável, já na data, como na época apresentada em suas memórias, relatórios, informações e apontamentos. Em conversações que por muitas vezes tivemos respeito à matéria, com pessoas que mais ou menos deviam conhecer alguns documentos existentes nos arquivos da província, mormente os da biblioteca do Colégio dos jesuítas desta província, que um incêndio destruiu em princípios deste século, como do Arquivo Provincial, que pelas traças e por sonegações em tempos passados desapareceu, e alguns talvez hoje façam parte da biblioteca de alguns curiosos, pouco pudemos colher ou encontrar que nos viesse elucidar na dúvida em que laborávamos, julgando até, que de positivo a este respeito nada existiu.

III.

A época em que se descobrira a província tornara-se para nós como que assunto para um estudo contínuo. Consultamos Saint-Adolphe, Pizarro, Lopes de Moura, Southey, frei Jaboaão, João de Barros, Aires do Casal, Simão de Vasconcelos, Rocha Pita, Abreu Lima, Vaz Caminha, Rubim, José Marcelino, Ramusio Viaggio, Cândido Lusitano, frei Gaspar, Melo Moreira e tantos outros, e em seus escritos nada de exato encontramos que nos viesse esclarecer.

Rubim, José Marcelino, o incansável escritor, assim como Pompeu, só nos dizem que em 1525 foi descoberto o território da província do Espírito Santo, com o que não concordamos, visto nenhum antigo cronologista tratar de fato algum acontecido nesse ano, nem de ter vindo frota alguma ou navegante a terras do Brasil, nesse período.

Aires do Casal, Jaboaão, Vaz Caminha, Ramusio Viaggio, Pero Lopes, frei Rafael de Jesus, frei Manoel Calado e outros cronistas nada adiantaram sobre tal assunto, ficando nós na mesma e primitiva dúvida, que por demais ocultava a verdade.

Alguns escritos que encontramos nesta cidade, já em jornais antigos, já em fascículos de alguns escritores, dão como sendo descoberta a província do Espírito Santo a 23 de maio de 1535, erro crasso de história, visto que a 27 de maio de 1534 foi passada a carta de doação desta então capitania a Vasco Fernandes Coutinho, por D. João III, de 50 léguas parte sul da barra do rio Mucuri ao sul do Itapuama (Itabapoa-na), segundo a primeira divisão, tendo-se a 7 de agosto do mesmo ano passado o foral, confirmando a doação; chegando o mesmo a esta então capitania a 23 de maio de 1535 com sessenta pessoas a tomar dela conta. Veio consigo D. Jorge de Menezes e Simão de Castelo Branco, que nada deixaram escrito sobre essa matéria. À vista disto era impossível a confirmação de tal data, a da sua descoberta.

Varnhagen, Justiniano da Rocha, Melo Moraes, Pompeu, João Manoel, Fernandes Pinheiro, Joaquim Norberto, ilustres historiógrafos, que têm sido incansáveis no estudo das coisas do nosso país, também pouco adiantaram nesta parte em suas investigações, discordando quanto à época da descoberta da província; no entanto, foi o Sr. Varnhagen, barão de Porto Seguro, que melhor aproximou-

-se da verdade, a nosso ver, pois que, quanto mais não fosse, deu ensanchas¹ para que se cuidasse em consultar documentos apontados em suas obras.

À vista disto atilou-se-nos o desejo de investigarmos tudo que houvesse, visto os próprios dicionários históricos e geográficos antigos e modernos, que possuímos, também nada adiantarem, como o de Rienzi, à página 273, Saint-Adolphe, à página 348 e 353, Botelho, à página 495, Desobry e Bachelet, à página 950, Lacerda, à página 1.146, Bouillet, à página 577, e outros que, a respeito da matéria, são omissos. Quisemos, pois, ir mais longe, e assim o fizemos.

Dirigimo-nos para isso a alguns amigos em diferentes províncias e fora mesmo do país, podendo obter dessa forma alguns documentos extraídos de arquivos e bibliotecas da Corte, Bahia, Pernambuco, Portugal e Holanda, que nos vieram esclarecer sobre o ponto de investigação a que nos havíamos entregado; e muito ainda nos auxiliou o Sr. Dr. José Higino Duarte Pereira, que vendo o desejo que tínhamos na averiguação de fatos sobre a história e descoberta da província, boamente se prestou a nos fornecer o que tinha colhido durante o longo e persistente estudo sobre a *História do Brasil no domínio holandês*, na tradução das obras de Laët, Nieu[ho]f, Arnaldo Montanos e Van den Broeck, diários escritos em holandês do século XVII, e que só o muito amor ao trabalho faria com que o eminente e talentoso tradutor se dedicasse ao estudo do holandês antigo. Muito ainda nos auxiliaram as Datas Célebres do inteligente bibliófilo e jornalista, o Sr. José de Vasconcelos, como grato somos ao nosso finado e dedicado amigo Almeida, de Portugal, que não se poupou a esforços, para nos enviar dali o que a respeito da matéria pôde colher na Torre do Tombo e em bibliotecas, e assim podemos quase afiançar que a descoberta da província do Espírito Santo foi dada de 4 a 8 de julho de 1504.

Quanto à história da província aí se acham cronologicamente apontados todos os fatos conhecidos e muitos ignorados até hoje, cujos documentos possuímos em originais, traslados e certidões, antigos e modernos.

Dito isto, prossigamos, deixando aos críticos o analisar se bem ou mal caminhamos ao fanal de nossas aspirações.

Eles que julguem de nosso trabalho, e que deem a sentença que lhes aprouver em suas ilustradas e criteriosas opiniões.

¹ No original está *enxâncias*. A palavra significa *oportunidade*.



PRIMEIRA PARTE

ESTUDOS SOBRE A
DESCOBERTA
DA PROVÍNCIA

Conhecido é de todos, que tendo Pedro Álvares Cabral saído de Lisboa a 9 de março de 1500, com uma armada de 10 caravelas e 3 navios redondos, tendo por guarnição 1.200 homens, entre marinheiros e soldados, se fizera em derrota para a Índia, reinando el-rei D. Manoel, chegando a 22 do mesmo mês em frente às ilhas de Cabo Verde; mas, tendo-se nessa noite separado um dos navios da frota, este tornou para Lisboa, continuando no entanto Cabral sua viagem, mas afastando-se das costas da África para evitar as calmarias que quase sempre aí reinam em certo tempo, mormente na costa de Guiné.

Tendo-se a frota feito ao mar, consideravelmente, mais do que devia, descobriram os navegantes sinais de terra próxima, como fosse o aparecimento de quantidade de ervas a que dão o nome de *rabo de asno* e *botelho*, isto no dia 21 de abril, o que os surpreendeu. No dia 22, Cabral prosseguiu no mesmo rumo que trouxera até então, por força maior, quando o gajeiro, pela tarde, declarou avistar terra, que era o cimo da serra dos Aimorés, que teve o nome de monte Pascoal, encontrando o navio ao anoitecer uma profundidade de 25 braças, dando após fundo os navios, nesse lugar.

No dia seguinte Cabral mandou levantar ferros e fez-se para terra, e às 10 horas largaram ainda os navios as âncoras.

A 24 levantou ferros a frota a conselho dos pilotos e prosseguiu viagem por junto à costa do Brasil, tendo feito uma derrota de 10 léguas ao sul, largando ainda as âncoras os pequenos navios em um porto que reconheceram bom, fundeando os navios de maior calado a uma légua pouco mais ou menos dos primeiros. Este fundeador foi o que teve e tem ainda hoje o nome de Porto Seguro. Aires do Casal no entanto diz que Cabral fundeara na enseada Cabrália, quatro léguas ao norte de Porto Seguro.

No dia 25, segundo Vaz Caminha, entraram no porto e aí fundearam, conservando-se todo o mês a explorarem a terra. No dia 2 de maio foi despachado e seguiu para Lisboa um navio com Gaspar de Lemos por capitão, a levar a notícia desta descoberta a D. Manoel, tendo Cabral prosseguido viagem para o cabo da Boa Esperança.

Fica provado que Pedro Álvares Cabral não ultrapassou o sul de Porto Seguro a mais de 16° 28' e 50" de latitude, e 14°, 23' e 33" de longitude ocidental.

Nesse mesmo ano, no dia 26 do mês de janeiro, segundo Herrera, ou a 29 segundo outros, Vicente Yáñez Pinzón aportou ao cabo de la Consolation, hoje Santo Agostinho, em 8°, 20' e 41" de latitude, e 37°, 16' e 57" de longitude ocidental; embora o

padre Aires do Casal isto contrarie, dizendo que o cabo de la Consolation é o cabo do Norte, 2° de latitude setentrional; mas seja como for, o que é certo é que, navegando para o norte, descobriu as bocas do rio Amazonas que intitulou de rio Doce, tendo cativado 36 indígenas que levou para a Espanha; não conhecendo, pois, as costas da Bahia e nem desta província.

Ainda neste ano, Diogo Lepé aportou ao cabo de Santo Agostinho, tendo-o igualmente, como Pinzón, dobrado em rumo de norte, verificando toda a costa até o Amazonas, onde entrou; mas os indígenas, irritados pelo modo por que os havia tratado Pinzón e sua gente, atacaram os que vieram à terra. Lepé tomou posse do país em nome de Espanha e voltou a dar conta da descoberta.

Como se verifica, também Lepé não conheceu a costa sul, pois que Herrera nada diz a respeito, nem crônica alguma faz disto menção.

Em 5 de março de 1501, João da Nova indo à Índia como capitão de 4 navios, a mandado de el-rei D. Manoel, aproximou-se das costas desta província, porque tocou na ilha da Ascensão, hoje da Trindade, que fica a 20° ½ de latitude sul, ou 120 quilômetros a este das costas desta província, dando dela notícia. Ainda este navegante não reconheceu também esta parte do Brasil.

Há aqui um fato a notar, e é que se encontra em Saint-Adolphe e outros, como sendo essa ilha descoberta por Tristão da Cunha em 1770, o que é um erro, à vista de ser já conhecida em 1501 por João da Nova.

Convencido D. Manoel do quanto lhe seria aproveitável a exploração da nova terra descoberta por Álvares Cabral, mandou aprestar uma expedição composta de três caravelas, entregando o comando das mesmas a Gonçalo Coelho, que a 10 de maio do mesmo ano de 1501 fez-se de vela em rumo de oeste, sendo esta a primeira expedição vinda, por mandado direto, às costas do Brasil. Foi nesta expedição, segundo diversos autores, que veio Américo Vespúcio, não sabendo-se ao certo se como cosmógrafo, piloto ou escrivão; enquanto que Navarrete julga ter vindo como simples tripulante, contra a opinião de Simão de Vasconcelos, Aires do Casal e o Sr. José de Vasconcelos, que certificam ter vindo com caráter importante; assim o dizem ainda Herrera e o próprio Américo Vespúcio em sua notícia sofismática, fazendo crer ter ele aqui vindo em caráter superior de comandante e a mandado de el-rei de Portugal, que muito o considerava.

Seja como for, o nosso propósito é outro, e não tratamos de verificar um tal fato, continuando em nossas averiguações.

Navegou, pois, Gonçalo Coelho em direitura às Canárias, e daí seguindo costeou a África até o Cabo Verde, como confirma Ramusio Viaggio: — *Veniseмо alla prima terra giunta col Capo-Verde, etc.*

Havendo descansado, munindo-se a expedição de comestíveis, levantou ferros e navegou em direitura ao polo Ártico, durante três meses e três dias, segundo diz o próprio Vespúcio; tendo durante esse tempo sofrido muitíssimas fadigas em consequência de grandes tormentas que teve de suportar. A 16 de agosto, finalmente, avistaram terra e fundearam as caravelas a 5° de latitude sul, a meia légua de distância de terra, em um cabo a que deram o nome de São Roque em honra ao santo deste dia, o qual fica na costa do Rio Grande do Norte.

Aí desembarcaram na costa, deixando alguns objetos aos índios, que se achavam em um monte próximo, e não quiseram descer à praia, apesar dos sinais que lhes fizeram: só quando retirados os portugueses é que se animaram a buscar os objetos deixados. No dia 17 foram a terra, e dois marinheiros que se animaram a ir ao centro a ter com os índios não mais voltaram. A 24, quando se preparavam as caravelas a levantar ferros, viram vir à praia muitos indígenas, o que os resolveu a irem ter com eles, e com efeito o fizeram, indo a mandado um marinheiro a falar com os aborígenes, a indagar dos companheiros: foi logo rodeado pelas mulheres que enquanto o apalpavam, uma, dentre elas, vindo por detrás lhe descarregou sobre a cabeça uma forte pancada com um pau, estendendo-o logo morto; no entretanto que as outras após o arrastaram logo para o monte. Os índios, em seguida, atacaram o restante dos marinheiros, que se achavam nos escaleres, os quais para serem salvos foi preciso que dos navios disparassem tiros com metralha, o que os fez afugentar para o monte; quanto ao pobre marinheiro morto, tendo para ali sido arrastado foi reduzido a postas e assado, servindo de pasto a esses canibais.

Por ordem de Gonçalo Coelho deu-se imediatamente à vela em rumo de sul, sempre à vista da terra, chegando a 24 ao cabo de Santo Agostinho, nome dado por Gonçalo Coelho, também em honra ao santo deste dia, como confirma[m] Aires do Casal e Varnhagen. Aí fundearam os navios, demorando-se cinco dias, vindo gente à terra, onde foram recebidos pelos indígenas com muito carinho.

A 2 de setembro levantaram âncoras e seguiram viagem para o sul, passando a 4 de outubro em frente ao rio São Francisco, hoje da comarca do mesmo nome, defronte da vila da Barra do Rio Grande, seguindo sempre a mesma derrota, sem tocar em terra.

No 1º de janeiro de 1502, chegou Gonçalo Coelho à barra da baía do Rio de Janeiro, dando-lhe este nome, o de Rio de Janeiro, por com efeito julgarem que era um rio. Discordam no entretanto Brito Freire, que diz chamarem-no os indígenas Niterói e Guanabara, e segundo o quer Léry. Pouco demorou-se aí Gonçalo Coelho, seguindo sua derrota, sempre para o sul, passando em frente à ilha dos Reis Magos, que julgamos ser a atual ilha Grande, pois que há discordância nos autores, visto que o Sr. Dr. Lopes de Moura, Saint-Adolphe e outros disso duvidam, querendo uns que esse nome tivesse sido dado a Angra dos Reis e outros à ilha Grande, e que fosse Martim Afonso quem denominara aquela paragem de Angra dos Reis a 6 de janeiro de 1532, quando ali aportara.

Ainda igual dúvida se dá com o nome de São Sebastião a uma ilha pertencente a São Paulo, antiga capitania de São Vicente, e que fora Gonçalo Coelho quem lhe dera tal nome, segundo afirma o Sr. José de Vasconcelos, pois que nem Aires do Casal, nem Simão de Vasconcelos, nem Magalhães Gandavo, primeiro escritor sobre o Brasil, nada disseram a respeito.

Seja como for, continuemos em nosso primordial propósito.

A 22 chega Gonçalo Coelho à embocadura de um rio, aonde entrando com as caravelas fundeou, dando a este porto o nome de São Vicente. Aí demorou-se 24 dias, sortindo-se de víveres e água, sendo todos bem recebidos e tratados pelos indígenas, e ali ficando com eles o condenado João Ramalho.

A 15 de fevereiro, segundo Américo Vespúcio, Gonçalo Coelho fez-se de vela para o sul, indo até 32º de latitude meridional, aonde, não podendo resistir ao grande frio, deram de proa para o Equador entre rumo de norte e nordeste, e depois de 1.300 léguas de viagem tocaram à Serra Leoa, onde também demoraram-se 15 dias, chegando a Portugal a 7 de setembro do mesmo ano.

Conclui-se do exposto que Gonçalo Coelho não tocou à costa desta província, pois que nenhum escritor o diz, nem o próprio Américo Vespúcio noticia-o em seu roteiro.

A 10 de junho de 1503, parte de Lisboa uma frota composta de seis caravelas, tendo por comandante Cristóvão Jaques, a vir explorar toda a costa do Brasil; pois que

el-rei D. Manoel, achando-se muitíssimo satisfeito com o resultado que tirara da primeira expedição vinda a terras do Brasil, de que fora comandante Gonçalo Coelho, resolvera a mandar esta para melhor verificar as novas descobertas.

Conquanto haja divergência em alguns cronistas sobre a data da partida de Cristóvão Jaques, assim como se viera primeiro que Gonçalo Coelho, hoje está suficientemente provado por historiadores que disso se têm ocupado, em que fora esta justamente a época da partida do insigne viajante, pelos maços e manuscritos encontrados na Torre do Tombo, por onde se verifica ser esta a verdadeira data de sua partida.

Américo Vespúcio ainda veio nesta frota, e é ele que relata os resultados e explorações desta segunda expedição.

Tendo, pois, partido as caravelas de Lisboa vieram em direitura a Cabo Verde, onde se demoraram treze dias, no fim dos quais continuaram a derrota em rumo do sudoeste.

Cristóvão Jaques, que passa por ter sido homem de muita presunção e teimoso, quis que a frota se dirigisse para Serra Leoa, na então Etiópia Meridional, para fazer o reconhecimento desta costa, contra a opinião de todos os outros capitães das caravelas, que negavam essa necessidade e ser prejudicial à expedição, por péssima a época para uma tal verificação. Com efeito, não sendo favorável a estação, sofreu a frota um temporal terrível, que a ia perdendo, tendo de voltar a tomar rumo em direitura ao ponto de viagem a que se tinha destinado, isto é, em rumo de sudoeste.

Depois de mais de 900 milhas de navegação, descobriram os navegantes, cerca de 3º de latitude sul, no meio do oceano, uma ilha desabitada, e com duas léguas pouco mais ou menos de comprimento, sobre uma de largura, tendo batido sobre os arrecifes da mesma a caravela *São Lourenço*, que espedaçou-se, salvando-se unicamente a equipagem, mas perdendo-se todas as provisões.

Esta ilha é, segundo se colige, a de Fernando de Noronha, e que Vespúcio a explorara por ordem de Cristóvão Jaques, achando nela bom ancoradouro e excelente água, havendo aí muitíssimos pássaros.

Tornando ao mar, Américo Vespúcio não pôde encontrar os navios, e só no fim de nove dias é que encontrou-se com uma das caravelas, a que era do comandante; caminhando então juntas, porque assim tinham de proceder, segundo as instruções que haviam recebido, que ordenavam a prosseguirem unidos para a terra que Américo Vespúcio, em sua antecedente viagem com Gonçalo Coelho, tinha visto.

Surgiu pois a frota, pouco mais ou menos no dia que indicamos, e que com certeza não podemos afiançar ser a 14 de outubro do mesmo ano, a 6° de latitude sul, na baía da Traição; daí desceram as duas caravelas no mesmo rumo, tendo a costa sempre à vista, e verificando seus pontos principais.

No 1° de novembro, depois de uma viagem de dezessete dias da saída da baía da Traição, encontraram as duas caravelas em que iam Cristóvão Jaques e Américo Vespúcio a baía de Todos os Santos, assim por eles denominada em honra deste dia, em que a Igreja celebra a festividade de Todos os Santos. Aqui ficaram estacionados por dois meses e quatro dias, à espera que aparecesse o restante das caravelas que se haviam separado, e das quais nunca mais delas se houve notícia.

Finalizou este ano com a demora das duas caravelas na Bahia, no lugar acima dito, e onde foi assentado o segundo padrão com as quinas de Portugal, segundo o Sr. José de Vasconcelos, e que o mesmo Vespúcio diz no seu roteiro.

Há a notar a vinda neste ano de Afonso de Albuquerque às costas do Brasil, o qual tendo saído a 6 de abril, comandando uma esquadra com direção à Índia, aqui chegou, não havendo notícia alguma do porto em que tocara, nem tão pouco o que vira no país, pois nada existe a respeito desta viagem.

Chegamos ao ano de 1504, em que Cristóvão Jaques, vendo que não apareciam as três caravelas, mandou a 4 de janeiro levantar ferros aos dois navios e fazendo-se de vela deixou a baía de Todos os Santos; e desceu para o sul, sempre unido à costa, observando e verificando-a, vindo surgir a 16° de latitude sul e 30° de longitude ocidental do meridiano de Lisboa, no lugar em que estivera Cabral em 1500, quando descobrira o Brasil, e a que dera o nome de Porto Seguro, que ainda hoje é conservado.

Demoraram-se aí as duas caravelas seguramente cinco meses, reparando avarias e fazendo Cristóvão Jaques construir um forte em terra, à beira-mar, no qual deixou dois frades franciscanos e vinte e quatro homens da caravela *São Lourenço*, que se perdera nos recifes da ilha de Fernando de Noronha, assim como doze peças de artilharia, munições e provisões para seis meses. Esta guarnição entrou, sem obstáculo dos indígenas, no interior do país, voltando carregada de objetos os mais curiosos.

Há um engano a sanar-se na história, e é que, a 16 deste mês, fez el-rei D. Manoel a primeira doação de terras do Brasil, e foi a da ilha de São João, que se diz ser a de Fernando de Noronha, feita a um cavalheiro fidalgo por nome Fernão Noronha, re-

zando a própria carta de doação ser ele o seu descobridor, quando não há notícia alguma de como ele a descobriu, e só dela se faz menção no relatório de Américo Vespúcio em sua segunda viagem com Cristóvão Jaques, na ocasião em que se perdera a caravela *São Lourenço*. Mas seja ou não exata esta circunstância, prossigamos no que nos convém provar.

A 28 de junho, depois de preparadas e providas as caravelas, mandou Cristóvão Jaques levantar âncoras e fez-se na mesma derrota de rumo de sul, percorrendo toda a costa e tocando em muitas paragens, fazendo o reconhecimento de rios, baías e enseadas, ficando marcos em diferentes pontos, iguais aos dois que havia colocado na baía da Traição e na de Todos os Santos.

Ancoraram as caravelas em muitos lugares, tomando-se notas dos pontos principais e fazendo-se exames deles, segundo as instruções que se havia recebido de el-rei D. Manoel.

Cristóvão Jaques, depois de haver percorrido toda a costa do Brasil, feito sondagens e reconhecimentos em toda ela, sempre em derrota de sul, prosseguiu sua navegação até o cabo das Virgens no estreito de Magalhães, depois, voltando, carregou as duas caravelas de pau-brasil, o que fez dar este nome às terras de Santa Cruz, em consequência desta importante mercadoria. Seguiu depois para Portugal a dar conta de sua missão.

Como se vê, Cristóvão Jaques percorreu para o sul toda a costa brasileira desde a baía da Traição, reconhecendo todos os pontos que se lhe ofereciam à vista, assentando marcos nos mais necessários, para provar a possessão de Portugal, o que faz com que se reconheça ser ele o primeiro navegante que tocou nesta província.

Reservamos para lugar competente as provas cabais de nossas asserções, o que aqui não demonstramos, por só termos em vista a comprovação dos navegantes que de 1500 a 1535 chegaram ou tocaram as nossas plagas.

Em 1507, tendo saído de Lisboa com destino à Índia D. Francisco de Menezes, que vinha por comandante de uma frota que para ali se destinava, aproximou-se da costa brasileira, tendo-a à vista por alguns dias, mas não tocando em ponto algum, segundo confirmam vários cronistas.

No ano de 1506 três navegantes chegaram ao Brasil, e foram Tristão da Cunha, que em viagem para a Índia aproximou-se de Pernambuco, costeando-o e tão próxi-

mo que descobriu e mesmo talvez reconheceu o rio que denominou de São Sebastião; mas que, por não ter determinado a latitude, é hoje desconhecido, e a que havia dado tal nome, não tendo ultrapassado esse ponto entre 7° a 9° de latitude.

Os dois exploradores portugueses de nomes João de Lisboa e Vasco Galego de Carvalho vieram diretamente ao Brasil neste mesmo ano: João de Lisboa só tocou o extremo sul deste império, tendo subido o rio da Prata até a distância de 900 milhas. Vasco Galego veio ter ao cabo de Santa Maria, tendo-o dobrado sobre o lado oriental, e costeado até chegar à embocadura do rio Uruguai, que reconheceu.

Nenhum destes navegantes conheceu a costa desta província.

Tendo o rei de Castela, Granada e Aragão, D. Fernando V, resolvido mandar prosseguir na descoberta de terras da América, para o sul, e das quais se veio a apossar, enviou dois intrépidos navegantes espanhóis a fazer esta exploração, mas, com ordem de não se demorarem em lugar algum; somente fazendo os respectivos reconhecimentos das terras que descobrissem, seus portos, baías e rios, avisando ao rei sobre a melhor maneira de se poderem povoar os lugares descobertos. Foram estes navegantes João Dias de Solis e Vicente Yáñez Pinzón, que nos deixaram alguns dados a respeito.

Estavam determinadas aos dois navegantes as suas respectivas obrigações, tendo Solis o direito de marcar o rumo a se tomar, cumprindo no entanto consultar a Pinzón e aos outros pilotos, e devendo os navios chegar todos os dias à fala, pela manhã e à tarde, pelo motivo da ambição que havia de querer cada um, de per si, fazer descobertas, fugindo de prestarem obediência aos comandantes das frotas, trazendo com isso graves desinteligências e o não sujeitarem-se, como deviam, às ordens dos chefes, fugindo ao trabalho, pela glória que desejavam ter de haverem descoberto qualquer paragem.

A Solis ainda competia o direito de levar o respectivo farol enquanto embarcado. Em terra era devolvido a Pinzón o comando, pelo que, antes de partirem de Sevilha, haviam perante um tabelião concordado nos sinais a fazerem e certos direitos que lhes competiam.

Ainda tinham ordem de, nem na vinda nem na volta, desembarcarem ou tocarem em terras pertencentes à coroa portuguesa; como também, só na volta da expedição podiam permutar e formar estabelecimentos nas terras que houvessem descoberto.

Eram duas as caravelas partidas, sob os comandos de Solis e Pinzón, vindo em rumo

de sudoeste, alcançando o cabo de Santo Agostinho a 8° 20' 41" de latitude e 37° 16' 57" de longitude ocidental; dobraram-no em rumo de sul, costeando toda a terra abaixo no mesmo rumo até 40°, desembarcando em alguns portos e enseadas, erigindo cruzeiros, e tomando posse de quase toda a nossa costa para a coroa de Castela e Aragão.

Felizmente para nós, entre os dois comandantes se deram tais dissensões, que viram-se obrigados a voltar sem quase nada ter-se aproveitado desta viagem; resultou ainda, em sua volta, ser examinado com o maior escrúpulo o proceder e conduta de ambos pela Casa da Contratação, que absolveu Yáñez Pinzón e condenou à prisão a João Dias de Solis.

Querem alguns historiadores que esta expedição tocasse em terras desta província, o que não duvidamos; mas também a esse respeito nada há de positivo, nem vem destruir que fosse Cristóvão Jaques o primeiro que tocasse e reconhecesse as costas da província e seus portos.

Em 1510 deu-se o naufrágio, sobre os baixios da baía de Todos os Santos, do navio em que vinha Diogo Álvares (Caramuru). Ele e mais oito companheiros foram os únicos que escaparam ao furor das ondas, e cuja história é bastante conhecida de todos, já pelas descrições de cronistas, como de historiadores. Os poetas fizeram de Caramuru quase um herói como os dos tempos fabulosos, no que acompanhamos ao Sr. José de Vasconcelos, cônego Fernandes Pinheiro e Santa Rita Durão, que foi o seu principal cantor. Historiadores como o Sr. conselheiro João Manoel Pereira da Silva, Varnhagen, José de Vasconcelos e outros, são dignos de serem consultados, pois com o esmeril da crítica, na frase do Sr. cônego Pinheiro, depuraram a verdade histórica e ficção romanesca. Hoje está reconhecido que sua imaginada viagem à França, títulos de nobreza, sobrenome de Correia etc. é tudo falso.

Conclui-se, afinal, que o navio em que viera Diogo Álvares não ultrapassou a baía de Todos os Santos, onde naufragara.

Pelo ano de 1513, segundo Damião de Góes, três índios do Brasil foram apresentados a el-rei D. Manoel por Jorge Lopes Bixorda, trazendo por intérprete um português que já era versado na língua indígena. Não se sabe ao certo em que navio foram conduzidos, visto as trevas que há a respeito em Simão de Vasconcelos, Aires do Casal e outros, que discordam sobre este assunto.

A 8 de outubro de 1515 parte do lugar denominado Lepé, perto de Cadiz, João

Dias de Solis, o infatigável e intrépido navegante, que, pela segunda vez, era autorizado por D. Fernando de Castela e Aragão a explorar toda a costa sul do Brasil.

Fez-se, pois, de vela neste dia, comandando duas caravelas, em rumo direito ao cabo de São Roque; aí chegando dobra-o em rumo de sul e segue costa abaixo, entrando em muitos portos já conhecidos, até chegar ao rio da Prata, que nessa época ainda conservava o nome indígena de Paraguaçu. Subiu por ele até 34° e 41° de latitude. Solis, vendo que os indígenas mostravam-se pacíficos, resolve desembarcar; mas, afastando-se um pouco das margens do rio, assim como cinquenta companheiros, caem em uma emboscada, sendo Solis crivado de flechas, perecendo não só ele como seus companheiros.

Teve por algum tempo o rio da Prata o nome deste navegante, que posteriormente foi mudado.

As duas caravelas voltaram a Pernambuco, carregaram-nas de pau-brasil e fizeram-se de vela para Espanha.

Foi nessa ocasião que el-rei D. Manoel, sabendo dessa viagem, e que Solis havia tocado em seus domínios, como fosse haverem entrado as caravelas nos portos do Rio de Janeiro e Pernambuco, pediu satisfação à Espanha, exigindo a restituição do carregamento e entrega da tripulação, para serem todos punidos como contrabandistas. A Espanha deu por satisfação que Solis havia sido morto no rio da Prata, pelo que não podia ser mais entregue; e quanto ao mais se dariam providências com o fim de no futuro se evitarem esses atentados, pois a paragem donde haviam carregado o pau-brasil fora do domínio de Espanha (o que era falso). Quanto à tripulação, já Portugal havia aprisionado sete homens de sua nação, por traficarem nas costas do Brasil naquela mercadoria. Com a troca destes prisioneiros e de onze portugueses presos em Sevilha se concluíram as pazes.

Solis, pois, não tocou nesta viagem em nenhuma paragem da província.

Em 1516, segundo o historiador inglês Ricardo Hakluyt, fez por ordem de Henrique VIII da Inglaterra uma viagem ao Brasil o cavaleiro Tomás Perth, trazendo por companheiro Sebastião Cabot, tendo por fim apossar-se a Inglaterra dos tesouros afamados da Perularia. Segundo o mesmo historiador e o Sr. José de Vasconcelos, foi de mau sucesso esta viagem, não constando no entanto nada de positivo a respeito da mesma.

Segundo documentos existentes em Portugal, partiu de Lisboa a 6 de abril de

1517 uma armada com destino ao Brasil. Desta vinda têm-se muitos escritores e historiadores ocupado, mas de todas as investigações até hoje feitas nada se pode ainda colher de positivo, pelo que acha-se num caos o resultado desta viagem.

Em 1519, a 13 de dezembro entraram na baía do Rio de Janeiro os insignes pilotos portugueses Rui de Falliero e Fernando de Magalhães, que a mandado do governo de Espanha estavam a fazer o giro do globo, segundo diz o cavaleiro Pigafetta, na relação que escreveu a respeito desta viagem.

Foram estes dois navegantes os que deram à baía do Rio de Janeiro o nome que tem de Santa Luzia, em consequência e honra ao dia em que tinham ali entrado.

Diz em sua relação o mesmo Pigafetta, que fizeram ali uma grande provisão não só de carnes, como de aves, açúcar, batatas e pinhas, relatando outros fatos de trocas de objetos por outros, do que não se pode tirar uma conclusão exata, visto ser incompreensível como naquela data podia haver no Rio de Janeiro a abundância de cereais e comestíveis de que falam Pigafetta e outros, pois que parte dos objetos obtidos, segundo a relação, só foram trazidos da ilha Terceira em 1532, a mandado de Martim Afonso de Souza, quando povoou a sua capitania de São Vicente, mandando vir não só sementes, como mudas de cana, animais quadrúpedes e aves. Acompanhamos nesta parte a dúvida do Sr. José de Vasconcelos, e julgamos até apócrifa essa relação.

Rui Falliero e Fernando de Magalhães, depois de haverem-se demorado quatorze dias no Rio de Janeiro, mandaram levantar âncoras aos seus navios, e a 27 do mesmo mês de dezembro prosseguiram em sua viagem para o sul, sempre à vista da costa.

Segundo o jornalista e economista Carlos Fournier, partiram de Dieppe em 1520 três irmãos de nome Parmentier, que eram considerados excelentes navegantes, a fazerem descobertas; mas, tendo arribado a Pernambuco por causas não bem assinaladas, carregaram os navios de pau-brasil e fizeram-se de viagem para Dieppe.

Também não tocaram nas costas desta província.

Tendo falecido a 13 de dezembro de 1521 el-rei D. Manoel, em cujo reinado fora descoberto o Brasil, subiu ao trono D. João III, que como seu pai continuou a promover as descobertas das terras deste império, tendo em 3 de março de 1522 confirmado a doação feita por seu pai, da ilha de Fernando de Noronha, a Fernão de Noronha, e mandado a 31 de março de 1524 que fosse feita a retificação e demarcação do Brasil, por uma linha imaginária tirada de norte a sul, e do último ponto de uma

linha transversal lançada da ilha de Santo Antão, ao poente, com 1.110 milhas ou 2.078.245 quilômetros.

Como havemos já dito tinha vindo em 1516 Sebastião Cabot ao Brasil, segundo o ilustre e verídico historiador Hakluyt, como também havia feito antes em 1497 uma importante viagem ao norte da América, a mandado de Henrique VIII de Inglaterra.

Sebastião Cabot, por desgostos, passou ao serviço de Carlos V, que havia subido ao trono de Espanha em 1516, um ano depois da vinda ao Brasil de João Dias de Solis. Cabot, navegante reconhecidamente distinto, propôs a Carlos V o fazer uma viagem ao estreito de Magalhães, às Molucas, e daí descobrir as afamadas ilhas de Torsis, Cipango e Ofir, que se acreditava ser do domínio do império japonês. Comprometia-se a não tocar nas terras do domínio português, e para cuja viagem lhe daria o rei de Espanha quatro embarcações preparadas, todas à custa do governo, o que foi realizado, sendo aumentada ainda a expedição com mais uma embarcação fornecida por um particular de nome Miguel Rufis.

Partiu, pois, Sebastião Cabot no princípio de abril de 1524, de Sevilha, na qualidade de capitão-general, tendo antes consultado os hábeis pilotos Miguel Garcia e João Vespúcio; e fazendo-se de vela passando pelas Canárias e Cabo Verde, veio surgir em Santa Catarina entre 27° e 28° de latitude e 51° de longitude ocidental, então conhecida por ilha dos Patos.

Tendo a tripulação principiado a murmurar, não querendo se confiar de Cabot na passagem do estreito de Magalhães, viu-se forçado o capitão-general a abandonar seu plano de viagem desembarcando em Santa Catarina, onde os indígenas o acolheram excelentemente, e aí pôde refazer-se das provisões que já lhe faltavam; mas arrebatando eles traiçoeiramente quatro crianças na ocasião da partida, causou isto, não só a estes como a seus pais, principais da tribo, um grande desgosto.

Consta que Cabot deixara em uma ilha deserta Francisco de Rojas, Martim Mendes e Miguel Rosas, oficiais da expedição, que o haviam censurado em sua conduta.

Seguiu viagem para o sul, costa abaixo até o rio da Prata, subindo por ele obra de 90 milhas ou 185,190 quilômetros, até uma ilha a que deu o nome de São Gabriel, e que descreveu como tendo uma légua de circunferência ou 6,173 quilômetros.

Fundeando aí, seguiu além, em pequenos barcos tripulados por gente forte e alguns soldados, até a embocadura de um rio, 21 milhas ou 43,211 quilômetros acima

de São Gabriel, a que deu o nome de São Salvador, e que tem hoje o de Uruguai, para onde mandou vir as cinco embarcações, visto haver um porto vasto e seguro, fazendo ali construir em terra um fortim perto do mesmo rio. Deixando nele alguma gente armada e municada, continuou a sua excursão rio acima, nos mesmos pequenos barcos e em uma caravela que ia guardando a retaguarda; subiu ainda 90 milhas ou 185,190 quilômetros, pelo rio Paraguai, donde teve de voltar pela rigorosa guerra que lhe fizeram os indígenas, que lhe mataram vinte e cinco homens e aprisionaram três, por terem estes saltado em terra a colher palmitos; continuando no entanto em suas investigações durante cinco anos até o de 1527.

A 15 de agosto de 1526, parte do cabo de Finisterra, na Espanha, o piloto português Diogo Garcia, que se achava ao seu serviço, comandando uma expedição que fora armada e preparada pelo conde Fernando de Andrade, Cristóvão de Faro e outros, tendo por fim o reconhecimento do rio da Prata, que era então conhecido pelo nome de rio de Solis.

Tendo, pois, Garcia se feito de vela, vem surgir em fins deste ano em 17° 57' e 44" de latitude, e 41° 2' e 9" de longitude oeste do meridiano da ilha do Ferro, nas quatro ilhas denominadas Abrolhos, conhecidas pelos portugueses por parcel das Paredes; daí desceu em rumo de sul, e vem surgir a 24° de latitude na baía dos Inocentes, hoje São Vicente, na província de São Paulo, e aí ancorando os navios encontrou-se com o desterrado bacharel Ramalho, que o sortiu de víveres e lhe deu para acompanhar em sua viagem a um seu genro, segundo Aires do Casal, para servir nessa derrota de intérprete para com os indígenas do rio da Prata.

Prosseguindo viagem, ainda aportou em Santa Catarina, onde os índios o proveeram de mantimentos, queixando-se de Cabot, por lhes haver levado seus filhos, sem se importar do bom tratamento que deles tinha recebido. Ficou ali Garcia até o ano seguinte; não tendo pois tocado nesta província.

Neste mesmo ano, novamente veio ao Brasil Cristóvão Jaques, comandando uma expedição composta de uma nau e cinco caravelas, a mandado de D. João III, tendo por principal fim, segundo a instrução regimentária que trazia, guardar e vigiar toda a costa brasílica contra os desembarques dos franceses, facilitando a exportação do pau-brasil e proibindo ser tirado por outras nações. Tendo surgido na ilha de Itamaracá, em Pernambuco, e na qual, segundo documentos conhecidos, existia ou funda-

ra-se uma feitoria, havendo no entanto discordância nos autores que compulsamos, se fora ela fundada por Cristóvão Jaques ou por outro, aí se conservou este navegante por dois anos, fazendo excursões e descobertas.

Julga-se que Cristóvão Jaques, já conhecedor da costa desta província, viera a verificá-la.

Em princípios do ano de 1527, Diogo Garcia, que estivera na ilha dos Patos, hoje Santa Catarina, mandou levantar ferros às embarcações que comandava e prosseguiu em sua derrota para o rio da Prata, e entrando no rio Uruguai encontrou os navios de Cabot, que lhe deram notícia de ter este subido rio acima. Diogo Garcia deixou ali seus navios como o fizera Cabot, e prosseguiu viagem em pequenos barcos até muito acima da confluência do rio Paraná, onde encontrou este distinto navegante acabando de construir o forte de Santana.

Depois de aí demorarem-se algum tempo voltaram ambos os navegantes para São Salvador, hoje Uruguai, donde Cabot expediu dois de seus oficiais de nomes Jorge Barloque e Fernando Calderón a dar conta de suas descobertas a Carlos V, e explicar por que não fora às Molucas; enviando ao mesmo tempo para Espanha alguns índios, ouro e prata, diferentes objetos ao rei, e pedindo um reforço e a concessão de estabelecer colônias. O mesmo fez Diogo Garcia, enviando o pouco que pôde obter.

Foi por esta ocasião que os dois navegantes, de comum acordo, mudaram o nome de rio de Solis para o de rio da Prata, por nele encontrarem este metal, segundo o afirma Antônio Herrera em sua descrição.

Tendo chegado a Toledo os dois emissários de Sebastião Cabot em fins de 1527, Carlos V convidou os negociantes de Sevilha, que haviam contribuído para esta expedição, a entrarem com alguns donativos a fim de socorrê-la, mas estes negaram-se.

Cabot, desgostoso e sofrendo inúmeras hostilidades dos índios, que depois de dois anos de paz, principiaram a guerrear-lo horrivelmente, atacando, matando e destruindo o forte e a colônia, não podendo mais resistir a tantos contratemplos, aprestou o único navio que lhe restava, e depois de cinco anos de ausência e grandes trabalhos fez-se de vela em direitura para Espanha, com os poucos homens que lhe restavam, não tocando mais nas costas do Brasil.

A 26 de outubro de 1528 chega a Pernambuco Antônio Ribeiro, que, a mandado de D. João III, veio render a Cristóvão Jaques no comando da expedição de que este

se achava encarregado, para continuar a obstar a pirataria dos franceses nas costas do Brasil. Retirou-se, pois, o inteligente e distinto Cristóvão Jaques, que não poucos serviços prestara no descobrimento e colonização desta parte da América.

Vem arribado a Itamaracá Duarte Coelho, a 26 de setembro de 1530, o qual, andando percorrendo a costa da África, e tendo-se dela afastado em consequência das tempestades que sofrera, segundo se colige, pois que tal digressão não lhe havia sido incumbida, ali chega e encontra os franceses na possessão da feitoria que aí estava fundada; ataca e bate-os, retirando-se os intrusos que tinham vindo carregar pau-brasil em um navio partido de Marseille.

No dia seguinte, 27, subiu Duarte Coelho o rio Juruçá, depois chamado Santa Cruz e hoje Igarapé, indo atacar os índios potiguares, que se haviam aliado aos franceses, tendo estes ali fundado uma aldeia; havendo-os batido e se apossado dela, depois de renhido combate, batizou-a com o nome de Igarapé (canoa grande em indígena), consagrando aos santos Cosme e Damião o lugar em que depois, quando donatário de Pernambuco, edificou uma igreja em louvor aos mesmos santos, por ter escapado ele e os seus, no dia dos seus oragos, à sanhuda guerra que lhes fizeram os aborígenes.

Segundo o ilustrado Sr. José de Vasconcelos, Duarte Coelho tendo partido para Portugal, só voltara quando donatário daquela capitania, assim como o dizem outros escritores; no entanto que Aires do Casal, à página 40 de sua *Corografia*, nos diz que ele viera em 1531, enquanto que Herrera confirma haver confusão entre esta viagem e a de 1535, quando veio como donatário a povoar a sua capitania. Ainda Simão de Vasconcelos nos coadjuva em nossa opinião, como se vê na *Crônica da Companhia de Jesus* à página 58, em que este ilustre historiador nos apoia, quando relata que a armada de Duarte Coelho, aprestada à sua custa, pois que possuía grandes bens da fortuna trazidos da Índia, se fizera de vela em março de 1530 e chegara a uma baía, que os indígenas chamavam Paranaíba, e nós hoje por corrupção — Pernambuco, aportando ali no dia 26 de setembro do já citado ano.

Nada consta de ter Duarte Coelho chegado às costas desta província.

A 3 de dezembro do mesmo ano de 1530 partiu de Lisboa Martim Afonso de Souza, comandando uma esquadra composta de cinco navios, com quatrocentos homens de guarnição, que vinha ao Brasil guardar as suas costas contra o contrabando e pirataria estrangeira. A carta patente que nomeava Martim Afonso, capitão-mor da ar-

mada, fora passada na vila de Castro Verde, por D. João III, a 20 de novembro, assim como mais duas, dando ao mesmo capitão poderes discricionários, podendo dar e repartir terras em sesmarias, criar tabeliães e oficiais de justiça, e concedendo ainda a Martim Afonso o título de governador da Nova Lusitânia, que era o Brasil.

Esta deliberação foi tomada por D. João III em consequência das explorações feitas no rio da Prata pelos navegantes Diogo Garcia e Sebastião Cabot, e pelo desejo que mostravam os franceses em estabelecerem-se na baía de Todos os Santos e em Pernambuco.

Depois de vinte e seis dias de viagem, vem surgir a esquadra de Martim Afonso no porto da ilha de Santiago, denominada Cabo Verde, onde demorou-se cinco dias a refazer-se do que lhe era necessário, fazendo-se de vela deste porto a 3 de janeiro de 1531, em derrota para o Brasil. Só a 31 deste mês, ao romper d'alva, foi avistada terra, e esta era a de Pernambuco, encontrando-se com uma nau francesa que seguia em rumo de norte; foi logo dada caça e aprisionada em frente à ponta do Percaauri, hoje Olinda; continuando, no entanto, a esquadra a navegar em rumo de sul, e tornando a encontrar ao aproximar-se a terra outra nau francesa, que se achava fundeada para além do cabo de Santo Agostinho a 8° 20' e 41" de latitude e 37° 16' e 57" de longitude ocidental, pouco mais ou menos, ou 45 a 50 quilômetros sul da cidade do Recife, aprisionaram a mesma nau. Mandou ainda Martim Afonso, deste mesmo porto, onde tinha fundeado, a Pero Lopes, seu irmão, com duas caravelas a ir até a ilha de Santo Aleixo, a ver se ali estavam mais duas naus francesas carregando pau-brasil, segundo lhe haviam informado. Não as encontrando Pero Lopes, aí fundeou; mas, ao romper o dia 1° de fevereiro, sendo por ele avistada uma nau que prosseguia viagem em rumo de norte, mandou logo levantar ferros às duas caravelas e fez-se de vela, dando-lhe caça em rumo direito ao cabo de Santo Agostinho; aí, veio em seu auxílio Martim Afonso com a nau *São Miguel* e o galeão *São Vicente* e também a nau francesa, que fora aprisionada; porém, o vento sendo contrário, não lhe permitiu acompanhar o navio francês que fugia a todo o pano, só o podendo fazer a caravela *Rosa*, em que ia Pero Lopes, que conseguiu alcançá-la quase à noite, começando logo um renhido combate que durou até a manhã seguinte, mas sempre caminhando em viagem. Com a aurora do dia 2, tornou-se mais terrível o combate, que durou ainda até 7 horas da noite desse mesmo dia, em que a nau francesa não teve outro remédio senão render-

-se. Foi então que chegou Martim Afonso com mais duas embarcações, e vindo no reconhecimento do navio aprisionado, nele encontraram carregamento de pau-brasil, muita artilharia e balas, mas não pólvora, o que deu causa a que os franceses se rendessem. Chegou Pero Lopes no dia 17 ao Recife, onde não encontrou a nau *São Miguel* e a caravela *Rosa*: aquela que dele se havia apartado, e esta em que viera Martim Afonso dois dias depois do combate a preparar acomodações e renovação de mantimentos, só no dia 19, dois dias depois de já ali achar-se Pero Lopes, é que chegou a dita caravela com Martim Afonso, faltando a nau *São Miguel*, que tendo sido batida pelos ventos viu-se na necessidade de voltar para Portugal.

Durante a estada de Martim Afonso no Recife, tratou de algumas construções, dirigindo-se em fins deste mês à ilha de Itamaracá, que tinha sido saqueada por um galeão francês, pois Diogo Dias, que administrava a feitoria ali existente, havia alguns dias, tinha partido na caravela *Santa Maria do Cabo*, indo em viagem para Cofala, arribando a Itamaracá.

Martim Afonso desembarcou todos os doentes que tinha a bordo e os levou para a casa da feitoria, e depois de os haver acomodado, enviou duas caravelas ao mando de Diogo Leite a explorar o rio Maranhão, despachando também para Lisboa uma das naus aprisionadas, com João de Souza a dar conta a D. João III de todo o ocorrido.

Tendo queimado a outra nau tomada aos franceses, deu o comando da que restava a seu irmão Pero Lopes, que a denominou *Nossa Senhora das Candeias*, e com a nau capitânia e um galeão se fizeram todos de vela em rumo de sul, chegando à baía de Todos os Santos a 12° 55' e 40" de latitude e 40° 50' e 23" de longitude oeste, ou 450 milhas ou 925,950 quilômetros sul-sueste de Pernambuco, no dia 13 de março do mesmo ano.

É a Pero Lopes que se deve parte destas minudências, pois as escreveu em seu *Diário*, acrescentando que encontrara-se um português de nome Diogo Álvares pelos índios apelidado Caramuru, e que ali estava há vinte e dois anos, desde 1510, quando naufragara nos baixios desta baía, como já dissemos acima.

Tendo-se nesse porto demorado os navios quatro dias, levantaram ferros no dia 17, sempre em derrota para o sul; mas, acossados por ventos contrários e fortes correntes d'água, depois de seis dias de viagem, arribaram a 26 ao mesmo porto donde haviam partido, encontrando ali a caravela *Santa Maria do Cabo*, que, como dis-

semos, tinha no mês antecedente partido de Itamaracá, levando a seu bordo Diogo Dias, mas que pelos temporais que lhe sobrevieram se viu forçada a arribar. Martim Afonso ordenou a agregação da dita caravela à sua armada, por assim o julgar necessário, e fez-se novamente de vela no dia seguinte, 27, seguindo o mesmo rumo de sul, mas reinando ainda mau tempo.

Depois de uma viagem tormentosa chegou Martim Afonso, a 30 de abril do mesmo ano, à baía do Rio de Janeiro, fazendo desembarcar a sua gente, que logo construiu, por seu mandado, uma casa forte cercada em redor, por não haver feitoria para seu recebimento e ficarem assim abrigados de qualquer ataque dos aborígenes. Ainda mandou para o interior a quatro homens práticos em lidar com os índios, os quais, tendo partido a investigações, só voltaram depois de dois meses, acompanhados do maioral da terra, a quem Martim Afonso tratou muito bem, fazendo-lhe bastantes presentes.

Esteve Martim Afonso ali, seguramente, três meses, tendo nesse espaço feito construir dois bergantins, abastecendo estes e os mais navios de mantimentos para um ano e, embarcando neles quatrocentos homens, preparou-se para partir.

No dia 1º de agosto mandou Martim Afonso levantar ferros à sua armada e, deixando o porto do Rio de Janeiro, seguiu em derrota para o sul. A 12 do mesmo mês, fundeou toda a armada, por sua ordem, entre a ilha de Cananeia e a terra firme, entre 25º e 16' de latitude, mandando ao piloto Pedro Anes que fosse com um bergantim a ver se podia entender-se com os índios. No dia 17 voltou Pedro Anes, trazendo em sua companhia o bacharel João Ramalho e alguns castelhanos. João Ramalho, também conhecido por Francisco Chaves, havia já trinta anos que ali se achava degradado, já bastante idoso e com muitos descendentes. Esteve este com Martim Afonso até o dia 1º de setembro; tendo ambos conferenciado, resolvera-se Martim Afonso, em virtude das informações dadas por João Ramalho, a mandar com ele Pero Lobo e mais oitenta homens munidos de quarenta espingardas e quarenta besteiros a descobrir a terra pelo interior, obrigando-se aquele a voltar com a gente no fim de dez meses e a trazer consigo quarenta índios escravos carregados de ouro e prata. Foi pois esta a primeira *bandeira* que se internou no interior do Brasil à procura e descoberta de riquezas.

A 27 do mesmo mês deixou Martim Afonso o porto de Cananeia e continuou viagem em rumo sempre de sul; mas, chegando em frente ao cabo de Santa Maria sofreu a armada tal tormenta que desarvoraram-se e garraram as embarcações, nau-

fragando um dos bergantins perto de Santa Catarina e a nau capitânia, depois de sofrer bastantemente alguns dias, viu-se Martim Afonso forçado a dar com ela à costa em fins do mês de outubro, na entrada do rio da Prata, para assim poder salvar-se e à sua gente; o que realizou-se sem perda de pessoa alguma, unicamente perdendo-se parte dos mantimentos.

Veio após juntar-se Pero Lopes e socorrer a seu irmão. Tendo-se feito conselho, decidiu-se então, que na exploração que se ia fazer no rio da Prata não fosse Martim Afonso, mas sim que mandasse seu irmão Pero Lopes, incumbido do exame e verificação dos padrões ali assentados.

Depois de reparados os navios embarcou-se Martim Afonso e fez-se de vela para a ilha das Palmas, na província de Santa Catarina, ao lado do sul da baía deste nome e ao norte do cabo de Santa Maria, entre 26º e 30º de latitude e 51º e 55 de longitude ocidental.

A 23 de novembro, conforme as ordens recebidas de seu irmão, seguiu Pero Lopes em um bergantim rio acima, com trinta homens armados; chegando até o estero dos Carandins no rio da Prata, demorou-se em explorações até o mês seguinte, em que fez-se de volta, chegando a 27 de dezembro à ilha das Palmas.

De seu próprio *Diário* e de alguns manuscritos verifica-se ter ele e os seus passado pelas maiores inclemências, ficando bem demonstrado o seu gênio empreendedor e valor pouco comum em sofrer e suportar trabalhos enormes.

Segundo os Srs. José de Vasconcelos, Varnhagen e outros escritores, veio ao Brasil em princípio desse mesmo ano Diogo de Ordas, que partira de Sevilha a explorações, tendo surgido no rio Maranhão, hoje Amazonas, e nele entrado; mas, não podendo navegá-lo em consequência da muita correnteza e de ter ali perdido um navio, voltou e resolveu procurar fortuna em outra parte. Simão de Vasconcelos e Aires do Casal não fazem menção especial deste fato, o que nos admira.

Segundo nossos estudos é desta época que principiaram a melhor serem descritos os descobrimentos do Brasil, sua navegação, paragens, costumes dos aborígenes etc., tornando-se assim mais minuciosa a história e sem tantas lacunas, devido a terem os escrivães e cronistas tomado melhores notas, e ocuparem-se mais os navegantes e exploradores em descrever, com todas as circunstâncias, os labores de suas viagens e descobertas. É o que verificamos do que temos lido e o que julgamos em nosso entender.

No dia 1º de janeiro de 1532, três dias depois da chegada de Pero Lopes, partiu Martim Afonso e seu irmão da ilha das Palmas, fazendo-se a armada de vela em rumo de norte, chegando a 20 do mesmo mês ao porto de São Vicente, com uma viagem contrariada pelos ventos e mar agitadíssimo, pelo que gastaram 19 dias. A 22 desembarcaram Martim Afonso e toda a sua gente, dando logo as necessárias providências para o estabelecimento e fundação de povoações, principiando assim a cumprir as determinações que lhe haviam sido dadas, já distribuindo terras pela sua gente, já criando a vila de São Vicente ou Cananeia, já nomeando oficiais de justiça, e indo depois estabelecer outra vila à margem do rio Piratininga, oito a nove léguas acima, onde também distribuiu terras. É desta data que se pode contar a criação regular de colônias portuguesas neste vasto império.

Vendo Martim Afonso que o estacionamento dos navios e tripulação trazia um grande prejuízo ao Estado, resolveu em conselho enviar para Portugal tanto uns como outros, encarregando a seu irmão Pero Lopes do comando da frota; em virtude do que partiu Pero Lopes do porto de São Vicente a 22 de maio deste ano, vindo surgir na baía do Rio de Janeiro, no dia 24, dois dias depois de sua partida, e onde ficou esperando que chegasse a nau *Santa Maria das Candeias*. A 2 de julho, quarenta e dois dias depois de aí ter chegado, reparados os navios e sortidos de mantimentos para três meses, mandou Pero Lopes levantar ferros a todos os navios e saiu barra fora; mas, acosada a frota pelo mau tempo, tornou a voltar neste mesmo dia para o supradito porto, onde demorou-se até o dia 4, em que tornou a fazer-se de vela em derrota para Portugal; sempre costeando o litoral do Brasil, para o norte.

A 18 deste mesmo mês entraram os navios de Pero Lopes na baía de Todos os Santos; aí permaneceram durante doze dias a calafetarem-se, fugindo nesta ocasião para terra três marinheiros, que ajudados pelos indígenas puderam se ocultar, e não mais voltaram.

A 30 do mesmo mês, deixou Pero Lopes a baía de Todos os Santos, seguindo viagem para o norte, chegando a 2 de agosto a Pernambuco, onde, ao aproximar-se, avistou dois navios franceses, dos quais imediatamente tomou posse, aprisionando a guarnição que achara na ilha de Itamaracá e demorando-se ali durante três meses a providenciar sobre aquele estabelecimento.

Há aqui uma dúvida a esclarecer-se, e é que, achando-se os franceses de posse da

feitoria e forte de Itamaracá, é sinal de que tinham sido dali expelidos os portugueses; mas não encontramos nota alguma nas obras que tivemos à vista quando confeccionamos este trabalho, pois que nada de positivo há que demonstre esta expulsão dos portugueses e a posse do forte e feitoria pelos franceses, ficando por esta forma duvidosa qualquer asserção que avançarmos; unicamente tomamos por base o que diz o próprio Pero Lopes em seu *Diário*, que julgamos ser verídico, por ser autor de boa nota, como acima dissemos.

Neste mesmo ano, a 28 de setembro, fez D. João II a segunda doação de terras brasileiras, a saber: em uma carta dirigida a Martim Afonso de Souza lhe comunicou, nesta data, a doação que lhe fazia de cem léguas de terra a contar-se pela costa, e nos melhores sítios do território em que se achava, vindo a ser desde o rio Macaé, na província do Rio de Janeiro, até a baía de Paranaguá, pouco mais ou menos. Fazia ainda el-rei doação de mais cinquenta léguas a seu irmão Pero Lopes, declarando-lhe na carta, entre outras coisas, que tornasse a Portugal, se assim pudesse, e não fosse preciso continuar a demorar-se no Brasil.

Foi também neste ano, a 10 de outubro, que foi passada a primeira carta de sesmaria de terras no Brasil, a qual foi assinada em Piratininga por Martim Afonso a favor de Pedro Góes, doando-lhe terras na então já capitania de São Vicente.

A 4 de novembro fez-se Pero Lopes de vela, saindo de Pernambuco em direção a Portugal, levando consigo os dois navios aprisionados aos franceses e tendo-se preparado para essa viagem com abundância de mantimentos, aguada e o que lhe era necessário para esse fim.

Como expusemos na descrição que demos destas viagens de Martim Afonso e Pero Lopes, e de que existem documentos autênticos, não consta que estes navegantes e donatários tocassem nesta província, como se vê do minucioso *Diário* de Pero Lopes,² o mais competente para o dizer.

Em fins deste ano, chega à capitania de São Vicente o capitão João de Souza, comandando duas caravelas, o qual, tendo saído de Lisboa em fins do mês de setembro, ou princípios de outubro, ali chegou com a carta que el-rei D. João III escrevera a Martim Afonso a 28 de setembro, e de que já demos notícia. João de Souza voltava ao Bra-

² Sousa, Pero Lopes de, *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa de 1530 a 1532*, in *RIHGB*, 1861, 24:9-111.

sil a mandado de el-rei, pois fora a Portugal em fevereiro de 1531, por ordem de Martim Afonso, a levar notícias de como chegara às costas do Brasil, do aprisionamento que fizera dos franceses que ali faziam pirataria, e da tomada dos três navios que a estes pertenciam. Com sumo contentamento recebeu Martim Afonso, que nesta época havia voltado de Piratininga e se achava em São Vicente, a carta que lhe trazia João de Souza, principiando a pôr em prática as instruções que novamente nela lhe eram dadas.

No ano seguinte, que era o de 1533, a 4 de março, concedeu Martim Afonso outra sesmaria na capitania de São Vicente a Francisco Pinto, sendo esta a segunda que se fez em terras deste império.

Já por este tempo existia um engenho de cana, o primeiro que houve no Brasil, perto da então vila de São Vicente, ao qual foi dado o nome de São Jorge, tendo sido fundado por Martim Afonso, que mandara vir da ilha da Madeira a semente de cana para ali ser cultivada.

Há no entanto uma grande discordância nos autores que percorremos, se este engenho fora fundado no princípio do ano de 1533, ou se em fins do ano de 1532, assim como há também dúvidas sobre a época em que Martim Afonso mandara vir as sementes de canas e mais outras para diferentes cultivos. Seja como for, não é nosso propósito ocuparmo-nos desses fatos, que aqui vão exarados acidentalmente.

Tendo Martim Afonso deliberado partir para Lisboa, em virtude da carta que recebera de seu soberano, principiou a aprontar-se, mas esperando ocasião oportuna para dar à vela, o que com efeito aconteceu, chegando em fins deste ano ou princípios do seguinte a Portugal, como se verifica na *Crônica da Província de Santo Antônio do Brasil*, por frei Jaboatão, que assegura ter sido Martim Afonso, no ano de 1534, depois de ali ter chegado, nomeado capitão-mor do mar da Índia e para lá partido nesse ano, o que também confirma frei Santa Maria em seu *Ano Histórico*, em ter neste mesmo ano partido Martim Afonso para a Índia. Seja como for, o que é certo é estar Martim Afonso em Lisboa em 1534, como afirma[m] o Sr. José de Vasconcelos, Rocha Pita, Aires do Casal e outros, e ter feito a viagem para a Índia em 1534 como capitão-mor.

Há a notar-se que, antes de sua partida para Portugal, recebeu Martim Afonso a triste notícia de haverem sido sacrificados pelos índios carijós a expedição de oitenta homens comandados por Pero Lobo, que fora de Cananeia a explorar o interior em companhia de João Ramalho, o que muito o magoou.

De Portugal, antes de sua partida para a Índia, ocupou-se muito Martim Afonso com a sua donataria, enviando para ali algumas famílias e bastantes mulheres, assim como grande porção de plantas e sementes, tendo celebrado diversos contratos, a fim de aumentar aquela então capitania.

É neste ano de 1534, a 5 de abril, que é passada a carta de doação feita a Francisco Ferreira Coutinho, por el-rei D. João III, da capitania da Bahia de Todos os Santos. A 10 do mesmo mês é passada outra a Duarte Coelho Pereira, da capitania de Pernambuco, entre a costa do rio São Francisco e o rio Iguaraçu. A 27 de maio a de Pedro de Campos Tourinho, da capitania de Porto Seguro. No dia 1º de junho é passada ainda a de Vasco Fernando [sic] Coutinho, da capitania do Espírito Santo.

Foram passados os forais das doações: o de Francisco Pereira Coutinho, a 26 de agosto; o de Pedro de Campos Tourinho, a 23 de setembro; o de Duarte Coelho Pereira, a 24 do mesmo mês; o de Martim Afonso de Souza e Pero Lopes de Souza, a 6 de outubro das capitanias de São Vicente e Santo Amaro; e a de Vasco Fernandes Coutinho, a 7 do mesmo mês de outubro.

Foram divididas estas doações: em cem léguas a Martim Afonso, oitenta a Pero Lopes e cinquenta léguas a uns, e trinta e duas a outros.

Conquanto João de Barros, um dos nossos primeiros historiadores e donatário do Maranhão, diga que o Brasil fora dividido em doze capitanias, não nomeando quais elas e seus proprietários, o que reservava para uma obra que compôs com o título de *Santa Cruz*, e que se acha perdida até hoje, todavia, há a notar que os cronistas, historiadores e os manuscritos encontrados só falam de oito capitanias doadas, e são as de São Vicente, Santo Amaro, Paraíba do Sul, Espírito Santo, Porto Seguro, Ilhéus, Bahia de Todos os Santos, Pernambuco e Maranhão.

Aires do Casal, monsenhor Pizarro, Varnhagen, cônego Pinheiro, frei Jaboatão, frei Santa Maria, Melo Moraes, João Manoel, José Torres, Ferdinand Diniz, Southey, Abreu e Lima, padre Pompeu, Rocha Pita, Barbosa Machado, José de Vasconcelos, Joaquim Norberto, Eanes Azurara, Rui de Pina, Castanheda, Damião de Góes e muitos outros são concordes sobre este ponto.

Sabe-se ainda que estas doações foram feitas no ano de 1532; mas as respectivas cartas e forais só foram passadas no ano de 1534, segundo mencionamos.

A estes donatários, a título de senhorios pelos serviços prestados ao Estado, assis-

tiam certos direitos de conquistar e repartir terras; nomear oficiais de justiça, prover empregos, usar de reais regalias, à exceção de condenar à morte, negociar em pau-brasil, cunhar moedas, etc.; também eram obrigados a povoar, cultivar, estender as conquistas para o interior, perseguir os piratas, e pagar um imposto anual como o de suserano para com o seu real amo.

Neste ano, pois, segundo as crônicas e documentos, não há notícia de ter chegado a esta província ou à costa do Brasil frota ou navio algum; conquanto julguemos o contrário, pois que em Pernambuco e Bahia já havia grande negócio e exportação de pau-brasil, parecendo impossível que, à vista disso, pudesse passar-se um ano sem a chegada de navios, quando menos para carregar essa mercadoria, então muito procurada.

Seja como for, esta é a verdade, e dela não nos afastaremos na nossa descrição.

Em 21 de janeiro de 1535, é passada separadamente a carta de doação a Pero Lopes de Souza, da capitania de Santo Amaro.

A 9 de março é registrada na Câmara de Olinda a carta de doação da capitania de Pernambuco, pelo próprio doado Duarte Coelho. São quase aniquilados nesta época, pelos índios caetés, os novos povoadores pela ferocidade com que foram atacados, e a não ser a coragem de Duarte Coelho, teriam necessariamente todos sucumbido. Valeram-lhes ainda os corajosos oficiais que tinham em sua companhia, e o socorro que lhes foi prestado pela tribo dos índios tabaiaras, que deu ensanchas para resistirem e sustentaram-se, atacando os caetés, repelindo-os para os centros das matas.

Duarte Coelho foi ferido nesta ocasião, e muito deveu este donatário a Tabira, chefe dos tabaiaras, que de um valor extraordinário e talento para a guerra ia espiar os caetés até em seus próprios arraiais, armando-lhes emboscadas, atacando-os durante a noite, e fazendo-lhes sortidas que os desnorteavam, tornando-se por isso o terror destes ferozes índios. Como grandes auxiliares, tinha esta tribo ainda dois fortes guerreiros por nomes Hagise e Piragibe, que igualmente com Tabira muito se distinguiram, merecendo por seus serviços serem condecorados por D. João III com o hábito de Cristo.

A 11 de março é confirmada ao historiador João de Barros a doação da capitania do Maranhão; mas vendo o donatário que não tinha os suficientes recursos para uma tal empresa, associou a ela a Fernando Álvares de Andrade e Aires da Cunha; concordou no entanto que fosse Aires da Cunha o chefe da expedição, que teria de vir para o Brasil, o que se efetuou neste mesmo ano na partida de uma armada composta de

dez navios, novecentos homens, cento e treze cavalos, diferentes espécies de animais domésticos e muitas provisões; mas tão infelizes foram os navegantes que naufragaram nos baixios que rodeiam a ilha do Maranhão, tendo escapado unicamente alguma gente, por diversos modos, indo abrigar-se na ilha do Medo, hoje do Boqueirão, entre 2° e 30' de latitude e 46° e 36' de longitude ocidental.

Dois filhos do historiador João de Barros a custo se tinham salvado, abrigando-se em uma ilha na embocadura do rio, permanecendo ali por algum tempo; João de Barros mandou socorrê-los por um navio, mas já tarde, pois que tinham abandonado a ilha e caminhado pela costa, onde foram cair nas mãos dos índios potiguares, que os mataram a três léguas do Rio Grande do Norte, na foz do rio conhecido pelos indígenas com o nome de Babique.

À vista de tal contratempo, Aires da Cunha voltou para Portugal no primeiro navio que para lá partiu, pois que conheceu não ser bastante suficiente a gente escapa e serem insuficientes os necessários utensílios que lhe ficaram para fundar a povoação da nova capitania.

João de Barros, também contrariado por haver perdido dois filhos, assim como imensos cabedais que havia empregado, e de que ficara devendo no Estado, 600.000 mil réis, pela compra de artilharia e munições, quantia que el-rei D. Sebastião, depois de ser declarado maior, em 1568, lhe perdoou; por estas perdas e desgostos, viu-se forçado a renunciar seus direitos sobre a capitania do Maranhão.

Como sabe-se, esta esquadra não tocou em terras desta província, pois se fizera de rumo quando partiu de Portugal em direitura àquela capitania.

A 23 de maio deste mesmo ano chegou Vasco Fernandes Coutinho, com D. Jorge de Menezes e Simão de Castelo Branco, dois fidalgos degradados, e mais sessenta homens à baía desta província, a 20° 17' e 30" sul, e 40° 19' e 30" oeste do meridiano de Greenwich, posição tomada do monte Moreno em 1871; ou 18° 30' e 21° 20' de latitude, entre 42° e 46° de longitude oeste, como foi por muito tempo conhecida a posição geográfica desta baía.

Vasco Fernandes Coutinho, nesse mesmo dia, que era domingo, desembarcou com a sua gente em terras que ficam à margem direita da entrada da baía desta capital, em uma enseada que ele julgou ser a foz de um rio, e à qual deu o nome de Espírito Santo, em consequência de ser esse o dia em que a Igreja comemorava a Páscoa do Espí-

rito Santo, ficando desde aquela época também conhecida aquela primeira povoação da província com este nome, que mais tarde foi mudado para Vila Velha, mas que, presentemente, conserva o nome primitivo. Posteriormente à fundação dessa povoação, foi também dado a todo o território dessa então capitania, desde o rio Itabapoana até o Mucuri, o nome de Espírito Santo.

Os selvagens procuraram logo obstar o desembarque de Vasco Fernandes Coutinho e a sua gente, mas foram repelidos pelas armas e com tal denodo que refugiaram-se para o centro, podendo eles tomar posse do terreno e aí, entre duas colinas, assentarem seus arraiais, principiando assim a povoar este então inculto e quase desconhecido território.

Ordenou imediatamente a edificação de um forte, de diferentes casas e de um engenho; estando sempre alerta a obstar os ataques dos índios aimorés, que continuamente os incomodaram até o ano de 1558, em que foram derrotados por Fernando de Sá.

Ali, pois, deu-se o primeiro desembarque do donatário, ali foi fundada a primeira povoação da província, e foi ele e os seus companheiros os primeiros que exploraram esta baía.

Com a chegada e desembarque, na província do Espírito Santo, do donatário Vasco Fernandes Coutinho, a 23 de maio de 1535, temos finalizado a notícia dos navegantes que tocaram ou não nas costas desta província, tendo para isso nos baseado nos melhores autores sobre a história do Brasil, e nos documentos e manuscritos até hoje conhecidos, e outros desconhecidos, que possuímos.

Fizemos saliente aquele que primeiro reconheceu o litoral da província do Espírito Santo, e os que tocaram em sua costa, para assim basearmos o ponto principal de cuja prova nos encarreguemos, como também os dias e anos em que se deram as partidas, chegadas, desembarques e volta das armadas, frotas e navegantes, que vieram à descoberta, reconhecimento, guarda e estabelecimento nesta parte da América, apresentando os dados em que nos fundamos para nossas asserções, como também demonstrando os enganos em que laboraram alguns cronistas, historiadores e aqueles que se ocuparam em escrever sobre diversos pontos de nossa história pátria ou luso-brasileira. Julgamos que, à vista das provas apresentadas e dos fundamentos em que nos firmamos, dúvida alguma pode aparecer ou suscitar-se sobre o ponto de que nos ocupamos, embora haja discordâncias em alguns autores, entre eles o Sr. vis-

conde de Porto Seguro, que firmou-se no que mentirosamente disse Américo Vesputio, dando paternidade a Gonçalo Coelho.

Provamos ainda não ter vindo ou tocado no Brasil armada ou frota alguma nos anos 1506, 1507, 1509, 1511, 1512, 1513, 1514, 1518, 1521, 1522, 1523, 1525, 1529 e 1533; assim também que, no ano de 1506, só o fato conhecido sobre negócios do Brasil foi o da bula dada pelo papa Júlio II, reconhecendo o tratado de Tordesilhas sobre os limites entre Portugal e Espanha, desta parte da América. No de 1513 a apresentação de três índios brasileiros a el-rei D. Manoel, por Jorge Lopes Bixorda. No de 1521, o falecimento de el-rei D. Manoel, em cujo reinado fora descoberto o Brasil, tendo nele fixado o domínio da coroa portuguesa, sucedendo-lhe no trono seu filho D. João III, que fora aclamado seis dias depois da morte de seu pai. No de 1522 a confirmação da carta régia de doação feita a Fernão de Noronha da ilha de São João, hoje ilha de Fernando de Noronha. No de 1529 o acordo assinado em Saragoça pelo qual a Espanha e Portugal deram por firmes e valiosos os limites de suas possessões na América. No de 1530 a carta patente dada por D. João III em que nomeava Martim Afonso de Souza capitão-mor da armada que se preparava a vir para o Brasil, a guardar suas costas e fazer descobertas e estabelecimentos. No de 1533 a concessão feita por Martim Afonso a Francisco Pinto, de uma sesmaria de terras na então capitania de São Vicente.

Vê-se, pois, que frisando nós os fatos dados em diferentes anos, já com a chegada, estabelecimento e estada de navegantes no território brasileiro, como dos anos em que aqui não chegou frota ou armada, tivemos por fim provar que, no ano de 1525, não só não partiu nem cá aportou vindo de Portugal ou de outra nação navio ou navegante algum, como tão pouco saíra das pequenas feitorias que se iam formando neste império nenhum destemido empreendedor a reconhecer esta costa e nela aportar.

Conquanto, como já fizemos ver, alguns escritores, ainda que poucos, deram como descoberta esta província no ano de 1525, e outros em 1535, o erro é tão palpável, que nenhuma dúvida pode suscitar-se à vista das provas apresentadas, já porque no primeiro dos anos, no de 1525, ficara confirmada a não existência de algum fato comprobatório a essa descoberta, por já estar ela feita, como em 1535, com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho à sua então donataria, nada mais se necessitava a esse fim, pois que não é curial, nem se pode supor, que fossem marcados na carta de doação

os limites da dita capitania, sem que já fosse conhecido todo o litoral desta província, nem que estivesse ignorada esta costa por espaço de trinta e quatro anos, contados da data da descoberta do Brasil, quando já era há trinta e um anos, como demonstramos.

Nem Simão de Vasconcelos, nem Aires do Casal, nem Vaz Caminha, nem Pedro de Souza, nem Rocha Pita, para nós autoridades insuspeitas, falam em ter esta província sido descoberta em 1525, pelo que julgamos que esse engano encontrado em alguns poucos autores vem derivado de algum erro cronológico na confecção de notas, aliás talvez escritas na melhor intenção.

Seja como for, a verdade é que foi Cristóvão Jaques o descobridor desta província no ano de 1504, sendo o primeiro que reconheceu toda a costa brasileira, desde Pernambuco até São Pedro do Rio Grande do Sul, perseguindo até o estreito de Magalhães, por ser aquele que, trazendo marcos, fora o incumbido de percorrendo-a assentá-los em lugares diversos.

Não há pois duvidar da época em que foi descoberta a província, à vista dos fatos e das provas por nós emitidas, já na declaração dos escrivães, pilotos das frotas e armadas que vieram ao Brasil nesse espaço de trinta e quatro anos, já nos cronistas e historiadores que escreveram nesse século, já nos manuscritos e documentos encontrados, e aos quais nos cingimos.

Chegamos enfim ao ponto de provar em que nos fundamos para designar a época do descobrimento da província.

Como se viu pelas datas que apresentamos, antes de Cristóvão Jaques só vieram ao Brasil: Pedro Álvares Cabral, segundo o testemunho de João de Barros, pois sabe-se o quanto el-rei D. Manoel se encheu de prazer e orgulho com a chegada a Lisboa do navio em que ia Lemos, segundo a própria *Relação da viagem de Cabral* escrita por Ramuzio Viaggio; *Descobrimientos antigos e modernos*, por Antônio Galvão; *História geral das viagens*, Liv. IV, Cap. IX do Tom. XIV; *Narrativa desta viagem*, por Américo Vespúcio; o jesuíta Possino da mesma sorte o afirma, assim como Juan de la Cosa na *Descrição* de seu mapa concernente ao que se deu nesta viagem; Francisco da Cunha na sua *Descrição geográfica da América*, e ainda Jerônimo Osório, Simão de Vasconcelos, Aires do Casal, Damião de Góes, José de Vasconcelos, M. Moraes, Pizarro e muitos outros, são conformes em atestar que Pedro Álvares Cabral não ultrapassou os limites demarcados na nossa descrição sobre o descobrimento do Brasil por este ilus-

trado navegante; isto se vê dos maços de manuscritos que se acham na Torre do Tombo, um escrito em forma de *Roteiro* por Diogo de Castro e mencionado por A. da Justificação. No maço 2, nº 8 da gaveta 8ª, a do mesmo arquivo citado, se verifica o que dissemos a respeito desta viagem.

Vicente Yáñez Pinzón, Aires Pinzón, Diogo Lepé, João da Nova, Gonçalo Coelho e Américo Vespúcio não tocaram, como demonstramos, em parte alguma desta costa, segundo testemunho de alguns companheiros de viagem, e dos autores citados.

Embora Vicente Pinzón, primeiro que aventurou-se a cruzar a linha equinocial, chegasse às plagas brasileiras, contudo, não passou da costa do Pará, único lugar em que desembarcou perto da foz do Amazonas, em sua primeira viagem.

Diogo Lepé também navegou até o rio Amazonas, reconhecendo o cabo de Santo Agostinho, não ultrapassando destes limites.

João da Nova só tocou na ilha da Assunção, hoje da Trindade, como fizemos ver na ocasião em que dele tratamos.

Gonçalo Coelho aportou ao cabo de Santo Agostinho, ao cabo de São Roque, entrou na baía do Rio de Janeiro e em São Vicente, e daí seguiu para a Europa tocando em Serra Leoa.

Segue-se aos navegantes apontados o intrépido navegante Cristóvão Jaques, que foi o primeiro a fazer reconhecimentos e sondagens, e é pois ele o descobridor de toda a costa brasileira, principalmente a desta província, pois que dela unicamente nos ocupamos. Tocou este insigne navegante em muitos pontos da terra americano-brasilica, pois que, chegando à ilha de Fernando de Noronha, veio descendo para o sul, fazendo reconhecimentos em todas as paragens que percorria, como fossem cabos, rios, ancoradouros, baías, ilhas e recifes; sondando, demarcando e fincando padrões com as armas portuguesas nos lugares mais convenientes, para demonstrar as possessões de Portugal.

Embora alguns autores discordem, entre eles o ilustre historiador visconde de Porto Seguro, sobre a época da vinda de Gonçalo Coelho e Cristóvão Jaques, isto é, qual dos dois foi o primeiro a chegar ao Brasil e ambos a mandado de el-rei D. Manoel, contudo, não há discordância sobre ser ele o que fez estes reconhecimentos e colocou os ditos padrões. Gandavo, que foi o primeiro escritor que tratou das coisas do Brasil, nada nos diz a respeito de qual deles foi o primeiro, quando, no entanto, se ocupou de mui-

tas minudências. Góes relata a vinda de Gonçalo Coelho, assim como J. Osório, Diogo Castro e Francisco Cunha, e sendo eles antigos escritores são até hoje consultados e com muito crédito; mas é este último o que afirma ter sido Cristóvão Jaques o comandante desta segunda expedição, sendo Gonçalo Coelho o comandante da primeira.

Alguns erros que se encontram a este respeito, ou por outra, dúvidas, são devidos ao falso *Sumário* que Américo Vespúcio escreveu, assim como também à *Carta* de Bartolosi; mas que, presentemente, caíram em descrédito, por verificarem-se as grandes falsidades e erros que continham, e que mais ou menos foram confirmados ainda pelo jesuíta Possino; acreditaram em tais inexatidões, cronistas e historiadores como Simão de Vasconcelos, Pizarro, Murery, Southey e o visconde de Cairu, sem outro fundamento mais que os ditos de homens suspeitos.

O que, no entanto, não há negar é que Cristóvão Jaques partiu de Lisboa a 10 de junho de 1503, a mandado de el-rei de Portugal, com ordens expressas à exploração e investigação das costas brasílicas, e que restritamente cumpriu essas determinações; vindo depois de longa e perigosa viagem surgir na baía da Traição, e, com mais ou menos demoras nos portos e ancoradouros chegou à baía de Todos os Santos, no 1º de novembro, tocando a 4 de janeiro do ano seguinte em Porto Seguro, onde demorou-se e deixou dois missionários franciscanos e vinte e quatro homens, segundo *a Crônica de Santo Antônio do Convento do Brasil, Datas célebres* do Sr. José de Vasconcelos, e outros documentos autênticos, principiando assim a colonização daquele lugar, e para o quê ali estivera cinco meses, nesse intuito. Partiu dali a 28 de junho, vindo costeando o litoral e verificando os rios e o mais que havia de notável, de que tomou as respectivas notas, segundo Francisco Cunha e Cunha Matos, que bem provam o engano entre a viagem de Gonçalo Coelho e a de Cristóvão Jaques.

Os padrões foram colocados em diversos lugares por onde passou, não sabendo-se ao certo o seu número, nem quais os pontos em que foram fincados alguns, pois que conhecidos são só cinco, segundo o atestam os melhores escritores que temos consultado. Segundo Laët e Francisco Cunha foram colocados os conhecidos na baía da Traição, na entrada da baía de Todos os Santos, na barra de Cananeia, na ilha de Maldonado e outro entre a ponta da baía de São Matias e a ponta do Padrão, como em outro lugar dissemos, o que para nós achamos impossível serem esses os únicos, pois a distância entre a baía de Todos os Santos e a barra de Cananeia é tal, que pa-

rece que nessa imensa extensão não deixaria Cristóvão Jaques de colocar padrões, quanto mais não fosse, nos quatro pontos salientes que vamos apontar; barra do rio Doce, barra da baía da Vitória, barra do rio Paraíba e barra da baía do Rio de Janeiro, que ele reconheceu, e que pela importância local chamaria a atenção do hábil navegante, visto como, segundo afirmam autores de nomeada, entre eles, Francisco Cunha e Jerônimo Osório, no *Roteiro da Costa Brasílica*, na primeira parte, única que se conhece, são ali conformes em que este navegante sondou, reconheceu e levantou mapas de toda a costa percorrida.

Afastamo-nos aqui de nosso propósito, abrindo um parêntese, para assim dar a conhecer um fato que muito pode servir a futuras descobertas. Em 1871, conversando nós a respeito da província e sua descoberta, disse-nos o finado nosso amigo o Sr. Delgado, morador em Santa Cruz, e homem inteligente e estudioso, que ao lado sul da barra do rio Doce, em uma *língua* ou península que ali existia, vira uma pedra pontuda fincada naquele imenso areal, mas com pouca saliência, julgando reconhecer caracteres em uma das faces da dita pedra, mas muito apagados e gastos pelo tempo; fez-nos aquilo impressão e tratamos mais tarde de indagar sobre um fato digno de ser estudado; mas pouco ou nada obtivemos, a não ser o dizer-nos um morador dali que era uma pedra que nada valia e sem mérito algum. Tencionamos verificar por nós mesmos, mas não nos foi possível, pelo que pedimos ao nosso ilustrado e distinto amigo o Sr. engenheiro Dr. César de Rainville, que por seus trabalhos de telegrafia para lá seguia por terra, o fazer-nos o obséquio de averiguar o que desejávamos; mas fomos tão infelizes, que toda aquela imensa língua de terra existente ao lado do sul, ainda em 1871, desapareceu há mais de seis anos debaixo d'água, pois que, sendo mudável a barra daquele imenso colosso, o rio Doce, aconteceu que formou-se do lado do norte a mesma aglomeração de areias, submergindo-as do lado sul, em uma extensão imensa, não escapando a casa do prático da barra, devido isto às correntes d'águas e ventos.

Naquela época os navios que ali tinham de entrar, vindo impelidos pelo vento sul, chegando à barra, que fazia uma longa curva de norte a sueste, estacionavam à espera de vento favorável, quase sempre terral, para então a vararem, o que hoje não acontece, pois que, vindo os navios com vento sul, com o mesmo vento rompem a barra, sendo este o motivo por que não podemos saber se aquela pedra ainda ali existe, e se, com

efeito, era um marco. O Sr. Dr. Rainville, no entanto, não perdeu tempo, pois, pelas indagações e trabalhos técnicos de que se ocupava na ocasião, pôde descobrir muito acima deste rio o marco divisório desta província com a de Minas Gerais. Perdemos, no entanto, a ocasião de verificar nossas apreensões sobre este assunto.

Mas, continuando sobre o nosso principal estudo, julgamos que outros marcos foram colocados, em diferentes paragens, e que hoje perdidos, deles não se pode fazer menção, dando causa a ignorarem-se muitos pontos em que Cristóvão Jaques e sua gente saltou à terra.

Francisco Cunha afirma que foram fincados muitos marcos, e que os ia colocando por onde passava, pois que os trazia em grande quantidade; o mesmo diz o Sr. José de Vasconcelos.

O certo é que ele reconheceu esta província, e que o faria dos dias 4 a 8 de julho de 1504, pois tendo partido a 28 de junho de Porto Seguro, necessariamente teria chegado ao rio Cricaré (São Mateus) ou ao rio Doce em sete dias, inclusive, tendo tempo de aportar à baía da Vitória a 8, dando nós a partida deste último ponto no dia 4 ou 5 do mesmo mês de julho, visto este prazo ser suficiente para percorrer a costa da província, contando sete dias até chegar à barra de São Mateus, e três a quatro dessa paragem até a barra desta capital, fazendo os devidos reconhecimentos e sondagens de que estava incumbido.

Cristóvão Jaques foi o único que fez reconhecimentos e assentou padrões; só se mencionam sobre todas as viagens e explorações os principais pontos que apontaram em seus roteiros os navegantes, e no que estão de acordo todos os cronistas e historiadores, estando por isso provado ser ele o primeiro que reconheceu a costa da província e nela aportou em muitas paragens, colocando alguns marcos, sendo pois impossível que à vista do rio São Mateus, rio Doce, rio Santa Cruz, baía desta capital, rio Guarapari, rio Benevente, rio Itapemirim e rio Itabapoana, não lhe chamassem a sua atenção pontos tão salientes para o fim a que se achava obrigado.

Posteriormente outros navegadores talvez aqui tocassem, não duvidamos, e então também descrevessem esta costa para a planejada capitania do Espírito Santo, dada a Vasco Fernandes Coutinho; o certo é que muito tarde foi ela explorada, e bem poucos de seus donatários disso se ocuparam; o primeiro explorador foi Sebastião Fernandes Tourinho e outros companheiros vindos de Porto Seguro, que navegaram o

rio Doce acima e exploraram suas lagoas, rios e confluente, indo até às Escadinhas e daí voltaram. Após estes vieram Antônio Dias Adorno, Diogo Martins Cão e Marcos de Azeredo Coutinho, já em tempo em que os frades da Companhia de Jesus faziam suas explorações pelos imensos sertões que demoram ao oeste do litoral da província, e pode-se dizer que foram estes os primeiros que conheceram dela alguma coisa.

Eis o que há de verdade, o que há de positivo.

Concluimos aqui o nosso trabalho sobre a descoberta da província e ficamos convictos que, investigando-se os diversos arquivos e bibliotecas da Europa, principalmente da Holanda, Espanha e Portugal, muito se há de encontrar sobre os primeiros tempos do descobrimento do Brasil; achados certos manuscritos e obras perdidas, a história a este respeito se desanuviará, pois muitos esclarecimentos, sabe-se, existiam na *América Portuguesa*, de Manoel de Faria, *Terras de Santa Cruz*, de João de Barros, e nos *Diários* de alguns navegantes; vindo-se também no pleno conhecimento do que escreveu Diogo de Castro.

Ao que disse Ramuzio, [a] Américo Vespúcio, Bongeville, Herrera, Jerônimo Osório e Bartolosi não se pode dar inteiro crédito, na parte em que trataram do mesmo Américo Vespúcio, visto que estão em contradição com Manoel de Faria, Damião de Góes, Castanheda, Barbuda, Rocha Pita e Francisco Cunha, autores circunspectos, e nos quais se basearam Aires do Casal, José de Vasconcelos, Pompeu e outros.

Tempos virão em que a luz se fará, e as dúvidas existentes sobre alguns pontos de nossa história pátria ficarão esclarecidas.

Fizemos, no entanto, o que pudemos, contribuindo com nosso material para o edifício da história; se mal nos saímos em nosso trabalho, perdoadas devem nos ser as faltas pela vontade com que nos dedicamos ao estudo de um fato, que até hoje existia como que na obscuridade; se chegamos a tocar a verdade, do que estamos convencidíssimos, é porque não nos poupamos a investigações minuciosas sobre a matéria, a fim de que ficasse esclarecido este ponto, de magna importância para a história desta província.



SEGUNDA PARTE

DATAS E FATOS
HISTÓRICOS
DA PROVÍNCIA

Preferimos coordenar cronologicamente a história da província do Espírito Santo, para melhor facilidade àqueles que se quiserem dela utilizar para estudos e composições histórico-literárias.

Admitimos o estilo narrativo e conciso, como o mais próprio a trabalho desta ordem, seguindo assim os grandes mestres, que nos ensinam e recomendam a clareza possível a bem de não haver confusões, que deem causa a anacronismos, de que tanto está eivada a nossa história pátria.

Os fatos que descrevemos são fundados em bons autores e baseados em manuscritos, autógrafos e certidões, que vão parte publicados na quarta parte desta obra, e que, mais tarde, de tudo pretendemos fazer oferta ao Instituto Histórico,³ para que se não tornem a perder, ou fiquem perdidos como muitos outros valiosos documentos, que o desleixo e o sonejamento fizeram desaparecer.

Damos, pois, começo à publicação das *Datas e fatos históricos*, com o descobrimento da província, por Cristóvão Jaques, dividindo esta segunda parte em quatro séculos: – de 1504 a 1599 – de 1600 a 1699 – de 1700 a 1799 – e de 1800 a 1879, – proporcionando assim meio fácil e metódico aos que quiserem compulsar o que aqui deixamos descrito; dito isto prossigamos em nosso *desideratum*.

Século primeiro

1504. Neste ano do dia 4 a 8 de julho foi descoberta a província do Espírito Santo pelo hábil e destemido navegante Cristóvão Jaques. Tendo partido de Lisboa comandando seis caravelas ou naus, a 10 de junho [julho, no original] de 1503, a mandado de el-rei D. Manoel, a explorar toda a costa da terra de Santa Cruz e nela fincar marcos, assentar padrões, fazer sondagens, levantar cartas, verificar rumos, e especificar posições topográficas, chegou à ilha de Fernando de Noronha, depois de ter a frota sofrido grande temporal, mas tão infeliz que uma das caravelas, a de nome *São Lou-*

³ Basílio Carvalho Daemon era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e nessa qualidade ofereceu à instituição vários documentos compilados por ele mesmo a partir de originais com os quais teve contato. Esses documentos ainda lá se encontram, organizados, em sua maior parte, em duas pastas intituladas *Vários documentos relativos à província do Espírito Santo* (ver apêndices)

renço, naufragou de encontro aos recifes, salvando-se unicamente a tripulação e desaparecendo quatro caravelas, três das quais nunca mais delas se houve notícia. Daí partiu Cristóvão Jaques e ao nono dia encontrou a caravela de que era comandante Américo Vespúcio; continuando assim juntos a viagem chegaram à baía de Acejuti-biró ou da Traição. Desceram após para o sul as duas caravelas, vindo a surgir depois de dezessete dias de navegação, no dia 1º de novembro do dito ano, na baía de Todos os Santos, nome dado por Cristóvão Jaques a essa paragem, como atestam muitos escritores, em atenção à festividade que a igreja celebra nesse dia; tendo ancorado as duas caravelas ali permaneceram dois meses e quatro dias a fazer reparos, investigações e mais que tudo a ver se apareciam as três outras caravelas. Não tendo elas aparecido tornaram a fazer-se de vela a 4 de janeiro do ano de 1504, e, descendo sempre para o Sul, vieram, depois de alguns dias, aportar a Porto Seguro, descoberto três anos antes por Álvares Cabral. Ficam aí estacionados cinco meses, até que, a 28 de junho, já convenientemente providos de víveres e preparadas as caravelas ou naus, pois que há divergência nos autores nos nomes a elas dados, fizeram-se outra vez de vela e veem surgir provavelmente do dia 4 a 8 de julho na costa desta província talvez ao rio Cricaré (São Mateus), ou ao rio Doce; verificado como é de supor um destes pontos prosseguiu Cristóvão Jaques a viagem para o sul, costeando esta província e indubitavelmente saltando em terra e fincando algum ou alguns marcos ou padrões nas barras do rio Doce ou da Vitória, por serem pontos dignos da atenção do insigne navegante. Daqui prosseguiu costa abaixo indo até o estreito de Magalhães donde voltou em direitura a Portugal. Pelo que dissemos na primeira parte desta obra julgamos mais que provada a descoberta da província de 4 a 8 de julho do ano acima, para que nos alonguemos sobre tal assunto, pelo que fica aqui consignada esta data para cessação de dúvidas futuras e anacronismos. As datas sobre a viagem de Gonçalo Coelho, que partiu de Lisboa ao 1º de janeiro de 1502 e a de Cristóvão Jaques, que partiu a 10 de junho de 1503, eram bastantes para acabar esta confusão, devido isso em parte às tricas e sofismas de Américo Vespúcio em seus maquiavélicos escritos; mas destruídas ficam todas essas dúvidas à leitura do *Diário* de Francisco Cunha, que foi contemporâneo, autor de nota, e que ainda sessenta anos depois verificou alguns marcos fincados por Cristóvão Jaques, o que atestam ainda autores sisudos, entre eles Mariz nas *Crônicas de Portugal*.

1508. Por alguns cronistas e historiadores consta ter neste ano percorrido as costas desta província os dois navegantes Vicente Yáñez Pinzón e João Dias de Solis, que juntos tinham vindo a mandado de el-rei de Castela D. Fernando V, o Católico, a verificar todo o litoral do Brasil para o sul do cabo de Santo Agostinho;⁴ nesse costejamento desembarcaram os dois navegantes em alguns portos e enseadas, erigindo até cruces e fincando marcos possessórios, como confirmam autores de nota, dando isso causa a explicações entre el-rei de Portugal e o de Castela.⁵

1526. Em fins deste ano vem Cristóvão Jaques pela segunda vez à terra de Santa Cruz, já então denominada pelos arrendatários e contratadores de *Terra do Brasil*, em razão da abundância da madeira desse nome de que se fazia já grande comércio.⁶ Cristóvão Jaques fora nomeado capitão-mor de uma nau e cinco caravelas, trazendo por companheiros Gonçalo Leite, Diogo Leite e Gaspar Correia; assim como também vinha como governador de uma das capitánias, pelo alvará de 5 de junho de 1526, que o mandava render a Pero Capico que completara os três anos de estada.⁷ Segundo este alvará tinha por obrigação guardar toda a costa brasílica, o que com efeito executou percorrendo-a por si e seus subalternos desde Pernambuco até o rio da Prata, tocando necessariamente nesta província em algumas paragens, o que não foi mencionado nos diários dos navegantes, nem cronista algum disso deu notícia, ocasionando uma falta sensível, pois que melhor se encaminhariam os historiadores na confecção de suas obras e narrativas. Cristóvão Jaques foi rendido no comando da expedição e no governo da capitania a 26 de outubro de 1528 por Antônio Ribeiro, não completando assim os três anos destas nomeações, não sabendo-se ao certo qual o motivo de sua retirada para Portugal.

4 “João Dias Solis ao serviço da Espanha percorre a costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até o rio da Prata...” [Pizarro, *Memórias*; e Varnhagen, *Notas ao Roteiro de Pero Lopes*, apud Malheiro, *Índice cronológico*, 1515]

5 “Queixou-se o rei de Portugal desta viagem, como de violação dos seus limites...” [Southey, *HB*, I, p. 51]

6 Para Capistrano, a data seria 1527 e não 1526: “Uma armada de guarda-costa veio em 1527 ao Brasil comandada por Cristóvão Jaques, que já estivera antes na terra e deixara uma feitoria junto a Itamaracá, de volta de uma expedição ao Prata.” [*Capítulos*, p. 18]

7 “Em alvará de 1526, autorizado Pero Capico a voltar a Portugal, por estar findo o termo de sua capitania, no Brasil, substituiu-o Cristóvão Jacques...” [Varnhagen, *História Geral*, I, p. 125, apud Freire, *Capitania*, p. 40, nota 2]

1532. Tendo o governo da metrópole feito neste ano a classificação e o modo de serem divididas as terras das capitânicas do Brasil, foi a do Espírito Santo classificada em 11º lugar das então existentes, sendo suas divisas demarcadas, dois anos depois, pela carta régia de 11 de junho de 1534, tendo-se já em abril deste mesmo ano passado diversas cartas de doação. Vem isto provar o nosso asserto⁸ da primeira parte desta obra, sobre a descoberta desta província, em como seu território já era conhecido, tanto que já se achava classificada antes mesmo da doação feita a Vasco Fernandes Coutinho, no 1º de janeiro de 1534.

1534. No dia 1º de junho deste ano faz el-rei D. João III doação a Vasco Fernandes Coutinho da capitania do Espírito Santo, contadas cinquenta léguas desde o rio Cabapua (nome indígena derivado de *caba*, vespa, *puane*, em pé, e que por corrupção é hoje conhecido por Itabapoana, de *ita*, pedra, e *puane*, em pé), até o rio Mucuri (que julgamos derivado de *mu*, depois, e *curi*, irmão ou primo do homem). Eram contadas as cinquenta léguas, segundo a primeira divisão, desde a ponta do sul do rio Mucuri onde finalizava a donataria de Pedro Campos Tourinho até o rio Itabapoana, julgando ser esta área demarcada por Cristóvão Jaques, quando veio correr a costa brasileira em 1503 e verificá-la em 1526, levantando cartas e marcando pontos topográficos, pois de outra forma não podiam ser feitas as divisas desta doação.⁹ Vasco Fernandes Coutinho fora homem de guerra e valoroso, estivera na Índia com o velho e aguerrido Afonso de Albuquerque, onde prestou serviços importantes e chegou ao posto de capitão de navio e mais tarde ao de alcaide-mor, retirando-se da Índia em 1522, indo residir em seu solar no Alenquer, tendo, como fidalgo que era, filho segundo de Jorge de Melo Lage¹⁰ e D. Branca Coutinho, uma tença de moradia de 100\$000, 3\$500 como cavalheiro fidalgo, e mais uma segunda tença dada por D. João III em recompensa dos seus serviços prestados na Índia. Recebida a doação, Vasco Fernandes Coutinho ven-

8 Asserto, termo hoje em desuso, significa assertiva, afirmação.

9 (a) A FBN possui cópia dessa carta, assim como da de foral. Teixeira de Oliveira transcreve os dois documentos [HEES, p. 16-21 e 32-5], informando que “Em Évora, a primeiro de junho de 1534, D. João III após sua real assinatura à carta de doação...” [HEES, p. 23] (b) “Mapa explicativo do terreno em litígio entre os Estados do Espírito Santo e Minas demonstrando o direito que tem o Estado do Espírito Santo pela carta régia, de 1º de junho de 1534 de Dom João III a Vasco Coutinho”.

10 Teixeira de Oliveira usa *Lágio* em vez de Lages, mas em nota informa que o visconde de Lagoa escreve Lages. [Grandes e humildes, II, 162 e 174, apud Oliveira, HEES, p. 26, nota 8]

deu o seu solar, fez cessão de suas tenças ao Estado a troco de um navio, contraiu diversos empréstimos, assalariou companheiros, proveu-se de todo o necessário e preparou-se assim para vir para sua capitania.¹¹

Idem. A 6 de outubro deste ano é passada a carta régia a Vasco Fernandes Coutinho, concedendo el-rei D. João III, além de outras regalias, o direito de homizão àqueles que, em crimes não infamantes, viessem para a dita capitania do Espírito Santo, de que muitos se aproveitaram, e o mesmo Vasco Coutinho trouxe alguns refugiados da Bahia em sua volta de Portugal, quando tocou em Porto Seguro.¹²

Idem. A 7 de outubro deste mesmo ano foi passado, com todas as solenidades prescritas, o foral confirmando a doação da capitania do Espírito Santo a Vasco Fernandes Coutinho,¹³ seu primeiro donatário, e no qual lhe foram concedidas as regalias de que podia gozar como grande senhor que era *de jure* e herdade, mas com certas e determinadas prescrições, como na mesma carta de doação e foral se lê.

1535. Chega a 23 de maio deste ano à barra desta capital,¹⁴ tomando por ponto marítimo o pico do Mestre Álvaro, o donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, acompanhado dos fidalgos portugueses Simão de Castelo Branco [de Vasconcelos, no original] e D. Jorge de Menezes,¹⁵ que vinham degradados, as-

11 (a) Teixeira de Oliveira cita Pedro de Azevedo: “A quinta de Alenquer foi certamente vendida nessa ocasião, mas sem que o documento aqui transcrito e já do conhecimento de Varnhagen mencione essa venda, como pretendeu inadvertidamente o eminente historiador.” [Primeiros donatários, p. 200, apud Oliveira, HEES, p. 28, nota 26] (b) “Tendo liquidado os recursos de que podia dispor...” [Rocha Pombo, HB, p. 117]

12 “Faço saber que vendo eu como muitas pessoas de meus Reinos e Senhorios andam continuamente homiziados com temor de minhas justiças por delitos que cometem e a maior parte dos ditos homiziados se ausentam e vão viver a outros reinos e porque hei por melhor e mais serviço de Deus e meu que os sobreditos fiquem antes em terra de meus Senhorios e vivam e morram nela especialmente na capitania da terra do Brasil que ora fiz mercê a Vasco Fernandes Coutinho fidalgo da minha casa para que ajudem a morar, povoar e aproveitar a dita terra...” [Carta régia a Vasco Fernandes Coutinho, concedendo el-rei D. João III, além de outras regalias, o direito de homizão, in Rubim, B. C., Memórias, p. 19]

13 Transcrição em Teixeira de Oliveira [HEES, p. 32-5] e em Brás Rubim [Memórias, p. 21-8].

14 Assim se refere Daemon, muitas vezes, à cidade de Vitória.

15 “Chamavam a este último [Menezes] o *das Molucas*, onde fora governador.” [Southey, HB, I, p. 68] (b) “D. Jorge de Menezes, a quem chamavam o de Moluca, por ter sido capitão-mor desta fortaleza na Índia, e saindo dela capitulado para o reino, foi mandado a desterro para o Espírito Santo.” [Jaboatão, apud Rubim, B. C., Memórias, p. 162]

sim como Valentim Nunes, Duarte de Lemos e outros, que o quiseram acompanhar da Bahia, sob diversas garantias; ao todo sessenta pessoas.¹⁶ Entrou o navio à barra; julgando o donatário ser a vasta baía da Vitória um grande rio, e depois das averiguações feitas procurou desembarcar para dentro da ponta do Tubarão ao norte e do monte Moreno ao sul, em uma grande enseada à sua margem direita, a qual julgamos ser a da vila do Espírito Santo e não a de Piratininga como muitos querem,¹⁷ denominando a terra, em que ele ia saltar e os seus, com o nome de Espírito Santo, em comemoração do dia em que a igreja festejava uma das três pessoas da Trindade, nome que depois perdeu quando foi mudada a povoação para o de Vila Velha, sendo mais tarde por uma lei da Assembleia Provincial revivido, dando também este nome a toda a província. Conquanto os indígenas apelidassem à nova povoação *Moab*, terra habitada por emboabas, contudo o nome de Espírito Santo subsistiu, não só hoje à vila como à província em geral.¹⁸ Ao desembarcar Vasco Coutinho e os seus companheiros, os indígenas obstaram a que saltassem em terra, mas foram logo repelidos pelas armas, e com tal afoiteza e denodo que os aborígenes fugiram para os centros das matas, podendo eles então tomar conta da terra e assentar seus arraiais entre duas colinas, como confirmam diversos historiadores e cronistas.¹⁹ Ordenou o donatário o dar-se princípio a uma povoação neste inculto território, já construindo-se cabanas, já entregando-se ao plantio das sementes que trazia, já edificando-se um forte no lugar onde hoje se acha a fortaleza de Piratininga,²⁰ como à construção de uma peque-

16 (a) "...Vasco Fernandes Coutinho, que com uns 60 indivíduos surgiu na baía da Vitória no domingo do Espírito Santo do ano de 1535, circunstância que lhe deu o nome." [Notas sobre a fundação da capitania do Espírito Santo] (b) "A Glória, a caravela de Coutinho, permitiu-lhe trazer 60 companheiros. [...] Não seriam criminosos comuns; mas pessoas privilegiadas segundo o livro quinto das Ordenações, presume Alexander Marchant, em face das palavras do conhecido cronista de 1587." [Freire, *Capitania*, p. 43]

17 (a) "...a caravela de Vasco Fernandes Coutinho aportou à sua capitania, aproando em uns terrenos baixos, ao fundo de uma enseada, bem junto ao monte Moreno, à esquerda da entrada da baía – que julgaram ser um rio." [Lamego, *Terra Goitacá*, V, p. 370, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 37, nota 2] (b) Frei Vicente diz que o donatário, "avistando primeiro a serra de Mestre Álvaro, que é grande, alta e redonda, foi entrar no rio do Espírito Santo." [HB, I, p. 26]

18 "Na escritura em que confirmou a doação da ilha a Duarte de Lemos, a 20 de agosto de 1540, em Lisboa, Vasco Fernandes Coutinho declarou-a confinante com o 'termo' da povoação do Espírito Santo. Uma das testemunhas, Pedro Garcia, declarou ser 'morador na vila do Espírito Santo, na terra do Brasil.'" [Freire, *Capitania*, p. 48]

19 Vasconcelos, J. M. P., *Ensaio*, p. 11.

20 Augusto Fausto de Souza informa que a construção desse forte se deu apenas em 1702. [Fortificações no Brasil, *RIHGB*, 48, II (71):98-100]. Tratava-se certamente de uma paliçada.

na capela próxima à praia e no fim da mesma, pouco mais ou menos no lugar hoje denominado rua de São João,²¹ e talvez com essa invocação, por ser o nome do monarca português, quem o sabe? Vasco Fernandes Coutinho ordenou ainda a construção de um engenho e principiou a abrir uma situação e nela foi residir no lugar conhecido hoje por *Sítio Ribeiro*, pertencente ao Sr. Paulino. No local ainda se veem derrocados paredões, restos de alicerces e paredes em ruína, tudo disseminado; ali residiu também Vasco Fernandes, filho, e D. Grinalda, que fizeram diversas doações. Mais tarde pertenceu à família Freitas, dizendo a crônica que os padres jesuítas dela também foram senhores, e que em escavações feitas ali, ou em trabalhos de agricultura, se tem encontrado dinheiro e objetos antigos. Levantaram ainda para correção dos criminosos e execução de outros um pelourinho e forca em uma pequena ilha que existe em frente à pequena enseada da vila do Espírito Santo, e que ainda até hoje conserva o nome *ilha da Forca*. Dizem as crônicas que ali se fizeram execuções e castigos tanto a portugueses como a indígenas. Estabelecidos os novos povoadores e outros que vieram após, foi necessário estarem sempre alerta contra os ataques dos índios tupiniquins, goitacases e outros, tendo-se por diversas ocasiões dado pelejas, pois que eram incomodados por estes com emboscadas e surpresas, como adiante se verá, sendo muitas vezes repelidos, e só no ano de 1558 é que foram derrotados completamente.

Idem. No fim do mês de maio e princípio do de junho, alguns dos povoadores embarcados em lanchas e lanchões investigam os arredores da nova povoação, tanto a terra firme como as ilhas que se acham disseminadas desde a barra até a baía desta então capitania; tendo subido chegaram a 13 de junho deste mesmo ano e desembarcam nesta hoje cidade da Vitória, que em atenção ao santo desse dia denominam o lugar com o nome de *ilha de Santo Antônio*, considerando-a uma das melhores da donataria; prosseguindo sempre em suas excursões, foram algumas vezes incomodados e atacados pelos indígenas.²²

21 Atual rua Luciano das Neves, conforme Teixeira de Oliveira. [HEES, p. 38, nota 6]

22 Segundo Teixeira de Oliveira, o padre Ponciano Stenzel dos Santos faz alusão a essa passagem. [Discurso, p. 33, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 49, nota 2]

Idem. Em fins deste ano e princípio do ano seguinte os novos povoadores saem em novas explorações, mas em muito maior número e bem armados e municados, passam-se para o lado norte, e subindo talvez o rio da *Passagem*, desembarcam e entram-se pelo sertão a dentro, e fazendo picadas chegam até os arredores da hoje cidade da Serra, tendo tomado como rumo a serra do Mestre Álvaro. Nesta excursão não consta que fossem incomodados ou pressentidos pelos índios.

Idem. Neste mesmo ano principia o donatário Vasco Fernandes Coutinho a fazer concessões e doações de terrenos àqueles que o haviam acompanhado, concedendo a D. Jorge de Menezes a ilha que teve o nome primitivo de seu possuidor, e que hoje se denomina *ilha do Boi* ao norte na barra desta então capitania, doando ainda outra a Valentim Nunes,²³ que também teve o seu nome e hoje é conhecida por *ilha dos Frades*, situada também à barra. Quanto a Simão de Castelo Branco não se sabe ao certo qual a doação a ele feita.²⁴

1536. Continua neste ano, não só por parte de Vasco Coutinho como dos povoadores, o cultivo das terras da capitania, já feito de parceria, já a contrato. Alguns indígenas, ou pelas promessas feitas ou pelo medo dos *emboabas*, principiam a unir-se aos portugueses, que em parte os chamavam a si com promessas e presentes, enquanto outros os maltratavam, motivo por que a sua civilização não progredia como era de desejar. No entanto, fazia-se um engenho e plantava-se cana e cereais, com auxílio dos próprios aborígenes.

1537. Tendo-se Pedro de Góes também estabelecido na sua capitania da Paraíba do Sul,²⁵ que lhe doara D. João III, em 28 de janeiro de 1536, como recompensa, vem neste ano a esta capitania a entender-se com Vasco Fernandes Coutinho sobre as divisas das duas capitanias, e tendo chegado a acordo sobre tal assunto, tomam

23 Teixeira de Oliveira põe em dúvida essa doação. [HEES, p. 39, nota 11]

24 Ver nota ao primeiro item de 1535.

25 “Fez-se a expedição de vela para o rio Paraíba do Sul, onde Góis se fortificou, se pôs à sua capitania o nome de São Tomé...” [Southey, *HB*, I, p. 67]

por divisa o rio Itabapoana, onde pouco além e mais tarde foi levantada uma povoação, dois engenhos e moinho, dando-se a esse lugar o nome de Santa Catarina das Mós, onde ainda hoje existem ruínas que demonstram essa existência passada, encontrando-se mós de moinho para tal atestar.²⁶ Parece-nos que a dúvida era esta: se seria a divisa pelo rio Itapemirim ou Itabapoana, mas ficando este último como divisa definitiva. Há aqui a notar que três nomes quase iguais foram dados ao rio Benevente, Itapemirim e Itabapoana, visto que, no que temos lido, o rio Itabapoana teve antes o nome de Reritiba, o Itapemirim, Iiritiba, e o de Benevente, Reritiba. Seja como for, o que é certo é que Pero de Góis congraçou-se e chegou a acordo com Vasco Fernandes Coutinho, levando daqui consigo um *mestre de engenhos*, que lhe foi cedido por Vasco Coutinho. Voltando para sua capitania percorreu-a, tendo em suas terras assentado dois engenhos tocados a cavalos perto da costa em Santa Catarina das Mós e ainda outro tocado a água a dez léguas acima do rio Paraíba, na cidade hoje de Campos, então denominada *Vila da Rainha*, e na parte sul da freguesia de São Gonçalo.

Idem. Faz Vasco Fernandes Coutinho doação da *ilha de Santo Antônio* a Duarte de Lemos, que em sua vinda o acompanhara da Bahia, sendo a mesma datada de 15 de julho deste ano e tendo sido confirmada a 8 de janeiro de 1549 por carta régia de D. João III.²⁷ Feita a doação da dita ilha ficou a mesma denominando-se *ilha de Duarte de Lemos*, do nome de seu senhorio, mas ficando sempre o nome de *Santo Antônio* persistindo, até hoje, ao local que do Campinho prossegue à ilha das Caleiras,²⁸ onde posteriormente foi assentado um grande engenho, em frente à ilha do Príncipe.²⁹ Duarte de Lemos parece se comprometera a fortificá-la contra as invasões, segundo um escrito de 20 de agosto deste mesmo ano. Duarte de Lemos julgamos ter ido à Bahia

26 (a) “Segundo a primeira divisão de capitanias neste continente, principiava na ponta do sul da barra do rio Mucuri, e com 50 léguas de costa de mar para o sul, findava em Santa Catarina das Mós”. [Rubim, F. A., *Memórias*, p. 3] (b) Em 14 de agosto de 1537 Vasco Coutinho passava documento para o donatário de São Tomé, Pero de Góis, definindo limites entre as duas capitanias, o que parece ter sido feito com pleno acordo da outra parte. [Carta do rei D. João III, confirmando e aprovando a demarcação de Vasco Coutinho e Pero de Góis, datada de 12 de março de 1543, in Rubim, B. C., *Memórias*, p. 36-41]

27 Vide nota ao primeiro item do ano de 1549.

28 Hoje chamada ilha das Caieiras.

29 Vide nota 33 ao ano de 1540.

donde trouxera grande número de colonos, para estabelecê-los na sua ilha, que media duas léguas de extensão e mais de meia em alguns lugares, pois que isso encontramos em algumas crônicas e escritos.³⁰

1539. Neste ano estabeleceu-se Pedro da Silveira nas terras que lhe foram doadas, que julgamos ter sido no município de Itapemirim, no lugar denominado Caxanga,³¹ e onde por muito tempo se viam ruínas de antiga povoação. Alguns cronistas querem que fosse esse estabelecimento perto das margens do rio Itabapoana, mas outros o dão a cinco léguas da donataria de Pero de Góis.

1540. Vivendo Pero [de] Góis em sua capitania da Paraíba do Sul, por espaço de dois anos em paz com os índios goitacases e outros, vê-se forçado a romper com eles, visto os contínuos ataques que deles sofria. Refugiando-se em Santa Catarina das Mós, na nova povoação ali levantada a duas léguas do rio Itabapoana, ali mesmo foi incomodado, pelo que, à vista dos muitos prejuízos sofridos, mortes e consternação dos companheiros, deliberou-se a vir a esta capitania em uma caravela que com reforços lhe enviou Vasco Fernandes Coutinho, por saber os apertos em que aquele donatário estava. Aqui demorou-se Pero de Góis algum tempo, seguindo depois para Portugal, tendo Vasco Coutinho prestado a ele e a seus companheiros os recursos de que podia dispor.³²

30 (a) “Um dos melhores auxiliares que angariou foi um fidalgo de certa importância e de alguma fazenda, chamado Duarte Lemos. Estava este na Bahia quando Coutinho o convidou, garantindo-lhe largos proventos, e talvez acenando-lhe com alguma perspectiva mais sedutora. Abalou Duarte da Bahia com seus bens, escravos e agregados, e até seguido de amigos. Fez-lhe Coutinho doação de importante ilha a que se dera o nome de Santo Antônio, e que de então em diante ficou conhecida pelo nome do seu novo proprietário” [Rocha Pombo, *HB*, p. 117] (b) A respeito dos colonos, Pizarro acentua: “Agradados, portanto, os novos colonos da situação, e da vivenda, por acharem fartura de peixe [...] induziram a sociedade de algumas famílias da capitania do Espírito Santo, para ajudar no trabalho da cultura da terra.” [Memórias, II, p. 88]

31 O topônimo consagrou-se como Caxangá.

32 (a) “Rebentou então a guerra, que durou cinco anos [...] Fracos e inteiramente desanimados estavam os colonos: começaram a clamar que se abandonasse o estabelecimento, e Góis teve de ceder a seus clamores. Do Espírito Santo se obtiveram navios para conduzi-los, e extinguiu-se o nome da capitania.” [Southey, *HB*, I, p. 67]. (b) Neste ano de 1540, devido à relevância do fato, deveria ter sido incluído um parágrafo com a informação de, em agosto, ter sido assinada, perante o notário geral da Corte em Lisboa, a escritura de doação da ilha de Santo Antônio a Duarte de Lemos. O donatário definiu limites precisos e restabeleceu suas prerrogativas do título real de doação. A estadia de Coutinho em Portugal pode ter-se prolongado até 1547 ou 1548. “...e porque ele, Duarte de Lemos, lhe pede que lhe faça sua escritura e carta de doação conforme ao dito alvará” [Escritura de confirmação de vinte e dois de agosto de 1540, in Baião, A., e Malheiro, C., *HCP*, III, p. 266, apud Oliveira, *HEES*, p. 44, nota 36]

1547. Conquanto haja controvérsias sobre as viagens feitas por Vasco Fernandes Coutinho a Portugal, a buscar reforços e utensis³³ para esta capitania, achamos provável ter sido em meados ou fins deste ano que ele fez a primeira àquele reino, e cuja volta foi em 1549, como abaixo se verá; contudo não afiançamos a época por encontrarmos divergências.³⁴

1549. Chegando Vasco Fernandes Coutinho de volta da viagem que fizera, e aportando em Santa Cruz, em Porto Seguro, em navio seu, no qual trazia companheiros e objetos para a sua capitania, apresentam-se a bordo e são pelo donatário recebidos alguns indivíduos, que haviam sido presos na capitania dos Ilhéus por crime de pirataria e ainda outros que da prisão onde se achavam puderam se escapar, os quais sabendo da chegada de Vasco Coutinho vieram pedir-lhe homizio, visto ter o mesmo esse direito pela carta de doação. Recebeu-os, pois, a bordo e com eles chegou à sua capitania do Espírito Santo. Parece que nesta viagem é que se entendera com a Corte sobre a doação feita a Duarte de Lemos, e que consigo trouxera a carta régia; o que é certo é ter feito esta viagem e ter aportado a Porto Seguro, como se encontra em alguns cronistas e historiadores.³⁵

Idem. Neste ano principiam as diversas hordas de gentios a incomodar os povoadores da capitania, os quais, pelas guerras que entre si continuamente sustentavam, forçavam os povoadores a decidirem-se a favor de um dos lados, quase sempre por aquele com quem estavam em paz, já também motivadas tais guerras pela venda e compra dos índios prisioneiros, que sujeitavam a maus-tratos, o certo é que não cessavam os aborígenes de incomodar de quando em vez aos povoadores,

33 Plural de *utensil*, forma em desuso de *utensílio*.

34 Daemon parece ter-se equivocado quanto às datas relacionadas com a primeira viagem do donatário, pois já em 1540 ele estaria em Lisboa para firmar doação da ilha a Duarte de Lemos, e em 1547 ou 1548, segundo documentos citados por Teixeira de Oliveira, ele já teria retornado: “Talvez o regresso se tivesse verificado em 1547, na frota mencionada na carta de Fernando Álvares de Andrade, ou pouco depois.” [HEES, p. 53]

35 A escritura de doação foi firmada ainda em 1540 (ver nota 32 acima), no entanto apenas em 1549 o monarca assinaria a *carta* de confirmação dela a pedido de Duarte de Lemos. [Carta de confirmação de doação de uma ilha grande ou lesíria que está da barra para dentro, e que se denominava “Santo Antônio”, datada em Almeirim aos oito dias de janeiro de 1549]

pelo ódio que tinham aos dominadores do país, onde sempre gozaram a mais ampla liberdade e domínio.

Idem. Partem da Bahia no 1º de novembro deste ano, a mandado do vice-provincial dos jesuítas, padre Manoel da Nóbrega, e recomendação do governador geral do Brasil, os padres jesuítas Leonardo Nunes e Diogo Jácome que iam em direção à capitania de São Vicente a catequizar os índios que viviam como que abandonados de conhecimentos religiosos, e uma grande parte como escravos.³⁶ Aportando a esta capitania o navio, desembarcam os dois padres; demorando-se alguns dias fazem provisões, tomam consigo alguns índios, recebendo ainda aqui por noviço um moço ferreiro de nome Mateus Nogueira, que posteriormente tornou-se célebre como padre jesuíta.³⁷ Embarcados todos, prosseguiram viagem para São Vicente, onde principiaram a levantar uma casa colegial; ali Mateus Nogueira, afora os misteres do sacerdócio, ocupava-se em pedir esmolas e em trabalhar numa ferraria, fazendo anzóis, cunhos, facas e outros utensis, cujo produto aplicava ao sustento dos meninos, que frequentavam as aulas do seminário dos jesuítas, e ao fornecimento de provisões aos indígenas.

[1550].³⁸ Neste ano desinteligenciam-se o donatário Vasco Fernandes Coutinho e Duarte de Lemos, em razão deste último querer que a sua doação da ilha do seu nome fosse ampla, e Vasco Coutinho haver declarado que esta doação era limitada à sua própria fazenda, que se achava assentada no local onde hoje se vê a igreja de Santa Luzia, servindo esta capela para as orações dos moradores, havendo casa de moradia unida à capela e uma engenhoca abaixo; a este lugar que abrangia um grande perímetro a leste e a norte, indo até o Campinho ao lado de oeste, é que se deu por muito tempo o nome de *Roças Velhas*, que também foi dado a uma fazenda com engenho de açúcar

36 (a) Nery, *Carta pastoral*, p. 77. (b) *Cópia de unas cartas*, índice 11. (c) Freire, *Vitória e a capitania*, *RIHGES*, n. 8, p. 4-5.

37 Vasconcelos, S., *Crônica*, I, p. 40, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 62, nota 4.

38 Aqui o autor juntou dois eventos diferentes em um mesmo ano. Os desentendimentos entre Coutinho e Duarte de Lemos ocorreram antes mesmo de agosto de 1540, quando os dois se apresentaram em Lisboa diante do notário geral da Corte para a oficialização da doação através de escritura na qual o donatário redefiniu a área concedida. [Oliveira, *HEES*, p. 43-4] No entanto a data da carta de Lemos é realmente 1550, pois ele teria sido mandado a Porto Seguro nesse ano por Tomé de Souza, assumindo o posto de capitão por quatro anos. [Oliveira, *HEES*, p. 45]



Copia de vnascartas em

biadas del Brasil/ por el padre Nobrega dela
companhia de Jesus: y otros padres que
estan debaro de su obediencia: al padre
maestre Simon preposito de la di-
cha compania en Portugal: y
a los padres y hermanos
de Jesus de Co-
imbra.

Tresladadas de Portugues en Castellano
Recebidas el año de
M. D. LII.



154
sas de balde en detrimento de su interese. Pieso q̄ si no fuera por el fa-
uor q̄tenemos del gouernador y principales de la tierra, y anti porq̄
dios no lo quiere permitir, q̄nos ouiera ya quitado las vidas: espera-
mos que venga el obispo, que puez esto cō temor, pues nosotros no
podemos por amor. La casa de la baya que hizimos para recoger y
enseñar los moços va muy a delãte, sin el rey ayudar a ninguna cosa
solamēte cō las limosnas del gouernador, y de otros hōbres virtuosos
Quisimos el señor deparar vn oficial pedreiro y cite la va haziendo
poco a poco: el qual es vn macebo desterrado por ouze años por vn
desastre que le acōtecio en muerte de vn hōbre. Tiene cumplido vn
año, y fãlrale diez. A se cōcertado conmigo de seruir a esta casa cinco
años cō su officio: y q̄ de los otros cinco le alcãcemos del rey perdon.
No tiene parte que lo acuse. Hizo lo assi por cōsejo del gouernador:
y porque me a prometido que lo alcãcara de su A. quando V. R. en esto
no quisiere hablar. Tiene ya hecho grãde parte: tiene tãbiẽ cercadas
las casas de vna tapia muy fuerte. Christo nuestro señor nos cer-
que con su gracia en esta vida, para que en la otra seamos recibidos
en su gloria.

Otra embiada del puerto del
Spiritu Santo.

Despues que escreui el año passado, estãdo en la capita-
nia de los Illeos nos partimos dos hermanos, y yo pa-
ra el puerto seguro, que esta treinta leguas de los Illeos
Estuue ay lo mas del tiempo cōfessando, y enseñando la
doctrina. Hizo se por la gracia del señor mucho fruto
en los Christianos. Cōfessauã se ya muchas vezes, y gultauã de la pa-
laura divina, y de la doctrina Christiana, y anti concurrã cō grado
feruor a ella: la qual todos tenã puesta en oluido: y era les cosa muy
nueva. Estuue ay poco mas o menos quatro meses, y era tanta la de-
uocion y affecion que todos me auã tomado, que escreuieron al P.
Nobrega, y al gouernador que no consentiesen que de alli me fu-
esse a otra parte. Mas en tanto que este recado era alla, succedio se
auer embarcaciõ para el Spiritu Santo, en la qual yo me fui sin que
ret mas esperar, así como me era mandado. Partimos de alli a los

e aguardente na freguesia de Cariacica, que depois pertenceu aos jesuítas, e de que se pagava de foro um pão de açúcar de quatro libras. O certo é que contrariado Duarte de Lemos pela declaração de Vasco Coutinho, e pelas intrigas que formigaram entre os dois lados, Duarte de Lemos escreveu a el-rei D. João III, em data de 14 de julho deste ano,³⁹ comunicando que Vasco Coutinho *quando partiu pela primeira vez* de Portugal para esta então capitania do Espírito Santo, tinha o propósito formado de tornar-se independente como um grande potentado, o que não pôde conseguir nem levar a efeito pelas infelicidades e contrariedades por que passou, cujo propósito fora comunicado ao mesmo Duarte de Lemos por Vasco Coutinho, e a Fernão Willas e outros. Esta carta de Duarte de Lemos prova ainda a ida de Vasco Coutinho a Portugal, pois ele o diz: *quando partiu a primeira vez*. Por estes motivos Duarte de Lemos deliberou-se a ir para a Bahia, visto ser considerada a doação como um solarengue; e, ou porque pedisse, ou porque conviesse à Corte portuguesa, o certo é que foi mandado como capitão para a donataria de Porto Seguro, por já ali não existir Pero do Campo.

Idem. Neste ano é aberto nesta então capitania o comércio direto com Portugal e Angola, por instâncias feitas daqui e talvez promovidas pelo mesmo donatário quando lá esteve, o fato é que nesse ano foi estabelecida uma espécie de armazém alfandegado na vila do Espírito Santo,⁴⁰ sob vigilância de Belchior de Azeredo Coutinho Velho, que já morava na capitania, o qual foi nomeado provedor da Fazenda Real e dos defuntos e ausentes, e promovido mais tarde, por alvará de 20 de outubro de 1556, a cavalheiro fidalgo com todas as regalias que lhe dava escudo e armas assim como seu capitão-mor. Esta espécie de Alfândega, pelas investigações que fizemos, e como adiante se verá, no século XVII parece-nos ter sido estabelecida no local em que existe a casa de propriedade do Sr. Firmino de Almeida Silva, à beira-mar, e onde há indícios que isso atestam.⁴¹

39 *Carta de Duarte de Lemos a el-Rei, de Porto Seguro, 14 de julho de 1550.*

40 “...onde houve em outro tempo uma alfândega, por motivo do comércio, que sustentava diretamente com a Europa e África.” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 15]

41 (a) Registre-se aqui, por sua importância, o fato de que “Naquele ano [1550], Antônio de Barros, provedor-mor; Pero de Góis, capitão-mor do mar; e Pedro Borges, ouvidor geral, tinham vindo correr as capitâncias do sul, por ordem [?] de Tomé de Souza. A vinte e seis de fevereiro, ‘nesta vila do Espírito Santo’...” [DH, XXXV, 62, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 66, nota 13]. (b) “Fui ter ao Espírito Santo terra de Vasco Fernandez Coutinho [...] estive aqui cinco ou seis dias por a terra estar quase perdida com discórdias e desvarios dos homens por não estar Vasco Fernandes nela e ser ido não sei se lá se onde, saiu o ouvidor fora consertou tudo.” [*Carta de Pero de Góis, vinte e nove de abril de 1551, Corpo Cronoló-*

1551. Tendo no ano antecedente chegado à Bahia uma armada trazendo por capitânia um galeão por nome *Velho*,⁴² nela vêm quatro padres jesuítas, que foram Afonso Brás, Salvador Rodrigues, Manoel de Paiva e Francisco Pires, três dos quais, os primeiros, estiveram na capitania do Espírito Santo, e para onde foi mandado neste ano pelo padre provincial Manoel da Nóbrega o padre Afonso Brás e um irmão companheiro de nome José de Paiva, que também entendia do ofício de carpinteiro. Tendo estes partido de Porto Seguro a 23 de março aqui chegaram a esta capitania sendo recebidos com alvoroço pelo povo pela necessidade que tinha de sacerdote,⁴³ pois só quando tocava algum galeão ou caravelo,⁴⁴ que ia ou vinha das capitâncias do norte e sul é que auferiam os sacramentos da igreja; é então ouvida pela primeira vez pelos indígenas a palavra sagrada de Afonso Brás, que os admirou e fizera respeitarem-no. Na vila do Espírito Santo, deram o padre Afonso Brás e o irmão companheiro princípio à catequese dos índios, doutrinando e exortando-os, principiando ali uma pequena capela.⁴⁵ Mais tarde tendo-se mudado o donatário e mais pessoas gradas da capitania para esta cidade da Vitória, devido às correrias e contínuos ataques dos índios, deu o padre Afonso Brás princípio à igreja e convento, hoje capela nacional e palácio da presidência,⁴⁶ estabelecendo ali um pequeno seminário para meninos,⁴⁷ e resi-

gico, Parte I, maço 92, nº 113, *apud* Oliveira Lima, *Nova Lusitânia* (Apêndice), 322-3, e Oliveira, *HEES*, p. 71] E é provável que também em 1550 Coutinho tenha viajado para a capitania de Porto Seguro e daí para Portugal: “Senhor, V. A. saberá como Vasco Fernandes Coutinho veio ter a este Porto Seguro e foi surgir junto da nau a Santa Cruz fazenda do duque de Aveiro que é desta vila duas léguas onde estava a nau de V. A. [...] dizendo que se queria ir nela ao reino...” [*Carta de Duarte de Lemos a el-rei, de Porto Seguro, 14 de julho de 1550*].

42 “...em Vila Velha, que os padres jesuítas deram início ao seu apostolado no Espírito Santo, quando aqui chegaram a 23 de março de 1551, vindos no galeão *Velho*, acompanhados de outros religiosos que seguiram para o sul.” [Bittencourt, *Frei Pedro*, p. 32-3]

43 *Copia de unas cartas* (outra embiada el puerto del Spiritu Santo), índices 16 e 17.

44 O termo não está consignado nem no *Diccionario* de Moraes nem no *Elucidário* de Viterbo. Talvez fosse um lapso por *caravelão*.

45 “Em março de 1551, tendo chegado o Pe. Afonso Brás e um irmão de nome José de Paiva, ambos da Companhia de Jesus e os primeiros que aqui vinham, e notando a insuficiência da capela existente para os fiéis, deram começo à capela, consagrando-a a Nossa Senhora do Rosário. [Nery, *Carta pastoral*, p. 20]

46 Palácio do governo. Na época, e até o fim da República Velha, os governantes provinciais se chamavam presidentes e não governadores.

47 “O padre Nóbrega escrevendo em 1552 ao padre provincial de Portugal, dizia: Afonso Brás tem cuidado do Espírito Santo, tem grande colégio, manda-me pedir meninos para principiar.” [Cartas jesuítas, p. 96, *apud* Nery, *Carta pastoral*, p. 77]

dência sua e do irmão companheiro,⁴⁸ onde principiaram a ensinar, fazendo prédicas e catequizando os índios, assim como confessando, batizando e exortando. O irmão companheiro nas horas vagas, depois dos exercícios espirituais, ocupava-se no ofício de carpinteiro. Há a notar que o padre Afonso Brás só esteve na capitania pouco mais de dois anos, como adiante se vê, pelo que pouco pôde fazer. Afonso Brás neste mesmo ano escreveu ao superior da Ordem, comunicando o desleixo que havia na capitania, assim como os vícios de que estava contaminada.

Idem. Continuando os ataques dos indígenas na vila do Espírito Santo, nos quais em encontros morreram alguns dos povoadores, delibera Vasco Coutinho e outros estabelecerem-se na ilha de Duarte de Lemos tendo-a este abandonado e seguido para Porto Seguro, por ser a ilha rodeada por mar e haver abundância d'água, o que na vila do Espírito Santo faltava, e por ser mais fácil a defesa dos moradores, que se viam continuamente incomodados. Estabelecidos que foram, principiaram a chamar à nova povoação de *Vila Nova*, enquanto à do Espírito Santo denominaram de *Vila Velha*, nome que conservou-se por muitos anos, como até hoje; apesar de uma lei da Assembleia Provincial restabelecer-lhe o primitivo nome, ainda muitos assim a denominam. Chegados que foram, edificaram casas nas cercanias do pequeno seminário construído por Afonso Brás, montando quatro engenhos, fazendo plantações de vinhas, canas e cereais, levantando cercados e dispondo definitivamente todos os meios de defesa contra os índios. Contudo, a 8 de setembro deste ano é atacada a nova vila pelos indígenas, havendo um combate renhido, em que foram aqueles vencidos e expulsos por uma vez desta ilha, sendo nesta ocasião dado o nome de *vila da Vitória*⁴⁹ em atenção ao valor, brilhantes feitos, e gloriosa vitória que alcançaram os povoadores, ficando até hoje existente este nome, que, por decreto de 2 de Março

48 “Passada a Páscoa, ordenamos de fazer uma pobre casa para nos podermos recolher nela. Ela está já coberta de palha, e sem paredes. Trabalharei por que se edifique aqui uma ermida junto dela em um sítio mui bom, na qual possamos dizer missa, confessar, fazer a doutrina, e outras coisas semelhantes...” [Copia de unas cartas (outra embiada el puerto del Spiritu Santo), índice 17]

49 (a) “...chegados ao lugar do seu destino, começaram os colonos a edificar uma vila, que tomou a invocação de Nossa Senhora da Vitória, antes de se pelear a batalha.” [Southey, *HB*, I, p. 69] (b) Teixeira cita fontes diversas que contrariam a hipótese de Daemon, entre as quais a provisão passada por Antônio Cardoso de Barros, datada de 3 de março de 1550: “Faço saber aos que esta virem, que por nesta *vila da Vitória* [grifo nosso], província do Espírito Santo, capitania de Vasco Fernandes Coutinho...” [DH, XXXV, 66, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 66] (c) Nery, *Carta pastoral*, p. 25.

de 1822, foi confirmado ainda na criação da cidade, antes *Vila [Nova]*,⁵⁰ antiga *ilha de Duarte de Lemos* e primitivamente *ilha de Santo Antônio*.

Idem. É preso neste ano na própria baía desta capital Cristóvão Cabral, capitão de uma caravela da esquadilha pertencente ao donatário Pero de Góis, o qual voltando do Rio de Janeiro se encontrara no alto-mar com uma nau francesa com que combatera, não podendo vencê-la por faltar-lhe ânimo, e assim fugido do combate, afastando-se veio aportar aqui, causando-lhe isso desgosto. Aqui mesmo foi Cristóvão Cabral deposto do comando de capitão da caravela, estabelecendo-se nesta capitania.

Idem. É mandado pelo governador geral do Brasil, Tomé de Souza, cumprir a ordem régia de 20 de junho deste mesmo ano, na qual se garantia àqueles que quisessem vir para as capitanias da Bahia e do Espírito Santo, e que se transportassem à sua custa, a isenção de pagamento de dízimos por espaço de cinco anos; aos que fossem lavradores, a viagem grátis e isenção de pagamento de dízimos por espaço de três anos; aos que exercessem ofícios de calafate, carpinteiro, tanoeiro, serralheiro, ferreiro, besteiro, cavouqueiro, serrador, oleiro e outros ofícios mecânicos, pagarem a redízima e mais direitos, demonstrado isto ainda em uma carta datada de 15 de agosto deste mesmo ano, e escrita por um tal Lima Dias, mestre de obras.

1552. Achando-se apaziguados os índios que infestavam as matas da capitania, e que, como vimos, não deixavam de incomodar os povoadores, tendo Vasco Fernandes Coutinho dado certas providências a satisfazer as necessidades de sua donataria, mas reconhecendo a precisão de mais colonos para povoar as terras do Espírito Santo, resolveu-se a partir para Portugal, a fim de angariar recursos e prover-se de outros objetos necessários. Assim decidido, entrega o governo da capitania a D. Jorge de Menezes, para que como seu lugar-tenente ficasse encarregado de acudir às necessidades dela durante a sua ausência tendo-se neste mesmo ano embarcado pela segunda vez para Portugal.⁵¹

50 Correção nossa. No original, *Vila Velha*.

51 Teixeira de Oliveira discorda de Daemon citando Capistrano, para o qual Coutinho teria partido para Portugal ainda em 1550. [*Prolegômenos*, 79, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 71].

1553. Em janeiro deste ano parte da Bahia o governador Tomé de Souza a visitar as capitanias e costas do sul do Brasil, vindo em sua companhia o padre Manoel da Nóbrega, provincial dos jesuítas, acompanhado do padre Antônio Pires, o qual vinha também a visitar as colegiadas, trazendo consigo quatro órfãos para agregar a um dos seminários.⁵² Chegaram a Porto Seguro, onde se achava o padre José de Aspilcueta Navarro, e dali vieram aportar nesta capitania do Espírito Santo, onde se demoraram alguns dias, tendo encontrado funcionando o seminário de meninos que era presidido pelo padre Afonso Brás, instituindo nessa ocasião a Confraria do Menino Jesus, em virtude de bulas pontificais que lhe concediam essa faculdade.⁵³ Essa confraria persistiu por muitos anos até que, afinal, desapareceu. Daqui prosseguiu o governador Tomé de Souza e o padre Nóbrega sua viagem para o sul, ao Rio de Janeiro e São Vicente, demorando-se este em Piratininga algum tempo, onde entranhou-se pelas matas a catequizar os índios mandando antes à Bahia o padre Leonardo Nunes a buscar outros companheiros para o ajudar.

Idem. Chega ao Brasil a 13 de julho deste ano, aportando à Bahia, uma frota trazendo o novo governador do Brasil, D. Álvaro da Costa, e os jesuítas padre Luís da Grã, que mais tarde foi provincial e aqui esteve,⁵⁴ o padre Brás Lourenço,⁵⁵ que pouco depois para aqui veio a substituir Afonso Brás, o padre Ambrósio Pires e mais quatro irmãos – Antônio Blasques, João Gonçalves, Gregório Serrão e o grande José de Anchieta, célebre taumaturgo a quem esta província e o Brasil tanto devem pela catequese e civilização dos índios.

52 (a) “Tomé de Souza e o padre Manoel da Nóbrega passam pela vila de Vitória e visitam o Colégio São Tiago. Janeiro de 1553.” [Leite, *HCJB*, I, p. 221] (b) D. João Nery menciona o padre Francisco Pires e não Antônio Pires: “...veio em visita à nova missão da capitania, trazendo consigo o padre Francisco Pires e quatro órfãos vindos de Portugal.” [*Carta pastoral*, p. 78]

53 “Quanto ao colégio, passando Nóbrega pelo Espírito Santo, no último trimestre de 1552, já encontrou a funcionar uma Confraria dos Meninos de Jesus, à semelhança da Bahia e S. Vicente. Frequentavam-no crianças mamelucas e índias, sob a direção de Afonso Brás.” [Leite, *HCJB*, I, p. 223]

54 Segundo Teixeira, Luís da Grã teria vindo para o Espírito Santo no ano de 1573. [*HEES*, p. 116]

55 “Chega na capitania do Espírito Santo vindo da Bahia, o padre Brás Lourenço junto a outros clérigos.” [Leite, *HCJB*, I, p. 217]

Idem. Em cumprimento às ordens recebidas do vice-provincial dos jesuítas padre Manoel da Nóbrega, que se achava em Piratininga na capitania de São Vicente, sai da Bahia no mês de outubro uma embarcação acompanhada de outra menor, trazendo a seu bordo o padre Leonardo Nunes, imediato ao padre Nóbrega, trazendo consigo os padres Brás Lourenço, Vicente Rodrigues e mais outros quatro irmãos, entre eles José de Anchieta. Chegando as embarcações aos Abrolhos sofreram tal temporal, a ponto de serem quebrados os mastros, rasgadas as velas, perdidas as âncoras e batéis, e depois de muitos trabalhos e perda uma embarcação, mas todos salvos, foram dar a Caravelas, onde a embarcação subsistente, depois de consertada das avarias que sofrera, dali partiu e veio aportar a esta capitania no mês de dezembro, trazendo os ditos sacerdotes. Demoraram-se aqui alguns dias, ficando nesta capitania o padre Brás Lourenço em lugar do padre Afonso Brás,⁵⁶ a fim de continuar na catequese, ensinamento dos meninos, levantamento do convento e exercícios espirituais. Partiu, pois, a embarcação com o padre Afonso Brás em direitura a São Vicente, onde chegou a 24 de dezembro do mesmo ano. Há aqui um fato importante a notar e este é a confusão que existe em nossos escritores e historiadores a respeito dos dois padres jesuítas Afonso Brás e Brás Lourenço, visto o padre Afonso Brás só ter estado aqui dois anos e tanto, desde 1551 a 1553, unicamente dando princípio a uma capela e dirigindo um seminário, partindo para a capitania de São Vicente com o padre Leonardo Nunes onde dedicou-se à construção de um colégio, pedindo esmolas para esse fim, trabalhando de carpinteiro, e até em fazer taipas; pois dele e do irmão Mateus Nogueira, que daqui partira e ali morrera em 1559, é que introduziu-se na ordem o costume de serem aproveitados os diversos ofícios e artes que os mesmos padres sabiam e até os aperfeiçoando em seus trabalhos. Afonso Brás nunca mais de lá saiu nem aqui voltou, e tendo ali falecido, foi enterrado no Colégio de São Tiago que ele como outros fundaram, assim como também criou a Confraria da Caridade (Casa de Misericórdia), que tinha como imposição certa quantia àqueles que cometessem certos delitos, para o fim de ser aplicada ao dote de órfãos pobres para assim poderem se casar.

56 “Padre Leonardo Nunes, [...], levou consigo o padre Afonso Brás, deixando à frente da casa do Espírito Santo o padre Brás Lourenço.” [Nery, *Carta pastoral*, p. 78]

1554. Tendo, como vimos, partido para Portugal o donatário Vasco Fernandes Coutinho, deixando em seu lugar, para administrar a capitania, D. Jorge de Menezes, pouco depois de sua partida principiaram os índios a revoltar-se, e durante dois anos tiveram os povoadores de sustentar renhidos combates na vila do Espírito Santo e outros lugares contra os goitacases que tudo ali destruíram, em consequência de quererem expulsar os povoadores e também por se venderem os índios a si mesmos, ou de serem cativados quando prisioneiros. O próprio desgosto que reinava na capitania, por estar entregue ao comando a⁵⁷ D. Jorge de Menezes, que para aqui viera como degradado por fatos cometidos quando capitão-mor na Índia, quando havia outros em melhores circunstâncias e precedentes, isto mesmo contribuiu para o afrouxamento na defesa da capitania, dando em resultado ser morto a frechadas em um combate D. Jorge de Menezes, que foi substituído por D. Simão de Castelo Branco que pouco depois teve o mesmo fim.⁵⁸ Desgostosos alguns povoadores e por já não poderem resistir ou não quererem expor-se à guerra, deliberaram abandonar os seus lares, uns embrenhando-se nas matas e outros fugindo à perseguição dos indígenas, foram estabelecer-se às margens do rio *Cricaré*, hoje São Mateus, onde principiaram a fazer plantações, ficando a capitania com parte de seus moradores espalhados pela Serra, Santa Cruz e Nova Almeida, mas resistindo sempre às invasões os moradores da então vila da Vitória.

Idem. Morre neste ano, nesta hoje cidade da Vitória, o irmão José de Paiva, companheiro que fora do padre Afonso Brás, depois do padre Brás Lourenço e que muitos serviços prestara à catequese dos índios, e como mecânico às obras do seminário, capela e convento.

1555. Em fins deste ano, segundo depreendemos dos historiadores e cronistas, chega de volta de Portugal o donatário da capitania do Espírito Santo Vasco Fernandes Coutinho com alguns auxílios e provisões que no reino pôde obter, mas encontrando-a quase abandonada e em grande miséria, sofreu um grande desgosto, por

⁵⁷ Sic no original. “Ao comando de” ou “o comando a” seriam opções corretas.

⁵⁸ Salvador, *HB*, I, p. 26.

ver ainda que mal-avisado andara em entregar a administração da mesma a D. Jorge de Menezes;⁵⁹ mas, sem perder as esperanças, embora não fosse talhado para o mando, esforçou-se contudo para reerguê-la chamando e reunindo os colonos que se achavam dispersos. Durante dois anos lutou Vasco Coutinho com grandes dificuldades até que se resolveu a pedir ao governador e capitão-general do Estado do Brasil auxílio e socorro, o que se realizou como mais adiante ver-se-á.

1556. Embora continuassem a ser incomodados os povoadores da capitania pelos índios goitacases e outros, por intermédio dos padres Luís da Grã e Brás Lourenço é tratado com o donatário Vasco Fernandes Coutinho para que oferecesse ao cacique dos índios temiminós, por nome Maracaiá-guaçu, que quer dizer *Grande Gato*, e aos da sua tribo, que vagavam pela província do Rio de Janeiro, agasalho contra os franceses, que infestavam aquela então capitania e os guerreavam assim como os índios tamoios; e sendo dirigida ao mesmo cacique a proposta, aceitando ele e os seus o oferecimento, que constava de terras, amparo e outros misteres, foram pelo donatário enviadas embarcações que os conduziram aqui, sendo em seguida aldeados a doze léguas de distância da então vila da Vitória, por assim convir talvez a ambas as partes. Estes índios fundaram uma grande aldeia e prestaram relevantes serviços não só aqui na defesa da capitania, como mais tarde na tomada da fortaleza Villegaignon, no Rio de Janeiro, quando daqui acompanharam Mem de Sá para aquela expedição. No local em que estes índios foram aldeados há da parte dos historiadores grande confusão, dando-os como aldeados em Guarapari, à margem do rio do Peixe Verde, nome do cacique Pirá-Obig, que com os seus foram ali estabelecidos.⁶⁰ Deu assim princípio o padre Brás Lourenço à aldeia de índios na vila hoje de Santa Cruz, a qual mais tarde foi chamada Aldeia Velha quando os jesuítas formaram a aldeia dos Reis Magos, invocação que também deram à igreja e colégio que construíram na hoje vila de Nova Almeida; hoje mesmo, apesar dos tempos, muitos chamam Aldeia Velha à vila de San-

⁵⁹ Carta de D. Duarte da Costa, 2º governador do Brasil, 20 de maio de 1555.

⁶⁰ “...o índio soube do regresso de Vasco Coutinho e tornou a Vitória para implorar seu auxílio. Juntaram-se no apelo os jesuítas e muitas outras pessoas, de que resultou a citada expedição. Constatada a ‘extrema necessidade’ em que se achavam *Gato Grande* e os seus, fizeram-nos embarcar, trazendo-os a esta terra. De início, foram localizados em um sítio nas proximidades da vila da Vitória.” [Grã, *Cartas*, II, 223-8, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 87-8]

ta Cruz.⁶¹ Para coadjuvar ao padre Brás Lourenço mandara o padre Grã que de Porto Seguro para aqui viessem os padres Diogo [Jácome]⁶² que era coadjutor da Ordem, assim como também o padre Pedro Gonçalves, já célebres na catequese, para doutrinar e civilizar os índios aldeados. O cacique Maracaiá-guaçu foi sempre um fiel e valente aliado dos portugueses, era homem prudente, mas enérgico e valoroso, cumpridor de seus tratos, bom cristão e respeitado tanto dos seus como dos portugueses.

Idem. Sabendo algumas hordas de índios, principalmente as dos tupiniquins, o quanto bem tratados e garantidos eram os temiminós, vem neste ano dos sertões da capitania o afamado e valente cacique *Pirá-Obig*, nome que equivale em nossa língua a *Peixe Verde*, acompanhado de grande porção dos seus, os quais foram aldeados em terras da hoje vila de Guarapari, às margens do rio do Peixe Verde, nome derivado do de Pirá-Obig, o chefe da grande tribo. Estes índios também prestaram bons serviços aos povoadores nas guerras havidas. Como se vê, os nossos historiadores confundem Maracaiá-guaçu com Pirá-Obig, trocando até o lugar de suas aldeias, quando pelos nomes se vê o contrário, pois que o primeiro nunca foi aldeado em Guarapari, e sim na antiga Aldeia Velha, e quando o segundo até deu seu nome ao próprio rio em cujas margens se estabeleceram ele e os seus.

Idem. Dá ainda princípio, neste ano, o padre Brás Lourenço à fundação de uma aldeia de índios na hoje cidade da Conceição da Serra⁶³ e, segundo encontramos, era a mesma composta de índios tupiniquins, embora digam alguns ser a mesma de índios goitacases, o que parece duvidoso, visto que estes estavam ao sul da capitania, e sempre em guerra; o mesmo padre Brás Lourenço ia por diversas vezes visitá-los, quando os padres Diogo Jácome e Pedro Gonçalves não o podiam fazer.

61 “No caminho para Aldeia Velha, ulteriormente Santa Cruz...” [Freire, *Capitania*, p. 254]

62 Diogo Jácome era um dos discípulos da escola do padre José de Anchieta. “Foi aquele que, mandado à capitania do Espírito Santo, teve ali cuidado da aldeia do afamado principal, por nome o Grão-Gato...”, entendendo-se por Grão-Gato Maracaiá-guaçu. [Vasconcelos, S., *Vida e obra*, I, p. 52] No original, a partir daqui, Daemon escreveu Jaques e nós corrigimos considerando documentos consultados.

63 Diz Mário Freire que “Conseguira o padre Fabiano reunir cerca de mil índios em uma aldeia, onde ergueu um templo a Nossa Senhora da Conceição.” O autor é bastante vago no que se refere à data: “A esse tempo...”, sendo que o texto se situa nos anos de 1560. [Freire, *Capitania*, p. 82]

1557. Fundam os jesuítas a pequena aldeia do Campo, a três léguas de Santa Cruz e ao norte da vila de Nova Almeida, conhecida depois por aldeia do Campo Velho, que não deve ser confundida com a aldeia do Campo no rio do Peixe Verde, em Guarapari, como muitos o têm feito.⁶⁴ Os índios que habitavam além do Mucuri até Porto Seguro, sabendo o quanto eram bem tratados os aldeados com Maracaiá-guaçu e Pirá-Obig, principiaram a sair das matas unindo-se às aldeias que estavam sob a direção dos jesuítas.

Idem. Aparece ao norte, a 26 de fevereiro deste mesmo ano, e próximo à barra desta hoje cidade da Vitória, a expedição francesa comandada por Bois le Comte, dando fundo todos os navios a distância conveniente, disparando alguns tiros para a terra a atraírem assim os indígenas à praia. Mandaram então para terra um escaler a obter víveres, trocando-os por facas, espelhos, pentes, anzóis e outros objetos.⁶⁵ Feito isto, no dia 27 levantaram ferros os navios e seguiram derrota para o sul, mas, ao passarem os mesmos em frente ao forte do Espírito Santo, depois Piratininga e hoje denominado de São Francisco Xavier, receberam alguns tiros obrigando a expedição a fazer-se de largo.

1558. Aporta neste ano à capitania do Espírito Santo, na vila do mesmo nome, o religioso Pedro Palácios,⁶⁶ leigo franciscano do Convento da Arrábida, em Portugal, sendo natural de Medina do Rio Seco, em Espanha, não sabendo-se em que mês chegara e em que embarcação, trazendo consigo uma imagem da Senhora da Penha, à qual tinha muita devoção. Auxiliando ao padre Brás Lourenço, deu começo à catequese dos índios que a ele logo se devotaram, não querendo morar senão em uma lapa que ainda hoje existe, na base da montanha, dando logo princípio à fundação de uma ermida no alto da mesma onde hoje se acha o Convento da Penha e origem

64 Nery, *Carta pastoral*, p. 80. (b) “O mesmo padre funda as aldeias do Campo e Velha.” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 337]

65 (a) “Ao passar pelo Espírito Santo, em 26 de fevereiro de 1557, Bois le Comte fez disparar alguns tiros, visando atrair à praia os indígenas, a fim de obter víveres, em troca de bugangas, registra Teixeira de Melo.” [Freire, *Capitania*, p. 75]

66 “Parece incontestável que a chegada de Palácios ao litoral do território concedido a Coutinho tivera lugar em 1558, um ano antes da retirada do donatário para a Europa.” [Machado de Oliveira, *Convento*, p. 117]

dele,⁶⁷ sendo para esse fim coadjuvado pelos indígenas que lhe obedeciam cegamente e também pelos moradores daquela vila, fazendo assim sossegar aos aborígenes a quem doutrina e aconselhava a paz. As lendas primitivas da fundação daquele gigantesco monumento, que teve o nome de ermida da Penha ou da Palmeira, ainda até hoje são guardadas e têm sido descritas por muitos historiadores e escritores.

Idem. Tendo Vasco Fernandes Coutinho escrito ao governador geral do Brasil a 22 de maio deste ano pedindo-lhe auxílio, por mais não poder lutar nem resistir só aos indígenas e ainda por estar muito cansado e sem forças para sustentar estas guerras contínuas, que o faziam de todo desanimar,⁶⁸ Mem de Sá, que já se achava na Bahia, por ter sido nomeado governador geral do Estado do Brasil a 23 de junho de 1556, conforme o registro feito na Bahia em 1558, ano em que o mesmo tomara posse do governo, resolve enviar socorros à capitania do Espírito Santo, visto ainda saber que com efeito se achavam revoltados os índios, tendo causado não poucas mortes e prejuízos e pelo que deliberou mandar seu próprio filho Fernão de Sá com auxílios aos moradores desta capitania, realizando este pensamento na vinda de uma esquadilha composta de pequenas embarcações com tropa e munições e sob o comando do mesmo Fernão de Sá, o qual desembarcou à margem do rio Cricaré, hoje São Mateus, unindo-se logo às forças que o donatário Vasco Coutinho enviara a auxiliar as de Mem de Sá. Assim preparados caíram de chofre e atacaram os indígenas, matando muitos e até cometendo barbaridades, vencendo-os, pois, neste primeiro encontro, que tinha sido à margem do mesmo rio, mas tendo também perdido muita gente.⁶⁹ Descansados um pouco a refa-

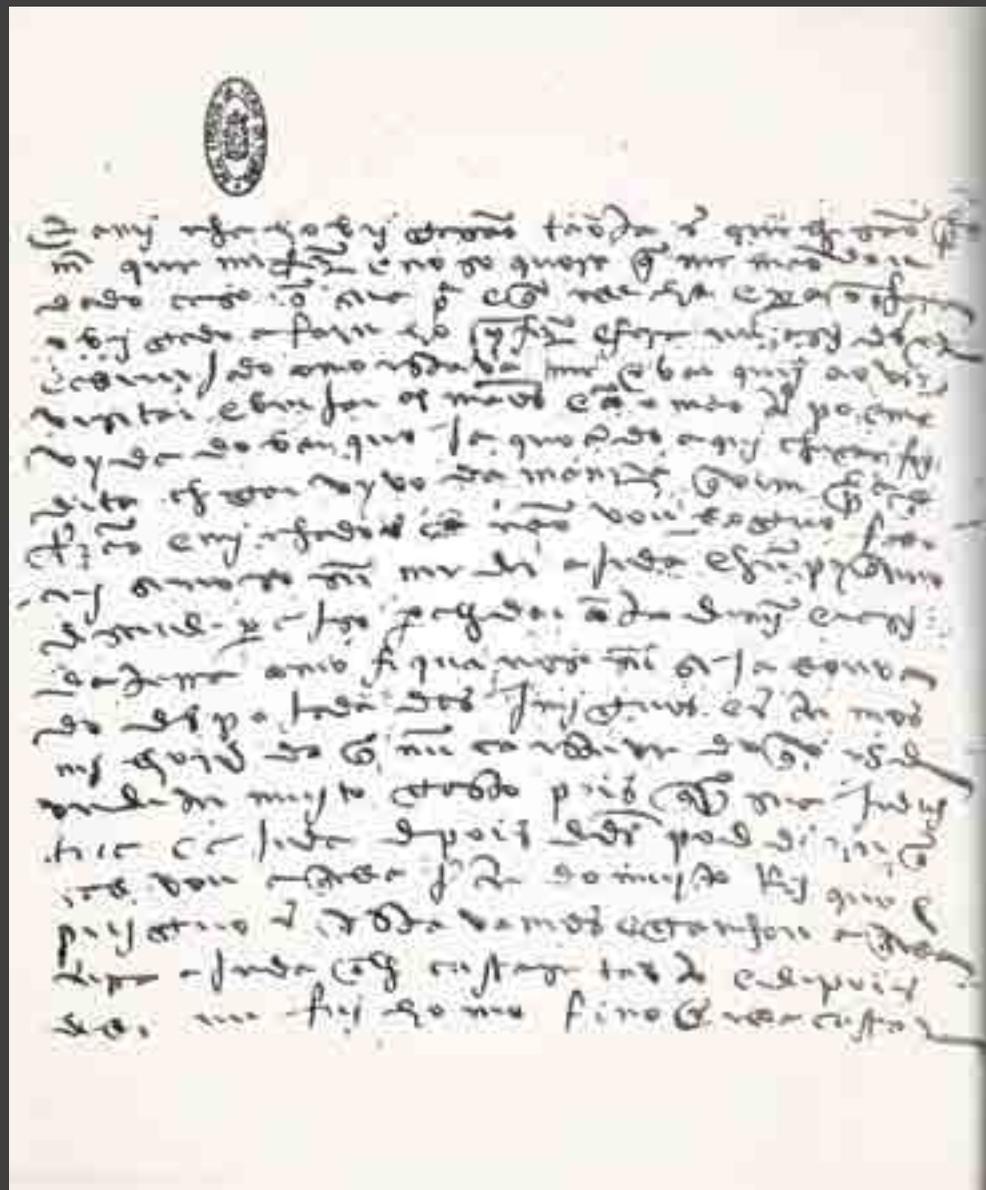
67 (a) “Nesta ermida esteve antigamente por ermitão um frade leigo da nossa ordem, asturiano, chamado frei Pedro, de mui santa vida.” [Salvador, *HB*, p. 80] (b) “Fundou-a Fr. Pedro Palácios, religioso leigo castelhano, da província de S. José, natural de Medina do Rio Seco...” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 11]

68 Carta de Vasco Coutinho ao governador geral do Brasil de Ilhéus, em 22 de maio de 1558, na qual o donatário se diz “doente e aleijado...”, e mais adiante informa “da terra como fica nosso senhor seja louvado despejada dos inimigos e em termos melhores do que nunca esteve [...] para paz e sossego da gente [...] porque dos índios já fica segura louvores Deus e a terra despovoada deles peço a V.S. que me proveja com justiça de algumas desordens que lá há entre nós e que os moradores têm contra mim por onde se tem causado muitos ódios e muitos desmandos...”

69 “Mem de Sá enviou uma expedição chefiada por seu filho, Fernão, com cerca de 200 homens, entre brancos e índios, em 6 navios. Ao invés de se dirigirem a Vitória, entraram pelo rio Cricaré, e atacaram umas fortificações nas quais havia grande quantidade de índios, matando e, sobretudo, aprisionando grande número deles. [Salette, *Donatários, Colonos*, p. 88]

zerem-se para novamente atacá-los, é quando os índios, desesperados, unem-se novamente e atacam inesperadamente as forças comandadas por Fernão de Sá e com tal ímpeto que os pôs em debandada derrotando-os completamente, morrendo grande número de combatentes e entre os mortos contando-se o próprio Fernão de Sá, que sucumbira vítima de uma flecha envenenada, que o ferira mortalmente, devido a ter-se afoitado temerariamente indo atacar os índios quando deveria antes contê-los. Sucedeu-lhe no comando Diogo de Moura que ainda lutou e combateu por alguns meses, auxiliado por novos combatentes;⁷⁰ podendo vencê-los recolheu-se em seguida a esta hoje capital, onde ficou ao abrigo de novos ataques e mais reforçado para eles, participando ao governador Mem de Sá do que ocorrera não só aqui, como do que se dava no Rio de Janeiro com os franceses.

70 Freire, *Capitania*, p. 72.



Primeira página da *Carta de Vasco Coutinho ao governador geral do Brasil de Ilhéus*, em 22 de maio de 1558.

Idem. Em fins deste ano escreve Mem de Sá à rainha D. Catarina, então regente na minoridade de el-rei D. Sebastião, comunicando terem-se submetido os índios desta capitania, mas tendo perdido um filho e ficado com o comando da tropa Diogo de Moura que acabava de derrotá-los, lembrando a conveniência a que se criasse na capitania do Espírito Santo uma outra cidade real como a da Bahia, do que depois desistiu para fundá-la no Rio de Janeiro.

1560. Parte da Bahia, a 16 de janeiro deste ano, o governador geral do Brasil Mem de Sá,⁷¹ que ia ao Rio de Janeiro com o fim de expulsar daquela capitania a Villegaignon e mais franceses que dela se achavam de posse. Trazia consigo oito embarcações, alguns soldados, munições e armamentos; passando pelas capitanias dos Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo recebeu em todas elas contingentes, mormente aqui, donde levou maior número.⁷² Mem de Sá, depois de aqui demorar-se alguns dias, seguiu ao seu destino, chegando ao Rio de Janeiro a 21 de fevereiro do mesmo ano, onde, depois de alguns dias de demora à espera das forças vindas da capitania de São Vicente, a elas se reuniu e atacou a fortaleza de Villegaignon a 16 de março, tomando-a e destruindo as fortificações. Daí seguiu a 31 do mesmo mês e ano para São Vicente, onde se demorou dois meses, partindo daí a 18 de junho para a Bahia com toda a armada e aportando em alguns lugares, chegando a esta capitania onde demorou-se alguns dias, encontrando desanimado o povo por ter o donatário Vasco Fernandes Coutinho renunciado à donataria a favor de el-rei de Portugal, D. Sebastião, que estava sob a regência de D. Catarina.⁷³ Aceitando Mem de Sá a renúncia feita perante o ouvidor, por assim o pedir os povoadores que com suas mulheres e filhos lhe rogavam a aceitasse, é lavrado a 3 de agosto do mesmo ano, na então vila da Vitória, o termo da dita renúncia e provimento dado a Belchior de Azeredo Coutinho, o Velho, para capitão-mor da mesma capitania, com todos os poderes discricionários que tinha o donatário, visto as-

71 “Concordados os chefes no modo da expedição, aos 16 dias de janeiro de 1560 saíram da Bahia com a armada composta de duas naus de alto bordo...” [Pizarro, *Memórias*, I, p. 31]

72 Teixeira discorda de Daemon quanto à contribuição da capitania do Espírito Santo, apesar de citar essa passagem em sua nota 23 e das alusões que faz a Silva Lisboa e a Fernandes Pinheiro. [HEES, p. 100]

73 (a) Segundo Freire, a renúncia do donatário teria ocorrido no dia 3 de agosto de 1560 [Vitória e a capitania, in *RIHGES*, 1935, 8:8-9] (b) Pizarro, *Memórias*, I, p. 30.

sim o querer o povo que para esse fim o elegeu, ficando, no entanto, salvo o direito das partes reclamantes.⁷⁴ Aqui fazemos algumas considerações a respeito não só do donatário, como sobre Belchior de Azeredo. Vasco Coutinho, embora dotado de bom coração, galhofeiro e mesmo valente, não fora talhado para o mando, pelo que esta capitania, com os recursos que teve, não pôde prosperar como de direito se esperava; à proporção que envelhecia, ia Vasco Coutinho mais se relaxando em seus costumes e entregando-se aos vícios, entre eles o de beber, jogar e mascar fumo, pelo que quase não lhe obedeciam; avelhantado e muito doente, viu-se então forçado a renunciar à capitania em favor da Coroa; contudo, são concordes todos os historiadores e cronistas em certificar a sua bondade e bonomia, não havendo um único ato seu de opressão ou vingança, até sendo por demais frouxo em castigar os delinquentes, dando guarida a muitos criminosos que na capitania procuravam homizão. No entanto, força é confessar que Vasco Coutinho sacrificara todos os seus haveres e vida a bem de fazer prosperar a capitania do Espírito Santo, e que só abandonou-a quando mais nada podia fazer em seu benefício, já por falta de meios como pela idade avançada em que se achava e doença de que estava afetado; se não foi um bom administrador também não foi um régulo, pelo que honra seja sempre feita à sua memória. Agora tratemos de sanar um ponto de controvérsia na história pátria, e é a seguinte: existiram naquela época na capitania dois homens de igual nome, e que ocupavam nela importantes lugares, e foram Belchior de Azeredo Coutinho, o Velho, e Belchior de Azeredo Coutinho, o Moço, este sobrinho daquele, ambos fidalgos, este último por alvará de 27 de novembro de 1566, e aquele por carta régia de D. João III em 1530, em que fora nomeado cavaleiro e fidalgo da Casa Real,⁷⁵ pelo que vê-se que foi Belchior de Azeredo, o Velho, nomeado capitão-mor da capitania a pedido do povo, e que para aqui viera por instâncias de Vasco Coutinho para exercer o lugar de administrador da Justiça e seu secretário particular, não sendo Belchior de Azeredo, o Moço, que mais tarde o vemos como capitão de uma galé, a *São Tiago*,⁷⁶ e depois do navio *São Jorge*, e quando em 1565 era confirma-

74 (a) Sá, Mem de, *Carta para el-rei*, III, p. 466, e II, p. 228, *apud* Vasconcelos, *Ensaio*, p. 15.

75 “A Belchior de Azeredo foi feita a mercê de cavaleiro fidalgo por alvará de 27 de novembro de 1566; era ele sobrinho de outro Belchior de Azeredo, também cavaleiro fidalgo...” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 17]

76 “Dirigindo-se Belchior de Azeredo ao Rio de Janeiro como capitão da galé – S. Tiago...” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 17]

da por D. Sebastião a nomeação de provedor da Fazenda Real e dos defuntos e ausentes, onde se o encontra ainda de posse desse emprego em 1566.⁷⁷

1561. É concedida neste ano, a 16 de outubro, pelo capitão e governador geral Mem de Sá, a carta de indulto aos desertores da capitania do Espírito Santo, mas com obrigação de servirem na capitania do Rio de Janeiro.

Idem. Falece neste ano, na capitania de São Vicente, o padre coadjutor Mateus Nogueira, que desta capitania seguira com o padre Leonardo Nunes como irmão noviço, e que prestara grandes serviços aqui na defesa contra os indígenas, pois que fora soldado e era ferreiro. Foi um grande catequista e um dos que muito trabalhou no levantamento do Colégio de Piratininga, como já dissemos, sendo sua morte muito sentida pelos padres da Companhia, que lhe memoraram os feitos.

Idem. Por carta régia de 10 de abril deste ano, são convidados os habitantes do Brasil, mormente os da capitania do Espírito Santo, onde foram lançados bandos, para que plantassem *gingibre*, garantindo-se o gozo, meios e direitos.

Idem. Falece neste ano o donatário desta capitania, Vasco Fernandes Coutinho, não sabendo-se ao certo a data de seu passamento, mas podendo-se afiançar ser antes de outubro, visto a provisão de Mem de Sá ser datada deste mesmo mês. Vasco Fernandes Coutinho morrera vítima de moléstias adquiridas por suas extravagâncias, a que havia-se entregado nos últimos dias de sua vida, talvez devido aos desgostos sofridos nos últimos tempos, sendo enterrado na vila do Espírito Santo, onde residia.⁷⁸

Idem. É confirmada pelo governador Mem de Sá, a 16 de outubro deste ano e datada da Bahia, a nomeação de Belchior de Azeredo Coutinho Velho, como capitão-mor da

77 “Foi provedor da fazenda real, e dos defuntos e ausentes, confirmado pelo rei em 1565.” [Vasconcelos, *Ensaio*, p.17]

78 (a) Serafim Leite informa a data do falecimento do donatário como fevereiro de 1571 [HCJB, I, 224, nota 6], porém Teixeira de Oliveira confirma o ano de 1561, creditando a uma possível falha de revisão a informação de Leite. [HEES, p. 102-3] (b) Carta escrita da Bahia pelo governador Mem de Sá e dirigida a Belchior de Azeredo, 16 de outubro de 1561, informando o falecimento de Vasco Coutinho. [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 16-7]

capitania do Espírito Santo, salvando o direito do filho natural do mesmo donatário, que tinha igual nome, visto já ter falecido o filho legítimo Jorge de Melo, como se evidencia pela dita provisão.⁷⁹ Confirmava o governador nesta mesma provisão os direitos e regalias a Belchior de Azeredo, podendo fazer nomeações, notificações e pregões, e recomendando à Câmara e mais autoridades o respeito e obediência a ele devidos.

Idem. Neste ano parte desta capitania como capitão da galé *São Tiago*, Belchior de Azeredo Coutinho, o Moço, sobrinho do capitão-mor Belchior de Azeredo Coutinho, o Velho, nomes por que ambos eram distinguidos. Belchior, o Moço, seguiu com gente e munições a socorrer, no Rio de Janeiro, ao capitão-mor Estácio de Sá, donde vieram a esta capitania a mandado do mesmo Estácio de Sá, comandando o navio *Santa Clara*, a fim de levar daqui todos os navios de que se pudessem dispor, assim como a gente necessária e dinheiro para coadjuvar e ajudar à fundação da cidade do Rio de Janeiro.⁸⁰ Julgamos que em uma destas viagens é que partiu para ali o valente cacique Maracaiá-guaçu, comandando um contingente de índios flecheiros, visto que deste valente e destemido cacique mais dele não falam os cronistas e historiadores, senão como estando no Rio de Janeiro em companhia do governador Mem de Sá e de seu sobrinho Estácio de Sá a ajudá-los na conquista da enseada do Rio de Janeiro e expulsão dos franceses, de quem Maracaiá-guaçu era inimigo irreconciliável.

Idem. Em fins deste ano entram na baía desta capitania duas naus francesas, competentemente armadas e artilhadas, vindo colocar-se em frente à povoação da vila, onde havia poucos moradores em casas cobertas de sapé, os quais ficaram aterrados. Sabedor disto, o capitão-mor Belchior de Azeredo reuniu o povo, índios flecheiros e escravos, dirigiu-se ao Colégio dos Jesuítas e ali na Igreja de São Tiago fizeram todos oração a Deus. Acompanhava-os o padre Brás Lourenço, que ia na frente empunhan-

79 “Faço saber a vós ouvidor, provedor, juiz e justiças da capitania do Espírito Santo, como sou informado que Vasco Fernandes Coutinho é falecido, pela qual razão essa capitania fica e pertence a Sua Alteza, o que vos mando que tanto que esta apresentada vos for, vos ajunteis em câmara, e tomeis posse dessa capitania para Sua Alteza, elejais só por capitão dela a Belchior de Azeredo [...] e a nenhuma pessoa entregareis, ainda que traga provisão de Sua Alteza, sem levar de mim, ou do governador que suceder, provisão para se entregar; salvo se vier Vasco Fernandes Coutinho, filho do defunto, porque em tal caso lhe entregareis a capitania, ainda que não leve meu recado. [...] Dada em o Salvador, aos dezesseis de outubro de 1561. Mem de Sá” [Provisão de nomeação de Belchior de Azeredo, *apud* Vasconcelos, *Ensaio*, p. 16-7]

80 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 17.

do o estandarte daquele santo, e dirigiram-se ao lugar em que se achavam os franceses, onde se deu terrível combate disparando-lhes tiros e bestas, sendo animados pelo padre Brás Lourenço, que em toda a parte se o encontrava encorajando os combatentes, pelo que se viram os franceses vencidos, com grande perda dos seus e obrigados a fugir, mas perseguidos sempre pelo capitão-mor, que com a sua gente, portugueses como naturais do país e escravaria, os pôs em debandada, fazendo-os embarcar nas naus que em seguida saíram barra fora.⁸¹ Aqui notamos uma coisa, e esta é o parecer-nos ter sido este combate em Vila Velha, a do Espírito Santo, e que daqui partiram os combatentes para aquela vila, visto não ser possível que, atacados nesta hoje capital, tivessem tempo de se reunir os combatentes, fazer oração e depois seguirem ao combate, e quem bem conhece a posição topográfica desta cidade reconhecerá ser impossível dar-se tanta morosidade sem serem obstados nestes planos e projetos, pelos franceses.

1562. Neste ano são atacados os povoadores desta capitania pelos índios aimorés, que dos centros vieram a tudo destruir, obtendo vitórias assinaladas os mesmos índios, que só mais tarde foram rechaçados.

Idem. Neste ano, a 10 de junho, a mandado do padre Brás Lourenço, escreve o padre Torres, que aqui se achava, uma carta ao superior da Companhia relatando também o que era esta capitania e o seu estado, assim o ter vindo no ano antecedente duas naus francesas que, desembarcando tropa, foram pelos da capitania repelidas, como ainda o ter chegado neste mesmo ano outra nau, que não pôde dar saltada em terra à gente que trazia nem explorar a terra, pois fora imediatamente repelida, obrigada a recuar e fazer-se de vela a dita nau.⁸² Neste tempo já se achavam muito adiantadas as obras do convento e capela dos padres da Companhia,⁸³ existindo uma casa que servira de

81 Oliveira, *HEES*, p. 106.

82 *Carta do Brasil*, do Espírito Santo, para o padre doutor Torres, Lisboa, por comissão do padre Brás Lourenço, de dez de junho de 1562. Segundo Brás Rubim [*Memórias*, p. 164] e Vasconcelos [*Ensaio*, p. 18], o original dessa carta estaria em poder da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional), porém não o localizamos.

83 D. João Nery identifica essa capela como a de São Tiago, a mesma do Colégio dos Jesuítas, cuja fundação seria datada de 1562, aproximadamente. [Nery, *Carta pastoral*, p. 26]

seminário no princípio da rua do Egito e onde moraram o padre Brás Lourenço [no original, Lourenço Brás] e padre Fabiano de Lucena, muito conhecedor da língua indígena, o primeiro encarregado de confessar os homens e ensinar seus filhos o latim, português e doutrina, o segundo incumbido da conversão e civilização dos indígenas. Havia ainda em companhia dos padres jesuítas um irmão coadjutor, que servia de cozinheiro, assim outro moço de idade de 18 anos que sabia a língua indígena, o qual, com o padre Brás Lourenço, aprendia o latim, sendo de muita inteligência e engenho. Ali, naquela casa ou seminário, que mais tarde pertenceu a Manoel José e depois a Francisco dos Santos, a qual tinha o nº 574, quando foram sequestrados os bens dos jesuítas, estiveram muitos padres da Companhia, entre eles Luís da Grã, Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, tendo todos os três sido provinciais da Ordem. Também ali estiveram os padres Diogo Jácome e Pedro Gonçalves, que na aldeia de índios da hoje vila de Santa Cruz doutrinaram e chamaram dos sertões os tupiniquins, os goitacases, os puris, os aimorés e os temiminós, catequizando-os.

Idem. Neste ano fazem os índios pitaguaras uma erupção nesta capitania. Tendo devastado as capitanias dos Ilhéus e de Porto Seguro, internaram-se nesta assolando-a e matando os povoadores, travando-se por diversas vezes renhidos combates entre estes índios e os habitantes do Espírito Santo, e que só foram apaziguados ao poder da palavra sagrada de José de Anchieta, que aqui chegando pôde sossegá-los e obter paz.

1564. Toma posse, neste ano, da donataria do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, filho natural do primeiro donatário com uma Ana Vaz,⁸⁴ que não se sabe ao certo se moradora nesta capitania, visto que o mesmo Vasco Coutinho Filho parece não ter tido residência aqui, pois do contrário tomaria logo posse da donataria pelo direito que lhe assistia e que fora reconhecido por Mem de Sá na Portaria de 10 de outubro de 1561,⁸⁵ quando confirmou a nomeação de Belchior de Azeredo Coutinho Ve-

84 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 19.

85 “Enfim, o *mandado* de dezesseis de outubro, reconhecendo Vasco Coutinho (filho) como sucessor do primeiro donatário, vem esclarecer que, àquela data, seus filhos legítimos já haviam falecido.” [Oliveira, *HEES*, p. 105-6]

lho para capitão-mor da capitania. Este continuou como provedor da Fazenda Real,⁸⁶ e de defuntos e ausentes, que lhe foi depois confirmado por D. Sebastião ainda sob a regência de D. Catarina, em carta régia de 1565. Vasco Fernandes Coutinho Filho era casado com D. Luíza Grinalda, natural de Portugal e filha de Pedro Álvares Correia e de D. Catarina Grinalda, o que ainda nos convence que este donatário residia naquele reino. Assumindo a direção da capitania, Vasco Coutinho Filho dá novo impulso a ela, provendo-a do necessário, desenvolvendo a lavoura, concedendo terras a quem as queria, confirmando as sesmarias concedidas por seu pai nas pessoas dos descendentes dos primeiros concessionários, já falecidos, mandando que se construíssem novos engenhos, se aumentasse a criação de gado, se plantasse em grande escala a cana, o algodão, o anil e cereais, fazendo por chamar à ordem os índios que se achavam dispersos, empregando-os no cultivo das terras e fazendo que fossem construídos edifícios. Muito concorreu e auxiliou nesse *desideratum* o padre Brás Lourenço que por sua parte secundava os esforços do donatário, já desenvolvendo a catequese, já animando os povoadores e chamando-os aos seus deveres.⁸⁷ Assim, viu-se em poucos anos prosperar toda a capitania e a ela concorrerem imigrantes de diversas partes, pela fama da uberdade das terras e por conterem elas muitos mananciais que com encômios eram descritos pelos viajantes, moradores e mais que tudo relatado pelos padres da Companhia, como se vê em suas cartas e relatórios, a capitania chegou pois a ser encarada como uma das primeiras do Brasil.

Idem. Tendo partido da Bahia neste ano, com escalas por diversos portos, a obter reforços o capitão Estácio de Sá, sobrinho do governador Mem de Sá, o qual no princípio do ano antecedente chegara de Lisboa com dois galeões sob seu comando, com munições e tropa a fim de coadjuvar Mem de Sá a repelir do Rio de Janeiro os franceses que naquela capitania continuavam a estar de posse, e mais reforçados ainda com contingentes obtidos depois da ida de Villegaignon, aporta Estácio de Sá a esta capitania a tomar reforços como tinha feito em outras; tendo-se aqui demorado alguns dias obtém

86 “Em 1564 já não era capitão-mor, e somente provedor da fazenda” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 19]

87 “...assim como a extensão do trabalho missionário pela capitania, multiplicando residências, incentivando o trabalho agrícola, pondo em prática novos métodos de cultivo da terra, nas diversas fazendas por ele instaladas.” [Bittencourt, *Frei Pedro*, p. 33-4]

pelos esforços de Vasco Coutinho e do ouvidor Brás Fragoso, que tendo chegado a São Salvador, vindo de Porto Seguro fora mandado pelo governador Mem de Sá a acompanhar seu sobrinho Estácio de Sá a esta capitania e à de São Vicente a fim de angariar homens de guerra.⁸⁸ Com efeito, a instâncias do dito ouvidor decide-se o cacique Arariboia a acompanhá-lo com duzentos índios flecheiros, e assim munido de gente, mantimentos e apetrechos partiu para o Rio de Janeiro, onde logo deu-se combate tomando-se uma nau dos franceses, tendo Arariboia muito se distinguido. Temos aqui de fazer um reparo, e este é o confundirem os nossos historiadores a Arariboia e Tebiriçá, dois chefes de tribos diversas, sendo Arariboia morador na capitania do Espírito Santo e Tebiriçá na de São Vicente; a confusão vem de ambos serem batizados com o nome de Martim Afonso, embora um tivesse por sobrenome Souza e outro Melo.⁸⁹ Arariboia foi um bravo auxiliar durante quatro anos nas campanhas contra os franceses e tamoios, chegando a apresentar-se em campo com quatro mil arcos, e muito temido por sua coragem e valentia. Foi recompensado de seus serviços por el-rei de Portugal, que o nomeou cavalheiro de Cristo, com mais a tença de 12\$000, e doação de uma sesmaria de légua de terras na hoje cidade de Niterói, no lugar ainda hoje existente com o nome de São Lourenço, a pouco mais de três quilômetros do mar, onde Arariboia fundou uma aldeia composta de sua família, parentes e companheiros, a qual muito prosperou e onde ainda hoje se encontram descendentes. Ainda no ano de 1587 existia naquela aldeia de São Lourenço este célebre índio, já bastante velho, mas sempre respeitado e obedecido.

1565. Falece no mês de abril deste ano o padre coadjutor Diogo Jacome,⁹⁰ companheiro que foi do padre Pedro Gonçalves, os quais para aqui vieram a catequizar os índios estabelecidos na aldeia do Campo Velho, em Santa Cruz, dirigidos pelo cacique Maracaiá-guaçu, e também na aldeia do Campo ou do Peixe Verde, em Guarapari, dirigida pelo cacique Pirá-Obig. Havendo-se derramado com grande intensidade a peste das be-

88 Wetzel, Herbert Ewaldo, *Mem de Sá, terceiro governador geral (1557-1572)*, p. 100, apud Brandão, *Capitania real*, p. 7.

89 “...ajudados pelo célebre índio *Tebiriçá* (depois do batismo, *Martim Afonso*)...” [Malheiro, *Índice cronológico*, 1564]; “...Auxiliado pelo célebre Arariboia (ou *Martim Afonso de Souza*, que não devemos confundir com Tebiriçá). [Malheiro, *Índice cronológico*, 1568]

90 “Falece na vila de Vitória o padre Diogo Jácome depois de ficar doente durante a epidemia de varíola que atingiu várias aldeias dessa capitania”. 10 de abril de 1565. [Leite, *HCJB*, I, p. 237]

xigas na capitania, mormente nas aldeias de índios, os quais morriam às centenas, nas casas que serviam de hospitais, o padre Diogo Jácome não se poupou a prestar socorros às duas grandes aldeias existentes então na capitania, afora outras pequenas, as quais tinham sido visitadas antes por José de Anchieta quando aqui estivera a mandado do provincial da Ordem e quando apaziguara os índios potiguares; viram-se estes célebres padres Diogo Jácome e Pedro Gonçalves, que grandes serviços prestaram à catequese nas capitanias de Porto Seguro, São Vicente e também nesta, sangrando, aplicando remédios e consolando, e por entre aquela pestilência dimanada dos doentes e cadáveres aglomerados, já corruptos, obrigados ainda a servirem de coveiros. Afinal o padre Diogo Jácome foi também afetado da peste, sendo conduzido a esta hoje capital, carregado pelos próprios indígenas, onde faleceu apesar de todos os recursos e no fim de cinco dias depois de sua chegada, abraçado com uma imagem e tendo pedido e recebido todos os sacramentos, sendo enterrado na Capela de Santiago do Colégio dos Jesuítas, lamentado por seus companheiros e pelos indígenas que muito o estimavam, sendo esta a segunda vez que, doente, o carregaram e conduziram os índios para a Vitória.⁹¹

Idem. Tendo em fins deste ano os índios que daqui partiram em defesa das capitanias do sul se revoltado em São Vicente, onde se achavam, e querendo para aqui voltar dando por causa a fome que sofriam, sabendo disto o irmão José de Anchieta, este lhes prometeu que antes de finalizar o dia chegariam barcos da capitania do Espírito Santo a buscá-los, o que de fato aconteceu, aportando ainda ao outro dia a nau capitânia com Estácio de Sá, que vinha do Rio de Janeiro, o que deu causa a grande entusiasmo da parte dos indígenas, que afiançaram não se retirarem sem coadjuvar a expulsão dos franceses, o que de fato cumpriram. Ali, no porto de Bertioga, foram os navios preparados e aprestados.⁹²

91 Leite, *HCJB*, I, p. 237; Nery, *Carta pastoral*, p 81.

92 (a) “Em fevereiro de 1565 coadjuvou ela o Rio de Janeiro, que se achava em luta com os tamoios, auxiliando-o com gente e mantimentos. A gente era da tribo dos terminós, que Vasco Fernandes Coutinho, donatário da província, convidou e levou consigo.” [Machado de Oliveira, *Notas, apontamentos, RIHGB*, 1856, 19:270] (b) “Porque os índios do Espírito Santo, impacientes com a espera da capitânia e mantimentos que também tardavam [...], lhes empenhou José [de Anchieta] sua palavra: que [...] chegariam sem dúvida os mantimentos e após eles, pouco depois, a nau capitânia [...] Não eram ditas as palavras, quando começam aparecer três barcos, que eram mandados a buscá-los ao Espírito Santo [...] Obedeceram a tudo resolutos a ajudar na empresa. E logo na manhã seguinte chegou a nau capitânia...” [Vasconcelos, S., *Vida e obra*, v. 1, p. 112]

1566. Parte neste ano, a 20 de janeiro, vindo do porto de Bertioga na capitania de São Vicente, o capitão-mor Estácio de Sá, tendo ali preparado uma armada composta de seis navios, alguns barcos e canoas, vindo acompanhado dos religiosos jesuítas Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta, que a mandado do padre Manoel da Nóbrega tinham sido enviados para animar os índios e mestiços no ataque dos franceses no Rio de Janeiro.⁹³ Tendo deixado atrás parte dos navios dirige-se e chega Estácio de Sá a esta capitania no mês de fevereiro a fim de obter novos reforços de gente, munições e mantimentos, o que conseguiu; mas demorando-se poucos dias seguiu para o Rio de Janeiro, chegando ali no princípio de março fortificou-se na Praia Vermelha, dando em seguida os ataques de 6, 12 e 15 do mesmo mês contra os índios tamoios e os franceses, tendo deles saído vitorioso.

Idem. Por provisão do governador Mem de Sá, datada de 3 de abril deste ano, é nomeado Belchior de Azeredo Coutinho, o Moço, sobrinho de Belchior de Azeredo Coutinho, o Velho, para capitão do navio de guerra *São Jorge*,⁹⁴ por ter muito se distinguido no Rio de Janeiro nos ataques contra os franceses e índios tamoios, assim como nos combates em outras capitanias, sendo ainda por seus serviços nomeado a 27 de novembro deste mesmo ano cavalheiro fidalgo da Casa Real Portuguesa.

Idem. Tendo sido chamado à Bahia em meados deste ano o irmão José de Anchieta a fim de receber ordens sacras, recomenda-lhe o padre Manoel da Nóbrega que chegasse à capitania do Espírito Santo, visitasse a Casa Colegial e as aldeias, e dispusesse e ordenasse o que melhor julgasse em seus benefícios.⁹⁵ Com efeito, aqui chegou, mas encontrando ainda a consternação que lavrava entre os padres jesuítas, moradores e indígenas pela morte do padre Diogo Jácome, pelo que consolou-os e cho-

93 “Achava-se então a província mui falta de víveres, e de gente, para socorrer prestes a armada: e, contudo, zelando os seus moradores, o serviço real, e animados os índios católicos a cargo dos jesuítas José de Anchieta e Gonçalo de Oliveira, cuidaram todos no modo de aprontar o auxílio, enquanto chegavam da Bahia e da capitania do Espírito Santo outros adjutórios.” [Pizarro, *Memórias*, I, p. 38]

94 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 18.

95 (a) Nery, *Carta pastoral*, p. 81. (b) “Por então sossegou a praça da Bahia, empenhada nos aprestos da armada; e ouvindo do governador o padre José de Anchieta (quando por seus superiores foi chamado a receber ordens Sacras) as contas dos sucessos venturosos do Rio, de que fora testemunha...” [Pizarro, *Memórias*, I, p. 42]

rou com eles, indo depois visitar as aldeias, principalmente a do Campo Velho, onde a peste das bexigas e aquele passamento haviam trazido grandes desgostos; promoveu em seguida o que julgou necessário a bem de todos, partindo daqui depois de alguma demora, a prosseguir em viagem para São Salvador na Bahia, onde chegando a 15 de outubro deste mesmo ano, relatou ao capitão governador geral do Estado do Brasil, Mem de Sá, a embaraçosa posição em que se achava no Rio de Janeiro seu sobrinho Estácio de Sá e a necessidade que tinha de pronto socorro, visto ter assistido aos ataques e saber dos apertos em que se achava aquele capitão-mor, julgando que para acabar a guerra necessitava serem enviados novos reforços e contingentes, a fim de bater por uma vez os franceses e afugentar os tamoios, o que Mem de Sá tomou em muita consideração, principiando logo a dar enérgicas providências no sentido de ser prontamente acudido Estácio de Sá.

Idem. É provido nas últimas ordens sacras, no mês de outubro deste mesmo ano, na cidade de São Salvador na Bahia e pelo bispo D. Pedro Leitão, o irmão José de Anchieta, deixando assim a classe religiosa em que ainda se achava, tendo por isso grande alegria o próprio bispo e o governador Mem de Sá, por já serem notórios os serviços prestados por este célebre catequista.⁹⁶

Idem. Tendo, como vimos, sido advertido o governador Mem de Sá, pelo então irmão José de Anchieta, dos apuros em que se achava na capitania do Rio de Janeiro seu sobrinho o capitão-mor Estácio de Sá e da necessidade de lhe serem enviados prontos socorros, são aprestadas algumas embarcações conduzindo tropa, munições e muitas provisões de boca, as quais partiram da Bahia no mês de novembro, vindo em uma delas, a capitânia, o mesmo Mem de Sá, o bispo D. Pedro Leitão,⁹⁷ a visitar a diocese, e mais o padre Inácio de Azevedo que chegara à Bahia a 24 de agosto deste mesmo ano, e que fora enviado como visitador geral desta província do Brasil, por

96 Ponciano Stenzel diz que “Tendo recebido as ordens de sacerdote das mãos do bispo D. Pedro Leitão, começou então o célebre catequista uma ação muito mais ampla...” [Apóstolo do Brasil, *RIHGES*, 1935, 8, p. 89]

97 Mem de Sá “...deu-se de novo à vela em novembro de 1566, levando consigo suficiente número de naus, e doutras embarcações pequenas, assaz providas de munições, de soldados, e de voluntários, que o acompanharam, a quem se uniu o bispo D. Pedro Leitão...” [Pizarro, *Memórias*, I, p. 42]

concessão do papa Pio V, pertencendo ele ao quarto grau da Ordem; acompanhavam ao padre visitador geral, o padre provincial Luís da Grã e os padres José de Anchieta, já então ordenado, Antônio Rodrigues, Baltazar Fernandes e Antônio Rocha. Aqui chegada a expedição, desembarcaram todos, tratando Mem de Sá de arranjar um forte e bom contingente para levar consigo, o que obteve, pois afora gente pertencente aos povoadores, ainda obteve duzentos índios flecheiros, devido aos esforços do donatário Vasco Fernandes Coutinho Filho. Assim aprestada partiu a expedição em fins do mês de dezembro ou princípio do ano seguinte, chegando ao Rio de Janeiro a 17 de janeiro de 1567.⁹⁸

1567. Em fins deste ano volta a esta capitania, vindo da de São Vicente, o padre visitador Inácio de Azevedo,⁹⁹ que havia partido do Rio de Janeiro para aquela capitania no mês de julho deste mesmo ano; concedeu o padre visitador no colégio desta capitania o grau de coadjutor formado ao padre Antônio Rocha,¹⁰⁰ que parece-nos ter aqui ficado quando a expedição de Mem de Sá aqui tocara em dezembro do ano antecedente. Depois de visitar as casas da Ordem e as aldeias de índios providenciou a respeito do mais; já então existiam aqui quatro padres com classes de escrever, ler, doutrina e latim; assim também duas grandes aldeias, a de Santa Cruz tendo anexa outra, contando para mais de mil e quatrocentos arcos, a do Peixe Verde com uma principiada em Benevente e outra em Roças Velhas, no distrito de Cariacica, tendo algumas engenhos montados e algumas obras. Aprovou e reformou o padre visitador o seminário, estipulando a fórmula por que se podiam batizar os indígenas e a maneira de se criarem as aldeias, seguindo depois daqui a visitar as capitanias dos Ilhéus e Porto Seguro chegando a São Salvador, na Bahia, no mês de março de 1568.

1569. Neste ano chega a esta capitania o padre José de Anchieta a visitá-la, constando mais que viera em companhia do governador Mem de Sá em sua volta para a

98 “A presença da armada felizmente chegada no dia 18 de janeiro de 1567, reanimou a guerreira soldadesca...” [Pizarro, *Memórias*, I, p. 42]

99 “É recebido nessa capitania o padre visitador da Companhia de Jesus Inácio de Azevedo, intensificando o batismo dos indígenas”. Dezembro de 1567. [Leite, *HCJB*, I, p. 216]

100 Nery, *Carta pastoral*, p. 81.

Bahia; vinha encarregado de percorrer as novas aldeias e estabelecer outras para a catequese dos índios goitacases, puris, tupiniquins e aimorés. Foi neste ano que principiaram-se a estabelecer as aldeias dos Reis Magos, junto ao rio a que os índios chamavam *Apiaputanga* e hoje Nova Almeida; outra em *Guarapari*, nome ainda até hoje subsistente e derivado de *guará*, pássaro de arribação, talvez o mais lindo do Brasil, e de *pari*, que equivale a armadilha e laço; ainda outra aldeia em *Reritiba*, hoje Benevente, na rampa de uma montanha e ao redor dela com outra principiada ainda no lugar chamado Orobó, a dez quilômetros pouco mais ou menos do mar, e onde mais tarde foi erigida uma capela com a invocação de Nossa Senhora do Bonsucesso, sendo esta aldeia ali existente para onde eram enviados os índios remissos a serem castigados e sujeitos às penitências. Os índios tinham tanto respeito ao padre Anchieta e o temiam tanto, que o apelidavam de *Pajé-guaçu*, que equivale a dizer *amarrar mãos*.¹⁰¹

Idem. É nomeado o primeiro governador eclesiástico das capitanias de São Vicente, Rio de Janeiro e Espírito Santo, o presbítero do hábito de São Pedro, padre Mateus Nunes, sob a denominação de ouvidor eclesiástico, cuja provisão foi datada de 20 de fevereiro deste ano, tomando o mesmo governador posse do cargo a 15 de agosto; visitou as capitanias de sua jurisdição.

1570. Falece no Colégio dos Jesuítas, no Rio de Janeiro, o padre provincial Manoel da Nóbrega, a 18 de outubro deste ano, com 53 anos de idade e 28 de assistência no Brasil, tendo estudos profundos adquiridos nos Colégios de Coimbra e Salamanca; foram-lhe feitas solenes exéquias e sepultou-se naquele mesmo colégio. Muito deve a província do Espírito Santo a este célebre padre, pois que nunca deixou de atender às suas necessidades, promovendo em alta escala a catequese e civilização dos índios, em que foi coadjuvado sempre pelo padre José de Anchieta, seu imediato.

1572. Neste ano Sebastião Fernandes Tourinho, descendente do primeiro donatário da capitania de Porto Seguro, parte dali com alguns companheiros e dirigindo-

101 Não faz sentido essa interpretação de Daemon, já que a tradução natural de *pajé-guaçu* seria *grande pajé*, ou seja, *grande sacerdote*.

-se diretamente ao rio Doce até encontrar com um braço do mesmo, a que os indígenas davam o nome de *Mandij*, ou *Mandigi*; aí desembarcando, fez por terra o caminho de 120 quilômetros em rumo LS, indo esbarrar em uma grande lagoa que julgamos ser a Juparanã. Ou porque os barcos em que veio fossem destruídos, ou por serem de grande calado, o fato é que com os companheiros construiu na volta quatro grandes canoas das cascas das árvores, podendo algumas conter 20 homens, e subiu pelo rio Doce e tomou o braço a que os indígenas chamavam *Aceci*, aí saltou em terra e com rumo de norte internou-se nas matas, tendo em suas investigações encontrado grande abundância de ouro, esmeraldas e safiras, perto de uma serra que tem ainda hoje o nome de *serra das Esmeraldas*; e continuando a viagem chegou até Minas Gerais¹⁰² e seguindo depois o curso de diversos rios desceu o Jequitinhonha e por ele foi seguindo até a Bahia; ali então apresentou-se Sebastião Tourinho ao governador a quem relatou a sua viagem e as descobertas que havia feito.

1573. Neste ano, era então governador da Bahia Luís de Brito, que fora nomeado a 10 de dezembro de 1572, e que viera substituir Mem de Sá no governo, visto que D. Luís Fernandes de Vasconcelos, que fora nomeado a 6 de fevereiro do ano de 1570, não pôde suceder a Mem de Sá, por ter a frota em que vinha com o novo provincial da Companhia de Jesus, na província do Brasil, padre Inácio de Azevedo, que fora visitador e mais de sessenta religiosos, sido atacados por navios pertencentes a huguenotes e comandados pelos corsários Cap de Ville e Jaques Sore,¹⁰³ que desbarataram a frota, matando e aprisionando a muitos dos que vinham. Luís de Brito, governando então as capitânicas ao norte, principiou a mandar investigar as terras, rios e costas, assim como as minas de metais e pedras preciosas de que havia notícia existirem nos sertões, e é assim que neste ano, tomando em consideração o que comunicara Sebastião Tou-

102 (a) Segundo Mário Freire, “Depois de uma tentativa, sem grande êxito, Sebastião Fernandes Tourinho, em 1573, subiu pelo rio Doce. Quando voltou, trouxe pedras julgadas esmeraldas e safiras, bem como a notícia de haver ouro no sertão. Melo Moraes afirma que Tourinho era natural da capitania do Espírito Santo.” [Bandeiras e bandeirantes, *RIHGES*, 1934, 7:3] (b) “Sebastião Fernandes Tourinho sai de Porto Seguro; e subindo o rio Doce em busca de minas de metais preciosos, descobre grande parte do território hoje ocupado pela província de Minas Gerais.” [Malheiro, *Índice cronológico*, 1573] (c) “Sebastião Fernandes Tourinho, natural do Porto Seguro, entrou no ano de 1573 pela foz do rio Doce e pela primeira vez descobriu o território de Minas.” [Machado de Oliveira, Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19:254]

103 Jean Capdeville e Jacques de Soria, famosos corsários huguenotes do século XVI.

rinho no ano antecedente¹⁰⁴ a respeito do rio Doce e sua riqueza adjacente, deliberou mandar nessa investigação a Antônio Dias Adorno, em busca das minas relatadas por aquele; e, com efeito, dirigindo-se este àquela descoberta subiu o rio Caravelas com cento e cinquenta homens de comitiva e mais quatrocentos índios e escravos; desembarcando, seguiu por terra o *roteiro* de Sebastião Tourinho, havendo tido com diversas hordas de índios alguns encontros, mas chegando afinal à serra das Esmeraldas, e ali ao norte desta serra e em suas imediações encontrou, com efeito, turmalinas verdes e outras azuladas, da parte de leste, das quais se sortiu, fazendo ainda investigações; trataram em seguida de regressar, dividindo-se os exploradores em duas seções, partindo uns pelo rio Belmonte até o oceano, e outros comandados por Antônio Dias Adorno atravessando os sertões até a Bahia, onde este deu conta de sua comissão.¹⁰⁵

1575. Dá a alma a Deus, a 2 de maio deste ano, na Ermida das Palmeiras, hoje Convento da Penha, depois de dezessete anos de estada ali, e sendo o seu fundador, frei Pedro Palácios,¹⁰⁶ sendo encontrado morto, dobrado sobre os joelhos e reclinado sobre a pedra d’ara. Divulgada que foi a sua morte avultou o povo e indígenas ao santuário, que fora erigido por aquele religioso com insano trabalhar, já carregando ele mesmo os materiais para a obra e dirigindo-a, já catequizando e animando aos indígenas para o coadjuvarem, e a quem ele muito tinha servido e valido. Com gritos, choros e lamentações, demonstravam todos o sentimento por aquela morte, que por muitos anos não foi esquecida; foi este grande fundador e catequista enterrado debaixo do alpendre da portaria, em uma cova que dizem as crônicas já estar aberta para receber o seu cadáver, e talvez por ele mesmo feita.

1576. Continua neste ano Vasco Fernandes Coutinho Filho a fazer doações de terrenos e concessões àqueles que se quisessem entregar à lavoura, que ia em progres-

104 Vide nota 102.

105 “Alguns anos depois, as expedições de Tourinho e Adorno tiveram êxito mais compensativo: conheceram-se as jazidas de esmeraldas, de safiras e de turquesas, na serra das bacias do Mucuri, do Jequitinhonha e do São Francisco.” [Rocha Pombo, *História do Brasil*, p. 309]

106 Segundo Röwer [*Convento*, p. 27] e Francisco Rubim [*Memórias*, p. 5], a data seria 1570. Já Freire [Vitória e a capitania, in *RIHGES*, 1935, 8:11], Nery [*Carta pastoral*, p. 22] e Machado de Oliveira [Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19:262] mencionam a data de 2 de maio de 1575. Pizarro informa apenas o ano (1575). [*Memórias*, II, p. 12]

sivo andar, devido não só ao donatário como aos poderosos auxílios prestados pelos padres da Companhia de Jesus, que não se poupavam a esforços a fim de que a capitania prosperasse.

1577. É doada neste ano, por Vasco Fernandes Coutinho Filho, a Vicente Vaz e à sua mulher D. Ana Vaz, uma sesmaria de terras no lugar denominado Carapina, hoje freguesia, não só para si como em sucessão a seus filhos. Julgamos serem os doados parentes muito próximos do doador, visto a mãe de Vasco Fernandes Coutinho Filho também chamar-se Ana Vaz e ainda existir neste tempo.

1578. Neste ano é ainda doada pelo mesmo Vasco Coutinho mais uma data de terras demarcadas a Gaspar do Couto, com sucessão a seus filhos, as quais eram anexas às de Vicente Vaz e sua mulher doadas em Carapina no ano antecedente.

Idem. É neste ano elevado ao grau de provincial da Companhia de Jesus, desta província do Brasil, o padre José de Anchieta, que estava nesta então capitania, e já promovia a fundação de outras casas religiosas, como a de Benevente, Reritiba, que principiara a construir na esplanada de uma bela colina à beira-mar, ao lado norte do rio do mesmo nome, e onde em 1569 reunira grande número de índios e formara essa aldeia e mais outra perto dali, em Orobó. Benevente fora sempre o lugar de sua predileção.¹⁰⁷

1580. Neste ano fundam os padres da Companhia o Colégio e Igreja dos Reis Magos, à margem do rio Apiputanga, depois Reis Magos, Aldeia Nova e hoje de Nova Almeida, e onde já se achavam muitos indígenas estabelecidos desde 1557. É desta época que data a fundação daquela povoação, hoje vila de Nova Almeida.¹⁰⁸

1582. Supõem todos os nossos cronistas e historiadores que foi neste ano, no 1º de julho, que teve origem a fundação da Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro.

107 Segundo D. João Nery, a data de fundação da igreja de Nossa Senhora da Assunção em Benevente, hoje Anchieta, seria 1579 e não 1578. [*Carta pastoral*, p. 15]

108 “É fundada pelos padres jesuítas a igreja dos Reis Magos, em Nova Almeida, onde se localiza em um local alto com belo panorama”. 1580. [Leite, *HCJB*, I, p. 243]

ro, e sob a direção do padre provincial José de Anchieta, porque tendo chegado àquele porto uma armada saída da Castela, composta de dezesseis embarcações de guerra, em que vinham três mil homens sob o comando do general Diogo Flores Valdez, havendo sofrido a expedição um grande temporal na longa travessia, chegaram quase todos doentes e necessitados de tratamento e agasalho, pelo que, achando-se ali o padre provincial José de Anchieta, que desta capitania tinha para ali ido de visita ao Colégio da Ordem, fundado, como vimos, em 1567, movido de compaixão e extremada caridade, condeu-se tanto do lastimoso e precário estado em que se via toda aquela gente que, tomando a peito a sua cura, deu providências à ereção de uma casa em que fossem os doentes recolhidos, assistidos e curados, para cujo fim destinou logo alguns religiosos, concorrendo também ele com sua própria pessoa em valer-lhe com seus conhecimentos médicos e cirúrgicos para o seu restabelecimento, e assim continuou este estabelecimento fundado por este venerável sacerdote a servir de asilo aos doentes, tendo pelo tempo adiante sido aumentado este estabelecimento, com grandes conexões, e chegado ao ponto em que hoje o vemos.¹⁰⁹

1584. Neste ano, por alvará datado de 1º de dezembro, é demarcado o patrimônio dos índios aldeados de Reritiba, hoje Benevente, a instâncias e esforços do padre José de Anchieta.

1585. Neste ano é fundada pelo padre José de Anchieta uma pequena capela em Guarapari, no alto de uma colina, a fim de servir de residência aos padres da Companhia, que ali estavam em missão, e onde os índios estabelecidos pudessem ser doutrinados e receber os sacramentos de que necessitassem. Esta igreja teve a invocação de Santana, e mais tarde Francisco Gil de Araújo, então donatário da capitania, fez erigir uma outra com maiores proporções, dando-lhe muitas concessões. Teve também esta aldeia o nome de *Vila dos Jesuítas*, segundo encontramos em algumas no-

109 “Foi Anchieta quem, depois de ter fundado a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, fundou também com Miguel de Azeredo a casa de caridade de Vila Velha...” [Stenzel, Apóstolo do Brasil, *RIHGES*, 8:90]

tas.¹¹⁰ Ali eram batizados e docemente ensinados os indígenas, que sob a direção dos missionários eram chamados e trazidos das selvas para serem catequizados; de então data a fundação de Guarapari.

Idem. Neste ano pede o padre José de Anchieta dispensa do cargo de provincial, o que só depois de reiteradas instâncias lhe foi concedido; estava então residindo neste ano no Colégio de São Tiago, nesta hoje cidade da Vitória; havia já servido o dito cargo por espaço de sete anos e tanto a contento de todos; após essa dispensa recolheu-se este sacerdote a Reritiba ou Benevente a concluir as obras para o colégio e igreja daquela hoje vila e seu lugar predileto, onde esteve por diversas vezes e alguns anos residiu até finar-se. Contudo, embora fosse dispensado o padre José de Anchieta do cargo de provincial, foi incumbido da direção dos colégios desta capitania, cargo em que se conservou até a sua morte.

1587. Neste ano funda-se ou, por outra, conclui-se, o colégio e igreja dos padres da Companhia na vila de Benevente, sob a direção do padre José de Anchieta¹¹¹ que, como dissemos, ali residia, embora saísse a visitar e dirigir os outros colégios da capitania. Teve a igreja a invocação de Nossa Senhora da Assunção¹¹² e junto a ela levantou-se um edifício espaçoso com algumas celas para residência dos padres e dos irmãos da Ordem, sendo em uma delas, que ficava junto ao corpo da igreja, que morava o padre José de Anchieta. Ali se aglomerou, como na aldeia de Orobó, o maior número de índios da capitania, que pela fama que gozava o venerável padre José de Anchieta, vinham fixar perto dele sua residência, movidos pela bondade e doçura daquele varão.¹¹³ Ainda hoje, embora arruinada, se conserva como memória a cela que servia-lhe de habitação.

110 Nery, *Carta pastoral*, p. 17 e 84, apêndice “Missões da Companhia de Jesus – no sul do Espírito Santo”.

111 José Antônio Carvalho informa que “à época da morte de Anchieta – 9 de junho de 1597 –, a igreja não estava pronta.” [*Colégios*, p. 99]

112 Segundo Simão de Vasconcelos, Anchieta mudou-se para a capitania do Espírito Santo nesse ano. [*Vida e obra*, II, p. 95]

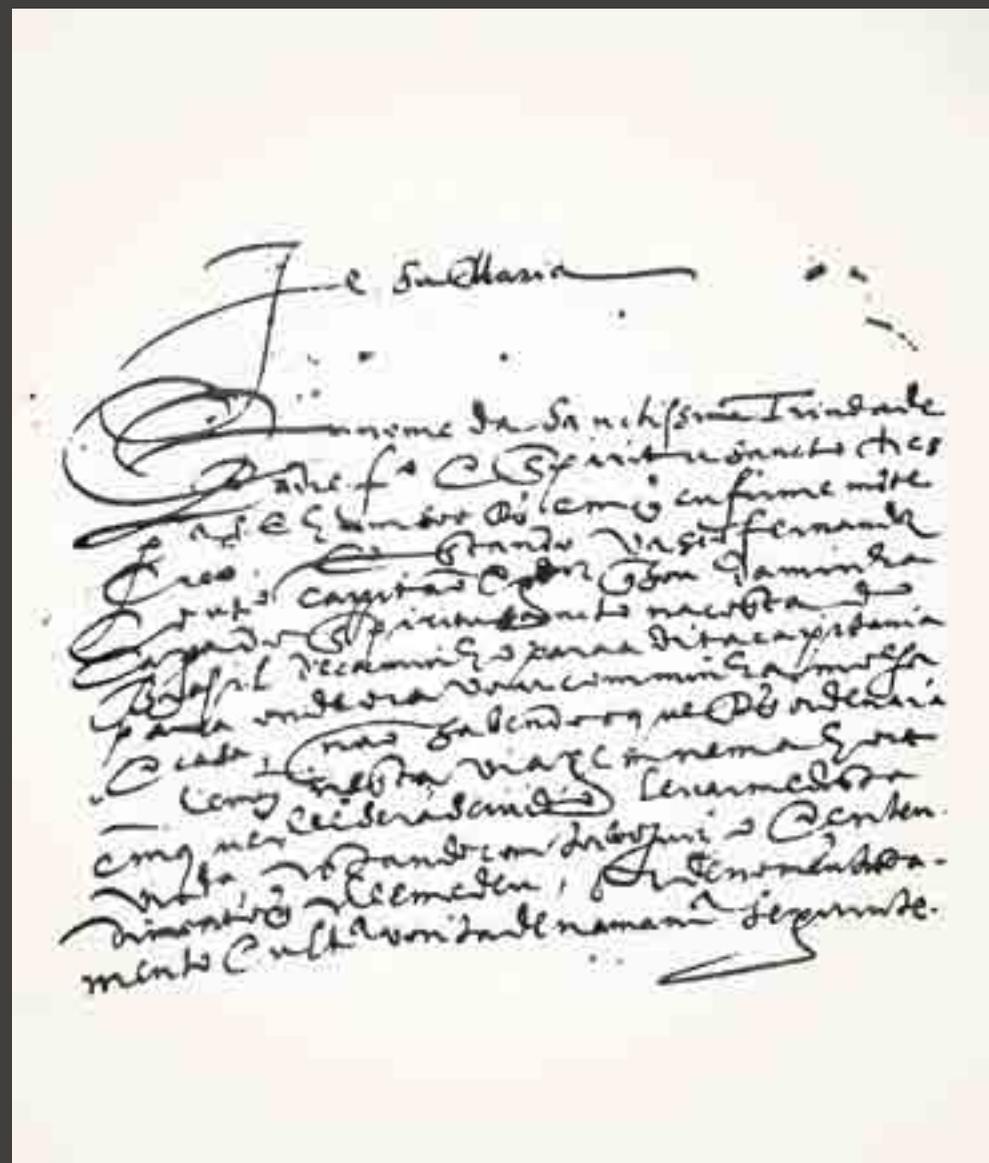
113 “Na igreja, pois da aldeia, dedicada à Assunção de Nossa Senhora, muito antes de 1587, que o padre Santa Maria chamou paróquia dos Índios, se criou uma freguesia, por execução à ordem régia comunicada em carta do secretário de Estado de 8 de maio de 1758; e subsistindo como encomendada, teve acesso de perpétua, em virtude da providência de 22 de dezembro de 1795, por que todas as igrejas das aldeias se elevaram a essa natureza.” [Pizarro, *Memórias*, V, p. 87]

1588. A 5 de maio deste ano faz testamento nesta então vila da Vitória o donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho Filho, pedindo nele que quando morresse, fosse enterrado no cemitério do colégio dos padres da Companhia de Jesus, atestando à sua mãe, Ana Vaz, que ainda vivia, uma tença de 30\$000 anuais, e o mais à sua mulher. Fazemos nós reparo que alguns historiadores apresentem a deixa dessa tença a D. Luíza Grinalda, o que é inexato.¹¹⁴

1589. Falece neste ano, na vila do Espírito Santo, então Vila Velha, em sua *Fazenda da Costa*, o segundo donatário da capitania do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho Filho, tomando posse do governo da mesma sua mulher, D. Luíza Grinalda, tendo por seu adjunto o capitão de ordenanças Miguel de Azeredo, pertencente a uma família de fidalgos em Portugal.¹¹⁵ Fazemos ainda aqui uma observação e é que encontrando em modernos escritos como sendo morador na vila da Vitória este donatário, retificamos este engano, pois bem se vê que, depois de sua morte, a viúva, D. Luíza Grinalda, continuou a residir em sua fazenda na então Vila Velha, a qual era junto ao monte Moreno e pouco distante da colina do Convento da Penha.

114 (a) Consta no Arquivo Real de Ajuda o documento intitulado *Testamento* de Vasco Fernandes Coutinho “Filho”, Lisboa, 19 de abril de 1573, no qual o donatário registra que “E assim mais dará o sucessor da dita capitania de tença a Dona Luíza minha mulher em sua vida dela dez mil réis pagos pelos rendimentos da dita capitania, os quais lhe pagará na dita capitania, ou no reino onde ela mais quiser. [...] De toda minha fazenda que se achar pertencer-me, a deixo por herdeira da metade [Dona Luíza] e outra a metade deixo a dona Ana *minha sobrinha* a quem tenho obrigação...” [Lisboa, códice 44-XIV-6, folha 68, in *Espírito Santo: documentos coloniais*, v. 1, p. 26] (b) Vasconcelos menciona o testamento de Vitória: “Este último Coutinho fez testamento na vila da Vitória em 5 de maio de 1588, determinando ser sepultado na igreja dos padres da Companhia, e deixando 30\$rs de renda anual a sua mãe, que ainda vivia.” [*Ensaio*, p. 20]

115 Rubim, F. A., *Memórias*, p. 6.



Primeira página do *Testamento de Vasco Fernandes Coutinho "Filho"*, Lisboa, 19 de abril de 1573.

Idem. Neste ano chega a esta capitania, no mês de novembro, o padre custódio, franciscano do Convento de Pernambuco, frei Belchior de Santa Catarina, que viera para o Recife em abril de 1585 com mais cinco companheiros, por pedido de D. Jorge de Albuquerque, que lhe cedera a posse da Ermida da Senhora das Neves em 25 de outubro desse ano.¹¹⁶ Frei Belchior vinha com o fito de fundar um convento de franciscanos nesta então vila da Vitória, por pedido que antes lhe fora feito pelo donatário Vasco Fernandes Coutinho Filho pouco antes de falecer; pelo que, em cumprimento da vontade de seu finado marido, cedeu D. Luíza Grinalda para esse fim as terras em que hoje se acha colocado o Convento de São Francisco, assim como os terrenos adjacentes que fazem parte de seu patrimônio. Foi este o primeiro franciscano aqui chegado para aquele mister, pois fora ele que obtivera as letras apostólicas de 13 de março de 1584, para o fim de fundar conventos no Brasil.

1590. Tendo em 1577, a 11 de maio, sido nomeado por carta régia de el-rei D. Sebastião para o lugar de primeiro prelado e administrador eclesiástico do Rio de Janeiro, com jurisdição nesta capitania, o presbítero do hábito de São Pedro, padre Bartolomeu Simões Pereira, é neste ano concedida pelo mesmo prelado que aqui viera para esse fim a administração da Ermida de Nossa Senhora da Penha aos religiosos franciscanos, sendo pelos mesmos que aqui se achavam aceita a dita posse e mais tarde passada a escritura, indo logo ali residir frei Nicolau Afonso, que converteu logo a ermida em uma capela com maiores proporções, sendo nessa obra muito coadjuvado por Brás Pires e Amador Gomes.¹¹⁷

1591. É neste ano passada, a 6 de dezembro, a escritura de posse e entrega da Capela de Nossa Senhora da Penha, com aprovação do prelado da diocese, padre Bartolomeu Simões Pereira,¹¹⁸ e anuência e combinação com D. Luíza Grinalda, que então governava a capitania, fazendo esta não só doação da capela, como de parte da

116 (a) Rubim, F. A., *Notas*, p. 263. (b) Röwer, *Convento*, p. 34.

117 “Frei Nicolau Afonso converteu a ermida a choupana do missionário...” [Machado de Oliveira, *Convento*, p. 126]

118 “...como efetuaram por escrituras celebradas no ano de 1591, que mereceram a aprovação do prelado administrador do Rio de Janeiro, Bartolomeu Simões Pereira.” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 13]

colina onde a mesma se achava, ficando desde essa data pertencendo aquele monumento religioso à Ordem Franciscana.¹¹⁹ Mais tarde para ali se passaram frei Antônio dos Mártires e frei Antônio das Chagas, os quais deram princípio ao convento do lado de terra, isto é, ao lado onde existe a sacristia, o pequeno refeitório, salas e quartos. É preciso notar que frei Pedro Palácios só fez uma ermida, hoje a capela-mor edificada por frei Nicolau Afonso que fez também o corpo da igreja, e coadjuvado por outros; frei Antônio das Chagas e frei Antônio dos Mártires é que fizeram mais tarde a parte do lado de terra que serviu por muito tempo de convento, com celas, refeitório e cozinha, sendo, pois, construído aquele grande monumento por partes, como se vê.

Idem. É fundado neste ano, nesta hoje capital, o convento e igreja dos frades franciscanos por frei Antônio dos Mártires e frei Antônio das Chagas, com a invocação de São Francisco das Chagas, às expensas de esmolas, doações, produto de trinta escravos e 90\$ anuais com que concorreu até finalizar-se a obra a Fazenda Real.¹²⁰ Residiram os frades, durante o tempo em que se fizeram as ditas obras, em uma pequena casa religiosa, construída no princípio da ladeira que vai dar naquele convento, no local do lado da Lapa, e onde se vêem ainda as ruínas dessa casa e pequena capela, que ali existiu; seguiam-se depois as senzalas dos escravos, para o lado da montanha da Lapa, o que deu lugar à denominação que ainda hoje conserva. Mais tarde mudaram-se os religiosos para cima, e ali se estabeleceram prosseguindo as obras até sua conclusão. Na capelinha de que falamos foi estabelecida uma devoção pelos escravos do convento, sob a invocação de São Benedito, depois foi recolhida a imagem ao convento e dali tirada em princípios deste século e colocada na Capela de Nossa Senhora do Rosário.

119 (a) “Faz parte deste convento a pequena capela de Nossa Senhora da Penha por convenção das câmaras da Vitória e Espírito Santo, e aprovação de D. Luíza Grinalda que governava a província por morte de seu marido Fernandes Coutinho. Esta convenção foi feita em 6 de dezembro de 1591.” [Rubim, F. A. *Notas*, p. 263] (b) *Escritura* de doação da capela de Nossa Senhora da Penha pela governadora Luíza Grinalda aos religiosos menores capuchos, 1591, transcrita na íntegra por Röwer. [*Convento*, p. 34-8] (c) “D. Luíza Grinalda e as câmaras das vilas do Espírito Santo e Vitória fizeram doação do cume do morro e capelinha de Nossa Senhora da Penha aos religiosos menores capuchos (6 de dezembro).” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 338] (d) “...como efetuaram por escrituras celebradas no ano de 1591, que mereceram a aprovação do prelado administrador do Rio de Janeiro, Bartolomeu Simões Pereira.” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 13] (e) “...e no mesmo ano [1591] aprovou a escritura de doação da capela da Senhora da Penha da capitania do Espírito Santo aos padres capuchos como ali referi.” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 219-20, nota 36]

120 (a) Machado de Oliveira, *Convento*, p. 127. (b) Nery, *Carta pastoral*, p. 26-7, nota 2.

Idem. Chega neste ano a esta capitania a fazer nela residência o prelado administrador Bartolomeu Simões Pereira, que tinha, como dissemos, nela jurisdição, por a mesma ter sido desanexada da prelazia da Bahia por breve de Gregório XIII, datado de 19 de julho de 1576. Este prelado viera refugiar-se das perseguições que lhe moveram os povos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas, e aqui residiu seis anos, vindo a falecer, dizem que envenenado, nesta então vila da Vitória, em 1597, no mesmo ano e meses depois que morrera o venerável padre José de Anchieta, tendo até assistido às pomposas exéquias feitas ao mesmo na Igreja de São Tiago.¹²¹

1592. Chegam neste ano à barra do Espírito Santo os navios corsários comandados pelo célebre pirata inglês Tomás Cavendish,¹²² que viera no ano antecedente a tentar fortuna na América, tendo saqueado a capitania de São Vicente e queimado a povoação deste nome; partiu para esta capitania tomando em caminho um português que foi obrigado a servir de prático da barra, e nela ao entrarem os navios, não se achando o fundo que se desejava, foi o mesmo mandado enforcar por Cavendish na verga de uma das embarcações.¹²³ Mandou então barra acima três lanchas para a descoberta e encontrando estas três navios perto de Vila Velha ou do Espírito Santo, pretendeu o comandante que fossem aprisionados e não o podendo ser por aproximar-se a noite e recearem, limitaram-se a cortar as amarras. Nesta noite todas as montanhas em redor até Vila Velha foram pelos povoadores circuladas de fogueiras, pelo que Cavendish não se animou a passar o canal da barra, receoso de encalhar os navios, pelo pouco fundo que encontraram na barra, não ter prático e poder cair em alguma cilada. Ao amanhecer do dia seguinte, largaram as lanchas com oitenta homens comandados pelo capitão Roberto Morgan, com ordem de não saltarem em terra, não pelo receio dos navios avistados no dia antecedente, pois estes tinham sido rebocados por canoas durante a noite para a fren-

121 “...não consta o ano que faleceu, e supõe-se ter sido depois de 1597.” [Rubim, B. C., *Memórias*, p. 165]

122 “Cavendish visitou o Espírito Santo em 1592.” [*Cartas* de Anchieta, Rio, 1933, notas 327 e 349, *apud* Gentil, Anchieta e o Estado, *RIHGES*, p. 76]

123 “...até um português se encarregou de meter os dois barcos dentro da barra do Espírito Santo, lugar a que especialmente desejavam chegar, pela abundância de todas as coisas que ali pensavam achar. [...] Os botes entraram a barra e descobriram três navios ancorados perto da vila. [Southey, *HB*, II, p. 17-8]

te da vila da Vitória, mas por alguma surpresa que se lhes pudessem fazer.¹²⁴ Tinha ainda o povo, durante a noite, edificado abaixo da hoje cidade duas fortes trincheiras, ambas cobertas por florestas e rochas dos lados da baía, as quais se achavam bem preparadas e municadas.¹²⁵ Ao aproximar-se Morgan a um dos fortes, o do lado do norte, fizeram-lhe de dentro fogo, o que fez Morgan mandar retroceder, segundo as ordens que havia recebido; os marinheiros, à vista disto, chamaram-no de covarde, o que encolerizou Morgan e por essa causa mandou incontinenti seguir para diante, e que depois de saltarem em terra atacassem-no os marinheiros. Ao aproximarem-se, porém, do forte que iam atacar, o do lado do sul, que não havia sido visto por estar encoberto por entre dois montes, rompeu fogo, matando um homem e ferindo dois, pelo que resolveu Morgan que uma lancha atacasse um, e outra o outro forte. A que atacou o do norte abicou a terra e, depois de renhida defesa, a trincheira foi tomada, mas a outra lancha, que era de muito calado, ao aproximar-se à praia encalhou, saltando a gente para a terra. Com dez homens escalou o capitão Morgan o forte, que era de pedra e barro e de dez pés de altura, mas os índios e portugueses, atirando calhaus contra eles, mataram logo Morgan e cinco homens, fugindo os restantes feridos e debaixo de um chuveiro de flechas para a lancha, não escapando dos quarenta e cinco homens que havia nesta lancha um só que não estivesse ferido, ficando ainda prisioneiros alguns. À vista disso, reuniram-se os outros e partiram a ajudar a lancha que estava encalhada para a safar, pois que exposta como estava não escaparia ninguém; mas aproximando-se que foi também encalhou esta segunda lancha, pelo que tiveram de sofrer os piratas o fogo e flechadas das duas baterias, embora dez homens dos mais animosos estivessem sempre a fazer fogo pelas seteiras, enquanto outros, nadando, se atiravam a todo o risco a safar as lanchas. Cavendish veio então acudir ordenando que

124 “As piratarías do inglês Thomas Cavendish em Santos e outros povoados da costa em geral com bom êxito, animaram-no a tentar igual fortuna no Espírito Santo. Para aí se dirigiu e dando fundo na baía do mesmo nome despediu dois botes com 80 homens comandados por um capitão Morgan...” [Rubim, B. C., *Memórias*, p. 56-7]

125 (a) “Um dos batéis foi ter diante de um fortim, donde os nossos repeliram os portugueses.” [Knivet, *Notável viagem*, in *RIHGB*, 1878, II, 41:185-272, p. 203] (b) “...o fortim, a que se refere Knivet na sua narração de 1592 não é mais do que uma trincheira levantada em algumas horas pelos moradores da vila, ao saberem da aproximação de Cavendish.” [Souza, *Fortificações*, *RIHGB*, 48, II, 71:98-9] (c) “Durante a noite tinham os portugueses rebocado os navios para de frente da vila [...]; meia légua abaixo haviam erguido duas trincheiras pequenas, ambas dominadas por florestas e rochas sobranceiras...” [Southey, *HB*, II, p. 19]

se remasse para fora, o que fizeram, mas depois de deixarem uma grande quantidade de mortos e muitos despojos, parte dos sitiadores com água até o pescoço foram barbaramente abandonados pelos seus, sofrendo ainda Cavendish ao sair barra fora o fogo do forte de Piratininga. Os fortins e trincheiras de que acabamos de falar tinham sido construídos durante a noite, como já dissemos, com pedras, escavações e taipas, um pouco acima da atual fortaleza de São João e que fora atacada primeiramente; o outro era em frente a este e do lado do sul, abaixo e na falda do Penedo, onde existe uma bocaina em frente às pedras do *Baú*, e foi nelas que encalharam as duas lanchas, lugar muito bem escolhido para esse fim, e que fomos investigar, encontrando ainda os vestígios desse antigo fortim e a escavação ali feita. Cavendish, que se considerava forte com seus três navios de alto bordo e duas galeras, correndo o mar a fim de reparar sua fortuna que havia esbanjado, cometendo muitas atrocidades durante o curso, veio pagar em São Vicente, Santos e Espírito Santo a malvadez de sua vida de pirata, e tão grande foi a decepção por que passou e prejuízos que teve que, fazendo-se ao mar de volta para a Europa, não teve a dita de ali chegar, pois morreu em viagem ralado de desgostos e apaixonado do resultado que sofrera no tão funesto ataque a esta capitania, onde perdera os seus melhores companheiros.¹²⁶

1593. Não tendo Vasco Fernandes Coutinho Filho deixado descendência de seu casamento com D. Luíza Grinalda, foi neste ano reconhecido e julgado o direito de senhorio da capitania do Espírito Santo na pessoa de Francisco de Aguiar Coutinho, parente mais próximo de Vasco Fernandes Coutinho Filho, pelo que deliberou-se D. Luíza Grinalda a retirar-se para Portugal,¹²⁷ o que com efeito se efetuou, ficando governando a capitania como capitão-mor o capitão de ordenanças Miguel de Azeredo, que fora daquela senhora seu adjunto no governo; Miguel de Azeredo, de posse dessa nomeação, governou a capitania por espaço de vinte e dois anos até a chegada do donatário, já como adjunto, já como capitão-mor.

126 Southey, II, p. 17-21.

127 (a) “Recolhida ao convento do Paraíso, em Évora.” [Freire, *Capitania*, p. 94] (b) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 20.

1594. Não deixando os índios goitacases de incomodar os povoadores desta capitania, pois que deles estava infestado todo o sul da mesma, delibera-se o capitão-mor Miguel de Azeredo a dar uma investida contra eles, visto sua ferocidade, antropofagia e rapinagem, para assim obrigá-los a conterem-se e pedir pazes;¹²⁸ pelo que, juntando o maior número de combatentes que lhe foi possível e distribuída a gente sob diversos comandos, caiu de surpresa sobre os mesmos causando-lhes muitos danos, matando a muitos e perseguindo-os até onde pôde, tendo em diversos combates mostrado os nossos grande valor e sempre obtido a vitória, e sobressaindo-se muito nessa ocasião, em que mostraram grande valentia, João Soares e Antônio Jorge, residentes na capitania, que dessa peleja saíram bastante feridos. Dispersada assim esta grande tribo de índios, pediram uns pazes e outros internaram-se, nunca mais tendo eles incomodado os povoadores.

1595. Julgamos ser neste ano que foi fundada na vila do Espírito Santo uma casa de caridade por Miguel de Azeredo, a esforços do padre José de Anchieta; foi uma espécie de asilo onde eram recolhidos doentes pobres e infectados de certas moléstias; já Vasco Coutinho Filho e D. Grinalda haviam tido esse desejo, por assim aconselhar o venerável José de Anchieta ou os outros padres da Companhia; o certo é que nessa data ela existia e fora erigida nos terrenos que fazem fundos na chácara da Sra. D. Francisca Martins Ferreira Meireles, na rua que tem o nome de Pedro Palácios, e onde se podem encontrar ainda os restos dos alicerces daquele antigo asilo, que nos parece ter sido feito no tempo de Pedro Palácios, e onde talvez fossem recolhidos os infectados da peste que, por diversas vezes, reinara na capitania, como a da varíola. No entanto, nada afiançamos de exato a respeito de quem fundou aquele asilo e casa de caridade pela divergência que encontramos; mas o que é certo é que existia nesta data e que mais tarde, no século XVII, por alvará do 1º de julho de 1605, dado pelo rei de Espanha, Felipe II, lhe foram concedidos grandes privilégios e posteriormente ainda

128 (a) “Por esse tempo, ano de 1594, pouco mais ou menos moveram guerra os moradores desta capitania do Espírito Santo, contra uma nação de gentio pernicioso, bárbaro e terrível por nome goitacá.” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 235-6, nota 107] (b) “Em 1594 o capitão-mor Miguel de Azeredo à frente dos moradores desta província foi guerrear os goitacases, seus vizinhos muito perniciosos.” [Machado de Oliveira, Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19:296] (c) “Foi organizada uma grande expedição para atacar os índios goitacás presentes no sul da capitania do Espírito Santo”. 1594. [Leite, *HCB*, I, p. 231]

outros, como os da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, em recompensa da bravura das mulheres desta capitania, que em um ataque que houve no largo de Afonso Brás, estas não só recolhiam os feridos para um asilo no lugar em que está a igreja da Misericórdia e os tratavam, como também animavam os combatentes fornecendo-lhes armas e munições, e talvez nesta ocasião é que fosse mudada a casa de caridade de Vila Velha e com este título para esta hoje capital.

1596. Aporta neste ano ao rio *Quiricaré*, por corrupção *Cricaré*, o padre José de Anchieta, no dia 21 de setembro, quando a Igreja festeja o apóstolo São Mateus, pelo que, em memória a esse dia, deu aquele venerável sacerdote o nome deste apóstolo ao lugar conhecido até então por *Quiricaré*. Ali encontrou ele os naufragos de um navio português, que todo desmastreado e em péssimo estado, tinha varado pelo rio acima, estando os mesmos naufragos de moradia a 18 quilômetros da barra à margem do mesmo rio, e onde veio depois a fundar-se uma pequena povoação com uma capela ou pequena igreja sob a invocação de São Mateus;¹²⁹ mais tarde funcionaram nela os frades capuchos que tinham vindo à capitania fundar um convento. É desta data que principiou a ser povoado São Mateus e catequizados ali os indígenas, por esforços do mesmo padre José de Anchieta, sendo este o seu último feito em prol do aumento desta capitania, onde ele envelheceu e morreu, sempre trabalhando para sua prosperidade.

1597. Passa deste mundo à eternidade, a 9 de junho deste ano, na então aldeia de Reritiba, hoje vila de Benevente, o venerável jesuíta padre José de Anchieta, com 64 anos de idade e 44 de residência no Brasil. Tendo sofrido longa moléstia, rodeado de muitos de seus amigos e irmãos que da Bahia, Rio de Janeiro e outros lugares tinham vindo para vê-lo, depois de despedir-se de todos que o rodeavam, sobraçado com um crucifixo, expirou na mais santa paz do espírito.¹³⁰ Conquanto

129 (a) Nery, *Carta pastoral*, p. 56. (b) “...levantaram, antes do ano de 1597, a igreja que dedicaram àquele santo [São Mateus], na margem do rio, e sítio chamado Porto Grande...” [Pizarro, *Memórias*, v. II, p. 88-9]

130 (a) Data confirmada por Simão de Vasconcelos. [*Vida e obra*, v. 2, p. 145] (b) “Após ter fundado a aldeia de Reritiba e vivido nela muitos anos, falece o venerável padre José de Anchieta”. 9 de junho de 1597. [Leite, *HCB*, I, p. 247] (c) “...falecera na aldeia de Reritiba a 9 de junho de 1597...” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 20]

estivesse o colégio rodeado dos moradores e indígenas, ao saber-se de sua morte, de toda a parte em redor vieram a vê-lo os moradores, e estes mesmos, acompanhados dos padres da Companhia, formaram uma grandiosa procissão a fim de o conduzirem a esta então vila da Vitória, onde chegaram no fim de dois dias. Trezentos e tantos indígenas que ele convertera e doutrinara, revezando carregaram seu corpo às costas até o depositarem na Capela de São Tiago ou dos Jesuítas nesta hoje capital, e depois de lhe serem feitas solenes exéquias, em que funcionou o próprio prelado Bartolomeu Simões Pereira e com uma concorrência extraordinária de povo, foi seu corpo dado à sepultura.¹³¹ Mais tarde foram trasladados parte de seus ossos para a igreja do Colégio da Bahia e depositados junto ao altar-mor de São Tiago, por assim o determinar o geral da Ordem, padre Aquaviva;¹³² dissemos parte, pois que muitos de seus ossos foram distribuídos, ficando aqui um osso tíbia, que mais tarde foi depositado na Tesouraria de Fazenda desta hoje província, em uma urna de prata.¹³³

1598. É passada neste ano a carta régia encarregando a Salvador Correia de Sá da superintendência das minas de ouro, diamantes e pedras preciosas descobertas na capitania do Espírito Santo, em Santos e Paranaguá, dando-se-lhe regimento, e sendo dispensado então do governo. Como se vê, por muitos escritores e historiadores se acham confundidas as épocas de certos fatos de nossa história, por tomarem Salvador Correia de Sá pelo governador Salvador Correia de Sá e Benevides.

Idem. Parte da Bahia, no mês de outubro deste ano, o governador geral do Estado do Brasil, D. Francisco de Souza, em direção a esta capitania, tendo incumbido do governo ao capitão-mor Álvaro de Carvalho, trazendo consigo para aqui a sua guarda, um engenheiro alemão de nome Geraldo, e mais um mineiro profissional, também alemão, chamado Jaques, com o fim de explorar as minas de ouro, não só aqui, como na capitania de [São] Vicente. Chegando, fez por meses residência nes-

131 Serrano, Depois da morte de Anchieta, in *RIHGES*, 1935, 8:82.

132 *Idem*, p. 83.

133 Vasconcelos, S., *Vida e obra*, v. 2, p. 146-9.

ta capitania, passando no 1º de dezembro deste ano uma provisão em que ordenava ao Almojarifado de Santos que fornecesse todo o necessário e dinheiro ao capitão Diogo Aires Aguirra, que desta hoje capital seguia para ali como seu enviado, indo acompanhado de duzentos índios destinados à lavragem das minas de ouro em Santos. Feito isto, ainda foi enviado Diogo Martins Cão a percorrer esta capitania a descobrir as minas existentes aqui e a examinar, principalmente, as minas das Esmeraldas na serra do mesmo nome, descobertas por Sebastião Tourinho e averiguadas por Dias Adorno. Este governador por si mesmo foi verificar algumas minas, servindo-se do engenheiro e mineiro que trazia. Seguiu depois para o Rio de Janeiro, onde pouco se demorou, chegando à capitania de São Vicente em maio do ano seguinte de 1599.

Idem. Neste ano, Olivier Von Noord,¹³⁴ célebre negociante holandês, em viagem à roda do mundo, aporta ao rio Doce a tomar víveres que lhe faltavam, mas, sendo hostilmente recebido por seus habitantes, fez-se de vela a continuar a sua dificultosa viagem.¹³⁵

Século segundo

1602. Tendo sido substituído D. Francisco de Souza no governo do Brasil por Diogo Botelho, em 2 de fevereiro do ano antecedente, é neste ano D. Francisco de Souza encarregado da administração geral das minas das capitanias do Espírito Santo, São Vicente e Rio de Janeiro, sem jurisdição do governador geral do Estado, e subordinado somente a el-rei D. Felipe III de Espanha.

1603. É expedido regulamento a 14 de agosto deste ano por Martim Correia de Sá para as minas auríferas e diamantinas da capitania do Espírito Santo.

134 Olivier van Noord é a grafia correta.

135 Ao que tudo indica, Olivier van Noord teria iniciado viagem em 1598, chegando na Guanabara em 1599 e posteriormente ao rio Doce [Netscher, P. M. *Holandeses no Brasil*. Companhia Editora Nacional, 1942, p. 40, *apud* Oliveira, *HEES*. p. 124, nota 62]

1605. Concede Felipe III de Espanha à Casa da Misericórdia desta capitania, em data do 1º de julho deste ano, os privilégios e prerrogativas que tinha a de Portugal.¹³⁶

1606. Institui-se e funda-se nesta capital, no dia 1º de junho o Hospital da Caridade de Nossa Senhora da Misericórdia.¹³⁷ É nesta época que julgamos ter sido transferida para a então vila da Vitória a Casa de Caridade da Vila do Espírito Santo, junto à atual Capela da Misericórdia existente no largo de Pedro Palácios, a qual fora feita de taipa.¹³⁸

1608. É passada em Madri, em 2 de janeiro deste ano, por Felipe II, a carta-patente de capitão-general e administrador das minas a D. Francisco de Souza, ex-governador do Estado do Brasil, para governar as capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, para administrar e dirigir as minas de ouro e pedras preciosas destes lugares, por tempo de cinco anos, independente de qualquer jurisdição que não fosse a de el-rei, pois tinha mais autoridade que os governadores e capitães-mores. D. Francisco de Souza fez moradia algum tempo nesta hoje cidade da Vitória, indo muito depois residir em São Vicente. Aqui inspecionou as minas auríferas e outras.¹³⁹

1609. São trasladados, a 18 de fevereiro deste ano, do Convento da Penha, na vila do Espírito Santo, os restos mortais de frei Pedro Palácios para o Convento dos Franciscanos nesta hoje cidade da Vitória, acompanhados aqueles restos com o maior respeito e devoção por grande número de pessoas gradas e índios da capitania.¹⁴⁰ Diz

136 (a) “Aquele pia instituição teria sido criada ainda no tempo do primeiro donatário da capitania, em Vila Velha, donde a trasladaram, no ano de 1605, para a Capela da Misericórdia, em Vitória. Destinava-se, no início, a socorros domiciliares dos doentes pobres e ao amparo dos expostos, até que se construiu o hospital de caridade na colina do Campinho.” [Rocha, Levy, *Viagem de D. Pedro II ao Espírito Santo*, p. 73] (b) “...foi concedida a mercê de gozar dos mesmos privilégios que são concedidos, e goza a Casa de Misericórdia da cidade e Corte do Rio de Janeiro.” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 20-1] (c) “Não consta a fundação da igreja da Santa Casa da Misericórdia; porém do alvará do 1º de julho de 1605, de Filipe II rei de Castela, em que lhe concede os mesmos privilégios da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, se vê que sua fundação foi mais antiga.” [Rubim, F. A., *Memórias*, p. 7] É importante lembrar que à época da expedição do referido alvará, Portugal estava sob domínio espanhol.

137 Rubim, F. A., *Notas*, p. 254.

138 Essa Igreja da Misericórdia foi demolida durante o governo de Jerônimo Monteiro, dando lugar ao antigo edifício da Assembleia Legislativa.

139 Freire, *Capitania*, p. 107.

140 (a) “Em 1609, os irmãos franciscanos resolveram trasladar os seus restos mortais para a igreja do convento de Vitória.” [Rocha, *Viagem*, p. 78] (b) “No dito ano de 1609 era guardião frei Antônio da Estrela, que recebeu ordens do custódio frei Leonardo de Jesus para realizar a transladação.” [Röwer, *Convento*, p. 28-9]

a crônica que pessoas doentes, como frei João dos Anjos, Duarte de Albuquerque e uma menina, sararam de moléstias ao tocar em seus ossos, sendo parte deles distribuídos pelos enfermos que o pediam.¹⁴¹ Acha-se na Tesouraria um osso tibia depositado em uma urna de prata. Seus ossos foram colocados na parede do altar-mor da mesma igreja dos franciscanos, a boa altura e ao lado direito, e onde ainda há anos existia uma pequena pedra com inscrição, e que desapareceu.

1610. Tendo requerido neste ano o padre jesuíta João Martins, superior da aldeia dos Reis Magos, ao capitão-mor e governador Francisco de Aguiar Coutinho uma sesmaria de terras no lugar Japara, para trabalhos lavoureiros dos indígenas, concede o dito governador seis léguas de terras para o dito fim, por despacho de 6 de novembro do mesmo ano.¹⁴²

Idem. Feita, como vemos acima, a concessão de terras para lavoura na aldeia dos Reis Magos, é para esse fim mandado o escrivão Manoel Lourenço Valença a dar posse aos índios da sesmaria concedida no lugar Japara, na então aldeia dos Reis Magos, sendo lavrado a 4 de dezembro do mesmo ano o termo respectivo, que assinaram os padres jesuítas João Martins, superior da aldeia, e o padre Jerônimo, catequista, assim como o índio Gregório como capitão que era da mesma aldeia e homem já bastante civilizado.

1611. Morre, em São Paulo, a 10 de junho, D. Francisco de Souza, administrador geral das minas desta capitania, depois de aqui ter residido e as ter visitado, nomeando em seu testamento a seu filho D. Luís de Souza, para suceder-lhe no governo, tendo como adjuntos Nunes Pereira Freire e Martim Correia de Sá, pela faculdade que para isso tinha.

141 “Que na transladação dos seus restos para o convento de Vitória em 18 de fevereiro de 1609 sararam todos quantos enfermos puderam tocá-los, como frei dos Anjos e Duarte de Albuquerque e uma menina de Loureiro Afonso, que andava pelas ruas a ensinar a doutrina cristã aos meninos e índios, vestido de sobrepeliz e cruz na mão...” [Machado de Oliveira, *Notas, apontamentos, RHGB*, 1856, 19:263]

142 (a) “O padre jesuíta João Martins, superior da aldeia dos Reis Magos, requereu e obteve uma sesmaria de seis léguas para os índios da aldeia cultivarem lavoura”. 6 de novembro de 1610. [Leite, *HCJB*, VI, p. 159] (b) “Por despacho de 6 de novembro de 1610, o capitão e governador Francisco de Aguiar Coutinho estabeleceu, a requerimento do jesuíta João Martins, os índios da primitiva aldeia dos Reis Magos em uma sesmaria de 6 léguas, no lugar denominado Japara, porque as terras daquela aldeia formada em 1580, estavam muito cheias de formigas...” [Freire, *Capitania*, p. 107]

Idem. A 12 de julho deste mesmo ano presta juramento e toma posse do governo e administração das três capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente, D. Luís de Souza e seus companheiros Nunes Pereira Freire e Martim Correia de Sá como seus adjuntos na administração das minas. São empossados a 3 de dezembro deste mesmo ano no dito governo e administração das sobreditas capitanias e para a descoberta e lavragem das mesmas minas.

1612. Por provisão régia de 9 de abril é ordenado a D. Luís de Souza que entregasse o governo das capitanias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente ao governador geral do Estado do Brasil, visto terem as mesmas sido anexas à sua jurisdição.¹⁴³

Idem. É levantada neste ano a primeira carta geográfica desta então capitania, por Marcos de Azevedo, que por ela viajou naquelas eras; nesta carta são demonstrados todos os lugares povoados, havendo, no entanto, faltas, pois que só dá como povoações a Vitória e Reis Magos, quando já existia a vila do Espírito Santo, havendo grandes povoações em Guarapari, Benevente e São Mateus, não falando em Santa Cruz, Serra e Piúma, então Orobó.

1614. Neste ano faz Francisco de Aguiar Coutinho doação do resto das terras que possuía em Carapina a Miguel Pinto Pimentel, que já era possuidor da sesmaria de Vicente Vaz, por compra que a este fora feita, como também possuía as de Gaspar do Couto por herança, terras essas que foram doadas por Vasco Fernandes Coutinho Filho, ficando assim Miguel Pinto Pimentel possuidor de todo o terreno compreendido no distrito de Carapina; de posse deles tratou então Pimentel de demarcar todo o terreno de que era senhor, o que se realizou pelo ouvidor Julião Rangel de Souza, fazendo-se as demarcações necessárias nas árvores para servirem de marcos divisórios. Pimentel fundou ali uma fábrica e engenho de açúcar que prosperou, falecendo em 1644, depois de 30 anos de residência naquele lugar, deixando por sua morte todos os seus bens ao Colégio dos Jesuítas, que continuaram a lavar os terrenos e a fazer muitas obras, das quais ainda hoje se veem as ruínas. Esta doação foi feita de Portugal pelo donatário.

¹⁴³ Freire, *Capitania*, p.109.

1616. Principia neste ano, sob o pontificado de Paulo V, e a 27 de julho, o processo de canonização de frei Pedro Palácios, o fundador do Convento de Nossa Senhora da Penha, e que até hoje não foi concluído.¹⁴⁴

1620. Toma posse, a 15 de julho deste ano, da capitania do Espírito Santo, o donatário Francisco de Aguiar Coutinho, que aqui chegara neste ano vindo de Portugal.¹⁴⁵

1621. Em fins deste ano começou esta capitania a importar e receber escravos africanos, sendo obrigados os que os importavam a pagá-los com açúcar e outros quaisquer gêneros, por privilégio especial concedido unicamente a esta capitania.¹⁴⁶

1622. É de 9 de abril deste ano o alvará que determinou que, acabado o tempo do governo de qualquer governador, *desse logo residência*.

1624. Parte desta então capitania um contingente de índios flecheiros para a Bahia, onde chegando marcham logo a combate contra os holandeses com surpresas e assaltos que muito os incomodou, matando a muitos e até na refrega perdendo a vida o coronel holandês Alberto Schotts.¹⁴⁷ Contudo, força é confessar, não encontramos quem fosse o condutor destes índios.

Idem. Neste ano, no mês de março, fundeia na barra desta capitania uma esquadriha composta de oito velas, que percorria as costas do Brasil já de volta de Luanda, pois que da Bahia para lá seguira no mês de agosto do ano antecedente.¹⁴⁸ Era esta

¹⁴⁴ (a) Jaboatão, *Novo orbe*, I, v. II, p. 33, *apud* Röwer, *Convento*, p. 42. (b) Nery, *Carta pastoral*, p. 22.

¹⁴⁵ Carta de Diogo de Menezes, transcrita em Teixeira de Oliveira, e que segundo o mesmo autor se encontra no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. [*Corpo cronológico*, I, 115, 58. Cópia inserta nos *Anais BN*, LXVII, 46-50, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 120-1, nota 50] (b) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 21.

¹⁴⁶ “O Espírito Santo gozava, por volta de 1622, do privilégio de receber africanos, para pagá-los, não a dinheiro, mas, depois, em açúcar e outros gêneros.” [Freire, *Capitania*, p. 110]

¹⁴⁷ “Johannes van Dorth, governador pela Companhia, foi morto numa emboscada. Albert Schout, seu sucessor, tratou das fortificações, mas em festas e banquetes apanhou uma enfermidade, que em poucos dias o levou.” [Capistrano, *Capítulos*, p. 44]

¹⁴⁸ A data da chegada dos holandeses, de acordo com o padre Antônio Vieira, seria 12 de maio de 1625. [*Carta ânua*

esquadilha comandada pelo almirante Patrid¹⁴⁹ que, tendo tido muitos prejuízos em Angola, voltava ao Brasil para ressarcir-los. A 12 do mesmo mês de março subiu Patrid com alguns lanchões e trezentos e tantos combatentes e veio postar-se em frente à então vila da Vitória; dá desembarque à tropa e ataca os moradores da mesma vila, que não estavam preparados senão com uma frágil trincheira, mas dando-se logo renhido combate, ao desembarcar tiveram os holandeses de recuar, sendo os da capitania comandados pelo donatário Francisco de Aguiar Coutinho, embora poucos, por não estar reunido todo o povo que, amedrontado, tinha parte se retirado com as mulheres e crianças para o centro a resguardá-las, sendo, apesar disso, a defesa valorosa; os holandeses que haviam subido a baía disparando tiros e fortificando-se em diversos pontos tanto da ilha como da costa, mesmo com todas essas vantagens, viram a vitória ser dos povoadores nesse dia. No dia 14 experimentaram ainda os holandeses um novo combate e, enquanto este se dava, um contingente de tropa, comandado por um oficial, subia pela então ladeira do Pelourinho, hoje ladeira Municipal, onde se achavam alguns combatentes da vila com uma pequena peça, mas vendo que o número de holandeses era numeroso, abandonaram o posto: é então que uma mulher heroína, de nome Maria Ortiz, e que morava em uma casa na quina da mesma ladeira com a rua da Matriz, casa essa hoje pertencente ao Sr. capitão João Martins de Azambuja Meireles, estando à janela, esperando a passagem dos holandeses, e chegados que foram embaixo da janela onde ela se achava, derrama sobre eles um tacho de água a ferver, queimando-os horrivelmente, o que os fez retroceder e desanimar; feito isto, Maria Ortiz, animando os soldados, fá-los disparar a peça que se achava acima de sua casa, e que já lemos ter sido ela própria, Maria Ortiz, que lhe pusera fogo com um tição, então caindo os combatentes novamente reunidos sobre os holandeses, que eram em maior número, fá-los debandar com perda de 30 homens e mais de 44 feridos, recolhendo-se aos lanchões, mas deixando ainda alguns que foram tomados, declarando-se assim a vitória a favor dos moradores da capitania, que muito fo-

da missão jesuítica no Espírito Santo, em 1625] e, segundo Machado de Oliveira, a primeira invasão dos holandeses teria ocorrido em 6 de agosto de 1625. [Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19:265].

149 (a) “Pedrid ou Petrid, como era conhecido o almirante Pieter Pieterszoon Heyn, chefe da expedição.” [Freire, *Capitania*, p. 113] Em todas as suas formas, Pedrid, Petrid ou Patrid, a grafia está obviamente corrompida.

ram auxiliados pelos padres jesuítas, que os animavam e socorriam.¹⁵⁰ Reconhecendo o almirante Patrid ser impossível novo desembarque, por já a esse tempo estar reforçada a gente da vila, mandou que subissem os lanchões baía acima a atacar as fazendas situadas à beira-mar, o que realizaram causando não poucos prejuízos. É por esta ocasião que entra barra a dentro Salvador Correia de Sá, filho do governador do Rio de Janeiro Martim de Sá, o qual seguia a seu mandado para a Bahia a ajudar ali a expulsão dos holandeses, trazendo consigo duas caravelas e quatro grandes canoas, com ordem de aqui tocar a tomar reforço. Salvador Correia de Sá, aprestando-se, caiu com a sua gente sobre os lanchões holandeses, cercando-os de tal modo que matou e feriu a grande número deles, só escapando uma lancha que, à força de remos, pôde safar-se, pelo que Patrid mandou levantar ferro à esquadilha e seguiu para a Bahia completamente desanimado.¹⁵¹

Idem. Chega à Bahia no dia 15 de abril deste ano Salvador Correia de Sá com duas caravelas e quatro canoas, transportando desta então capitania do Espírito Santo, onde tocara por ordem de seu pai, o governador Martim de Sá, não menos de 130 índios flecheiros e 70 portugueses a ajudar a restauração da Bahia do domínio holandês, o que de fato se realizou nessa ocasião. Como vimos, Salvador Correia de Sá viera do Rio de Janeiro, a mandado de seu pai, com ordem de aqui tocar e tomar reforço, e em ocasião tão azada que prestou relevantes serviços à capitania, batendo os holandeses e fazendo-os retirar, pelo que o donatário Francisco de Aguiar Coutinho não só concedeu o dito contingente, como ainda munições e mantimentos. É aqui ocasião de fazer-se na história pátria uma retificação a respeito da divergência que se nota em Brito Freire, padre Antônio Vieira, Bartolomeu Guerreiro e Manoel Severim, sobre a chegada e estada do almirante Patrid nesta capitania, e no que muitos se têm enganado, mas que atendendo à chegada na Bahia de Salvador Correia de Sá, a 15 de abril deste mesmo ano, a confusão existente quanto à vinda de ambos a esta então capita-

150 Bittencourt, *Frei Pedro*, p. 26-7. (b) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 22.

151 (a) “...que seguindo viagem para a Bahia a fim de efetuar a expulsão dos holandeses daquela cidade, aconteceu aportar na capitania; e emboscando-se com os seus, e caindo no inimigo, desenvolveu tal intrepidez, que obrigou este a desembarcar-se, sofrendo a perda de uma lancha e duas roqueiras, fora muitos mortos e feridos.” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 22] (b) Rubim, B. C., *Notícia*, p. 338-9.

nia fica sanada, pois provado fica que foi a 12 de março e não a 12 de maio como, por engano, têm muitos escrito; assim também que aqui não veio o vice-almirante Pieter Piet Heyn¹⁵² por esse tempo, pois se achava na conquista da Bahia, e já de há muito.

Idem. Neste ano chegam de volta à aldeia dos Reis Magos os dois padres jesuítas que dali tinham seguido em missões pelo sertão, encontrando-a infestada de bexigas e morrendo diariamente um número extraordinário de índios que estavam já civilizados e batizados; à vista de tal calamidade procederam os mesmos padres aos maiores sacrifícios lançando mão de todos os recursos a fim de salvá-los. Por um descuido nosso escaparam-nos os nomes destes dois jesuítas ao tomar notas para esta obra, e entre a aglomeração de livros e documentos difícil se nos torna encontrá-los, o que mais tarde publicaremos; contudo recorda-nos ser um deles o padre Domingos Rodrigues.

Idem. Neste ano envia a Roma o padre Antônio Vieira a *Ânuua da Missão* desta capitania, concernente a este ano e ao antecedente, e na qual aquele ilustrado jesuíta, que faleceu em 1697, elevou bastantemente a esta capitania dando conta até de seus feitos de armas.¹⁵³

1626. É mandado neste ano um sacerdote para São Mateus a fim de tomar conta da igreja ali existente e ministrar os sacramentos aos moradores daquela principiante povoação.

Idem. Escreve Manoel de Souza d'Eça uma carta que se acha na Biblioteca de Londres, requisitando daqui o padre Domingos Rodrigues, que nesta capitania muito trabalhou na catequese e concorreu para a apaziguação dos indígenas aimorés, o que obteve; e assim leva-o Manoel de Souza d'Eça em sua companhia para o Pará, onde ia exercer o cargo de capitão-mor.

1627. Neste ano, João Teixeira, moço fidalgo da Casa Real Portuguesa e cosmógrafo de S. M. el-rei de Portugal, levanta um mapa geral do Brasil, onde é pela primeira vez descrita geograficamente esta capitania.

152 Pieter Pieterszoon Heyn, também chamado Piet Heyn.

153 Documento transcrito em *Espírito Santo: documentos administrativos coloniais* [v. 2, p. 27] e também publicado em *RIHGB* [1834, 3. ed., 5:362-64,].

Idem. Faz-se de vela da Bahia, em rumo de sul, e chega no dia 1º de abril deste ano a esta capitania a esquadra holandesa comandada pelo vice-almirante Pieter Piet Heyn, o qual, vendo a dificuldade que tinha em entrar e os preparos que havia para a defesa, trata unicamente de se abastecer de víveres, fazer aguada e seguir sua derrota, parecendo-nos que de volta à Bahia, pois que dali só saiu definitivamente para a Europa em 14 de julho; não consta que na vinda aqui de Pieter Heyn tivesse havido combate algum ou escaramuça sequer.¹⁵⁴

1628. Dá-se neste ano princípio, em Roma, ao processo de canonização do venerável padre José de Anchieta, mandado proceder pelo papa Urbano VIII, e que, como o de frei Pedro Palácios, até hoje não foi concluído.¹⁵⁵

1630. É neste ano nomeado o íntegro Paulo Pereira do Lago, ouvidor desta capitania e das do sul, o qual, em consequência de sua independência e retidão, foi acusado com representações pelo clero e alguns potentados que não puderam dobrar-lhe a cerviz, nem mesmo o governador da Bahia, Diogo Luís de Oliveira, que o chamara para ouvi-lo e talvez condená-lo, mas em quem o ouvidor não reconheceu jurisdição para esse fim, e sim somente nos tribunais competentes;¹⁵⁶ e embora o governador o suspendesse das funções nomeando a Miguel Cirne, contudo, apoiado pela Câmara do Rio de Janeiro, continuou a exercer o cargo até que as Cortes de Portugal declararam ter ele razão.

1632. Nasce neste ano, nesta capitania, o ilustrado Gonçalo de França, que mais tarde tomou ordens sacras e que não poucos serviços prestou às letras pátrias. Daqui seguiu o mesmo para a Bahia e ali escreveu em latim um poema sob o título *Brasílica ou o descobrimento do Brasil* e diversas outras poesias, tendo pronunciado na Academia dos Esquecidos uma importante dissertação sobre a história eclesiástica do Brasil, a qual se acha no *Instituto Histórico*, sendo oferecido por S. M. o imperador, o Sr. D. Pedro II.¹⁵⁷

154 “Haynes fora repellido do Espírito Santo...” [Malheiro, *Índice cronológico*, 1627]

155 “Em 1627 o processo iniciado em Vitória, a requerimento de frei Vicente do Salvador, para beatificar frei Pedro Palácios.” [Freire, *Capitania*, p. 122]

156 “...que desagradou o clero e pequenos potentados, por fazer justiça reta ao povo.” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 24]

157 Oscar Gama Filho, contra opiniões anteriores, demonstrou que se trata de Gonçalo Soares da Franca, natural da

Idem. Toma posse da Prelazia do Rio de Janeiro o Dr. Lourenço de Mendonça, e sucede a Mateus da Costa Alboim, que fora sucessor de Bartolomeu Simões Pereira. Não foi este prelado mais feliz que os seus antecessores, porquanto, além de perseguido e injuriado, tentaram contra sua vida, sendo por fim preso pelo povo e remetido para Lisboa ao Tribunal do Santo Ofício. Provada, porém, a sua inocência, absolveu-o aquele tribunal e declarou-o livre da culpa. Em compensação dos desgostos que sofrera mandou el-rei consultá-lo para o cargo de prior de Aviz, como o declara a provisão de 2 de setembro de 1639, que confirmava em Pedro Homem Albernaz a nomeação de administrador interino da dita prelazia.¹⁵⁸ O Dr. Lourenço de Mendonça fora nomeado por Felipe IV em 22 de julho de 1631, chegara da Corte ao Espírito Santo em princípios deste ano, e daí se passara para o Rio de Janeiro, a tomar posse do seu cargo nesta data, como fica dito.¹⁵⁹

1637. É passada neste ano a carta-patente de 21 de fevereiro, concedida por el-rei D. Felipe IV a Salvador Correia de Sá, nomeando-o por mais três anos para os governos das capitanias do sul do Brasil em recompensa dos serviços prestados na guerra contra os holandeses, principalmente na Bahia, socorrendo em passagem a capitania do Espírito Santo quando foi acometida pelo almirante Patrid, com quem pelejou vencendo-o e aos seus.

Idem. É neste ano feito o corpo da igreja do Convento da Penha a esforços de frei Nicolau Afonso e coadjuvado pelo povo, ficando a antiga Ermida das Palmeiras, que já tinha maiores proporções, servindo de capela-mor.¹⁶⁰

Bahia. [A história de um erro..., *RIHGES*, 35:45-54]

158 “Este administrador já havia servido interinamente antes do governo do Dr. Lourenço de Mendonça por eleição do clero, e agora novamente por escolha do administrador efetivo, sendo confirmado por provisão de 2 de setembro de 1639.” [Verbete em *Episcopado brasileiro*, IV, p. 13-6]

159 (a) Pizarro, *Memórias*, v. 2, p. 175. (b) “O Dr. Lourenço de Mendonça, nomeado prelado governador para a igreja do Rio de Janeiro, chegou a esta província vindo de Portugal no princípio de 1632.” [Machado de Oliveira, Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19:297]

160 (a) Nery, *Carta pastoral*, p. 23. (b) “Puderam os franciscanos ampliar, em 1637, a ermida da penha, transformando-a em santuário; pouco depois, faziam o calçamento da ladeira.” [Freire, *Capitania*, p. 120] (c) “...os franciscanos da Vitória anexaram-lhe em 1637 um edifício que se tornou em corpo de igreja servindo a ermida de capela-mor.” [Machado de Oliveira, Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19: 264]

1639. Recomenda o governador geral dos Estados do Brasil, Antônio Dias Teles, em data de 8 de junho deste ano, a remessa de gente desta capitania para ajudar a expulsão dos holandeses das capitanias do norte do Brasil.

Idem. Julgamos ser neste ano que retirara-se desta capitania para Portugal o donatário dela, Francisco de Aguiar Coutinho, ficando governando-a como seu lugar-tenente o capitão-mor João Dias Guedes, que a administrou alguns anos até a morte do donatário.¹⁶¹

1640. Chega a esta então capitania, a 28 de outubro, vindo de propósito de Pernambuco para atacá-la, a expedição composta de onze navios sob o comando do almirante Koin e conselheiro Neulant.¹⁶² Deixam fora da barra os navios de grande calado, entrando somente um patacho, uma polaca e nove lanchões com setecentos homens de tropa comandados por João Delihi¹⁶³ e outros, e subindo no dia 29 do mesmo mês foram desembarcar no porto de *Roças Velhas*, que depois se chamou *Porto dos Padres*, e hoje rua do Comércio; daí, dividida a tropa, atacam os holandeses a então vila da Vitória, por diferentes pontos.¹⁶⁴ À vista disto, tendo reunido o capitão-mor João Dias Guedes,¹⁶⁵ coadjuvado pelo vigário Francisco Gonçalves Rios e frei Geraldo dos Santos, franciscano, a pouca força que tinha, com duas peças, trinta espingardas que mandou distribuir, e mais duas companhias de índios armados de arcos e flechas e com a gente do povo armado de chuços e piques, deu de chofre e com tanto acerto sobre os invasores que se achavam bem ar-

161 *Requerimento* do cavaleiro do Hábito de Cristo, João Dias Guedes, ao rei [Filipe II] a pedir propriedade do ofício de provedor da Fazenda por tempo de seis meses.

162 Almirante Hans Coen, ou Coin, e Cornelis Nieuland, este conselheiro político da Companhia das Índias Ocidentais. Informações obtidas junto ao antropólogo holandês Geert Banck.

163 Não foi possível identificar esse personagem, nem atinar com a grafia correta de seu nome, obviamente corrompida aqui e em Brás Rubim, onde está *Dilchi*.

164 (a) “São avistadas várias naus holandesas na barra da vila de Vitória, onde desembarcam dando início a um grande conflito no qual os moradores da vila vencem os invasores e expulsam o inimigo”. 28 de outubro de 1640. [Leite, *HCJB*, V, p. 139] (b) *Lembrança* da notável vitória que Deus deu aos moradores desta vila. (c) “Em 27 de outubro deu fundo na barra o almirante holandês João Dilchi com uma esquadra de 11 velas...” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 339]

165 “Era governador capitão-mor João Dias Guedes.” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 339]

mados e providos, que os desbaratou completamente, matando mais de trezentos, aprisionando alguns e tomando muitas armas, havendo nessa ocasião atos de valor entre os combatentes, perdendo os da capitania pouca gente.¹⁶⁶ Sobressaíram na defesa o capitão Domingos Cardoso, vigário Gonçalves Rios, Manoel Nunes, frei Geraldo dos Santos, que recebeu uma bala na cabeça e foi ferido em uma perna, pois eram os que dirigiam o fogo das peças, sendo feridos mais alguns dos da capitania e morrido três no combate; também muito se distinguiu um particular de nome Antônio do Couto e Almeida, que por sua bravura foi posteriormente nomeado capitão-mor, nomeação esta que foi depois confirmada por el-rei.¹⁶⁷ A 30 de outubro, tendo-se os holandeses já retirado descoroçados por serem valorosamente repelidos, atacam a vila do Espírito Santo, e apossam-se dela, apesar da resistência dos capitães Gaspar Saraiva e Adão Velho que, à frente da tropa de ordenanças, lhes matou 26 homens e feriu a muitos; mas tiveram de recuar para o interior em vista do avultado número de invasores que ali se conservaram três dias a saquear. No dia 2 de novembro, tendo o governador João Dias Guedes mandado socorro aos capitães Gaspar Saraiva e Adão Velho, estes atacam novamente os holandeses matando-lhes alguma gente, ferindo a muitos e fazendo 32 prisioneiros, obrigando, destarte, a embarcarem atropeladamente os holandeses, repelindo-os sempre que quiseram desembarcar, pelo que resolveu retirar-se a expedição para o norte no dia 13 de novembro. Consta que nessa ocasião invadiram os holandeses o Convento da Penha e saquearam-no, carregando muitas joias pertencentes àquela imagem e também um Menino Jesus, que não se sabe ao certo se o que se achava nos braços daquela imagem, ou outro da antiga devoção do Menino Jesus instituída em 1553 pelo padre provincial Manoel da Nóbrega, quando aqui esteve com o governador Tomé de Souza. Há notícias de ter sido pelos holandeses conduzido esse Menino Jesus para Pernambuco, onde se acha até hoje, e conservado com muita devoção, fazendo-se-lhe solenes festividades. Dizem alguns que a imagem da Senhora da Penha fora transportada nessa ocasião para esta hoje cidade e colocada no Convento de São Francisco, mas nada encontramos escrito a esse respeito.

¹⁶⁶ Rio Branco, *Efemérides*, p. 505, apud Oliveira, *HEES*, p. 139, nota 35.

¹⁶⁷ Oliveira, *HEES*, p. 140, notas 42 a 44.

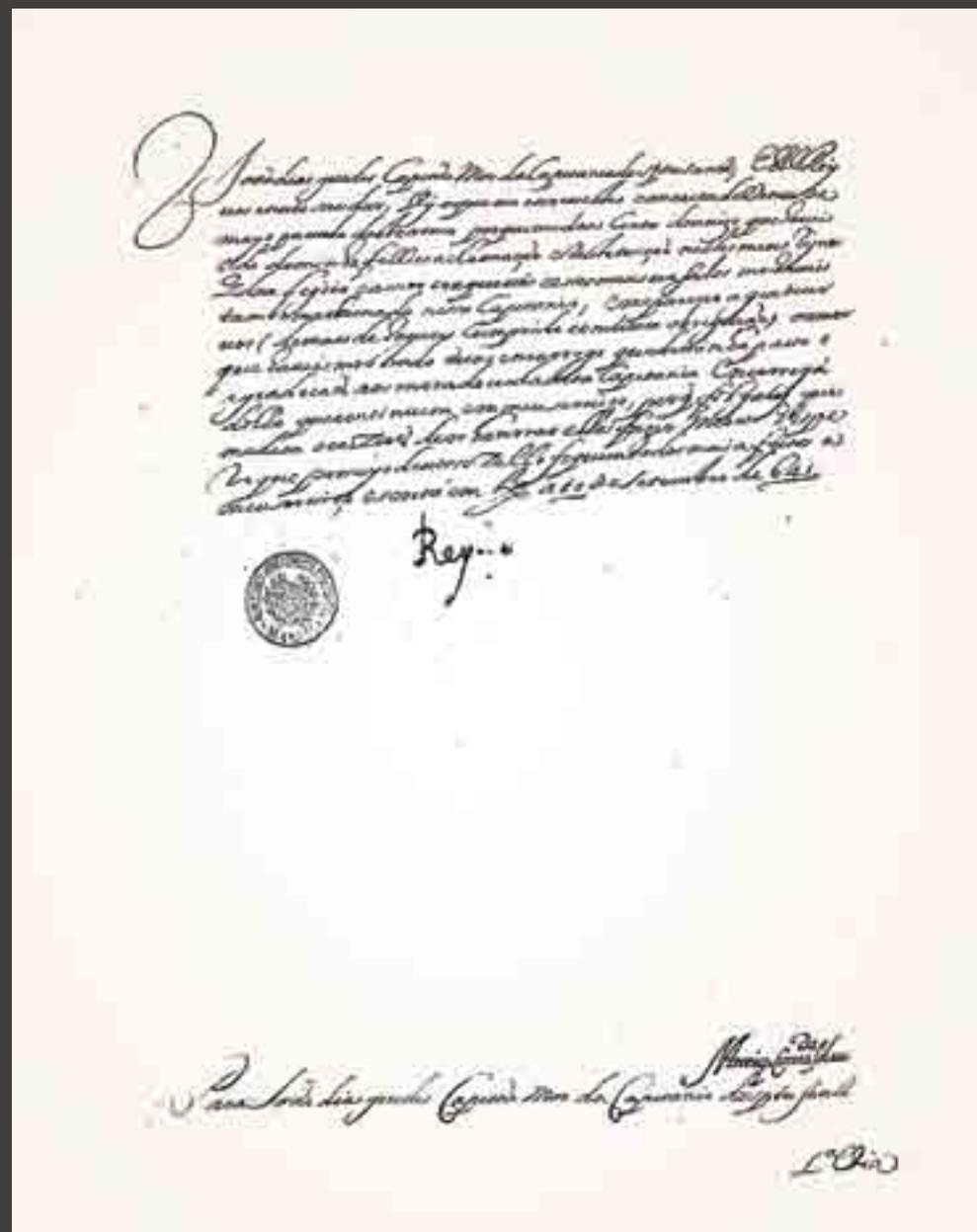
Idem. É lavrado um assento no livro das constituições dos prelados e administradores da prelazia desta capitania, a 13 de novembro, pelo vigário Francisco Gonçalves Rios, em memória da vitória alcançada contra os holandeses da expedição do almirante Koin e conselheiro Neulant, com o fim de solenizar-se a festividade de São Simão e São Judas em lembrança desse dia, 28 de outubro,¹⁶⁸ e também porque estando o povo falto de víveres chegaram a propósito duas caravelas, depois do ataque e partida dos holandeses, sendo uma de Santos, trazendo farinha, carne e peixe, e outra que, em viagem para a Bahia, arribara nos Abrolhos, a qual se achava carregada com vinhos e fazendas vindo um tal socorro salvar assim a população da penúria em que estava, mormente quando acabavam de sofrer uma invasão.

Idem. Representam os oficiais da Câmara desde 1640 esta então capitania, a D. João IV, já então no trono, e a exemplo dos habitantes da capitania da Bahia: — que tendo os holandeses por *duas vezes* intentado a conquista do Espírito Santo, pediam para que houvesse aqui quarenta infantes de tropa regular, oferecendo para sua sustentação o donativo de 160 réis por canada de aguardente de cana e sobre a do vinho de mel, mais do que o vinho do Alto Douro, o que por el-rei foi satisfeito. Vê-se ainda aqui, pela representação dos oficiais da Câmara, que *só duas vezes* foi esta capitania atacada pelos holandeses, uma pelo almirante Patrid, e outra pelo almirante Koin, o que demonstra nunca Pieter Heyn ter atacado a capitania, e só aqui chegado a munir-se de mantimentos e fazer aguada, ou porque já a esse tempo tratava-se de pazes na Bahia, ou porque receara-se que lhe acontecesse o mesmo que a Patrid.

1642. Concede, neste ano, o capitão-mor governador da capitania, João Dias Guedes, *que nas sesmarias cedidas* ou concedidas, nelas se fizesse inclusão das ilhas que se encontrassem no perímetro das mesmas sesmarias e em que estivesse *isto atestado*¹⁶⁹. Estas concessões prevaleceram até 1650. Parece-nos ter sido neste ano o falecimento

¹⁶⁸ (a) *Lembrança* da notável vitória que Deus deu aos moradores desta vila (hoje capitania da província)... (b) “O vigário de Vitória, Francisco Gonçalves Rios, registrou, em 1640, a segunda vitória conta os batavos, no dia de São Simão e Judas, isto é, a 28 de outubro desse ano, e sugeriu que a Câmara e capitão-mor fizessem sempre, nessa data, uma festa com procissão...” [Freire, *Capitania*, p. 116]

¹⁶⁹ Carta régia do rei (D. João IV) a ordenar, em atenção aos serviços prestados que o capitão-mor da capitania do Espírito Santo, João Dias Guedes, permaneça no dito posto, Lisboa, 10/09/1641.



Carta régia do rei (D. João IV) a ordenar, em atenção aos serviços prestados que o capitão-mor da capitania do Espírito Santo, João Dias Guedes, permaneça no dito posto, Lisboa, 10 de setembro de 1641.

do donatário, já pelo título de governador com que foi feita esta concessão, já pela própria concessão.

1643. Tendo tomado posse neste ano, a 26 de junho, da prelazia das capitanias do sul o padre Antônio de Mariz Loureiro, é tão infeliz que, indo visitar os lugares de sua jurisdição, lhe negaram, em São Paulo, obediência, conspirando-se até contra sua vida, pelo que refugiou-se no Convento de Santo Antônio daquela capitania, e sendo este convento cercado pelo povo pôde, no entanto, dali sair o prelado, iludindo as sentinelas; dirigiu-se para o Rio de Janeiro e de lá para esta então vila da Vitória, como em visita, onde demorou-se; mas tal era o ódio que o perseguia, que aqui mesmo o envenenaram na comida; perdendo por essa causa a razão foi forçado a embarcar para a Europa, onde faleceu.

Idem. Tomou posse a 15 de julho deste ano o donatário da capitania do Espírito Santo, Ambrósio de Aguiar Coutinho, sucessor de Francisco de Aguiar Coutinho, seu pai, tendo por morte deste ficado com jurisdição plena até a chegada do novo donatário, o capitão-mor João Dias Guedes, como governador.¹⁷⁰

Idem. É confirmada por el-rei D. João IV, a 25 de julho deste ano, a nomeação feita pelo governador geral do Estado do Brasil, Antônio Teles da Silva, na pessoa de Antônio do Couto e Almeida, para capitão-mor, pelos relevantes serviços prestados no ataque dos holandeses a esta capitania.¹⁷¹

1644. Tendo falecido neste ano Miguel Pinto Pimentel, senhor de todos os terrenos em Carapina, faz deles doação, por sua morte, aos padres da Companhia de Jesus, pelo que requer o padre Diogo Machado, então reitor do Colégio dos Jesuítas, ao ouvidor Fabiano de Bulhões, nova demarcação dos ditos terrenos doados por Pimentel, visto estarem se apagando os marcos feitos nas árvores; sendo o dito requerimento despachado, foram feitos e assentados marcos de pedra, dos quais ain-

170 (a) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 26. (b) “Tomou posse o donatário Ambrósio de Aguiar Coutinho. (15 de julho).” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 339]

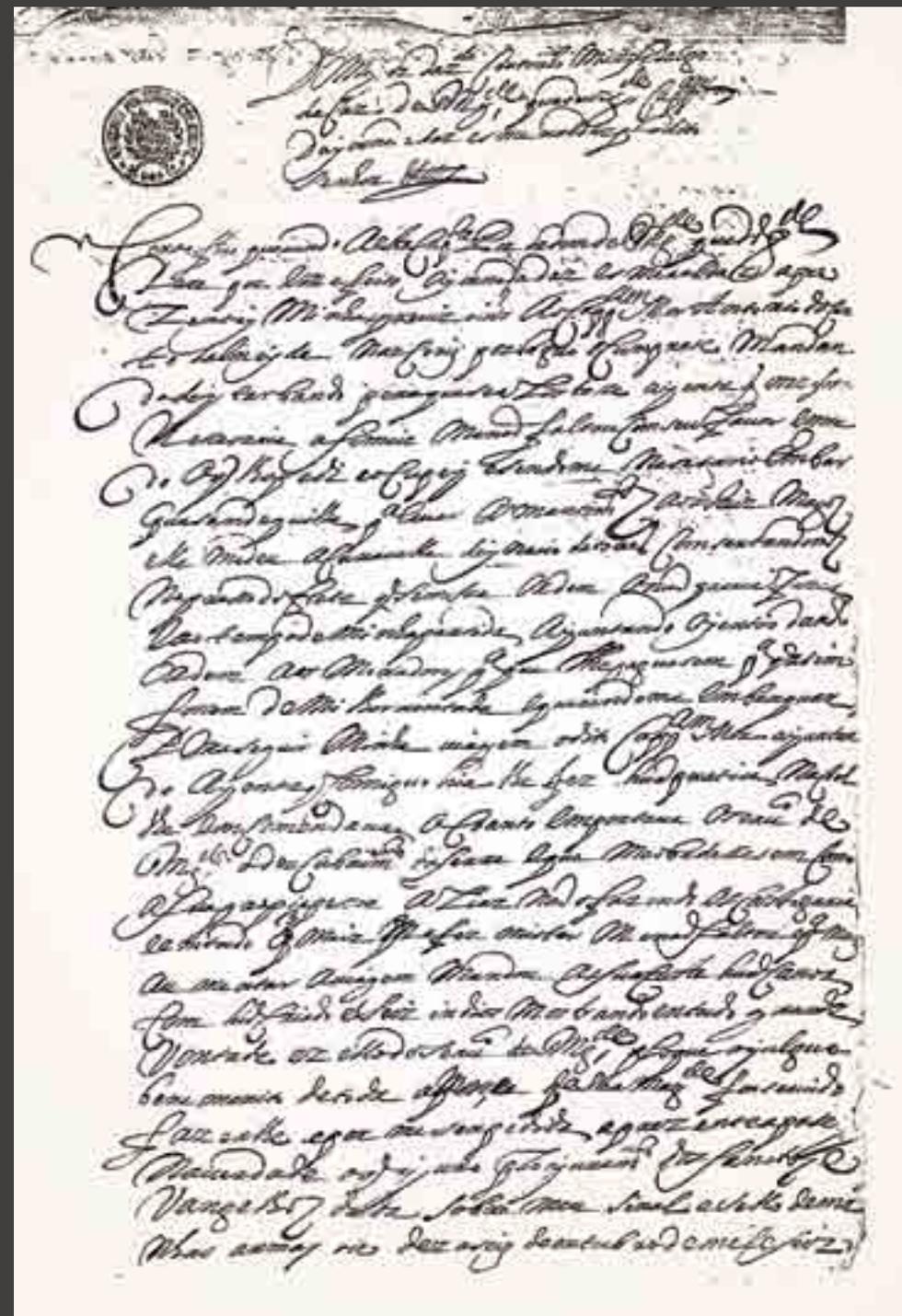
171 (a) Oliveira, *HEES*, p. 142, nota 49. (b) “Foi confirmada a nomeação de Antônio do Couto para capitão-mor (carta de 25 de julho).” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 340]

da hoje se encontram alguns vestígios para provar essa medição naquela localidade.¹⁷² Os terrenos de Vicente Vaz, Gaspar do Couto e Pinto Pimentel, que passaram ao domínio dos jesuítas, principiavam na barra do rio da *Passagem*, em Maruípe, e estendiam-se até a ponta de Camburi, onde colocara-se um marco, daí ao córrego *Negro*, onde se fincou outro, tomando o rumo do norte até o rio *Carapebus-Mirim*, hoje rio da *Praia Mole*, foi assentado outro marco, daí à *Malha Branca* do Mestre Álvaro, prosseguindo em rumo de sul com diferentes marcos no travessão de *Jacuí* ao *Porto Velho*, que era à beira da estrada para a Vitória, em direção ao rio da *Passagem*, no lugar onde se havia fincado o primeiro marco. Por muitos anos foram os jesuítas senhores da fazenda de Carapina, hoje pertencente a diversos, e entre outros a José Correia Maciel, um dos herdeiros do finado tenente Manoel Pinto Homem de Azevedo. Ali, além da casa que ainda existe arruinada, havia uma igreja, olaria, engenho e outras fábricas. Os jesuítas vendo que aqueles terrenos pouco rendiam, venderam-nos em meados do século passado aos dois irmãos Pimentéis; e sendo posteriormente os ditos terrenos retalhados, vieram a pertencer a uns por herança, e a outros por compra feita a herdeiros, ficando até o presente esses terrenos indivisos.

Idem. Apresentam-se Antônio de Azeredo e Domingos de Azeredo, naturais desta capitania e filhos de Marcos de Azeredo, o novo descobridor, segundo alguns, da serra das Esmeraldas, propondo-se a empreenderem uma viagem àquelas paragens, o que foi aceito pelas Cortes portuguesas, acompanhando-os naquela excursão, por nomeação feita, os padres da Companhia de Jesus Luís de Siqueira e André dos Banhos, seguindo logo todos esta viagem de que regressaram no ano de 1646, confirmando, é verdade, a existência da dita serra, mas declarando não serem esmeraldas verdadeiras as pedras encontradas, o que nos causa pasmo à vista das excursões feitas por Tourinho e Adorno, que as levaram à Bahia, e mais fácil será julgar não terem os exploradores acertado com o lugar, visto que destas minas foi mais tarde nomeado administrador Agostinho Barbalho Bezerra.¹⁷³

172 “Após seu falecimento, Miguel Pinto Pimentel doou suas terras em Carapina, juntamente com seu engenho de açúcar, para o Colégio São Tiago, localizado em Vitória, e pertencente à Companhia de Jesus. 1644.” [Leite, *HCJB*, VI, p. 151]

173 (a) “Em expedição de 1644, foram acompanhados dos padres da Companhia, Luiz de Siqueira e André dos Banhos. Regressaram em 1647. Encontraram a serra, mas as pedras não eram esmeraldas. [Varnhagen, *História geral*, III, 170,



Certidão (traslado) de Domingos de Azeredo Coutinho sobre a jornada das esmeraldas a que foi incumbido. Lisboa, 23 de outubro de 1646.

1646. É de 23 de outubro deste ano a carta régia determinando a cobrança do donativo efetivo nesta capitania dos vinhos da Companhia do Alto Douro, por furta-rem-se os lavradores a entrarem com as respectivas cotas sobre aguardente e vinho de mel para sustentação dos quarenta infantes pedidos, e que já aqui se achavam.¹⁷⁴

1652. Dá princípio, neste ano, frei Sebastião do Espírito Santo às obras do Convento da Penha, para servir de celas, refeitório, salão, consistório, sacristia aos religiosos franciscanos que ali fossem residir; a parte que se construiu nessa época foi a do lado da terra, onde está a sacristia, pois fora anteriormente feita para domicílios a casa chamada depois do *banquete*, tendo-se para as obras encetadas por frei Sebastião obtido do governador Salvador Correia de Sá e Benevides a pensão anual de cem mil réis, e vinte e cinco cabeças de gado tiradas das fazendas que possuía nos Campos dos Goitacases.¹⁷⁵

1655. Por provisão do conde de Atouguia, governador e capitão-general do Brasil, datada de 7 de outubro deste ano, é dado à Câmara desta capitania o produto dos contratos de aguardente, como subsídio.¹⁷⁶

1663. Tendo sido nomeado para governar a capitania o capitão-mor Antônio do Couto,¹⁷⁷ segundo julgamos, pelo governador geral do Estado do Brasil, por falecimento do donatário Ambrósio de Aguiar Coutinho, revoltou-se neste ano o povo e

apud Freire, *Capitania*, p. 124] (b) *Consulta* do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a partida dos capitães Domingos de Azeredo Coutinho e Antônio de Azeredo Coutinho que vão para as minas de esmeraldas. (c) *Certidão* (traslado) de Domingos de Azeredo Coutinho sobre a jornada das esmeraldas a que foi incumbido, Lisboa, 23 de outubro de 1646.

174 “... (i) Imposto de 80 rs. em canada de aguardente, carta régia de 23 de outubro de 1646...” [Vasconcelos, Acióli de, *Memória estatística*, p. 53]

175 (a) “O padre custódio do Espírito Santo foi o primeiro que concebeu a ideia de edificar um convento anexo à igreja da Penha e neste sentido foi ter com o governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa de Sá e Benevides, que aprovando o plano prometeu de concorrer para a obra com 100\$ anuais por meio de uma escritura datada em 17 de junho de 1652.” [Machado de Oliveira, Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19:266] (b) Escritura pública de 17 de junho de 1652, transcrita na íntegra em Röwer, *Convento*, p. 58-9, notas 63 e 64. (c) Nery, *Carta pastoral*, p. 23.

176 (a) “Por provisão via carta do governador geral do Brasil, conde de Atouguia, não há como proibir a aguardente e se deve cobrar de cada canada a meia pataca do tributo.” 8 de outubro de 1655. [Documentos históricos da Biblioteca Nacional. Correspondências dos governadores gerais, III, p. 293]. (b) “(i) ...e provisão de 7 de outubro de 1655 do conde de Atouguia, 2:333\$000...” [Vasconcelos, Acióli de, *Memória estatística*, p. 53]

177 Segundo Teixeira de Oliveira, “Antônio do Couto e Almeida e Antônio do Canto d’Almeida são a mesma pessoa...” [HEES, p. 140, nota 43]

oficiais da Câmara, não querendo dar-lhe posse, pelo que foi preciso vir da Bahia um cabo com 25 soldados para empossá-lo,¹⁷⁸ sendo obrigados os culpados a pagar 600 réis diários ao cabo, 200 réis a cada soldado, o frete do barco e mais despesas, como ordenava o Assento de 10 de maio do dito ano de 1663.¹⁷⁹

1664. É conferido neste ano a Agostinho Barbalho Bezerra, por provisão de 19 de maio, o título de administrador das minas de esmeraldas que descobrisse nesta província.¹⁸⁰

Idem. Vindo, neste ano, em visita a esta capitania, Martim Correia Vasques Anes, filho do governador Salvador Correia de Sá e Benevides, consigna a favor do Convento da Penha duas reses anualmente, que mais tarde foi elevado a 30 reses; pelo que o prelado da Bahia mandou que por alma de Salvador Correia de Sá e Benevides se rezassem responsórios e preces para todo o sempre.¹⁸¹

1674. Tendo falecido o donatário da capitania do Espírito Santo, Ambrósio de Aguiar Coutinho, foi a capitania herdada por D. Maria de Castro, filha legítima do mesmo donatário, a qual era casada com Antônio Gonçalves da Câmara, que não consta terem estado ou vindo a esta capitania, e que julgamos não terem tido mais que um filho, pois por morte de Antônio Gonçalves da Câmara sucedeu-lhe, como donatário, seu filho Ambrósio de Aguiar Coutinho e Câmara, que pouco tempo existiu, passando a donataria a pertencer a seu irmão por parte de pai, visto ter este, por morte de

178 “O ajudante Manuel Vaz, tendo em sua companhia 25 soldados bem armados, chega a essa capitania encarregado de prender em grilhões o procurador e os demais culpados pela revolta na Câmara.” 12 de maio de 1663. [Documentos históricos da Biblioteca Nacional. *Correspondências dos governadores gerais*, III, p. 107].

179 (a) Despacho do Conselho Ultramarino a ordenar que o [capitão-mor da capitania Espírito Santo], Antônio do Canto de Almeida sirva a este reino. (b) “Nomeando o governador da Bahia no ano de 1663 um capitão-mor para esta capitania, aconteceu que os oficiais vereadores da câmara da vila lhe impediram a posse; de cujo procedimento resultou mandar o governador geral dar posse por um cabo, vencendo este por dia 600rs, cada um dos 25 soldados que o acompanharam, 200 rs. por dia, e o frete do barco por condução pago à culpa dos culpados, como resolveu o assento tomado a 10 de maio do mesmo ano”. [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 26]

180 (a) Provisão, 19 maio 1664, Agostinho Barbalho Bezerra. (b) *Carta* do conde de Óbidos ao capitão-mor da capitania Espírito Santo, encarregando a Agostinho Barbalho Bezerra a execução do descobrimento das minas na dita capitania, Bahia, 4 de abril de 1665. (c) “Ciente el-rei D. Afonso VI do bom comportamento de Barbalho, confiou-lhe a administração do descobrimento das minas de esmeraldas na capitania do Espírito Santo...” [Pizarro, *Memórias*, III, p. 276]

181 “No ano de 1664 foi visitado o convento por Martim Correia Vasque Anes, filho de Salvador Correia e consignou para o mesmo a esmola anual de duas rezas.” [Machado de Oliveira, Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19:266]

D. Maria de Castro, contraído segundo matrimônio de que teve Antônio Luís Coutinho da Câmara, que era morador na Bahia e ocupava o cargo de almotacé-mor do reino e capitão-general do Estado do Brasil e vice-rei da Índia. Este donatário, tendo obtido licença do regente D. Pedro para traspasar a capitania ao coronel Francisco Gil de Araújo, morador também na Bahia, possuidor de fortuna e homem considerado, foi por isso passado a 6 de julho deste mesmo ano o alvará de licença¹⁸² para o fim de fazer a renúncia pela quantia de quarenta mil cruzados, sendo confirmada a mesma pela carta régia de 18 de março de 1675,¹⁸³ entrando logo o coronel Francisco Gil de Araújo na posse e direito da capitania do Espírito Santo com todas as regalias, prós e percalços que tinham seus antecessores.

Idem. Tendo neste ano, por carta régia de 13 de novembro, sido concedida autorização a José Gomes de Oliveira para descobrir nesta capitania minas de diversos mineiros, com expressa faculdade de poder conceder a quem bons serviços prestasse nesse sentido os foros de fidalguia, hábitos e tenças, é embargado esse direito pelo donatário, coronel Francisco Gil de Araújo, o que deu lugar à confecção de outra carta régia de 5 de dezembro de 1675 dirigida ao governador da Bahia, para que se entendesse com o donatário desta capitania a esse respeito.¹⁸⁴

1676. Sendo passada no ano antecedente, a 18 de março, a carta régia de doação e confirmação feita ao coronel Francisco Gil de Araújo, parte ele da Bahia em fins deste ano com grande porção de gente, acessórios e munições, e aqui chegando dá logo andamento a fazer prosperar a sua donataria, fazendo concessões, promovendo a prosperidade da lavoura e doando aos colonos, lavradores que consigo trouxera e a mais

182 (a) “O donatário Antônio Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho obteve licença, por alvará de 6 de julho, para renunciar o senhorio da capitania, e o fez na pessoa de Francisco Gil de Araújo, morador da Bahia, que o comprou por quarenta mil cruzados”. [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 340] (b) Teixeira Oliveira, *HEES*, p. 168, nota 18.

183 (a) “Em 1674, foi a capitania adquirida pelo coronel Francisco Gil de Araújo, descendente, pelo lado materno, de Caramuru, senhor de fartos cabedais e rico proprietário na Bahia: pagou por ela 40.000 cruzados. Calcula o padre Serafim Leite tricentuplicado o valor do dinheiro daquela época.” [Freire, *Capitania*, p. 145] (b) “Por carta de doação régia de 18 de março, ficou Francisco Gil de Araújo senhor da capitania...” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 340]

184 Carta-patente de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, nomeando José Gonçalves de Oliveira no cargo de capitão-mor da entrada que vai ao descobrimento das esmeraldas na capitania do Espírito Santo. Bahia, 13 de agosto de 1674. Aqui parece ter ocorrido confusão no registro do sobrenome (Gonçalves por Gomes).

gente que com ele viera, terras para lavrar, ajudando a montar engenhos e fábricas, tendo já nomeado como ouvidor da capitania a Rodrigo Areias de Sá Moura, que consigo trouxera para o fim de ser distribuída regularmente a justiça a todos. Ordenou também construir-se logo fortalezas para defesa dos moradores da mesma capitania.¹⁸⁵

1677. É mandada edificar, na vila de Guarapari, pelo donatário Francisco Gil de Araújo, uma igreja dedicada à Senhora da Conceição¹⁸⁶ pela necessidade que ali havia de um templo, visto o existente estar arruinado, ficando obrigado o povo a concorrer para a manutenção de um sacerdote que administrasse os sacramentos, até que, por provisão de 17 de julho de 1732, foi concedida ao sacerdote que ali se achava, às expensas do povo, a cõngrua de 400\$000, sendo este curato, afinal, elevado à condição de igreja perpétua e colada em 1775.¹⁸⁷ Francisco Gil de Araújo não se descuidava de promover o bem da capitania, e fazer o possível para que seus habitantes tivessem recursos e pudessem prosperar.¹⁸⁸

1679. É passada nesta hoje capital, pelo escrivão Manoel Gonçalves Ferreira, a provisão datada do 1º de janeiro deste ano, concedida pelo coronel Francisco Gil de Araújo, elevando Guarapari à categoria de vila com todos os predicados que ao donatário foram confiados por el-rei D. Afonso VI, sob a regência do príncipe D. Pedro, permitindo levantamento de pelourinhos, criação de termos e jurisdições, liberdades e insígnias de vila e mais direitos.¹⁸⁹ Consignou o donatário à nova vila seis léguas de ter-

185 “...ficou Francisco Gil de Araújo senhor da capitania, e nela veio residir, trazendo da Bahia muitos casais, aos quais doou terras para lavrarem, assistindo aos moradores com todos os meios para progredirem seus engenhos e lavouras, que nesse tempo avultaram consideravelmente.” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 27]

186 (a) “O coronel Francisco Gil de Araújo, donatário da capitania do Espírito Santo, levantou um templo dedicado à Santa Virgem da Conceição.” 1677. [Leite, *HCJB*, VI, p. 145] (b) Pizarro, *Memórias*, I, p. 218.

187 “A matriz edificada em 1677 pelo donatário Francisco Gil de Araújo e dedicada a Nossa Senhora da Conceição, serviu até o fim de 1878, época em que atento a seu estado bastante ruinoso, o presidente da então província por sua resolução de 22 de outubro de 1878, mandou demoli-la, nomeando para reparar a Igreja do antigo convento dos jesuítas, que foi edificada por Anchieta em 1585 e dedicada ao Sagrado Coração de Jesus...” [Nery, *Carta pastoral*, p. 17. Ver também p. 84]

188 Certidão dos oficiais da Câmara de Vitória a declarar que o donatário da capitania Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, tem efetuado várias obras e pondo-a num bom estado, pois quando chegou a dita vila estava arruinada, sem cadeia, casa de Câmara e a Santa Casa de Misericórdia somente com vestígios.

189 (a) Traslado da provisão criando a vila de Guarapari, em 1679. (b) Carta de fundação da vila de Nossa Senhora de Guarapari, por Francisco Gil de Araújo. [transcrição em Oliveira, *HEES*, p. 172, nota 27]

ras contadas da *ponta da Fruta* para o sul; ordenando em seguida ao ouvidor que a fosse instalar e se fizessem eleições de vereadores e juízes.

Idem. É instalada neste ano, no 1º de março, a vila de Guarapari, que fora elevada a essa categoria por provisão passada pelo donatário Francisco Gil de Araújo, em data do 1º de janeiro do mesmo ano, sendo o ato feito com grande solenidade e a que assistiram as autoridades e povo com geral regozijo, tendo-se feito a eleição e nomeações pelo donatário recomendadas.¹⁹⁰

1682. É fundado neste ano o Convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, sendo nomeado seu primeiro prior frei Agostinho de Jesus que deu incremento às obras daquele convento e igreja, no que foi bastantemente coadjuvado pelo capitão Manoel Torres de Sá com donativos que fizera para esse fim.¹⁹¹ Foi este convento o último a fundar-se, por também serem os carmelitas os que em último lugar vieram ao Brasil e pelo ano de 1580, para a Paraíba. Em 1590 é que frei Pedro Viana com outros estabeleceram-se no Rio de Janeiro, só havendo em 1656 quatro conventos de carmelitas no Brasil: o de Santos, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, como se vê pela provisão de 23 de março.

Idem. Neste ano, a 26 de dezembro, o coronel Francisco Gil de Araújo, reconhecendo que os lavradores da capitania se entregavam com afinco à lavoura de algodão, atrasando assim os outros ramos de cultura, por esta ser talvez a mais fácil, e reconhecendo que era necessário tomar uma providência nesse sentido, mandou lançar à população um bando proibindo a qualquer lavrador que tivesse seis ou mais pessoas de serviço ocupadas no tal plantio de algodão, sob pena de degredo por dois anos e quarenta mil réis em dinheiro para sustento das tropas de infantaria, e da lavoura que se perdesse; podendo, no entanto, os que tivessem menos trabalhadores dela fa-

190 “Deixando de ser aldeia de índios, a vila de Guarapari deixou também de ser jurisdição da Companhia de Jesus”. 1º de março de 1679. [Leite, *HCJB*, VI, 145]

191 “O convento da invocação de Nossa Senhora do Carmo dos religiosos carmelitas calçados não consta a sua fundação; porém em 1862 estava fundado, era vigário do convento Fr. Agostinho de Jesus.” [Rubim, F. A., *Memórias*, p. 9] (b) Nery, *Carta pastoral*, p. 27-8. (c) Segundo Freire, “Os carmelitanos estavam na vila de Vitória, em 1682. A igreja anexa ao convento, até o princípio deste século, conservava, no alto, a data: 1591.” [*Capitania*, p. 154]

zer uso. Desgostoso talvez por não ver cumpridas literalmente suas ordens e por não ver prosperar como desejava a capitania, apesar dos esforços que empregara e ainda mais por doente, retirou-se no ano seguinte para a Bahia.

1683. Neste ano, a 28 de abril, é passada pelo donatário Francisco Gil de Araújo, que se achava já na Bahia, uma provisão em que fazia mercê ao capitão Manoel Fernandes Soares da propriedade e direito de juiz de órfãos da capitania do Espírito Santo, dando ainda licença a poder nomear a um seu filho ou dar em dote à filha que ele nomeasse, contanto que seu marido fosse capaz de servir o dito lugar, sendo confirmada a mesma portaria e cumprida a 20 de setembro e registrada a 21 do mesmo mês e ano; eram então oficiais da Câmara da vila da Vitória Gomes José Camilo, Manoel Queirós do Rosário, Francisco de Azeredo Pinto, Simas da Fonseca, Francisco Fernandes Soares que a assinaram, sendo em 21 de março de 1700 despachada pelo capitão-mor da capitania, Francisco Monteiro de Moraes, a petição da viúva do capitão Manoel Fernandes Soares, que pedia para dentre os seus sete filhos ser nomeado o de nome Francisco Soares, maior de 21 anos, visto estar servindo interinamente o dito cargo Manoel de Pina, filho do capitão Pina Tavares.

1685. Morre, no dia 24 de dezembro deste ano, em seu engenho na Bahia, o donatário da capitania do Espírito Santo Francisco Gil de Araújo,¹⁹² sucedendo-lhe seu filho, Manoel Garcia Pimentel. Como se viu, este donatário foi um dos melhores que teve esta capitania, já pelos esforços que empregou para seu adiantamento, já pelos capitais que despendeu, já pelos colonos que trouxe e chamou para aqui, já pelas obras que fez; contudo não pôde vê-la chegar ao grau de prosperidade que desejava ela alcançasse.¹⁹³

192 (a) Rubim, F. A., *Memórias*, p. 9. (b) Freire, *Capitania*, p. 154.

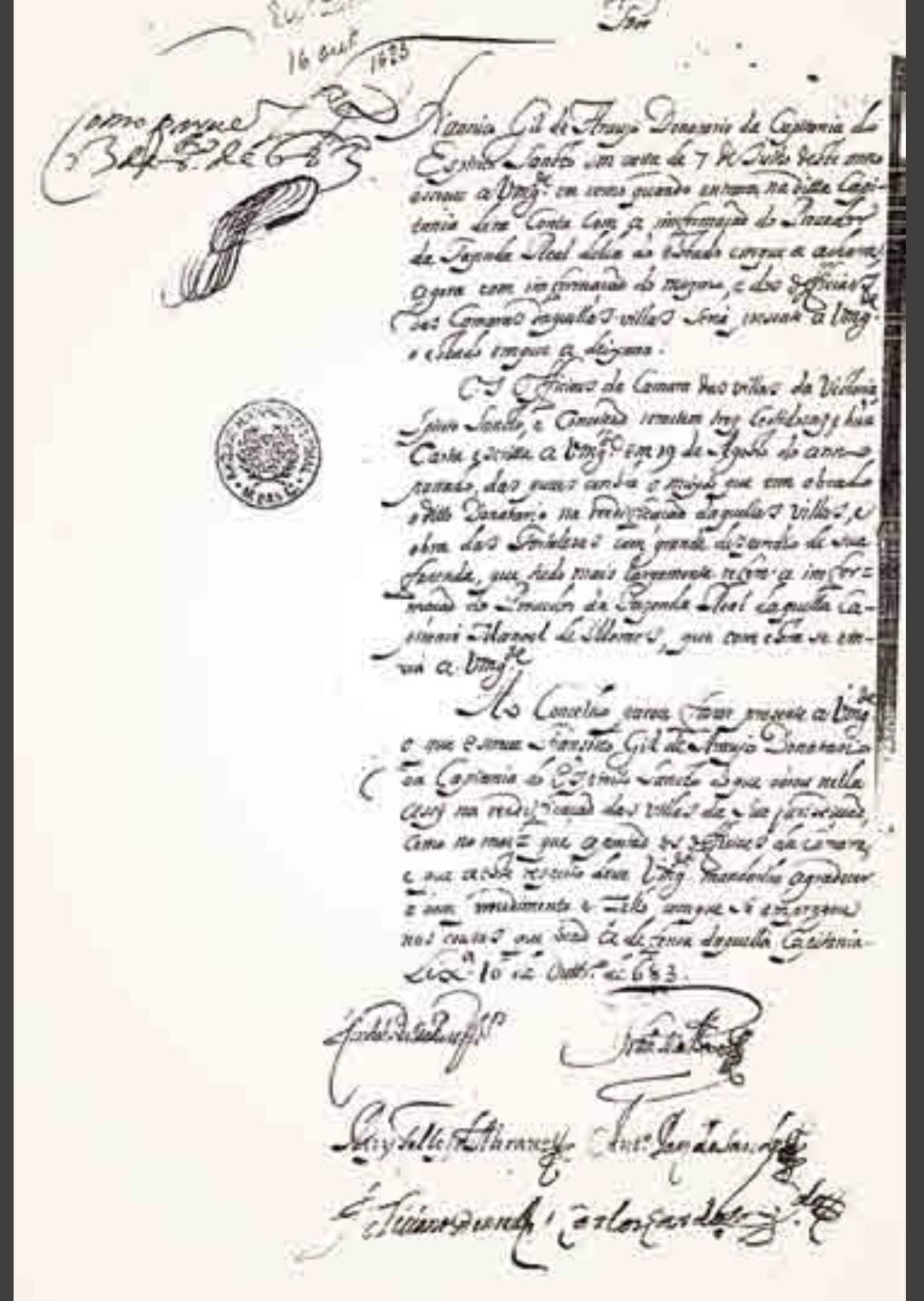
193 *Consulta* do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o que escreve o donatário da capitania Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, acerca do bom estado e das obras que tem efetuado na dita capitania. Lisboa, 16 de outubro de 1683.

1687. Tendo por sucessão obtido a capitania do Espírito Santo Manoel Garcia Pimentel, filho do donatário coronel Francisco Gil de Araújo, é confirmado o direito e posse que lhe assistia em carta de doação datada de 5 de dezembro deste ano.¹⁹⁴ Manoel Garcia Pimentel era possuidor de grandes fazendas, engenhos, dinheiro e propriedades, residindo em Sergipe do Conde, pelo que nunca veio à capitania, contentando-se em nomear como governador e seu capitão-mor João Velasco Molina,¹⁹⁵ que do cargo tomou logo posse, não sabendo-se ao certo o tempo de seu governo, mas sim que ainda em 1793 nela estava,¹⁹⁶ mas também temos certeza que a 21 de março de 1700 era capitão-mor o coronel de Infantaria Miliciano Francisco Monteiro de Moraes, que ainda ocupava o cargo de provedor da Fazenda Real, sendo que no dia 21 de abril de 1701 este capitão-mor mandara lançar o último bando de seu governo, prevenindo ao povo que, havendo guerras no estrangeiro e desavenças de algumas nações com Portugal, estivessem preparados para qualquer emergência, e que os homiziados não fossem perseguidos. Daí vimos governando a capitania o capitão-mor Francisco Ribeiro, e que tendo partido para o sertão ficara substituído em 1703 pelos oficiais da Câmara da Vitória, que eram Bernardo Teixeira, Pedro Gonçalves dos Banhos, Antônio Dias Ferreira, Francisco de Azeredo Pinto, Luís da Fraga Machado e Manoel de Seixas Barroso, até novamente empossar-se o capitão-mor Francisco Ribeiro, a 12 de outubro de 1703, como se vê do respectivo termo. Fica sanada, pois, mais esta lacuna, visto que possuímos os originais a que nos reportamos. Também dessa data em diante nenhuma notícia há mais sobre o capitão-mor João Velasco Molina e sim sobre o coronel Francisco Monteiro de Moraes. Com isto destruimos alguns escritos que aí correm dizendo ter o capitão-mor Molina só prestado juramento em 1716, o que adiante averiguaremos, pois fora ainda capitão-mor governador Álvaro Lobo de Contreiras, como fora depois deste Manoel Correia de Lemos, por nomeação feita por el-rei D. João V, o qual tomou posse em julho de 1711.

194 (a) Carta de doação e sucessão de D. Pedro II, concedendo a posse da capitania Espírito Santo a Manuel Garcia Pimentel. (b) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 27.

195 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a proposição de sujeitos que faz o donatário da capitania Espírito Santo, Manuel Garcia Pimentel, para o posto de capitão-mor da capitania Espírito Santo. Foram candidatos João Velasco Molina, Pedro Aranha de Vasconcelos e João de Abreu.

196 "...em 1690, estava Manoel Garcia Pimentel, substituído por João Velasco Molina, que trouxe patente régia." [Freire, *Capitania*, p. 154]



Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o que escreve o donatário da capitania Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, acerca do bom estado e das obras que tem efetuado na dita capitania. Lisboa, 16 de outubro de 1683.

1690. Neste ano é ordenado pelo Senado da Câmara de Campos dos Goitacases, em data de 3 de novembro, ao padre jesuíta Francisco Coelho, superior da aldeia e Colégio de Reritiba, que dessa data em diante o dinheiro existente corresse com o aumento seguinte: *três vinténs* valeriam quatro, *quatro vinténs*, um tostão, *um tostão*, seis vinténs, *seis vinténs*, meia pataca; *meia pataca*, dois tostões, *dois tostões*, uma pataca, *uma pataca*, um cruzado, sob pena de castigos aos que se recusassem, visto assim o querer el-rei, sendo estas as textuais palavras dessa ordem.

1693. Chega a esta então vila da Vitória o taubatebano Antônio Rodrigues Arzão, vindo da Casa da *Casca*, aldeia dos lados do rio do mesmo nome e um dos afluentes do rio Doce, perto da serra dos *Arrepiados*,¹⁹⁷ o qual apresentou ao então capitão-mor, João Velasco Molina, e aos oficiais da Câmara três oitavas do ouro, o *primeiro tirado e descoberto nas minas do Brasil*, segundo o que se acha escrito por nossos cronistas e do qual se fizeram duas medalhas, ficando uma delas em poder do capitão-mor e outra com Arzão.¹⁹⁸ Apesar de tudo, querendo continuar em suas excursões, procurou obter gente para prosseguir nas descobertas e mesmo acompanhá-lo na volta, mas não obtendo o que desejava, munido de vestuário e víveres que o Senado da Câmara lhe mandou fornecer para sua viagem, partiu Arzão para o Rio de Janeiro, e daí para São Paulo, onde veio a falecer, mas deixando incumbido a seu cunhado, Bartolomeu Bueno, de continuar na exploração das ditas minas.

1696. O capitão Manoel Torres de Sá, em testamento ditado e datado em 4 de março deste ano, faz doação ao Convento do Carmo de uma fazenda com engenhos de cana, situada em *Piranema*, nome derivado de *pirá*, peixe, *nema*, podre, e de mais trinta escravos, assim como da capela que ali existia sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro. Esta doação foi feita com a condição de dizerem-se missas por sua alma e feste-

197 (a) “Era o terreno de Caité ou Guiaté (que significa mato bravo, sem mistura de campo) conhecido com o nome de Casa da Casca, dado por uma povoação de índios situados sobre as margens distantes 5 léguas do rio Doce, o mais notável dos descobertos, cujo sertão entrara em 1693 Antônio Rodrigues Arzão, natural de Taubaté com a comitiva de mais de cinquenta homens.” [Pizarro, *Memórias*, VIII, p. 11] (b) Rubim, B. C., Notícia, p. 340.

198 (a) “...mas, sabendo-se com certeza, que Antônio Rodrigues Arzão já no ano de 1693 apresentara à Câmara da capitania do Espírito Santo $\frac{3}{4}$ de ouro dessas minas, de que se fizeram duas medalhas...” [Pizarro, *Memórias*, IV, p. 205] (b) Vasconcelos, Acíoli de, *Memória estatística*, p. 34. (c) Machado de Oliveira, Notas, apontamentos, RIHGB, 1856, 19:254.

jar todos os anos o patriarca São José no dia de seu orago com missa solene e sermão, e se não fossem cumpridas estas verbas testamentárias pertenceriam então todos estes bens à Santa Casa da Misericórdia desta capital, o que veio a suceder. O capitão Torres era natural da Bahia, foi o principal protetor da fundação do Convento e Igreja do Carmo, vindo a falecer no 1º de novembro de 1701, dia em que se abriu o testamento, já de muitos conhecido, segundo consta.¹⁹⁹

Idem [no original, 1696]. Em carta-patente de D. Pedro II é nomeado, a 26 de março deste ano, para capitão-mor de toda a capitania do Espírito Santo o capitão de Infantaria Francisco de Albuquerque Teles,²⁰⁰ que já era da capitania de Cabo Frio, em recompensa dos relevantes serviços pelo mesmo prestados no posto militar da vila de Funchal desde o ano de 1672 a 1682, e mais, como capitão-mor da capitania de Cabo Frio, onde a contento de todos os moradores promoveu grandes melhoramentos, mandando consertar e construir muitas casas, fazendo à sua custa e dos moradores uma enseada no rio *Agaru*, por onde navegavam lanchas e canoas com mantimentos, tornando o rio mais largo, fazendo ainda uma casa na barra da cidade para guarda e defesa de terra, onde se recolhessem os soldados, porquanto, tendo uma nau de piratas lançado gente em terra os quais tinham vindo em uma lancha, para o lugar chamado *Peixe Grande*, pessoalmente com os moradores e índios, com grande risco de vida e muito valor, aprisionou ele a lancha com mais oito piratas, e os remeteu ao governador do Rio de Janeiro.²⁰¹ Francisco de Albuquerque Teles não tomou posse da capitania do Espírito Santo senão a 2 de maio de 1709, tendo-lhe sido sustentada a patente e prestado preito, mensagem e juramento na cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos aos 9 de fevereiro do dito ano, em mãos do governador capitão-general Luís César de Meneses. Por aqui se conclui que, sendo nomeado em 1696 Francisco de Albuquerque Teles para capitão-mor da capitania do Espírito Santo, já não o era João Velasco Moli-

199 Rocha, *Viagem de Pedro II*, p. 85. (b) O testamento é datado de 4 de março de 1696 e foi aberto em 1º de novembro de 1701, pelo capitão Manoel Torres de Sá. [Nery, *Carta pastoral*, p. 28]

200 *Carta-patente* de D. Pedro II nomeando Francisco de Albuquerque Teles no cargo de capitão da capitania Espírito Santo, Lisboa, 16/03/1696.

201 *Carta-patente* dada ao capitão de Infantaria, Francisco de Albuquerque Teles, por el-rei D. Pedro, em que se provia seus serviços na ilha do Funchal e na capitania de Cabo Frio, dando dela notícias históricas de muito valor (1696).

na, como muitos escritores têm dito, e como provamos com outras nomeações de capitães-mores que até agora se ignoravam.

1698. Neste ano é levantado pelo cosmógrafo italiano Giovanni Giuseppe um mapa das terras do Brasil, que faz parte da sua *História da Guerra do Brasil*, e no qual descreveu, ainda que resumidissimamente, a então capitania do Espírito Santo.

Idem. É nomeado, por provisão datada de 14 de setembro deste ano, para ouvidor da capitania do Espírito Santo, o capitão Antônio Gomes, que era juiz e vereador do Senado da Câmara da Vitória. Esta provisão foi passada pelo capitão Manoel da Silva em Sergipe do Conde, a mandado do donatário Manoel Garcia Pimentel e de quem o mesmo era secretário, sendo registrada naquela capitania de Sergipe do Conde no livro competente à fl. 97, e mandada cumprir pelos oficiais da Câmara da Vitória em 3 de outubro do mesmo ano, data também em que o ouvidor foi empossado, como se vê do respectivo termo.

1699. É nomeado neste ano, por provisão de el-rei D. Pedro II, em data de 17 de março, para o lugar de provedor das Fazendas dos defuntos e ausentes o capitão Francisco Ribeiro, cuja posse lhe foi dada no mesmo ano, sendo registrada esta provisão em Lisboa, na fl. 193 do Livro 5º dos Registros.

Século terceiro

1700. Por provisão do donatário da capitania, e morador em Sergipe do conde, datada de 6 de maio, e em respeito a seu pai Francisco Gil de Araújo, é pelo mesmo feita mercê a Isabel Sampaio do lugar de juiz de órfãos, por sucessão de seu pai Manoel Francisco Soares, que ocupava o dito lugar, contanto que a mesma se casasse com pessoa idônea que pudesse ocupar o dito cargo, e até que isso acontecesse serviria o lugar seu irmão Fernando Soares, que prestou juramento e tomou posse a 31 de outubro do mesmo ano.

Idem. É neste ano nomeado por el-rei D. Pedro II, por carta-patente de confirmação datada de Lisboa aos 18 de junho deste mesmo ano, para capitão de ordenanças, a José Dias da Costa. Esta carta foi registrada à fl. 128 do livro competente no mesmo dia.

Idem. Neste ano, sendo capitão do presídio da vila um João de Lemos, foi nomeado ajudante supranumerário do mesmo presídio o sargento Francisco de Antas, por haver falecido o ajudante supranumerário João de Miranda, que ocupava o dito lugar, sendo a carta-patente datada da Bahia em 16 de agosto, e o ato de posse do nomeado, a 30 de outubro do mesmo ano.

Idem. É nomeado por provisão datada de Sergipe do conde, em agosto deste ano, pelo donatário Manoel Garcia Pimentel, para ouvidor da capitania do Espírito Santo, o bacharel formado na Universidade de Coimbra João Trancoso de Lira; e suspensa e revogada a provisão passada para o dito cargo a Pedro Velho Maciel que, sendo nomeado, procedera tão mal que os povos se revoltaram contra ele e representaram ao próprio donatário que, mandando sindicar, reconheceu a verdade das alegações. Pedro Velho Maciel tinha sido nomeado em lugar do capitão Antônio Gomes que, sendo nomeado a 14 de setembro de 1698, não tomara posse do cargo. Fora também logo nomeado para escrivão da ouvidoria, também em data de 26 de agosto deste ano, o licenciado João Xavier, que tomou posse a 11 de novembro. O bacharel João Trancoso de Lira prestou juramento e entrou em exercício do dito cargo a 31 de outubro do mesmo ano, lavrando o termo o tabelião Francisco de Barros Gavião, na presença dos dois juizes ordinários e vereadores que eram Pantaleão Ferreira Coutinho, Melchior Rangel de Souza, Sebastião Vieira Barcelos, Domingos Pereira, Antônio de Lemos, Gregório Gonçalves Sutil.

Idem. Por carta-patente de el-rei D. Pedro II é confirmada neste ano, a 7 de outubro, a nomeação para capitão da Companhia de Infantaria desta capitania a João de Freitas Magalhães, sendo ela feita pelo capitão governador geral do Estado do Brasil, D. João de Lencastre.

1701. Neste ano, a 6 de maio, é nomeado pelo coronel Francisco Monteiro de Moraes, provedor e contador da Fazenda Real, e capitão-mor da capitania do Espírito San-

to, a Antônio Coutinho Sutil para capitão do mato, a fim de, com gente, ir a prender os negros fugidos e revoltados nesta então capitania; pelo que se vê, estava este capitão-mor ainda no governo desta mesma capitania.

Idem. É nomeado pelo donatário Manoel Garcia Pimentel, por provisão datada de 12 de maio deste ano, o capitão Francisco Fernandes Velho para servir o lugar de demarcador, avaliador e repartidor do Conselho da vila da Vitória e seu termo.

Idem. Por provisão do cabido da diocese do bispado do Rio de Janeiro, em sede vacante e datada de 28 de junho deste ano, é nomeado vigário da vara da vila da Vitória o padre Sebastião Barbosa, que por outra provisão da mesma data tinha sido nomeado visitador de todas as igrejas, capelas e oratórios existentes neste bispado, desde Porto Seguro até a cidade de Cabo Frio e seus distritos. O dito vigário da vara, Sebastião Barbosa, prestou juramento e tomou posse na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, desta hoje cidade, dando-lhe juramento e posse o vigário da freguesia Antônio Garcia, na presença do licenciado Antônio de Moura, que mandara ler em voz alta a dita provisão pelo coadjutor da freguesia Baltazar Vieira, na presença de autoridades e povo, de que se lançou termo, que temos em nosso poder, pelo mesmo vigário da vara e visitador assinado. Como se vê, já nesta época existia a Igreja Matriz desta capital, a qual era unicamente formada pela parte ocupada hoje pela sacristia, tendo cemitério que há pouco foi mandado destruir. O corpo da igreja da atual Matriz só foi feito em fins deste mesmo século, como adiante se verá. Era, pois, vigário da freguesia, em 1701, o padre Antônio Garcia, tendo por seu coadjutor o padre Baltazar Vieira.

Idem. É nomeado pelo donatário Manoel Garcia Pimentel, por provisão de 5 de agosto deste ano e datada de Sergipe do conde, para o lugar de avaliador da Fazenda Real, Francisco Fernandes Velho, que prestou juramento a 10 de outubro desse mesmo ano.

Idem. Manda da Bahia, em 15 de setembro deste ano, D. João de Lencastre, do conselho de S. Majestade, comendador das comendas de São João de Trancoso, São Pedro de Lordeza, São Brás de Figueira, alcaide-mor da dita vila, governador e capitão-general do Estado do Brasil, lançar um bando nesta capitania, declarando que qual-

quer pessoa que tivesse crimes não considerados infamantes e quisesse acompanhar o capitão-mor José Cardoso Coutinho, que mandava ao descobrimento das minas de ouro da capitania do Espírito Santo, por nomeação feita a 6 do dito mês e ano, ficava perdoado dos mesmos crimes, uma vez que fizesse à sua custa as despesas da viagem e apresentasse certidão daquele capitão-mor.

Idem. Neste ano, no 1º de novembro, falece, na hoje cidade da Vitória, o capitão Manoel Torres de Sá, protetor do Convento do Carmo, e que com doações e mais meios empregados coadjuvou aquela edificação. Aberto nesse dia o seu testamento cerrado se encontrou nele a doação que fazia de sua fazenda e engenho de Piranema, assim como de mais trinta escravos, com as condições de lhe serem ditas missas por sua alma em todos os anos, e de se festejar também todos os anos o patriarca São José, e que se não fossem cumpridas pelos religiosos do Carmo estas intenções, passariam os bens à Santa Casa da Misericórdia, e não cumprindo esta o estipulado, passaria definitivamente à Ordem Terceira de São Francisco. Realizou-se, afinal, a posse à Santa Casa da Misericórdia, por falta de cumprimento por parte dos ditos religiosos do Carmo.²⁰²

Idem. Neste ano, no dia 3 de dezembro, manda o capitão-mor Francisco Ribeiro lançar um bando a fim de que qualquer mulher parda ou preta que trouxesse à maneira da saia aberta, mais de dois dedos abaixo do refego,²⁰³ e também descomposta, pagaria quatro mil réis para as obras da fortaleza, além da pena de seis dias de cadeia; e sendo parda, porém cativa, pela primeira vez, duas dúzias de açoites, pela segunda, quatro dúzias e pagando o senhor dois mil réis para as ditas obras, e recalcitrando ainda, sendo forra, seria degradada por seis meses para fora da vila. Assim, qualquer pessoa que, com direito que julgasse ter, fosse às canoas no meio do mar comprar peixe ou atravessá-lo, seria punida com dois mil réis para as obras e vinte dias de cadeia, e sendo soldado, trinta dias de tronco; e todas as canoas do alto, de rede ou tresmalhos, que *venham à pedra* vender peixe, debaixo da mesma pena e o peixe

202 Ver nota de 1696. [Nery, Carta pastoral, p. 28]

203 Dobra, que se faz no alto das saias, para se desdobrar, e acrescentar a altura quando a pessoa cresce, ou a saia se róí por baixo. [Moraes, *Dicionário...*]

perdido que se achar será para os frades de São Francisco; e mais ninguém que fosse, puxasse pela espada ou a trouxesse nua de noite, nem os pardos cativos andassem na vila com espingardas e armas, que seriam castigados.

1702. Neste ano é edificada a fortaleza de São Francisco Xavier, no lugar pouco mais ou menos em que fora edificado o forte de Piratininga, porém mais próximo à barra, obra esta mandada executar pelo governador capitão-general do Estado do Brasil, D. Rodrigo da Costa, e sob as vistas e direção do capitão-mor Francisco Ribeiro.²⁰⁴ Evidencia-se o que dizemos não só por documentos, como principalmente por uma carta extensa escrita por D. Rodrigo da Costa, em 15 de dezembro de 1703, ao dito capitão-mor, e que entre muitas outras coisas importantes de que tratou ocupou-se da artilharia precisa para os fortes existentes na capitania, assim como da nova fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, *remetendo até o próprio dístico* que tinha de ser afiado por cima do portão de entrada, e que é o seguinte: *Dom Rodrigo da Costa, Reinando o muito Alto, e Poderoso Rei de Portugal Dom Pedro 2º Nosso Sr. Mandou fazer esta fortaleza, Dom Rodrigo da Costa Governador, e Cap. Gal. deste estado do Brasil, no ano de 1702.* Não foi, pois, Nicolau de Abreu que, nesse ano, a fez, pois temos documento comprobatório.²⁰⁵

Idem. É nomeado por provisão de 24 de fevereiro deste ano *cabo da entrada* para o descobrimento das minas de ouro e outras, por se ter oferecido espontaneamente com uma *bandeira*, o coronel Francisco Monteiro de Morais, capitão-mor que fora da capitania e provedor e contador da Fazenda Real, com todos os prós e percalços concedidos aos descobridores, sendo a mesma provisão registrada pelo escrivão Martinho de Amorim Távora, que servia perante os oficiais da Câmara. Como se vê, neste ano já não era capitão-mor da capitania Francisco Monteiro de Morais e sim Francisco Ribeiro. Também a 25 deste mesmo mês e ano fora nomeado *capitão de entrada* José Cardoso Coutinho e o sargento-mor Tomás Francisco Mendes, todos com bandeiras.²⁰⁶

204 (a) Souza, Fortificações, *RIHGB*, 48, II, p. 99. (b) Rubim, F. A., Memórias, p. 9. (c) Rubim, B. da C., *Notícia*, p. 341.

205 Oliveira, *HEES*, p. 188, nota 12.

206 Oliveira, *HEES*, p. 184, nota 3.

Foi, pois, por este tempo que principiaram a ser descobertas as minas do Castelo, do Canudal e da Lavrinha, pertencentes à hoje vila de São Pedro do Cachoeiro de Itape-mirim, abrindo-se estrada para Minas Gerais como adiante se verá, e formando-se até povoação nessa primeira localidade.

Idem. Por provisão de el-rei de Portugal, valendo de carta-patente, é nomeado em data de 27 de fevereiro deste ano para provedor das fazendas dos defuntos e ausentes, o capitão-mor Francisco Ribeiro, em recompensa de seus serviços e por haver com honra e probidade muito bem servido o lugar de tesoureiro, tendo esta provisão sido registrada à fl. 142 do Registro Geral, e pago de novos direitos oitocentos réis ao tesoureiro Inocêncio Correia de Moura.

Idem. É nomeado pelo donatário Manoel Garcia Pimentel, por provisão datada de Sergipe do conde e apostilada a 15 de junho do mesmo ano, para alcaide-mor e carcereiro da vila do Espírito Santo a José Jacob Martinho.

1703. É nomeado a 16 de junho deste ano escrivão da Câmara da vila de Nossa Senhora da Vitória o sargento-mor Tomás Ferreira Mendes, que prestou juramento e tomou posse a 18 do mesmo mês e ano.

Idem. Por provisão dos oficiais da Câmara da Vitória, datada de 18 de junho deste ano, é nomeado João Leitão para servir interinamente o cargo de tabelião do público e notas, no impedimento do efetivo Pedro da Costa, que fora à Bahia.

Idem. Por provisão dos oficiais da Câmara da vila da Vitória, datada de 13 de setembro deste ano, é nomeado escrivão das fazendas dos defuntos e ausentes Francisco Ferreira de Queiroz, e que já servira os ofícios de escrivão da ouvidoria e tabelião, por ter falecido o proprietário daquele ofício, Melchior Vieira.

Idem. Por provisão dos oficiais da Câmara da vila da Vitória, datada de 3 de outubro deste ano, é nomeado e concedida licença a D. João de Noronha para advogar em todos os juízos da vila da Vitória e de que foi empossado a 4 do mesmo mês e ano.

Idem. Sendo nomeado pelos oficiais da Câmara, por provisão de 4 de outubro deste ano, para alcaide-mor e carcereiro da vila da Vitória João de Azeredo Velho, por ter pedido dispensa da vara de alcaide-mor e carcereiro o proprietário João da Costa Moraes, depois de prestar o devido juramento entrou nesse mesmo dia na posse do dito cargo.

Idem. Aos 12 de outubro deste ano presta juramento perante os oficiais da Câmara da vila da Vitória e entra na posse do governo da capitania do Espírito Santo o capitão-mor Francisco Ribeiro, que chegava de volta de uma viagem ao sertão, tendo o mesmo a 3 de dezembro deste ano dado ordem a toda a guarnição das Companhias de Ordenanças e mandado lançar um bando, para que estivessem prevenidos com armas e pólvora que podiam ir receber da Fazenda Real, para o fim de estar-se preparado contra qualquer invasão inimiga das nações com que Portugal estava em divergência, segundo Sua Majestade el-rei ordenara ao governador e capitão-general do Estado do Brasil, indo portanto os soldados que não estivessem armados e municia-dos receber armas, pólvora, balas e dardos de dois ferros.

1704. Neste ano, a 3 de junho, tendo havido muita falta de mantimentos, é proibido por um bando o exportar-se para fora da capitania qualquer gênero, como fosse farinha, feijão, favas, arroz e milho, e que qualquer pessoa que o fizesse pagasse vinte cruzados para as obras das fortalezas e sofresse a pena de trinta dias de cadeia.

Idem. É provido em 4 de agosto deste ano, por tempo de seis meses, no ofício de escrivão das execuções Manoel Barbosa, no impedimento da proprietária do dito ofício, Maria de Aguiar.

Idem. Por provisão de D. Rodrigo da Costa, governador e capitão geral do Estado do Brasil, datada de 24 de outubro deste ano, é nomeado capitão de ordenanças do distrito da Serra o capitão Simão Ferreira Peixoto, que prestou juramento e entrou em exercício em 19 de dezembro do mesmo ano.

1705. Por provisão de D. Rodrigo da Costa, datada da Bahia aos 13 de julho deste ano, e passada por Luís da Costa Sepúlveda, é nomeado Carlos Gomes de Bulhões no

posto de capitão da fortaleza de Nossa Senhora do Carmo nesta vila da Vitória, por ter deixado o mesmo comando o capitão da mesma fortaleza, Salvador Monteiro de Moraes, tendo sido feito o preito, menagem e juramento nas mãos do capitão-mor Francisco Ribeiro no 1º de outubro deste mesmo ano.

Idem. Solenizou-se no domingo, 19 de julho deste ano, na Matriz de Nossa Senhora da Vitória, uma festividade com sacramento exposto durante o dia e sermão pregado de manhã pelo reitor do Colégio dos Jesuítas, e à tarde procissão em ação de graças a Deus pelo favor feito a todo o reino de Portugal e conquistas em dar saúde a el-rei D. Pedro II, pelo que foi posto um bando pelo capitão-mor Francisco Ribeiro, para que na sexta-feira 17, sábado 18 e domingo 19 todos pusessem luminárias, sem exceção de hierarquia, sendo considerado muito leal quem cumprisse o estipulado, e quem o não fizesse condenado a 30 dias de prisão, e 20\$000 para as obras da fortaleza.

Idem. Tendo sido concedida licença a Luís da Fraga Loureiro, senhor e possuidor do sítio chamado *Guaranhuns*, nome derivado de *uara*, homem, *anhu*, campo, para ter montada uma engenhoca de fazer aguardente, é neste ano, a 4 de outubro, elevada a taxa a dez tostões anuais, contada desde essa data, com declaração que, segundo o tempo corresse para diante, não havendo, como havia, falta de cana, se providenciaria a respeito.

Idem. É nomeado pelo governador capitão-general do Estado do Brasil, Luís César de Menezes, por assim ter recomendado el-rei de Portugal D. Pedro II, em carta-patente de 22 de outubro deste ano e para capitão-mor de toda a capitania do Espírito Santo a Álvaro Lobo de Contreiras,²⁰⁷ em recompensa aos serviços prestados na fortaleza de Almadana, quando como ajudante foi com sua companhia socorrê-la contra quatro naus de turcos, defendendo ainda uma *septia*²⁰⁸ de catalões que se tinha ido abrigar à dita fortaleza, fazendo fogo contra quatro lanchas de turcos que tinham

²⁰⁷ Carta de Luís César de Menezes a Francisco Ribeiro de Miranda, ordenando a entrega do governo da dita capitania a Álvaro Lobo de Contreiras, Bahia, 13/11/1705.

²⁰⁸ *Setia*, embarcação pequena da Ásia. [Moraes, *Diccionario...*]

vindo dar desembarque e atacar a fortaleza, e por haver muito bem servido como militar treze anos, cinco meses e vinte e nove dias. Veio, pois, Álvaro Lobo de Contreiras substituir o capitão-mor Francisco Ribeiro no lugar que se achava vago, prestando juramento e tomando posse do dito cargo aos 16 de dezembro deste mesmo ano, como se vê do próprio termo de juramento e posse que se acha assinado pelo mesmo capitão-mor Contreiras; mandou logo ao entrar em exercício lançar um bando em data de 30 do mesmo mês de dezembro, para que lhe fossem apresentadas as provisões mandadas passar por el-rei e pelo donatário da capitania, Manoel Garcia Pimentel, ordenando a todos os oficiais de guerra e de justiça a apresentação de suas patentes e provisões, o que deu causa a fazer no mês de janeiro do ano seguinte muitas nomeações por irregularidades que então encontrou, sendo as novas nomeações feitas sob a aprovação do donatário Manoel Garcia Pimentel, pois que para isso tinha garantias, segundo se vê de seu governo.

1706. Neste ano e em diversos dias do mês de janeiro [e] dos meses seguintes, faz o capitão-mor Álvaro Lobo de Contreiras muitas nomeações, reformando o pessoal de empregados, militares, juizes e autoridades, por concessão que tinha para esse fim e que foram sustentadas pelo donatário, como se vê abaixo: É nomeado por provisão de 2 de janeiro deste ano para escrivão das execuções João Pereira de Carvalho, que prestou juramento e entrou em exercício a 20 do mesmo mês e ano. É provido, em data de 4 de janeiro deste ano, no lugar de tabelião do público, judicial e notas da vila da Vitória e seu termo Francisco de Queiroz Ferreira, que prestou juramento e entrou logo em exercício. Por provisão de 4 de janeiro deste ano é nomeado para o lugar de escrivão da ouvidoria João Pais de Queiroz. Por provisão de 11 de janeiro deste ano é nomeado juiz de órfãos o capitão Félix Ferreira Feu para o dito cargo, prestando juramento e entrando em exercício a 21 do mesmo mês, por não ter entrado nunca em exercício do dito cargo Antônio de Souza Brandão, que fora nomeado anteriormente pelo capitão-mor Francisco Ribeiro. Por provisão de 13 de janeiro deste ano, é nomeado para o lugar de meirinho do campo Antônio Dias Soares. É nomeado também em 13 de janeiro para servir o lugar de escrivão do campo Manoel Francisco, pela vaga deixada pelo proprietário Manoel Rodrigues. É nomeado por provisão de 14 de janeiro deste ano o capitão José Álvares Casado para escrivão de

órfãos da vila da Vitória e seu termo. Por carta-patente datada de 15 de janeiro deste ano foi nomeado capitão da Companhia de Infantaria de Ordenanças da vila de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, Martinho de Alvarenga, não tendo aceitado o dito posto por ter de partir para Lisboa Ximenes de Mendonça Furtado, prestando o dito Martinho juramento a 16 de abril do mesmo ano entrando assim na posse do dito posto. Por provisão de 20 de janeiro deste ano é nomeado para o cargo de avaliador e partidor do Conselho o alferes Diniz Branco, por vaga deixada pelo capitão Fróes, tendo Diniz Branco prestado juramento e entrado em exercício a 21 do dito mês. Por provisão de 21 de janeiro deste ano é nomeado o sargento-mor Tomás Ferreira Mendes para escrivão da Câmara da vila da Vitória.

Idem. Por provisão de 23 de junho deste ano é nomeado pelo capitão-mor Álvaro Lobo de Contreiras para o lugar de tabelião do público, judicial e notas a Antônio de Souza Brandão, por vaga deixada por Pedro da Costa Ribeiro, prestando juramento e entrando em exercício a 3 de julho do mesmo ano.

Idem. É nomeado a 18 de julho deste ano, pelo capitão-mor da capitania do Espírito Santo, a Bento Ferreira de Queiroz para escrivão das datas e sesmarias desta mesma capitania.

Idem. É nomeado por provisão datada de 7 de setembro deste ano para o lugar de juiz de órfãos da capitania do Espírito Santo Tomás Ferreira Mendes, pela vaga deixada pelo capitão de milícias Félix Ferreira Feu, sendo então capitão-general no Estado do Brasil Luís César de Menezes e capitão-mor da capitania Álvaro Lobo de Contreiras, tendo o mesmo juiz tomado posse a 20 do mesmo mês e ano.

Idem. É nomeado pelo donatário Manoel Garcia Pimentel, por provisão de 5 de outubro deste ano, para escrivão de órfãos Francisco de Queiroz Ferreira, que prestou juramento e entrou na posse do dito cargo a 8 de dezembro do mesmo ano.

Idem. Por provisão do donatário da capitania do Espírito Santo, Manoel Garcia Pimentel, datada de Sergipe do conde em 8 de outubro deste ano, é nomeado João Antunes

Correia para o lugar de escrivão da Câmara da vila da Vitória, por ser nobre, casado e morador na dita vila; prestou juramento e só tomou posse a 2 de janeiro de 1709.

1707. Tendo havido neste ano grande falta de mantimentos na capitania, principalmente de farinha, é ordenado pelo capitão-mor de toda a capitania do Espírito Santo, Álvaro Lobo de Contreiras, em data de 13 de junho, em bandos que mandou afixar e ler nas praças e ruas, que os lavradores de toda a capitania dessa data a quinze dias e que tivessem mandiocais, viessem em todos os sábados trazer farinha, sob pena de seis mil réis pagos da cadeia, e que seriam aplicados à tropa de Infantaria da guarnição.

Idem. Por provisão de 24 de dezembro deste ano é nomeado pelo donatário Manoel Garcia Pimentel, para alcaide-mor da vila do Espírito Santo, a Antônio Pacheco de Almeida em toda a sua vida, e por morte a seus sucessores, em recompensa dos serviços prestados às letras, e como ouvidor, auditor da gente da guerra e juiz da Coroa e dos cavaleiros do reino de Angola, assim também como provedor da Fazenda, e porque vindo de Angola para Pernambuco, se ofereceu e preparou à sua custa gente e cavalos para a conquista do gentio de Palmares, acompanhando o governador daquela capitania, Caetano de Melo e Castro.²⁰⁹ Antônio Pacheco de Almeida, por não poder vir, prestou juramento por procuração no ano seguinte de 1708, na Câmara da vila do Espírito Santo, em presença dos juizes ordinários Vitório Correia da Costa e Carlos Gomes de Bulhões e dos vereadores e procuradores do Conselho, Simão da Costa, Marcos de Abreu, Diogo da França e capitão Felipe Feu, sendo testemunhas o vigário da dita vila do Espírito Santo, padre Baltazar Vieira Monteiro, o coadjutor padre Manoel Lopes de Abreu e o sargento-mor Manoel Juliano. Este juramento e posse foi prestado por Francisco Ribeiro que, como capitão-mor, tinha governado a capitania, o qual apresentou a procuração e justificação passada na Bahia na presença do ouvidor geral, Dr. Carlos de Azevedo Leite, que era do Desembargo do Paço e desembargador no Estado do Brasil.

209 (a) *Provisão* de nomeação de Antônio Pacheco de Almeida, para o lugar de alcaide-mor da vila do Espírito Santo, na qual se [ilegível] seus serviços como ouvidor e auditor de guerra em Angola, como juiz da coroa e provedor da Fazenda, assim como seus serviços em Pernambuco, para a conquista do gentio em Palmares (1707). (b) *Carta* de Manoel Garcia Pimentel, governador e donatário da capitania do Espírito Santo, nomeando Antônio Pacheco no posto de alcaide-mor da vila do Espírito Santo, 24/12/1707.

1708. Por carta-patente do governador capitão-general do Estado do Brasil, Luís César de Menezes, datada de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, em 15 de junho deste ano é nomeado capitão de ordenanças desta capitania Mateus Barradas de Almeida, que prestou juramento em 20 de janeiro de 1709.

Idem. A 2 de setembro deste ano é nomeado por provisão do donatário Manoel Garcia Pimentel, para avaliador do Conselho, a Martinho Coelho de Alvarenga, que prestou juramento e tomou posse em 3 de abril de 1709.

Idem. Por provisão do donatário, datada de Sergipe do conde em 2 de setembro deste ano, é nomeado para o cargo de juiz de órfãos da capitania do Espírito Santo Manoel Nunes da Costa, que prestou juramento e entrou de posse do lugar em 6 de novembro do dito ano.

1709. É mandado pelo capitão-mor Álvaro Lobo de Contreiras lançar um bando no dia 25 de março deste ano para que todos os moradores da capitania comparecessem no dia 27 do dito mês, que era Quarta-feira de Trevas, às portas dos seus capitães para o fim de apresentarem aos mesmos as armas, pólvora, balas e dardos que tinham para defesa da mesma capitania e como era antigo costume fazer-se, sob pena, àquelles que o não fizessem, de serem punidos com dez tostões para a infantaria do presídio e quinze dias de cadeia.

Idem. Neste ano, a 2 de maio, toma posse do cargo de capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles, perante a Câmara da Vitória, composta dos oficiais José da Rocha Tagarro, Luís da Fraga Machado, Sebastião de Bulhões, Inácio de Oliveira e Agostinho Freire de Aguiar, servindo de secretário João Antunes Correia.²¹⁰ Esta nomeação fora feita em 17 de março de 1696, por D. Pedro II, resolução de 24 de fevereiro e consulta de 16 do mesmo mês e ano, e registrada à fl. 52. Não entrou logo, porém, o nomeado, na posse do dito cargo e só três anos depois, sendo-lhe entretanto conservada a nomeação até esse tempo. A carta-patente declara mais que el-rei fizera a nomeação ha-

210 (a) *Carta* ofício de Dom Lourenço de Menezes ao capitão-mor da capitania do Espírito Santo para que entregue o governo da capitania a Francisco de Albuquerque Teles. 02/03/1709. (b) *Carta* de Luís César de Menezes ao capitão-mor do Espírito Santo, ordenando a entrega do governo da dita capitania a Francisco de Albuquerque Teles. Bahia, 02/03/1709.

vendo respeito ao donatário da capitania Manoel Garcia Pimentel, vindo este capitão-mor a substituir Álvaro Lobo de Contreiras, provando-se assim que depois do capitão-mor Molina ainda governaram a capitania muitos outros capitães-mores, cujo governo nesse posto era unicamente por três anos, findos os quais dariam logo a tal *residência*.

Idem. Por carta-patente do donatário da capitania do Espírito Santo, Manoel Garcia Pimentel, datada de Sergipe do conde em 14 de junho deste ano, é nomeado para ajudante de número do sargento-mor de Infantaria de Ordenanças a Francisco de Figueiredo Bandeira, que prestou juramento e entrou em exercício a 8 de julho do mesmo ano.

1710. Neste ano, depois do capitão-mor Francisco Teles de Menezes ter mandado lançar alguns bandos sobre a traficância feita de mantimentos por alguns, principalmente no distrito de *Caraípe* (nome derivado de *cará*, batata, *ipe*, lugar), e sobre a venda de escravos, pólvora, balas, chumbo e armas, manda ainda lançar, nos dias 11 de fevereiro, 15 de abril e 22 de julho, três bandos, prevenindo os moradores e praças para estarem armados e prontos contra os inimigos do Estado que percorriam as costas do Brasil, assim como para que todos os moradores da vila se apresentassem com suas armas e viessem consertar as trincheiras e estacadas, sob pena de cinco tostões e dez tostões para conserto da fonte e obras da fortaleza, e a mais dez, vinte e trinta dias de cadeia.

Idem. São nomeados a 15 de setembro deste ano, por provisão do capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles, para o posto de capitão-do-mato do distrito de *Ponta da Fruta* até os *Campos Novos*, em Guarapari, Germano da Costa Silva, e do de *Caraípe* até *Tramirim*, Eusébio Gonçalves, a fim de serem destruídos os *mocambos* dos muitos escravos fugidos que existiam nesses arredores, podendo com seus soldados matá-los se não se entregassem e pegá-los segundo ordem que havia recebido do governador D. Lourenço de Almada, em carta de 9 de julho deste mesmo ano.²¹¹

Idem. Por carta-patente de D. Lourenço de Almada, capitão-general do Estado do Brasil, datada de 3 de outubro deste ano, é nomeado o capitão da fortaleza de São Fran-

211 “Dom Lourenço de Almada, capitão-general do Estado do Brasil, por meio de carta, ordena ao capitão-mor que dê fim a um mocambo de negros fugidos que há na capitania do Espírito Santo”. 09/07/1710. [Portarias de 1721-22]

cisco Xavier da barra da Vitória, Pedro Henriques Ferreira, para capitão da Companhia de Infantaria de Ordenanças da mesma vila, na vaga deixada pelo capitão João de Freitas Magalhães, que fora nomeado sargento-mor da mesma Companhia, tendo prestado juramento a 5 de janeiro de 1711.

Idem. É remetida, em nome de D. João V, pelo ouvidor e corregedor do Rio de Janeiro, Dr. Roberto Correia, ao ouvidor da capitania do Espírito Santo, Gregório Gonçalves Sutil, uma carta de guia acompanhando o sargento deportado para aqui por dois anos, Luís da Costa Ferreira, vindo na sumaca *Nossa Senhora da Conceição Santo Antônio*, de que era capitão-mestre Antônio Correia.

Idem. Por carta-patente do governador e capitão-general do Estado do Brasil, D. Lourenço de Almada, datada de 3 de outubro deste ano, é nomeado sargento-mor da Companhia de Infantaria da vila da Vitória o capitão da mesma companhia João de Freitas Magalhães, vaga essa deixada pelo sargento-mor Tomás Ferreira Mendes, que fora promovido a coronel da Infantaria de Ordenanças; prestou juramento e tomou posse no 1º de abril do ano seguinte de 1711.

Idem. Neste ano, a 6 de outubro, é nomeado por provisão do governador capitão-general, D. Lourenço de Almada, para coronel da Infantaria das Ordenanças o sargento-mor Tomás Ferreira Mendes, por haver falecido o coronel Francisco Monteiro de Moraes, que fora provedor, contador e juiz da Alfândega, capitão-mor, cabo da entrada no descobrimento das minas de ouro da capitania do Espírito Santo. Prestou juramento e tomou posse o mesmo coronel Tomás Ferreira Mendes em 21 de março de 1711 em mãos do capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles, último ato escrito e praticado por este capitão-mor, visto que em junho de 1711, três meses depois de haver deferido este juramento, já era falecido.

Idem. É nomeado pelo capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles, por provisão de 23 de outubro, para escrivão da Fazenda dos defuntos e ausentes, Inácio Pereira, por se achar vago o lugar; o ato de posse teve lugar no mesmo dia.

Idem. Neste ano, a 20 de outubro, manda o capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles lançar um bando para que no dia 1º de novembro do mesmo ano se reunisse todo

o povo com armas e munições a fim de ser passada revista, por terem entrado os franceses no Rio de Janeiro e haverem morto muita gente e assim poder-se ficar prevenido contra qualquer ataque, segundo as ordens contidas em carta escrita pelo governador e capitão-general D. Rodrigo da Costa, que ainda muitas outras coisas recomendava; entre elas a volta para a capitania do capitão do forte Pedro Henriques Ferreira, que fora preso e remetido para a Bahia com devassa; providenciando a remessa de negros para as minas de ouro de São Paulo e também sobre as da capitania; para que se fortificasse a Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra; sobre pretensões do reitor do Colégio da Companhia de Jesus e finalmente sobre pedidos dos oficiais da Câmara.

Idem. Por provisão do capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles, é nomeado a 2 de novembro deste ano para escrivão de órfãos Francisco da Silva Costa, por haver casado com D. Cecília Pereira, filha do finado capitão-mor Manoel Tavares Toscano, que servia aquele cargo e deixando-o por sua morte como dote à sua filha mais moça, a mesma D. Cecília, pela faculdade que tinha; e por ser inteligente e estar nas circunstâncias, o nomeara segundo certidão de casamento passada pelo pároco da vila da Vitória, padre João Francisco de Lima, prestando o mesmo Francisco da Silva da Costa juramento a 5 de dezembro do mesmo ano.

Idem. Em data de 10 de novembro ordena o governador capitão-general do Estado do Brasil, D. Lourenço de Almada, ao capitão-mor desta capitania, Francisco de Albuquerque Teles, em nome de el-rei D. João V, a fim de que fossem suspensos e não se continuassem os trabalhos, explorações e descobertas das minas de ouro da capitania e continuação de estradas para Minas Gerais, e aqueles que não obedecessem voltando logo para suas casas seriam os seus bens confiscados para a Coroa, conduzidos presos e depois degradados por dez anos para Angola, e sendo homens peões ao mesmo degredo para Benguela, mandando-se lançar, nesse sentido, um bando com o prazo de um mês.²¹²

212 (a) *Carta ofício* ao capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles para que não se permita abrir nenhum caminho para as minas dessa capitania do Espírito Santo, datada, porém de 1º de abril de 1710. [*Portarias de 1721-22*, p. 68] (b) *Carta* de D. Lourenço de Almada a Manoel Correia de Lemos, provedor da fazenda da capitania do Espírito Santo, pedindo informações sobre o capitão da Infantaria paga e o capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles; ordenando a publicação de bando proibindo a abertura de um novo caminho para as Minas Gerais; determinando o recolhimento de todas as pessoas envolvidas em tais descobrimentos. Bahia, 10/11/1710.

Idem. É ordenado por el-rei D. João V a D. Lourenço de Almada, em carta de 12 de novembro, que sobrestivesse o comportamento dos vigários, missionários e empregados nos tombos das terras de Linhares, que abusavam nas concessões das mesmas posses e nas concedidas aos indígenas aldeados.

1711. É nomeado pelos oficiais da Câmara da vila da Vitória, em data de 11 de junho de 1711, para *ajudante supra* da Companhia de Infantaria Manoel Barbosa, que prestou juramento perante os juizes ordinários no mesmo dia e mês acima. Como se vê, estava vago o lugar de capitão-mor por ter falecido Francisco de Albuquerque Teles, sendo seu último ato datado de 21 de março deste ano, quando deferiu juramento ao coronel Tomás Ferreira Mendes.

Idem. A 3 de julho deste ano toma posse do cargo de capitão-mor da capitania do Espírito Santo Manoel Correia de Lemos,²¹³ que fora juiz de ausentes e depois capitão do Forte de São João até 12 de junho de 1705, em que acudiu à Fortaleza de São Francisco Xavier, que era investida por piratas de uma nau inglesa, e tão bem se houve que eles se retiraram, consertando ele depois, à sua custa, a dita fortaleza. O capitão Manoel Correia de Lemos fora nomeado capitão-mor da capitania do Espírito Santo por carta-patente de D. João V, datada de Lisboa aos 25 de fevereiro de 1709, por se achar nesse tempo já enfermo e sem esperança de vida o capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles, e sob proposta do donatário Manoel Garcia Pimentel, como se vê da carta-patente, em que expunha o estado do mesmo capitão-mor.²¹⁴ D. Lourenço de Almada, a 20 de maio deste ano de 1711, oficiou à Câmara que, sabendo que estava à morte o capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles, incontinenti empossasse o capitão-mor Manoel Correia de Lemos, o que de fato se fez na presença dos juizes ordinários, oficiais da Câmara e outros.²¹⁵

213 “Através de carta ofício real, é empossado como capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Manoel Correia de Lemos, em virtude da morte do atual capitão-mor, Francisco de Albuquerque Teles”. 20/05/1711. [*Portarias de 1721-22*, p. 89]

214 *Consulta* do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre as razões que se oferecem para não estar vaga a capitania do Espírito Santo de que foi donatário da capitania do Espírito Santo, Manoel Garcia Pimentel, e as formas para se estabelecer a sucessão. 11 de maio de 1711.

215 *Carta* de D. Lourenço de Almada aos oficiais da Câmara da capitania do Espírito Santo, ordenando a posse de Manoel Correia de Lemos no governo da dita capitania, caso Francisco de Albuquerque Teles, gravemente enfermo, falecesse, Bahia, 20/05/1711. (b) “Através de ofício real, é empossado como capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Manoel Correia de Lemos, em virtude da morte do atual capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles”. 20/05/1711. [*Portarias de 1721-22*, p. 89]

Idem. Por carta-patente deste ano, não podendo saber-se o dia e o mês por estar difícil ler-se a data, é nomeado pelo governador capitão-general do Estado do Brasil, D. Lourenço de Almada, para capitão da Companhia de Infantaria de Ordenanças desta capitania Miguel da Silva de Lira, que prestou juramento a 19 de julho deste mesmo ano, nas mãos do capitão-mor Manoel Correia de Lemos, e estando reunidos os juizes ordinários e vereadores.

Idem. Escrevendo, neste ano, André João de Antonil a sua obra sobre a *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, aponta como existindo minas gerais de ouro e outros metais na capitania do Espírito Santo,²¹⁶ assim como existindo os depósitos de gado nos sítios da *Murituca* e *Currais* aquém do rio Paraíba, talvez nos campos de Manguinhos e da Muribeca.²¹⁷

Idem. Tendo em princípios deste ano falecido em Sergipe do conde o donatário da capitania do Espírito Santo, Manoel Garcia Pimentel, sem deixar herdeiros legítimos e somente colaterais, manda el-rei D. João V, por carta régia de 19 de maio deste ano, que o governador capitão-general do Estado do Brasil tomasse para a Coroa a dita capitania,²¹⁸ pelo que julgamos ser esse o motivo de vir o capitão-mor Manoel Correia de Lemos a tomar o governo da capitania em junho deste mesmo ano, quando estava nomeado desde fevereiro de 1709.²¹⁹

1712. Neste ano, a 3 e a 12 de maio, sendo já capitão-mor da capitania, provedor e contador da Fazenda Real e juiz da Alfândega e Almojarifado do Espírito Santo Manoel Correia de Lemos, por nomeação de S. Majestade, como ele mesmo diz, manda lançar dois

216 “Não falo da mina da serra de Itatiaia (a saber, do ouro branco, que é ouro ainda não bem formado), distante do ribeiro do Ouro Preto oito dias de caminho moderado até o jantar, porque desta não fazem caso os paulistas, por terem as outras, de ouro formado e de muito melhor rendimento. E estas gerais, dizem que ficam na altura da capitania do Espírito Santo.” [Antonil, *Cultura e opulência*, p. 76]

217 “A capitania do Espírito Santo se provê limitadamente da Moribeca e de alguns currais aquém do rio Paraíba do Sul.” [Antonil, *Cultura e opulência*, p. 96]

218 Carta de Pedro de Vasconcelos ao capitão-mor da capitania do Espírito Santo e aos oficiais da Câmara da vila da Vitória, ordenando que, com a morte do donatário Manoel Garcia Pimentel, tomassem posse da dita capitania para a coroa... Bahia, 19/10/1711.

219 (a) No original, 1809. (b) “Por carta ofício de Sua Majestade el-rei D. João V, fica empossado como governador da capitania do Espírito Santo, Manoel Correia de Lemos.” 11/07/1711. [Portarias de 1721-22, p. 94]

bandos a fim de prevenir e aprestar o povo contra os franceses, que andavam correndo a costa desta capitania, praticando roubos e fazendo insultos, sendo então juiz ordinário Belchior de Souza. Os franceses estacionaram por algum tempo na *ilha dos Franceses*, entre *Itapemirim* e *Piúma*, sendo este último nome derivado de *pim*, picar, *pium*, mosca.

1713. Escreve el-rei D. João V, em data de 8 de setembro deste ano, diretamente aos oficiais da Câmara desta capitania em resposta a uma carta que os mesmos dirigiram a Sua Majestade em 10 de novembro do ano antecedente, reclamando sobre a proibição mandada fazer pelo governador capitão-general do Estado sobre o comércio.

1716. Em uma nota que encontramos, refere-se o ter neste ano tomado novamente posse da capitania do Espírito Santo, a 13 de setembro, o capitão-mor João de Velasco Molina,²²⁰ não sabendo nós se a mandado do próprio donatário, se do governador geral do Estado do Brasil, ou por nomeação interina dos oficiais da Câmara; contudo damos o que a respeito encontramos, mesmo porque a 3 de julho de 1714 havia concluído Manoel Correia de Lemos os três anos de governo da capitania, [e] dessa data nada mais encontramos sobre nomeação de capitão-mor, nem mesmo nada consta a tal respeito.²²¹

1718. Tendo sido reconhecido o direito que tinha Cosme Rolim de Moura à capitania do Espírito Santo, o qual era primo e cunhado de Manoel Garcia Pimentel, é por sentença da Relação da Bahia empossado nela, mas após faz dela logo venda à Coroa a 6 de abril deste ano, em que foi passada a escritura de compra feita por D. João V, pela quantia de 40.000 cruzados,²²² passando-se a mesma em Lisboa, à rua da Atalaia, nas casas do desembargador José Vaz de Carvalho, que era procurador da Fazenda Real e

220 “O capitão-mor João de Velasco Molina toma posse de governador (13 de setembro).” [Rubim, B. C., Notícia, p. 341]

221 (a) Carta do marquês de Angueja a Manoel Correia de Lemos, capitão-mor da capitania do Espírito Santo, ordenando a entrega do governo da capitania a João Velasco e Molina. Bahia, 28/08/1716. (b) “Por meio de ofício, é nomeado capitão-mor da capitania do Espírito Santo, João de Velasco e Molina”. 30/08/1716. [Portarias de 1721-22, p. 311] (c) “João de Velasco Molina voltou ao governo da capitania em 1716. A Junta Governativa, por morte do vice-rei, conde de Vimeiro, em 13 de outubro de 1719, o fez reassumi-la. Ainda a governava em 1º de janeiro de 1721.” [Freire, *Capitania*, p. 170]

222 (a) “Cosme Rolim de Moura teve de mover um pleito judicial; e só por sentença da Relação da Bahia pôde entrar – na posse da capitania que herdara.” [Freire, *Capitania*, p. 166] (b) “Cosme de Moura Rolim, a quem veio a pertencer por sentença da Relação da Bahia, a vendeu por quarenta mil cruzados ao Senhor D. João V em 1718” [Vasconcelos, Acióli de, Memória estatística, p. 59]

do Desembargo do Paço, em virtude da ordem do Conselho Ultramarino datada de 18 de junho de 1715, e de outra consulta de 12 de fevereiro do ano de 1716, sendo tabelião que lavrou a dita escritura Manoel dos Passos de Carvalho. Assim acabou-se em Cosme Rolim de Moura o direito particular à capitania do Espírito Santo, que ficou pertencendo ao Estado, mas tendo existido em poder dos donatários por espaço de 193 anos.²²³

Idem. É reedificada neste ano, por provisão de 17 de setembro, a antiga Matriz de Nossa Senhora da Vitória, que não era mais que uma pequena capela no lugar hoje ocupado pela sacristia.

1720. Queixando-se os índios da Aldeia Velha, ou Santa Cruz, ao governador geral do Estado do Brasil, contra o padre jesuíta superior do colégio daquela localidade, pelo abuso do poder sobre eles exercido, fez o governador com que fosse retirado dali o mesmo padre, mandando que o reitor do Colégio o substituísse por outro jesuíta, o que se realizou, conseguindo o nomeado restabelecer a paz àquela aldeia.

1721. Toma posse do governo da capitania, no 1º de janeiro deste ano, Antônio de Oliveira Madail, que fora nomeado capitão-mor dela, mas já *subalterno ou regente* do governo da Bahia;²²⁴ este capitão-mor, aproveitando o adiantamento que existia em alguns lugares do distrito de São Mateus, principiou a promover o seu desenvolvimento em maior escala.

Idem. Por provisão do Conselho Ultramarino datada de 19 de abril deste ano, fica o foro judicial da comarca do Espírito Santo sujeito ao ouvidor do Rio de Janeiro, até 1741, havendo o mesmo Conselho Ultramarino, em data de 3 de julho, extinguido o lugar de ouvidor desta capitania.²²⁵

223 (a) *Instrumento* de venda da capitania do Espírito Santo, consignação do seu pagamento, procuração em causa própria e obrigação. Lisboa, 6 de abril de 1718. (b) *Carta régia* sobre a compra da capitania do Espírito Santo e sua incorporação à Coroa, datada de 17 de dezembro de 1718.

224 (a) Carta de Vasco Fernandes César de Menezes a João Velasco e Molina, capitão-mor da capitania do Espírito Santo, comunicando a nomeação de Antônio de Oliveira Madail para substituí-lo no cargo de capitão-mor, Bahia, 15/12/1720. (b) Segundo Acíoli de Vasconcelos, a capitania do Espírito Santo estaria ligada à de Porto Seguro até 1810. [*Memória estatística*, p. 60]

225 (a) “1722 - A capitania fica sujeita à jurisdição do ouvidor do Rio de Janeiro no foro judicial. (Provisão do Conselho Ultramarino de 19 de abril).” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 341] (b) “Achava-se a capitania, por provisão do Conselho Ultramarino de 19 de abril de 1722, sujeita ao ouvidor do Rio de Janeiro no foro judicial...” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 75]

Idem. Neste ano, a 3 de outubro, manda o governador capitão-mor Antônio de Oliveira Madail publicar um bando pelas ruas da cidade e outros lugares, concedendo licença e dando garantias a todos que se quisessem estabelecer nas margens do rio São Mateus, e para o quê aprontou embarcações que pôs gratuitamente à disposição dos que quisessem para lá ir, nomeando também, nessa ocasião, a Antônio Vaz da Silva capitão-mor para dirigir os negócios públicos naquele lugar.²²⁶

1724. Neste ano é nomeado governador e capitão-mor da capitania Dionísio Carvalho de Abreu, que muito se empenhou para o levantamento de fortes à beira-mar e reconstrução da Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra; é talvez devido a isso que o conde de Sabugosa mandasse fazer essas construções.²²⁷ A data da nomeação deste governador não a pudemos encontrar, apenas ter ele sido nomeado neste ano e governado a capitania.²²⁸

1726. É mandado levantar neste ano pelo vice-rei do Estado, conde de Sabugosa, cinco fortalezas na baía desta capital, de que fora incumbido o engenheiro Nicolau de Abreu,²²⁹ sendo a primeira em frente ao Penedo, com o nome de Forte de São João, abaixo do antigo Forte de *São João Dugam*, nome talvez corrompido de Morgan, o capitão que atacou este fortim a mandado de Cavendish, em 1532;²³⁰ a segunda, com o nome de Forte de São Diogo, nos fundos da casa pertencente à viúva Siqueira, na quina da rua de São Diogo e ladeira do mesmo nome; a terceira à beira-mar, no local em que se acha a casa e tra-

226 (a) Rubim, B. C., *Notícia*, p. 341. (b) Rubim, F. A., *Memórias*, p. 10. (c) Freire, *Capitania*, p. 175.

227 *Carta* do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei [D. João V], a informar dos reparos a serem feitos na capitania do Espírito Santo e do estado que se acham as fortalezas desta capitania. 29/03/1725.

228 (a) A *carta* de Vasco Fernandes César de Menezes a S. M., comunicando o falecimento de Antônio de Oliveira Madail, capitão-mor da capitania do Espírito Santo (Bahia, 29/03/1724) e a provisão temporária de Dionísio Carvalho de Abreu para governo da dita capitania confirmam essa data. (b) O *requerimento* do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei [D. João V], a pedir que se tire sua residência de todo o tempo que servia no dito posto (11/03/1727), indica a provável data em aquele capitão-mor deixou o cargo.

229 (a) *Carta* do [vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, conde de Sabugosa], Vasco Fernandes César de Menezes, ao rei [D. João V], a informar do envio de carretas, munições e da nomeação do capitão engenheiro da cidade da Bahia, Nicolau de Abreu de Carvalho, e um ajudante para defesa da capitania do Espírito Santo, Bahia, 06/06/1726. (b) Rubim, B. C., *Memórias*, *RIHGB*, 24:245.

230 Sic no original, em vez de 1592. A hipótese levantada por Daemon para explicar o nome do forte é bastante improvável. *Duggan* é sobrenome comum entre os irlandeses, mas não encontramos nenhum santo com esse nome.

piche do Sr. José Francisco Ribeiro, em frente à praça do Mercado, com o nome de Forte do Carmo;²³¹ a quarta no local em que está um paredão, no largo do Rubim, ao lado de Palácio e da antiga ladeira do *Trapiche*, tendo o nome de São Tiago ou de Nossa Senhora da Vitória,²³² que posteriormente teve, e onde mais tarde, no princípio deste século, nos dias de paradas e festividades, davam as peças salvas com direção ao mar; a quinta levantada sobre uma laje que existia à beira-mar, na quina das ruas do Comércio e General Osório, onde existem as casas dos herdeiros do finado coronel Gaspar Manoel Figueiroa, tendo esta fortaleza a denominação de *Santo Inácio*²³³ e em terrenos pertencentes então aos padres da Companhia de Jesus. Havia no alto da portaria um nicho com a imagem de São Maurício, ao qual se acendia, todas as noites, uma lanterna com corrente presa a um vergão de ferro colocado por cima do nicho. As fortalezas ou fortes eram guardadas e abastecidas por pequenas peças. Estas peças, existentes ainda no princípio deste século, o governador M. P. da Silva Pontes mandou embarcar em navios portugueses para servirem de lastro aos mesmos, quando as fortalezas já estavam abandonadas, concedendo os terrenos de algumas das fortalezas para construção de prédios. Chegando, como vimos, a esta capitania o engenheiro Nicolau de Abreu, que viera da Bahia por ordem do conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, principiou logo a reedificar a Fortaleza de São Francisco Xavier, que fora mandada construir em 1702 por ordem de D. Rodrigo da Costa então governador e capitão-general do Estado, dando-lhe outras proporções e reedificando-a com solidez assim como todos os fortes.²³⁴

Idem. Chegam à capitania, neste ano, os visitantes apostólicos frei Pedro e frei Cosme, que aqui estiveram algum tempo em misteres de que vinham incumbidos.

231 Caldas, *Planta e fachada do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo*, 1766.

232 Caldas, *Planta e fachada do Fortinho de São Tiago, que está situado dentro da vila da Vitória, capital da capitania do Espírito Santo*.

233 Caldas, *Planta e fachada do Fortinho de S. Inácio ou S. Maurício na vila da Vitória, capital da capitania do Espírito Santo*.

234 (a) *Carta do [vice-rei e governador geral do Estado do Brasil, conde de Sabugosa], Vasco Fernandes César de Menezes, ao provedor-mor da Fazenda da capitania do Espírito Santo, José Barcelos Machado, a informar das obras da fortificação na capitania do Espírito Santo pelo sargento-mor engenheiro da cidade da Bahia, Nicolau de Abreu de Carvalho. Bahia, 22/01/1727.* (b) *Carta do provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil, Bernardo Sousa Estrela, ao rei [D. João V], a informar da despesa nas obras de fortificação da capitania do Espírito Santo pelo capitão engenheiro Nicolau de Abreu de Carvalho. Bahia, 24/03/1727.*



Carta do [vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, conde de Sabugosa], Vasco Fernandes César de Menezes, ao rei [D. João V], a informar do envio de carretas, munições e da nomeação do capitão engenheiro da cidade da Bahia, Nicolau de Abreu de Carvalho, e um ajudante para defesa da capitania do Espírito Santo, Bahia, 6/06/1726.

1731. Descobrem-se ao norte do rio Doce, nos sertões ali existentes, algumas esmeraldas de muita dureza e de cor muito clara, que foram entregues ao governador desta então capitania, desmentindo-se assim o que os outros disseram de sua não existência.²³⁵

Idem. É eleito neste ano o 2º vigário da vara da comarca da Vitória padre Francisco Leite de Amorim, fazendo parte da vigararia as freguesias da Vitória, Serra, Nova Almeida, Espírito Santo, Guarapari e Benevente.

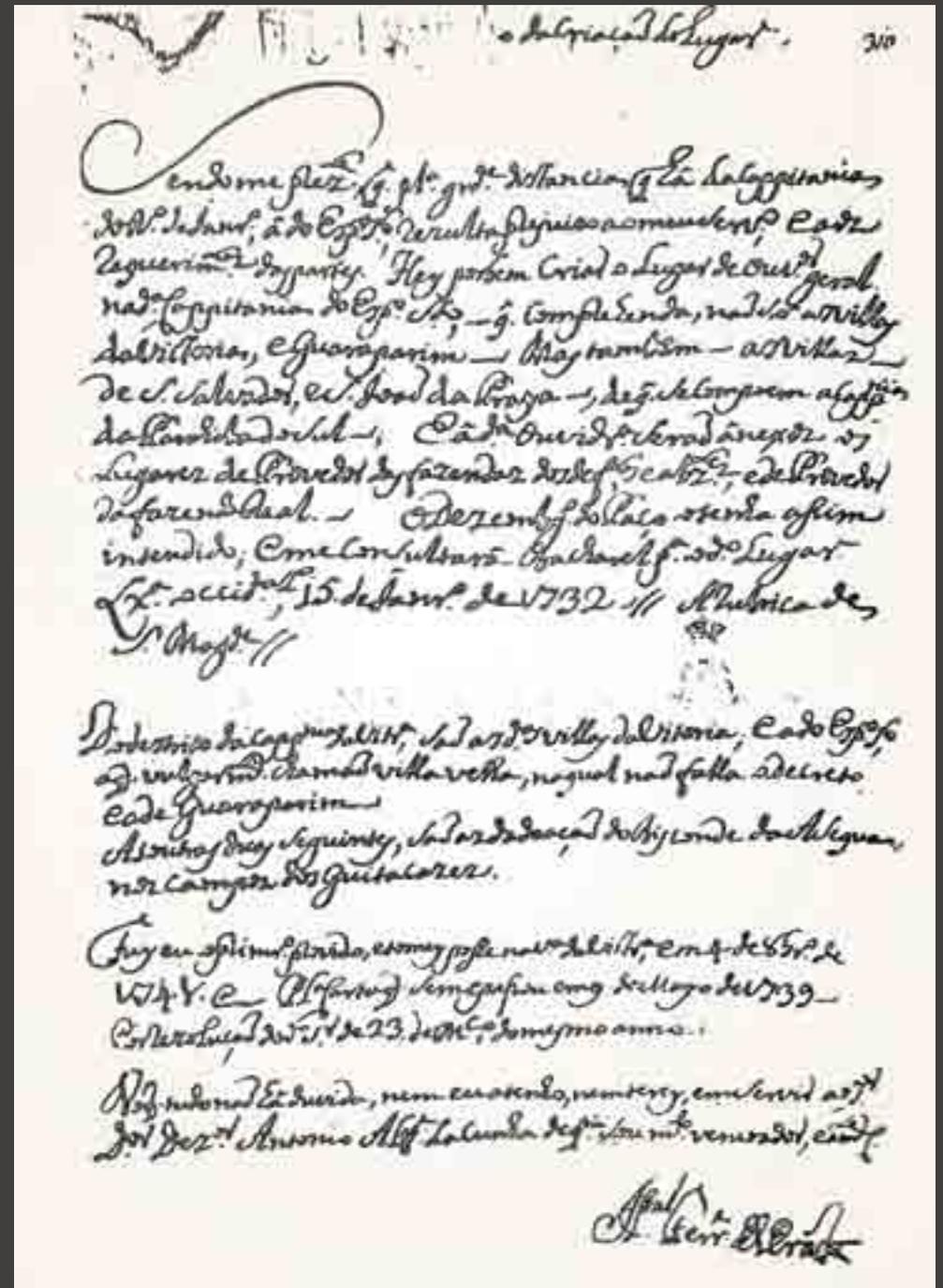
Idem. Havendo contínuas reclamações dos oficiais da Câmara da Vitória e do povo a fim de ser reconstruída e aumentada a Matriz, que já não continha o povo que concorreria aos atos divinos, mandou o governador orçar pelo engenheiro Nicolau de Abreu as despesas a fazer-se com esse conserto e reconstrução, importando o orçamento em dez mil cruzados; levando o dito governador o ocorrido ao governo da metrópole foi por carta régia de el-rei D. João V, datada de 29 de agosto deste ano, ordenado que do rendimento dos dízimos se tirasse todos os anos um mil cruzados para estas obras; mas a Matriz só mais tarde foi aumentada.²³⁶

1732. É novamente criada, a 16 de janeiro deste ano, a Ouvidoria da capitania do Espírito Santo, reunindo-se-lhe as vilas de São Salvador dos Campos dos Goitacases, e a de São João da Praia, hoje da Barra, por se convencer afinal o governo das dificuldades que havia tanto para os povos como para os ouvidores, que tinham sede no Rio de Janeiro; todavia os novos ouvidores faziam quase a residência em Campos, como se verá adiante.²³⁷

235 “Dom João, por graça de Deus, rei de Portugal [...] faço saber a vós conde de Sabugosa [...] para ser confirmada a patente [...] dos descobrimentos das esmeraldas do Rio Doce da capitania do Espírito Santo...” [Provisão régia ordenando que o conde de Sabugosa, vice-rei do Brasil, informe a respeito da entrada realizada por Francisco de Melo Coutinho Souto-Maior. 1731]

236 (a) Reedificação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória da capitania do Espírito Santo. 1731. (b) “Sou servido por resolução de 22 do presente mês e ano, em consulta do meu Conselho Ultramarino, que do rendimento dos mesmos dízimos se tirem todos os anos 400\$000rs. para a fatura da igreja e que os fregueses concorram igualmente com outros 400\$000rs. todos os anos para o corpo dela, cujas contribuições durarão até se perfazerem os ditos 10.000 cruzados, em que foi orçada a dita igreja, que há de ser feita na forma da dita planta.” [Almeida, Inventário, apud Oliveira, HEES, p. 203, nota 71]

237 (a) Criação da Ouvidoria do Espírito Santo, 15/01/1732. Conforme este documento, o primeiro a ocupar o cargo foi Pascoal Ferreira de Veras, que tomou posse em Vitória a 4 de outubro de 1741. (b) “...restaurou-o o decreto de 15 de janeiro de 1732, criando o lugar de ouvidor, provedor dos defuntos e ausentes e da Fazenda Real...” [Pizarro, Memórias, II, p. 22]



Criação da Ouvidoria do Espírito Santo, 15/01/1732. Conforme este documento, o primeiro a ocupar o cargo foi Pascoal Ferreira de Veras, que tomou posse em Vitória a 4 de outubro de 1741.

Idem. Por provisão de 3 de junho deste ano é ordenado que as apelações interpostas ao ouvidor da capitania do Espírito Santo seguissem para a Relação do Rio de Janeiro.²³⁸

1735. Em carta régia de 3 de março deste ano é concedida à Câmara Municipal de São Mateus o patrimônio de quatro léguas em quadro.

Idem. Por alvará de 6 de setembro deste ano e carta do vice-rei dos Estados do Brasil D. Marcos de Noronha é mandado que se executasse[m], com inteira inviolabilidade, os alvarás e leis sobre as liberdades concedidas aos indígenas, e que aqui na capitania foi publicado em bando e afixado nas praças públicas.

1738. Neste ano foi nomeado governador da capitania do Espírito Santo e capitão-mor Silvestre Cirne da Veiga, que logo tomou posse do cargo, mas não sabendo-se em que data, pois que não a encontramos, como também dos governadores que substituíram aquele capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu.

1739. Neste ano procede a Câmara a rigorosa cobrança dos foros dos chãos e terras por ela aforados a diversos, em virtude de patrimônio concedido pelos donatários e concessões feitas pelo capitão-mor Antônio do Couto e Almeida que tinha o caráter de delegado do donatário Ambrósio de Aguiar Coutinho, permitindo ser paga à Câmara certa quantia pelas terras de sesmarias que aforou. Nesta cobrança não foram incluídos os terrenos [de] que a Câmara em 14 de outubro de 1737 fizera doação ao Convento de São Francisco, na Lapa e perto do Campinho, a requerimento do guardião, frei Diogo de Santo Inácio, onde pudessem aqueles religiosos fazer um cais para terem suas canoas e casa para receberem esmolas, de cuja casa e cais ainda hoje se veem ruínas para os lados da Lapa e fundos da casa do Sr. Francisco Sebastião Rodrigues. Foram, pois, cobrados nessa época os seguintes foros que publicamos, para ver-se o patrimônio que tinha naquela era a antiga Câmara, e foram: de Vitória de Oliveira os chãos aforados em 1715, junto às casas de Francisco Gonçalves e Manoel Correia; de Catarina Paz, em 1717, na rua da Várzea; de Antônio Pereira, em 1718, na rua da Várzea;

238 (a) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 75. (b) “Por provisão de 3 de julho de 1732 (segundo registro à f. 325 do Livro verde da Relação da Bahia) seguiam as apelações das sentenças daquele ministro para o Rio de Janeiro.” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 22]

de Antônio da Silveira, em 1718, na rua da Várzea; de Antônio Gonçalves, em 1720, na rua da Várzea; de Agostinho Soares, em 1721, na rua da Praia; de Manoel Cardoso Pereira, em 1720, na rua do Reguinho; de José Pereira, em 1721, na rua do Reguinho; de Domingos Ferreira Ferrão, em 1720, na rua da Várzea; do capitão Luís de Souza, em 1721, na rua da Praia; de Pedro Gonçalves, em 1720, na rua da Várzea; e de Alberto de Melo, em 1731, no fim da rua *Carro de São Francisco* (a qual era antes de chegar à rua do Caramuru, antiga do Fogo, quase no fim da do General Osório, partindo do cais dos Frades Franciscanos, atravessando o lugar da casa do Sr. Francisco Sebastião Rodrigues, seguindo encostado ao morro onde está a Igreja de São Gonçalo a sair na rua de São Francisco, no princípio da rua Caramuru); de Manoel Maciel, em 1728, que foram de Bernardo Fernandes Ângelo; de Sebastião Cardoso, em 1717, não se sabe onde; do capitão Rafael Machado, em 1739, não se sabendo onde; de João Cardoso de Sá, em 1738, na rua da Várzea; de Francisco Martins Meireles, em 1720, comprados a Manoel Ferreira dos Santos; do capitão Felipe Gonçalves dos Santos, em 1740, não se sabendo onde; de Sebastião da Costa, em 1745, na rua do Reguinho; de Francisco das Candeias, em 1745, na rua do Reguinho; de Francisco Xavier, em 1748, na rua da Praia; e muitos outros desde a Lapa até as pedreiras, pois que a Câmara se achava de posse de todas as marinhas por concessão feita pelos primeiros donatários. É aqui preciso notar que uma grande data dos terrenos da rua de Cristóvão Colombo (Capixaba) pertenciam aos avós do atual tabelião tenente Antônio Augusto Nogueira da Gama, onde tinham lavoura, e que moravam na chácara hoje pertencente à viúva Chagas Pereira. Ali, em uma pedra ao lado direito e que se acha à entrada, existiu, algures, uma capela edificada pelo padre Luís Vicente, anterior a João Pereira das Chagas e D. Luíza de Miranda, que foram dela possuidores: faziam em tempo festividades.

1740. Por provisão de 22 de novembro deste ano é nomeado governador desta capitania e capitão-mor Domingos de Morais Navarro, que só prestou juramento e entrou de posse do governo a 4 de outubro do ano seguinte de 1741 perante a Câmara da vila da Vitória, juntamente com o ouvidor novamente nomeado.

1741. É criada neste ano a comarca da Vitória nesta capitania do Espírito Santo, sendo a sede na vila da Vitória independente da do Rio de Janeiro e que abrangia todo o

território compreendido nas vilas de Campos dos Goitacases, e São João da Praia ou da Barra. Só em outubro foi instalada, quando prestaram juramento e tomaram posse juntos o novo governador capitão-mor e ouvidor nomeado como se verá abaixo.²³⁹

Idem. É assassinado às 11 horas do dia 27 de junho deste ano o Dr. Manoel Pereira Botelho de Sampaio, que era juiz de fora da capitania, por Jerônimo Pereira de Barcelos.²⁴⁰ Estando à janela de um sobradinho, que ainda hoje existe à rua Dois de Dezembro, antiga do Beco, número 14, duas irmãs do mesmo Jerônimo de Barcelos, passou o Dr. Manoel Pereira Botelho de Sampaio às 11 horas do dia e dirigiu um gracejo a uma das ditas moças a respeito de sua beleza; Jerônimo de Barcelos, que se achava do lado de dentro da dita casa, já prevenido contra o mesmo doutor, lançou mão de uma pistola e, chegando à janela, desfechou um tiro no Dr. Botelho, que logo ficou prostrado, vindo a falecer na madrugada do dia seguinte, 28 de julho. Em seguida, saiu Jerônimo de Barcelos dessa então sua casa, que tem frente para a rua Grande, hoje rua de Santa Luzia, e foi refugiar-se em casa de uma amásia sua, na rua do Carmo, enquanto que a cidade se alarmava e a soldadesca perseguia o criminoso para descobri-lo; alguns soldados chegaram à casa onde se tinha homiziado Jerônimo de Barcelos e, perguntando se o tinham visto passar, o mesmo Jerônimo apresentou-se-lhe[s] indicando ter visto o criminoso ir com direção à rua da *Várzea*; e aproveitando o ensejo em que os soldados dirigiam-se para o lugar indicado, montou a cavalo e partiu para uma situação que tinha em Santo Antônio, e aí se rodeou de capangas e escravos, vivendo por algum tempo sem ser visto, tendo a casa fortificada por grandes cercas e vigiada por cães bravos e amestrados, mas, não podendo resistir ao desejo de divertir-se em uma festividade de São Miguel, na qual se faziam umas cavalhadas, apresentou-se mascarado e correu igualmente com os outros; sendo bom cavaleiro, e tendo tirado um prêmio, foi oferecê-lo, propositalmente, ao próprio governador que se achava em um palanque erigido na praça de Afonso Brás. Reconhecendo-o o governador, que tinha feito todo o possível para que ele fosse preso, deu

239 “Em 1741 foi criada a comarca do Espírito Santo compreendendo a capitania da Paraíba do Sul...” [Notas sobre a fundação da capitania do Espírito Santo] (b) “Criou-se a comarca do Espírito Santo pelo ouvidor Pascoal Ferreira de Veras, que tomou posse em 3 de outubro, e na demarcação que lhe fez unir as vilas de S. João e S. Salvador de Campos de Goitacases.” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 342]

240 “...que homiziado, em Santo Antônio na fazenda do padre Gomes de Aguiar, parente dele, conseguiu escapar à devassa que o desembargador Pascoal Ferreira de Veras veio, da Bahia, promover.” [Freire, *Capitania*, p. 188]

nessa ocasião providências acertadas no sentido de capturá-lo, o que se efetuou não sem alguma resistência, sendo Jerônimo de Barcelos, em um navio, conduzido preso e algemado para a Bahia acompanhado de um escravo que lhe fora sempre muito fiel. Ao chegar o navio à altura de Caravelas e aí fundeando à noite, o dito escravo, tomando nos braços o senhor, atirou-se com ele ao mar, e com ele nadando para a terra salvaram-se, sendo aí hospedado Jerônimo de Barcelos por um dedicado amigo que lá tinha e onde demorou-se algum tempo; daí voltou, afinal, para a capitania onde viveu em sua situação até a morte, rodeado sempre de capangas e guardado por grandes cães de fila, a fim de não ser surpreendido. Alguma fortuna que possuía a família foi consumida em ver se obtinham o perdão, vindo finalmente a morrer quase que em pobreza completa. Jerônimo de Barcelos contraíra matrimônio mesmo criminoso e teve filhos, existindo ainda hoje sua descendência, pois pertencia a uma família das mais importantes da capitania.

Idem. Tendo sido criada a comarca do Espírito Santo, e nomeados no ano antecedente governador-regente e capitão-mor Domingos de Moraes Navarro e também ouvidor da comarca o qual era do Desembargo do Estado do Brasil, provedor da Fazenda Real e da dos defuntos e ausentes, Dr. Pascoal Ferreira de Veras,²⁴¹ prestam ambos juramento perante os oficiais da Câmara e mais autoridades no dia 4 de outubro deste mesmo ano, como se vê do Livro de Registro de Juramentos, instalando-se assim com o maior regozijo a nova comarca. Fica, portanto, sanado mais este engano na história desta província.

Idem. Faz em fins deste ano o primeiro ouvidor da nova comarca da Vitória, Pascoal Ferreira de Veras, uma devassa a respeito do fogo ateado nas casas de morada à rua da *Várzea*, hoje Sete de Setembro, pertencentes a Roque da Fonseca e Catarina Paz, de cujo crime era acusada Marcela, parda, escrava de Manoel Teixeira de Barcelos. Este incêndio ia-se comunicando a muitos outros prédios como se vê da sentença ou carta de seguro lavrada e datada no ano seguinte, a 14 de outubro de 1742.

1743. É feita e assinada, a 30 de dezembro deste ano, a demarcação geral da Ouvidoria do Espírito Santo pelo ouvidor Pascoal Ferreira de Veras, na presença de

241 No original está Deveras, que corrigimos de acordo com o documento *Criação* da Ouvidoria do Espírito Santo, 15 de janeiro de 1732. O mesmo fizemos no item seguinte.

todas as autoridades e moradores dos diferentes lugares, fazendo parte da mesma Ouvidoria as vilas de São João da Praia, ou da Barra, e a de São Salvador dos Campos dos Goitacases.²⁴²

1745. Sendo nomeado governador subalterno da Bahia e capitão-mor Estêvão de Faria Delgado, que substituiu ao capitão-mor Navarro, presta juramento perante os oficiais da Câmara e entra na posse do dito cargo a 25 de março deste ano.

Idem. Retirando-se o ouvidor Pascoal Ferreira de Veras,²⁴³ é nomeado para substituí-lo como ouvidor e provedor da Fazenda Real e dos defuntos e ausentes, o Dr. Mateus Nunes José de Macedo, que prestou juramento perante os oficiais da Câmara a 5 de junho deste mesmo ano.

1747. É pela primeira vez colado o vigário da Matriz desta capital, padre João Francisco de Lírio, que neste ano fora nomeado, pois que o último vigário encomendado desta freguesia de Nossa Senhora da Vitória, padre Francisco dos Reis, ainda existia em 1746.

1748. Neste ano é nomeado governador da capitania do Espírito Santo subalterno da Bahia e capitão-mor Martinho da Gama Pereira, que prestou juramento perante os oficiais da Câmara e tomou posse a 9 de novembro deste mesmo ano, tendo já estado ocupando o lugar interinamente por nomeação dos oficiais da Câmara.

1749. É nomeado neste ano para ouvidor da capitania do Espírito Santo o desembargador Dr. Bernardino José Falcão de Gouveia, que também era provedor da Fazenda Real e dos defuntos e ausentes e que serviu até o ano de 1752.²⁴⁴

242 Carta de demarcação geral da Ouvidoria do Espírito Santo, Lisboa, 30/12/1743. [Rubim, B. C., *Memórias, RIHGB*, p. 246-52]

243 *Requerimento* do ouvidor geral da capitania do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras, ao rei [D. João V], a pedir provisão para que se tire a sua residência. 14/05/1744.

244 *Requerimento* do ouvidor geral da capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão de Gouveia, ao rei [D. João VI], a pedir provisão para servir por tempo de três anos o ofício de provedor da Fazenda da dita capitania. 11/10/1748.

1750. É neste ano avaliado o número de índios doutrinados e em paz com os moradores desta então capitania, sendo orçados pela estatística feita pelos padres jesuítas em 40.000 habitantes auxiliares.²⁴⁵

Idem. Foi neste ano concedida à igreja mais antiga da então capitania do Espírito Santo, a de Nossa Senhora do Rosário, fundada na Vila Velha, hoje do Espírito Santo, já considerada paróquia encomendada desde 1707, o título de colada, sendo seu primeiro vigário colado o padre Manoel Lopes de Abreu, que fora por muitos anos coadjutor daquela freguesia e passara a vigário por falecimento do respectivo.

1751. É elevada à categoria de paróquia, por alvará de 23 de março deste ano, a Igreja de São Mateus na então vila e hoje cidade do mesmo nome.²⁴⁶

Idem. Por provisão datada de 4 de fevereiro deste ano, é concedida ao arcediogo Antônio de Siqueira Quintal permissão para erigir na vila de Guarapari uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição e Santíssimo Coração de Jesus, a qual foi concluída com esmero, mas não existindo dela mais que ruínas, estando unicamente de pé as paredes, como tivemos ocasião de verificar.²⁴⁷

Idem. É estabelecida em data de 16 de fevereiro deste ano uma relação em Mariana, Minas Gerais, com alçada ao norte desta então capitania do Espírito Santo e ao sul até a colônia do Sacramento e os sertões de Mato Grosso, tendo portanto funcionado em feitos desta capitania.

Idem. É nomeado no ano antecedente para governador da capitania do Espírito Santo subalterno da Bahia, e capitão-mor José Gomes Borges, que prestou juramento pe-

245 Nery, *Carta pastoral*, p. 82-3.

246 (a) Rubim, B. C., *Notícia*, p. 342. (b) “Por providência de 23 de março de 1751 entrou esta igreja paroquial na classe das perpetuamente coladas” [Pizarro, *Memórias*, II, p. 89]

247 “Uma só capela filial, do título de Nossa Senhora da Conceição e Santíssimo Coração de Jesus se acha no distrito pelo cônego Antônio de Siqueira Quintal, em fazenda sua, com provisão de 4 de fevereiro de 1751. É súdita a freguesia, no eclesiástico, à vara da comarca do Espírito Santo, e no civil, ou político pertence hoje ao governo da capitania do mesmo Espírito Santo.” [Pizarro, *Memórias*, III, p. 218-9]

rante os oficiais da Câmara e tomou posse a 15 de janeiro deste ano, sendo do tempo de seu governo em diante que foram atraídos grande número de emigrantes das capitânicas de Minas e São Paulo pela fama das minas de ouro desta capitania.²⁴⁸

Idem. Sendo nomeado ouvidor e corregedor da capitania do Espírito Santo o Dr. Francisco de Sales Ribeiro, prestou juramento perante os oficiais da Câmara a 23 de julho deste mesmo ano.

Idem. É neste ano incorporada à Coroa a capitania da Paraíba do Sul, que foi depois também unida a esta capitania, ordenando-se ao seu ouvidor, Francisco de Sales Ribeiro, que tomasse posse dela em nome de D. José I, o que efetivamente fez no ano seguinte de 1753.²⁴⁹

Idem. Neste ano fez-se a estatística desta então vila da Vitória sobre os prédios existentes, encontrando-se então 1.390 fogos.

Idem. Por carta régia de 24 de março deste ano é elevada à categoria de freguesia a hoje cidade da Serra, tendo-se dado princípio a uma capela que só foi concluída em 1769; ano em que teve execução plena a dita carta régia, sendo por isso desmembrada a nova freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Serra, da de Nossa Senhora da Vitória de que fazia parte.²⁵⁰ Havia depois ali a capela sob a invocação de São José, quase no fim da rua e ao lado direito, pouco distante das estradas que seguem para Jacaraípe e Nova Almeida.

248 *Requerimento* do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, José Gomes Borges, ao rei [D. José I], a pedir ajuda de custo para poder ir à capitania da Bahia e pagar os novos direitos da sua patente. 15 de janeiro de 1751.

249 (a) Segundo *Notas sobre a fundação da capitania do Espírito Santo*, a capitania da Paraíba do Sul teria sido incorporada à coroa em 1753, permanecendo anexada à do Espírito Santo até 1832, quando passou a fazer parte da capitania do Rio de Janeiro. (b) “a Paraíba do Sul foi incorporada nesta, em 1º de julho de 1753, registra Melo Moraes. A incorporação foi na Coroa, e sujeita à ouvidoria do Espírito Santo. O visconde de Asseca obteve, em troca, 3.000 cruzados anuais.” [*Corografia histórica*, p. 343, *apud* Freire, *Capitania*, p. 171]

250 “A freguesia de Nossa Senhora da Conceição, criada em 24 de maio de 1752 no sítio da Serra, território que era da Matriz de Nossa Senhora da Vitória da capitania do Espírito Santo, cujo templo foi substituído por outro de novo ereto com provisão do reverendo bispo datada em 29 de novembro de 1769, goza presentemente a graça de igreja paroquial perpétua.” [Pizarro, *Memórias*, IV, p. 276]

Idem. Por carta-patente datada de 25 de agosto deste ano é nomeado capitão de todo o distrito das minas de Santana do Castelo (nome dado em consequência de uma alta montanha que pela configuração teve esse nome), Domingo Correia da Silveira, a fim de ali dirigir e pôr cobro às desinteligências que continuamente se suscitavam, fazendo para que se conservasse a tranquilidade entre os *bandeirantes* que no lugar denominado Arraial Velho, Caxixe, Salgado, Ribeirão do Meio e Canudal, estavam no trabalho de mineração e extração de ouro, que era em abundância.²⁵¹ Diferentes núcleos já existiam em diversas paragens com estradas ou picadas para Minas Gerais, passando pelo rio Pardo, também pelos sertões de Benevente e outra igual para a Vitória, empregando mesmo os padres da Companhia indígenas dirigidos por pessoas de sua confiança para a mineração. O fato é que já nessa época estava assentado no primeiro lugar um grande arraial e outro no Ribeirão do Meio, com muitíssimos habitantes, mas sendo continuamente atacados pelos indígenas, tinham aqueles mineiros de estar continuamente de vigia e sustentarem com eles muitos combates, e sempre prevenidos contra os assaltos à traição.

1753. Por provisão do Conselho Ultramarino datada de 1º de junho deste ano, é mandado que toda a capitania da Paraíba do Sul fizesse parte da Ouvidoria da capitania do Espírito Santo, visto tê-la D. José I comprado aos sucessores do primeiro donatário Pedro de Góes.²⁵²

Idem. Toma posse, por parte da Coroa, a 30 de novembro deste ano, na vila de São Salvador dos Campos dos Goitacases (*então organizada em república durante 11 anos*), o ouvidor da capitania do Espírito Santo, Francisco de Sales Ribeiro *com geral aplauso do povo que não podia mais suportar os amotinadores daquela então donataria*, tendo em seguida à posse o mesmo ouvidor Sales Ribeiro entregue aos cabeças de tais motins o perdão que lhes concedia el-rei.

251 “As notícias das riquezas continuamente descobertas nas Minas Gerais provocaram explorações também em terras próximas, no Espírito Santo. Assim, sucedeu, por exemplo, no Castelo, onde as buscas estenderam-se pelo Arraial Velho, Caxixe, Salgado, Ribeirão do Meio e Canudal, em torno da povoação, depois erigida em freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castelo.” [Freire, *Capitania*, p. 190]

252 (a) *Provisão* de 1º de junho de 1753, Lisboa. [In Rubim, B. C., *Memórias*, p. 90] (b) *Notas* sobre a fundação da capitania do Espírito Santo.

1754. Neste ano foi elevada à categoria de Matriz uma capela edificada pelos mineiros do *Arraial Velho* das Minas de Santana do Castelo, hoje Fazenda da *Povoação*, 30 quilômetros pouco mais ou menos acima da povoação da freguesia de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim, e numa colina entre as fazendas dos herdeiros do capitão José Vieira Machado e Francisco Vieira de Almeida, em frente à célebre gruta do Castelo. Tinha a nova Matriz a invocação de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castelo,²⁵³ contendo as seguintes povoações: *Arraial Velho*, hoje Fazenda da *Povoação* do finado capitão José Vieira Machado; *Caxixe*, à margem do rio deste nome, e pertencentes os terrenos aos herdeiros do finado capitão Honório Vieira Machado da Cunha; *Salgado*, que hoje faz parte da Fazenda do *Monte Líbano*, de propriedade do capitão Francisco de Souza Monteiro; *Ribeirão do Meio*, pertencente ao fazendeiro Joaquim Vieira Machado da Cunha; parecendo-nos também existir povoado no lugar chamado *Duas Barras*, na embocadura do rio Castelo e fazenda do capitão Pedro Dias do Prado; um documento em pergaminho e a letras de cores e dourado, concernente àquela Matriz e à irmandade ali formada, o tivemos em nosso poder e o vimos, sabendo que hoje o possui um botânico ilustre, segundo fomos informados. Era filial desta nova Matriz a Igreja de Nossa Senhora das Neves, da antiga fazenda da *Muribeca* (derivado de *mooro* ou *murú*, mantimento, e *pecu*, farto), que pertencia aos jesuítas.²⁵⁴

Idem. Estabelecem Pedro Bueno e Baltazar Caetano Carneiro o primeiro engenho, montado na aldeia dos índios de Itapemirim (nome derivado de *ita*, pedra, *pe*, caminho, *mirim*, pequeno), construindo logo em seguida uma capela no lugar hoje chamado Fazendinha, à margem do rio Itapemirim e pouco distante da povoação do Caxanga, em cujo engenho se fazia aguardente e açúcar.²⁵⁵ Esta capela, dedicada a Nossa Senhora do Amparo, e não do Patrocínio, como muitos julgam, serviu

253 “No mesmo decênio foi, em 1752, instituída a paróquia da Serra; dois anos depois, a de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castelo...” [Freire, *Capitania*, p. 195]

254 “1ª A de Nossa Senhora das Neves, na fazenda Muribeca, edificada a princípio da madeira por Anchieta em 1581 e substituída em 1748 pela atual que é de pedra. Gozou do benefício de curada, hoje, porém, está quase abandonada.” [Nery, *Lembranças*, p. 122]

255 (a) Nery, *Lembranças*, p. 121. (b) “Os primeiros que em 1754 se estabeleceram nesta então aldeia, foram Pedro Bueno e Baltazar Carneiro, fazendo uma engenhoca de açúcar no lugar denominado fazendinha...” [Gomes Neto, *História das mais importantes minas, RIHGB*, 55:48]

pelo tempo adiante de matriz, até erigir-se a nova mais tarde na própria sede da freguesia por frei Casas Novas.²⁵⁶ O Caxanga, lugar da povoação, era pertencente à família de Domingos de Freitas Bueno Caxanga,²⁵⁷ que mais adiante se verá, pouco distante do lugar em que se estabelecera Pedro da Silveira. Desta data principiou o aumento do Itapemirim, e a ser conhecido pela grande comunicação havida com os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Minas do Castelo, e mesmo com Minas Gerais, principiando muitos a estabelecer-se com lavouras, trigo, engenhos de cana e outros, e assim dando incremento ao seu desenvolvimento até ser criada paróquia aquela povoação.

1755. É ereta neste ano, no hoje largo da Conceição,²⁵⁸ a Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, por faculdade concedida pelo bispo da Bahia ao ajudante militar Dionísio Francisco Frade, em provisão datada de 22 de janeiro deste ano.²⁵⁹ Dionísio Francisco Frade teve de lutar com os moradores que se achavam estabelecidos nos arredores do dito lugar, em consequência de um córrego que passava por detrás da dita igreja, e que ele pretendia tapar para poder fazer essa edificação, o que só depois de muito custo conseguiu, aterrando não só o córrego como terrenos ao lado da igreja onde pretendia fazer o cemitério. O mar nessa época chegava até quase perto da capela, fazendo uma pequena praia, e introduzia-se pelo canal chamado *Reguinho* e mangues que tomavam a rua do Piolho e iam até os Pelames; as marés batiam então à beira da antiga Fortaleza de São Diogo, em frente à hoje rua do General Câmara, e por onde entravam barcos que carregavam no trapiche que se fez nas casas hoje do Sr. Pereira, sendo mais tarde este trapiche no local em que está a casa do Sr. José Antônio dos Santos, no largo da Conceição. Foi

256 “Desapareceram a primeira matriz que serviu até 8 de outubro de 1825 na fazendinha, e bem assim a que era sita em frente ao porto do Caxanga, hoje Praça do Cruzeiro e que serviu de matriz sem capela-mor...” [Nery, *Lembranças*, p. 122.]

257 A grafia Caxangá se consagrou tanto para o apelido do desbravador como para a povoação.

258 Localizada no centro de Vitória e atualmente denominada praça Costa Pereira.

259 “...o ajudante militar Dionísio Francisco Frade obteve provisão para erguer um pequeno templo a Nossa Senhora da Conceição. Foi construído no prolongamento da rua da Praia, vulgarmente denominado – Prainha, mais ou menos, no ponto onde a moderna rua Graciano Neves atinge a praça da Independência. Dionísio Francisco Frade foi, a esse tempo, estrênuo defensor do que ainda restava aos beneditinos, cujo mosteiro, nas proximidades dessa capela, tivera também o título de Nossa Senhora da Conceição.” [Freire, *Capitania*, p. 194]

instituída, então, uma irmandade sob orago da mesma Senhora e sempre rezadas ladainhas todos os sábados, costume que ainda até hoje se conserva. Eram muito devotos daquela imagem os pescadores que faziam promessas e donativos, celebrando-se festas pomposas. Hoje está a igreja em ruínas e empobrecida, apesar da doação feita de prédios pelo fundador que também doara um escravo de nome Brito unicamente para tratar e zelar a igreja.

Idem. Por alvará de 7 de junho deste ano é criada a vila de Benevente, nome dado à antiga aldeia de *Reritiba* (derivado de *rerí*, ostra, *tiba*, lugar), em honra do padre jesuíta José de Anchieta.

1757. É elevada a freguesia a aldeia dos Santos Reis Magos, hoje vila de Nova Almeida, por provisão de 12 de novembro deste ano, tendo ela execução e instalando-se em janeiro de 1760, juntamente com a vila.²⁶⁰

1758. Sendo nomeado juiz de órfãos da vila da Vitória e seu termo o Dr. José Cardoso Pereira, presta o mesmo juramento perante os oficiais da Câmara e toma posse do cargo a 20 de janeiro deste mesmo ano. Este juiz de órfãos foi mais tarde, em 1769, nomeado também juiz das medições, prestando juramento do cargo a 15 de abril deste ano.

Idem. Por alvará de 8 de maio é determinado que se elevasse à categoria de vila a já freguesia dos Reis Magos, sob a denominação de vila de Nova Almeida, e que se elege-se um juiz de órfãos, três vereadores, um procurador do Conselho, um alcaide servindo de carcereiro, um escrivão e um porteiro.²⁶¹

1759. Por alvará do 1º de janeiro deste ano é elevada a aldeia de Reritiba à categoria de vila sob a denominação de vila de Benevente, em memória ao padre José de Anchieta que, julga-se, ter isso pedido.²⁶²

260 Nery, *Carta pastoral*, p. 50.

261 (a) “...que o padre Santa Maria chamou Paróquia dos Índios, se criou uma freguesia, por execução à ordem régia comunicada em carta do secretário de Estado a 8 de maio de 1758.” [Pizarro, *Memórias*, V, p. 87]

262 (a) Nery, *Carta pastoral*, p. 15. (b) Vasconcelos, *Ensaio*, 202. (c) Rubim, F. A. *Memórias*, p. 11.

Idem. Em carta régia de 2 de janeiro deste ano é explicada a maneira de erigirem-se vilas e fazerem-se as despesas das paróquias e antigas aldeias dos índios de Reritiba e Reis Magos, e como já dissemos só foram elas instaladas em 1760.

Idem. Por provisão datada deste ano é nomeado governador-regente ou subalterno na capitania do Espírito Santo e capitão-mor Gonçalo da Costa Barbalho, que prestou juramento e tomou posse a 7 de agosto deste mesmo ano, indo residir na casa que existiu na rua do Carmo, sobrado que servia de palácio dos capitães-mores, segundo julgamos, e onde hoje nada há e só chãos vazios.²⁶³ Esse sobrado era de portadas vermelhas e mais tarde pertenceu ao Sr. coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, e dele foram tirados materiais para a Capela do Senhor dos Passos, tendo uma frente para os Pelames e outra para a rua da Capelinha.

Idem. Para chegarmos ao ponto que desejamos sobre a expulsão dos jesuítas desta capitania, preciso nos é que façamos uma divagação antes de descrever esse importante fato. A 19 de janeiro deste ano havia sido passado em Lisboa o alvará para expulsão dos padres da Companhia de Jesus, tanto do reino de Portugal como de suas possessões; a 21 de julho havia sido dirigida ao vice-rei do Brasil, conde de Bobadela, a carta régia ou de prego para o mesmo fim; em 3 de setembro²⁶⁴ principiaram as ordens secretas para essa expulsão, não só no Rio de Janeiro e províncias, como também preparativos para a capitania do Espírito Santo, a fim de prenderem-se os ditos padres que se achassem no colégio da vila da Vitória, nas casas dos Santos Reis Magos, Benevente e Muribeca, e também na Aldeia Velha do Campo, Guarapari, Fazenda de *Araçatiba*, sítios e currais da *Porta*, do *Sacramento*, de *Camboapina*, *Beritiba* no Jucu, *Junema* na barra do rio *Araçatiba*, *Palmares* e *Ponta da Fruta*; sendo a ordem para sequestro geral de todos os bens pertencentes aos jesuítas expedida a 28 de dezembro deste mesmo ano pelo mesmo conde de Bobadela, e já quando se achavam presos todos os ditos jesuítas. Com efeito, a 4 de dezembro deste

263 Segundo *requerimento* de Gonçalo da Costa Barbalho, ao rei [D. José I], a pedir à secretaria entregue os seus papéis de quando foi capitão-mor da capitania do Espírito Santo [9 de julho de 1761], este governador-mor teria permanecido no cargo até 1761.

264 Carta que S. Majestade fidelíssima dirigiu em 3 de setembro de 1759 ao [...] cardeal patriarca de Lisboa reformador geral da Companhia [...] de Jesus [...] com o motivo da expulsão [...] dos regulares da mesma companhia. (b) *Lei* dada para a proscricção, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios.

ano de 1759 chega a esta capitania e achava-se no próprio colégio da Companhia de Jesus o desembargador da Relação do Rio de Janeiro, Dr. João Pedro de Souza de Siqueira Ferraz, com o escrivão de capelas e resíduos desta diligência, José Pereira de Brito, que fora nomeado no dia 1º de dezembro do dito ano, ao partir o navio do Rio de Janeiro.²⁶⁵ O desembargador Dr. João Pedro de Souza de Siqueira Ferraz fora nomeado a 10 de novembro deste mesmo ano pelo conde de Bobadela para o fim de, *desocupando-se de todo e qualquer emprego em que estivesse na Relação, passasse sem perda de tempo à capitania do Espírito Santo e sendo nela fosse imediatamente ao Colégio dos Jesuítas e pusesse-lhe logo cerco com a guarda que levava consigo e mais gente se fosse preciso*, pelo que recomendava ao capitão-mor da capitania, que era Gonçalo da Costa Barbalho, que se prestasse a acompanhá-lo à sua ordem; e indo com o Dr. Siqueira Ferraz o escrivão que fora nomeado à escola do mesmo desembargador, metesse logo em rigoroso sequestro tudo que no dito colégio, casas e fazendas fosse encontrado, fazendo formal inventário, tanto dos bens móveis como dos de raiz, rendas ordinárias e pensões, escravos e gados, averiguando quais os bens pertencentes à dotação e fundação do dito colégio e os que depois se agregaram contra a disposição da ordenação L. 2º T. 16 e § 18, declarando-se os rendimentos certos e incertos, sendo reclusos os ditos padres no convento até final conclusão e fazendo-se o mesmo nas outras casas, fazendas e aldeias e sendo enviados juntamente todos para o colégio do Rio de Janeiro debaixo de boa guarda.²⁶⁶ Trazia ainda o Dr. Siqueira Ferraz um bando para ser publicado na vila da Vitória e em Vila Velha, para notícia geral de serem presos todos os padres e irmãos sem que algum ficasse; apreendidos todos os papéis e deixando um sacerdote do hábito de São Pedro para nas fazendas serem administrados os sacramentos, podendo arbitrar ordenado, mas sendo essas nomeações depois feitas pelo vigário da vara por ordem que viria do bispo, isto tudo em cumprimento à carta de el-rei

265 (a) “No dia 4 de dezembro desse ano, chegou a Vitória o desembargador Dr. Siqueira Ferraz, com ordem de sequestro, encontrando no colégio os RR. padres Rafael de Jesus (reitor), Manoel das Neves, Fabiano Martins, Antônio Pires e Pedro Gonçalo.” [Nery, *Carta pastoral*, p. 83] (b) “Chega num navio com pesado aparato militar, vindo da província do Rio de Janeiro, o desembargador Dr. João Pedro de Souza e Siqueira Ferraz”, 04/12/1759. [Leite, *HCJB*, VI, p. 141-2]

266 (a) *Ofício* do conselheiro Manoel Estevão de A. de Vasconcelos Barberino para Tomé da C. Corte Real, em que se refere desenvolvidamente ao sequestro geral dos bens pertencentes aos padres da Companhia de Jesus. Bahia, 25 de março de 1760. (b) “Vindo a fazer o valor principal de todos os bens de raiz, que até o presente tenho sequestrado ao colégio desta cidade a quantia de 223:035\$000rs e os seus rendimentos anuais a de 13:325\$320rs...” [*Ofício* do conselheiro Manoel de Almeida de Vasconcelos Barberino para Tomé J. da Costa Corte Real, sobre o sequestro dos bens dos jesuítas, informando acerca das avaliações e rendimentos dos bens. Bahia, 14/04/1760]

D. José I datada de 21 de julho e lei de 3 de setembro do mesmo ano, o que foi cumprido, como se verá. O navio partira do Rio de Janeiro no dia 1º de dezembro de 1759, com a tropa e o escrivão nomeado nesse mesmo dia, como se vê exarado na própria ordem do conde de Bobadela onde está esse ato feito pelo desembargador Siqueira Ferraz. Chegaram no dia 4, nesse mesmo dia desembarcaram todos, indo o desembargador Dr. Siqueira Ferraz logo cercar o Colégio dos Jesuítas, e apresentando ao capitão-mor Gonçalo Barbalho a carta de prego que trazia, ficando este muito assustado e timorato, segundo conta-se, mas acompanhando o Dr. Siqueira Ferraz na diligência, sendo mandado ler o bando enviado pelo conde de Bobadela. Entrados no colégio nele se acharam seis padres e eram eles o reitor padre Rafael Machado, padre Miguel da Silva, padre Manoel das Neves, padre Fabiano Martins, padre Antônio Pires, padre Pedro Gonçalo, fazendo-se logo o arrolamento de todos os bens encontrados como determinava a ordem ou a carta de prego. No dia 7 do dito mês, três dias depois da chegada do desembargador Dr. João Pedro de Souza Siqueira Ferraz, foram os ditos padres embarcados no navio que se achava em frente ao trapiche dos mesmos jesuítas, hoje cais do Imperador, tendo eles saído do colégio e caminhado com a cabeça curvada sobre os peitos e os braços cruzados, acompanhando-os parte do povo, que, segundo se diz, chorava ao vê-los embarcar. Foi ainda lido outro bando e antes de seguirem para bordo, e ali estiveram vigiados até serem presos os restantes que eram em número de treze, segundo consta, os que estavam nas casas e fazendas da mesma Companhia, e que foram, afinal, também embarcados, enquanto que o desembargador Siqueira Ferraz prosseguia em diligência onde eles tinham casas e bens.²⁶⁷

1760. É visitada a 19 de janeiro deste ano pelo visitador geral reverendo Pedro da Costa Ribeiro a freguesia dos Reis Magos, ordenando ali ao vigário da *nova freguesia* padre José Correia de Azevedo que continuasse a fazer os apontamentos nos mesmos livros em que faziam os padres jesuítas, pelo que se vê ser nesta ocasião que ela foi empossada.

Idem. A 10 de junho deste ano é feita a demarcação da vila de Nova Almeida, achando-se presentes os índios e seu capitão-mor Dionísio da Rocha, ficando-se no com-

267 (a) “No dia 7 do mesmo mês deixavam os padres da Companhia de Jesus o Espírito Santo, embarcando, no lugar chamado hoje cais do Imperador.” [Nery, *Carta pastoral*, p. 83] (b) “De batina, capa preta e crucifixo no peito, todos os padres da Companhia de Jesus na capitania do Espírito Santo embarcaram rumo ao Rio de Janeiro e ao exílio”. 22 de janeiro de 1760. [Leite, *HCJB*, VI, p. 142]

bro da praia o primeiro marco divisório, no lugar *Itranha*, hoje *Jatranha*, entre *Capuba* (derivado de *caa*, mato, e *puba*, apodrecido), e *Jacaréipe* (derivado de *jacaré*, crocodilo, *i*, água, *pé*, caminho), e prosseguindo ao norte fincaram o último marco divisório no dia 24 do mesmo mês no lugar conhecido por *Cambori* ou *Cabori* (derivado de *caa*, mato, e *huri*, palmeira), tendo-se medido para a vila do primeiro ao último marco nove léguas, novecentas e três meias braças.

Idem. É instalada a 15 de julho deste ano a vila de Nova Almeida, em virtude da ordem do vice-rei do Brasil, e pelo ouvidor e corregedor da Câmara do Espírito Santo Francisco de Sales Ribeiro, havendo por essa ocasião muitos festejos e lavrando-se o auto respectivo, sendo nesse mesmo dia eleitos para juiz ordinário João da Costa, e para vereadores Estanislau Pereira, Manoel Ramos e Antônio Dias, procurador do Conselho Antônio Gomes Correia, para alcaide e carcereiro Manoel de Bulhões, para escrivão de armas Eusébio das Neves e para porteiro Pedro Dionísio.

Idem. A 9 de agosto, presentes os moradores da Serra e Nova Almeida, o juiz ordinário, o capitão-mor dos índios, o vigário e membros da Câmara, é feita a composição pedida sendo lavrada a 12 do mesmo mês e publicada a sentença de medição, divisas e demarcação da vila de Nova Almeida, com seis léguas de fundo para o sertão contadas em rumo de leste a oeste. Neste ano exportava aquela vila para a da Vitória 1.000 arrobas de algodão, 1.500 alqueires de milho, 300 alqueires de feijão, 2.000 alqueires de farinha, 3.000 dúzias de tabuado, afora toras de jacarandá, canoas, gamelas, azeite de mamona, e peixe em grande quantidade.

1761. É instalada a 14 de fevereiro deste ano a vila de Benevente pelo ouvidor desta capitania Francisco de Sales Ribeiro, sendo suas divisas por Guarapari, a lagoa de *Maimbá*, e por Itapemirim, o monte *Agá*, com os fundos que tivesse do litoral para o sertão.

Idem. É neste ano levantada uma planta da cidade da Vitória sem conhecer-se seu autor, e que é hoje de propriedade particular, sem saber-se como, sendo de propriedade provincial, veio a parar em mão particular.²⁶⁸

²⁶⁸ Caldas, *Topográfico* da barra e rio do Espírito Santo o qual dá nome a toda essa capitania para se verem com distinção todas as vilas, fortalezas, portos e ilhas. 1761.

Idem. Neste ano é remetida de Lisboa a esta capitania a cópia das sentenças proferidas pelo Tribunal do Santo Ofício e da Relação Secular, contra o padre Gabriel de Malagrida em data de 20 de setembro deste mesmo ano, cujo original possuímos, parecendo-nos ter sido enviado a algum dos *irmãos* que pertenciam aos expulsos padres da Companhia de Jesus.²⁶⁹

Idem. Por provisão dos oficiais da Câmara da vila da Vitória é nomeado o capitão de ordenanças, Baltazar da Costa Silva, para governar interinamente como capitão-mor a capitania do Espírito Santo, tendo o mesmo prestado juramento a 19 de outubro deste mesmo ano e tomado posse do dito cargo.

1762. Sendo por provisão deste ano nomeado governador e capitão-mor da capitania do Espírito Santo Anastácio Joaquim Moita Furtado, presta o mesmo juramento e entra na posse do dito cargo a 8 de agosto deste mesmo ano.²⁷⁰

1765. Por provisão do bispado da Bahia, datada de 14 de setembro deste ano, é levantada nesta então vila da Vitória a Capela de Nossa Senhora do Rosário, a requerimento de uma irmandade instituída por pretos, devotos daquela Senhora.²⁷¹

1766. É levantada neste ano pelo engenheiro José Antônio Caldas uma planta do Forte de Nossa Senhora do Carmo, que existiu no lugar em que está hoje colocada a casa e trapiche do Sr. José Francisco Ribeiro, e que fora reconstruído em 1730 por ordem do vice-rei.²⁷²

Idem. Por carta régia de 22 de março se determinou que fosse criado nesta então capitania um regimento de Infantaria de Milícias e duas companhias de Cavalaria.²⁷³

²⁶⁹ *Processo* do padre Gabriel Malagrida. 29/12/1760 – 20/09/1761.

²⁷⁰ *Requerimento* do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Anastácio Joaquim Moita Furtado, ao rei [D. José I], a pedir que satisfaça seu soldo do tempo esperado para tomar posse da capitania do Espírito Santo. 23/09/1763.

²⁷¹ (a) Nery, *Carta pastoral*, p. 28. (b) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 92.

²⁷² Caldas, *Planta e fachada do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo*, 04/01/1766.

²⁷³ Rubim, F. A., *Memórias*, p. 11.

Idem. Por provisão do princípio deste ano é nomeado ouvidor da capitania do Espírito Santo o Dr. José Ribeiro Guimarães Ataíde, o qual prestou juramento e tomou posse do dito cargo a 25 de junho deste mesmo ano, constando ter servido esse cargo até o ano de 1777.

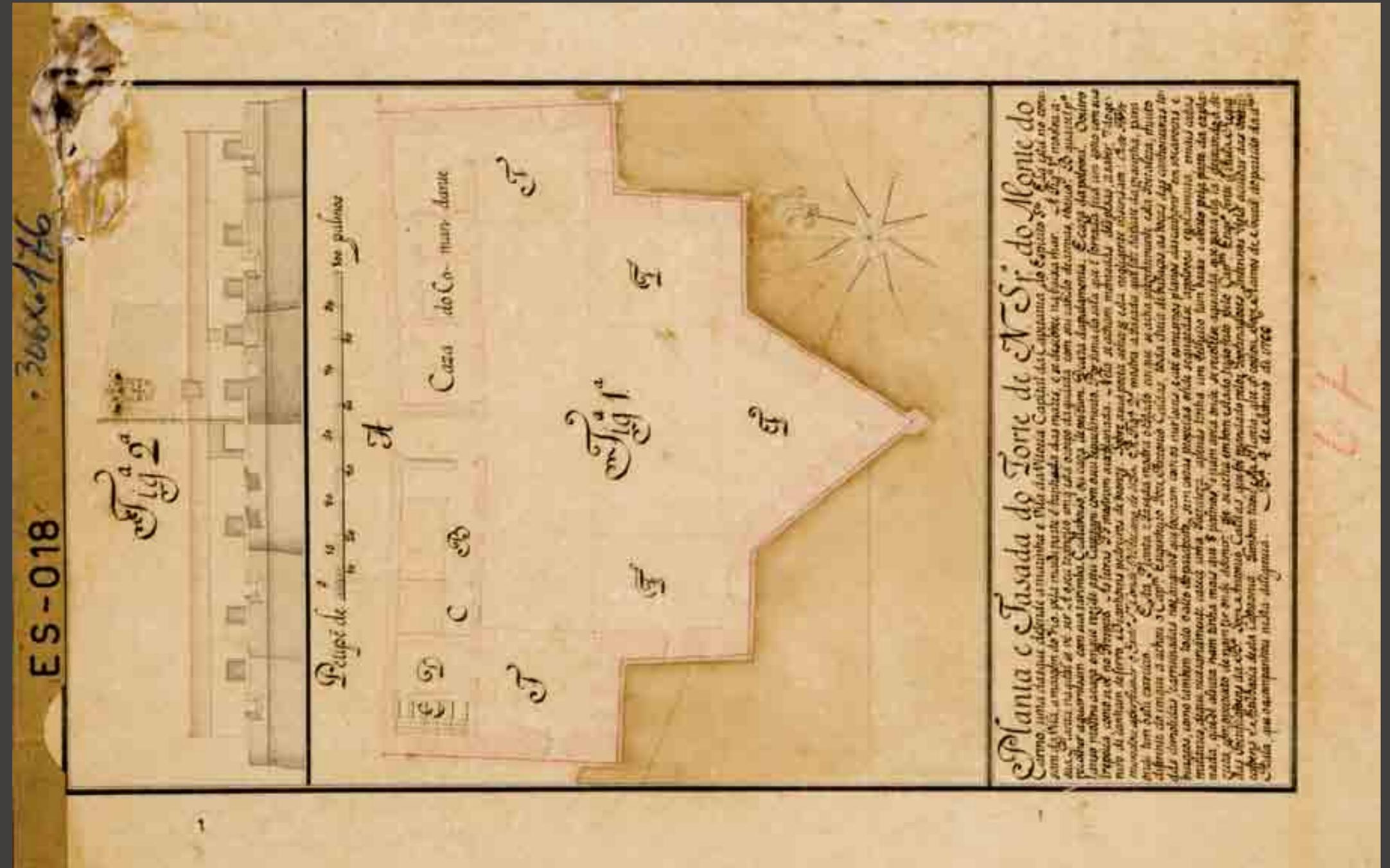
Idem [no original, 1751]. É levantada pelo engenheiro José Antônio Caldas, por ordem do vice-rei conde de Azambuja, uma planta do Forte de São Diogo, que existiu na quina da rua e ladeira do mesmo nome, em frente à hoje rua do General Câmara. Naquela época ainda o mar banhava o rochedo em que era ela colocada, existindo ao lado direito um trapiche onde desembarcavam os agricultores trazendo açúcar, aguardente e farinha, e ao lado direito e em frente um armazém com o nome de *estanque*, no local de uma casa nova pertencente ao Sr. Manoel Ferreira da Silva; este *estanque* tinha portas para o mar do lado da dita rua do General Câmara, onde atracavam as lanchas.

1767. É levantada uma vista e perspectiva da vila da Vitória pelo engenheiro José Antônio Caldas e tirada com auxílio da *câmara obscura*. Foi esta a segunda vista tirada desta hoje cidade.

Idem. Segundo uma memória escrita por Luciano da Gama Pereira e notícias de outros, houve no 1º de agosto deste ano, às 8 horas da noite, nesta hoje cidade da Vitória, um tremor de terra que durou alguns minutos, tendo causado um grande pânico à população, pelo que procedeu-se a preces e mandou-se vir por promessas que se fizeram, e para a Igreja da Misericórdia a imagem da Senhora Mãe dos Homens, tendo-se instituído nessa ocasião uma irmandade sob a dita invocação.²⁷⁴

Idem. São neste ano levantadas por ordem do capitão-general conde de Azambuja diversas plantas e perspectivas das fortalezas e fortes da capitania pelo engenheiro José

274 “O povo mandou vir uma imagem de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e constituiu uma irmandade na capela da Misericórdia, devoção pouco depois introduzida na vila de Campos e no Caraça. A tradicional imagem com a descuidada demolição dessa capela, vendida em 1907, foi levada para a pequena igreja de Vila Rubim, onde se encontra.” [Freire, *Capitania*, p. 203]



Caldas, José Antônio (capitão). *Planta e fachada do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. Bahia, 4 de janeiro de 1766. Acervo do Arquivo Histórico do Exército.

Antônio Caldas,²⁷⁵ sendo a primeira a do Forte de São João, em frente ao Penedo, que havia sido reparado e montado em 1765 por ordem do então governador interino da capitania. A 10 de outubro levanta o mesmo engenheiro uma planta topográfica da ilha do Boi e suas adjacências,²⁷⁶ parecendo por isso que o governo da metrópole tinha em vista fortificar esta ilha para servir de fortaleza à entrada da barra, e no sentido de se cruzarem em caso de necessidade o fogo da projetada fortaleza da ilha do Boi²⁷⁷ com o da Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, antigo Piratininga, nome este derivado de *pirá*, peixe, *tinga*, seco. É ainda levantada uma outra planta do porto e Forte de São Tiago, que era acima do lugar em que hoje está o cais do Imperador, e onde existe ainda um paredão na praça do Rubim e com frente para a baía; este forte ou fortaleza também foi conhecido com o nome de Nossa Senhora da Vitória, em memória da vitória alcançada contra os holandeses naquela localidade e em que muitas mulheres se distinguiram.²⁷⁸ Ali naquele hoje paredão se davam, no princípio deste século, as salvas nos festejos nacionais. Também foi levantada neste ano pelo mesmo engenheiro a planta do Forte de São Maurício ou Santo Inácio, como era também conhecido, e que se achava à beira-mar, ao lado de uma pedra que existia no lugar em que hoje está a casa e padaria na quina da rua do Comércio e do General Osório. O forte tinha um nicho, como já dissemos, com a imagem de São Maurício, a qual ainda hoje se encontra em um derrocado altar que existe nas antigas catacumbas dos padres da Companhia de Jesus.²⁷⁹

Idem. Neste ano o marquês de Lavradio, capitão-general e governador da Bahia, enviou para esta capitania a Companhia de Infantaria conhecida por *Companhia do Pin-*

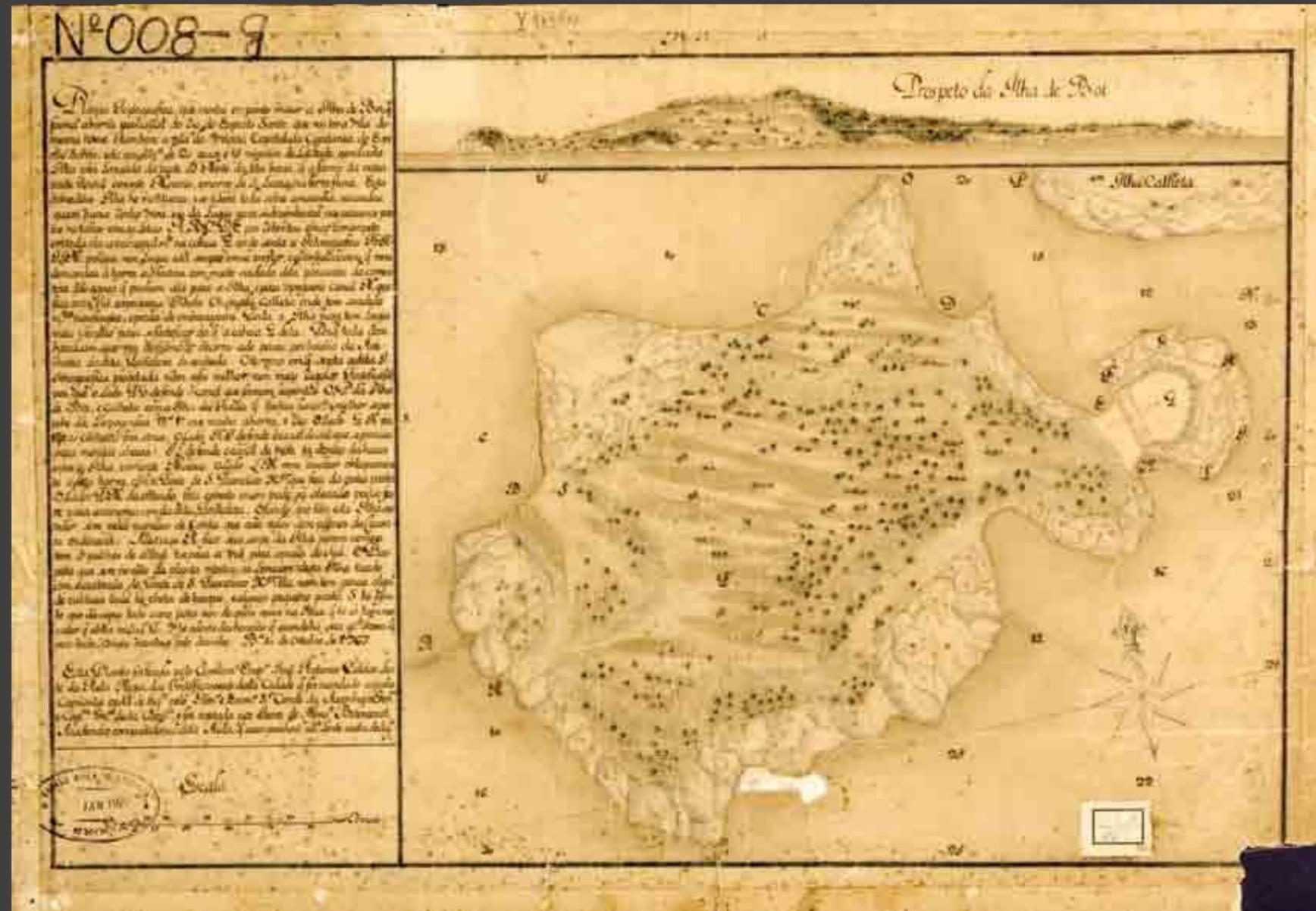
²⁷⁵ “Engenheiro militar, professor (da aula militar da Bahia), realizou obras na ilha do Príncipe e de São Tomé, projetou reforma da catedral da Bahia, fez numerosas plantas do interior e do litoral do Brasil, inspecionou e escreveu sobre lugares e regiões da colônia.” [Oliveira, *HEES*, p. 221, nota 31]

²⁷⁶ Caldas, *Planta topográfica que mostra em ponto maior a ilha do Boi que forma a barra principal do rio do Espírito Santo*, 1767.

²⁷⁷ (a) Caldas, *Planta, perfil e fachada que mostra em projeto a fortaleza que se pretende edificar na cabeça da ilha do Boi*, Bahia, 4 de janeiro de 1767. (b) *Ofício* do governador marquês de Lavradio para Francisco X. de Mendonça, em que promete empregar todos os seus esforços para a rápida construção da nova fortaleza na ilha do Boi, da capitania do Espírito Santo. Bahia, 28 de abril de 1768. [Almeida, *Inventário*, II, 193, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 221, nota 30]

²⁷⁸ Caldas, *Planta e fachada do Fortinho de São Tiago, que está situado dentro da vila da Vitória, capital da capitania do Espírito Santo*.

²⁷⁹ Caldas, *Planta e fachada do Fortinho de S. Inácio ou S. Maurício na vila da Vitória, capital da capitania do Espírito Santo*.



to, pertencente ao *Regimento Alvim*, para que, unida à Companhia de Infantes que havia, se formasse uma companhia de 60 infantes.²⁸⁰ A falta de tropa para diversos misteres tinha feito com que se reclamasse daqui aumento de número de praças, ao que o marquês de Lavradio anuiu, como se vê, mandando maior número de praças, para, com as que aqui se achavam, acudir às necessidades.

1769. Tendo ido à vila de Nova Almeida o ouvidor e corregedor Dr. José Ribeiro Guimarães de Ataíde, ali abre correição a 27 de junho deste ano, e reserva do sequestro dos bens que haviam pertencido aos jesuítas, aqueles que eram destinados ao culto divino e que ficaram pertencendo à Matriz de Nova Almeida, fazendo arrecadação do resto e trazendo para a vila da Vitória.

1770. Neste ano é descoberta por Tristão da Cunha a ilha da Ascensão ou da Trindade, a 108 quilômetros a este da barra desta cidade, a qual é desabitada por insalubre. Algum tempo, consta ter servido a mesma para depósito de gado, onde iam sair-se alguns navios, dizem pessoas que lá têm ido a ver nela muitos répteis venenosos.

Idem. Por exigência do capitão-mor governador, que não podemos saber quem era e que estava governando a capitania, vem este ano do Rio de Janeiro um ouvidor para fazer as divisas e demarcações da capitania do Espírito Santo ao norte e sul, a leste e a oeste do litoral, tendo por causa as desinteligências havidas com as capitanias limítrofes, procedendo-se aos trabalhos de conformidade com a carta régia de 11 de junho de 1534. Foram as antigas divisas conservadas, mas perdendo esta capitania bastante de seu território nos fundos com Minas Gerais.

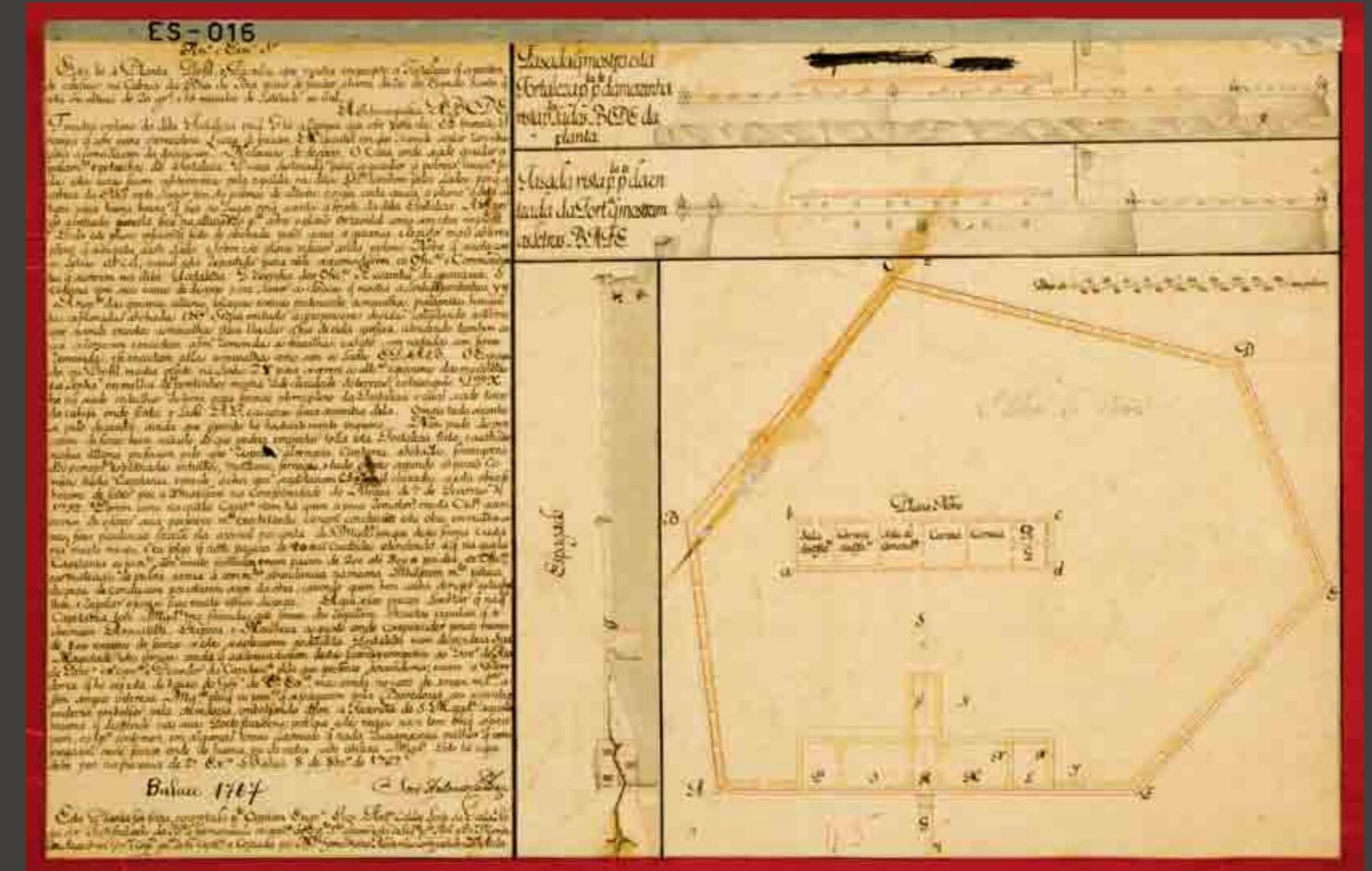
Idem. Neste ano, estando concluída a Capela de Nossa Senhora da Conceição, erigida na vila da Serra, é mandado que a antiga Capela de São José e povoação fizessem parte da dita vila. Esta Capela de São José foi a primeira ali fundada em um monte ao lado direito da estrada para Jacaraípe e para Nova Almeida. Em princípios deste século subsistia ainda, havendo ainda aqui pessoas que nela assistiram [a] atos religiosos, mas hoje só dela existem vestígios em ruínas quase extintas.

280 (a) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 96. (b) Rubim, F. A., *Memórias*, p. 11.

1771. Havendo os índios puris atacado continuamente as povoações das minas do Castelo, dão causa a grande mortandade de parte a parte, sendo surpreendidos por muitas vezes os habitantes daquelas paragens; em uma ocasião travou-se tão sanhudo combate e a carnificina foi horrível, segundo nos relatou, em 1865, uma velha moradora daquele lugar, hoje falecida e que residia na casa do finado major Antônio da Silva Póvoa. Em uma ponte que atravessava da montanha em frente e onde existe a *gruta do Castelo*, para a colina onde existia a Igreja e Matriz de Nossa Senhora da Conceição, foi onde a peleja travou-se com maior rancor, sustentando os mineiros aquela posição a dar tempo a que as mulheres e crianças pudessem fugir para fora da povoação e refugiar-se no baixo Itapemirim;²⁸¹ depois de muito lutar-se ali e na esplanada, foi derribada a ponte a golpes de machado, precipitando-se esta e muitos indígenas no vale que ali existe. Sendo grande o número de silvícolas e não podendo nem tendo forças para resistir, os poucos mineiros que restavam abandonaram aquelas paragens deixando-as desertas, vindo estabelecerem-se alguns no Itapemirim e próximo ao mar. Assim acabaram aquelas prósperas povoações, onde com insano trabalho mudaram os mineiros o curso do rio Castelo, abrindo um largo canal em rocha viva e em uma grande extensão, como se vê no campo da Fazenda do *Centro*, pertencente ao Sr. Moura, em canais na fazenda da povoação e em outros trabalhos na Fazenda da *Crineia*, no *Ribeirão do Meio* e no *Caxixe*; existindo ainda hoje imensos montículos de areias à margem dos rios e córregos provenientes das lavagens que faziam para extrair o ouro, que ali há em abundância. Ainda depois de mudados os habitantes e abandonados inteiramente aqueles lugares, foram os povoadores de Itapemirim e arredores por muitas vezes atacados pelos índios, tendo de defenderem-se às vezes com perda de muitas vidas. Neste ano, pois, abandonadas inteiramente as *minas de Santana do Castelo*, foi despojada da categoria de matriz a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e transferido o batistério para a antiga Igreja de Nossa Senhora do Amparo da vila de Itapemirim.²⁸² Ali fomos há poucos anos e vimos ainda árvores frutíferas plantadas pelos primeiros povoadores das minas do Castelo, ruínas de habitações e da Matriz e, em escavações feitas, vimos restos de vasilhame e instrumen-

281 Freire, *Capitania*, p. 207.

282 Rubim, B. C., *Notícia*, p. 342.



Caldas, José Antônio. Planta topográfica que mostra em ponto maior a ilha do Boi que forma a barra principal do rio do Espírito Santo. 1767.

tos agrários; também visitamos a célebre caverna, espécie de gruta de Carnac e onde encontramos restos de ossadas dos indígenas, mas já em estado de calcinação, parecendo ser aquela célebre gruta o cemitério ou catacumba daqueles aborígenes. Havia nela lugares que ainda não tinham sido revestidos pela dificuldade da entrada, pois só deitado ou arrastado, podia-se transpor, [e] nós o fizemos com o nosso amigo, o Sr. Francisco de Almeida Ramos; e com velas de espermacete acesas e atravessadas na boca aprofundamos aquelas criptas, onde vê-se o que de sublime pode a natureza formar nas destilações calcárias, em sinos, palactites²⁸³ e estalactites. Hoje naquele perímetro só grandes fazendas estão assentadas nos locais daqueles núcleos e povoações.

Idem. Tendo aumentado muitíssimo a antiga povoação do Caxanga, hoje Itapemirim, é elevada a paróquia a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, fundada por Pedro Bueno e Baltazar Carneiro, sendo nomeado seu primeiro vigário o padre Antônio Ramos de Macedo.

Idem. É elevada à categoria de vila a freguesia de São Mateus.

Idem. Neste ano é criada por provisão régia de 22 de maio uma cadeira de Gramática Latina na vila da Vitória, visto a população ter-se aumentado bastante e seus moradores reclamarem a necessidade dessa cadeira, a fim de seus filhos poderem aprender; foi este o primeiro passo dado pela metrópole a bem da instrução, das garantias da capitania.²⁸⁴ O seu primeiro lente, sabemos, foi F. Pita Rocha, que pouco demorou-se a lecionar, sendo nomeado pouco depois o padre Marcelino Pinto Ribeiro, que nela subsistiu por muitos anos, vindo a falecer neste século, mas já jubilado; era ele pai do inteligente e ilustrado padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte e avô do hábil e ilustrado médico Dr. Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, ainda vivo.

1772. É avivada em 28 de julho deste ano a demarcação judicial dos marcos em Jastranha, nas divisas da vila de Nova Almeida, não havendo quem se opusesse ao prego e avivamento que se fez.

283 O termo não está dicionarizado, a não ser como *palatite*, inflamação do palato. Trata-se, certamente, de *estalagmites*.

284 (a) *Decreto* do rei D. José I a conceder nomeação a Domingos Fernandes Barbosa para professor de Gramática Latina na vila da Vitória. 15/04/1771. (b) “Desde 1771 fora criada, em Vitória, uma cadeira de Latim...” [Freire, *Capitania*, p. 208]

1773. É deste ano e de 27 de fevereiro a carta régia que mandava que fossem avaliados os bens dos jesuítas, principiando a ser cumprida essa ordem em diversas localidades do Brasil.

1774. Neste ano são feitas no Convento da Penha grandes obras, dando-se maiores dimensões ao convento, reconstruindo-se a casa chamada dos *peregrinos* e do *banquete*, fazendo-se o calçamento da ladeira das sete voltas, construindo-se a Capela do Senhor do Bom Jesus e os muros ao lado da mesma ladeira. Foi nesta época que se pôs aquele convento e suas dependências no estado em que hoje se acham, parecendo só terem-se concluído aquelas obras dois anos depois.²⁸⁵

1775. Chegam a esta capitania, como visitantes apostólicos, o sábio frei José do Amor Divino e frei Salvador, que fizeram prédicas públicas e cumpriram na capitania a visita de que estavam incumbidos.

Idem. Por alvará de 11 de janeiro é elevada à categoria de freguesia colada a Igreja de Nossa Senhora da vila de Guarapari, pois que até essa data tinha subsistido unicamente como *curato*, sendo seu primeiro vigário colado o padre Antônio Esteves Ribeiro, o segundo o padre Lucas Antônio de Araújo Neiva, o terceiro o padre José Nunes da Silva Pires.

1776. Tendo neste ano, a 7 de maio, sido ferido Manoel Monteiro, morador no *Ribeirão do Meio*, distrito das antigas minas do Castelo, de cujo ferimento resultaram-lhe graves feridas feitas por chumbo grosso, sendo uma no braço esquerdo, outra em pleno peito, junto e entre as clavículas, outra ainda no peito direito, tiro este disparado para dentro da própria casa de moradia onde se achava, veio o mesmo ao sítio do Caxanga, hoje Itapemirim, e naquela época distrito da vila de Guarapari, e aí na casa de Francisco de Freitas Bueno Caxanga, onde se achava o juiz ordinário Miguel Andrade Pinto, antepassado do ex-ministro da Marinha do Ministério de 5 de janeiro, mandou o mesmo juiz proceder no dia 10 de julho do mes-

285 Machado de Oliveira, *Convento*, *RIHGB*, 5:129.

Caldas, José Antônio Caldas. *Planta, perfil e fachada que mostra em projeto a fortaleza que se pretende edificar na cabeça da ilha do Boi*. Bahia, 4 de janeiro de 1767.

mo ano a corpo de delito no ferido, abrindo depois devassa²⁸⁶ em que depuseram Antônio Fernandes, morador do seu sítio do Furado, na povoação de Itapemirim, Manoel da Costa Evangelista, morador na já então vila de Nova Almeida, Salvador Correia, morador na povoação de Itapemirim, Manoel Correia de Alvarenga, morador nos Marataízes, Felipe Dias, morador no Caxanga, Caetano da Silva Porto, morador no Caxanga, Pedro Nunes Maciel, morador no Caxanga, Manoel Fernandes dos Santos, morador no continente de Itapemirim, Salvador Nunes, morador na povoação de Itapemirim, Laurindo Francisco, morador na povoação de Itapemirim, Julião da Costa, morador no Itapemirim, José Correia Cabral, morador na povoação de Itapemirim, Francisco Xavier, morador na povoação de Itapemirim, Manoel Pacheco, morador na povoação de Itapemirim, Raimundo Furtado, morador na povoação de Itapemirim, Inácio da Silveira, morador nos Marataízes, Manoel Alvarenga, morador nos Marataízes, José de Jesus, morador nos Marataízes, Manoel da Conceição, morador na vila de Guarapari, Antônio da Silva Belém, morador em Guarapari, Antônio Pereira de Alvarenga, morador na vila de Guarapari, Luís de Melo Coutinho, morador em Guarapari, em seu sítio e que ocupava-se em tecer pano, Manoel Rodrigues Coutinho, em Guarapari, Antônio Pereira da Silva, morador em Guarapari, Francisco Martins, morador em Guarapari e mercador nela, Domingos da Costa Braga, morador em Guarapari e mercador nela, Francisco Gomes de Andrade, morador em Guarapari, Inácio de Loiola, morador em Guarapari. Foi concluída a devassa a 30 do mesmo mês de julho e finalizada em Guarapari, na casa do mesmo juiz ordinário, sendo escrivão do feito Manoel da Silva Peçanha. Nesta época a povoação do Castelo já havia desaparecido e poucos moradores existiam no *Ribeirão do Meio, Salgado e Duas Barras*.

Idem. Sendo nomeado neste ano para ouvidor e corregedor da capitania do Espírito Santo o Dr. Manoel Carlos da Silva Gusmão, presta juramento e toma posse do cargo a 20 de agosto deste mesmo ano.²⁸⁷ Este ouvidor foi o que funcionou a mandado da

286 *Auto* de devassa manda[da] proceder pelo juiz ordinário Miguel de Andrade Pinto, devido a ferimentos feitos em diversas [pessoas] nas célebres e afamadas minas de ouro, no distrito do Castelo desta então capitania, no ano de 1776.

287 *Requerimento* do ouvidor da capitania do Espírito Santo, Manoel Carlos da Silva Gusmão, ao rei [D. José I], a pedir provisão para com o dito lugar servir junto e inteiramente o de provedor da Fazenda Real. Novembro de 1776.

rainha D. Maria I e do vice-rei D. Luís de Vasconcelos e Souza em todas as arrecadações, inventários e avaliações dos bens que pertenceram aos padres da Companhia de Jesus, em todas as localidades pertencentes à ouvidoria da capitania do Espírito Santo e sob sua jurisdição, como se verá abaixo, indo primeiro aos Campos dos Goitacases fazer o inventário, avaliação e arrecadação dos bens pertencentes àqueles padres.

1779. São sujeitos a pregão e praça na povoação de Itapemirim, os escravos Henrique e Joana, pertencentes a órfãos, em frente à casa do reverendo vigário da mesma freguesia, padre Antônio Ramos de Macedo, onde se achava hospedado o juiz ordinário e de órfãos Domingos da Costa Porto com o escrivão de seu cargo Antônio Coutinho de Queiroz. Sendo apregoados e afrontados os ditos escravos pelo alcaide da vila, José do Vale Coutinho, foram os mesmos arrematados pelo vigário da freguesia pelo preço de 102\$200, sendo-lhe entregues tantos escravos como o *ramo*, com a condição de ficar a mesma quantia na mão do arrematante por tempo de um ano e correndo o juro, sendo fiador do dito vigário Macedo que os arrematara um Domingos de Souza Bueno Caxanga, morador no sítio do Caxanga. Possuindo nós este original assinado, provamos ser o padre Antônio Ramos de Macedo o primeiro vigário daquela freguesia e não o padre Oliveira Fontoura, como muitos julgam, e que o nome de Caxanga, dado primeiramente ao Itapemirim, já era antigo e proveniente dos possuidores do terreno que ainda hoje tem esse nome, e derivado do chefe dessa família, Domingos de Freitas Bueno Caxanga, e não do aparecimento de um boi bravio nas matas dessa localidade e que tinha esse nome.

Idem. Por documento que existe em nosso poder, e que consta também de um livro de registros da Câmara Municipal desta cidade, neste ano estava no governo interino da capitania do Espírito Santo o capitão-mor Anastácio Joaquim Moita Furtado, isto a 11 de novembro deste mesmo ano, passando o governo da capitania a Raimundo da Costa Vieira, que o passou também a João Ramos dos Santos, parecendo-nos terem todos servido interinamente, visto que em 1781 tomou posse do cargo de capitão-mor, governador subalterno da Bahia, Álvaro Correia de Morais.

Idem. É comissionado, em 6 de novembro deste ano, juiz de órfãos Domingos Fernandes Barbosa pelo *ouvidor geral do Rio de Janeiro*, para ir à vila de Nova Almeida

obstar um motim e abrir devassa sobre as reuniões promovidas por Manoel Antunes e Manoel da Costa, que vieram de Porto Seguro a revolucionar o povo daquela vila, não sabendo-se qual o resultado desta diligência.

Idem. Neste ano oficia em uma festividade na vila de Guarapari, e pela primeira vez, o padre Jerônimo Pereira, natural dessa vila, possuindo por seu patrimônio os terrenos vazios ali existentes no lugar chamado *Tapera*. Mais tarde o padre Jerônimo Pereira foi nomeado vigário colado de uma freguesia de São João da Barra, ou rio de São João, como chamavam os antigos, sendo depois nomeado cônego. Ainda nesta província, no Cachoeiro de Itapemirim, existe o Sr. Joaquim José Pereira Gonçalves que fora por ele batizado. Faleceu em sua vigararia bastante velho, tendo sido íntimo amigo do visconde de Sepetiba e acérrimo membro do partido liberal.

1780. Tendo sido por carta régia deliberado fazer-se o inventário dos bens dos jesuítas na capitania, é ordenado pelo vice-rei do Brasil D. Luís de Vasconcelos e Souza, em nome de D. Maria I ao ouvidor e corregedor da capitania do Espírito Santo Dr. Manoel Carlos da Silva Gusmão, e em data de 20 de julho deste ano, que depois de acabado o inventário e avaliação da fazenda do Campo dos Goitacases pertencente aos jesuítas, passasse à fazenda de *Araçatiba* (nome derivado de *araça*, fruta, *tiba*, lugar), e aí fizesse o mesmo inventário e avaliação, não só dos bens da dita fazenda, como de todos os mais que houvesse na capitania e que tivessem pertencido aos ditos padres da Companhia de Jesus, pelo que, a 8 de abril do dito ano, se principiaram as ditas avaliações e inventário dos bens que estavam naquela fazenda e dos que faziam parte da mesma, o que só foi concluído a 17 do mesmo mês de abril, à exceção dos desta hoje cidade e outros nas vilas da capitania, como tudo se vê do respectivo termo e inventário em mãos do ilustrado escrivão Antônio Augusto Nogueira da Gama.²⁸⁸ Sendo administrador daqueles bens Pedro de Almeida Buri, ali compareceu o Dr. ouvidor Geral e corregedor da Vila da Vitória, cabeça da comarca da

288 (a) *Documento* autêntico da arrematação da fazenda de Araçatiba e diversas sortes de terras pertencentes ao capitão Manoel Bento da Rocha e tenente-coronel Manoel Fernandes Vieira que arremataram as ditas terras, que foram dos jesuítas, perante a Junta da Fazenda no Rio de Janeiro em 30 de maio de 1780. (b) “Elevou-se a cinquenta e oito contos, seiscentos e três mil, quatrocentos e oitenta réis (58:603\$480). Tal foi a *grande riqueza* acumulada em *duzentos e oito anos!*” [Nery, *Carta pastoral*, p. 83]

capitania do Espírito Santo, com o escrivão de seu cargo Francisco Manoel Alfradique de Souza e os avaliadores mestres pedreiros Francisco de Paula e Tomás de Vila Nova; mestres carpinteiros Alexandre Francisco de Jesus e Manoel da Rocha Machado; o mestre escultor Gabriel João de Santiago; o mestre pintor Inácio Gonçalo Coelho; os mestres ourives Domingues Fernandes Pimentel e Antônio Leitão da Silva; os mestres de alfaiate Francisco da Silva Dolasco e José Álvares; os mestres ferreiros Vicente Ferreira da Silva e Mariano José; o mestre serralheiro Inácio Pinto da Silva e o mestre caldeireiro Vicente Ferreira da Silva; os avaliadores de escravos capitão José Barbosa de Magalhães e o capitão Inácio de Aguiar Brandão; os avaliadores de terras capitão Gonçalo Pereira Porto e capitão Inácio de Loiola de Jesus, e dando-se princípio à avaliação das casas, igreja, engenho, senzalas e oficinas foram estes bens avaliados pelos mestres pedreiros e carpinteiros em 3:061\$060, as imagens de Nossa Senhora da Ajuda, um Menino Deus, Santo Antônio, Santana, Santo Inácio, São Francisco Xavier, Senhor Crucificado, São José, Nossa Senhora do Presepe, um painel da Ceia do Senhor avaliado o feitio e pintura em 137\$200; paramentos e roupas da igreja, cama da casa da residência, avaliadas por 192\$160; peças de ouro e prata, sendo uma piscina de prata, uma chave de prata, um cálix de prata, uma grande coroa de prata da Senhora da Ajuda, outra coroa de prata de outra Senhora da Ajuda, um resplendor e palma de prata de São Francisco Xavier, outro resplendor de Santo Inácio, dois ditos pequenos com uma coroa e um coração de prata pertencentes a Santana, São Benedito e Nossa Senhora; uma cruz de prata do Menino Deus, uma outra cruz de prata de Santo Inácio, um resplendor de prata de Santo Antônio, três resplendores de prata das três imagens do Presepe, quatro castiçais grandes de prata, duas cruces grandes de prata para guião pertencentes às irmandades de Nossa Senhora da Ajuda e São Francisco Xavier, um vaso de prata para lavatório, um purificador de prata, um turíbulo de prata, uma grande lâmpada de prata, frasquinhos e salva de prata para santos óleos, um resplendor do Senhor Crucificado, um colar de ouro da Senhora da Ajuda, dois pares de brincos de ouro, um fio de contas grandes de ouro, um coração de ouro de São Francisco Xavier, importando tudo em 610\$000; alfaias da igreja, móveis da casa de residência dos padres, e mais objetos de madeira avaliados em 335\$520; ferros do engenho e todas as mais ferragens das oficinas e obras da fazenda em 234\$160; cobres, bronzes e metais em 1:538\$800; avaliados

852 escravos pretos, pardos e cabras, alguns com ofícios e artes em 41:219\$800; avaliadas as 208 cabeças de gado vacum e 31 cavalos existentes nos currais de *Araçatiba*, da *Porta*, do *Sacramento* e no de *Camboapina* em 1.079\$500; foram avaliadas sete datas de terras, sendo a 1ª de *Araçatiba*, por 2:750\$000; a 2ª desde a primeira cachoeira do *Jucu*, rio abaixo até confinar com terras de Antônio Gomes de Miranda, por 3:200\$000; a 3ª que principiava no morro *Beritiba* que fora de Antônio Gomes de Miranda pelo rio *Jucu* acima até a cachoeira já dita, por 1:400\$000; a 4ª chamada *Jucuna* da barra de *Araçatiba* pelo rio *Jucu* acima por 600\$000; a 5ª chamada *Camboapina* até as Palmeiras, por 1:400\$000; a 6ª chamada *Palmeiras*, principian-do da barra do rio *Una* e pelo sertão acima até fundos de *Araçatiba*, por 200\$000; a 7ª chamada da *Ponta da Fruta*, da costa para a terra e perto do ribeiro até a *Ponta dos Cajus*, para o sul, com três mil braças de testada e duas para o sertão, por 80\$000; importando a avaliação de todas estas terras em 9:630\$000. O trapiche e chãos a ele adjacentes foi avaliado em 564\$000, importando toda a avaliação em geral em 58:603\$480. Ficaram fora da avaliação doze escravos inutilizados por decrépitos, lázaro e doido, e os livros seguintes *Desejos de Jó*, *Martirologio romano*, *Catecismo geral de doutrina*, *Josefina Evangélica*, *Teologia moral*, *Locrison de Dios*, *Ofícios de reza e privilégios*, *Breviários* e alguns objetos inutilizados, sendo assim acabado o inventário e avaliação destes bens, de que foi tirada certidão a 9 de julho de 1781 para remeter-se à Junta da Real Fazenda.

Idem. Neste ano são descobertas minas auríferas na margem direita do rio *Manhuaçu*, por um fuão²⁸⁹ Bruno, morador em Linhares, que principiava a ser povoado por algumas pessoas que para ali tinham ido atraídos pela uberdade daquelas terras, e que entranhando-se com alguns índios pelos sertões do rio Doce, pela notícia de haver ouro nos centros, deu lugar àquele Bruno descobrir essas minas, dando a esse sítio o nome *Descoberta*.²⁹⁰

Idem. São avaliados neste ano, a 19 de abril, pelos avaliadores nomeados Manoel de Souza Machado e Alexandre Ferreira de Jesus, mestres carpinteiros; Francisco de Pau-

289 Forma antiga de fulano.

290 Brás Rubim menciona “um tal Bueno” que “descobre terreno aurífero na margem direita do rio Manhuaçu.” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 342]

la e Tomás de Vila Nova, mestres pedreiros, assim também por João Trancoso da Silva e Manoel de Jesus Brandão, todas as terras, estes dois juramentados a 23 do mesmo mês de abril. Foi, pois, ordenada por carta régia do vice-rei marquês de Lavradio e datada de *Salva-terra de Magos* em 4 de março de 1773, a avaliação de todos os bens que no Brasil pertenceram aos padres da Companhia e especialmente os desta capitania; tendo escrito uma carta o marquês de Pombal ao marquês de Lavradio, é somente neste mesmo ano de 1780 feita a definitiva avaliação destes bens perante o ouvidor e corregedor geral da comarca da capitania do Espírito Santo, Dr. Manoel Carlos da Silva Gusmão, servindo de escrivão Manoel Alfradique de Souza. Foram assim vistas e avaliadas diversas casas e terrenos, entre elas a casa n° 290 na rua do Colégio, hoje Afonso Brás, junto ao muro do colégio, e que vai para a rua do Egito no local hoje da casa do capitão Martinho Simplício Jorge dos Santos, que fazia paredes com as casas dos herdeiros de Manoel da Rocha que havia falecido e fora da Serra; um lanço de chãos na mesma rua para o *porto do Egito*, hoje ladeira do Egito; outro lanço de chãos juntos ao muro da cerca do mesmo colégio em direção ao mesmo porto, junto às casas do pardo Luís Vareiro; outro lanço de chãos sitos na rua do Colégio, para a parte de baixo em frente à portaria do mesmo colégio e que descia para o trapiche, onde está hoje a casa que foi do negociante Francisco Pinto de Oliveira, e entestava com as casas do padre Francisco Xavier de Jesus, que fora irmão e discípulo dos jesuítas; outros chãos nos fundos do último, fazendo canto na mesma rua e frente para a travessa de *Frei Jorge*, hoje rua da Imprensa, com o n° 211 e que dividia-se com casas de Ana Maria Pereira; outros chãos na ladeira do *Defunto Vigário da Vara*, em direção à rua da Praia, hoje Duque de Caxias, em frente ao *porto dos Padres*, o qual era entre a casa da viúva Resendo e casa do Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, onde por muito tempo existiu um porto de embarque, podendo ainda ver-se hoje as ruínas de uma rampa e escada de pedra; um lanço de chãos em que erigiu casa José da Silveira, com foro, n° 54, confinando com o trapiche dos padres e casas de Maria Nunes; um lanço de chãos em que erigiu casa a preta forra Rosa Maria, com o n° 51 na rua que ia do trapiche para a rua de São Francisco, dividindo com casas de Francisco Rodrigues Lima e o beco que medeia com o mar, e que teve o nome de ladeira do Padre Inácio, hoje ladeira da Misericórdia; outros chãos defronte da enfermaria dos padres e que mediava com a preta forra Rosa Maria e chãos em que estava construindo casa Teodósio de Lírio; uns chãos em que está ereta a casa que foi de Francisco

José e depois do pardo forro Francisco dos Santos, ao lado da de Antônio dos Santos, sito no pasto pertencente aos padres; esta casa e mais três que este Francisco dos Santos e Antônio dos Santos possuíam eram feitas no antigo seminário construído pelo padre Afonso Brás, e na quina da rua do Egito em frente à ladeira, cujas ruínas de alicerces ainda se veem, a qual tinha o nº 574; outros chãos em que está a casa de Antônio dos Santos nº 573, ao lado da de Francisco dos Santos; outros chãos em que está outra casa de Antônio dos Santos nº 572, no mesmo local do *sítio* chamado do *Egito*, e que ainda tinha outra de nº 571, cujos chãos foram avaliados, os quais eram unidos aos dos herdeiros de Anacleto Rangel; outro lanço de chãos sito na rua do Carmo nº 618 e que de um lado unia com herdeiros de Francisco da Fraga e em frente aos de Joana de Lírio; outros chãos sitos na *rua que desce da Matriz para a praia*, e no qual se podiam fazer duas casas, e que era unido às *casas térreas* do condestável Torquato Martins de Araújo, que ainda seus herdeiros os possuem bem como casas no mesmo local; outros chãos onde havia pilares dividindo com chãos do colégio e casas arruinadas nº 171 chamadas da *Pedra*, cujo local ainda até hoje conserva o nome de *Pedra do Bode*; outros chãos em que existiu a casa térrea chamada da *Pedra*, com pilares arruinados e nº 172 e que faziam quina com a rua da Praia. As terras avaliadas foram: as da parte d'além da vila da Vitória, com extensão de 3 quilômetros e que corriam de este a oeste, dividindo-se pelo norte com a baía em frente à vila, pelo sul até o sítio que foi de Manoel Gonçalves Lima e depois de João Antônio, e se dividem com os mangues, entrando pelo *Aribiri* e deste Gonçalves Lima em diante se dividem pelo alto do morro chamado do *Frade*, em águas vertentes para o norte, descendo até rumo de oeste até o *Paul*, e pela parte de leste demarcadas pelo mesmo rio navegável, foi avaliado um quinhão de terras na ilha chamada do *Sinai do Andrada*, que julgamos ser a hoje chamada da *Pedra d'Água*, já pela configuração, já por estar unida à terra firme e em frente às pertencentes aos padres da Companhia, cuja parte fora comprada ou doada por Gaspar de Matos, e que pelo sul se dividia com terras de João Ribeiro, herdeiros daquele Andrada, principiando pela *Taputera* (pedra fora d'água), correndo pelo alto da ilha para leste e parte do norte se dividia com as margens que fazem *mar no rio morto*, o *Aribiri*, e pela parte de leste se confinava com o mangue que a cerca e pela parte de oeste fazem frente pelo rio Santa Maria navegável, tendo pouca extensão e menos largura, podendo levar dois alqueires de planta; ainda outras terras foram avaliadas no Pontal, *da outra parte do rio* no chama-

do *Maruípe*, hoje da Passagem, que de um lado se divide com a *Passagem Real*, que ia desse lugar para a praia de Maruípe e da outra se dividiam com a estrada das Pitangueiras e faziam um ângulo na encruzilhada das ditas *duas estradas*, fazendo termo afinal no mar, onde tinham mais largura e alguma mata virgem. Foram portanto avaliadas as casas e chãos por 618\$000 e as terras por 650\$000. A juntada dos autos desta avaliação foi feita a 31 de agosto deste mesmo ano de 1780 na vila de *São Salvador da Paraíba do Sul*, da comarca do Espírito Santo, e pelo escrivão da Ouvidoria Manoel de Moraes Cabral, por provisão que do Tribunal da Junta da Real Fazenda do Rio de Janeiro foi endereçada ao ouvidor Manoel Carlos da Silva Gusmão, e cujos documentos temos em nosso poder em autógrafo.

Idem. Neste ano é nomeado capitão-mor governador Álvaro Correia de Moraes, que prestou juramento a 6 de outubro deste ano perante os oficiais da Câmara da Vitória, tendo servido o dito lugar interinamente.

1782. Por carta régia de 20 de julho deste ano é ordenado aos ouvidores de comarcas e determinado ao da capitania do Espírito Santo, que todos os anos remetesse uma memória de quaisquer fatos notáveis e novos estabelecimentos que se fizessem na mesma capitania, a fim de auxiliar os trabalhos do cronista do Brasil, que por provisão do 1º de junho de 1661 fora criado a pedido dos povos das terras de Santa Cruz.

Idem. Neste ano foi nomeado capitão-mor governador da capitania do Espírito Santo Inácio João Monjardino, que era capitão-comandante da Fortaleza de São Francisco Xavier, e prestou juramento a 29 de maio deste mesmo ano.²⁹¹

1783. Neste ano foi nomeado ouvidor geral e corregedor da vila da Vitória, cabeça da comarca da capitania do Espírito Santo, o Dr. José Antônio de Alvarenga Barros Freire, o qual prestou juramento e tomou posse do cargo em 4 de novembro deste mesmo ano, vindo substituir o incansável ouvidor Dr. Manoel Carlos da Silva Gusmão.²⁹²

²⁹¹ *Decreto* da rainha D. Maria I a conceder nomeação ao tenente de Infantaria, Inácio João Monjardino, para o posto de capitão-mor da capitania do Espírito Santo. Lisboa, 27/08/1781.

²⁹² *Requerimento* do ouvidor da capitania do Espírito Santo, Antônio Alvarenga Barros, à rainha D. Maria I, a pedir pro-

1784. A 20 de abril deste ano, por ordem da rainha D. Maria I, em data de 19 de novembro de 1777, foram postos em praça a mandado do vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza, e pela Junta da Real Fazenda no Rio de Janeiro, os bens pertencentes aos extintos jesuítas e depois dos trâmites legais e não havendo quem mais oferecesse foram arrematados todos os bens pelo alferes Francisco Antônio de Carvalho, negociante no Rio de Janeiro, pela quantia de 4:441\$500 livres de qualquer ônus exceto o do dízimo, sendo os mesmos bens entregues pelo desembargador Feliciano Car Ribeiro, procurador da Fazenda, lavrando-se o termo a escrivão deputado da Junta da Real Fazenda João Carlos Correia Lemos e assinado pelo vice-rei, comprador e mais testemunhas, e como condição do pagamento duas letras pagáveis a prazo, sendo uma de 1:268\$000, preço da avaliação dos ditos bens, e outra de 3:174\$500, excesso oferecido sobre a mesma avaliação, o que foi aceito e portanto empossado dos bens o dito arrematante.²⁹³

Idem. Tendo os frades franciscanos desta capitania mandado reconstruir o frontispício da Igreja de São Francisco em 1744 e com outras proporções que o primitivo, deliberaram-se neste ano a edificarem uma torre com solidez e segurança a sustentar um novo sino, que em sua têmpera continha grande quantidade de metal precioso, como ouro, prata e platina, parecendo ter pertencido o mesmo a uma das igrejas dos jesuítas, e que lhes fora cedido. O fato é que aquelas reconstruções do edifício e aumento da igreja foram feitos em 1744 e a torre e portaria em 1784.²⁹⁴ O sino, de que falamos, rachando-se fora há poucos anos novamente fundido.

Idem. Neste ano chega especialmente de visita à vila de Guarapari o visitador apostólico padre Manoel da Costa Malta, tendo-se ali demorado pouco tempo, a conciliar certos negócios eclesiásticos ali de suma importância.²⁹⁵

visão para servir juntamente o ofício de provedor da Real Fazenda da dita capitania. 27/03/1783.

²⁹³ Carta de arrematação e escritura de cessão de bens de raiz sequestrados aos padres jesuítas na capitania do Espírito Santo.

²⁹⁴ "...concluindo-se o frontispício e a torre em 1784..." [Nery, *Carta pastoral*, p. 26]

²⁹⁵ Nery, *Carta pastoral*, p. 8.

Idem. Neste ano, a 17 de julho, é passada, na Corte e cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a carta de arrematação ao alferes Francisco Antônio de Carvalho, morador naquela cidade, por haver arrematado as casas, chãos e terras que na vila da Vitória desta então capitania pertenceram aos padres da Companhia de Jesus, lavrando o dito auto o escrivão Fernando Pinto de Almeida, segundo e conforme a provisão régia passada por D. Maria I e dirigida ao desembargador José Gomes de Carvalho, por ordem do vice-rei capitão-general do Estado do Brasil, Luís de Vasconcelos e Souza, ordenando-lhe que visto ter o arrematante oferecido 3:173\$500 sobre a avaliação total daqueles bens fosse passada a escritura, o que com efeito foi realizado.

Idem. Aos 21 dias do mês de outubro deste ano é passada no Rio de Janeiro a escritura de cessão e traspasse que fez o alferes Francisco Antônio de Carvalho, perante o tabelião José Coelho Rolim Wal-Deck, ao condestável Torquato Martins de Araújo, morador na cidade da Vitória e representado por seu procurador o ajudante Manoel Ferreira Guimarães, de todos os bens pertencentes aos padres jesuítas do Colégio da Vitória, que os arrematara perante a Junta de Fazenda, cedendo todos eles pelo mesmo preço de 4.441\$500, o que foi logo satisfeito pelo outorgante em letras correntes passadas a favor da Real Fazenda, ficando de posse, direito e senhorio de todos aqueles bens e a pagar dentro do prazo de cinco anos, e que, a não pagar por si neste prazo por haver falecido, ficaria obrigado a isso seu filho o padre Torquato Martins de Araújo; mas de combinação com o outro seu filho frei Francisco da Conceição Valadares, religioso franciscano no Convento do Santo Antônio, ficando assim pertencendo todos estes bens ao dito condestável dos quais ainda seus descendentes hoje possuem alguns, tendo sido outros cedidos, doados e vendidos.

Idem. É ordenado pela Câmara de Linhares em 3 de novembro deste ano, ao sacristão da Matriz, para que não mais fizesse requerimentos ou outros papéis, por saber a Câmara que *só os fazia caluniando a seus semelhantes* a mandado do vigário José Nunes Pires, que era homem rancoroso e turbulento, e se continuasse a fazê-lo seria punido com as penas da lei, visto já ter-se revolucionado o povo; ao que comprometeu-se o sacristão, ainda sob pena de multa e expulsão.

1785. Tendo sido ordenada ao vice-rei do Estado do Brasil em 5 de janeiro deste ano a extinção das fábricas e manufaturas de ouro, prata, seda, algodão, linho e lã, que distraíam os braços da lavoura e mineração, e também pelo excessivo contrabando que se fazia, causando diminuição no consumo das fábricas do reino de Portugal, é pelo capitão-mor governador mandado cumprir esta ordem neste mesmo ano.²⁹⁶

Idem. Neste ano, a 6 de junho, que era uma segunda-feira, é derribada a parede da antiga Igreja Matriz desta capital, e no lugar em que está hoje o altar-mor, dando-se nesse dia princípio à construção da nova, hoje existente, e encarregando-se dela e dirigindo-a o ouvidor e corregedor da comarca, Dr. José Antônio de Alvarenga Barros Freire, que morava em frente ao largo da Matriz e fora incansável nessa construção, pois que a ele se deve; servindo-se para isso da concessão feita em 1731 por el-rei D. João V em carta régia de 21 de agosto, e de outros recursos que ainda obteve, sendo afinal concluída essa sólida obra no estado em que hoje ainda se vê.²⁹⁷

Idem. Neste ano é mandado distribuir pelo capitão-mor governador aos lavradores da capitania sementes de linho cânhamo e donzela, prometendo-se grandes prêmios a quem se entregasse a essa cultura.²⁹⁸

1786. É ordenado a 20 de maio deste ano, pelo ouvidor Barros Freire, que se reparasse a cadeia, a casa de aposentadorias da vila de Nova Almeida, ordenando ainda a 26 de julho a abertura de uma estrada dali até o Riacho, assim como a 21 de agosto do mesmo ano, que quem quisesse ter índios a seu serviço se obrigasse por ajuste e em termo competentemente lavrado e assinado.

Idem. A 21 de agosto deste ano, é mandado afixar pelo ouvidor Freire, nos lugares públicos, um edital, fazendo-se bandos e ordenando-se que aqueles que quisessem

296 (a) “Um alvará de 1785 proibiu fábricas e manufaturas no Brasil exceto a do tecido grosseiro de algodão.” [Freire, *Capitania*, p. 209] (b) “Derrogando o alvará de 1º de abril de 1808 o de 5 de janeiro de 1785, e quaisquer leis em contrário, permitiu sem reserva estabelecer no Brasil e domínios ultramarinos todo o gênero de manufaturas em pequeno, ou em grande.” [Pizarro, *Memórias*, VII, p. 254]

297 Nery, *Carta pastoral*, p. 26.

298 (a) Freire, *Capitania*, p. 208. (b) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 28.

ter índios em sua companhia o fizessem por ajuste perante o escrivão-diretor da vila da Vitória, a fim de não mais se darem abusos de os conservarem cativos, sendo tais ajustes reduzidos a termo e sujeitos os infratores às penas da lei.

Idem. Chegam à capitania como visitantes apostólicos frei Pedro e frei Cosme, que cumpriram a missão de que se achavam encarregados, como se vê dos livros de registros do Cartório Eclesiástico.

1787. Neste ano é nomeado ouvidor geral e corregedor da capitania do Espírito Santo o desembargador Dr. Joaquim José Coutinho Mascarenhas,²⁹⁹ que substituiu ao ouvidor Dr. Barros Freire, tendo prestado juramento e entrado em exercício do cargo a 11 de junho deste mesmo ano. Este ouvidor no ano seguinte contrahendo casamento com D. Maria da Penha, realizou-o sem licença de el-rei, pelo que foi por ordem régia preso no ano seguinte de 1788 e enviado para Portugal, onde esteve dois anos até livrar-se desse *grande crime*, mas voltando para aqui onde tinha deixado sua mulher e possuía avultados cabedais abandonou a magistratura por uma vez. Formou grande família, cujos descendentes ainda existem hoje representados em ramo direto por seus netos, o coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas e seus filhos.

Idem. Nasce neste ano, a 17 de fevereiro, na vila do Espírito Santo, o cônego Manoel de Freitas Magalhães; tendo tomado ordens, voltou a esta capitania, mas, sendo perseguido aqui pelo governador por seu talento e liberdade de falar, foi outra vez para o Rio de Janeiro, onde se fez notável por ocasião da Independência; em 1835 foi nomeado vigário da freguesia de São Gonçalo, em Niterói; depois foi eleito deputado provincial pelo Rio de Janeiro desde a primeira legislatura até a data em que faleceu a 15 de outubro de 1843, sendo em 1839, por concurso, promovido a vigário da freguesia de São João de Itaboraí. Foi eleito também deputado geral por esta província em 1843.

299 (a) *Requerimento* do ouvidor da capitania do Espírito Santo, Joaquim José Coutinho Mascarenhas, à rainha [D. Maria I], a pedir provisão para servir o lugar de provedor da Fazenda Real da capitania do Espírito Santo. 16/10/1786. (b) *Requerimento* de José Antônio de Alvarenga Barros Freire, à rainha [D. Maria I], a pedir que passe certidão por esse tribunal para juntar sua residência de quando serviu de ouvidor geral da capitania do Espírito Santo. 14/12 1787.

1788. Determina a 26 de janeiro o governador e capitão-general da Bahia, D. Rodrigo José de Menezes, que fosse criado nesta então capitania um regimento de Infantaria de Milícias ao qual devam ser agregadas duas companhias de Cavalaria.³⁰⁰

Idem. Ordena neste ano o ouvidor da comarca, desembargador Joaquim José Coutinho Mascarenhas, que o Senado da Câmara da comarca de São João da Barra e Campos entrasse com a quantia de 800\$000, para fatura da cadeia desta capitania, o que efetivamente foi cumprido, queixando-se, entretanto, disso, o Senado ao vice-rei do Estado do Brasil em 5 de junho deste mesmo ano; no entanto, que dava-se logo princípio a essa obra.

1789. É neste ano organizado o Regimento de Infantaria de Milícias, em virtude da carta régia de 22 de março de 1766 e ordem do governador e capitão-general D. Rodrigo de Menezes, datada de 22 de janeiro de 1788. É pois, nomeado, para coronel-comandante do mesmo regimento, o capitão-mor e governador da capitania Inácio João Monjardino, que do cargo tomou posse no mesmo ano.³⁰¹

1790. Por alvará de 12 de janeiro deste ano é regulada a sucessão dos governadores e capitães-mores, para que em seus impedimentos fossem substitutos os bispos e depois uma junta composta do deão, chanceler, o oficial mais graduado e o presidente da Câmara da cabeça da comarca.

Idem. É estabelecido pelo capitão-mor governador da capitania do Espírito Santo e na hoje vila de Linhares um destacamento a fim de conter os índios, e para esse fim edificou-se um quartel a que se pôs o nome de Quartel do *Coutins*, nome de uma aldeia de índios daquele lugar. Mais tarde o governador Pontes mandou conservar aquele destacamento, aumentá-lo e reedificar o quartel. Em atenção aos seus bons serviços e interesse que tomou por aquela localidade o ministro do Reino conde de Linhares, deram este nome àquela antiga aldeia e quartel de *Coutins*.

300 Rubim, F. A., *Memórias*, p. 11.

301 (a) *Requerimento* do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Inácio João Monjardino, à rainha D. Maria I, a pedir confirmação de carta-patente do posto de coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar da vila de Nossa Senhora da Vitória, capitania do Espírito Santo. 15/07/1788. (b) Rubim, F. A., *Memórias*, p. 11.

1791. Neste ano, depois de muitos sofrimentos, revolta-se o povo da vila de Nova Almeida contra o vigário J. S. Leite por suas intempestivas exigências e não querer, por capricho, ministrar os sacramentos da Igreja, e assim a Câmara, em data de 14 de maio deste mesmo ano, afixou um edital proibindo o povo a concorrer com coisa alguma se ele vigário assim continuasse a proceder, pelo que não só seriam multados em 1\$000 os transgressores como ainda condenados à *prisão* se o fizessem.

1792. Tendo sido neste ano nomeado o bacharel José Pinto Ribeiro para ouvidor e corregedor da vila da Vitória, cabeça da comarca da capitania do Espírito Santo, presta juramento a 7 de maio do mesmo ano perante os oficiais da Câmara; este ouvidor tornou-se tão odiado que pouco demorou-se, sendo logo substituído.

Idem. Neste ano é dado princípio à estrada que desta hoje cidade segue para Maruípe (nome derivado de *maru*, mosca, *ipe*, lugar), sendo para o dito fim fornecidos 10 índios para aquele trabalho, de que foi encarregado o ouvidor bacharel José Pinto Ribeiro, que a concluiu.

Idem. Achando-se em Campos dos Goitacases o ouvidor da comarca do Espírito Santo, bacharel José Pinto Ribeiro, neste mesmo ano escapou ali de ser vítima da morte por duas vezes, por tornar-se muito odiado do povo; era tal esse ódio, que Miguel de Moraes, na ocasião em que ele passava na rua, atirou-lhe da janela um laço para pegá-lo pelo pescoço e arrastá-lo pelas ruas, estando também armado de um *chuço*; este crime não pôde ser efetuado por ter o ouvidor desviado a cabeça rapidamente. Ainda depois um Joaquim José Nunes, encontrando na rua o ouvidor de passeio, escapou de o matar com uma lança, tendo-se livrado pela rapidez com que desviou o golpe e por ser logo socorrido.

Idem. Em consequência do ódio que se desenvolvera contra o ouvidor José Pinto Ribeiro, correndo por muitas vezes sério perigo a sua vida, e não podendo por essas e outras causas continuar a servir como ouvidor desta capitania, é por isso nomeado neste ano para ouvidor e corregedor da dita comarca o desembargador Dr. Manoel Batista Filgueiras, que tomou posse no ano seguinte e serviu o dito cargo até o ano de 1807.

1793. Ordena a 27 de agosto deste ano o governador e capitão-general da Bahia, D. Fernando José de Portugal, que fosse elevado o número de praças da Companhia de Infantaria do Regimento Alvim a 114, o que efetuou-se no mesmo ano.³⁰²

1794. É neste ano eleito, a 21 de novembro, o bispo de Pernambuco D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, descendente dos donatários e capitães-mores Azeredos Coutinhos, desta capitania, e que julga-se ter ele mesmo nela nascido, na vila do Espírito Santo, conquanto outros afiancem ter nascido em Campos.

1795. Tendo-se introduzido, pelo contato com os indígenas, o costume de só falar-se na capitania a língua dos silvícolas, viciando-se assim o idioma português, por uma ordem dimanada da Câmara Municipal da vila da Vitória, datada de 23 de maio deste ano, e outra da mesma data da vila de Nova Almeida, são proclamados bandos pelas ruas ordenando-se que só se falasse a língua portuguesa, sendo os infratores sujeitos às penas de prisão.³⁰³

Idem. Neste ano, por alvará de 22 de dezembro, é elevada a paróquia a igreja de Nossa Senhora da Assunção, do antigo Colégio dos Jesuítas da vila de Benevente,³⁰⁴ sendo no ano seguinte instalada. Aquela vila muito havia prosperado e sua exportação tornara-se recomendável, como recomendada era a construção de navios ali feitos, já pela ótima qualidade das madeiras, já por sua segurança.

Idem. Tendo sido preso neste ano por ordem e a mandado da Câmara de Nova Almeida o escrivão e diretor Bastos, é nomeado pelo ouvidor e desembargador Manoel Batista Filgueiras, e não pelo ouvidor José Pinto Ribeiro que já tinha sido substituído pelo desembargador Filgueiras em 1792, para servir o dito lugar de escrivão Manoel Gomes de Abreu em 26 de outubro. A Câmara, sendo repreendida por um tal atentado, mandou soltar o mesmo Bastos e tornou a nomeá-lo escrivão no ano seguinte, tendo havido naquela vila conflitos por essa causa.

³⁰² Rubim, F. A., *Memórias*, p. 11.

³⁰³ Freire, *Capitania*, p. 208.

³⁰⁴ "...e subsistindo como encomendada, teve acesso de perpétua, em virtude da providência de 22 de dezembro de 1795, por que todas as igrejas das aldeias se elevaram a essa natureza." [Pizarro, *Memórias*, V, p. 87]

1796. Neste ano um fato que compungiu e causou o mais sério terror à população foi o acontecido nesta então vila da Vitória a 28 de setembro, véspera de São Miguel, pelas nove horas da noite, isto é, que se declarou o incêndio nos fundos da Igreja de São Tiago, antigo colégio dos padres da Companhia de Jesus, pelo descuido de uns índios, segundo diz a crônica, que estando em um telheiro que ficava colocado por detrás da capela-mor, deixaram atear fogo num monte de palhas ou cavacos que ali estava depositado.³⁰⁵ Deu causa essa notícia um grande alvoroço aos moradores da vila, que junto a poucos mascarados que ainda percorriam as ruas e que à tarde haviam trazido o mastro da festividade de São Miguel, muito auxiliaram na extinção daquele horrível incêndio, que clareou com suas labaredas toda a cidade, enquanto parte das mulheres, velhos e crianças corriam para as montanhas da Vigia, e Fonte Grande, e para a ilha das Caleiras e Capixaba com receio de haverem³⁰⁶ grandes desgraças se fizesse[m] explosão três barris de pólvora que existiam em um salão próximo ao altar-mor, mas que foram a tempo tirados para fora, só tendo feito explosão um que pouca pólvora continha. Naqueles tempos em que os *porrões*, *bilhas* e *potes* eram os depósitos para água, foram os vasilhames utilizados para a extinção do fogo, não ficando algum nas casas de negócio que os vendiam, pois que afinal a água trazida da Fonte Grande, de um poço que existia perto da hoje cadeia e de outros da rua do Egito, era atirada junto com a própria vasilha, e assim pôde-se, trabalhando toda a noite e no dia seguinte, extinguir-se o incêndio, mas ficando carbonizado todo o altar-mor daquela igreja e que era um primor de arquitetura, escultura [e] douramento; como se pode hoje ajuizar pelos dois altares laterais da hoje Capela Nacional. A imagem de São Tiago em ponto grande, quase da altura de um homem, e que era de *metal fundido*, o orago daquele colégio, desapareceu; a de São Lourenço achou-se queimada, e as de Santo Inácio e São Francisco Xavier, que são de bronze, muitíssimo quentes; a Senhora da Piedade, essa foi salva pelo então capitão de Milícias José Correia Vidigal, que depois foi sargento-mor, e por Manoel Francisco da Silva Leitão, que a

³⁰⁵ "No mês seguinte [setembro], véspera dos folguedos de São Miguel, verificou-se o incêndio na igreja que fora dos jesuítas, em Vitória." [Freire, *Capitania*, p. 213]

³⁰⁶ *Sic* no original; construção comum à época.

conduziram para fora do templo. O fogo durou ainda alguns dias, isto é, fumegando os restos carbonizados, mas sempre trabalhando-se para que novamente não se ateasse. Os prejuízos havidos são incalculáveis, pois que o altar-mor foi todo destruído, assim como toda a parte que fica aos fundos e lados da igreja que teve de ser reedificada no tempo dos governadores Manoel Fernandes da Silveira e Antônio Pires da Silva Pontes Leme. Aqui notamos um fato importante, e é que existiu no altar-mor a imagem de São Tiago e de grande proporções, *sendo de metal, a qual desapareceu, procurou-se e não se achou, fez-se o possível de acharem-se os resíduos ou parte da imagem, não foram encontrados, nem tampouco, apesar de todos os esforços e do desentulhamento feito em tempo a fim de salvar-se a imagem, mas nada encontrou-se, nem ao menos a grande porção de metal de que era feita e que devia estar fundida pelo fogo!* Reflexões e grandes se suscitam ao pensador à vista disto, e que deixamos a cada um ajuizar como melhor possa a respeito deste incêndio e suas causas. Era ainda nessa ocasião capitão-mor governador Inácio João Monjardino, que morando no antigo colégio teve de mudar os trastes para a casa que estava construindo no largo de Afonso Brás, hoje pertencente a seu filho, o coronel Monjardim. Desse tempo, o do incêndio, ainda existem vivas algumas pessoas, e entre elas nesta hoje capital o Sr. Chagas com 95 anos e a velha Luíza com 94, ambos em completo estado de razão. *Nesta data*, consta ter ainda aparecido na fazenda de *Araçatiba* e na *Caçaroca* dois dos antigos padres jesuítas do colégio da Vitória, o que causou a seus parentes grande medo. É aqui ocasião e vem a tempo o retificarmos um engano e omissão que à página 168³⁰⁷ nos escapou, e é que seis e não cinco foram os padres jesuítas embarcados a 7 de dezembro de 1759, quando foi cercado o colégio dos mesmos padres e confiscados os seus bens, e eram eles o reitor *padre Rafael Machado*, *padre Miguel da Silva*, padre Fabiano Martins, padre Manoel das Neves, padre Pedro Gonçalo, e padre Antônio Pires.

1797. Por carta régia ao governador geral do Estado do Brasil na Bahia, datada de 13 de março deste ano, foi mandado proibir nesta então capitania e em outras a concessão de sesmarias à margem dos rios e costas marítimas, e mais tarde por edi-

307 Do original, correspondendo à p. 223 desta reedição.

tal mandado afixar pelo mesmo governador a de 6 de março de 1801 [em que] foi declarado que essas concessões de sesmarias só seriam feitas a três léguas das costas e dos rios; mas, por carta régia datada de 17 de janeiro de 1814 foi declarada ao governador Francisco Alberto Rubim, e por instâncias e representação do mesmo, que podia conceder sesmarias em toda a capitania do Espírito Santo, fossem ou não à margem de rios e do litoral, e para cujo fim concedia as impetradas antecedentemente, sob as cláusulas contidas no alvará de 25 de janeiro de 1809. Dessa data em diante uns apossaram-se, outros requereram e ainda muitos compraram, havendo tal confusão, que muitas demandas tem havido por direito de posse primitiva, compras ilegais, e dúvidas sobre divisas.

1798. Tendo sido nomeado no ano antecedente capitão-mor e governador-regente Manoel Fernandes da Silveira, que veio substituir o capitão-mor Inácio João Monjardino, toma o mesmo posse do governo desta capitania em princípios deste ano, como se colige de seus próprios atos.

Idem. Por ordem régia e firmada pelo governador capitão-general D. Fernando José de Portugal e datada de 17 de agosto deste ano, funda-se o Hospital Militar na vila da Vitória, cabeça da comarca da capitania do Espírito Santo, sendo as obras feitas sob as vistas do governador Manoel Fernandes da Silveira, último capitão-mor regente desta então capitania. O hospital foi instalado nas lojas do antigo Colégio dos Jesuítas, e por baixo da Tesouraria Geral, tendo mais tarde servido de quartel dos batalhões de linha e do corpo de polícia.³⁰⁸

Idem. Tendo sido passada e expedida a carta régia de 12 de maio deste ano ao governador da capitania do Grão-Pará, acerca da extinção dos governos dos capitães-mores, são enviadas cópias a todas as capitanias e a esta ainda o aviso de 29 de agosto do mesmo ano, por D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e Negócios Ultramarinos, mandando cumprir a carta régia de 12 de maio, sendo então nomeado governador da capitania do Espírito Santo Antônio Pires da Silva Pontes Leme que não veio senão dois anos depois de sua nomeação, pelo que ainda ficou governando a capitania o capitão-mor

308 Rubim, F. A., *Memória*, p. 11.

Manoel Fernandes da Silveira. Com este capitão-mor extinguiu-se esta espécie de governo, que às vezes era por nomeação régia, outras pelos donatários e outras ainda pelos capitães-generais, como tudo se vê pelas próprias nomeações.³⁰⁹ Durou, pois, o governo dos capitães-mores 82 anos, depois que o donatário Rolim de Moura a vendeu à Coroa.

Idem. Por aviso de 28 de agosto de 1798 é mandado criar na capitania um corpo de Pedestres, o que não executou o capitão-mor Manoel Fernandes da Silveira, o que só mais tarde, por ordem de 4 de abril de 1800, foi executado pelo governador Antônio Pires da Silva Pontes Leme. Este corpo se comporia de 300 praças, que se destacariam para diversos pontos a obstar as sortidas dos indígenas que infestavam a capitania, cometendo atentados e roubos.³¹⁰

1799. Chega a esta então capitania, a 3 de fevereiro, o bispo D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco acompanhado de seu secretário Manoel José Ramos, que estudava para ordenar-se. O bispo saíra a visitar a diocese e aqui chegando abriu o crisma e percorreu a capitania, indo residir em uma casa de sobrado na rua de Santa Luzia n° 1 que faz quina com a da Matriz, e hoje pertencente ao Sr. Manoel Pinto Aleixo. O bispo, depois de ter administrado o crisma na Igreja do Colégio, hoje Capela Nacional, retirou-se em maio de 1801, época em que concluiu a visita à capitania, voltando a ela mais tarde. Manoel José Ramos, seu secretário, e que com ele voltara para a Corte, abandonou os estudos e veio para esta capitania a 16 de agosto de 1803, principiando a negociar, o que também abandonou, sendo afinal nomeado administrador do Correio desta hoje capital, tendo-se aqui casado e tido filhos. Nasceu Ramos a 28 de outubro de 1773, na freguesia de São Salvador de Rendufe, em Portugal, e ali fora batizado no 1° de novembro; viera para o Brasil a 12 de fevereiro de 1796, e chegara a 2 de abril, indo para fâmulos do bispo. Em 1798 fora nomeado para secretário de visita, sendo já amanuense enquanto estudava, mas abandonando, como se viu, os estudos, para aqui voltou e entregou-se à vida de empregado público em que se aposentou, vindo a falecer há alguns anos.

³⁰⁹ *Decreto* do príncipe regente D. João a conceder nomeação ao capitão de fragata, Antônio Pires da Silva Pontes, para o cargo de governador da capitania do Espírito Santo. 11/11/1797.

³¹⁰ Rubim, F. A., *Memórias*, p. 12.

Idem. Em fins deste século, consta ter desaparecido da sacristia da Igreja Matriz um quadro que pela Inquisição fora enviado de Portugal para esta capitania e no qual se achava pintado o *Auto de Fé* de Brás Gomes, que em 1720 embarcara para ali a responder perante o Tribunal do Santo Ofício, pelas heresias de que era acusado por alguns inimigos seus e pelos padres da Companhia de Jesus; para que melhor se conheça este fato o vamos descrever.³¹¹ Brás Gomes tinha sido um pescador, um pouco abastado, tendo ganho alguns haveres por ser muito feliz em suas pescarias. Tendo vindo de Portugal com duas irmãs se estabelecera na então vila da Vitória, e trabalhador e afortunado, pudera juntar algum pecúlio, construindo duas casas de telha no lugar chamado então a *Pedra*, e onde os pescadores vendiam o peixe; uma dessas casas ainda hoje existe e é onde está a oficina e forno de fazer pão pertencente ao Sr. Manoel Gomes das Neves Pereira, e a outra onde está hoje construído um sobrado de moradia do mesmo, tendo ainda uma outra casa no lugar chamado o *Buraco*, perto e ao lado de cima, na qual eram recolhidas canoas e apetrechos de pescaria. Suas duas irmãs moravam em uma pequena casa de sobrado, ainda hoje existente, e em frente à porta principal da Igreja Matriz; sendo todos muito devotos e havendo na casa das ditas suas irmãs um oratório com grandes imagens, de São Tiago e Santa Marta, ali em todos os sábados vinha Brás Gomes com seus filhos rezar a ladainha. Brás Gomes tinha muitos inimigos do seu ofício, unicamente por ter duas casas feitas de pedra e cal, quando outros as tinham cobertas de palha, e ser muito feliz na pesca, e, enquanto outros pescadores voltavam do mar sem ter pescado, ele sempre trazia à *Pedra* grande porção de peixe que expunha à venda. Também os padres jesuítas estavam com ele divergidos em consequência dele se haver negado a certas exigências ou pretensões, dando tudo isso causa a que na primeira ocasião que se apresentou eles a aproveitassem para vingar-se dele, como com efeito sucedeu. Tinha Brás Gomes mandado vir da Bahia uma grande imagem do Crucificado, e como não tivesse ainda onde colocá-la ou quisesse primeiro preparar lugar apropriado a tinha dentro de uma grande caixa em sua própria casa; e isso foi bastante para que seus inimigos o acusassem de ser herege, ter pacto com o Diabo, fazer sortilégios que lhe da-

³¹¹ *Processo* de Brás Gomes de Sequeira. Datas 4 de março de 1716 – 16 de outubro de 1729. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 9655.

Século quarto

1800. Neste ano, a 29 de março, toma posse da administração desta capitania o inteligente e ilustrado governador e doutor em Matemáticas Antônio Pires da Silva Pontes Leme.³¹² Nascido na cidade de Mariana, em Minas, dali seguiu depois para Portugal a matricular-se na Universidade de Coimbra, em 1772, doutorando-se a 24 de dezembro de 1777. Homem inteligente e de talento, veio incumbido com seu companheiro e amigo, o Dr. Lacerda, a explorar os centros do Paraguai até a *Bahia Negra*; explorando o *Cuiabá*, seguiu a estudar o rio *Verde*, *Capivari*, *Sararé*, *Juruena*, *Guaporé* e *Jauru*. Amigo e protegido por D. Rodrigo de Souza Coutinho, que depois foi conde de Linhares, e a quem esta província deve muito, foi o Dr. Antônio Pires da Silva Pontes Leme, por seus serviços prestados, nomeado em 1798 governador desta então capitania, mas não tomando posse do cargo senão em 1800, sendo o primeiro governador nomeado subalterno à Bahia. Este governador promoveu muitíssimos melhoramentos a esta província, visitando os lugares que reconhecia poderem prosperar, e assim foi que no território do Rio Doce, em Linhares e outros lugares, procurou o seu engrandecimento, estabelecendo uma linha de quartéis, fazendo grandes obras, aterros, desenvolvendo a mineração, remetendo para o museu objetos ontológicos e mineralógicos e não descuidando-se da civilização dos índios. Enérgico e ao mesmo tempo justiceiro, sabia castigar ao culpado como premiar o inocente. Seu governo foi até 17 de dezembro de 1804, quando entregou-o a seu sucessor, tendo falecido pouco depois em Minas, no ano de 1807.

Idem. É criado a 4 de abril deste ano pelo governador Pontes, um corpo de Pedestres,³¹³ a fim de destacarem no *Porto do Souza*, no rio Doce, não só para servir de registro,³¹⁴

312 Decreto de 11 de novembro de 1797 [*Gazeta de Lisboa*, de 5 de janeiro de 1798 (suplemento), *apud* Garcia, *Notas à História geral do Brasil*, de Varnhagen, V, 375 e Oliveira, *HEES*, p. 259, nota 1]: Antônio Pires da Silva Pontes Pais Leme e Camargo, nomeado em 1797, toma posse a 29 de março de 1800.

313 *Ofício* do [governador da capitania do Espírito Santo], Antônio Pires da Silva Pontes [Pais Leme e Camargo], ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Souza Coutinho, [conde de Linhares], a informar da criação do Corpo de Pedestres, composto de homens de raça cruzada, ou mestiço de preto, branco ou índio e da proposta para os oficiais que pedem a verificação de alguns regimentos de Europa, que tinham requerido nesta nova capitania, pelos motivos de restabelecer a disciplina militar. Vila da Vitória, 05/11/1800.

314 No caso, posto aduaneiro.

como para estorvar os ataques dos aborígenes, sendo celebrada esta função pelo mesmo governador quando subiu o rio Doce a aprontar as pontes para passadiço com fito de estorvar a aparição dos indígenas, tendo ali assinado o tratado de limites entre esta capitania e a de Minas, como se verá.

Idem. Estabeleceu-se neste ano, à margem do canal da *lagoa do Campo*, entre o rio Doce e São Mateus, um quartel com o título de *Comboios*.

Idem. Neste mesmo ano atravessa o sábio naturalista, barão de Humboldt, alguns sertões desta capitania, fato este um tanto duvidoso, mas que encontramos e aqui o classificamos.

Idem. São acordados neste ano os limites entre esta então capitania e a de Minas Gerais, demarcados em 8 de outubro, tomando-se por divisa a linha norte-sul, pela parte mais elevada do espigão que se acha entre os rios *Guandu* e *Manhuaçu*, ficando pertencendo a Minas Gerais todo o terreno que se achasse ao oeste desta linha, e ao Espírito Santo o que ficasse a leste da mesma linha no rio Doce, tendo-se ainda estabelecido os quartéis de *Souza* e *Lorena* nas margens do mesmo rio, sendo o primeiro nome dado em atenção a D. Rodrigo de Souza, e o segundo em atenção ao capitão-general de Minas, Bernardo de Lorena.³¹⁵

Idem. Celebrando-se neste mesmo ano entre o governador desta capitania Antônio Pires da Silva Pontes Leme e o capitão-general de Minas Gerais Bernardo José de Lorena um acordo para final demarcação de limites no rio Doce entre esta capitania e a de Minas, é lavrado, no dia 6 de novembro deste ano, no *Quartel do Porto de Souza*, fundado abaixo da foz do rio *Guandu*, o auto de demarcação de limites das duas capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais; estiveram presentes³¹⁶ o governador Antônio Pires da Silva Pontes Leme, e assinaram o auto o mesmo governador e por parte do capitão-general de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, o tenente-coronel de milícias de Vila Rica João Batista dos Santos Araújo; assinaram-no também o capitão de milícias Felicia-

315 *Demarcação* de limites entre Espírito Santo e Minas Gerais 8/10/1800. Compilação de Daemon.

316 *Sic* no original, por “esteve presente”.

no Henriques Franco, o capelão capitão Francisco Ribeiro Pinto, o capitão Manoel José Pires da Silva Pontes (sobrinho do governador desta capitania), o alferes comandante do destacamento do Porto de Souza Francisco Luís de Carvalho, o ajudante de ordens João Inácio da Silva Pontes de Araújo, filho do coronel de milícias Santos Araújo, o furriel Antônio Rodrigues Pereira Taborda, o alferes de milícias desta capitania Antônio da Silva Maia Peçanha, o cadete João Nunes da Cunha Velho e o cabo de esquadra Inácio de Souza Vitória, dando-se nessa ocasião por aberta a navegação do mesmo rio Doce.

Idem. Aos 23 de novembro deste ano, é batizado pelo vigário José Pinto dos Santos, na Igreja do Colégio de Santiago, hoje Capela Nacional, e com a maior solenidade, um menino de nome Rodrigo (nascido a 27 de outubro de 1799 na cidade da Bahia e batizado ali em *in extremis* por frei Miguel, missionário barbadinho), filho do governador da capitania Antônio Pires da Silva Pontes Leme e de sua mulher D. Caetana Herculina Malheiros, sendo padrinhos D. Rodrigo de Souza Coutinho e sua mulher D. Maria Balbina de Souza Coutinho. A este ato assistiram o ouvidor geral da capitania e o capitão-mor de ordenanças, procuradores, e a mais oficialidade e pessoas gradas.³¹⁷

Idem. Neste mesmo ano, não sabendo-se o dia, é levantada pelo governador desta então capitania Antônio Pires da Silva Pontes Leme uma carta geográfica do rio Doce, desde a sua foz até as cachoeiras das Escadinhas, descrevendo nela os principais confluente do mesmo rio.³¹⁸ Esta carta foi continuada por seu sobrinho o alferes Antônio Pereira Rodrigues de Taborda, desde a cachoeira das Escadinhas até a nascente do mesmo rio, na província de Minas.

1801. É reconstruída neste ano a ponte do rio da *Passagem*, a mandado do governador Pontes, fazendo-se pegões de alvenaria e sob planta do mesmo governador, tendo-se nessa obra empregado indígenas e particulares.³¹⁹

317 *Termo* de batismo e procuração para ser batizado o inocente Rodrigo, filho legítimo do governador da capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1800). Compilação de Daemon.

318 Rubim, B. C., *Notícia*, p. 343.

319 Freire, *Capitania*, p. 218.

Idem. Por despachos de 20 de fevereiro e 7 de março deste ano ordena o governador Antônio Pires da Silva Pontes Leme, em virtude da carta régia de 12 de novembro de 1798, a não distinção entre os índios e brancos, fazendo ainda concessões de terras, por aforamento, aos indígenas.³²⁰

1804. Toma posse do governo desta capitania a 17 de dezembro deste ano, por patente passada neste mesmo ano, o governador subalterno da Bahia Manoel Vieira de Albuquerque Tovar. Este governador foi algum tanto violento, tendo estado continuamente em lutas com seus subalternos e o povo, como adiante se verificará.

1806. É nomeado a 24 de junho deste ano para diretor dos índios Bonifácio José Ribeiro, por provisão do governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, o que fez com que houvesse representações contra o ato, visto ter sido posta em execução em 2 de novembro de 1800 a carta régia de 12 de maio de 1798.

1807. Tendo sido nomeado ouvidor da comarca do Espírito Santo o desembargador Alberto Antônio Pereira, toma posse do cargo em fins deste ano ou princípios do seguinte, tendo servido até o ano de 1811.

Idem. Por decreto de 4 de junho deste ano é mandado anexar ao cargo de governador desta capitania o posto de coronel-comandante do Regimento de Infantaria, aqui existente nessa época.³²¹

Idem. São concedidas, em data de 9 de junho deste ano, ao vigário da vara da capitania, diversas faculdades para dispensas e penas eclesiásticas, faculdades essas que até então não haviam tido os vigários.³²²

320 *Carta régia* de 12 de maio de 1798 sobre a civilização dos índios. A data correta é 12 de maio e não 12 de novembro como Daemon registrou, tendo D. Rodrigo de Souza Coutinho enviado uma cópia da mesma a Silva Pontes em 29 de agosto do mesmo ano. Compilação de Daemon.

321 Rubim, B. C., *Notícia*, p. 344.

322 Portaria de 9 de junho de 1807. [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 69-72]

1808. Principia a Câmara Municipal de Nova Almeida neste ano a construção de uma forte cadeia naquela vila, não se tendo concluído, mas ficando feitas as quatro grandes paredes laterais.

Idem. Neste ano há grandes dissensões nesta capitania entre o governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar e o ouvidor desembargador Alberto Antônio Pereira, resultando disso dividirem-se os moradores em dois grupos, um a favor do governador Tovar e outro a favor do ouvidor, pelo que, aquele despeitado desenvolveu uma perseguição atroz contra muitos de seus desafetos, tornando-se até arbitrário, e foi assim que mandou cercar a casa do ouvidor, que morava no sobrado que existe nos fundos da Capela do Sacramento, o qual dá frente para a rua de Santa Luzia, e aí prendeu-o e o teve em custódia, conservando a casa cercada como também a dos seus escrivães. Mandou também amarrar e acorrentar ao negociante Pedro José Carreira Vizeu e ao tesoureiro de ausentes Manoel Fernandes Guimarães, desterrou ainda para o Rio Doce o padre Manoel de Jesus Pereira e o capitão José Ribeiro de Ataíde; obrigou ainda a sentar praça na Companhia de Linha a muitos, entre eles a Manoel da Silva Trancoso Leitão, pertencente a uma boa família, a quem mandou como a outros castigar e prender por meses na Fortaleza de São Francisco Xavier. Exigindo do governo a exoneração do ouvidor Dr. Alberto e não a obtendo, partiu para o Rio de Janeiro, mas em Campos dos Goitacases, onde tinha chegado com onze dias de viagem, recebeu por um próprio a notícia de que se achava a capitania revoltada em consequência das dissensões havidas entre os membros do governo interino, que era composto, segundo o alvará de 12 de dezembro de 1770, do próprio ouvidor, do coronel-comandante do Regimento de Milícias e do vereador mais antigo, que então era Severo Gomes Machado, e com o qual era a luta dos dois outros membros, principalmente do ouvidor, que reconhecera nele um dedicado ao governador Tovar. Voltou, pois, o governador, fazendo então com sua presença que serenassem os ânimos, já pelas ameaças, já pelas arbitrariedades. Não podendo até o ano seguinte obter a exoneração do ouvidor, que era muito respeitado e passava por justiceiro, resolveu-se a partir novamente e chegando ao Rio de Janeiro tais informações deu e tais acusações fez que obteve afinal a desejada demissão.³²³

³²³ Rubim, B. C., *Memórias*, p. 96-9.

1809. É neste ano revogado o determinado em 1802 sobre a Junta Administrativa e antiga Provedoria da Real Fazenda, e portanto, criada por decreto de 23 de junho deste ano uma junta da Real Fazenda na capitania do Espírito Santo,³²⁴ sendo separada da Junta da Real Fazenda da capitania da Bahia (visto que, até essa data, só havia uma espécie de junta administrativa), em substituição à provedoria criada em 1550, e de que fora primeiro provedor o capitão-mor Belchior de Azeredo Coutinho, o Velho, ficando a dita junta subordinada ao então Erário Público; principiando-se a arrecadação de impostos e distribuição do patrimônio da capitania do Espírito Santo, sendo a dita junta composta de governador, de um ministro, do ouvidor que servia de juiz dos feitos, e de um escrivão, um tesoureiro e um advogado, separada portanto a interferência que tinha a Bahia nos negócios da antiga provedoria, isto declarado no dito decreto de 23 de junho deste mesmo ano. Esta junta foi instalada no ano seguinte de 1810, a 2 de janeiro, pelo governador da capitania Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, sendo escrivão que lavrou a ata e que era também deputado da mesma junta Francisco Manoel da Cunha; estiveram presentes: o inspetor da Contadoria, inspetor dos Armazéns Reais, tropa e povo, faltando o ouvidor que estava em Campos a serviço. Quanto a Francisco Manoel da Cunha, que era escrivão deputado à Junta da Real Fazenda, e o primeiro que ocupou esse cargo, sendo acusado de diversas faltas embarcou-se para o Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1811.

Idem. É dado pelo governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, em outubro deste ano, o nome de *Linhares* ao antigo Quartel de Coutins,³²⁵ no lugar em que hoje existe a vila do mesmo nome, à margem do rio Doce, convidando para ali diversos lavradores a estabelecerem-se, o que por alguns foi aceito, vindo nessa ocasião de Benevente o lavrador João Felipe Calmon.³²⁶ Estabeleceu o governador di-

³²⁴ Ver *carta régia* de 29 de maio de 1809.

³²⁵ Rubim, B. C., *Memórias*, p. 100.

³²⁶ “Tovar era então governador da capitania do Espírito Santo. Querendo secundar as intenções do ministério, cuidou de interessar os cultivadores da província a se estabelecerem nas margens do rio Doce. João Felipe Calmon foi o único que atendeu a seu convite. Este colono empreendedor vendeu o domínio que possuía perto de Itapemirim e veio para Linhares com toda a família.” [Saint-Hilaire, *Viagem ao Espírito Santo*, p. 92]

versos destacamentos rio acima a impedir as surpresas do gentio, que muito incomodavam aos povoadores daquele lugar, e para cujo fim procurou o governador militarizar a todos, sem exceção, mandando destacar gente a estorvar os ataques dos aborígenes, resultando disso algumas mortes e o povo principiando a queixar-se de seu despótico governo, pois que para o dito fim lançava mão até da violência, quando o censuravam por seus atos.

Idem. A 7 de novembro deste ano é expedida ordem pelo Almirantado marcando um prêmio de 400\$000 a quem melhor apresentasse um plano para melhoramento da foz do rio Doce, e sua navegação.³²⁷

Idem. Por carta régia de 29 de maio deste ano,³²⁸ são nomeados os primeiros comandantes, em número de seis, com o posto de alferes agregados ao Regimento de Cavalaria de Minas Gerais, para determinadas divisões militares que obstassem os ataques dos índios no Rio Doce, e foram eles: Antônio Rodrigues Taborda, João do Monte da Fonseca, José Caetano da Fonseca, Januário Vieira Braga, Lizardo José da Fonseca e um tal Arruda, natural do Pomba, sendo ao mesmo tempo incumbidos de prepararem a futura navegação do rio Doce.

Idem. Neste ano o viajante inglês João Mawe acompanhado de Tomás Lindley, Henrique Koster e outros, empreende uma viagem a Vila Rica e Ouro Preto, estudando em sua passagem o rio Doce em alguns lugares e os distritos diamantinos daquelas localidades, publicando, em 1815, uma obra sobre o Brasil.

1810. É instalada a 2 de janeiro deste ano pelo governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar a Junta da Real Fazenda, com todas as solenidades prescritas, principiando logo a funcionar desde este dia.

Idem. Parte o governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar a 30 de março para o rio Doce subindo até Minas Gerais a explorar aquelas paragens, de que deu amplas

³²⁷ Rubim, B. C., *Notícia*, p. 344.

³²⁸ *Carta régia* de 29 de maio de 1809 – Cria a Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda da capitania do Espírito Santo.

informações ao governo geral em data de 18 de julho do mesmo ano, e de que possuímos a única cópia, que sabemos existir.³²⁹

Idem. Neste mesmo ano oficia o governador Tovar ao conde de Linhares participando ter havido um grande combate entre os soldados de pedestres e de milícias com os gentios no dia 7 de julho, e tão renhido foi que morreram vinte índios, sendo feridos alguns e aprisionados três, sendo mais feridos entre pedestres e milicianos oito, e gravemente o comandante da força, com uma flechada no peito, isto próximo a esta capital. Comunicou também que estando em viagem, já perto da Tondela, em Santa-rém, haviam os índios morto um preto, ferido outros e roubado aos fazendeiros, queimado casas, matando gado e destruindo plantações, pelo que entre a tropa, o gentio e habitantes houve um encarniçado combate que durou horas, havendo muitas mortes, ferimentos e ficando dos índios muitos prisioneiros. Que também no Itapemirim os mesmos índios haviam morto cinco pessoas que iam para Itabapoana, assim como na Muribeca houve ataques entre os índios e lavradores.³³⁰

Idem. Saem neste ano da província com direção a Portugal e ao Rio de Janeiro muitos navios carregados com madeiras para construção de navios de guerra e para vender-se, assim como também foram enviadas amostras de cordoaria e tecidos feitos de algodão, gravatá, tucum, imberama, imbaúba, imbé e outros, segundo se depreende de um ofício dirigido ao conde de Linhares pelo governador Tovar, em data de 26 de agosto deste ano.

Idem. É recomendado com instância a 16 de agosto deste ano, ao governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, o promover o mais breve possível a navegação do rio Doce.³³¹

³²⁹ *Informação de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre a navegação importantíssima do rio Doce.* [RIHGB, 1839, 1:173-8]

³³⁰ Gomes Neto, *História das mais importantes*, 1892, 55, II, p. 47.

³³¹ “Tendo procurado por todos os modos possíveis facilitar a livre circulação e condução dos gêneros e produtos do interior dos meus vastos estados do Brasil, e fazer que os mesmos, quanto ser possa, ser exportados aos portos de mar por meio de canais e rios navegáveis, não deixou de merecer minha particular consideração a navegação do rio Doce...” [Carta régia de 10 de agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce]

Idem. É criado nesta capitania por decreto de 18 de agosto deste mesmo ano um batalhão de Artilharia Miliciana.³³² As peças pertencentes a este batalhão e marcadas como propriedade desta província seguiram para a Corte em 1842, por ordem do presidente de então, João Lopes da Silva Couto, indo para Niterói a servirem no Batalhão de Artilharia de Guardas Nacionais.

Idem. É criado um posto militar a 8 léguas de Viana, com o nome de *Bragança*, entre os rios Pardo e Santa Maria, para rebater os indígenas.

Idem. Por decreto de 10 de setembro deste ano e despacho da Mesa do Desembargo de 20 do dito mês, foi nomeado secretário do Governo da capitania do Espírito Santo João Barroso Pereira,³³³ que a 11 de dezembro do aludido ano prestou juramento perante o governador da mesma capitania Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, sendo o respectivo termo lavrado por Severo Gomes Machado, empregado do expediente dos despachos do governo.

Idem. É organizado pelo governador no 1º de dezembro deste ano o Batalhão de Artilharia Miliciana, que por muito tempo formou e prestou serviços a esta então capitania e hoje província.

Idem. Por decreto de 13 de setembro deste ano é declarado ficar esta capitania independente da Bahia quanto à administração e ordens militares, tendo sido administrada por governadores subalternos por espaço de 12 anos, continuando, porém, as justiças da Bahia a fazerem correção em todo o São Mateus, em consequência de muitos gentios que ali existiam; e só em 1822 é restituído esse direito à já então província do Espírito Santo e por ordem do ministro do Império José Bonifácio de Andrade e Silva.³³⁴

332 (a) Rubim, F. A., *Memórias*, p. 12. (b) “...criou-se em 1810 um batalhão de artilharia miliciana, ao qual se deu um parque de campanha, arma que mais amedrontava os índios...” [Rubim, B. C., *Memórias*, p. 102-3]

333 Decreto de 10 de setembro de 1810 – Cria o lugar de secretário de governo da capitania do Espírito Santo.

334 *Independência* desta capitania, na parte militar, da capitania da Bahia. Extraído do Livro 2º de Avisos e Provisões das secretarias de estado e tribunais por Basílio Daemon.

Idem. É criado por decreto de 13 de setembro deste ano o Comando das Armas, independente do governo da Bahia, o qual foi anexo aos governadores da capitania, até que em 1822 foi separado, sendo o lugar exercido por oficial de milícias e do Exército; o que foi extinto pela lei de 15 de novembro de 1831, que uniu aquele cargo ao de presidentes de província.

Idem. Tendo entrado de posse do cargo de secretário desta capitania João Barroso Pereira, cria o mesmo a 10 de dezembro deste ano a Secretaria do Governo; serviu João Barroso o cargo de secretário até o 1º de março de 1822, em que entrou a funcionar o secretário da Junta Provisória.

1811. Neste ano foi nomeado ouvidor da comarca José Freire Gameiro, o qual prestou juramento e tomou posse do cargo neste mesmo ano, tendo servido até 1815.

Idem. É feita solenemente uma declaração a 2 de março deste ano, na sala do Governo da capitania, pelo governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, reconhecendo-se público e evidentemente provado o crime de muitas pessoas empregadas na Junta da Real Fazenda, as quais desfalcavam os cofres públicos e roubavam o povo, tendo-se de tudo remetido cópia ao conde de Aguiar, prendendo-se nessa ocasião o capitão de milícias Inácio Luís de Castro, por concorrer para a fuga do escrivão da Junta Francisco Manoel da Cunha e José Francisco de Melo e assim a mais três escravos que o ajudaram.

Idem. Dá o escrivão da Junta da Real Fazenda Francisco Manoel da Cunha, a 23 de junho deste ano, ao conselheiro Antônio de Araújo e Azeredo amplas informações sobre o estado desta ainda capitania do Espírito Santo, sendo extenso em todos os ramos atinentes ao público serviço, como na parte geográfica, topográfica e histórica.³³⁵

Idem. É nomeado a 27 de setembro deste ano para escrivão e deputado da Junta da Real Fazenda Antônio Joaquim Nogueira da Gama, que foi empossado do cargo a 16 de março

335 (a) *Informação* que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a província, então capitania do Espírito Santo, ao ministro de Estado Antônio de Araújo e Azeredo. (b) *Ofício* que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo.

do ano seguinte, quando aqui chegou, contando então 21 anos de idade. Deixando mais tarde o lugar foi para o Rio Doce e ali se estabeleceu com fazenda, vindo a falecer a 6 de abril de 1827, tendo 36 anos de idade. Este prestante cidadão ocupou muitos cargos públicos e de confiança, existindo ainda não só no Rio Doce como nesta capital muitos descendentes, entre eles seu filho o ilustrado tabelião Antônio Augusto Nogueira da Gama.

Idem. Tomam posse no mês de dezembro deste ano do governo interino desta capitania o coronel Inácio João Monjardino e Antônio Lopes Pereira, por ter ido em viagem para a Corte o governador.

1812. É criada neste ano nesta capitania a colônia de *Santo Agostinho*, a primeira no país.

Idem. É edificada na hoje vila da Barra, à margem direita do rio *Quericaré*, hoje São Mateus, uma igreja sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição da Barra.

Idem. Pela estatística deste ano, feita, segundo julgamos, pelo capitão Vasconcelos, a população da capitania constava de 11.900 indivíduos livres e 12.100 escravos, no total 24.000 almas.

Idem. É confirmado a 12 de fevereiro deste ano um escrito do ex-governador Manoel José Pires da Silva Pontes Leme sobre uma viagem que fizera ao norte e sul da província e a respeito das descobertas de minas de ouro no rio *do Cascalho* (no Castelo), na *Lagoa*, no rio *Itabapoana*; e na *serra da Flecheira* (em Caparaó).³³⁶

Idem. É nomeado a 12 de junho para o cargo de governador desta capitania Francisco Alberto Rubim, independente do governador e capitão-general da Bahia a que eram anteriormente sujeitos. Tendo este governador aqui chegado no dia 1º de outubro deste ano, toma posse da administração desta capitania a 5 do mesmo mês. Manoel Vieira de Albuquerque Tovar, descendente de uma antiga e nobre família portuguesa,

³³⁶ *Extratos* das viagens feitas no deserto que separa as povoações da província de Minas Gerais e as povoações do litoral nas províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, por Manoel José Pires da Silva Pontes, com o parecer da Comissão de Geografia do IHGB. (b) Pontes, *Extratos* de uma viagem feita à província do Espírito Santo.

retirou-se para Portugal, tendo aqui deixado dois filhos naturais que muito estimava e de que existe descendência. Fora um tanto execrado este governador por suas arbitrariedades e vinganças, mas força é confessar que fez o possível para desenvolver e aumentar a capitania, indo ele próprio às localidades e por si mesmo averiguando da verdade.

Idem. Chegam a esta capitania em 19 de agosto deste ano duas divisões de Tropa de Linha, mandadas pelo conde de Palmas, e para o fim de marchar uma para o norte e outra para o sul a descobrir o rio Santa Maria e facilitar a comunicação para Minas Gerais. Uma outra divisão que seguira para leste descobriu nesta excursão entre soberbas matas uma grande campina, que os antigos conheceram por *Campina do Ouro*, segundo as tradições que existiam, trazendo eles nessa ocasião amostras de ouro e pedras preciosas. Desta *Campina do Ouro*, consta ter havido um antigo *roteiro*, o qual descrevia este lugar junto à fralda de uma montanha aurífera, na mata existente entre a estrada de São Pedro de Alcântara e a de Santa Teresa.

Idem. Deixa o governo interino da capitania, em março deste ano, Antônio Lopes Pereira, ficando governando-a Inácio João Monjardino e Inácio Pereira de Barcelos, tendo também feito parte do governo em julho deste mesmo ano o ouvidor José Freire Gameiro, e dele se retirado o coronel Inácio João Monjardino, até que empossou-se o governador Rubim em 5 de outubro.

Idem. Tendo este ano sido eleita a 13 de setembro a mesa definitiva da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, entrega a passada, composta do irmão prior capitão José Martins Ferreira Meireles e mesários Francisco Luís de Andrade e Manoel Alves da Cunha, os poderes ao novo prior José do Couto Teixeira e mesários Francisco da Silva Borges, José Pinto Porto, Inácio Félix de Sales, Marcelino Pinto Ribeiro, João Duarte Barroso, Manoel de Siqueira e Sá, Gregório Gonçalves Sutil, Joaquim Cardoso, José Rodrigues de Amorim, Antônio de Aguiar Brandão, e Manoel Ribeiro da Silva Borges, sendo deferido pelo padre comissário o guardião frei José de Santa Úrsula Terra o juramento aos Santos Evangelhos, a fim de todos cumprirem seus deveres, celebrando-se em seguida uma grande festividade, à qual concorreu avultado número de pessoas, pela notícia dos dispêndios feitos para esse ato.

Idem. Em outubro deste ano chega de visita pela segunda vez a esta capitania o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho.³³⁷ Aqui chegando abriu o crisma na Igreja de Santiago, hoje Capela Nacional. Foi nessa ocasião que este virtuoso prelado conferiu nesta capital os quatro graus de ordens menores a Matias Pinheiro Furtado, que tendo aqui mesmo estudado fora disso privado por terem-lhe assentado praça no Corpo de Pedestres, podendo antecedentemente obter baixa de cabo de esquadra a 25 de setembro, por requisição que fizera o próprio bispo, talvez que a pedido de Matias Pinheiro Furtado, o qual continuou assim a estudar; mas só mais tarde pôde ordenar-se, por ter sido novamente chamado à praça como sendo ilegal aquela baixa e as concessões feitas pelo bispo; finalmente voltou definitivamente ao estudo e ordenou-se em virtude de requisição feita pelo próprio governador Rubim a 11 de maio do ano de 1813. Mais tarde foi o padre Matias vigário de Guarapari, sendo considerado homem de talento e de grandes recursos intelectuais.

1813. É fundada a 15 de fevereiro deste ano pelo incansável governador Rubim, no sertão ao norte e à margem do rio Santo Agostinho, a povoação de Viana, hoje vila, levantando-se para esse fim uma planta topográfica; foram ali situados os primeiros colonos vindos dos Açores para esta hoje província a mandado do intendente geral de Polícia Paulo Fernandes Viana, de quem a hoje vila tomou o nome; sendo os mesmos ali instalados, principiaram a cultivar os terrenos, dando princípio a povoarem-se aqueles lugares; homens de bons costumes foram um grande auxílio à lavoura, tendo muitos feito fortuna, existindo ainda alguns afazendados e sempre benquistos.³³⁸

Idem. Tendo o bispo capelão-mor D. José Caetano da Silva Coutinho em sua visita a esta capitania ido ao *Rio Doce* a abençoar os seus povoadores, e tomando muito interesse pelo aumento daquele ubérrimo território, envia para ali o padre Pedro do Rosá-

337 De acordo com os apontamentos do mesmo bispo, esta é sua primeira visita à capitania, sendo a segunda em 1819. [Coutinho, *Espírito Santo em princípios do século XIX*] Daemon corrige o lapso em sua errata.

338 (a) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 99-100. (b) *Decreto* de 19 de maio de 1818 confirmando as datas de terras concedidas a casais de ilhéus, estabelecidos na antiga povoação de Santo Agostinho na vila de Viana e na Pimenta da mesma vila. (c) *Relação* dos casais de ilhéus situados na povoação de Viana na capitania do Espírito Santo. (d) “Paulo Fernandes Viana à frente da Intendência Geral da Polícia, será o responsável pela vinda dos açorianos para a capitania do Espírito Santo em 1813, consolidando um projeto de ocupação do solo, que era o objetivo principal para o desenvolvimento da região que compreendia o Espírito Santo e o sul da Bahia.” [Oliveira Lima, *D. João VI no Brasil, 1996, 3ª ed., p. 107*, apud Pimentel, *Açorianos*]

rio Ferreira para o fim de administrar os sacramentos; tendo, porém, este padre logo falecido ao chegar a Linhares, não pôde ver realizados seus desejos o virtuoso prelado.³³⁹ Foi ali, em Linhares, para onde fora chamado pelo bispo, e na antiga igreja, que foi ordenado presbítero Francisco Antunes de Siqueira, mais tarde vigário da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, vigário da vara e cônego honorário.

Idem. São desembarcados no mês de novembro deste ano para coadjuvar a povoação do Rio Doce algumas famílias espanholas que chegaram em um bergantim de nome *Santo Agostinho Palafox*, de que era capitão Sebastião Álvares, que ali se estabeleceram em número de 34 pessoas, sendo recebidos na fazenda de João Felipe Calmon; vieram depois outras famílias de Campos em número de 18 pessoas e ainda algumas de Minas Gerais, sendo devido este aumento de população para aquele lugar aos esforços que para isso fazia o governador Rubim, incansável em promover o engrandecimento da capitania.

Idem. Morre neste ano afogado no rio Doce, onde se tinha ido banhar, o cirurgião-mor Antônio Edvowen Hasfield, que estava incumbido naquela localidade do tratamento da tropa e moradores, e também sobrecarregado do hospital ali fundado, servindo de médico, cirurgião e boticário; era homem de talento e geral nomeada por seus conhecimentos.³⁴⁰

Idem. Neste ano são atacados pelos gentios diversos pontos povoados: o *Quartel de Aguiar* a 19 de fevereiro; o *Quartel de Linhares* em 31 de março; o núcleo do *Sertão de Iconha*, em Benevente, a 29 de maio; a povoação de Linhares a 11 de junho; entre o primeiro e o segundo *Quartel de Linhares* a 16 de agosto; o *Quartel do Porto do Souza* a 18 do mesmo mês; o *Quartel de Piraqueçu* a 18 de outubro; ainda o *Quartel do Porto do Souza* a 30 de dezembro, tendo-se morto muitos índios, aprisionado alguns, e tomado deles muitos apetrechos, mas morrendo alguma gente civilizada, e [sendo] feridos alguns soldados; alguns lavradores abandonaram suas fazendas ou situações centrais, pelos prejuízos causados e desgosto que sofreram pela morte de muitos dos seus.

339 Sobre o padre diz o bispo: “...que eu mandei e que hoje está pateta, não passou da barra e quartel da Regência, porque, aqui nem canoa lhe deram para se passar a Linhares e por outros motivos da mesma natureza.” [Coutinho, *Espírito Santo em princípios do século XIX*, p. 71]

340 “Tinham morrido várias pessoas que eu aqui deixei [em 1812], como João Filipe [Calmon]; o cirurgião inglês Alfield...” [Coutinho, *Espírito Santo em princípios do século XIX*, p. 82]

Wied-Neuwied, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Soldados de Linhares com suas mochilas.



Idem. A Casa de Misericórdia desta capital, por intermédio do governador Rubim, em data de 8 de março deste ano, visto só ter aquele estabelecimento pio o rendimento de 800\$000 para ocorrer às suas despesas, pede ao governo naquela data para poder continuar a funcionar, visto estar paralisado o estabelecimento (não soube-se mesmo onde funcionava anteriormente, mas que em 1762 rendera de tumbas e sepulturas 50\$280 e no ano de 1768 o maior rendimento fora 246\$885), e concedida que fosse a permissão poder-se prosseguir nas obras deste pio estabelecimento.³⁴¹

Idem. É preso na vila de Guarapari em trajes de marinheiro um religioso, pela desconfiança que teve o comandante do distrito por constar-lhe que o mesmo marinheiro trazia livros em uma caixa; mandou-a abrir e encontrou diversos livros místicos e um hábito de religioso Brancane,³⁴² pelo que o mesmo confessou ter vindo da vila de Prados em uma canoa para Caravelas, e dali para Guarapari em uma lancha. Foi conduzido para esta então vila e recolhido preso à ordem do governador Rubim no Convento de São Francisco; trazia a barba e cabelos compridos e só abriu a coroa e vestiu o hábito durante a viagem para aqui, ignorando-se, no entanto, o que mais houve a respeito do mesmo religioso.

Idem. Ordena D. João VI, por aviso de 10 de julho deste ano, ao governador desta capitania, que se regesse pelas ordens existentes na Secretaria do Governo, visto suas requisições sobre um regimento por onde pudesse se guiar em sua administração.

Idem. Neste ano principia-se a promover a fundação da nova Casa da Misericórdia e Hospital na colina que se acha no Campinho, por ignorar-se o local do antigo hospital que nesta capitania se fundara.³⁴³ Foi principal doador e fundador Luís Antônio da Silva, coadjuvado pelo governador Rubim que também não se poupou a esforços para ver realizada aquela obra, a qual ele próprio administrava, enquanto que Luís Antônio da Silva concorria com o necessário para o seu acabamento.

³⁴¹ "...esse governante, utilizando-se de sua influência na sociedade, iniciou sua busca de recursos para uma melhor estruturação da casa de caridade da Irmandade." [Piva, *Santa Casa de Misericórdia*, p. 6]

³⁴² *Brancane*, certamente, referindo-se ao convento franciscano desse nome em Portugal.

³⁴³ Rubim, B. C., *Notícia*, p. 345.

Idem. São neste ano remetidos ao conde de Galveias os mapas levantados das fortalezas de São Francisco Xavier e São João, assim como dos fortes, expondo o governador as faltas existentes, as ruínas em que se achavam e as obras que era preciso serem atendidas.

Idem. É concedido por aviso de 13 de março ao capitão de infantaria e coronel de milícias Inácio João Monjardino, que servia de governador da Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, o soldo correspondente ao posto de tenente-coronel, por contar mais de 80 anos de idade e ter servido com zelo ao Estado.

Idem. São divididos neste ano os diversos destacamentos do norte e sul; sendo a primeira divisão colocada nos postos do *Porto do Souza, Anadia, Primeiro, Segundo e Terceiro Quartéis de Linhares, Porto da Regência Augusta, Aguiar, Comboios, Riacho, Piraqueçu e Galveias*; a segunda divisão nos postos *Mulelos, Vienieiro, Nova Coimbra, Bragança, Santa Bárbara, Primeiro Quartel de Viana, Tondela, Boa Vista e Itabapoana*, sendo quase todos comandados por soldados alvorados,³⁴⁴ e tomadas estas medidas a fim de melhor estorvar os contínuos ataques dos aborígenes.

Idem. Houve neste ano, nesta hoje cidade da Vitória, nos dias 29 e 30 de maio, um grande alvoroço em consequência de terem o escrivão da Ouvidoria José Cardoso Pereira Lobo e o escrivão do Ordinário José Bernardino Ribeiro acompanhados de dois oficiais de justiça, dado voz de preso, no próprio quartel, ao tenente do Regimento de Milícias José Rodrigues de Amorim, a mandado do ouvidor José Freire Gameiro, citando-o a falar num auto sumário de injúrias contra o mesmo ouvidor, quando este estava no governo interino da capitania; fardado saiu o oficial com os que lhe intimaram a ordem, a fim de ser conduzido à prisão, mas ao passar defronte à porta do ouvidor pediu o oficial para falar-lhe, o que lhe foi negado pelo ouvidor, e continuando a caminhar, ao chegar em frente à Igreja de Santa Luzia, que estava aberta, isto pelas sete horas da manhã, desvencilhou-se dos que o conduziam e entrou na igreja seguido dos oficiais de justiça até o altar-mor; aí o escrivão Lobo apontou-lhe ao peito um estoque para que saísse e o acompanhasse, ao

344 Difícil interpretar a expressão, que não encontramos em nenhuma obra de referência consultada. Seria *alvorado* o mesmo que *alvorçado*, com o sentido de *rebelado*, *amotinado*? Seriam esses soldados enviados aos quartéis como punição?

que negou-se o tenente Amorim, dizendo que estava em lugar sagrado e portanto garantido; vendo aqueles que não o podiam arrancar dali, saíram e fecharam a porta da igreja, mas ficando alguns a guardar o preso com as espadas desembainhadas. Tendo logo o governador da capitania ciência do fato, esperou que o ouvidor requeresse ao então vigário da vara, padre Francisco da Conceição Pinto, a ver se o caso era ou não de imunidade; deu-se, porém, o contrário, porque requereu o ouvidor que lhe fosse entregue o preso contra a Ordenação expressa em seus artigos, o que lhe foi negado pelo vigário. À noite, pelas 7 horas, requereu o ouvidor ao governador auxílio militar para tirar o preso e pô-lo em custódia até averiguar-se se o caso era de imunidade, ao que respondeu o governador Rubim que desejava saber se o auto estava feito, para mandar pôr em custódia o dito tenente em uma fortaleza, ordenando que lhe enviasse a cópia da formação da culpa para ser julgada segundo as determinações reais; respondeu o ouvidor que o tenente não gozava de foro e que o auto tinha de ser feito depois da prisão. Este procedimento era contrário ao decreto de 9 de outubro de 1812. Dormiram os oficiais de justiça dentro da igreja com as portas fechadas na noite de 29, tendo-se fora da igreja aglomerado bastante povo que vociferava contra tais arbitrariedades. O escrivão Lobo, por ordem que recebera, não consentia abrir-se a igreja nem mesmo quando os oficiais de justiça o pediam por precisarem sair para suas necessidades, respondia-lhes que o fizessem dentro da igreja, o que de fato aconteceu. No dia 30, sabendo o vigário da vara destes fatos e da falta de respeito ao templo, fez sair os oficiais de justiça, pondo para fora da igreja a mesa e mais objetos para ali levados, declarando que só podiam guardar o preso do lado de fora, tendo ido para esse fim buscar as chaves da igreja na própria casa do ouvidor, acompanhado pelo povo. Neste dia e noite ainda se conservou refugiado na igreja o tenente Amorim, mas representando ao governador no dia 30 que estava há dois dias sem comer, mandou este que um tenente e um cabo acompanhassem à igreja o escravo que ia levar-lhe sustento. A 31 compareceram o ouvidor e o vigário à porta da igreja e lavrou-se o auto de imunidade, mas fazendo-se inquirição sobre a culpa e tendo sido escolhidas testemunhas ao bel-prazer do ouvidor, suscitou-se entre o vigário e o ouvidor uma altercação sobre a validade da imunidade, foi então o tenente recolhido em custódia a uma sala da cadeia; no dia 1º de junho, porém, tendo mandado o ouvidor arbitrariamente recolhê-lo debaixo de chave, contra o exposto na Ordenação do Reino e garantias da Milícia, revoltou-se o povo, representando a el-rei todos os oficiais milicianos

no dia 11 do mesmo mês, conservando-se todos indignados pelos excessos do ouvidor, apesar da energia conservada pelo governador Rubim, que tendo feito de todo o ocorrido imparcial exposição ao governo geral, deu causa a que mais tarde, em julho do mesmo ano, fosse o dito ouvidor suspenso e chamado à Corte.

Idem. Segundo Regimento de Milícias datado de 6 de julho deste ano eram seus oficiais: do Estado Maior coronel-comandante o governador Francisco Alberto Rubim; tenente-coronel, Manoel Vieira Machado; sargento-mor Francisco Luís das Chagas Carneiro, primeiro ajudante José Barbosa Pereira, segundo ajudante Miguel Rodrigues Ferreira, quartel-mestre Manoel do Nascimento Rosa, secretário José Ribeiro Pinto e cirurgia João Antônio Pientznauer. Companhia de Granadeiros: capitão Inácio Martins Ferreira Meireles, tenente José Pinto Ribeiro de Carvalho, alferes Manoel Joaquim de São Boaventura. Companhia de Infantaria: capitães José Pinto Ribeiro, José Correia Vidigal, Manoel Rodrigues Pimentel, Antônio Joaquim Franco, Francisco José Guimarães, Luís José Pereira, Inácio Luís da Costa Brandão e Francisco Antônio da Fonseca; tenentes: Inácio Gonçalves Coelho, José Rodrigues de Amorim, Manoel Pinto Homem de Azevedo, José Joaquim da Rocha, Luís da Fraga Loureiro, Antônio José Lambertino, Antônio das Neves Teixeira e Joaquim Marcelino da Silva Lima; alferes: Antônio de Aguiar Brandão, Antônio Bonifácio Pereira, Inácio Leão da Fraga, Francisco José de Barros Lima, Manoel Machado de Almeida, Manoel Rodrigues Pereira, José Francisco de Melo e José da Silva Pereira. Companhia de Caçadores: capitão Sebastião Vieira Machado; tenente Manoel da Silva Maia; alferes João Pinto de Castro e tenente agregado Francisco Luís de Andrade. Companhias de Cavalaria: capitães: Miguel Rodrigues Pinto e José Martins Ferreira Meireles; tenentes: Antônio Felipe Soares de Mesquita e Joaquim Honorato de Amorim; alferes: Joaquim Duarte Carneiro e Francisco Ferreira Toscano.

Idem. É neste ano promovida uma devassa pelo então governador interino da Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, Inácio Martins Ferreira Meireles, sobre o soldado de primeira linha Manoel Pinheiro, que levantara-se contra o governador da Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra Inácio João Monjardino, ferindo-o gravemente no grande conflito que ali se deram e quando estava ausente o ouvidor que servia de auditor de guerra, sendo por isso dito soldado remetido para a Corte para ali responder sobre o fato.

Idem. Partem desta então vila da Vitória três companhias de Milícias sob o comando do capitão do Batalhão de Artilharia Gaspar Manoel de Figueiroa, a ir apaziguar a população da vila de Guarapari, que se achava dividida em dois partidos, um a favor do padre Domingos da Silva e Sá e outro a favor do vigário da Matriz daquela vila, José Nunes da Silva Pires; o padre Inácio José da Costa, seus parentes e amigos eram do partido deste, enquanto que os escravos das fazendas administradas pelo padre Domingos, estando parte revoltados e outros refugiados no mato, ameaçavam a população; foi nessa ocasião exonerado ali do comando da tropa o capitão de milícias Luís José Pereira, acérrimo partidário do padre Domingos. Estes fatos trouxeram aquela vila em contínua revolta, dando-se de parte a parte fatos desagradáveis. Dos escravos refugiados alguns foram presos remetidos para esta então vila, e aqui castigados, tendo outros sido nas lutas mortos e os cabeças vendidos, procedendo-se por isso a devassa, queixas e conciliações.

Idem. É levada neste ano ao conhecimento do príncipe D. João VI, pelo governador Rubim, a descrição, vida e alimentação do bicho de seda, descoberto por Antônio José Vieira da Vitória, assim como remetida uma lagarta, casulo e crisálida desse *bombix do mamono*.³⁴⁵

Idem. É louvado pelo governo da metrópole o governador Francisco Alberto Rubim, em aviso de 30 de maio deste ano pela estatística que apresentou sobre esta capitania, que julgamos ter sido feita pelo capitão Marcelino Vasconcelos, tendo sido a mesma remetida a 30 de março do mesmo ano.

Idem. A 30 de maio deste mesmo ano é ainda o mesmo governador Rubim louvado pela Junta do Banco do Brasil pela remessa da quantia de 16:000\$000, em que o governo geral estipulou dever pagar esta capitania pela transação feita com aquele banco.

Idem. Por decreto de 3 de agosto é criada a cadeira de primeiras letras na vila do Espírito Santo, a primeira também que ali houve.³⁴⁶

³⁴⁵ Termo não dicionarizado, equivalente a *mamona*.

³⁴⁶ *Provisão* criando uma cadeira de primeiras letras na vila do Espírito Santo, a primeira que ali se estabeleceu no município, 1813. Compilado por Daemon.

Idem. Por decreto de 19 de novembro foi criada uma outra cadeira de primeiras letras na vila de Itapemirim.

Idem. É remetida ao governo da metrópole pelo governador Rubim, em 4 de novembro, uma amostra de trigo, linho e cânhamo, cultivados na capitania e muito principalmente em Linhares e Viana.³⁴⁷

Idem. Por ordem do governador Francisco Alberto Rubim são levantadas neste ano mais três plantas feitas a traços de pena,³⁴⁸ demonstrando nelas a povoação de Viana, então Santo Agostinho, tanto do lado sul como do norte dessa hoje vila, pouco depois de terem aqui chegado e ali serem estabelecidos os açorianos.

1814. Por ordem do mesmo governador Rubim é levantada neste ano uma planta topográfica e perspectiva da vila hoje cidade da Vitória, sendo a mesma traçada a pena e acompanhada de explicações das localidades ali desenhadas.³⁴⁹

Idem. É autorizado em data de 17 de janeiro o governador da capitania do Espírito Santo a conceder sesmarias, às margens dos rios Doce, Santa Maria e em todos os outros que aqui houvesse.³⁵⁰

Idem. Por carta régia também de 17 de janeiro é autorizado o governador da capitania a conceder sesmarias de terras a particulares.³⁵¹

Idem. Por carta régia também de 17 de janeiro é ordenado que fosse isenta do pagamento do dízimo, por dez anos, a exportação de linho e trigo que se cultivasse na capitania, a contar do 1º do dito mês e ano.³⁵²

347 “Por ofício de 4 de novembro remeteu o governador ao rei amostras de linho e trigo cultivado na capitania.” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 346] (b) “Com ofício de 4 de novembro de 1813 o governador remeteu a el-rei amostras de linho e trigo cultivado na capitania...” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 57]

348 Bicos-de-pena.

349 “Levanta-se a primeira planta perspectiva da vila da Vitória, capital da capitania.” [Rubim, B. C., *Notícia*, p. 346]

350 *Carta régia* de 17 de janeiro de 1814 – Autoriza a concessão de sesmarias e isenta de pagamento dos dízimos as culturas de trigo e linho da capitania do Espírito Santo.

351 *Idem.*

352 *Idem.*

Idem. Por carta régia de 17 de janeiro declarou-se que todos os possuidores de sesmarias podiam comerciar em quaisquer madeiras existentes nas matas da capitania, com exceção do *pau-brasil*, *tapinhoã*, e *peroba*, que só poderiam ser cortadas mediante licença.³⁵³

Idem. É ordenado em carta régia de 17 de janeiro, já citada, e ao governador desta capitania, que aos colonos açorianos e outros quaisquer povoadores que para aqui viessem se fizesse gratuitamente a demarcação e medição dos terrenos que lhes fossem concedidos, caso não tivessem meios para fazer tais medições.³⁵⁴

Idem. É passada a 17 de maio deste ano a carta patente nomeando boticário aprovado para a vila da Vitória a Miguel Rodrigues Batalha, o primeiro nomeado nesse grau, por ter feito exame na Corte, segundo o respectivo Regulamento, sendo feito esse exame na presença do Dr. José Maria Bontempo, delegado do físico-mor, e sendo examinadores os farmacêuticos aprovados Antônio Pinto de Siqueira e João Domingos do Paço; foi examinado em farmácia teórica e prática e modos de compor e decompor, tendo obtido o grau *nemine discrepante*;³⁵⁵ a carta foi assinada pelo príncipe-regente depois D. João VI e pelo Dr. físico-mor Manoel Vieira da Silva.

Idem. Por aviso de 18 de junho deste ano foi ordenado que fossem abertos os portos da província aos navios estrangeiros de todas as nações para o comércio direto, o que foi cumprido pelo governador em 13 de julho e confirmado a 23 do mesmo mês.³⁵⁶

Idem. É aprovado em 19 de julho deste ano por carta assinada pelo príncipe-regente D. João VI, o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos,³⁵⁷ o qual se achava assinado pelos irmãos seguintes: padre Marcelino Pinto Ribeiro, capelão; Manoel Pinto de Castro, juiz; Francisco dos Reis do

353 *Idem.*

354 *Idem.*

355 Sem oposição de ninguém, ou seja, por unanimidade.

356 *Decreto* de 18 de junho de 1814 – Permite a entrada dos navios de quaisquer nações nos portos dos Estados Portugueses e a saída dos nacionais para portos estrangeiros.

357 *Compromisso* da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Nascimento, tesoureiro; Miguel Araújo, escrivão; Antônio Pereira de Jesus e Joaquim José Ribeiro, procuradores; Vicente Ferreira Trancoso, José Tomás de Freitas, Manoel Gonçalves de Araújo, José de São Boaventura Grijó, Antônio dos Santos Costa, Francisco Ribeiro das Chagas, José Tomás da Gandia, Benedito dos Santos Reis, Vicente Ferreira da Silva, José da Silva Rosário, Fulgêncio da Penha de Jesus e Bernardino Antônio de Alvarenga. Concedeu-se ainda licença para continuar o terço que desde tempos imemoriais dali saía aos domingos, pelo que lhes foi concedida a continuação deste privilégio.

Idem. A 14 de setembro deste ano manda o governador Rubim que fosse rompida e aberta uma estrada que se comunicasse com Minas Gerais, pelo sertão que intermediava as duas capitânicas, principiando da cachoeira do rio Santa Maria comunicando até esta hoje cidade, tendo de extensão 72 léguas mais ou menos, sendo dela incumbido o capitão do Corpo de Pedestres Inácio Pereira Duarte Carneiro, que recebera instruções a respeito.³⁵⁸

Idem. São remetidas a 4 de novembro deste ano ao príncipe-regente D. João VI novas amostras de trigo e de linho, cultivados na capitania, sendo reconhecida a sua ótima qualidade e recomendado que se continuasse nesse cultivo.

Idem. É levantada por ordem do governador Rubim e com sua coadjuvação uma outra planta topográfica da vila e hoje cidade da Vitória.

Idem. Pela resolução do governo geral datada de 31 de setembro, é criada a cadeira de primeiras letras da vila de Benevente e examinado Antônio Gomes da Cunha Braga pelo lente de Latim padre Marcelino Pinto Ribeiro e o professor de primeiras letras da capital José das Neves Xavier, e sendo aprovado tomou o mesmo posse daquela cadeira.

358 “Instruções dadas, em 11 de abril de 1814, ao capitão Inácio Pereira Duarte Carneiro, encarregado da abertura da estrada de São Pedro de Alcântara. Subirá ao Cachoeiro de Santa Maria, dali se dirigirá ao Quartel de Bragança e deste principiará a abrir a picada seguindo para Minas Gerais...” [Nery, *Lembranças*, p. 134]

Idem. Neste ano dão-se nesta capitania dois suicídios extravagantes, parecendo ter um conexão com outro. No dia 17 de outubro deste ano suicida-se na Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, onde estava destacado, o alferes de divisão do Corpo de Pedestres de Minas Gerais Manoel Rodrigues de Medeiros, que fazendo firme propósito de não comer, apesar de grandes instâncias em sentido contrário, acabou à fome nesse dia. No dia 11 de novembro, vinte e cinco dias depois do primeiro, suicida-se no Rio Doce o alferes também do Corpo de Pedestres Luís Correia de Araújo, homem de cor preta e possuidor de alguma fortuna em dinheiro e escravos, em consequência, segundo se depreendeu, de prejuízos que tivera em sua fortuna. Aqui notamos um fato bastante sabido nesta capital, e é que os dois suicidas tinham feito parte dos que haviam ido a Benevente em tempo do governador Pontes Leme a prender o vigário daquela freguesia padre Inácio Joaquim da Natividade e Almeida a mandado do mesmo governador, por intrigas feitas ao mesmo contra o vigário de quem era amigo e fora discípulo em Portugal, onde ambos estudaram, por dizerem-lhe que ele houvera dito que não tinha medo de *canhões vermelhos*, em alusão aos da farda do governador. O alferes Luís Correia de Araújo fora o comandante da escolta, e tão arbitrário se mostrou que ao prender o vigário o mandara amarrar com cordas e o trouxera assim em uma rede até Vila Velha, onde o mesmo vigário ficou preso na Fortaleza de São Francisco Xavier por não querer daí passar, enquanto que o sacristão e outras pessoas desembarcaram no Forte de São João e percorreram escoltados e amarrados as ruas desta hoje cidade, tocando à frente deles um tambor desafinado para chamar a atenção do povo, como se fizera em todo o trânsito desde Benevente. Diz ainda a crônica que acabaram desgraçados todos aqueles que fizeram parte desta escolta de pedestres, apontando-se nome por nome como seja André e Miguel que acabaram loucos. O vigário Natividade, homem benquisto e de bons costumes, foi remetido para o Rio de Janeiro onde foi solto, mas seguindo para Portugal ali se apresentara de mãos e pés amarrados, com uma corda ao pescoço, queixando-se à rainha D. Maria I, que mandou estranhar ao governador Pontes Leme o seu procedimento, sendo essa a causa de sua exoneração, contando-se que o mesmo Pontes Leme antes de morrer dissera: que *morreria de desgostos que lhe acarretara um clérigo*.

1815. São remetidas neste ano a diversos lavradores do norte da capitania as primeiras sementes de cafeeiro, recomendando-se o seu plantio e cultura, mandando-se para tal fim instruções.³⁵⁹

Idem. É nomeado a 6 de abril deste ano como ouvidor da comarca o bacharel José de Azevedo Cabral, sendo também por alvará de 16 de junho nomeado provedor da Fazenda dos defuntos e ausentes; em 24 de maio do mesmo ano tomou logo posse do cargo,³⁶⁰ cuja jurisdição ia à capitania da Paraíba do Sul, tendo o mesmo servido até 1822.

Idem. É mandado a 10 de abril deste ano abrir uma estrada para Minas Gerais a qual partindo da primeira cachoeira do rio Santa Maria fosse em direitura a Vila Rica; foi dela encarregado o capitão Inácio Francisco Duarte Carneiro, depois coronel do Estado Maior, tendo-se logo feito dessa estrada 22 léguas desde aquele lugar até as margens do rio Pardo.³⁶¹

Idem. Por alvará de 27 de junho deste ano é elevada a freguesia e antiga aldeia de índios de Itapemirim à categoria de vila, com o patrimônio de meia légua quadrada de terra sob a obrigação dos moradores fazerem à sua custa casa da Câmara, cadeia e quartel.³⁶²

Idem. Por decreto de 24 de julho a instâncias do governador Francisco Alberto Rubim é ordenada a fundação de uma igreja na hoje vila de Santa Cruz, para servir de matriz até que posteriormente se edificasse uma em condições nas adjacências do rio Doce.

Idem. É em meados deste ano demarcado o patrimônio da vila de Itapemirim pelo ouvidor José Libânio de Souza e o juiz ordinário Manoel Joaquim de Oliveira Costa.

359 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 58.

360 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 81.

361 (a) Ver nota 47. (b) *Ofício* de Francisco Alberto Rubim endereçado a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal [3 de dezembro de 1818], acompanhado pela *Medição*, direção e observações da nova estrada que da cachoeira do rio Santa Maria, termo de vila Vitória, segue pelo sertão intermédio à Vila Rica... [RIHGB, 6:461-2]

362 *Alvará* de 27 de junho de 1815 – Erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo.

Idem. Os índios coroados e caetés atacam e infestam as margens do rio Doce, destruindo as plantações e cometendo roubos, mortes e barbaridades; também os boto-cudos infestam quase na mesma ocasião as fazendas das margens do rio Itapemirim, de que foram vítimas algumas pessoas, das quais duas foram mortas e comidas.³⁶³ Dali batidos apareceram ainda no Quartel da *Boa Vista*, no *Ceri*, no dia 28 de julho, dos quais o comandante do destacamento matou três, feriu a muitos e aprisionou alguns.

Idem. Por provisão do Conselho Militar datada de 14 de agosto, é autorizado o governador da capitania a passar e conceder patentes aos oficiais do Corpo de Ordenanças.³⁶⁴

Idem. É atacado no dia 1º de outubro o segundo *Quartel de Linhares* por um número extraordinário de índios, falando parte deles perfeitamente a língua portuguesa, na qual insultavam os moradores; mas tão acertadas foram as providências dadas pelo comandante João Felipe de Almeida Calmon, e tal o valor extraordinário do soldado José Pinto de Andrade, que puderam contê-los até a chegada de uma *bandeira* de trinta e cinco pessoas que veio coadjuvar o destacamento, tendo havido grande mortandade e ficando feridos muitos dos nossos, distinguindo-se no ataque o soldado Joaquim Correia e o paisano Manoel Morais Sarmento, que foram gravemente feridos.

Idem. Pela resolução de 9 de outubro, consultada a Mesa do Desembargo do Paço, é depois por carta de 9 de dezembro deste ano provido na cadeira de lente de Latim desta então vila da Vitória o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, por se haver jubilado como lente daquela cadeira seu pai o padre Marcelino Pinto Ribeiro Pereira, que já contava 21 anos e meses de serviços. Esta jubilação foi resolvida pela Mesa do Desembargo do Paço, em 25 de setembro, despacho de 16 de outubro, e carta passada a 8 de novembro do dito ano.

Idem. No dia 15 de dezembro o governador Rubim dirigindo-se à povoação, hoje vila de Viana, lança ali a primeira pedra para a edificação da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.³⁶⁵

363 Saint-Hilaire, *Viagem ao Espírito Santo*, p. 20.

364 Rubim, B. C., *Notícia*, p. 346.

365 “Em 15 de dezembro de 1815 lançou o governador, Francisco Alberto Rubim, a primeira pedra para a edificação da igreja na povoação de Viana, que dedicou a Nossa Senhora da Conceição.” [Rubim, F. A. *Memórias*, p. 13]

1816. Neste ano parte do Rio de Janeiro o príncipe Maximiliano Wied Neuwied, acompanhado de dois célebres naturalistas, entre eles o célebre Sellow,³⁶⁶ e por terra chegam a esta província percorrendo diversos pontos entre eles o Rio Doce, fazendo estudos e observações sobre geografia, paleontologia, história natural e costumes do povo da capitania, principalmente dos indígenas.³⁶⁷ Do Rio Doce onde se demoraram, prosseguiram viagem por terra até a Bahia, tendo em sua chegada à Europa, em 1817, publicado uma obra importante sobre sua viagem ao Brasil nos anos de 1815, 1816 e 1817, oferecendo-a com estampas do que haviam visto e observado. Desta viagem e obra tratou nosso finado parente o coronel de engenheiros Manoel Ferreira de Araújo no seu jornal *O Patriota* publicado no Rio de Janeiro, e o primeiro que ali houve, assim como também trataram do assunto a *Enciclopédia de Edimburgo*, o *Ensaio* de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, Afonso Beauchamp e também La Beaumelle.

Idem. Sendo nomeado para lente de Latim desta capitania o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, entra em exercício do dito cargo no dia 1º de fevereiro deste ano. Obtendo em 1818 uma licença, deixou por substituto o padre Manoel de Freitas Magalhães.

Idem. Oficia o príncipe D. João VI ao governador Francisco Alberto Rubim louvando-o pela atividade e zelo por ele empregado na abertura de estradas, desenvolvimento da lavoura, meios empregados para aumento da mineração e diligências feitas a favor da navegação dos rios da capitania, recomendando-lhe a continuação de sua atividade e bons desejos, a fim do progresso desta hoje província.

Idem. Há na vila da Vitória grandes festejos durante nove dias, segundo uso de então, pelo ato solene do levantamento, juramento, preito e homenagem à monarquia; concorreu à festividade o povo, corporações civis e militares, durando os festejos até 31 de maio, havendo cavalhadas às expensas dos oficiais e soldados das duas companhias de Cavalaria de Milícias, fogo de artifício apresentado pelos oficiais e soldados

366 "...em 1816 [...] o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, estivera no Espírito Santo, percorrendo toda a faixa litorânea, fixando, em desenhos primorosos, aspectos da natureza espírito-santense, como também, registrando costumes do povo da região." [Elton, *Iluminação*, p. 49]

367 Wied-Neuwied, *Viagem ao Brasil*, 1989, p. 283.

do Regimento de Infantaria de Milícias, representações de peças dramáticas em um anfiteatro levantado em frente a Palácio, representando-se um drama de composição do padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, professor de Latim, sendo coadjuvado por seus alunos; ainda um elogio dramático de Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, recitação de poesias pelo então secretário do Governo tendo o título de *Outeiro*, em alusão ao granito que tem o nome de *Penedo* e outros muitos divertimentos feitos ainda pelo povo a que assistiu o governador Rubim.

Idem. Neste ano mandou o governador Rubim revistar e melhorar as peças colocadas uma em Santo Antônio e outra no sítio de São Bruno, hoje conhecido por *São Burumbu*, por corrupção dos escravos que não pronunciavam como deviam esse nome, e que assim ficou conhecido até hoje. Estas peças foram ali colocadas a mandado do governador Pontes Leme, para avisar em tempo os moradores dos recôncavos de estar a vila em perigo quando fosse atacada por estrangeiros ou indígenas.

Idem. Em carta régia de 4 de dezembro deste ano é aprovado o auto de divisão e demarcação de limites entre esta capitania e Minas Gerais, o qual tinha sido lavrado no Porto do Souza a 8 de outubro de 1800.³⁶⁸

Idem. É autorizado o governador Rubim em data de 4 de dezembro deste mesmo ano a abrir novas estradas de conformidade com as que já havia aberto, louvando-o el-rei pela abertura da denominada *Rubim*, hoje *São Pedro de Alcântara*, e pela providência tomada na colocação de quartéis com a distância de três léguas um do outro.³⁶⁹

Idem. Em carta régia de 4 de dezembro é recomendada ao governador Rubim a conclusão da estrada para Minas e abertura de outras nesta então capitania.³⁷⁰

368 Carta régia de 4 de dezembro de 1816 – Dá varias providências sobre a abertura de estradas pelo interior da capitania do Espírito Santo, in *Coleção de Leis do Brasil de 1816*, p. 90-2. Essa mesma carta foi transcrita em Rubim, B. C., *Memórias*, p. 118-23.

369 (a) *Idem.* (b) *Descrição* da estrada para a província de Minas Gerais pelo rio Santa Maria, in *RIHGB*, 1844, 6:461-467.

370 Carta régia de 4 de dezembro de 1816 – Dá varias providências sobre a abertura de estradas pelo interior da capitania do Espírito Santo. Essa mesma carta foi transcrita em Rubim, B. C., *Memórias*, p. 118-23.

Idem. É enviado ao Rio de Janeiro o ajudante de ordens Joaquim Antônio Lopes da Costa por parte do governador e dos povos desta capitania com uma mensagem datada de 4 de fevereiro deste ano e dirigida ao marquês de Aguiar para apresentar ao príncipe-regente, depois D. João VI, as congratulações pela carta de lei de 16 de dezembro de 1815, em que o Brasil fora elevado à categoria de Reino Unido.³⁷¹

Idem. São remetidos para o Rio de Janeiro ao governo, a 10 de abril deste ano, quatorze caixões de produtos naturais desta capitania, colecionados aqui pelos naturalistas José Guilherme Freire e Frederico Sellow, e deles fazendo entrega ao governador, este os remeteu pela sumaca *Guia*, de propriedade de João Inácio Rodrigues.

Idem. Neste ano há esforços dos fazendeiros de Camboapina, Jucu, Viana e Cariacica, que moravam à margem dos rios, e por lhes ser recomendado pelo governador Rubim, fazem a limpa do rio Marinho e aperfeiçoam o canal feito em Caçaroca para comunicar as águas do Jucu com o Marinho, obra essa feita nos fins do século XVIII pelos fazendeiros capitão Inácio Pereira de Barcelos, capitão Miguel Ribeiro Pinto, Manoel Miguel dos Anjos, Vicente Ferreira de Jesus e D. Sinforosa de Almeida Coutinho, únicos que com escravos indígenas abriram aquela passagem, que muitos julgam ter sido feita pelos jesuítas, o que é um engano, pois que a vala feita pelos padres e não concluída partia do rio Jucu, abaixo da fazenda de Caçaroca, atravessava *Percebape* pertencente ao capitão Pestana e vinha desaguar no *Aribiri*, donde partia um aterro e calçamento de terra até o *Porto das Argolas*, onde os padres embarcavam e desembarcavam e lhes dava comunicação para muitos lugares.

Idem. É participada pelo governador Rubim, em data de 30 de agosto, aos ministros Marquês de Aguiar e conde da Barca a conclusão da estrada desta então vila até a província de Minas, aberta ao comércio de ambas as capitanias.

Idem. Em carta régia de 4 de dezembro deste ano é ordenada ao governador desta capitania a conveniência de adiantar os exames, descoberta e lavra de ouro nas minas de *Santana*, no Castelo, no então município de Itapemirim e hoje de São Pedro do Cacho-

371 *Carta de lei* de 16 de dezembro de 1815 – Eleva o Estado do Brasil à graduação e categoria de reino.

eiro, como também louvando-o pela execução e resultado da estrada para Minas Gerais que tinha o nome de estrada *Rubim*, assim como do acertado estabelecimento, de três em três léguas, de quartéis como os de *Bragança*, *Pinhel*, *Serpa*, *Ourém*, *Barcelos*, *Vila Viçosa*, *Monforte* e *Souzel*,³⁷² a fim de prestar serviços aos viajantes que de Minas atravessando o rio Pardo viessem à província e aos que daqui partissem; esses quartéis deram depois origem a diversas povoações, hoje existentes em algumas localidades.

Idem. Por ordem de 4 de dezembro deste ano são isentos do pagamento de direitos de qualquer natureza todos os gêneros que subissem e descessem pela estrada denominada *Rubim*, que partia desta então vila à capitania de Minas Gerais.³⁷³

Idem. É expedida em 5 de dezembro deste ano pelo príncipe D. João VI a carta régia ao governador desta então capitania ordenando a conveniência de adiantar os exames mineralógicos e distribuição de datas, de conformidade com os regimentos existentes sobre as minas de ouro de *Santana* do Castelo.³⁷⁴

Idem. É examinado, para ocupar a cadeira de primeiras letras da vila de Nova Almeida, Manoel José Ramos, cadeira que fora criada pela resolução de 5 de dezembro de 1815; foram examinadores o professor jubilado de gramática latina Marcelino Pinto Ribeiro Pereira e o professor de primeiras letras José das Neves Xavier.

1817. Neste ano é apresentada ao governador Francisco Alberto Rubim uma *Memória Estatística*, sobre a província do Espírito Santo, constando a população de 24.587 almas.³⁷⁵

372 *Sobre a edificação* do último quartel na estrada aberta desta então capitania à de Minas Gerais, e a que foi dado o nome de *Souzel*, nas divisas de uma e outra capitania, e ao sul da mesma. (1816).

373 (a) *Carta régia* de 4 de dezembro de 1816 – Dá varias providências sobre a abertura de estradas pelo interior da capitania do Espírito Santo, in *Coleção de Leis do Brasil de 1816*, p. 90-2. Essa mesma carta foi transcrita em Rubim, B. C., *Memórias*, p. 118-23. (b) *Ofício-circular* do governador Rubim, dirigido a diversas autoridades da capitania do Espírito Santo, demonstrando quais os limites delas, isenções que deviam ter os gêneros exportados da capitania de Minas Gerais pelas novas estradas abertas, e a concessão permitida de terrenos aos que quisessem no Espírito Santo se estabelecer (1817).

374 Gomes Neto cita carta régia de 4 de dezembro [História das mais importantes, *RIHGB*, 1892, 55, II, 1892, p. 43]

375 (a) Rubim, F. A., *Memória*, p. 161-84. (b) “Por aviso de 30 de maio de 1818 o mandou el-rei louvar por ter escrito a estatística da capitania, procurando a este respeito obter noções exatas do que as que anteriormente se haviam transmitido; esta estatística é acompanhada de um resumo histórico, e este trabalho se acha estampado na *Revista [do IHGB]* trimestral.” [Rubim, B. C., *Memórias*, p. 128.]

Idem. É relevada a Câmara desta então vila da Vitória de pagar o soldo do sargento-mor de milícias e do ajudante do Batalhão de Artilharia, também de Milícias, a que era obrigada desde 1788 quanto ao primeiro, e desde 1810 quanto ao segundo, passando esta despesa a ser feita pela Junta de Fazenda.

Idem. Oficia o governador Rubim ao governo geral demonstrando a necessidade de uma fortaleza na ilha do Boi, que defendesse a barra de qualquer ataque de estrangeiros, pois que a posição em que ela se acha a isso se prestava a fim de defender o canal do norte e não poder dar entrada a navio algum sem seu consentimento, ao que não se prestava tão bem a Fortaleza de São Francisco Xavier da Barra, já pela sua ruína como pela posição em que se achava.

Idem. Tendo neste ano sido concluída a estrada desta capitania a Vila Rica (Ouro Preto), em Minas, depois de aperfeiçoada e medida oficiou o governador ao ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, declarando que a estrada tinha de extensão 43 ½ léguas.

Idem. Por provisão de 5 de março é mandado pelo Real Erário que pelo cofre da Junta de Fazenda se fizesse a despesa necessária com a fundação da Igreja Matriz da hoje vila de Linhares que então era ainda quase que uma povoação composta de indígenas.³⁷⁶

Idem. Neste ano é aberta uma estrada que partindo da hoje vila de Viana, seguia até o *Quartel de Ourém*, na *Estrada do Rubim*, com 10 léguas de extensão, atravessando a cachoeira do rio Santa Maria, dois quilômetros mais ou menos daquele quartel.

Idem. Neste ano Antônio José Vieira da Vitória, que havia descoberto o bicho-de-seda, o *bombix* do Brasil, expõe ao governador Rubim a possibilidade de procriá-lo com facilidade, assim como as vantagens a auferir-se desta indústria, o que foi muito do agrado do dito governador, sendo por ele animado o descobridor e todo o ocorrido a respeito comunicado no ano seguinte ao governo geral com petição do descobridor e informação do governador.³⁷⁷

376 Rubim, F. A., *Memórias*, p. 13. No entanto, no mapa minucioso que fez o bispo Coutinho quando de sua visita a Linhares em 1819, os duzentos habitantes da povoação são inseridos em sua maioria como brancos ou pardos. [*Espírito Santo em princípios do século XIX*, p. 197]

377 Machado de Oliveira, O bicho-da-seda indígena da província do Espírito Santo.

Idem. É nomeado em 11 de agosto para professor da cadeira de primeiras letras desta hoje capital, por espaço de seis anos, José das Neves Xavier, por haver falecido seu pai, o primeiro professor da cadeira referida, e que também tinha igual nome.

Idem. São expedidas neste ano e posteriormente a 16 de janeiro do ano seguinte, as cartas régias ordenando ao governador desta então capitania que fossem distribuídas sesmarias de terrenos auríferos a particulares e a companhias anônimas que nelles quisessem trabalhar e empregar máquinas importadas da Europa, aperfeiçoadas para esse mister.

Idem. A 13 de setembro deste ano é lançada pelo governador Rubim a primeira pedra para a edificação da Igreja Matriz da hoje vila de Linhares, aonde ele foi para esse e outros fins.³⁷⁸

Idem. É nomeado frei Francisco do Nascimento Teixeira, religioso do Convento de Santo Antônio, para capelão-cura da povoação de Viana independente de outra jurisdição, sendo passada a respectiva provisão pelo então bispo da diocese, D. José Caetano da Silva Coutinho.³⁷⁹

Idem. Por decreto de 20 de outubro deste ano, é mandado que fosse arrematado o corte do *pau-brasil* encontrado nas matas da capitania.³⁸⁰

378 Rubim, B. C., *Notícia*, p. 347.

379 “Por provisão do bispo diocesano e capelão-mor, D. José Caetano da Silva Coutinho, foi nomeado capelão curado, independente, da igreja da povoação de Viana, Fr. Francisco do Nascimento Teixeira, religioso do convento de Santo Agostinho da província da Conceição”. [Rubim, F. A., *Memórias*, p. 13-4]

380 (a) *Decreto* de 20 de outubro de 1817 – Regula o corte de pau-brasil, na província do Rio de Janeiro e capitania do Espírito Santo. (b) *Decreto* do príncipe regente D. João sobre o lanço de contratos para o corte de pau-brasil na província do Rio de Janeiro, e nas capitanias do Espírito Santo e da Bahia, 23/10/1817.

fioando desde já separadas 400 braças para panal do Capellão da Capella que ha de haver nhl, e que se ha de erigir em Vigararia quando estiver formada a povoação em numero sufficiente. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em 18 de Outubro de 1817.

Com a rubrica de El-Rei Nosso Senhor.



DECRETO — DE 20 DE OUTUBRO DE 1817

Regula o corte do pão Brazil, na Provincia do Rio de Janeiro e Capitania do Espirito Santo.

Constando na minha real presença que nesta Provincia do Rio de Janeiro, e em algumas outras do Reino do Brazil ha grande abundancia de pão brazil, de que pode tirar a Real Fazenda consideravel lucro por ser genero privativo da minha Real Corôa: Hel por bem ordenar, que se estabeleça por contractos o côrte desta preciosa madeira, sendo arrematado em hasta publica a quem por menos preço o fizer, debaixo das condições que serão presentes no Conselho da Fazenda e na Junta da Fazenda da Capitania da Bahia, por onde devem ser feitas estas arrematações, comprehendendo um dos contractos o côrte do pão brazil, que se achar nesta Provincia do Rio de Janeiro e no Districto da Jurisdicção do Governo da Capitania do Espirito Santo, para ser arrematado no Conselho da Fazenda, no triennio de 1818 a 1820, e outro contracto, o que se achar na Capitania da Bahia até ao Rio do S. Francisco, para ser arrematado pela Junta da Fazenda daquella Capitania. João Paulo Bezerra, do meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, Presidente do Real Erario e nella meu Lugar Tenente, o tenha assim entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro nos 20 de Outubro de 1817.

Com a rubrica de El-Rei Nosso Senhor.

Condições com que se deve arrematar o côrte do pão brazil nesta Provincia do Rio, sendo neste contracto comprehendido o Districto da jurisdicção do Governo da Capitania do Espirito Santo.

1. * Será livre ao Contractador o cortar á sua custa o pão brazil, que se achar em qualquer parte desta Provincia do Rio de Janeiro e na Capitania do Espirito Santo, até a quantidade de oito mil

Idem. Por decreto de 23 de dezembro, foi aceita a doação feita por Luís Antônio da Silva, da casa e seus pertences para hospital da Misericórdia nesta vila da Vitória, assim como permitido que fossem aceitas as contribuições dos lavradores e comerciantes para manutenção do dito hospital.³⁸¹

Idem. Por decreto assinado por D. João VI e datado de 23 de dezembro, é mandado criar um hospital de caridade nesta vila da Vitória, sob a inspeção da Santa Casa da Misericórdia.³⁸² Segundo uma certidão do escrivão da Irmandade da Misericórdia, João Ribeiro das Chagas, fizeram donativos para a fundação desse hospital: Luís Antônio da Silva, o filantropo, cujo retrato se conserva naquele estabelecimento pio, o qual doou um prédio urbano e se não servisse para aquele hospital o valor necessário para ser levantado em outro lugar apropriado; D. Maria de Oliveira Sutil cedeu para esse fim a colina em que hoje se acha o mesmo hospital; o cirurgião-mor de Tropa de Linha Francisco Luís da Silva, que ofereceu os seus serviços gratuitamente aos enfermos, enquanto a Santa Casa não tivesse rendimentos; o farmacêutico Antônio José Fernandes de Araújo o fornecimento grátis de medicamentos por espaço de dois anos, e o governador Rubim, cujo retrato ali também se conserva, o que estivesse ao seu alcance para bom andamento daquela obra, o que cumpriu sendo o mais interessado no adiantamento das obras de que foi ele o próprio administrador. Ofereceram-se ainda a el-rei obrigando a concorrer com donativos afora os acima especificados, José da Silva Pinto, Francisco José de Barros Lima, Francisco José de Paiva, Antônio João Ferreira Castelo, José Alves Viana, Manoel Pinto de Castro, José Maria Ferraz, Manoel José de Azevedo Cunha, Francisco Caetano Simões, José Pinto Pestana, Manoel Fernandes Guimarães, Manoel Alves da Cunha, Manoel Fernandes de Miranda, João Inácio Rodrigues, José Bento de Freitas Valadares, José Francisco dos Reis Mata, Manoel Pinto Homem, José Joaquim de Abreu, José Ribeiro Pinto Júnior, João Martins Meireles, Francisco Luís de Andrade, Antônio Felipe Soares de Mesquita, José Pinto Ribeiro de Seixas, João Pinto Ribeiro, Luís da Fraga Loureiro, o vigário da vara padre

381 Rubim, B. C., *Notícia*, p. 347.

382 (a) *Decreto* de 23 de dezembro de 1817 – Autoriza a criação de um hospital na vila de Vitória da capitania do Espírito Santo para tratamento dos enfermos pobres, e aprova a doação de uma casa feita para estabelecimento dele, e as contribuições que se oferecem para sua contribuição. (b) Rubim, F. A., *Memórias*, p. 14.

Francisco da Conceição Pinto, vigário da freguesia frei Domingos de Jesus Maria, co-adjutor padre Manoel Alves de Souza, José Ribeiro Pinto, o prior do Carmo frei Luís Carlos de Santa Mafalda, João Antônio de Moraes, padre Torquato Martins de Araújo, o guardião do Convento de São Francisco frei Carlos das Mercês Demichilis, Manoel Vieira Machado, Sebastião Vieira Machado, Francisco da Silva Vasconcelos, João da Vitória Pereira, Antônio Joaquim Franco, José Pinto Ribeiro de Carvalho, Inácio de Siqueira Sutil, Inácio Pinto de Siqueira Sutil, Joaquim José de Jesus Queiroz, Luís dos Santos Lisboa, Bernardino de Sena Gomes, João Pinto Rangel, Manoel Cardoso Rangel, José Cardoso Rangel, Manoel Ribeiro da Silva, Antônio Leite de Barcelos, Joaquim José da Silva, José Joaquim Gáudio, Manoel Joaquim de Almeida e Silva, padre Antônio Pinto Ribeiro, padre José de Almeida Coelho, Joaquim José Fernandes, Antônio de Aguiar Brandão, Pedro José de Azevedo, João Nunes de Oliveira, Joaquim José Ribeiro Pinto, Francisco das Chagas Coelho, Antônio José Vieira da Vitória, Inácio Gonçalves Coelho, Manoel Pinto Rangel, Narciso José Teixeira, José Gonçalves Moledo, Alexandre Francisco da Silva, Bernardino Teixeira de Araújo, Luís Antônio Escovar de Araújo, Dionísio dos Santos Pinto, Inácio Pereira dos Remédios, padre Joaquim de Jesus Moraes, padre Francisco Ribeiro Pinto, padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, padre Francisco Pinto Ribeiro e José do Couto Teixeira.

Idem. Tendo Portugal neste ano feito novas divisas e classificação das capitanias do Brasil elevando-as ao número de vinte, obtém a capitania do Espírito Santo o décimo lugar entre elas, o que no ano de 1822 foi reformado.

1818. Sendo o produto líquido dos contratos dos vinhos do Alto Douro e da aguardente e vinho de mel da quantia de 2:179\$589 e a despesa da Companhia de Linha de 4:565\$921, representa o governador Rubim pedindo providências para acudir ao excesso da despesa, afora as que faziam as fortalezas e corpos de Pedestres, e quando a Câmara só tinha, dos contratos para as despesas das duas festas que fazia, a de Corpus Christi e São Sebastião, a quantia de 120\$000 por ano.

Idem. Comunica o governador Rubim ao príncipe D. João VI ter corrido e revistado os livros da Câmara Municipal desta então vila, conforme lhe fora recomendado, en-

contrando em todos eles escriturado logo em princípio de cada ano, a cópia do edital chamando os foreiros de terras da Câmara, com prazos marcados para pagarem foros destes patrimônios das adquiridas por determinação régia e das que lhe[s] foram doadas por concessão dos donatários, tanto na rua do Egito, como no centro da vila e na Capixaba, terrenos esses que eram ocupados por mais de quarenta prédios que estavam a cargo dos foreiros herdeiros de Manoel Nunes Pereira, que os haviam aforado, não contando parte dos terrenos nesta capital, doados pela Câmara aos religiosos de Santo Antônio da província da Conceição, onde existe o Convento de São Francisco.

Idem. É remetida ao governo geral uma meada de seda extraída do casulo da *bombix*, que se cria na mamona, assim como algumas varas de tecido e renda de seda feita dos fios extraídos dos mesmos casulos, tudo feito e dirigido pelo espírito-santense Antônio José Vieira da Vitória, que levou no estudo do desenvolvimento da larva, sua alimentação, transformação à crisálida e tecume³⁸³ do casulo, metamorfose em borboleta e tecidos feitos da seda extraída do dito casulo ou *cocon* da mesma *bombix*, mais de sete anos; mas tão infeliz foi, que apesar das informações dadas pelo governador Rubim e amostras enviadas, viu todo o seu trabalho perdido pela nenhuma importância que lhe foi dada para desenvolvimento dessa indústria, que mais tarde o governo a quis aproveitar, procriando a *bombix* na colônia do Rio Novo, sob direção do Dr. Linger.³⁸⁴

Idem. Pede o governador Rubim, em data de 12 de agosto deste ano, a criação do lugar de juiz de fora, visto o prejuízo que causavam os juizes ordinários nas delongas dos processos.³⁸⁵

Idem. É levantada por ordem do governador Rubim uma vista e perspectiva da então povoação hoje vila de Linhares, na qual foram demonstrados os edifícios, terrenos adjacentes, estradas e o majestoso rio Doce.

383 Não encontramos o termo nos dicionários consultados.

384 (a) *Ofício* enviado a D. João VI por Francisco Alberto Rubim em 28 de agosto de 1818, in *RIHGB*, 1856, 19:225-7. (b) *Resolução* de consulta do Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, de 3 de abril de 1819. Sobre a descoberta do bicho-da-seda do país, na vila de Vitória, província do Espírito Santo.

385 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 75.

Idem. Falece nesta hoje cidade o Dr. Joaquim José Coutinho Mascarenhas, membro da Junta da Administração da Real Fazenda e procurador da Coroa, tendo prestado relevantes serviços na arrecadação dos dinheiros públicos.

Idem. Em 10 de outubro deste ano chega a esta capitania o notável naturalista Augusto de Saint-Hilaire, dirigindo-se em seguida ao Rio Doce e dali a Minas, depois de ter feito alguns estudos e colecionado alguns objetos de história natural.³⁸⁶

Idem. É procedida pelo juiz ordinário desta vila uma grande devassa pelos ferimentos traiçoeiramente feitos no sargento do Corpo de Pedestres Manoel dos Passos Ferreira, resultando ser sujeito a Conselho de guerra o tenente do Batalhão de Artilharia de Milícias Manoel Alves Martins, autor dos ferimentos, sendo condenado a quatro meses de prisão.

Idem. Um fato que enluta a presente história é o do enforcamento político de Domingos José Martins, conhecido por *Bem-bem*, e que fora executado neste ano na Bahia para onde fora enviado de Pernambuco; e ainda mais entristece esta descrição pela calúnia, intriga, traição e deslealdade que desvirtuam Domingos José Martins como sendo um homem comum e ignorante, mormente quando quem o diz foi em primeiro lugar um estrangeiro, igualmente negociante como Domingos José Martins. Mentiu traiçoeiramente Tollenaire nas suas reflexões e caluniaram-no deslealmente em bem de se defenderem alguns dos comprometidos na revolução de Pernambuco em 1817, sabendo-se até que uma certa correspondência publicada no *Times*, e traduzida em francês, era como que um *sermão encomendado* a fim de poderem se salvar alguns dos conspiradores, modificando-se-lhes assim os feitos e ao mesmo tempo pintando a outros como principais motores do levante, obtendo-se por tal forma que os homens eminentes por talento, fortuna e posição *inocentassem-se sendo absolvidos*, enquanto que os pequenos e sem proteção acabaram no cadafalso, como cabeças daquela celebrizada e sanguinária revolução de Pernambuco. Mais do que todos foram acusado-

386 (a) “Em 1818, Saint-Hilaire conheceu de perto o rio Doce, até Linhares, onde chegou em 22 de outubro, conduzido em pirogas pelos soldados pedestres do quartel de Regência Augusta. [Haruf, *Navegação do rio Doce*, p. 55] (b) Saint-Hilaire, *Viagem ao Espírito Santo*.

res de Domingos Martins os negociantes Elias Coelho Cintra e José Gonçalves de Miranda, e não menos Gervásio Pires, que até insultou sua probidade. Tanta ignorância há, e engano na história, que dão Domingos José Martins como filho da Bahia quando ele o é desta província; engano esse que o próprio e ilustrado historiador barão de Porto Seguro admitiu em sua importante *História Geral do Brasil*.³⁸⁷ Fundamentemos nossas asserções. No princípio deste século era negociante nesta hoje cidade da Vitória, com loja de fazendas, à rua das Flores (nas lojas da casa do sobrado nº 16 entre as casas da família do Sr. José Gonçalves Fraga e da viúva de Francisco José da Costa, onde mora hoje o Sr. Manoel dos Passos Caravelas), o antigo oficial de 1º Linha da Guarnição Joaquim Ribeiro Martins, nascido nesta província e conhecido por *Bem-bem*, tendo-se o mesmo nos fins do século passado casado com D. Joana Martins, que era sua prima e filha de uma família importante da Bahia, quando ali fizera uma viagem. Chegado que foi a Vitória de volta da Bahia teve pouco depois de ir destacado como porta-bandeira para Itapemirim, levando consigo sua mulher, que ali deu à luz a Domingos José Martins. Concluído que foi o tempo de serviço, voltou Joaquim Ribeiro Martins para esta hoje capital, indo residir sua família na casa em frente à de seu negócio na mesma rua das Flores nº 13, quina da ladeira da Matriz, onde hoje mora a viúva Castanheda, continuando aí a negociar, tendo-lhe sua mulher dado seis filhos que foram Domingos, Francisco, André, Joana, Luíza e Maria. Crescendo Domingos e sendo necessário educá-lo, mandou-o Joaquim Ribeiro para fora da província, parecendo tê-lo enviado para Portugal. Anos depois, no princípio deste século, voltou à província Domingos José Martins, moço elegante, de altura mais que regular, cheio de corpo, claro e corado, barba e cabelos pretos, estes um pouco anelados, tendo-se aqui demorado algum tempo e sendo por suas maneiras atraentes e educação esmerada recebido e respeitado da sociedade que frequentava, notando-se-lhe, no entanto, certa sisudez e concentração em seu modo de tratar. Querendo Domingos Martins dedicar-se ao comércio, como também o desejava seu pai, por instâncias da família de D. Joana, sua mãe, partiu pouco mais ou menos pelos anos de 1810 a 1812 para a Bahia e ali principiou a negociar, fazendo algumas viagens a Pernambuco

387 “Domingos José Martins [...] nasceu ali na localidade, conhecida como Caxangá, próxima à cidade de Itapemirim. Era filho de Joaquim Martins e Dona Joana de Santa Clara Martins.” [Silva, *Domingos Martins*, p. 96]

onde veio a casar-se com uma jovem pertencente à importante família dos Dourados, e ali se estabelecendo definitivamente em 1814. Patriota e de gênio um tanto exaltado, influenciado por outros envolveu-se Domingos José Martins com afinco na revolução de Pernambuco de 1817, na qual representou um dos principais papéis passando até como cabeça ou chefe da mesma;³⁸⁸ sendo preso a primeira vez, seus companheiros o soltaram, mas afinal preso de novo foi conduzido Domingos José Martins à Bahia, assim também o Dr. José Luís de Mendonça, o padre Miguel Joaquim de Almeida, por alcunha o padre *Miguelinho*, e ali foram os três enforcados com mais dois oficiais do exército, contando então Domingos José Martins 36 anos de idade.³⁸⁹ Para mais esclarecimento, fazemos notar que pouco depois da partida de Domingos José Martins desta capitania, tendo-se seu pai o negociante Joaquim Ribeiro Martins, por alcunha *Bem-bem*, pseudônimo por que também foi conhecido seu filho, atrasado um pouco em seus negócios comerciais e continuamente convidado da Bahia pelos seus parentes e de sua mulher, para ali ir estabelecer-se, resolveu-se com efeito partir com toda a sua família, o que fez pelos anos de 1811 a 1812, dispondo de tudo que aqui possuía, não querendo acompanhá-lo sua mãe e uma irmã de nome D. Branca, apesar das instâncias que fizera, ficando aqui a morar em casas próprias que possuíam à rua Sete [de] Setembro, antiga da Várzea, e com alguns escravos, dedicando-se a fazer doces; morrendo a mãe de Joaquim Martins, ficou D. Branca só e solteira, tendo herdado de sua parenta D. Ana Teixeira o preto hoje forro mestre Chico Armador, e que mais tarde foi comprado à mesma D. Branca com um irmão e mãe pelo padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, parente desta família. D. Branca viveu muitos anos morrendo bastante idosa. Chegando Joaquim Ribeiro Martins à Bahia continuou no mesmo ramo de negócio, enquanto seu filho Domingos Martins negociava por si ou por conta de seu pai para Pernambuco até 1814, época em que ali se foi estabelecer. Nesta época duas das filhas de Joaquim Martins foram recolhidas a um convento onde tomaram o véu de freiras, enquanto que seus filhos Francisco e André não sabemos ao certo e verdadeiramente o fim que tiveram parecendo-nos que um

388 (a) “É chefe da revolta *Domingos José Martins*.” [Malheiro, *Índice cronológico*, 1817] (b) “Retornando a Pernambuco, onde já havia deixado plantada a semente de suas ideias de revolucionário, arregimentou as forças de que dispunha e deu curso aos seus planos e se tornou incontestavelmente o chefe da revolução de 1817.” [Silva, *Domingos Martins*, p. 97]

389 Bittencourt, *Domingos Martins*, p. 93.

viera a tomar ordens e outro chegara a ser tenente-coronel. Resta, pois, dizer, que ao saber-se a triste notícia de haver acabado no cadafalso Domingos José Martins, o pânico foi tal que alguns membros desta família não só aqui, como na Bahia, mudaram de sobrenome tomando alguns o de Carneiro de um ramo da mesma. Ainda existem nesta capital duas pessoas bastante idosas, mas no uso de todas as suas faculdades mentais, que conheceram toda esta família e a frequentavam quase todos os dias vizinhando uma delas com Joaquim Ribeiro Martins, e conhecendo crianças ainda os filhos deste. O desmentido mais formal às aleivosias levantadas contra Domingos José Martins (*Bem-bem* e *Anjo da Paz*), a respeito de sua vida, é que se ele fosse o homem pintado por Tollenaire e outros, não seria considerado o chefe da revolução, havendo em sua casa reuniões de pessoas notáveis, e lhe prestassem preito o ouvidor Antônio Carlos, Dr. Mendonça, padre Miguelinho, Gervásio Pires e tantos outros; não seria nomeado um dos membros do ideal governo, não passaria por homem de fortuna e não se ligaria a uma família importante. Ainda existem nesta capital e ao norte da província muitos parentes de *Bem-bem*, assim como existem também outros na Bahia.

Idem. Chega ao porto desta então vila da Vitória em novembro deste ano a lancha *Espírito Santo*, com duas peças de ferro de calibre 12, que ao governador foram remetidas pelo ministro Tomás Antônio de Vila Nova Portugal, para serem montadas nas fortalezas mandadas por ele reconstruir e das quais se ocupara bastante o governador Rubim.

1819. Faz neste ano uma segunda visita a esta capitania o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho, o qual hospedou-se na casa nº 1, já anteriormente citada, abrindo o crisma na Igreja de Santiago.³⁹⁰

Idem. Manda o governador Francisco Alberto Rubim abrir uma nova estrada, principiando do *Quartel da Barca* à margem sul do rio Itapemirim, até seis léguas e trezentos e cinquenta braças ao Monte Alegre, na Fazenda *Muribeca* do mesmo município de Ita-

390 “Visita do ano de 1819 – No dia 11 de [dezembro], pelas nove horas da manhã fiz a minha entrada solene na vila da Vitória” [Coutinho, *Espírito Santo em princípios do século XIX*, p. 119]

pemirim, em virtude da carta régia de 4 de dezembro de 1816;³⁹¹ assim como ao norte também outra que principiava defronte do *Quartel da Barca* até a povoação de Piúma.

Idem. Organiza-se neste ano uma companhia para a navegação do rio Doce, a qual teve pouca duração.

Idem. Remete o governador Francisco Alberto Rubim para o Museu do Rio de Janeiro, em 12 deste ano, diversos produtos da província, como fossem uma amostra de cristais achados na estrada que daqui seguia para Minas, produções marinhas, botânicas e mineralógicas.³⁹² Esta mina de que foram extraídos os cristais nasce na cordilheira dos Aimorés, atravessa esta província de norte a sul em toda a sua extensão, seguindo paralela uma outra mina de pedra calcária que da mesma forma prossegue.

Idem. Remete diretamente o governador Rubim em 9 de agosto deste ano, ao príncipe D. João, depois rei D. João VI, a planta topográfica da povoação de Linhares assim como a estatística de sua população e o mapa do Corpo de Pedestres ali existente para defesa de seus moradores; acompanhando ainda a relação das diversas obras ali feitas e a fazer-se, como fossem as de estradas e Matriz.³⁹³

Idem. Deixa no dia 12 de setembro deste ano o governo da capitania do Espírito Santo seguindo por terra para a Corte o governador Francisco Alberto Rubim, tomando posse do governo interino o tenente-coronel Manoel Vieira Machado, o presidente da Câmara José Francisco dos Reis Mota e o juiz de fora de Campos dos Goitacases. O governador Rubim não mais voltou aqui, pois da Corte seguiu para o Ceará, para onde fora nomeado governador, parecendo já ter ciência daquela transferência quando daqui partiu. Muito deve esta hoje província àquele governador, que, embora considerado arbitrário e déspota por alguns atos cometidos, força é confessar que foi ele o que mais trabalhou para desenvolvê-la, e aí estão a Casa da Miseri-

391 Esta carta régia é citada no ano de 1816.

392 O material foi acompanhado por ofício transcrito em Vasconcelos, *Ensaio*, p. 48-9.

393 (a) Rubim, B. C., *Memórias*, p. 131.

córdia onde se acha colocado o seu retrato, o grande aterro do largo da Conceição e adjacências, o aterro do Pelame, o do porto dos Padres, a reconstrução do Forte de São João e da Fortaleza de São Francisco Xavier, a introdução de imigrantes e emigrantes, as construções de casas e igrejas, a disciplina que conservou nos corpos militares, a criação de estações militares e a abertura de estradas; o que comprova quanto ele se interessou pela capitania.

Idem. Chega em fins de outubro ou princípios de novembro deste ano a esta então vila da Vitória e a mandado do ministro Vila Nova Portugal, o 1º tenente de artilharia Manoel Pinto da Mota, a fim de montar na fortaleza e fortes desta capitania as baterias necessárias para assim conservarem-se todas em estados de rebaterem o ataque dos muitos piratas que naquela data infestavam os mares, atacando e tomando navios e fazendo desembarques no litoral.³⁹⁴

Idem. São aprovados por provisão de 15 de dezembro deste ano os estatutos da Sociedade Agrícola de Comércio e Navegação do Rio Doce, para o fim de, o mais depressa possível, ser a dita navegação estabelecida, não se poupando o governo a coadjuvá-la.³⁹⁵

Idem. Tendo sido dados os estatutos da Sociedade Agrícola, Comercial e de Navegação do Rio Doce, são concedidas ainda por provisão régia à dita sociedade oito sesmarias de uma légua em quadro, isentas de direitos e dízimos por dez anos.³⁹⁶

Idem. Por portaria eclesiástica datada de 15 de dezembro deste ano, são alteradas as faculdades concedidas em 9 de junho de 1807 ao vigário da vara desta capitania,³⁹⁷

394 “S. M. tem determinado que em todas as províncias do Brasil se aprontem todas as fortalezas que defendem os diversos portos, e postos das fronteiras, e que tudo esteja pronto para qualquer caso imprevisto, ou insulto de corsários, que possa acontecer.” [Ofício de Francisco Alberto Rubim para o juiz presidente e oficiais da Câmara da vila de Vitória, 08/09/1819]

395 *Provisão* da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, de 15/12/1819 – Aprova os estatutos para a Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce.

396 *Idem.*

397 “...a esta dignidade foi elevado o vigário da vara, e seus sucessores por provisão do Excelentíssimo, e Reverendíssimo bispo e capelão-mor de 15 de dezembro de 1819.” [Vasconcelos, Acióli de, *Memória estatística*, p. 37-8]

assim como iguais faculdades foram dadas aos vigários de Linhares e Itapemirim, estas por portaria passada a 16 de dezembro do mesmo ano.

Idem. É elevada a arceprelado a comarca da Vitória por portaria também de 15 de dezembro deste mesmo ano, que tinha até então sua sede em Campos dos Goitacases, donde foi separada; e foi nomeado arcepreste e vigário da vara por dez anos o padre Torquato Martins de Araújo, em atenção aos relevantes serviços prestados à religião e à causa pública.³⁹⁸

Idem. Tendo sido transferido para o Ceará o governador Rubim, é nomeado a 26 de dezembro deste mesmo ano governador desta capitania Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, que só tomou posse do cargo no dia 20 de março do ano seguinte.³⁹⁹

1820. É sentenciado o sargento de milícias e fazendeiro Luís da Fraga Loureiro pelo Conselho de Guerra, por ter ferido em conflito com um tiro de espingarda João Ferreira Freire, indo esta sentença em recurso ao Conselho Supremo Militar de Justiça e à clemência do monarca.

Idem. Por decreto de 10 de janeiro deste ano é criada na capital desta hoje província do Espírito Santo uma alfândega provisória, para importação de gêneros nacionais e estrangeiros, assim também um registro na foz do rio Doce para o mesmo fim, tendo este nenhum resultado produzido.⁴⁰⁰ A nova alfândega foi instalada nesta capital no lugar onde existira um antigo fortim, e que servia então de quartelamento a parte da Tropa de Linha, que foi alojada no Convento do Carmo no local concedido pelos frades carmelitanos, que era na parte inferior do mesmo Convento, tendo-se pelo tempo adiante todo aquele Convento tornado quartel, depois do abandono daquela casa religiosa.⁴⁰¹

398 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 73.

399 Rubim, B. C., *Notícia*, p. 348.

400 (a) *Decreto* de 10 de janeiro de 1820 – Cria alfândega na capitania do Espírito Santo. (b) “A Alfândega foi criada por decreto de 10 de janeiro de 1820, e extinta quanto ao comércio costeiro por provisão do Conselho da Fazenda de 7 de novembro de 1822.” [Vasconcelos, Acíoli de, *Memória estatística*, p. 46] (c) Rubim, B. C., *Notícia*, p. 348.

401 “...a administração ocupou o pavimento térreo [do Convento do Carmo] para fazer o quartel dos soldados pedestres” [Saint-Hilaire, *Viagem ao Espírito Santo*, p. 46]

Idem. Por decreto de 22 de janeiro deste ano é criado um corpo de Tropa de Linha de 283 praças, fazendo dele parte uma companhia de Artilharia.⁴⁰²

Idem. Toma posse do governo desta capitania a 20 de março deste ano o governador Baltazar de Souza Vasconcelos.

Idem. É elevada a freguesia por decreto real datado de 25 de março a Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Viana.⁴⁰³

Idem. É levantada neste ano pelo sargento-mor graduado José Marcelino de Vasconcelos a planta da barra desta então vila da Vitória, pelo que posteriormente foi louvado pelo governo geral em data de 27 de setembro do mesmo ano.⁴⁰⁴

Idem. Neste ano seguem para a Corte a 17 de julho 12 índios botocudos vindos do Riacho, comandados pelo índio Inocêncio, tendo para ali seguido à requisição do ministro Tomás de Vila Nova de Portugal, remetidos pelo governador Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos.

Idem. Chega a 22 de julho deste ano a *primeira boiada* vinda de Minas pela estrada de São Pedro de Alcântara e de propriedade do mineiro Antônio Alexandre Elói de Carvalho, sendo o mesmo bem recebido e louvado por ser o primeiro aqui chegado para esse comércio.

Idem. Neste ano o governador Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos dirige ao governo do príncipe-regente D. Pedro, a 13 de setembro, um ofício em que descreveu as riquezas desta capitania, pedindo ao mesmo tempo que fossem colonizadas e aldeadas as margens dos ribeirões e córregos da estrada para Minas com algumas famílias de indígenas, e de que tiraria grande proveito o Estado.

402 *Decreto* de 22 de janeiro de 1820 – Cria Corpo de Tropa na capitania do Espírito Santo.

403 *Decreto* de 25 de maio de 1820 – Erige em paróquia a capela de Nossa Senhora da Conceição da povoação de Viana do termo da Vitória e província do Espírito Santo.

404 *Planta da Barra*, 12 de agosto de 1820.

Idem. Por portaria de 9 de outubro é mandado catequizar e aldear os índios puris que aparecessem a buscar os habitantes civilizados, conforme fora anteriormente pedido pelo governador Rubim e instado neste mesmo ano pelo governador Baltazar de Souza Botelho, permitindo-se ainda o darem-se licenças para minerar-se ouro nos córregos, mormente nos quartéis de Souza e Chaves, onde constava haver bastante deste precioso metal.⁴⁰⁵

Idem. Por este tempo é deportado para Angola a mandado do governo o capitão de milícias Antônio Valadares, negociante de fazendas na vila da Vitória e morador à ladeira do Sacramento na casa que tem hoje o nº 10, em consequência de ter ferido com um golpe de espada a Manoel Monteiro do Amaral, cobrador do fisco, e também ao juiz ordinário Francisco José Pereira, tendo-se o fato passado da forma seguinte: Achando-se Valadares em sua loja de fazendas apresentou-se-lhe Manoel Monteiro com maus modos a cobrar-lhe a quantia de 120 réis de aferição de côvado e vara; pela maneira por que foi feita a cobrança, Valadares, que era moço de alguma educação, possuidor de fortuna e estimado, alterou-se, e de palavras insultuosas passaram ambos às vias de fato; então, saindo para a rua o capitão Valadares com uma espada principiou a dar pranchadas em Manoel Monteiro. O juiz ordinário Francisco José de Paiva, que era amigo de Valadares e morador na mesma rua na casa nº 6 saiu, igualmente D. Luíza, mãe de Valadares, e vieram apartar o conflito que se tornara grande pelo ajuntamento de povo; mas, na ocasião em que Valadares descarregava uma pranchada, o juiz ordinário Paiva lançou mão à espada, que puxando-a Valadares cortou os dedos da mão do mesmo juiz, que apesar de subsequente tratamento ficou aleijado. Gastou Valadares e sua família grande parte de sua fortuna a fim de não ser condenado, partindo para o Rio de Janeiro na esperança de não ser deportado pela influência que tinha sua família, mas ali em uma questão de honra que tivera, tornara a comprometer-se, pelo que revivendo-se a questão conjuntamente com o fato ali dado foi condenado à deportação para Angola, para onde partiu e viveu poucos anos, até que faleceu. O capitão Valadares fora íntimo amigo do governador Tovar quando aqui

405 “Ofício que em 13 de setembro de 1820 dirigiu ao governo o governador do Estado Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos.” Documento transcrito por D. João Nery. [*Lembranças*, p. 133-4.]

estivera, e tendo sido o mesmo Tovar nomeado governador de Angola, ali muito valeu a Valadares, com quem continuou a ter íntimas relações até sua morte. O desgosto dos parentes e amigos do capitão Valadares foi imenso, porque era ele moço muito estimado não só dos seus como de toda a população.

Idem. Revolucionou-se neste ano a Tropa de Linha existente nesta hoje capital; mas sendo abafado o levantamento, não deixou de continuar a insubordinação da mesma, já não existindo o governador Rubim para conter os soldados e o povo que achavam-se desinteligidos⁴⁰⁶ por questões de nacionalidade.

1821. Segue para a Corte o alferes Julião Fernandes Leão conduzindo trinta e tantos índios botocudos e puris a entregar ao ministro Vila Nova Portugal, que os requisitara, sendo os remetidos já um tanto civilizados.

Idem. Revolta-se o povo da Vitória no mês de março, e a 1º e 2 de abril contra o governador Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos, por não querer adiar as suas ordens e as das autoridades, vociferando, desobedecendo e publicando-se pasquins contra o mesmo governador, e não fechando as portas ao toque de recolher, pelo que o governador pediu ao governo geral providências em ofício de 3 de abril do mesmo ano.

Idem. É nomeado a 19 de fevereiro deste ano, segundo o decreto real de 22 de janeiro, para delegado do tenente general comissário inspetor geral das fortalezas e portos de guerra do Brasil, o sargento-mor de artilharia de linha José Marcelino de Vasconcelos para ter exercício no Espírito Santo, servindo ainda de oficial de engenheiro em comissão, tendo aqui já anteriormente prestado importantes serviços no levantamento de plantas topográficas, orçamentos e estatísticas.

Idem. É nomeado a 18 de abril o alferes agregado ao Regimento de Cavalaria de Minas de nome Julião Fernandes Leão com a patente de coronel para inspetor do Corpo de Pedestres desta capitania.⁴⁰⁷

406 Termo não dicionarizado, significando *incompatibilizados, desavindos*.

407 *Provisão* para assumir o comando das Armas da província do Espírito Santo, o coronel Julião Fernandes Leão, causa de muitos distúrbios e levantes, 1822.

Idem. Insubordina-se e levanta-se neste ano a 14 de julho a tropa militar desta província por motivos tendentes ao juramento da Constituição Portuguesa e desavenças havidas entre o coronel Julião Fernandes Leão e o sargento-mor Francisco Bernardes de Assis e Castro de quem se pedia a destituição e nomeação do sargento-mor de artilharia José Marcelino de Vasconcelos, dando-se outras questões de nacionalidade e fazendo a tropa junção com alguns paisanos contra a oficialidade portuguesa, tendo percorrido as ruas da capital disparando tiros, atacando as casas de negócio, de que resultaram alguns ferimentos.⁴⁰⁸

Idem. Tendo-se procedido na Corte averiguações e exames sobre a devassa e acusações feitas pelos fatos da revolta da tropa e povo no dia 14 de julho deste mesmo ano, ordenou o Conselho de Investigação Militar que não houvesse processo contra o major graduado José Marcelino de Vasconcelos, tenente João dos Santos, 1º tenente Manoel Pinto da Mota, alferes Manoel Ferreira de Paiva e outros.

Idem. No dia 21 de setembro deste ano, reunida no consistório da Irmandade do S.S. Sacramento da vila da Vitória a Junta Eleitoral presidida pelo coronel João Antônio de Barcelos Coutinho e mais eleitores, cuja eleição de conformidade com o decreto de 7 de março deste ano e mais instruções, se tinha procedido no dia 20 deste mesmo mês,⁴⁰⁹ presidindo o ouvidor e corregedor José de Azevedo Cabral, a fim de eleger o representante e seu substituto da província às Cortes Portuguesas convocadas em Lisboa, segundo o aviso de 23 de março deste ano; o que com efeito se executou, sendo eleito deputado proprietário o Dr. João Fortunato Ramos dos Santos que era lente na Universidade de Coimbra, em uma das cadeiras de Direito, tendo ocupado o cargo de reitor, natural da vila da Vitória, nascido à rua das Flores, na casa de morada hoje do coronel Dionísio; e para deputado substituto o juiz de fora de Santo Antônio de Sá e de Magé José Bernardino Pereira de Almeida Batista, natural da vila de São Salvador de Campos, com poderes para organizar a Constituição Política da monarquia. A esta eleição estiveram

408 (a) Rubim, B. C., *Memórias*, p. 135-6. (b) *Ofício* dirigido pelo governador a Pedro Álvares Diniz. [Oliveira, *HEES*, p. 297, nota 12]

409 *Ata* da eleição para deputados às cortes portuguesas de representantes pela província do Espírito Santo, 1821.

presentes os eleitores Miguel Joaquim Prates, Francisco Pinto Homem de Azevedo, Julião Batista de Souza Cabral, Manoel Pinto Neto Cruz, padre Domingos Ribeiro da Costa, padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, vigário José Nunes da Silva Pires, padre Manoel de Freitas Magalhães, João de Almeida Pereira, e Joaquim de Oliveira Mascarenhas. Não existe atualmente um único destes eleitores, todos seguiram à eternidade.

Idem. Pelo decreto de 29 de setembro deste ano são criadas as juntas provisórias,⁴¹⁰ finalizando-se assim o governo quase absoluto dos governadores das capitanias; ficaram, portanto, todas as províncias sujeitas unicamente ao decretado pelo governo geral, segundo a nova reforma, que acabava com certas garantias e privilégios de que gozavam os capitães-mores e governadores; foi, pois, criada pelo governo geral, por carta de lei do 1º de outubro deste ano, a Junta Provisória desta província, tendo durado a administração dos governadores independentes da Bahia por espaço de nove anos.

1822. É nomeado neste ano comandante das armas o tenente-coronel de milícias Inácio Pereira Duarte Carneiro, que assumindo o cargo no 1º de março, exerceu-o pouco mais de um mês.⁴¹¹

Idem. Neste ano, no mesmo dia 1º de março, é procedida a eleição da mesa do Colégio Eleitoral para a nomeação dos membros do governo provisório desta província,⁴¹² de conformidade com a lei do 1º de outubro de 1821, a qual foi procedida sob a presidência do juiz ordinário e presidente da Câmara João Antônio Pientznauer, sendo eleitos para secretário o capitão Luís da Fraga Loureiro, e escrutadores o capitão-mor José Ribeiro Pinto e o capitão João Antônio de Moraes. Procedendo os eleitores em seguida à eleição da Junta do Governo Provisório saíram eleitos: para presidente o vigário da vila de Guarapari José Nunes da Silva Pires, para secretário Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, e para membros capitão José Ribeiro Pinto, capitão Sebastião Vieira Machado e o capitão José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.

410 Rubim, B. C., *Notícia*, p. 348.

411 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 66.

412 *Ata* da eleição de membros da primeira Junta Provisória da província do Espírito Santo, 1822.

Idem. Tendo-se instalado a Junta Provisória no dia 2 de março deste ano com os membros José Nunes da Silva Pires, como presidente; Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, como secretário; José Ribeiro Pinto, Sebastião Vieira Machado e José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, membros da mesma, participam ao governo em data de 3 do dito mês e ano essa instalação.⁴¹³ Entregou, pois, no dia 2 de março o governador Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos o governo aos membros da Junta Provisória, tendo governado a capitania desde 20 de março de 1820 ao dia 1º de março de 1822, dia esse em que firmou o seu último ato.

Idem. Há neste ano devassas a respeito de conventículos e sedições contra o governo da província, mandadas proceder pelo príncipe-regente D. Pedro, contra o tenente-coronel de pedestres Inácio Pereira Duarte Carneiro, o oficial da Secretaria Manoel dos Passos Ferreira, o capitão Luís Bartolomeu da Silva e Oliveira e outros, partindo para a Corte e ali recolhendo-se o major de engenheiros José Marcelino de Vasconcelos. Acharam-se envolvidos neste negócio o juiz ordinário João Antônio Pientznauer, o ajudante de linha Antônio Cláudio Soído e o ainda então major Julião Fernandes Leão, de que, por intrigas políticas, antecedentemente havidas, por participações ao governo geral foram perseguidos, como consta dos ofícios da Junta Provisória de 18 de maio, 13 de junho e 3 de julho.

Idem. É nomeado comandante das armas o coronel do exército Julião Fernandes Leão, que tomou posse do cargo a 15 de abril deste ano,⁴¹⁴ tendo-o somente exercido até julho, por ter sido considerado um dos cabeças da revolta que se dera a 23 de julho e de que ia afinal sendo vítima.

Idem. No 1º de maio deste ano procede-se na Igreja Matriz desta então vila da Vitória à eleição de um deputado à Constituinte, sendo presidente da mesa eleitoral o juiz e físico-mor João Antônio Pientznauer, vereadores Inácio Pereira de Amorim, João Ri-

413 *Ofício* da Junta Provisória do Governo da província do Espírito Santo ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], [Joaquim] José Monteiro Torres a informar do auto da sua eleição assinada pelo secretário de Governo, Luís da Silva Alves de Azambuja e Suzano. 22 de março de 1822.

414 *Provisão* para assumir o Comando das Armas da província do Espírito Santo o coronel Julião Fernandes Leão, 1822.

beiro das Chagas, o quartel-mestre João Pedro da Fonseca Portugal, e o presidente do Conselho Francisco Caetano Simões, em virtude do decreto de 16 de fevereiro deste mesmo ano, estando presentes eleitores de todas as paróquias inclusive a de São Salvador de Campos, à exceção de alguns; por eles foi eleito deputado à Constituinte o Dr. José Vieira de Matos. Dos eleitores desta votação nenhum hoje existe.

Idem. São presos neste ano por ordem do então coronel e comandante das armas, de combinação com o juiz ordinário João Antônio Pientznauer, e recolhidos uns na Fortaleza de São Francisco Xavier e outros na enxovia da cadeia, o tenente-coronel de pedestres Inácio Pereira Duarte Carneiro, Manoel dos Passos Ferreira, Luís Bartolomeu da Silva e Oliveira e outros, por terem-se tirado devassas contra os mesmos por *conventículos e sedições* por eles promovidos, segundo denúncia dada.

Idem. Dirige o juiz ordinário Luís da Fraga Loureiro em 26 de maio deste ano a José Bonifácio de Andrade e Silva um ofício sobre a insurreição de escravos na freguesia e hoje cidade da Serra,⁴¹⁵ nos lugares Jacareípe, Una, Tramerim, Queimado e Pedra da Cruz, tendo havido grande perturbação e desacatos presenciados pelo próprio juiz ordinário, que abriu a devassa, mandando castigar e tomando sérias providências para abafar o levante que tinha por fim a liberdade geral, e para o que haviam todos os escravos comparecido à missa armados de armas de fogo, facas e paus, a fim de obrigarem o vigário a ler-lhes as cartas de liberdade, sendo o cabeça desta sedição Antônio, escravo de Maria Madalena.

Idem. Por decreto de 3 de junho deste ano ordena o príncipe-regente, depois D. Pedro I, que se desse publicação nesta vila da Vitória às proclamações pelo mesmo feitas, mandando ainda que se procedesse à eleição de deputados à Assembleia Constituinte.⁴¹⁶

415 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 78.

416 (a) *Decreto* de 3 de junho de 1822 (parte II) – Manda convocar uma Assembleia Geral Constituinte e legislativa composta de deputados das províncias do Brasil, os quais serão eleitos pelas instruções que forem expedidas. (b) “E tendo a Câmara do Rio de Janeiro pedido no dia 20 de maio a convocação de uma Assembleia Constituinte e Legislativa para o Brasil, o decreto de 3 de junho a convoca.” [Malheiro, *Índice cronológico*, 1822]

Idem. Sendo comandante das armas o coronel Julião Fernandes Leão, e achando-se em séria desinteligência e conflito com o juiz de fora de Campos e ouvidor e corregedor interino da comarca José Libânio de Souza, ordena a 23 de julho deste ano que o ouvidor suspendesse a correição que fazia e *tratasse de despejar a vila*, e como este nenhum caso fizesse de tal intimação, mandou cercar a casa de sua residência que era então a terceira contígua à Capela do Sacramento na Matriz, privando-o de toda a comunicação e ficando sitiado, sendo o alimento fornecido pela janela do meio; assim também foram retidos os oficiais de justiça, que com ele serviam e que ali se achavam. Sabendo disto o governo provisório, e indagando dos fatos, deliberou tomar sérias providências, pelo que o presidente do mesmo, o padre-vigário José Nunes da Silva Pires, acompanhado do cadete-sargento de linha Antônio Ferreira Rufino, que era comandante da guarda de Palácio e de algumas praças, dirigiu-se à casa do ouvidor e aí ordenou-lhe que o acompanhasse para Palácio, o que se realizou. O comandante das armas, sabendo deste fato, mandou tocar rebate e reunir a tropa. Então, o comandante da guarda, cadete-sargento Rufino, reunindo e convidando o povo, colocou-se em frente a Palácio, onde o escriturário de Fazenda Carlos Augusto Nogueira da Gama leu em voz alta, ao povo e soldados, a proclamação feita por D. Pedro I, mandando que se obedecesse ao Governo Provisório, achando da parte de todos decidido apoio para tal fim. Tendo neste ínterim mandado tocar a chamada de todos os corpos da tropa, marchou com ela o comandante das armas coronel Julião, acompanhado do capitão de infantaria Antônio Cláudio Soído e outros para Palácio, dando vivas e gritando: *Abaixo a Junta! Morra a Junta!!!*⁴¹⁷ Mas, tendo a tropa se recusado a obedecer-lhe, unindo-se ao Governo Provisório, a guarda e o povo resistido ao comandante das armas, não o deixando entrar em Palácio, desesperado abandonou o coronel Julião a tropa quebrando a espada de encontro a uma peça das que se achavam colocadas em frente a Palácio, refugiando-se em sua própria casa na rua de São Francisco, rodeando-se de guardas e sentinelas à porta, receoso do povo que em massa se revoltara contra ele; dias depois foi remetido preso para a Corte.⁴¹⁸ Nessa ocasião

417 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 67.

418 *Participação* que fez o ouvidor da comarca da Vitória, Dr. José Libânio de Souza, aos membros da tropa capitaneada pelo comandante das armas coronel Julião Fernandes Leão, 1822.

houve alguns feridos, entre eles o capitão Soído, desaparecendo de sua própria casa onde se havia recolhido o físico-mor cirurgião Joaquim Antônio Pientznauer, um dos principais motores da revolta, que se achava processado e com ordem de prisão dada pelo ouvidor, partindo para Campos, conservando-se ali algum tempo morando com sua filha casada, e de quem mais tarde falaremos.⁴¹⁹

Idem. Tendo sido nomeado neste ano comandante das armas o tenente-coronel do Exército Fernando Teles da Silva, toma posse do cargo em 15 de agosto deste mesmo ano.⁴²⁰ Este comandante das armas em 1825 também esteve em luta com o juiz de fora José Libânio de Souza, que então já era ouvidor efetivo da comarca.

Idem. Em reservado de José Bonifácio de Andrade e Silva, a mandado do príncipe-regente D. Pedro, é pela Secretaria dos Negócios do Reino, remetido um ofício datado de 21 de junho à Junta Provisória sobre a justiça e pretensões de qualquer cidadão, desde que fossem conhecidas escrupulosamente as ideias políticas do pretendente a respeito da causa sagrada da separação do Reino e Independência do Brasil e se o suplicante aderiria à referida causa com convicção para que assim se tornasse mais digno de qualquer emprego público; assim também que a Junta fizesse constar às autoridades para que elas informassem conjuntamente sobre a política seguida pelos ditos pretendentes, o que foi cumprido e comunicado pela junta em 22 de julho. Vê-se, pois, que nesta data já se achava bastantemente adiantada a ideia de nossa emancipação política, e que José Bonifácio, que era contrário a ela, abraçara afinal pela força das circunstâncias, como provam seus atos e documentos. Sabe-se que José Bonifácio tinha ideias republicanas em sua mocidade, e que vindo de Portugal, onde ocupara cargos importantes, modificara suas ideias, e que, chegando ao Brasil, se declara publicamente a favor da união de Portugal com o Brasil, como se vê por uma representação por ele assinada em 1821, um ano antes da declaração da Independência; e que ainda no ministério obstou as ideias de Ledo, cônego Januá-

419 “O juiz ordinário Joaquim Antonio Pientznauer (cirurgião), que se achava autuado, e com ordem de prisão do ouvidor, recolheu-se à casa, donde desapareceu.” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 67]

420 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 67.

rio, José Clemente, Nóbrega, Muniz Barreto, Mendes Viana, Pereira Sampaio e muitos outros, para nós promotores de nossa emancipação, como tudo se verifica pelo *Reverbero*, jornal de Ledo e seus amigos, contra as ideias do *Regenerador* e *Gazeta*. De Antônio Carlos, suas ideias eram conhecidas desde a revolução de Pernambuco, assim como de outros. Portanto, à exceção de Martim Francisco, espírito reto e homem moderado, todos os outros só a força das circunstâncias e reflexão os fizeram pôr-se à testa do movimento, resolvendo afinal a coadjuvar a ideia da Independência, pela precipitação dos fatos e prosélitos que aderiam à causa da nossa emancipação e formação do Império, como ainda prova a ata da sessão do Grande Oriente, de 9 de setembro de 1822 e outras antecedentes, cuja sessão, presidida por Ledo, na falta de José Bonifácio, proclamava a necessidade de emancipar-se o Brasil. Sabe-se que as províncias do norte estavam revolucionadas, e com elas não podia D. Pedro entender-se, e o mesmo acontecia em São Paulo e Minas Gerais, cuja Junta D. Pedro foi dissolvê-la. Os emissários secretos é que espalhavam as ideias da emancipação política do Brasil, nomeando-se então para empregos civis e militares que adotavam a causa da Independência. Os Andradas e outros, tendo afinal anuído à ideia, forçados foram a trabalhar nesse sentido em São Paulo e Minas; quanto ao Rio de Janeiro, Nóbrega e seus amigos e correligionários já de há muito propagavam a ideia e faziam prosélitos. Ficava o Espírito Santo, onde a Junta e o povo de toda a província, à exceção de São Mateus e Guarapari, concordavam na ideia de proclamar-se a Independência, sendo emissário da Corte desembargador Sampaio, filho desta província. Estamos mesmo convencidos que parte dos membros da Junta Provisória se comunicavam a esse respeito com amigos do príncipe-regente, e que adiantadas as ideias, contava D. Pedro e afinal José Bonifácio com a anuência geral desta província, e tanto assim que à Junta se dirigia reservadamente, muito antes de proclamar-se a Independência nos campos do Ipiranga, como provam documentos. Julgamos ainda que o príncipe D. Pedro, depois imperador do Brasil, já de há muito tratava de promover a Independência, não arrastado à última hora pela força das circunstâncias, mas sim pelas tendências do povo, para sua emancipação, e que já no século XVIII o marquês de Pombal vislumbrara, quando mandou edificar o grande palácio no Pará para talvez transportar a Família Real, ou colocar no trono do Brasil algum príncipe. Também D. João VI pressentira a reação, pelo que prevenira disso o príncipe D. Pedro.

Idem. Decretam neste ano as Cortes de Portugal, em Assembleia Constituinte, no Art. 2º da nova Constituição, que ficasse o Brasil dividido em 17 províncias, o que foi efetuado, cabendo à do Espírito Santo o 11º lugar no número das províncias criadas, sendo mantida esta mesma deliberação ainda depois de tornar-se independente o Brasil a 7 de setembro do mesmo ano, declarando-o no Art. 2º da Constituição do Império, que foi promulgada a 11 de dezembro do ano seguinte.⁴²¹

Idem. Por portaria de 30 de agosto deste ano é ordenado à Junta Provisória que não fosse aceito nem empossado em emprego algum civil, militar ou eclesiástico, indivíduo que aqui aportasse com despachos de Portugal, a fim de estar-se prevenido contra quaisquer surpresas ou alianças.

Idem. Por portaria de 1º de setembro é ordenado à Junta Provisória que não deixasse sair navio algum com tropa, mantimentos e munições de guerra com destino à Bahia, visto estar ali sublevado o general Madeira, assim como muitos outros cidadãos militares e paisanos.

Idem. Oficia a Junta Provisória em data de 2 de setembro deste ano comunicando ter sido eleito deputado à Assembleia Geral o Dr. José Bernardino Batista Pereira.

Idem. Tendo neste ano sido nomeado ouvidor da comarca o bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos, presta no mês de outubro juramento do dito cargo e entra em exercício, havendo servido até 1823, data em que passou a presidente da província.

Idem. É nomeado neste ano, a 12 de setembro, e pelo Grande Oriente do Brasil, M. P. Ribeiro Pereira de Sampaio para vir ao Espírito Santo, tendo o mesmo se oferecido espontaneamente, com o fito de fazer abraçar a opinião da Independência do Brasil e propagar aos povos a ideia de tão gloriosa obra de nossa emancipação política;⁴²²

421 Marques, *Dicionário*, p. 47.

422 “Em boa hora o Grande Oriente do Brasil enviou o ouvidor, Manoel Pinto Ribeiro Sampaio, a difundir os princípios da independência nacional, propagados pela loja maçônica do Rio de Janeiro.” [Derenzi, *Biografia*, p. 109]

tendo aqui chegado, tratou imediatamente com alguns membros da Junta Provisória e pessoas influentes desta já então província, e que mais ou menos se achavam preparados para esse fim, não tendo encontrado obstáculos.

Idem. É instalada pela Junta Provisória no dia 1º de outubro, às 3 horas da tarde, uma sessão solene, para diversos fins, mormente o tendente à Independência do Brasil.

Idem. Oficia a Junta Provisória em 4 de outubro ao ministro do Império José Bonifácio de Andrade e Silva, comunicando que tendo a Câmara Municipal do Rio de Janeiro oficiado à Câmara desta província sobre a necessidade de revestir-se D. Pedro do pleno poder executivo, foi logo admitido o laço verde e marcado o dia 12 de outubro para ser jurada a Independência, e aclamar-se o mesmo Senhor imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil.

Idem. É prestado nas câmaras municipais da província, à exceção unicamente da cidade de São Mateus, e em data de 12 de outubro, o juramento da Independência do Império e aclamação do Sr. D. Pedro I como imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, sendo apregoado o ato nesta capital por Januário Pereira de Souza. Houve nesta ocasião grandes festejos, iluminações e regozijo público, havendo dias antes sido admitido como sinal de anuência à nossa emancipação política o laço *verde e amarelo* no braço, e tope da *mesma cor* no chapéu.

Idem. São remetidas pela Junta Provisória ao governo, em data de 23 de outubro, as cópias das atas lavradas pelas câmaras da província ao proclamarem a Independência do Brasil e a exaltação ao trono do Senhor D. Pedro I, dando-se conhecimento dos festejos e regozijo que se desenvolveram nesse dia entre o povo.

Idem. Participa à Junta Provisória a Câmara Municipal de Caravelas, que fazia parte desta província, que prestara-se ali juramento e se proclamara a Independência do Brasil, o que não fora feito em São Mateus, pelo que pedia socorro de tropa, munição e armas para obrigar os povos daquele lugar a prestar o mesmo juramento à Independência, ao que se negavam; e sendo isto tomado em consideração, enviou incon-

tinente uma lancha com 20 homens, dois oficiais, armamento e munição, seguindo também um pequeno navio de guerra que aqui se achava para igualmente de acordo com a gente de Caravelas marchar, logo que estivessem reunidos, para São Mateus, seguindo ainda por terra nesta ocasião uma outra força composta de bastante gente indo diretamente para São Mateus a reunir-se à tropa para ali enviada. Ainda existem nesta capital pessoas que fizeram parte dessa diligência, entre eles o nonagenário Francisco das Chagas Vidigal, que era então porta-estandarte, lugar que serviu durante vinte e sete anos. Ali chegada a força reconheceu-se ser falso parte do que se dizia respeito ao levante, negação de juramento e sedições, tendo tudo se passado na melhor harmonia e voltado para a capital a tropa de Linha e de Milícia que para ali fora, aderindo São Mateus e jurando a Independência em 22 de janeiro do ano seguinte.

Idem. Requer neste ano o farmacêutico Miguel Rodrigues Batalha, como recompensa de seus serviços, ser provido boticário com o título e honras da Casa Real como aderente à causa da Independência do Brasil e ter por ela trabalhado.

Idem. Procede-se neste ano a devassas no Espírito Santo a fim de saber-se se havia partidários da república, oficiando a Junta Provisória em 12 de dezembro não haver sectários de tal ideia na província, como ainda hoje muito poucos há.

1823. É sequestrada neste ano, no princípio do mês de janeiro, a mandado da Junta Provisória, a escuna *Maria*, procedente da ilha dos Açores vindo com escala por Cabo Verde, e de propriedade de Tomé de Castro e mestre José Maria, e com carga de sal. Feito o sequestro de conformidade com as ordens e decretos do governo geral, foi comunicado ao governo em 15 do mesmo mês de janeiro.

Idem. Oficia a Junta Provisória na mesma data de 15 de janeiro ao governo geral que, tendo chegado a esta província o ajudante de ordens do general Labatut, major Luís Pinto Garcez, com imposta comissão para S. Majestade o imperador, vindo em uma pequena embarcação estragada, o que foi temeridade, a Junta dera ordem a Francisco Antônio Fontoura, que em sua embarcação seguia para Caravelas, levasse o dito major à Corte.

Idem. Aderem à Independência do Brasil e prestam juramento em data de 22 de janeiro deste ano os povos da cidade de São Mateus, que auxiliados pela tropa daqui mandada e à vinda de Caravelas, aclamaram o Sr. D. Pedro I imperador do Brasil; burlaram-se assim os tramas⁴²³ por alguns preparados, negando-se e protestando o povo o não mandar deputado à vila da Cachoeira na Bahia, que a isso os impeliavam os revoltosos daquela vila.⁴²⁴

Idem. A 30 de janeiro fazem-se devassas nas vilas do Espírito Santo e Benevente, fronteiras à de Guarapari, onde se dizia terem-se derramado ideias republicanas em extremo e segundo as denúncias dadas a esse respeito; mas nada se tendo descoberto nesse sentido naquelas vilas, deram-se por findas as diligências.

Idem. Participa a Junta Provisória ao governo geral, em 7 de fevereiro deste ano, o ter-se sequestrado a sumaca *Júlia*, vinda de Montevideú, por dizer o mestre da mesma ser o dono um súdito português; admitiu-se no entanto a fiança.

Idem. Levou a Junta Provisória ao conhecimento do governo geral, em data de 10 de fevereiro, por notícia trazida ao seu conhecimento por uma lancha vinda de Caravelas e um ofício do comandante do destacamento daqui ido para aquela localidade, então pertencente a esta província, que ali se achava um lanchão e uma sumaca com tropa comandada por um oficial das ordenanças da vila de Trancoso, que a título de proteção entrara na vila do Prado prendendo os vereadores da Câmara e autoridades, roubando e saqueando tudo, mas que tendo acudido de Caravelas a tropa daqui partida para a diligência de São Mateus, dera-lhe em cima, deixando eles o lanchão aprisionado. Este lanchão veio depois para esta cidade.

Idem. Estando os cidadãos Domingos Rodrigues Souto e Manoel Afonso Martins de posse de alguns terrenos à beira-mar, por concessão já anteriormente feita pela Câmara Municipal, requerem a S. M. o imperador a confirmação das ditas posses, sen-

423 Conforme uso da época, Daemon usa no masculino o termo *trama*, com o sentido de *ardil*.

424 (a) *Ofício* da Junta Provisória do Espírito Santo, comunicando ter sido, finalmente, proclamada a Independência do Brasil na vila de São Mateus desta mesma província, depois de sérios conflitos, 1823. (b) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 136.

do eles os primeiros que tal fizeram nesta província desde tempos imemoriais; é ordenado por S. M. o imperador o Sr. D. Pedro I à Junta Provisória, em portaria de 5 de fevereiro deste ano que vinha acompanhada dos requerimentos e documentos, que informasse a respeito, o que foi favoravelmente feito a 12 de março do mesmo ano.

Idem. A 22 de fevereiro deste ano participa a Junta Provisória ao governo geral que, pelos recrutamentos, exercícios militares contínuos, guarnições, destacamentos, diligências e também pela grande seca que grassava há três anos, estava a lavoura quase extinta, e que a própria falta d'água era tão sensível que buscavam-na a uma légua e mais de distância, visto os próprios rios terem pouca e a maré chegar neles até grande distância.

Idem. Em data de 11 de abril deste ano é mandado criar na então vila de São Mateus uma companhia de Infantaria de segunda linha, com um capitão, um tenente, dois alferes, um primeiro sargento, dois segundos ditos, um furriel, oito cabos, oitenta soldados e dois tambores, a fim de obstar certos tramas do governo ilegal da Bahia, e ideias perniciosas que ali alguns especuladores derramavam.⁴²⁵

Idem. São aprisionados no mês de maio deste ano, na barra da cidade de São Salvador na Bahia, por Lord Cochrane, alguns navios mercantes que da então vila de São Mateus seguiam com mantimentos para aquela província, em consequência de estar ele bloqueando os seus portos e não querer que entrassem víveres para os insurgentes.

Idem. É nomeado neste ano por decreto imperial para professor de primeiras letras da vila de Nova Almeida o escrivão da Câmara Municipal da mesma vila Manoel José Ramos.

Idem. É neste ano criado o lugar de presidente da província e também o Conselho Provincial, que se comporia de seis membros e que vieram substituir a Junta Provisória, com atribuições iguais às que hoje têm as assembleias provinciais.⁴²⁶

425 *Decreto* de 11 de abril de 1823 (parte II) – Cria uma companhia de Infantaria de segunda linha na vila de São Mateus, província do Espírito Santo.

426 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 59.

Idem. É nomeado a 20 de outubro deste ano o bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos para presidente desta província, sendo o primeiro que exerceu no Espírito Santo este cargo; tomou posse a 23 de fevereiro do ano seguinte.⁴²⁷

Idem. Por carta imperial dirigida à Junta Provisória em 25 de novembro deste ano, é mandado proceder na província à eleição dos membros do Conselho Provincial.

Idem. É nomeado a 28 de novembro, para secretário do Governo, José Henrique de Paiva, sendo este o primeiro nomeado neste caráter, e tendo entrado em exercício no ano seguinte.

1824. É dado a 28 de janeiro deste ano um regulamento interino para o aldeamento do Rio Doce, assim como o regime a seguir-se para a civilização dos índios botocudos ali aldeados.⁴²⁸

Idem. Chega à província no mês de fevereiro deste ano o primeiro presidente para ela nomeado, bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos, que prestou juramento e entrou em exercício do dito cargo no dia 24 do mesmo mês,⁴²⁹ tendo administrado a província até 10 de outubro de 1829.

Idem. Ordena o governo geral por portaria de 18 de março, ao presidente Acióli de Vasconcelos, segundo documentos remetidos, que fizesse por conciliar o capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva e o juiz ordinário Antônio Rodrigues Cardoso, ambos da vila de Benevente, e se a isso se negassem procedesse na forma da lei contra os mesmos, visto que os conflitos ali dados causavam tumultos e revolta do povo, que se dividia em duas turmas.

427 (a) “Em virtude da lei de 20 de outubro de 1823, foi a administração da província confiada a um presidente e a um conselho de seis membros. Em 24 de fevereiro de 1824 tomou posse o primeiro presidente Inácio Acióli de Vasconcelos.” [Rubim, B. C., *Memórias*, p. 141] (b) “Inácio Acióli de Vasconcelos, nomeado presidente por carta imperial de 25 de novembro de 1823. Teve cumpra-se em 23 de fevereiro de 1824. [Machado de Oliveira, *Alguns governadores e presidentes*, p. 332]

428 *Regulamento* interino para o aldeamento e civilização dos índios botocudos do rio Doce, da província do Espírito Santo, in *RIHGB*, 1844, 6:481-3.

429 “Inácio Acióli de Vasconcelos – primeiro presidente da província – tomou posse a vinte e quatro de fevereiro de 1824 (*Ofício* de vinte e cinco de fevereiro de 1824, in *Pres. ES*, 111)”, apud Oliveira, *HEES*, p. 304, nota 43.

Idem. A 19 de abril deste ano na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, perante imenso concurso de povo, Câmara Municipal e corporações civis, eclesiásticas e militares, é jurada solenemente a Constituição Política do Império, dando-se vivas e havendo muita alegria e festejos por este importante fato, sendo nessa ocasião nomeado o desembargador Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, que aqui viera antecedentemente em comissão, para o fim de apresentar perante S. M. o Sr. D. Pedro I o preito e homenagem do povo da província do Espírito Santo, como fiéis vassallos do ínclito monarca, que tanto se esforçara por nossa emancipação política.

Idem. Por ato de 17 e finalmente de 28 de maio deste ano é nomeado o bacharel José Libânio de Souza para ouvidor geral da comarca, e que aqui já estivera por diversas vezes ocupando interinamente o dito cargo como juiz de fora de Campos dos Goitacases; foi ele o primeiro para aqui nomeado depois de declarada a Independência do Brasil, e com maior alçado de poderes, tendo prestado juramento e entrado em exercício no mês de outubro deste mesmo ano, e servido até o ano de 1826. Este ouvidor esteve continuamente em lutas com o governo civil e militar, devido a certa rispidez de princípios, própria do seu caráter.⁴³⁰

Idem. Tendo-se passado para o aldeamento do Rio Doce os índios botocudos que se achavam na Muribeca e de que era diretor o sargento-mor Policarpo da Silva Malafaia de Vasconcelos, declara-se ali a bexiga trazida da Muribeca por aqueles, o que causou grande mortandade, apesar das providências tomadas e socorros para ali enviados pelo presidente ao diretor do aldeamento do Rio Doce coronel Julião Fernandes Leão, tendo este fato sido comunicado ao governo geral em 4 de agosto.

430 (a) “Participo a V. Exa. que já aqui me acho recolhido, e exercendo as funções do meu cargo. / Deus Guarde V. Exa., São Sebastião [de Campos dos Goitacases], 7 de agosto de 1825. / Ilmo. Exmo. Snr. presidente da província do Espírito Santo, e da Junta da Fazenda da mesma província / José Libânio de Souza / ouvidor da comarca.” [*Ofícios* e requerimentos sobre: iluminação para as ruas de Vitória; informação sobre a madeira recebida e execução de novos cortes; preenchimento do cargo de professor de primeiras letras; posse do cargo de ouvidor da comarca, doc. 21] (b) Em 9 de outubro de 1827 o mesmo ouvidor se dirigia ao presidente da província do Espírito Santo, Inácio Acióli de Vasconcelos solicitando providências para sua viagem de regresso: “Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que fazendo-se-me necessário, no meu regresso para Campos e Rio de Janeiro um prático da costa, rogo a V. Exa. haja de providenciar a este respeito.” [*Ofícios* e requerimentos sobre: iluminação para as ruas de Vitória, etc., doc. 6] Esse documento indica que José Libânio de Souza continuava no cargo em 1827.

Idem. É autorizada por decreto de 17 de setembro deste ano concessão de terrenos para cultura e lavoura no lugar denominado *Castelo*, no município do Cachoeiro de Itapemirim.

Idem. No mês de setembro há um grande rompimento e ataque entre os habitantes do Itapemirim e os gentios, por aqueles não poderem mais suportar os roubos, mortes e insultos cometidos pelos índios, havendo muitas mortes e ferimentos; o que foi comunicado ao governo provincial pelo capitão-mor, Câmara Municipal e mais autoridades daquela localidade.

Idem. Conclui-se a 25 de setembro deste ano a apuração de todos os colégios da província para a eleição do deputado que a devia representar na Assembleia Geral na primeira legislatura, sendo eleito o bacharel José Bernardino Batista Pereira.

Idem. Tendo sido eleitos membros do Conselho Provincial do governo os cidadãos Francisco Pinto Homem de Azevedo, vigário José Nunes da Silva Pires, Manoel de Moraes Coutinho, José Ribeiro Pinto, Antônio Joaquim Nogueira da Gama e Joaquim José Fernandes, prestam juramento nas mãos do presidente da província bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos e entram em exercício no dia 1º de outubro deste mesmo ano.

Idem. Participa ao governo, a 2 de outubro deste ano, o presidente Acióli de Vasconcelos, terem-se sublevado os índios no Itapemirim e Rio Doce e havido nesses lugares grandes distúrbios e algumas mortes e ferimentos, obrigando os fazendeiros a quase abandonarem suas fazendas.

Idem. Chega à capital o viajante francês Mr. Lourenço Achille Lenois, que havendo percorrido a província de Minas, estudando-a e investigando-a, desceu a esta pelo rio Doce, tendo também aqui feito algumas investigações.

Idem. Participa neste ano o capitão-mor da vila de Itapemirim terem chegado às minas auríferas de Santana do Castelo, no hoje município do Cachoeiro de Itapemirim, alguns mineiros, com intenção de ali se estabelecerem e lavrarem ouro.

Idem. São remetidas na sumaca *Santa Rita* pelo presidente Inácio Acióli de Vasconcelos nove arrobas de pau-brasil, para demonstrar-se a sua excelente qualidade, como pelo governo fora exigido a 19 de dezembro do ano antecedente; esta madeira fora tirada nas terras da antiga Aldeia Velha, hoje Santa Cruz.⁴³¹

Idem. É instalada neste ano, a 14 de setembro, a escola de *ensino mútuo*, tendo o governo geral mandado os respectivos utensis para aquele estabelecimento de educação, cujo foi primeiro professor José Joaquim de Almeida Ribeiro, que à Corte fora estudar o sistema a mandado do governo provincial, como fora para o mesmo fim o sargento Manoel Serafim Ferreira Rangel. Esta escola foi instalada na sala em que hoje se acha a Secretaria do Governo, achando-se presentes o presidente Acióli de Vasconcelos, secretário do Governo, comandante das armas Fernando Teles da Silva, e muitas outras pessoas gradadas da capital.

Idem. É feita a 22 de junho deste ano a primeira eleição e apuração de votos para senador por esta província, sendo eleito o padre Francisco dos Santos Pinto.⁴³²

Idem. Falece neste ano frei Francisco do Nascimento, capelão-cura da povoação de Viana, o primeiro sacerdote para ali enviado quando se estabeleceram os colonos açorianos em Santo Agostinho; seu sucessor foi o carmelita frei Manoel de Santana.

Idem. São remetidos neste ano pelo presidente Inácio Acióli de Vasconcelos ao ministro Estevão Ribeiro de Resende diversos livros da Secretaria do Governo e câmaras municipais da vila da Vitória e Espírito Santo, para servir de base à *História dos Sucessos do Brasil*. É aqui ocasião de mostrar qual a causa de terem desaparecido muitos livros e documentos importantes, e foi, que tendo o ministro pedido ao presidente cópias autênticas de *memoriais, nomeações, documentos e papéis oficiais*, ele remeteu

431 *Ofícios* e requerimento sobre: iluminação para as ruas de Vitória; informação sobre a madeira recebida e execução de novos cortes; preenchimento do cargo de professor de primeiras letras; posse do cargo de ouvidor da comarca.

432 “Foram eleitos Manoel Pinto Ribeiro Pereira de Sampaio, magistrado, com sessenta votos; José de Azevedo Cabral, magistrado, com cinquenta e nove votos; Francisco dos Santos Pinto, eclesiástico, com trinta e um votos. (Taunay, *Senado*, p. 175)” [Oliveira, *HEES*, p. 306-7, nota 49]

não só os originais de documentos importantes, como os livros de Registro e Tombos não só da Secretaria como das câmaras, os quais para aqui não mais voltaram, perdendo-se assim muitos dados para a história da província; o que junto aos incêndios havidos, às traças, sonegações e empréstimos tornaram paupérrimos os arquivos da província. Alguns destes livros, há anos, sabemos que pararam em mãos particulares, porém alguns possuidores já seguiram à eternidade.

1825. Por desinteligências havidas entre o juiz ordinário e capitão-mor suscita-se grande motim na vila de Benevente, tendo por consequência haver no dia 16 de janeiro, depois da missa conventual, o juiz ordinário Antônio Rodrigues Cardoso mandado prender por seu escrivão ao capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva, que aí se achava, que, vendo que era preso indubitavelmente, gritou à Tropa de Linha e à de Milícia, comandada pelo alferes Inácio Loiola de Assunção, pedindo a ela auxílio para não ser ultrajado, sendo pela mesma tropa resguardado e conduzido à casa, onde ficou preso e guardado por dois milicianos por assim o capitão-mor ter requerido.

Idem. Pelo governo da província, em 25 de janeiro deste ano, à vista das sindicâncias feitas em Benevente pelo ouvidor da comarca José Libânio de Souza, que ali fora daqui para esse fim, é ordenado que se conservasse suspenso do comando da tropa daquela vila o capitão-mor Saraiva até chegarem ao conhecimento do governo geral os motivos que deram lugar à prisão feita pelo juiz ordinário Cardoso. O capitão-mor Saraiva era exato cumpridor de seus deveres, o que lhe fez angariar inimigos. Um dos atos sucessivos à chegada do ouvidor à vila de Benevente foi empossar novo juiz ordinário, segundo ordem que recebera do governo, por ter concluído o tempo daquele juizado Antônio Rodrigues Cardoso.

Idem. Segue para [a] Corte a 26 de fevereiro deste ano, por mandado do presidente Inácio Acíoli de Vasconcelos, o jovem João Luís da Fraga Loureiro, filho do sargento-mor Luís da Fraga Loureiro, que tendo alguns estudos e muito talento era enviado ao ministro Luís José de Carvalho e Melo para o apresentar a S. M. o imperador, a fim de ser recomendado para França, onde ia concluir seus estudos em qualquer universidade, sendo toda a despesa feita por conta do referido sargento-mor Loureiro.

Idem. Chega a este porto no dia 25 de março deste ano a fragata inglesa *Diamond* trazendo a seu bordo Sir Carlos Stuart, que foi recebido com todas as formalidades devidas a tão alto personagem; saltando à tarde em terra, foi-lhe oferecida uma ceia opípara e no dia seguinte (26) um lauto jantar, de que ficou muito penhorado. A fragata *Diamond* só demorou-se neste porto dois dias, tendo seguido viagem no dia 27 do dito mês.

Idem. Neste ano representa o ouvidor da comarca em data de 21 de maio, contra o comandante das armas tenente-coronel Fernando Teles da Silva, com quem andava em conflito e em dissensões não pequenas, causando esse fato abalo à população pelas represálias havidas de parte a parte. Sabedor disto o comandante das armas representa também no mesmo dia 21 de maio contra o ouvidor, dando esses fatos graves motivos a que baixasse o alvará de 30 de setembro do mesmo ano em que foram sustentados os atos do tenente-coronel Fernando Teles, trazendo isso o sossego à capital, que durante esse tempo esteve continuamente sobressaltada, pelo exemplo havido no conflito com o mesmo ouvidor José Libânio e o coronel Julião.⁴³³

Idem. É dado neste ano princípio, pelo sargento-mor Manoel José Esteves de Lima, no município hoje do Cachoeiro de Itapemirim, à abertura de uma estrada de comunicação com a província de Minas Gerais, a qual, estando a concluir-se e achando-se o mesmo sargento-mor Manoel José Esteves de Lima ocupado nos sertões com alguns índios puris nesse trabalho, foi atacado pelos índios botocudos, de que resultou a morte de três índios, sendo feridos muitos, e aprisionados uma índia e um pequeno, perseguindo-se o restante da horda, que desapareceu.

Idem. Oferece neste ano o capelão da antiga capela dos extintos jesuítas, padre Francisco Ribeiro Pinto, a sua cômputa em benefício das despesas do Estado; o que foi imitado por muitas outras pessoas, como se vê dos registros existentes.

⁴³³ “Em 1825 esteve em discussões mais ou menos calorosas com o Dr. José Libânio de Souza, juiz de fora da vila de São Salvador dos Campos dos Goitacases, servindo de ouvidor da comarca, que contra ele, em 21 de maio de 1825, representou a mesa do Desembargo do Paço, pelo que baixou o alvará de 30 de setembro de 1825, dando razão a Teles da Silva, e lembrando ao ouvidor quanto é conveniente a moderação e nociva a dissensão entre os empregados na administração civil e militar.” [Marques, *Dicionário*, p. 40]

Idem. No dia 1º de outubro deste ano desaba uma furiosa tempestade na povoação de Linhares, acompanhada de um medonho furacão e uma tremenda chuva de pedra que durou muitos minutos, tendo causado prejuízos enormes, abatido nove casas, arruinado muitas outras, arrancando parte da cumeeira da torre da Matriz e o telhado, derribado grande porção de mato e matando alguma criação, ferindo a algumas pessoas, causando grande pânico e pesar à população.

Idem. É publicado um extenso bando a 25 de outubro deste ano, em consequência do tratado de amizade e reconhecimento do império do Brasil pelo reino de Portugal, havendo nesta capital grandes regozijos como em toda a província já com iluminações, já com festejos e *Te Deums*.

1826. É nomeado por carta imperial de 16 de setembro deste ano ouvidor e corregedor da comarca o bacharel Joaquim Francisco de Borja Pereira, em substituição ao bacharel José Libânio de Souza, o qual só ocupou o lugar até fevereiro do ano seguinte.

Idem. Toma assento na Câmara Geral Legislativa, em sua 1ª legislatura, o bacharel José Bernardino Batista Pereira como deputado eleito por esta província; era natural de Campos dos Goitacases, que então fazia parte desta província. Também neste mesmo ano tomou assento no Senado o bacharel Francisco dos Santos Pinto, vindo este senador a falecer em 3 de abril de 1836.

Idem. É remetida neste ano ao governo geral a estatística do rendimento das câmaras municipais da província, sendo a desta capital 260\$000 anuais, a de Nova Almeida 300\$000, a de São Mateus 500\$000, a do Espírito Santo 43\$000, a de Guarapari 600\$000, a de Benevente 400\$000, a de Itapemirim 500\$000. Também nesta ocasião foi remetida ao governo uma amostra do ouro das minas de Santana do Castelo, trazida pelo coronel Julião Fernandes Leão, que ali se achava, e que o obtivera pelas explorações ali feitas por alguns ingleses.

Idem. [no original, 1826] É nomeado a 6 de novembro deste ano Manoel de Salas Pavia Pacheco, escrivão deputado da Junta de Fazenda, empossando-se no lugar a 28

de abril de 1827. Era natural da Província Cisplatina, tendo posteriormente sido removido para o Rio Grande do Sul.

1827. Em princípios deste ano é nomeado o bacharel Carlos Ferreira da Silva para ouvidor e corregedor da comarca, pois que a 25 de maio já se achava em exercício do dito cargo e no de provedor da Fazenda, defuntos, ausentes, capelas e resíduos que por alvará de 28 de janeiro deste ano tinham sido anexos ao cargo de ouvidor.⁴³⁴

Idem. Falece neste ano no mês de fevereiro o físico-mor João Antônio Pientznauer, cirurgião de Linha e juiz ordinário. De gênio irascível e um tanto revolucionário, foi causa de muitos distúrbios havidos na província, nos quais esteve sempre envolvido, acusado, processado e condenado. Homem de algum talento, era no entanto de gênio colérico, a ponto de a própria família não o poder suportar, dizendo-se ter sido causa de sua primeira mulher haver-se precipitado do segundo andar da casa de sua moradia que era na rua Duque de Caxias entre as casas de n. 49 e 51. Suas filhas Gertrudes, Ana e Joaquina viram-se obrigadas a retirar de casa e ir morar com seus parentes. Uma delas era de beleza tão surpreendente, que em Campos, para onde foram, deram-lhe o nome de *Estrela do Norte*, e aqui, quando ia à missa na Igreja do Carmo, o povo a acompanhava para vê-la. Ali casou-se ela, e foi para sua casa que foi morar seu pai quando daqui teve de retirar-se no levante promovido pelo coronel Julião.

Idem. Aquilombando-se neste ano na então vila de São Mateus diversos escravos, em número maior de noventa, ameaçando invadir a mesma vila para o que faziam por unirem-se aos escravos das demais fazendas, fica atemorizada a população e reinando na vila grande perigo; oficia por isso a Câmara Municipal ao presidente da província, que logo deu enérgicas providências, fazendo marchar para ali um capitão da Tropa de Linha comandando 20 praças a prender e castigar os ditos escravos.

434 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 82.

Idem. É passada neste ano provisão pela Mesa do Desembargo do Paço, concedendo terrenos aos povoadores do Rio Doce e Linhares e confirmando a criação da vila de Linhares, que já havia obtido a resolução a 11 de maio do ano antecedente.⁴³⁵

Idem. Tendo neste ano saído a procissão de *Corpus Christi*, em seu dia próprio, aconteceu que tendo chegado à baía desta capital o brigue de guerra *Ururau* se preparasse traiçoeiramente uma surpresa, e esta foi que, quando recolhia-se a dita procissão, que era acompanhada pelas irmandades, ordens terceiras, corpo de Milícia e povo, ao chegar ao largo da Misericórdia foram cercadas as bocas das ruas da Assembleia, de Pedro Palácios, ladeira de Palácio, rua da Imprensa e ladeira da Misericórdia pelo batalhão dos henriques e marinheiros do brigue *Ururau*, a mandado do então comandante de Armas Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama, procedendo-se depois a um rigoroso recrutamento na Milícia e povo, sendo *agarrados* pais e filhos, casados e solteiros, viúvos e aleijados, conduzindo-se-os para bordo do *Ururau*, pelo que teve de se lamentar não pequenas desgraças e infelicidades, atirando-se alguns indivíduos ao mar, sendo outros perseguidos; tornou-se a cidade em um clamor geral, vendo-se em alarido, choros e lamentações a percorrerem as ruas da capital mulheres desgrenhadas: umas mães outras esposas e outras irmãs daqueles que se achavam presos e que iam seguir para a República Argentina como soldados e marinheiros a sustentar a guerra que ali tínhamos. Algumas atiravam-se do cais ao mar, outras, ajoelhadas, oravam por eles, constando ter havido afogamentos; foi uma cena contrastadora.⁴³⁶ Quanto à imagem de São Jorge que ia na procissão, foi abandonada e depois recolhida à cadeia, onde esteve por muitos anos sem a quererem dali tirar e só em 1863 é que foi conduzida à Capela Nacional a pedido do bacharel José Feliciano Horta de Araújo; não houve desde essa época nem mais saiu nesta capital a procissão de *Corpus Christi*. Destes recrutados, parte deles só aqui voltaram à custa de imensos sacrifícios de suas famílias, outros ven-

435 “O interesse governamental por essa importante zona revela-se pela concessão em 1827, de uma légua em quadra para o patrimônio da Câmara Municipal de Linhares.” [Freire, *Fatos da História*, p. 2]

436 *Ofício* comunicativo do recrutamento feito pelo comandante das armas da província do Espírito Santo nos batalhões de milicianos e em paisanos, no dia de *Corpus Christi*, datado de 27 de junho de 1827 ao senhor conde de Lages pelo comandante das armas Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama.

deram os bens que possuíam para comprarem a baixa e muitos outros nunca mais voltaram à província. Ainda hoje, quando se fala nesse arbitrário ato, os velhos com horror descrevem as cenas contrastadoras desse dia lúgubre, em que a cidade parecia estar sendo saqueada! É este fato uma nódoa indelével na vida do coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, então comandante de milícias, que passou o comando ou deixou assumi-lo o comandante das armas, e assim viu sacrificadas muitas famílias, suas patrícias, não tendo força bastante para escusar aqueles que pela lei eram isentos do recrutamento.

Idem. É nomeado neste ano Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama comandante das armas, o qual tomou posse do cargo em março deste mesmo ano,⁴³⁷ exercendo o lugar durante dois anos e três meses.

1828. É mandado construir o chafariz da Capixaba em 12 de fevereiro, que nada mais era que uma pequena fonte; assim também foram consertados os chafarizes da Lapa e Fonte Grande, a que se deram maiores proporções, tendo estes sido erigidos no século XVIII. Estas reedificações foram feitas por Francisco Pinto de Jesus, sendo-lhe ainda agradecida a fatura e prontidão destas obras pelo presidente Acióli de Vasconcelos em data de 2 de março deste mesmo ano.⁴³⁸

Idem. Por decreto de 27 de março deste ano é demitido do lugar de secretário do Governo José Henrique de Paiva e nomeado para igual cargo com outras incumbências o cidadão Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira.

Idem. Oficia o presidente desta província Inácio Acióli de Vasconcelos ao governo, demonstrando a fertilidade das terras desta província, dando como melhores as das comarcas de Itapemirim e Cachoeiro, informando ainda sobre terrenos devolutos e margens dos rios navegáveis.

437 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 68.

438 “Acióli de Vasconcelos foi quem mandou construir o pórtico protetor da nascente potável da fonte da Capixaba. A obra teve início em 12 de fevereiro de 1828 e o executor foi Francisco Pinto de Jesus, mestre pedreiro.” [Derenzi, *Biografia*, p. 116]

Idem. São mandados em data de 11 de abril deste ano 20 praças à requisição do sargento-mor Manoel José Esteves, para guarnecerem os quartéis do Cachoeiro de Itapemirim e Duas Barras por ordem do Conselho Geral, a fim de obstarem os ataques dos índios puris e botocudos que infestavam aqueles lugares, assim como contra os diversos salteadores e assassinos que naquelas paragens cometiam muitas atrocidades.

Idem. São marcadas a 12 de abril deste ano as divisas definitivas da província do Espírito Santo ao norte, sul, este e oeste, em virtude do aviso de 23 de novembro de 1827, de conformidade com o parecer da Comissão de Estatística da Câmara dos Deputados, sendo ainda dividido o território, em comarcas, cidades, vilas, povoações e paróquias.

Idem. É provido efetivamente em 16 de junho deste ano no lugar de diretor do *Ensino Mútuo* o professor José Joaquim de Almeida Ribeiro, que estava interinamente ocupando aquele cargo, e para o que tinha ido à Corte estudar o sistema juntamente com o finado alferes reformado Manoel Serafim Ferreira Rangel, que abandonou a carreira do magistério. Foi José Joaquim de Almeida Ribeiro o primeiro professor aqui do sistema de Lencastre, tendo sido provido, segundo a carta de lei de 15 de outubro de 1827, com o ordenado de 500\$000 anuais, pedindo-se a dispensa do mesmo professor do lugar de 2º sargento do Batalhão nº 12 de Caçadores de 1º Linha a que pertencia.

Idem. É nomeado neste ano ministro da Fazenda o deputado por esta província bacharel José Bernardino Batista Pereira, mandando-se por esse fato em aviso de 19 de junho deste ano proceder à eleição de um deputado.

Idem. Fazendo-se neste ano a eleição a fim de ser eleito o deputado de todo território pertencente ao Espírito Santo, deu o Colégio de Campos e São João da Barra um eleitorado de 70 cidadãos.

Idem. Por carta de lei de 27 de agosto deste ano é sancionado o decreto da Assembleia Geral, estabelecendo definitivamente o Conselho Geral da província.⁴³⁹

439 Lei de 27 de agosto de 1828 – Dá regimento para os Conselhos Gerais de província. Atos do Poder Legislativo.

Idem. São extintos na província pela lei de 30 de agosto deste ano os lugares de provedor-mor de Saúde, físico-mor e cirurgião-mor do Império, assim como os seus delegados, ficando incumbidas as câmaras da inspeção de saúde pública.⁴⁴⁰

Idem. É suspenso em 23 de setembro deste ano, do cargo de juiz de órfãos, Francisco Coelho de Aguiar em cumprimento ao aviso do governo geral, por crime de desobediência cometido pelo dito juiz e por ter-se retirado da comarca sem participação, sendo esta ordem mandada cumprir pelo ouvidor da comarca.

Idem. Garra à barra desta capital na noite de 20 para 21 de outubro o brigue de guerra *Pampeiro*, comandado pelo capitão-tenente Pedro Ferreira de Oliveira, tendo sido incontinenti dadas providências a fim de ver se era possível salvá-lo, indo lanchões e catraias da sumaca *Vigilante* para esse fim. Esse naufrágio deu causa a que alguns marinheiros vindos para terra desertassem e outros promovessem grandes desordens, sendo necessário mandá-los prender por ordem do presidente, em 15 de novembro do mesmo ano. Veio a socorrer o brigue *Pampeiro* o brigue *Beaurepaire*, que junto à oficialidade daquele promoveram a atividade, servindo-se de aparelhos, salvando assim as barricas de dinheiro que trazia, o casco do navio e mais pertences.

Idem. É cantado na Capela Nacional um solene *Te Deum*, iluminando-se toda a cidade, formada a tropa existente na província, salvando as fortalezas e demonstrando com outros festejos feitos nesta capital no dia 22 de novembro, o regozijo havido por haver-se concluído a guerra e assinado a paz entre o Império e a República Argentina.

Idem. Parte a visitar o sul da província no dia 31 de dezembro deste ano o presidente bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos, ficando interinamente na administração o vice-presidente capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo.

1829. Procede-se no dia 1º de fevereiro deste ano à eleição de vereadores às câmaras municipais, a primeira eleição feita de conformidade com a lei do 1º de outubro

440 Lei de 30 de agosto de 1828 – Extingue os lugares de provedor-mor da saúde, físico-mor, e cirurgião-mor do Império, passando para as câmaras municipais e justiças ordinárias as atribuições que lhes competiam.

de 1828, aviso do 1º de dezembro do mesmo ano e ofício do presidente da província às câmaras municipais datado de 22 de dezembro também de 1828.⁴⁴¹

Idem. Por carta imperial de 11 de abril deste ano é nomeado ouvidor da comarca o bacharel Cornélio Ferreira França,⁴⁴² tendo por alvará da mesma data sido anexa ao dito cargo a serventia da provedoria de Fazenda, defuntos, ausentes, capelas e resíduos.

Idem. Em data de 25 de junho deste ano é nomeado, pela segunda vez, comandante das armas o tenente-coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro.⁴⁴³

Idem. Assume pela segunda vez a administração da província no mês de outubro deste ano, o 1º vice-presidente capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, por ter sido no mês de setembro exonerado do cargo de presidente o bacharel Inácio Acioli de Vasconcelos.

Idem. É nomeado a 15 de outubro deste ano professor efetivo da cadeira de Latim desta capital o padre Inácio Félix de Alvarenga Sales.

Idem. É concedida por aviso de 12 de novembro, a Mr. Henrici, licença para transportar de Bremen 400 colonos alemães para esta província, dando o governo para esse fim os respectivos subsídios para as medições de terras e tratamento dos mesmos.

Idem. É nomeado por carta imperial de 10 de outubro deste ano para presidente desta província o visconde da Vila Real da Praia Grande, que prestou juramento a 21 e entrou em exercício a 23 de novembro do mesmo ano,⁴⁴⁴ sendo exonerado a 30 de janeiro do ano seguinte.

441 Atas das eleições realizadas na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, província do Espírito Santo, em 1º de outubro de 1828.

442 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 82.

443 *Idem*, p. 68.

444 *Idem*, p. 64.

1830. É transferido da província das Alagoas para presidente desta província Manoel Antônio Galvão, por carta imperial de 30 de janeiro; prestou juramento no Paço da cidade do Rio de Janeiro em 30 de outubro, entrando em exercício do dito cargo a 4 de dezembro,⁴⁴⁵ e exonerado a 9 de dezembro deste mesmo ano, tendo portanto ocupado o dito cargo por cinco dias.⁴⁴⁶

Idem. É prestado em data de 3 de março deste ano, nas mãos do já ex-presidente da província visconde da Vila Real da Praia Grande, o juramento aos conselheiros do governo Francisco Coelho de Aguiar, Manoel dos Passos Ferreira, padre Domingos Leal, Manoel de Moraes Coutinho, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, que no mesmo dia entraram em exercício, não prestando juramento o conselheiro Luís da Fraga Loureiro, por se achar pronunciada a prisão e livramento pelo juiz ordinário, que o comunicara em ofício datado de 28 de junho do ano antecedente, sendo substituído pelo capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo que se seguia em votação.

Idem. Tendo sido transferido o visconde da Vila Real da Praia Grande de presidente desta província para a das Alagoas, passa no dia 3 de março deste ano a administração da província ao 1º vice-presidente da mesma, capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, depois de haver nesse dia deferido juramento aos membros do Conselho do Governo e presidido à sua primeira sessão, como já acima dissemos.

Idem. A 12 de março deste ano assume a administração da província o coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim por lha haver passado o 1º vice-presidente capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, que só esteve no exercício do dito cargo nove dias.⁴⁴⁷

Idem. Recebe o vice-presidente da província, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, que havia entrado em exercício a 12 de março deste ano, um aviso

445 *Idem*.

446 “Manoel Antônio Galvão foi transferido da presidência de Alagoas para a do Espírito Santo por carta imperial de 30 de janeiro 1830.” [Machado de Oliveira, *Alguns governadores e presidentes*, p. 332]

447 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 64.

em que lhe é comunicada a remessa de 400 colonos para residirem em *Borba* e empregarem-se na limpa da estrada que por Itacibá deveria comunicar com Minas Gerais.

Idem. É nomeado por portaria de 15 de abril deste ano o coronel Joaquim Alberto de Souza da Silveira para comandante das armas desta província, empossando-se do cargo no mesmo dia.⁴⁴⁸

Idem. Toma novamente assento na Câmara dos deputados em maio deste ano, na 2ª legislatura, por ser reeleito por esta província o bacharel José Bernardino Batista Pereira.

Idem. Tendo nos princípios do mês de julho fugido da cadeia desta capital diversos presos unindo-se aos quilombolas, principiam a atacar aos viandantes em diversas paragens nos subúrbios e freguesias desta comarca, cometendo roubos, invadindo à noite as casas, como em Itacibá, pelo que resolveu o governo da província lançar mão de medidas enérgicas e repressivas para obstar esses ataques de que já havia fracassos, mandando para esse fim tropa a prender os criminosos.

Idem. [no original, 1830] É nomeado neste ano ouvidor da comarca o bacharel Deocleciano Augusto César do Amaral, não constando que tivesse prestado juramento e entrado em exercício.

Idem. Sendo posta em execução a lei do 1º de outubro de 1828 e por ela feita no ano antecedente a eleição de vereadores das câmaras municipais, é instalada a da Corte a 16 de janeiro, havendo *Te Deum* na antiga Igreja de Santana, hoje estação da Estrada de Ferro Pedro II, sendo orador sagrado nesse solene ato o talentoso espírito-santense padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, natural da hoje cidade da Serra, sendo pelo seu eloquente discurso muitíssimo vitoriado.⁴⁴⁹

448 *Idem*, p. 68.

449 “O padre Marcelino Pinto Duarte gozou, no Rio, de consideração. Político e polemista coube-lhe fazer o sermão congratulatório no *Te Deum* pela instalação na Câmara Municipal da Corte, em 16 de janeiro de 1830, na igreja de Santana.” [Freire, *Capitania*, p. 222-3]

Idem. Toma posse no dia 4 de dezembro deste ano do lugar de presidente desta província, para que fora anteriormente transferido da província das Alagoas, o Dr. Manoel Antônio Galvão.⁴⁵⁰

Idem. Assume a presidência da província a 9 de dezembro deste ano o 2º vice-presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, por ter sido exonerado o presidente Manoel Antônio Galvão. É admirável que sendo a 9 de dezembro exonerado na Corte este presidente, neste mesmo dia fosse passada aqui a administração! Mas, o que é certo é que estes dois atos deram-se no mesmo dia!

Idem. Morre afogado no rio Doce o sábio naturalista Dr. Frederico Sellow, que durante vinte anos viajara pelo Brasil fazendo grandes descobertas mineralógicas, zoológicas e ontológicas.

Idem. É nomeado presidente da província o Dr. Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, por carta imperial de 9 de dezembro deste ano, prestando juramento no Paço do Rio de Janeiro a 18 de dezembro do mesmo ano e entrado em exercício a 30 de dezembro,⁴⁵¹ sendo exonerado a 5 de novembro de 1831.

1831. É reunido no dia 10 de janeiro deste ano, pelo presidente novamente nomeado Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, o Conselho do Governo, que não se reunia desde 11 de agosto do ano anterior, sendo o mesmo composto do coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel de Moraes Coutinho, Francisco Coelho de Aguiar, Manoel dos Passos Ferreira, padre Domingos Leal e Manoel da Silva Maia, a fim de tomarem-se providências sobre diversos fatos importantes da província.

Idem. Assume a presidência a 8 de abril deste ano o 2º vice-presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim,⁴⁵² por ter ido tomar assento na Assembleia o Dr. Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça.

450 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 64.

451 *Idem*.

452 *Idem*.

Idem. Chegam a 18 de abril no brigue *Caboclo* 105 colonos alemães, os segundos desta nação que o governo imperial remeteu para a província, tendo o brigue estacionado na Fortaleza de São Francisco Xavier.

Idem. Faz o governo em meados deste ano cessar a diária que era fornecida aos colonos alemães, por não quererem os mesmos sujeitar-se às formas das leis do país, tendo a maior parte deles, desgostosos, se embarcado e seguido para Porto Alegre, ficando muito poucos na província.⁴⁵³

Idem. Por decreto de 11 de agosto⁴⁵⁴ deste ano obtém o título de freguesia a igreja filial de Nossa Senhora da Conceição da vila da Barra de São Mateus, tendo por limites os rios Preto e Santana, ao norte o rio Mucuri e ao sul o território da hoje vila de Linhares.

Idem. Amotinam-se no dia 21 de setembro os soldados chegados da Corte no dia antecedente (20),⁴⁵⁵ e que vieram reforçar e completar o Batalhão nº 12, existente de há muito na província, aos quais se uniram parte dos soldados do mesmo batalhão, cometendo violências contra o próprio comandante do Batalhão, tenente-coronel Luís Bartolomeu da Silva e Oliveira, o major do mesmo batalhão Francisco José de Figueiredo Brito e outros oficiais. Não querendo o mesmo comandante derramar sangue de nacionais e estrangeiros, pediu providências ao Conselho do Governo, que depois de reunido, deliberou as conceder no dia 22 do mesmo mês, ordenando a que logo se formasse a Guarda Municipal. À vista disto, a soldadesca desenfreada principiou a percorrer armada as ruas desta capital, dando tiros de encontro às casas e atacando na mesma noite do dia 22 o juiz de paz Manoel de Moraes Coutinho que andava rondando a cidade, o qual, ao passar pela frente do quartel do Forte do Carmo, onde se achavam os mesmos, fora ali vilipendiado e agredido; ainda mais, soube-se que os soldados ten-

453 Segundo Teixeira de Oliveira, a “ideia não vingou, pois os cofres da província não suportavam as despesas decorrentes da diária de cento e sessenta réis, que se responsabilizara a pagar a cada um dos novos colonos. Debandaram quase todos da terra capixaba e ‘a maior parte com destino a Porto Alegre.’” [Oliveira, *HEES*, p. 341]

454 Decreto nº 0-002, de 11 de agosto de 1831 – Erige em paróquia a capela filial da povoação da Barra da Vila de São Mateus na província do Espírito Santo.

455 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 78.

tavam arrombar o xadrez e dispostos estavam a não aceitar o rancho; comunicando o mesmo juiz de paz estes fatos ao Conselho do Governo no dia 24, e achando-se o povo muito atemorizado, deu ordem o governo aos paisanos para usarem de armas e munições nas rondas que fizessem, sendo interinamente nomeado para comandar o Batalhão 12 o major de 2ª linha Jerônimo Castanheda de Vasconcelos Pimentel; mas na ocasião em que se tomavam estas providências é avisado o Conselho de que os soldados haviam atacado e arrombado a Casa da Arrecadação do quartel armados, tirando os presos do xadrez estavam dispostos a atacar a cidade, pondo para fora do quartel o comandante nomeado e os oficiais. Suspensa a sessão do Conselho, que esteve sempre reunido, o vice-presidente Monjardim dirigiu-se unicamente com seu ajudante de ordens ao quartel e por bons modos pôde apaziguar a soldadesca aconselhando-lhes o sossego, ordem e obediência, deixando ali o comandante Castanheda em seu posto com ordens terminantes para lançar mão de certos meios facultados pela lei, voltando depois para Palácio; quando comunicava ao Conselho esta ocorrência, sentiu-se um tumulto na rua: eram os inferiores e soldados do mesmo batalhão que armados dirigiam-se a Palácio, e que embaixo ficaram aglomerados gritando e vociferando, o que fez o vice-presidente ameaçá-los de uma janela, mandando que quanto antes se retirassem para o quartel. Desrespeitando esta ordem, vagaram pelas ruas a dar tiros; tornando a voltar a Palácio às 5 horas da tarde, subiram as escadas e foram até a sala do Conselho à procura do alferes Antônio Ferreira Rufino (hoje major reformado e que então se achava às ordens da presidência), para levá-lo para o quartel, o que lhes foi concedido, recomendando-se-lhes que não continuassem a assim proceder. Então, vendo o Conselho este estado de coisas e o povo já se querendo também amotinar contra a soldadesca, tomou diversas deliberações e severas providências para garantir a cidade, concluindo-se esta sessão às 7 horas da noite. Notamos aqui um importante fato, e é que quando foram os soldados a Palácio dando tiros pelas ruas, e em diversas casas como na de um furriel que morava na casa da rua e ladeira de São Diogo, dirigiram-se em massa à residência do seu comandante tenente-coronel Bartolomeu que morava no largo da Conceição na casa pertencente à Sra. D. Clara Cavalcante de Andrade Pereira, e aí o assassinariam se ele não tomasse a deliberação de fugir com sua esposa para a vila do Espírito Santo, refugiando-se na fazenda da Costa, tendo para esse fim saído em trajes de mulher; quanto ao major Brito que morava em uma casa na rua do ouvi-

dor, hoje Duque de Caxias nº 74, pertencente à viúva do finado Manoel Gonçalves Vitória, ali dispararam tiros de balas de encontro às janelas e portas, como ainda hoje se veem os sinais e orifícios pelas mesmas feitas, tendo nestes fatos mais ou menos parte o major Esteves, inimigo deste. O major Brito, amigo e protegido por D. Pedro I, queixou-se ao governo deste major, mas este em sua defesa alegou falsidade servindo-se do nome do ex-imperante para acusar, espalhando que o major Brito seria sujeito a Conselho de Guerra e despido da farda, o que fez que de desgosto e apaixonado por ter-se retirado D. Pedro I principiasse Brito a sofrer do cérebro tentando suicidar-se, o que por vezes não pôde executar por estorvar-lhe a esposa e amigos; mas, tendo-se em um dia descuidado a família, o major Brito com uma navalha que pôde encontrar golpeou os braços e vendo que assim não morria o mesmo fez nos pulsos e depois degolou-se, subindo em uma cadeira para atirar-se à rua das janelas que da casa deitavam para a hoje rua do conde d'Eu, não podendo isso realizar pelo muito sangue que havia perdido, caiu ao contrário para trás onde o vieram encontrar a expirar. Esse fato contristou a muita gente, porque o major Brito era estimado e respeitado. Quanto ao tenente-coronel Bartolomeu retirou-se para a Corte não mais aqui voltando.

Idem. Foi criada neste ano pela lei de 4 de outubro a Tesouraria de Fazenda Geral, que foi instalada em 1832,⁴⁵⁶ sendo seu primeiro inspetor o lente e diretor da *Aula do Comércio da Corte* Joaquim José Gomes da Silva Filho, que foi nomeado por decreto de 3 de dezembro de 1836 e tomou posse a 3 de fevereiro de 1837, sendo exonerado a 2 de março de 1841.

Idem. Apareceram nesta cidade no mês de outubro diversos cidadãos trazendo fitas a tiracolo, denotando pertencerem a uma associação secreta, propalando ideias subversivas à Constituição, leis e autoridades, tendo até ameaçado ao juiz de paz, pelo que ordenou o Conselho do Governo que houvesse três rondas compostas de guardas municipais até a meia-noite e duas até a madrugada para obstar qualquer conflito ou tentativa de revolta. Tomou ainda o Conselho providências em data de 31 de outu-

456 "...e em 1832 instalou-se a tesouraria, criada pela lei de 4 de outubro de 1831, que foi alterada pelo decreto nº 736, de 20 de novembro de 1850." [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 84]

bro, a fim de ser vigiado o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, que estava a chegar à província vindo da Corte, onde se tinha envolvido na revolução de 15 e 16 de junho, e que era apontado como revolucionário e instigador destes fatos.

Idem. É nomeado presidente da província o bacharel Antônio Pinto Chichorro da Gama, por carta imperial de 5 de novembro deste ano, prestando juramento e entrando em exercício a 28 de novembro do mesmo ano,⁴⁵⁷ e sendo exonerado a 25 de outubro de 1832.

Idem. É nomeado por portaria de 6 de novembro deste ano para comandante das armas o coronel Sebastião Vieira Machado,⁴⁵⁸ que unicamente serviu dois meses o dito lugar por ter sido logo extinto, passando a ser ocupado o Comando das Armas pelos presidentes de províncias, em virtude da lei de 15 de novembro e decreto de 5 de dezembro deste mesmo ano.⁴⁵⁹

Idem. Reúne e abre no mês de dezembro deste ano o novo presidente Antônio Pinto Chichorro da Gama a sessão extraordinária do Conselho do Governo, que se achava composto dos membros coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel de Moraes Coutinho, Manoel dos Passos Ferreira, padre Domingos Leal, João Antônio de Moraes e Francisco Martins de Castro; nesta sessão tratou-se da criação da Guarda Municipal, paga de conformidade com a lei de 10 de outubro desse ano.

1832. Delibera-se neste ano em Conselho do Governo, sob a presidência do presidente Chichorro da Gama e de acordo com o presidente da província de Minas Gerais, que se promovessem todos os meios para conservação da ordem pública, não se consentindo que fosse violada ou alterada a Constituição do Império, e que se reconhecesse como governo legítimo o que presidia os destinos do Brasil.

457 *Idem*, p. 64.

458 *Idem*, p. 68.

459 "Pela lei de 15 de novembro de 1831, art. 15, § 3º, executada por decreto de 5 de dezembro do mesmo ano, foi extinto na província do Espírito Santo o lugar de comandante militar, ficando tais funções a cargo dos presidentes sem vencimento algum." [*Idem*, p. 59]

Idem. Assume a administração da província no dia 27 de abril deste ano o 2º vice-presidente e conselheiro do Conselho do Governo coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim,⁴⁶⁰ por ter de tomar assento na Assembleia Geral o presidente Antônio Pinto Chichorro da Gama.

Idem. São recolhidas à Tesouraria de Fazenda Geral, por ordem do vice-presidente da província coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, as ricas alfaías de prata pertencentes à Igreja Matriz da vila de Nova Almeida, antigo Colégio dos Jesuítas.

Idem. É nomeado a 23 de maio do mesmo ano pela Regência em nome do imperador para ouvidor da comarca, o bacharel Joaquim José do Amaral, sendo por alvará da mesma data unido à serventia de provedor da Fazenda, defuntos, ausentes, capelas e resíduos; entrou em exercício deste cargo a 16 de julho deste mesmo ano,⁴⁶¹ tendo ocupado estes lugares até 1833, em que foi nomeado juiz de direito da comarca, sendo o primeiro que ocupou este cargo.

Idem. São assassinados na noite de 16 de junho deste ano pelos criminosos evadidos das diversas cadeias e escravos fugidos, os cidadãos capitão João Marques de Oliveira, na vila de Guarapari, e o alferes João Inácio de Gusmão, na vila do Espírito Santo, na tarde do dia 26 do mesmo mês, tomando-se enérgicas providências a fim de serem punidos os criminosos.

Idem. Oficia o sargento-mor de engenheiros Luís d’Arlincourt, em data de 18 de junho, pedindo providências ao governo para melhorar a barra desta capital, visto o baixio ali existente pela acumulação de areias na entrada da mesma barra. Como se vê, este baixio é natural como provou o engenheiro hidráulico André Cernadack, e como se viu pelo enforcamento do piloto português que acompanhara como prático Cavendish em 1592, quando este atacou a então capitania, demonstrando já nessa época existir o dito baixio.

⁴⁶⁰ *Idem.*, p. 64.

⁴⁶¹ *Idem.*, p. 82.

Idem. É organizada no mês de agosto a Administração Geral dos Correios desta província, em virtude do aviso de 15 de julho deste ano.⁴⁶²

Idem. Tendo os índios botocudos atacado os habitantes da vila e hoje cidade de São Mateus, depois de renhido combate entre tropa, povo e os aborígenes, são estes repellidos com grande perda, morrendo 140 índios e alguns dos nossos, havendo muitos feridos de parte a parte.⁴⁶³

Idem. Concede o governo a João Diogo Sturz privilégio exclusivo para formar uma companhia para navegação do rio Doce.⁴⁶⁴

Idem. São desanexados desta província, pela lei de 31 de agosto deste ano,⁴⁶⁵ os municípios de Campos dos Goitacases e São João da Barra, que por muitos anos pertenceram à Ouvidoria da capitania do Espírito Santo.

Idem. Subleva-se na então vila de São Mateus parte da população; indo um grupo de 60 homens armados até a cadeia arrombaram-na e soltaram os presos, depondo e sendo corridos os membros da Câmara Municipal, o juiz ordinário e o juiz de paz, fazendo a nomeação de outros para substituí-los. Determinou então o governo que seguissem para ali 30 pessoas de uma escuna de guerra que aqui estacionava, bem como a tropa e uma força de cavalaria comandada pelo tenente-coronel Policarpo da Silva Malafaia de Vasconcelos e ali se conservassem até serem tomadas outras provi-

⁴⁶² Decreto de 4 de julho de 1832 – Organiza a Administração do Correio Geral da província do Espírito Santo.

⁴⁶³ “Em 1823 ainda os selvagens invadiram a povoação, e destruíram as lavouras, porque um combate aberto naquele ano entre eles e os habitantes, produziu a morte de mais de 140 índios.” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 137]

⁴⁶⁴ (a) *Decisão* de 14 de dezembro de 1832 – Sobre a empresa de navegação do rio Doce projetada por João Diogo Sturz. (b) *Decreto* – Palácio do Rio de Janeiro, em 9 de agosto de 1836, décimo quinto da Independência e do Império. Diogo Antônio Feijó. Antônio Paulino Limpo de Abreu. “O regente, em nome do imperador Dom Pedro Segundo, há por bem conceder à companhia de nacionais e estrangeiros, formada em Londres no mês de agosto de 1833, por João Diogo Sturz, e denominada *Companhia do Rio Doce* o privilégio exclusivo para navegar por meio de barcas de vapor, ou de outros superiores” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 171-8] (c) Cópia manuscrita do estatuto publicado no jornal *O Universal*, n. 832, Ouro Preto, 26 de novembro de 1832, *apud* Espíndola, *Navegação do rio Doce*, p. 17.

⁴⁶⁵ *Lei* de 31 de agosto de 1832 – Declara que as vilas de Campos dos Goitacases, e de São João da Barra, com seus respectivos termos, ficam pertencendo à província do Rio de Janeiro.

dências, sendo processados os delinquentes. Não tendo o tenente-coronel Malafaia aceitado a comissão, seguiu em seu lugar o coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, que ali chegando providenciou a respeito, de conformidade com as ordens recebidas.

Idem. Em virtude da representação do juiz ordinário Joaquim da Silva Caldas, da vila de São Mateus, e do juiz de paz José dos Santos Porto, contra a soltura de presos da cadeia e falta de tranquilidade pública e também pela representação de Tomás Antônio Portugal sobre as arbitrariedades e insultos cometidos por José Luís dos Santos Guimarães e seu irmão Francisco Luís dos Santos, que à testa de uma força armada o intimou como a outras pessoas, para sair da vila, é ainda ordenado, em 6 de setembro deste ano, afora a tropa que já havia partido, que para ali seguisse o ouvidor da comarca com uma força à sua disposição, comandada por oficial de confiança, para abrir devassa sobre todos os acontecimentos havidos.

Idem. É nomeado presidente da província Manoel José Pires da Silva Pontes por carta imperial de 25 de outubro deste ano, por ter obtido exoneração o bacharel Antônio Pinto Chichorro da Gama, prestando juramento e entrando em exercício a 21 de abril do ano seguinte, sendo exonerado a 6 de abril de 1835.⁴⁶⁶

Idem. Neste ano, no dia 28 de dezembro, principiam os grandes distúrbios entre a Irmandade e devotos de São Benedito, causados por frei Manoel de Santa Úrsula, guardião do convento franciscano desta capital, sendo o motivo primordial a procissão que depois da festa do santo tinha de sair à tarde do dia 26 do mesmo mês. Chovia alguma coisa na ocasião, e frei Manoel de Santa Úrsula não queria que com tal tempo saísse a dita procissão, enquanto a irmandade o exigia, dizendo que desde que o santo estivesse no alpendre passaria a chuva; em prós e contras houve então grande altercação e daí é que provieram as desinteligências futuras que relataremos. No domingo 28 do dito mês e ano, antes da missa conventual, deram-se trocas de palavras entre a irmandade e frei Manoel de Santa Úrsula, tendo este, um

⁴⁶⁶ Carta imperial conferindo a Manoel José Pires das Silva Pontes a presidência da província do Espírito Santo, 25 de outubro de 1832.

pouco exaltado, respondido asperamente. Depois da missa seguiu o guardião para a situação de seu pai Manoel do Nascimento, morador em Santo Antônio, a passar ali com ele o dia; nesse ínterim a irmandade reúne-se para deliberar, o que vendo um escravo do convento por nome Bento seguiu a toda a pressa para Santo Antônio a avisar o guardião; este sabendo disto, montou imediatamente a cavalo e partiu para a cidade, [e] chegando ao convento, encontrou, com efeito, a irmandade reunida, havendo nessa ocasião ameaças e troca de palavras, seguindo-se frei Manoel de Santa Úrsula chamar os escravos do convento e mandar atirar ao adro do dito convento as opas, bancos e mais objetos da irmandade, dizendo que não queria mais tal gente ali; mandou posteriormente destelhar e destruir o consistório da dita irmandade. Foi então que principiou a divergência entre uns e outros irmãos, propalando-se até quererem arrebatam a imagem, o que deu causa a frei Santa Úrsula tirar o dito São Benedito do altar e recolhê-lo à sala de recebimento, ou pequena cela, que hoje serve de consistório da irmandade.

1833. É criada a 3 de janeiro deste ano a Secretaria do Governo pelo Conselho do Governo, compreendendo seu pessoal, que foi nomeado nesse mesmo dia, um oficial-maior, Dionísio Álvaro Resendo, com 600\$000; dois oficiais, 1º padre Francisco Antunes de Siqueira, com 400\$000; 2º José Correia de Lício, com 300\$000; um porteiro, José Joaquim Gáudio, 300\$[000], e um contínuo, Mateus José Gonçalves, com 240\$000, continuando como secretário do Governo o bacharel Ildefonso Joaquim Barbosa de Oliveira. Mais tarde, pela lei nº 1 de 18 de março de 1835, quando já estava extinto o Conselho do Governo e as províncias eram administradas unicamente por presidentes, foi autorizada a presidência, então ocupada pelo vice-presidente capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, para reformá-la. Esta repartição tem sofrido muitas alterações e elevado seu pessoal a dezoito empregados como tem atualmente.

Idem. É confirmada pela Regência em nome do imperador a nomeação feita de Domingos Rodrigues Souto para vice-cônsul dos Estados Unidos, primeiro e único que dessa nação tem havido nesta capital.

Idem. Declara-se na província uma grande seca, vindo a faltar os gêneros de consumo, tendo a mesma durado dois anos.⁴⁶⁷

Idem. É assassinado em Benevente, no mês de fevereiro deste ano, o capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva, por um grupo de mais de 100 homens, quase todos índios, que atacaram reunidos e arrombaram a casa, matando-o barbaramente, saqueando o que encontraram e depois retirando-se para Piúma, onde se conservaram armados.⁴⁶⁸ Em vista de participação feita, dos ofícios do juiz ordinário, datado de 22 de fevereiro, e do juiz de paz de 23 do mesmo mês, seguiu para ali o ouvidor da comarca com um oficial e 30 praças, deprecando-se ao juiz de paz de Guarapari para fornecer mais força a fim de se proceder na forma da lei contra os assassinos.

Idem. Celebra o Conselho do Governo sob a presidência de Manoel José Pires da Silva Pontes uma sessão para tratar das eleições de deputados gerais, membros do Conselho Geral e Conselho do Governo, para revogar em sua íntegra a declaração 8ª do decreto de 29 de julho de 1828 e suas respectivas instruções.⁴⁶⁹

Idem. É elevada à categoria de vila, pela resolução do Conselho do Governo, a freguesia da Serra, em data de 2 de abril, demarcando-se os seus limites pela Vitória com o rio *Manguinhos*, daí em linha reta até a *Malha Branca* da montanha de *Mestre Álvaro*, seguindo-se em linha ao *Porto do Una*, rio *Tanguí* até a barra do *Santa Maria*.

Idem. É também na mesma data e pela resolução do Conselho do Governo elevada a vila a paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Linhares do Rio Doce, marcando-se-lhe as respectivas divisas.

Idem. É ainda elevada a vila, na mesma data, e pelo dito Conselho do Governo a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Barra de São Mateus, sendo ela instalada a 5 de outubro do mesmo ano.⁴⁷⁰

467 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 29.

468 "...o assassinato em pleno dia, por um grupo de mais de cem homens, do capitão-mor Francisco Xavier Pinto Saraiva no município de Benevente em 1833..." [Idem, p. 77]

469 Machado de Oliveira, *Alguns governadores*, p. 332.

470 "As paróquias da Serra, Linhares e Barra de São Mateus foram elevadas em 1833 a categoria de Vila". 1833 [Frei-

Idem. São nomeados este ano, a 30 de abril e pela primeira vez pelo Conselho do Governo e propostas da Câmara Municipal da capital, de conformidade ao estatuído em lei, para juiz municipal Manoel Pinto Rangel e Silva; juiz de órfãos Inácio Martins Ferreira Meireles e promotor público Manoel de Moraes Coutinho.

Idem. Sendo encarregado pelo governo ao major de engenheiros Luís d'Arlincourt⁴⁷¹ de estudar e descrever o rio Doce, parte ele para esta comissão dando sobre ele a soberba descrição geógrafo-topográfica sobre a qualidade de suas águas, facilidade de navegação, curso, afluentes que nele deságuam, uberdade dos terrenos que o margeiam e sua riqueza em mananciais.⁴⁷²

Idem. Por deliberação de 3 de julho deste ano é ordenado pelo Conselho do Governo organizar-se a Guarda Nacional, assim como providências sobre seu fardamento e armamento, dando-se ainda para esse fim instruções.⁴⁷³

Idem. São dadas também a 3 de junho [julho] deste ano, e pelo presidente da província terminantes ordens às autoridades, de conformidade com a circular do Ministério do Império de 8 de junho, para que se estorvasse toda e qualquer tentativa dentro ou fora da província para a restauração do ex-imperador D. Pedro I.

Idem. Suscita-se grande alvoroçamento nesta capital no dia 20 de julho deste ano, promovido por Manoel Gonçalves Espíndula e Severo Xavier de Araújo, formando-se dois partidos, em consequência do levantamento de um mastro na festividade da

re, *Fatos da História*, p. 3]

471 Luís D'Arlincourt, "em maio de 1833, foi encarregado pelo governo provincial de uma expedição ao rio Doce para a elaboração de um 'plano científico' sobre sua navegação e de uma planta do rio desde sua foz até a divisa com Minas." [Marinato, *Índios imperiais*, p. 205]

472 (a) *Carta* do sargento-mor engenheiro Luís D'Arlincourt ao Dr. Manoel José Pires da Silva Pontes, presidente do Espírito Santo, acerca do reconhecimento do rio Doce (1834). Nessa carta o engenheiro fala da conclusão da comissão de que foi encarregado pelo presidente da província, alegando ter sido vítima de "moléstia [...] proveniente das seções", o que teria causado atraso no envio do resultado final. (b) D'Arlincourt, *Memória sobre o reconhecimento da foz e porto do rio Doce*.

473 *Resolução* de 3 de julho de 1833 - Aprova a nova organização da Guarda Nacional da cidade de Vitória e da vila do Espírito Santo.

Boa Morte, querendo alguns que se levantasse um determinado mastro e outros que se puxasse novo doutro lugar; oficiando ao Conselho do Governo o juiz de paz sobre esta perturbação do sossego e tranquilidade pública, mandou o presidente vir os dois chefes dos partidos à presença do mesmo Conselho do Governo, os quais depois de explicações concordaram afinal entre si e afiançaram restabelecer a tranquilidade pública que se achava alterada.

Idem. É nomeado a 22 de julho deste ano o 1º juiz de direito que teve esta comarca, bacharel Joaquim José do Amaral, que prestou juramento e entrou em exercício a 7 de agosto do mesmo ano, e do qual acima tratamos quando ouvidor.⁴⁷⁴

Idem. Em consequência de um conflito entre o povo e o vigário de Itapemirim, Joaquim de Santana Lamego, no dia 25 de julho deste ano, e por causa de um caminho, é apedrejada a casa do mesmo vigário, que para escapar de maior agressão teve de evadir-se na madrugada do dia 26 do mesmo mês para a cidade de Campos.

Idem. Em julho deste mesmo ano é levantada pelo engenheiro Luís d’Arlincourt uma planta do rio do Riacho.

Idem. A 23 de setembro deste ano é tirada a imagem de São Benedito do altar da Igreja do Convento de São Francisco, causando esse fato grande alvoroço na cidade, assim como grandes desordens, processos canônicos, em que intervieram o coronel Dionísio Álvaro Resendo e o capitão João Crisóstomo de Carvalho, assim também reclamações, representações e formação de dois partidos extremados.⁴⁷⁵ Desde dezembro de 1832, em que principiaram as desinteligências entre os irmãos de São Benedito e o guardião frei Manoel de Santa Úrsula, que muitos haviam projetado tirar dali aquela imagem,

474 (a) “...porque se achasse servindo o lugar de ouvidor o bacharel Joaquim José do Amaral, nomeou-o juiz de direito da Comarca da Vitória...” [Relatório manuscrito de José Pires da Silva Pontes, 1833, p. 5] (b) “Havendo o Conselho do Governo na sessão de 2 deste mês e na presença do artigo 30 das instruções de 13 de dezembro do ano passado, designado ao atual ouvidor da comarca Joaquim José do Amaral, para juiz de direito da Câmara de Vitória, por perceber neste magistrado as circunstâncias necessárias...” [Ofício (de José Francisco de Andrade e Almeida Monjar-dim) comunicando a nomeação do ouvidor, Joaquim José do Amaral, para o cargo de juiz de direito de Vitória, 1833.]

475 “A contenda teve início no ano de 1832, quando o guardião do convento de São Francisco suspendeu a procissão na festa de São Benedito.” [Rocha, *Viagem de Pedro II*, p. 80]

e pelo que, por prevenção, havia frei Manoel de Santa Úrsula tirado do altar o santo e colocado em uma saleta, que hoje mais espaçosa serve de consistório da mesma irmandade. Retirando-se para a Corte frei Santa Úrsula, substituiu-o no guardionato frei Antônio de São Joaquim, sacerdote já idoso, bom orador sagrado, inteligente e ilustrado, mas bastante surdo, pelo que usava de uma trompa para poder melhor ouvir; este sacerdote prosseguiu da mesma forma na conservação daquela imagem que se tornara de uma grande devoção para os habitantes da província, tocando quase que ao fanatismo, mas tendo-a outra vez colocado em seu altar, ao lado direito de quem entra na igreja do dito convento. No dia acima mencionado, 23 de setembro, que era domingo, pelas sete e meia horas da manhã, aproveitando-se a ocasião em que a igreja se achava aberta para a missa conventual da Ordem Terceira de São Francisco, que se celebrava às oito horas, havendo já tocado o primeiro sinal, e quando a rua se achava deserta como é costume ainda hoje, a essa hora pois, achando-se fora do convento alguns escravos do mesmo, entre eles José Barbeiro que tinha saído para o serviço de sua profissão, como também Bento, que sendo cozinheiro tinha ido às compras, e que eram, pode-se dizer, os guardas constantes daquela imagem, não tendo ainda chegado para a missa pessoa alguma, achando-se o próprio guardião, frei São Joaquim, em sua cela, é quando Domingos do Rosário e os libertos Antônio Mota, africano, e Elias de Abreu, crioulo, este antecederamente escravo do padre José de Almeida e aquele do finado João Moreira da Mota, tendo os três vindo pelo porto dos Padres a fim de não haver desconfiança, prosseguiram pela rua da Lapa, e subindo a ladeira dos Frades, vulgarmente conhecida por ladeira de Mestre Rafael, daí dirigiram-se para a igreja, cosidos com as paredes da Ordem Terceira, e entrando na igreja sem serem pressentidos, tiraram a imagem do altar e com apressados passos desceram a ladeira, trazendo o dito santo às costas o mesmo Antônio Mota guardado pelos dois companheiros; mas ao descer a ladeira do convento, ao virar da calçada no cruzeiro aproximando-se à esquina da rua da Capelinha, aí dando Mota uma topada, a não ser amparado pelos dois companheiros quase foi ao chão com o santo, e apressando então os passos já acompanhados por algumas pessoas que os esperavam pelo caminho, seguiram pelo Pelame, rua do Pio-lho até o largo da Conceição; e ao chegarem à ponte que ali existe, repicaram os sinos da Capela de Nossa Senhora do Rosário em sinal de alegria, já achando-se muitos dos irmãos da Senhora do Rosário e os de São Benedito no adro daquela capela esperando

o santo, dando-se então vivas e subindo ao ar muitos foguetes. Recolhida que foi à capela dita imagem, por muito tempo foi guardada com sentinelas feitas pelos próprios irmãos, com receio de ser arrebatada do altar. Esta tirada do santo por poucos foi presenciada, entre esses pelo tenente Antônio Augusto Nogueira da Gama e capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, ainda moços, mas tanto estes como os próprios Domingos do Rosário, Antônio Mota e Elias de Abreu descrevem e descreveram este itinerário que é verídico; tudo o mais que a este respeito se conta e se diz é pura falsidade, só proveniente de espírito partidário de *peroás* e *caramurus*, nome por que são hoje conhecidas as duas irmandades.⁴⁷⁶ Relatar as desordens que por muito tempo houve por essa causa, os ataques e provocações havidas de um e outro lado a ponto de haver muitos ferimentos, como fossem na ladeira de Pernambuco, rua dos Quadros, largo da Conceição, porto dos Padres e outros lugares, seria encher páginas, porque não foram poucas as desordens nem de pouco alcance os ferimentos, visto os irmãos chegarem a formar dois grupos distintos e, com bandeiras à frente, irem contender uns com os outros, resultando disso não pequena alteração de ânimos como já dissemos, e ainda hoje que a civilização há bastantemente caminhado e o exaltamento há arrefecido, contudo, ainda se encontram muitos irmãos pertencentes às Irmandades de São Benedito de São Francisco e Rosário que, despeitados por motivos frívolos de festividade e primazias, se exacerbam. Era naquela época juiz de paz Luís José dos Santos Lisboa, que muito coadjuvou aquela arrebatação do santo e muito protegeu aos que acompanhavam aqueles distúrbios. Em seguida à tirada de São Benedito do Convento de São Francisco e que tanto exaltou os ânimos na capital, extremaram-se os dois partidos que já se achavam formados, e foi aquela imagem substituída por outra que hoje existe na igreja do convento franciscano, e que fora feita pelo hábil imaginário Francisco das Chagas Coelho, continuando-se da mesma forma em São Francisco com os mesmos festejos, dando isso causa a rivalidades e emulação de parte a parte. As festas que na igreja daquele convento se faziam com entusiasmo e grandes dispêndios deu causa a que alguns da Irmandade de São Benedito do Rosário se incomodassem, tomando

476 “Os agregados na igreja do Rosário apelidaram, aos da igreja do convento de São Francisco, de *caramurus*, termo que definia o partido restaurador, sinônimo de *rixento*, e também define o peixe esverdeado, espécie de enguia, de qualidade inferior como pescado. Os de São Francisco revidaram, chamando a seus antagonistas de *peroás*, outro peixe de listras azuis, igualmente desapreciado ao paladar. As vestes das irmandades representavam as cores dos peixes: mantelete verde na opa (*caramurus*) e mantelete azul (*peroás*).” [Idem, p. 80-1]

como acinte os de mais inteligência como fossem o tenente Manoel Francisco de Cristo, José Joaquim de Souza Ribeiro, Luís dos Santos Lisboa e outros, chamando aos de São Francisco de provocadores e exaltados, apelidando-os de *caramurus* ou *rusguentos*, denominação com que naquela época se distinguia um dos partidos políticos do país, que hoje é denominado liberal, e ainda por alusão feita a três *degradados* desse partido que então aqui se achavam e residiam à rua da Fonte Grande, na casa hoje pertencente ao Sr. Urbano Ribeiro Pinto de Azevedo. Alguns irmãos de São Francisco, porém, despeitados, por isso que não entendendo o alcance da denominação tomavam pelo lado ridículo, visto que o caramuru é peixe feio e da ordem das enguias, querendo repelir a alcunha ou epíteto apelidaram os do Rosário com o nome de *peroás*, peixe que nesse tempo não tinha o menor valor, e que, quando algum por acaso aparecia na *Banca*, o atiravam fora como ruim. Estes fatos que aqui relatamos por muito tempo decidiram dos destinos desta capital, pelo exaltamento dos dois partidos e proteção que dispensavam qualquer dos lados aos seus irmãos, tornando-se quase que uma seita revolucionária, e ainda hoje, que são passados quarenta e seis anos depois destes acontecimentos e já os ânimos estão arrefecidos, ainda de quando em vez aparecem exaltações provenientes de tradições de família, que de avós e pais passaram a filhos e netos, não falando no capricho e emulação que se nota em ambas as irmandades, tendo até algumas vezes servido para decisão de pleitos políticos. O que é fato é serem essas duas festividades as de mais pompa e concorrência nesta cidade. Antes de finalizarmos é preciso anotar que depois do fato acontecido em 1832 com o guardião frei Manoel de Santa Úrsula, os irmãos dissidentes representaram ao bispo diocesano pedindo para que lhes fosse marcado lugar para reunião da irmandade, visto não querer o guardião consentir ali reunião de mesas definitórias, concedendo então o prelado que se reunisse na Matriz; o que aconteceu por diversas vezes, e onde compareceu a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, que concedeu ser na dita capela depositada a imagem de São Benedito, fazendo-se de parte a parte concessões para ali ser venerada a imagem, até que foi arrebatada e ali definitivamente colocada.

Idem. É apreendida em novembro deste ano, a bordo do lanchão *Santo Antônio Vencedor*, de que era mestre Francisco José Torres e proprietário Manoel Pereira Leal, grande porção de moeda de cobre, falsificada. Oficiando o juiz de direito a 4 de no-

vembro deste ano ao Conselho do Governo dando conta desta apreensão, declarando ter sido feito o competente exame e corpo de delito.

Idem. São tomadas a 22 de novembro e 14 de dezembro deste ano enérgicas providências pelo governo à vista da seca que reinava na província, que destruiu quase todas as plantações, faltando à população água e mantimentos para sua subsistência, resultando disso penúria e reclamações. Também tomaram-se nessa ocasião sérias providências a respeito da moeda de cobre que o povo recusava-se a receber. O capitão Domingos Rodrigues Souto expôs à venda, nesse tempo, a farinha que tinha para embarcar, distribuindo grátis pelos indigentes parte dela; José Rodrigues Saraiva e Manoel Alves da Cruz Rios desembarcaram seus carregamentos e também os expuseram à venda, pelo que foram louvados pelo Conselho do Governo, que ainda deprecou para São Mateus, a fim de ser remetida para aqui toda farinha que se tivesse de embarcar.

1834. Continuando a seca que já trazia grande penúria às localidades de Nova Almeida, Serra, Vitória, Cariacica, Viana, Queimado, Espírito Santo, Guarapari, Benevente, e Itapemirim, são no dia 1º de março deste ano nomeadas pelo Conselho diversas comissões para agenciarem donativos, sendo eleitos na capital os juízes de direito, municipal e de paz, pedindo além disso providências e recursos à Regência.

Idem. Chega ao Rio Doce a expedição inglesa de navegação do rio Doce; tendo aportado ao Rio de Janeiro em abril, partira para Minas Gerais, descendo em canoas pelos rios *Xopotó*, *Piranga* e *Doce* até o oceano, reconhecendo por inexatas as informações do Sr. Sturz; seguiu a expedição no ano seguinte para Inglaterra depois de acabados os estudos.

Idem. Amotina-se em São Mateus em fins de abril e princípios de maio deste ano parte da população, querendo-se incorporar à província da Bahia; havendo grandes receios de atentados contra as autoridades, oficiou o presidente da província ao juiz Joaquim da Silva Caldas e ao comandante da força ali estacionado, e reunido o Conselho no dia 21 de maio, tomaram-se providências a respeito, mandando-se para lá maior força. Oficiou-se também ao juiz de direito pedindo para não entrar no gozo da licença, para com sua presença obstar a anarquia.

Idem. Toma assento na Câmara dos Deputados como representante desta província o padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, na 3ª legislatura.

Idem. É nomeado por decreto de 27 de agosto deste ano 1º juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Manoel Joaquim de Sá Matos, que prestou juramento a 19 de janeiro do ano seguinte, servindo até 1852, [ano] em que faleceu. Era muito ilustrado e de uma modéstia sem limites, tendo sido por vezes eleito deputado provincial.

Idem. É publicado neste ano, no mês de outubro, em todos os municípios da província, o *Ato Adicional à Constituição do Império*, havendo por essa ocasião grandes festejos nesta capital e outros lugares.⁴⁷⁷

Idem. Por carta de 27 de novembro da Regência permanente, é aprovado o compromisso da Irmandade de São Benedito da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, obtida esta aprovação a esforços do coronel Dionísio Álvaro Rendo e capitão João Crisóstomo de Carvalho e outros, estando o mesmo compromisso assinado pela mesa composta do padre Joaquim de São João Batista, capelão; Inácio Pereira dos Remédios, juiz; Manoel Francisco do Nascimento de Cristo, fiscal; Domingos da Silva, tesoureiro; Antônio Néri do Sacramento, escrivão; Francisco do Rosário, Francisco Nunes Ribeiro, Antônio de Jesus Maria, Benedito Francisco de Jesus, Antônio da Mota, Leandro Francisco dos Santos, Manoel Joaquim e Lúcio da Ressurreição, mesários.

Idem. Tendo a lei de 12 de agosto deste ano (Ato Adicional) que fora previamente publicada em toda a província no mês de outubro, criado pelo seu Art. 1º as assembleias provinciais, procede-se nesta província à primeira eleição de deputados provinciais.⁴⁷⁸

⁴⁷⁷ Vasconcelos, *Ensaio*, p. 59.

⁴⁷⁸ “Art. 1º: O direito reconhecido e garantido pelo art. 71 da Constituição será exercido pelas Câmaras dos Distritos e pelas Assembleias, que, substituindo os Conselhos Gerais, se estabelecerão em todas as províncias com o título de Assembleias Legislativas Provinciais...” “Art. 4: ...Imediatamente depois de publicada esta reforma, proceder-se-á em cada uma das províncias à eleição de membros das suas primeiras Assembleias Legislativas Provinciais, as quais estarão logo em exercício, e durarão até o fim do ano de 1837...” [Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 – Carta de lei, pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar as mudanças e adições feitas à Constituição do Império pela Câmara dos Deputa-

Idem. Levantam-se neste ano os habitantes da vila de Guarapari, em número de quarenta, contra o juiz de paz, obrigando-o a aceitar um acordo para o curso livre da moeda de cobre, em contrário à lei de 3 de outubro de 1833 e regulamento de 8 do mesmo mês.

Idem. Pela estatística deste ano contava-se a população desta província em 40.000 almas no total de livres e escravos.

1835. Tendo sido criadas as assembleias provinciais pela lei de 12 de agosto de 1834 que teve o título de *Ato Adicional*, e sendo feitas no ano antecedente as eleições de eleitores, e de conformidade com os Arts. 1º, 2º e 4º, procedeu-se à eleição de deputados provinciais do Espírito Santo, cuja primeira legislatura durou três anos, 1835, 1836 e 1837, segundo o estabelecido no final do mesmo Art. 4º para esta primeira assembleia, sendo deputados por esta província os senhores: Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, padre João Luís da Fraga Loureiro, Manoel da Silva Maia, José de Barros Pimentel, Manoel de Moraes Coutinho, Dionísio Álvaro Resendo, padre Manoel de Assunção Pereira, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, padre Inácio Félix de Alvarenga Sales, padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, padre Francisco Ribeiro Pinto, Manoel Pinto Rangel e Silva, Joaquim da Silva Caldas, Manoel de Siqueira e Sá Júnior, Miguel Rodrigues Batalha, coronel Sebastião Vieira Machado, Aires Vieira de Albuquerque Tovar, João Nepomuceno Gomes Bittencourt e coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro.⁴⁷⁹ Foi instalada a Assembleia Provincial em sua primeira sessão da primeira legislatura no dia 1º de fevereiro deste ano,⁴⁸⁰ ao chegar o presidente da província; estiveram presentes quinze deputados, tendo havido duas sessões preparatórias, uma no dia 30 e outra no dia 31 de janeiro, sendo a missa votiva do Espírito Santo neste dia, e a que assistiram somente onze deputados. Nessa ocasião subiu à tribuna sagrada o insigne e ilustrado padre-mestre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, que dissertou sobre tão solene fato

dos competentemente autorizada para esse fim]

479 Lista de deputados eleitos para a 1ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, 1º de fevereiro de 1835, in Pena, *História da província*, 2. ed., p. 98.

480 “A primeiro de fevereiro de 1835, instalou-se, em Vitória, a Assembleia Provincial.” [Oliveira, *HEES*, p. 345, nota 18]

como o da instalação da mesma Assembleia, possuindo nós o original desse monumental discurso.⁴⁸¹ A segunda sessão desta mesma legislatura foi instalada a 9 de janeiro de 1836, estando presentes doze deputados e tendo havido só uma sessão preparatória a 8 do mesmo mês. A terceira sessão desta mesma legislatura foi aberta a 11 de novembro de 1837, tendo havido duas sessões preparatórias a 9 e 10 do mesmo mês, e por ter a mesma Assembleia sido adiada para esse dia em virtude da portaria do vice-presidente da província, padre Manoel de Assunção Pereira, datada de 9 de setembro e dirigida à Assembleia Provincial quando já tinha havido sessões preparatórias, e esta com número completo de deputados. Na primeira sessão foi presidente o padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, 1º secretário Dionísio Resendo e 2º o padre João Luís da Fraga Loureiro. Na segunda sessão foi presidente o padre João Luís da Fraga Loureiro, 1º secretário Aires Vieira de Albuquerque Tovar, 2º secretário padre Inácio Félix de Alvarenga Sales. Na terceira sessão foi reeleito presidente o padre João Luís da Fraga Loureiro, 1º secretário reeleito Aires Vieira de Albuquerque Tovar, 2º secretário José Gonçalves Fraga.⁴⁸² Há ainda a notar que nesta legislatura e nas seguintes foram chamados suplentes quando faltavam os deputados, e estes eram os imediatos em votos ao deputado que perfazia o número vinte, porque escrupulosos os deputados em não quererem trabalhar sem o número completo, assim procederam nesta e nas legislaturas subsequentes.⁴⁸³ Nas três primeiras sessões desta legislatura foram chamados os suplentes José Gonçalves Fraga, padre Santos Ribeiro, padre Domingos Leal, José Joaquim de Almeida Ribeiro, padre Madalena Duarte e outros. Na sessão do primeiro ano da legislatura decretaram os deputados a lei provincial nº 8, para que fossem instaladas as sessões no dia 8 de setembro de cada ano, em comemoração à grande vitória havida nesta capital contra os holandeses, pelo que ainda hoje na Matriz se festeja nesse dia o seu orago Nossa Senhora da Vitória. Dos deputados que serviram nesta primeira legislatura ainda existem o coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, coronel Dionísio Ál-

481 *Discurso* que no ato da eleição dos deputados provinciais recitou na Igreja Paroquial da cidade da Vitória, capital da província do Espírito Santo João Clímaco de A. Rangel – 1834.

482 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 1ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, 1º de março de 1835.

483 *Solicitação* do secretário da Assembleia Legislativa Provincial para que sejam convocados os suplentes dos deputados que não compareceram. 3 de fevereiro de 1835.

varo Resendo, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, e os suplentes José Joaquim de Almeida Ribeiro e padre Madalena Duarte.

Idem. É nomeado em 12 de fevereiro deste ano o cidadão Manoel dos Passos Ferreira, para 1º inspetor da Alfândega desta capital, mas só tendo prestado juramento em dezembro do mesmo ano. Como se verá, em diversos escritos há engano na data da nomeação e posse desse funcionário, sendo esta a verdadeira, por estar conforme a carta de nomeação que se acha também registrada.

Idem. É nomeado a 13 de fevereiro deste ano, 1º procurador fiscal efetivo da Fazenda Geral o fazendeiro José de Barros Pimentel.

Idem. Pela lei provincial de 23 de março deste ano é dividida a província em três comarcas, Vitória, São Mateus e Itapemirim.

Idem. Pela lei provincial também de 23 de março deste ano é criada a comarca da Vitória, fazendo dela parte os municípios da Serra, Nova Almeida, Espírito Santo, cidade da Vitória e suas freguesias.

Idem. É criada pela lei provincial de igual data a comarca de Itapemirim, compreendendo a mesma o Itapemirim, Benevente e Guarapari.

Idem. Neste ano os índios naknenoks, da tribo dos puris, que viviam além das Escadinhas, à margem esquerda do rio Doce, principiam a viver em paz com os habitantes desta província, procurando suas relações.

Idem. Retirando-se da província o presidente Manoel José Pires da Silva Pontes, passa a administração a 5 de maio deste ano ao capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo.⁴⁸⁴

484 *Ofício* da Câmara de Vitória comunicando a posse do presidente da província, o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo. 5 de maio de 1835.

Idem. Por carta de 6 de abril deste ano é nomeado presidente da província o bacharel Joaquim José de Oliveira, tendo prestado juramento e entrado em exercício a 28 de maio. Passou a administração da província em 23 de setembro de 1836, não mais aqui voltando.⁴⁸⁵ Este presidente retirou-se e deixou a presidência por achar-se bastante doente.⁴⁸⁶

Idem. Houve neste ano, na vila de Guarapari, inúmeros assassinatos de famílias inteiras, encarceraram um padre, dispararam tiros contra a porta de outro, foragindo-se muitas pessoas com receio de serem vítimas dos ódios das duas facções que se formaram e se debatiam por interesses particulares.⁴⁸⁷

Idem. Pela lei provincial nº 3 deste ano, é criada uma cadeira de Gramática Latina na cidade de São Mateus.⁴⁸⁸

Idem. Pela lei nº 4 é criada a primeira aula do sexo feminino.

Idem. Pela lei nº 6 é concedido privilégio, por 10 anos, a quem estabelecesse uma tipografia, sendo garantidas as impressões do governo provincial.

Idem. A 23 de maio deste ano é atacada e saqueada, por indivíduos armados e disfarçados, a casa de Domingos da Costa Pereira, fazendeiro e morador em Guarapari, e assassinaram-no e a uma sua filha; este fato causou pânico e consternação geral na província, pois que foi horrível o assassinato por já haver ele escapado dos assassinos, com quem sustentara fogo, mas tendo-se escondido, descoberto que foi, o martirizaram.

Idem. Toma posse da administração da província, a 28 de maio deste ano, o bacharel Joaquim José de Oliveira.⁴⁸⁹

485 *Ofício* da Câmara de Vitória comunicando a posse do presidente da província, o bacharel Joaquim José de Oliveira. 15 de junho de 1835.

486 Rubim, F. A., Notas e apontamentos, p. 332.

487 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 77-8.

488 *Lei* provincial de 3 de março de 1835 - Art. 1º - É criada uma cadeira de Gramática Latina na cidade de São Mateus.

489 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 64.

Idem. Declara-se a 27 de outubro deste ano um grande incêndio na vila de Nova Almeida, tendo consumido não menos de 38 casas cobertas de palha e arruinado outras, havendo não poucas desgraças a lamentar-se.

1836. São feitas no mês de fevereiro deste ano as divisas da cidade de São Mateus, de conformidade com a resolução de 1º de fevereiro⁴⁹⁰ e em cumprimento às determinações de 1832 feitas pelo Conselho do Governo.

Idem. É criada pela lei provincial nº 5, datada de 23 de fevereiro, a Tesouraria Provincial, hoje Tesouro.⁴⁹¹

Idem. É neste ano barbaramente assassinada na vila de Guarapari a fazendeira D. Isabel Angélica de Lírio, de que resultou um grande processo em que foram envolvidas muitas pessoas gradas daquela vila.

Idem. Por decreto de 9 de junho deste ano é nomeado o 1º juiz de direito da comarca de Itapemirim, bacharel José Florêncio de Araújo Soares, que prestou juramento e entrou em exercício a 12 de setembro do mesmo ano.

Idem. É levantada uma planta pelo engenheiro Henry Humphrens,⁴⁹² para demonstração à Companhia Inglesa que se formava para a navegação do rio Doce.

Idem. Assume a 23 de setembro deste ano a administração o 1º vice-presidente padre Manoel da Assunção Pereira,⁴⁹³ por ter sido exonerado o presidente bacharel Joaquim José de Oliveira. Este sacerdote possuía talento e foi considerado filósofo consumado, e do qual se contam fatos importantes de sua vida pública e particular.

490 “A divisão desta vila com a cidade de S. Mateus far-se-á pelo riacho da – Pedra d’Água debaixo –, ficando pertencendo a esta vila a parte do território, que se acha a leste do mesmo riacho.” Artº. 4º. da resolução presidencial do 1º de fevereiro de 1836.” [Vasconcelos, *Compilação da Legislação*, p. 18]

491 Tinha o título de “Administração das Rendas Provinciais.” – Lei nº 5 de 1836, Artº. 3º, mudado para “Tesouro Provincial” pela lei nº 17 de 1859. [Idem, p. 135]

492 Humphreys.

493 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 64.

Idem. É nomeado pela Regência em nome do imperador, por carta de 3 de outubro deste ano, para presidente da província, o Dr. José Tomás Nabuco de Araújo, que entrou em exercício a 8 de novembro deste ano,⁴⁹⁴ e foi exonerado a 26 de março de 1838.

Idem. Tendo sido criada e instalada a Tesouraria Geral é nomeado o diretor e lente da Aula do Comércio da Corte Joaquim José Gomes da Silva Filho, para inspetor, o qual tomou posse a 3 de fevereiro deste ano, sendo exonerado a 2 de março de 1841.

Idem. Neste ano são exportados pelo município de São Mateus, 50.896 alqueires de farinha, 31 caixas de açúcar e 14 sacas de milho, não incluindo a exportação feita dali para a Vitória e outros lugares.

1837. Chega ao Rio Doce em fevereiro deste ano a expedição mandada da Inglaterra a verificar se as informações dadas pelos engenheiros Stephenson e Brunel eram exatas; mas tão infeliz foi a expedição que naufragou na barra daquele soberbo rio, perdendo-se todos os instrumentos e muitos objetos de valor.

Idem. Assume em 25 de abril deste ano a administração da província o vice-presidente padre Manoel de Assunção Pereira,⁴⁹⁵ por ter o presidente bacharel José Tomás Nabuco de Araújo ido tomar assento na Assembleia Geral.

Idem. Entra novamente em exercício do cargo de presidente da província a 29 de outubro deste ano o bacharel José Tomás Nabuco de Araújo,⁴⁹⁶ por ter voltado da Corte, onde fora tomar parte nos trabalhos legislativos, como deputado geral.

Idem. É pela lei provincial nº 4, de 16 de dezembro deste ano, mandada restabelecer a festa de Nossa Senhora da Vitória, padroeira da província, e que tinha caído em esquecimento, sendo por essa lei obrigada a Câmara Municipal a fazer a dita festividade.⁴⁹⁷

494 Idem, p. 64.

495 *Ofício* da Assembleia Legislativa: toma posse o padre Manoel de Assunção Pereira como presidente da província do Espírito Santo, 24 de novembro de 1837. (b) Vasconcelos, *Ensaio*, p. 64.

496 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 64.

497 *Lei* provincial nº 4, de 16 de novembro de 1837, Art. 1º: Pela lei fica a Câmara Municipal da comarca de Vitória in-

Idem. A 16 de dezembro deste ano é pela lei provincial nº 5 elevada à categoria de paróquia a antiga igreja de Carapina, construída em 1746 e pertencente à primitiva fazenda deste nome, e que tinha por invocação Nossa Senhora da Ajuda, cuja imagem fora mandada vir pelo padre Rocha, um dos possuidores dos terrenos pertencentes aos irmãos Pimentéis, ficando a nova freguesia com os mesmos limites do Juízo de Paz. A divisão desta freguesia com a vila da Serra foi mais tarde, pela lei provincial nº 17, de 21 de novembro de 1870, marcada da foz do rio *Irema* ao porto da lagoa *Jucuném* (nome derivado de *jucei*, comer, *nem*, vamos), desta à estrada da Serra, no lugar *Pedrinhas*, próximo à casa dos herdeiros de José Francisco de Barcelos Silva, e daí em linha reta ao cume do morro da Serra, passando pela casa de João Francisco da Rocha. O primeiro vigário que teve a paróquia foi o padre-mestre João Luís da Fraga Loureiro, cuja provisão foi lida no dia 30 de julho de 1848, sendo então mudado o orago da igreja para São João Batista, ficando a freguesia com o título de São João de Carapina; o segundo foi o padre Francisco Antunes de Siqueira, que foi paroquiá-la a 20 de janeiro de 1855 e deixou-a em novembro de 1856, sucedendo-lhe logo no parocato o padre Ovídio José Goulart de Souza por poucos meses, indo a 30 de setembro de 1857 o padre Antônio Martins de Castro a ser vigário encomendado. Sendo em 1859 postas a concurso as freguesias da província, foi o padre Castro o que obteve aquela freguesia, sendo colado por carta imperial de 20 de abril e provisão de maio de 1860; mas tendo enfermado gravemente em 1862, retirou-se para a capital, indo ali poucas vezes, até que, sendo atacado de loucura, faleceu no dia 30 de setembro de 1871. Foi, como já dissemos, todo o terreno desta freguesia uma grande fazenda dos jesuítas, que ali montaram casa, engenhos, havendo uma linda capela, com uma imagem existente hoje em poder do Sr. José Correia Maciel, porque parte desta fazenda veio por herança a pertencer à família. Daqueles edificios ali levantados pelos jesuítas, só hoje se veem os vestígios nas ruínas que ainda subsistem em alicerces, pilares e paredes derrocadas.

1838. Toma assento neste ano na Câmara dos Deputados, como representante desta província e nela tendo nascido, o ilustrado padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte na 4ª legislatura, mas infelizmente foi essa Câmara dissolvida, não sendo este talen-

cumbida de preparar as comemorações da festa de Nossa Senhora da Vitória, padroeira dessa província.

toso espírito-santense mais reeleito, por ter havido entre ele e o padre Bermude divergências políticas e complicações na Câmara vitalícia.

Idem. É nomeado pela primeira vez presidente da província o Dr. João Lopes da Silva Couto, por carta imperial de 26 de março deste ano, havendo prestado juramento e tomado posse a 21 de outubro;⁴⁹⁸ foi exonerado a 5 de agosto de 1840.

Idem. A 8 de setembro deste ano é instalada a Assembleia Provincial na 1ª sessão da 2ª legislatura de 1838 a 1839,⁴⁹⁹ tendo sido reconhecidos deputados Luís Alves de Azambuja Suzano, padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, padre Manoel Antônio dos Santos, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel de Siqueira e Sá Júnior, Joaquim José Gomes da Silva Filho, padre João Luís da Fraga Loureiro, Aires Vieira de Albuquerque Tovar, João Nepomuceno Gomes Bittencourt, Joaquim José Fernandes, José Gonçalves Fraga, João Malaquias dos Santos Azevedo, José Joaquim de Almeida Ribeiro, José da Silva Vieira Rios, coronel Dionísio Álvaro Resendo, José Antônio de Oliveira, Luís Pinto de Azevedo Braga, Francisco de Paula Gomes Bittencourt, padre Francisco Ferreira de Quadros e Jerônimo de Castanheda Pimentel. Na primeira sessão do primeiro ano da legislatura foram membros da mesa: presidente o padre João Luís da Fraga Loureiro, 1º secretário Joaquim José Gomes da Silva Filho, 2º secretário José Vieira da Silva Rios.⁵⁰⁰ Na segunda sessão da mesma legislatura foi reeleita a mesma mesa.

Idem. Neste ano transfere e marca a Assembleia Provincial as suas sessões para o dia 1º de abril, conforme a lei provincial nº 1.

Idem. Pela lei provincial nº 17, de 9 de novembro deste ano, é confirmado à Casa da Misericórdia desta capital o patrimônio de que estava de posse, e autorizada a possuir bens de raiz.⁵⁰¹

498 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 64.

499 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 2ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 6 de setembro de 1838.

500 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 2ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 8 de setembro de 1838.

501 *Lei* provincial nº 17, de 9 de novembro de 1838, Art. 1º: Confirmada à Casa de Misericórdia desta capital o patri-

Idem. Pela lei provincial nº 24, de 28 de novembro deste ano, é criado em todas as paróquias da província o cargo de fabriqueiro, de nomeação dos juizes de paz.⁵⁰²

1839. Por decreto de 13 de abril deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Itapemirim o bacharel Francisco de Paula Negreiros Saião Lobato (hoje visconde de Niterói), que prestou juramento e entrou em exercício em 24 de maio do mesmo ano, deixando-o em 24 de janeiro de 1840, por ter sido removido para uma das comarcas da Bahia.

Idem. Pelas leis n. 3 e 5 de 7 de maio deste ano são elevados os ordenados dos professores públicos a 200\$000 anuais, assim como as côngruas dos vigários das diversas freguesias da província na mesma quantia.⁵⁰³

Idem. É nomeado neste ano juiz de direito desta comarca, em 17 de dezembro, o bacharel Francisco Jorge Monteiro, que prestou juramento e entrou em exercício em 5 de fevereiro do ano seguinte. Foi este juiz de direito o primeiro que acumulou o cargo de chefe de Polícia, quando foi pela Assembleia Geral criado este lugar.

1840. Instala-se neste ano, no 1º de abril, a 1ª sessão da 3ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial concernente aos anos de 1840 a 1841, sendo deputados reconhecidos: Aires Vieira de Albuquerque Tovar, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, Joaquim José Gomes da Silva Filho, bacharel Manoel Joaquim de Sá Matos, José da Silva Vieira Rios, capitão José Ribeiro Coelho, José Joaquim de Almeida Ribeiro, bacharel Francisco Jorge Monteiro, João Malaquias dos Santos, Dionísio Álvaro Resendo, padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, Heliodoro Gomes Pinheiro, capitão José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, padre João Luís da Fraga Loureiro, padre Manoel José Ramos, Manoel dos Passos Ferreira, Manoel Pinto Rangel e Silva, padre Francisco Antunes de Siqueira, Francisco Martins de Castro, padre Dr. João Clí-

mônio que estava de posse.

502 “Art. 1º da lei nº 24 de 1838. Revogada pela lei nº 8 de 26 de junho de 1862.” [Vasconcelos, *Compilação*, p. 84]

503 *Leis provinciais* nº 3 e nº 5, de 7 de maio de 1839, Art. 1º: São elevados os ordenados dos professores públicos a 200\$000 anuais, assim como as côngruas dos vigários da província. 7 de maio de 1839.

maco de Alvarenga Rangel.⁵⁰⁴ Na primeira sessão do primeiro ano da legislatura foi composta a mesa: presidente o padre Francisco Antunes de Siqueira, 1º secretário Aires Vieira de Albuquerque Tovar e 2º secretário José da Silva Vieira Rios. Na primeira sessão do segundo ano da legislatura foi eleita a mesa: presidente padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, 1º secretário Joaquim José Gomes da Silva Filho e 2º secretário o bacharel Francisco Jorge Monteiro.⁵⁰⁵

Idem. É abolida pela lei provincial nº 8, de 21 de maio deste ano,⁵⁰⁶ a contribuição marcada à Santa Casa da Misericórdia da província, pelo decreto de 23 de dezembro de 1817 e provisão de 15 de abril de 1818.

Idem. É exonerado a 5 de agosto deste ano [do cargo] de presidente desta província o Dr. João Lopes da Silva Couto, e nomeado por carta imperial desta mesma data para substituí-lo o bacharel José Joaquim Machado de Oliveira.⁵⁰⁷ O Dr. João Lopes da Silva Couto foi um dos presidentes que mais interesse tomou pela província, e tanto que ainda a administrou segunda vez; desgostos por sua [não] eleição a deputado o afastaram inteiramente da política.⁵⁰⁸

Idem. Neste ano chega a esta capital a primeira tipografia aqui havida, mandada comprar pelo cidadão Aires Vieira de Albuquerque Tovar, ex-alferes de 1ª Linha, fazendeiro e proprietário, com o fim de ser publicado um periódico nesta cidade e ser também contratada a publicação dos atos do governo provincial, segundo o de-

504 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 3ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de abril de 1840.

505 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 3ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de abril de 1840.

506 *Lei* provincial nº 8, de 21 de maio de 1840, Art. 1º: É abolida a contribuição marcada à Santa Casa de Misericórdia da província pelos decretos de 23 de dezembro de 1817 e pelo de 15 de abril de 1818. 21 de maio de 1840.

507 (a) “A nomeação que tive de presidente desta província em 5 de agosto de 1840, impôs-me o dever de partir o quanto antes da corte para o meu destino...” [Machado de Oliveira, Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19:270] (b) Em 5 de agosto, através de carta imperial, Machado de Oliveira foi nomeado presidente da província, tomando posse em 15 de outubro. [Fala com que o Exm. presidente da província do Espírito Santo José Joaquim Machado de Oliveira abriu..., 1º de abril de 1841, Senhores da Assembléia Legislativa Provincial, p. 3]

508 Machado de Oliveira, Notas, apontamentos, *RIHGB*, 1856, 19:332.

sejo do presidente de então, Dr. João Lopes da Silva Couto.⁵⁰⁹ Com efeito, a 15 de setembro deste ano foi lavrado o contrato perante a presidência da província para a publicação dos atos oficiais, segundo o determinado no Art. 2º da lei provincial de 23 de março de 1835 sob nº 6, obrigando-se o mesmo Aires Vieira de Albuquerque Tovar a publicar um periódico duas vezes por semana em que saíssem as *ordens e ofícios da pública administração, compreendendo as portarias e correspondência do governo com as autoridades da província*, assim como todos os impressos necessários, sendo este contrato firmado por dez anos, de conformidade com o *privilegio* concedido pela lei acima citada; mas obrigado a dar de cada número que publicasse 120 exemplares.⁵¹⁰ Infelizmente, apesar de todos os meios empregados pelo proprietário Aires Tovar e pelo diretor da oficina José Marcelino Pereira de Vasconcelos, não foi possível publicar-se mais de um número de um periódico que teve o título de *Estafeta*,⁵¹¹ devido a não poderem obter boa impressão, talvez pela má qualidade da tinta que fora feita na própria tipografia, como notamos nos impressos que temos desse tempo, feitos na dita tipografia, como sejam ofícios, poesias, rezas e circulares. Desgostoso pela enfermidade de que foi acometido, *encostou* a tipografia, falecendo de tubérculos pulmonares no ano seguinte. Mais tarde, em 1848, foi vendida pela viúva do mesmo Aires essa tipografia a Pedro Antônio Azeredo, que principiou no ano seguinte a publicar um periódico.

Idem. Presta juramento e toma posse da administração da província em data de 15 de outubro deste ano o bacharel José Joaquim Machado de Oliveira que fora nomeado por carta imperial de 5 de agosto deste mesmo ano, sendo exonerado a 2 de abril do ano seguinte.

509 “Em 1835, o presidente Joaquim José de Oliveira referia-se à falta de tipografia na província e, portanto, à indispensável necessidade de imprimir-se em outra os atos legislativos da respectiva Assembleia” [Ofício dirigido ao titular da pasta do Império, a primeiro de junho de 1835 – *Pres. ES*, VII, *apud* Oliveira, *HEES*, p. 350, nota 31]

510 “Se compreendem não só as portarias e a correspondência do governo com as autoridades da província, como também os ofícios dirigidos à presidência, quando o governo entender que convém fazê-los publicar.” [*Contrato* de Aires Vieira de Albuquerque Tovar com o presidente do Espírito Santo, setembro de 1840]

511 “Circulou somente uma vez, sendo, em 1848, vendida sua tipografia a Pedro Antônio de Azeredo.” [Pereira, *Imprensa no Espírito Santo*, p. 29]

1841. Levanta neste ano o presidente José Joaquim Machado de Oliveira seis cartas topográficas da província. Este presidente muito se interessou por ela, como ainda provam os seus trabalhos técnicos e literários, que aí correm com seu nome.⁵¹² Estas cartas descrevem: duas a baía e barra da Vitória, três o Rio Doce, seu território e barra do mesmo rio e outra a cidade de São Mateus.

Idem. Sendo exonerado a 2 de abril deste ano [do cargo] de presidente desta província o bacharel José Joaquim Machado de Oliveira é nomeado por carta imperial da mesma data o bacharel José Manoel de Lima, que tomou posse da administração em outubro deste mesmo ano. Aqui notamos em diversos escritos a confusão havida na data da nomeação e posse deste presidente, o que nota-se pelos que foram nomeados anterior e posteriormente.⁵¹³

Idem. Fina-se nesta capital, a 25 de junho deste ano, o ex-alferes Aires Vieira de Albuquerque Tovar, que nesta capital ocupou diversos cargos de eleição popular e de nomeação do governo, tendo sido deputado provincial em diversas legislaturas. Assentando praça ainda moço, chegou ao posto de alferes ajudante. Em um levante da Tropa de Linha do Batalhão nº 12 a que pertencia, dado a 23 de setembro de 1831, foi envolvido e comprometido na sedição, respondendo a Conselho de Guerra e sendo pronunciado seguiu para a Corte onde envolveu-se ainda na revolução de 3 de abril de 1832. Tendo sido absolvido no júri da Corte em 24 de agosto de 1833, foi enviado para esta província, onde foi também absolvido em 1834 quanto à primeira sedição. Pediu demissão do exercício e entregou-se à vida da lavoura, então já casado com a respeitável Sra. D. Córdula, que ainda hoje existe. Foi o alferes Aires Vieira de Albuquerque Tovar quem mandou vir a primeira tipografia que houve nesta província. Moço de talento e alguma instrução, gozou de geral estima, já por sua lhaneza como por seu caráter severo e patriotismo reconhecido. Era filho do governador Manoel Vieira de Albuquerque Tovar. Seu companheiro de armas e com ele envolvido nas sedições, o major Manoel Carvalho da Fonseca, aqui casado nessa época com

512 Machado de Oliveira, *Notícia sobre a estrada, que da província do Espírito Santo segue para a de Minas*.

513 Segundo Vasconcelos, a data da posse do presidente José Manoel de Lima seria 27 de abril de 1841. [*Ensaio*, p. 64-5]

D. Maria Ortiz, descendente da célebre heroína desse nome, ainda hoje existe, afa-zendado em Marcos da Costa no Pati do Alferes.

Idem. Pelos serviços prestados como patrão-mor da barra da Vitória, é nomeado em 22 de julho deste ano, por S. Majestade o imperador, para mestre-de-nau de número efetivo Narciso José Teixeira.

Idem. É nomeado para 1º auditor da gente de guerra desta província, por carta de 9 de julho deste ano, o chefe de Polícia e juiz de direito desta comarca Francisco Jorge Monteiro.

1842. Toma assento na Câmara dos Deputados em princípios deste ano e como representante da província o ilustrado espírito-santense padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude, que pouco tempo gozou do dito lugar por ter sido dissolvida a Câmara dos Deputados.

Idem. Tendo sido nomeado em março deste ano chefe de Polícia desta província, o juiz de direito em exercício bacharel Francisco Jorge Monteiro presta juramento e entra em exercício deste cargo no dia 1º de abril deste mesmo ano. Foi o bacharel Francisco Jorge Monteiro o primeiro nomeado para cumulativamente exercer este cargo com o de juiz de direito.

Idem. Por decreto imperial de 11 de maio deste ano⁵¹⁴ é confirmada como cabeça do termo a vila de Nova Almeida, de conformidade com a lei provincial nº 7,⁵¹⁵ de 1841.

Idem. Por decreto de 27 de maio deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Itapemirim o bacharel José Francisco Arruda da Câmara, que prestou juramento e entrou em exercício no 1º de agosto deste mesmo ano. Este juiz de direito teve diversas dúvidas na comarca, tanto em Itapemirim como em Benevente, que fazia parte dela, escapando de ser preso e assassinado na própria rua, por que passava uma oca-

514 Decreto de 11 de abril de 1823 (parte II) – Cria uma companhia de Infantaria de segunda linha na vila de São Mateus, província do Espírito Santo.

515 Lei provincial nº 7, de 30 de abril de 1841 – É confirmada como cabeça do termo a vila de Nova Almeida.

sião a cavalo e onde dois indivíduos o esperavam com garruchas carregadas, e o teriam decerto morto se não fosse o seu ânimo e valentia. Outra ocasião, estando cercada a casa em que estava em Guarapari escapou à prisão vestido em trajes de mulher, passando assim por meio da escolta que lhe abriu caminho. Tendo abandonado a comarca, seguiu para a Corte e daí para Pernambuco, onde nascera, entrando na revolução daquela província em 1848.

Idem. Chegam no mês de agosto deste ano a esta capital para cumprirem degredo o ex-regente padre Diogo Antônio Feijó⁵¹⁶ e o deputado Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, por serem acusados de cabeças da revolução em São Paulo, vindo ambos morar no sobrado fronteiro à rua da Assembleia nº 3, casa fatídica, pois que ali em frente existiu por muitos anos o *Pelourinho*, ali estiveram dois dos nossos grandes vultos políticos deportados, duas tipografias quebraram-se, sendo outra sequestrada; adoeceu nela mortalmente um dos redatores e proprietário do *Correio da Vitória*, e ainda o redator da *Atualidade* ali faleceu neste ano de 1879. O padre Diogo Antônio Feijó havia tomado a responsabilidade do movimento revolucionário naquela província; em Sorocaba fora preso a mandado do governo e conduzido à cidade de Santos, onde o embarcaram a bordo de um vapor de guerra e o trouxeram para o Rio de Janeiro e daí para esta capital em fins de junho deste mesmo ano de 1842, onde aportou em princípios de agosto, só voltando ao Rio de Janeiro em dezembro a tomar assento no Senado, e onde respondeu ao processo contra ele instaurado como cabeça da revolução. Daqui escreveu o padre Diogo Antônio Feijó em data de 11 do mesmo mês de agosto a um seu companheiro também degradado, dando conta do modo por que aqui vivia; tendo-se afinal retirado, como dissemos acima, em princípios de dezembro do mesmo ano, apresentou-se no Senado a 26 do mesmo mês tendo por isso cessado o degredo. Ali defendeu-se e foi defendido brilhantemente contra as aleivossias e falsidades levantadas contra a sua probidade e honradez, sendo afinal absolvido. Aqui mostrou-se muito amigo do capitão-mor Siqueira com quem sempre estava e com quem passeava todas as tardes.

516 “Em 1842 este navio da marinha de guerra [o brigue *Andorinha*], que trouxe para o exílio em Vitória o padre Diogo Antônio Feijó e aqui permaneceu algum tempo”. [Siqueira, *Memórias do passado*, p. 83, nota 4]

Idem. É exonerado a 10 de agosto deste ano o presidente José Manoel de Lima, que coisa alguma fez a bem desta província, mas tendo antes disso se retirado com licença, assumiu a 2 de março deste ano a administração da província o comendador Joaquim Marcelino da Silva Lima (barão de Itapemirim).⁵¹⁷ Foi também nomeado por carta imperial desta mesma data e pela segunda vez presidente desta província o Dr. João Lopes da Silva Couto, que prestou juramento e entrou em exercício no mesmo mês de agosto, pois que a 28 do mesmo mês esteve presente à abertura da Assembleia Provincial,⁵¹⁸ sendo exonerado a 9 de junho de 1843, desgostoso por não ter sido eleito deputado, o que na verdade merecia.

Idem. Neste ano, tendo sido adiada a Assembleia Provincial pelo vice-presidente comendador Joaquim Marcelino da Silva Lima, do dia 23 de maio para 28 de agosto, é instalada neste dia a 1ª sessão da 4ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1842 a 1843, sendo reconhecidos deputados provinciais: bacharel Manoel Joaquim de Sá Matos, bacharel Francisco Jorge Monteiro, coronel Dionísio Álvaro Resendo, Caetano Dias da Silva, bacharel José de Melo e Carvalho, José da Silva Vieira Rios, Heliodoro Gomes Pinheiro, padre João Luís da Fraga Loureiro, Manoel Pinto Rangel e Silva, Joaquim José Gomes da Silva Filho, José Gonçalves Fraga, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, capitão José Ribeiro Coelho, padre Manoel Gomes Montenegro, Domingos Rodrigues Souto, João Malaquias dos Santos Azevedo, Bernardo Francisco da Rocha Tavares, padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, tenente José Monteiro Rodrigues Velho e Manoel Joaquim Ferreira da Silva.⁵¹⁹ Foi composta a mesa do primeiro ano da legislatura: presidente Francisco Jorge Monteiro, 1º secretário Joaquim José Gomes da Silva Filho, 2º secretário padre Inácio Félix de Alvarenga Sales, que fora chamado como suplente, como também o fora na mesma ocasião o padre Manoel Alves de Souza. No segun-

517 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 65.

518 “Tendo merecido de S. M. o imperador a honra de ser nomeado presidente desta província, tomei posse de sua administração do dia 10 do corrente mês...” [Fala que o Exmo. presidente da província do Espírito Santo dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no dia 28 de agosto de 1842, p. 3-10]

519 Lista de deputados eleitos para a 4ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 28 de agosto de 1842. [Pena, *História da província*, p. 98]

do ano foi composta a mesa: presidente José da Silva Vieira Rios; 1º secretário Antônio José Pereira Maia Paraíba, que foi também chamado como suplente, como igualmente o fora o eleito 2º secretário padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte.⁵²⁰

Idem. São separadas neste ano formando dois termos as vilas de Linhares e a de Nova Almeida, pela lei provincial nº 9, marcando-se nela as respectivas divisas.⁵²¹

Idem. Por lei provincial nº 17 deste ano é autorizada a construção da cadeia desta capital, a qual existe na parte térrea do Paço da Câmara Municipal.⁵²²

Idem. Assume a administração da província a 31 de dezembro deste ano o 1º vice-presidente comendador Joaquim Marcelino da Silva Lima,⁵²³ por ter seguido viagem o Dr. João Lopes da Silva Couto.

1843. [no original, 1848]. É nomeado por carta imperial de 9 de janeiro deste ano para presidente da província o brigadeiro Venceslau de Oliveira Belo,⁵²⁴ que prestou juramento e entrou em exercício a 15 de fevereiro, sendo exonerado a 19 de outubro deste mesmo ano.

Idem. Toma posse da administração da província a 27 de janeiro o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo,⁵²⁵ por se achar doente e ter obtido licença o 1º vice-presidente comendador Joaquim Marcelino da Silva Lima.

520 *Ofício da Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 4ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 28 de agosto de 1842.*

521 (a) *Lei provincial nº 9, de 26 de outubro de 1842, Art. 1º: São divididas e formaram dois termos as vilas de Linhares e a vila de Nova Almeida, com suas respectivas divisas.* (b) “Com a de Linhares pela linha leste oeste, que limita o termo de Nova Almeida pelo lado norte, conforme o tombo de sua criação. Lei nº 7, de 1841, e nº 9, de 1842.” [Vasconcelos, *Compilação*, p. 88]

522 *Lei provincial nº 17, de 26 de outubro de 1842, Art. 1º: Autoriza a construção da cadeia publica dessa capital.*

523 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 65.

524 *Idem.*

525 *Idem.*

Idem. Toma assento na Câmara temporária como deputado por esta província o padre Manoel de Freitas Magalhães na 5ª legislatura, mas tendo o mesmo falecido, foi chamado o Dr. João Lopes da Silva Couto, a 8 de maio do ano seguinte, para substituí-lo como suplente eleito por um voto. Não tomou assento em razão da injustiça que com ele se praticara, oficiando nesse sentido à Câmara em 15 do mesmo mês e ano de 1844, e apesar do que expôs à Câmara esta não quis conceder-lhe escusa; contudo não tomou assento, e desde essa época afastou-se da política conquanto conservasse ilesas as suas crenças.

Idem. Estabelece-se neste mesmo ano no lugar denominado *Biriricas* um aldeamento para catequese e civilização dos índios despendendo o governo avultadas somas, sendo mais tarde abandonado pelos índios, por ter o mesmo governo extinguido o aldeamento em 1847, entranhando-se os aborígenes nas matas e estabelecendo-se perto do Mucuri.⁵²⁶

Idem. Falece no Rio Doce Guido Pokrane, célebre chefe índio da tribo dos botocudos, e que muitos serviços prestou à catequese e civilização dos seus irmãos, sendo nesse sentido muito coadjuvado por Guido Tomás Marlière, seu padrinho de batismo, a quem esse chefe índio e seus companheiros muito deveram. Foi Guido Pokrane soldado da 2ª Companhia da Montanha no Rio Doce, assim como diretor da aldeia de índios do Manhuaçu no Cuieté. Homem enérgico, não só os seus como os índios de outras tribos lhe obedeciam. Sua Majestade o imperador muito o estimava, tendo sido até padrinho de um de seus filhos. Em algumas viagens que fez ao Rio de Janeiro foi ali admirado, não deixando nunca de visitar em todas elas ao Sr. D. Pedro II que o acolhia com benevolência.⁵²⁷

Idem. Neste ano, pela lei nº 4 de 24 de julho, que mais tarde sofreu diversas alterações como fosse em 1854, 1858, 1864, 1867, 1872 e 1877, foi criado nesta capital um estabelecimento de instrução primária e secundária, que foi instalado na sala

526 *Idem*, p. 138.

527 “O tratamento diferencial dispensado a Pokrane é, no mínimo, inusitado para com um índio. [...] A trajetória de vida do capitão Guido Pokrane, desde que aceitou trabalhar para seu padrinho, Guido Tomás Marlière, até aquele momento indicavam sua postura de aliado incondicional, além de ter sob sua influência outros aldeamentos entre os rios Manhuaçu e Cuieté, o que o tornava uma figura de vital importância para o governo atingir seus objetivos de incorporar e controlar a região. [Paraíso, *Guido Pokrane, o imperador*, p. 15]

do edifício do antigo Convento dos Jesuítas, por baixo da repartição da Tesouraria de Fazenda.⁵²⁸ Ensinava-se nesse estabelecimento o latim, língua nacional, francês, aritmética, caligrafia e doutrina; mais tarde, em 1854, sofreu alterações dando-se-lhe outras proporções e sob o título de *Liceu da Vitória*, depois ainda passou por nova fase, dando-se ainda o título de *Ateneu Provincial*. Este estabelecimento chegou ao estado em que hoje existe, com todos os preparatórios precisos à matrícula nas academias do Império.

Idem. É nomeado por carta imperial de 19 de outubro deste ano presidente desta província o bacharel D. Manoel de Assis Mascarenhas, que prestou juramento e tomou posse da administração no dia 1º de dezembro do mesmo ano,⁵²⁹ sendo exonerado a 11 de agosto de 1845.

1844. Assume a administração da província em data de 22 de abril deste ano o vice-presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim por ter partido para a Corte a tomar assento na Câmara dos Deputados o presidente Dr. Manoel de Assis Mascarenhas.⁵³⁰

Idem. É instalada neste ano, a 23 de maio, a 1ª sessão da 5ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial concernente a 1844 a 1845, tendo sido reconhecidos deputados provinciais: coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, Manoel dos Passos Ferreira, comendador Joaquim Marcelino da Silva Lima, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, padre João Luís da Fraga Loureiro, José da Silva Vieira Rios, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, João Teixeira Maia, José Joaquim de Almeida Ribeiro, capitão Luís Vicente Loureiro, tenente-coronel Sebastião Vieira Machado, Bernardo Francisco da Rocha Tavares, padre Manoel Alves de Souza, padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude, Domingos Rodrigues Souto, padre Inácio Fé-

528 *Lei provincial nº 4*, de 22 de julho de 1843, Art. 1º: Criação do Liceu de Vitória, estabelecimento de instrução primária e secundária.

529 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 65.

530 *Fala* com que o Exm. vice-presidente da província do Espírito Santo José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim..., 23 de maio de 1844, p. 3.

lix de Alvarenga Sales, Manoel Pinto Rangel e Silva, Serafim José dos Anjos Vieira, padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, padre Francisco Antunes de Siqueira.⁵³¹ Foi composta a mesa no primeiro ano da legislatura: presidente comendador Joaquim Marcelino da Silva Lima, 1º secretário padre João Luís da Fraga Loureiro, 2º secretário José da Silva Vieira Rios. No segundo ano foi composta a mesa: presidente José da Silva Vieira Rios; 1º secretário padre Inácio Félix de Alvarenga Sales; 2º secretário João Teixeira Maia.⁵³²

Idem. Reassume a administração da província a 10 de julho deste ano o presidente D. Manoel de Assis Mascarenhas.⁵³³

Idem. Tendo deixado a administração da província o presidente D. Manoel de Assis Mascarenhas, assume-a a 26 de outubro deste ano o 2º vice-presidente capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo.⁵³⁴

Idem. Por carta imperial de 2 de dezembro e provisão do Exmo. bispo D. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, datada de 8 de janeiro do ano seguinte, é nomeado cônego o vigário da vara e da Matriz desta capital padre Francisco Antunes de Siqueira.

Idem. Chegando à capital o 1º vice-presidente José Marcelino da Silva Lima, assume imediatamente a administração da província a 23 de dezembro deste ano por estar no exercício o 2º vice-presidente capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, que de 1º passara para 2º lugar em 24 de março de 1835.

531 *Ofício de Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 5ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1844.*

532 *Ofício da Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 5ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1844.*

533 Vasconcelos, *Ensaio*, p.65.

534 *Idem.*

1845. É criado definitivamente neste ano o Aldeamento Imperial Afonsino,⁵³⁵ cuja incumbência fora dada a Joaquim Marcelino da Silva Lima, posteriormente barão de Itapemirim, tendo o mesmo participado ao ministro do Império José Costa da Silva Torres.

Idem. Toma assento na Câmara dos Deputados, na 6ª legislatura, como representante desta província, o coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, eleito pelo Partido Conservador a que então pertencia, tendo-se mais tarde passado para o Partido Liberal por desinteligências havidas em uma eleição, tornando-se depois dessa época chefe do mesmo Partido Liberal.

Idem. É neste ano aprovado por lei provincial nº 5, de 28 de julho, o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios da Capela de Santa Luzia, uma das mais antigas da província.⁵³⁶

Idem. É nomeado por decreto de 4 de agosto deste ano para chefe de Polícia o bacharel José Inácio Acióli de Vasconcelos, juramentando-se e entrando em exercício desse cargo a 9 de setembro deste mesmo ano, tendo sido também removido em data de 12 de agosto, de juiz de direito da cidade de Niterói para igual cargo nesta comarca da Vitória, e de que prestou juramento e entrou em exercício a 5 de setembro do mesmo ano, ocupando assim os dois cargos cumulativamente com o de *auditor da gente de guerra*.

Idem. É nomeado por carta imperial de 14 de agosto deste ano para presidente desta província Herculano Ferreira Pena; prestou juramento e tomou posse a 13 de dezembro do mesmo ano,⁵³⁷ sendo exonerado a 11 de setembro do ano seguinte.

535 (a) “O Aldeamento Imperial Afonsino, regularmente estabelecido em 1845 por recomendação do governo geral, à margem esquerda do rio Castelo, no local onde existira povoação de mineradores conhecido por Bananeira, distava 22 léguas de Vitória, seis léguas de outro sítio de mineradores – Lavrinha – e três dias de caminhada da vila de Itapemirim, através de uma estrada que, a rigor, não passava de uma picada a machado e foice mata a dentro, com subidas penosas e atoleiros grandes no tempo das águas. Fazia parte do município da cidade de Vitória e era sujeito à jurisdição do distrito de Viana.” [Rocha, *Viagem de Pedro II*, p. 101-22] (b) “Somente em 1845, quando era presidente da província Herculano Ferreira Pena, é que foi autorizada a criação do aldeamento dos índios puris, denominado ‘Imperial Afonsino’...” [Demoner, *Presença*, p. 44]

536 (a) *Compromisso* da Irmandade Nossa Senhora dos Remédios. (b) *Lei* provincial nº 5, de 26 de julho de 1845, Art. 1º: Fica aprovado o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios da Capela de Santa Luzia.

537 Vasconcelos, *Ensaio*, p. 65.

Idem. Por decreto imperial de 30 de setembro deste ano e de conformidade com a lei provincial, neste sentido decretada, é novamente criado um corpo de Pedestres nesta província, compondo-se o mesmo de 82 praças.⁵³⁸

1846. Assume a administração da província a 3 de maio deste ano o 1º vice-presidente Joaquim Marcelino da Silva Lima, por lhe haver passado o presidente Herculanino Ferreira Pena, que se retirara para a Corte a tomar assento na Assembleia,⁵³⁹ sendo exonerado a 11 de setembro deste mesmo ano.

Idem. Instala-se a 23 de maio deste ano a 1ª sessão da 6ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial concernente aos anos de 1846 a 1847,⁵⁴⁰ composta dos deputados: coronel Sebastião Vieira Machado, coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, padre Manoel Alves de Souza, vigário Francisco Antunes de Siqueira, bacharel Manoel Joaquim de Sá Matos, Bernardo Francisco da Rocha Tavares, padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude, Manoel Nunes Pereira, comendador Joaquim Marcelino da Silva Lima, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, João Teixeira Maia, Domingos Rodrigues Souto, José da Silva Vieira Rios, Serafim José dos Anjos Vieira, Custódio Luís de Azevedo, João Luís Airosa, João de Freitas Magalhães, Porfírio dos Santos Lisboa, José Barbosa Meireles.⁵⁴¹ Foi composta a mesa no primeiro ano da legislatura: presidente padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude, 1º secretário José da Silva Vieira Rios, 2º secretário Serafim José dos Anjos Vieira. No 2º ano foi composta a mesa: presidente José da Silva Vieira Rios, 1º secretário

538 (a) *Lei* provincial de 30 de setembro de 1845, Art. 1º: É novamente criado um corpo de Pedestres nessa província, compondo-se de 82 praças. (b) *Decreto* nº 435, de 30 de setembro de 1845: Aprova o plano da nova organização da força de 8 companhias de Pedestres, fixada no Art. 1, parágrafo 3, da Lei nº 341 de 6 de março do corrente ano.

539 “Tendo partido desta capital para a corte o muito digno presidente da província, a fim de tomar assento na Câmara dos Deputados, entrei eu de novo em exercício no dia 3 do corrente como 1º vice-presidente, e assim cabe-me pela segunda vez a honra de assistir ao ato solene, e esperançoso da instalação desta assembleia...” [Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo, na abertura da sessão ordinária do ano de 1846, pelo Exm. vice-presidente da mesma província Joaquim Marcelino da Silva Lima, p. 3]

540 *Discurso* no ato de instalação da Assembleia Provincial, informando sobre o estado dos negócios públicos e sugerindo algumas medidas para o melhoramento da província: criação de uma força policial para dar fim aos quilombos, construção de estradas, reparos nas igrejas, melhor administração das rendas provinciais. 23 de maio de 1846.

541 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 6ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1846.

Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, 2º secretário Serafim José dos Anjos Vieira.⁵⁴² Nesta legislatura foram chamados muitos suplentes, em consequência de terem morrido alguns deputados e outros não terem comparecido.

Idem. Assume a administração da província a 27 de maio deste ano o 4º vice-presidente bacharel José Inácio Acióli de Vasconcelos, por ter-se retirado para o Itapemirim o vice-presidente Joaquim Marcelino da Silva Lima.⁵⁴³

Idem. São aprovados neste ano pelas leis n. 4 e 5 os compromissos das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário da Capela de São Benedito da Cidade de São Mateus, e do mesmo São Benedito.⁵⁴⁴

Idem. É também aprovado neste ano pela lei nº 7 o compromisso da Irmandade da Boa Morte e Assunção, ereta na Capela de São Gonçalo, sendo posteriormente reformado o mesmo compromisso.⁵⁴⁵

Idem. Por lei provincial desse ano, sob nº 9, é elevada à categoria de freguesia a antiga povoação do Queimado, com o título de São José do Queimado,⁵⁴⁶ marcando-se-lhe por divisas pela freguesia da serra e rio *Tanguí* e porto do *Una*, margeando em seguida o brejal que ali existe até finalizar em uma ponta, daí em linha reta até a estrada de São João na ladeira chamada das *Pedras*, compreendendo em seu perímetro o *Itapocu* e *Caioaba*. A capela ali existente foi edificada a esforços do missionário capuchinho frei Gregório Maria de Bene, e coadjuvado unicamente pelos habitantes daquela pequena e pobre povoação.⁵⁴⁷

542 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 6ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1846.

543 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Toma posse o bacharel José Inácio Acióli Vasconcelos como presidente da província do Espírito Santo. 26 de maio de 1846.

544 *Lei* provincial nº 4 e 5, de 21 de julho de 1846, Art. 1º: Ficam aprovados os compromissos das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário da Capela de São Benedito da cidade de São Mateus, e a de São Benedito.

545 (a) *Lei* provincial nº 7, de 21 de julho de 1843, Art. 1º: Fica aprovado o compromisso da Irmandade da Boa Morte e Assunção, na Capela de São Gonçalo. (b) Compromisso da Irmandade da Boa Morte.

546 *Lei* provincial nº 9, de 21 de julho de 1846, Art. 1º: É aprovada a criação da freguesia de Queimados sob o título de São José do Queimado, e suas respectivas divisas.

547 Vasconcelos, *Compilação*, p. 87 e 126.

Idem. É nomeado por carta imperial de 11 de setembro deste ano para presidente desta província o bacharel Luís Pedreira do Couto Ferraz, que prestou juramento e entrou em exercício a 7 de novembro deste ano, sendo exonerado a 14 de junho de 1848.

Idem. Assume a administração da província a 21 de setembro deste ano o 2º vice-presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, deixando o cargo o vice-presidente, o bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos.

Idem. Tendo chegado à província o bacharel Luís Pedreira do Couto Ferraz, presidente nomeado para o Espírito Santo, assume a administração a 7 de novembro. Foi este presidente ativo e grande propugnador dos interesses e engrandecimento da província, tendo promovido muitos melhoramentos como fossem a respeito da instrução pública, aldeamento de indígenas, consertos de pontes, estudos sobre estradas e muitas outras obras.⁵⁴⁸

Idem. Falece a 20 de dezembro deste ano o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, que ocupou na província diversos cargos como fossem: membro do Conselho do Governo, vice-presidente e deputado provincial. Era possuidor de não pequena fortuna.

Idem. Tendo a Assembleia votado neste ano a verba precisa para que fosse a cidade iluminada a lampiões, sendo seu combustível o azeite de peixe, pois que até essa data só eram iluminados os edifícios de Palácio, cadeia, quartel e Tesouraria de Fazenda, é proposto em fins deste ano um contrato para esse fim, que só foi celebrado no ano seguinte no 1º de fevereiro com o negociante Manoel Teixeira Maia, a fim de ser feita a dita iluminação que foi inaugurada no 1º de março de 1847.⁵⁴⁹

1847. É fundada neste ano na província a Colônia de Santa Isabel, com 163 colonos chegados na sumaca *Rodrigues*, de propriedade de Antônio Joaquim Rodrigues,

548 Medeiros, Declarações feitas pelo sargento Norberto Rodrigues de Medeiros sobre a abertura da picada para Cuité mandada fazer e contratada pelo Sr. Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz. [RIHGB, 1848, p. 408-10]

549 “Não se tendo podido efetuar a iluminação pública desde o ano próximo findo, pelos motivos que foram trazidos ao vosso conhecimento, foi novamente posta em arrematação e celebrou-se o contrato, que ser-vos-á presente, com o cidadão João Teixeira Maia, em o 1º de fevereiro do corrente ano.” [Relatório do presidente da província do Espírito Santo o doutor Luís Pedreira de Couto Ferraz na abertura..., 23 de maio de 1847, Iluminação Pública, p. 21]

sendo-lhes concedidas terras com 200 braças de testada e 600 de fundos.⁵⁵⁰ Esta colônia foi posteriormente emancipada e elevada à categoria de freguesia pela Assembleia Provincial.

Idem. É criada neste ano, por lei provincial nº 6, a cadeira de primeiras letras da então Colônia de Santa Isabel.⁵⁵¹

Idem. É criada pela lei provincial nº 13, de 29 de julho deste ano, a cadeira de primeiras letras da freguesia de Carapina, sendo nomeado vitaliciamente em fevereiro do ano seguinte o professor Joaquim Ribeiro Lima, que faleceu a 23 de janeiro de 1856, sendo nomeado a 5 de abril deste ano para aquele lugar efetivamente o padre-mestre Francisco Antunes de Siqueira Filho, que obteve demissão a 8 de novembro do mesmo ano, sendo então provisoriamente nomeado a 18 do mesmo mês e ano o padre Ovídio José Goulart de Souza, que exerceu o magistério até 10 de maio de 1857, por ser nomeado efetivamente aos 11 do mesmo mês e ano Aires Loureiro de Albuquerque Tovar, aprovado plenamente no concurso a que apresentou-se, sendo aposentado por moléstia a 16 de maio de 1873; sucedeu-lhe logo, interinamente, Fernando Pinto Ribeiro que efetivamente foi provido a 2 de novembro de 1874, por ter sido aprovado nas matérias regulamentares da instrução pública, estando até o presente exercendo o lugar. Há ainda naquela freguesia uma escola do sexo feminino e duas mais no Pitanga e em Manguinhos que estão providas.

Idem. É aprovado neste ano o compromisso da Irmandade do SS. Sacramento da Matriz desta capital,⁵⁵² e reedificada e ornamentada a respectiva capela.

550 (a) “...e dentro em pouco tempo 163 colonos alemães foram enviados pelo Exm. ministro do Império, e ora trato de estabelecer uma colônia na parte da referida estrada, além de Viana uma légua e meia, pouco mais ou menos, com a denominação de colônia de Santa Isabel.” [Relatório do presidente da província do Espírito Santo o doutor Luís Pedreira do Couto Ferraz na abertura..., 23 de maio de 1847, Colonização Estrangeira, p. 37] (b) “...fundada em 1847, por ordem do governo, pelo então presidente da província, o conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, com 38 famílias (163 pessoas no total) da Prússia Renana.” [Tschudi, Viagem, p. 61]

551 Lei provincial nº 6, de 20 de junho de 1847, Art. 1º: É criada a cadeira de primeiras letras da Colônia de Santa Isabel.

552 (a) Lei provincial nº 9, de 20 de julho de 1847, Art. 1º: Fica aprovado o termo de compromisso com a Irmandade de SS. Sacramento e reedificação da respectiva capela.

Idem. É copiada por esforços do ex-presidente desta província José Joaquim Machado de Oliveira uma planta do litoral da província, desde o rio Jucu até o rio Doce, com a demonstração de alguns rios e a estrada projetada para Minas, oferecendo-a a esta província.⁵⁵³

1848. Assume a administração da província em data de 18 de abril deste ano o vice-presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim,⁵⁵⁴ por ter partido para a Corte o presidente bacharel Luís Pedreira do Couto Ferraz.

Idem. É instalada neste ano, no 1º de março, a 1ª sessão da 7ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1848 a 1849, composta dos deputados provinciais: coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, padre Manoel Antônio Ribeiro dos Santos, capitão João Crisóstomo de Carvalho, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, Domingos Rodrigues Souto, padre João Luís da Fraga Loureiro, barão de Itapemirim, Antônio Rodrigues da Cunha, coronel Dionísio Álvaro Resendo, José da Silva Vieira Rios, capitão José Ribeiro Coelho, Manoel Goulart de Souza, padre Francisco Antunes de Siqueira, capitão Venceslau da Costa Vidigal, João Teixeira Maia, João Malaquias dos Santos Azevedo, Manoel Caetano Simões, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, Bernardo Francisco da Rocha Tavares e capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos.⁵⁵⁵ Na sessão do primeiro ano da legislatura foi composta a mesa: presidente José da Silva Vieira Rios, 1º secretário coronel Dionísio Álvaro Resendo, 2º secretário capitão Venceslau da Costa Vidigal. No segundo ano foi composta a mesa: presidente José da Silva Vieira Rios, 1º secretário capitão Venceslau da Costa Vidigal, 2º secretário capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire.⁵⁵⁶

553 *Relatório* do presidente da província do Espírito Santo o doutor Luís Pedreira do Couto Ferraz na abertura..., 23 de maio de 1847, Estradas de Comunicação com a província de Minas Gerais, p. 64-6.

554 “Mas tendo em 18 de abril último entrado em exercício na qualidade de 2º vice-presidente, pouco poderei, portanto acrescentar ao que se acha registrado no relatório...” [*Relatório* 1848. vice-presidente (Almeida Monjardim), p. 1]

555 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 7ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de março de 1848.

556 *Ofício* da Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 7ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de março de 1848.

Idem. Toma assento na Câmara dos Deputados como representante da província por onde fora eleito deputado o bacharel Luís Pedreira do Couto Ferraz (hoje visconde do Bom Retiro), na 7ª legislatura.

Idem. É elevada à categoria de cidade pela lei provincial nº 1 deste ano a vila de São Mateus.⁵⁵⁷

Idem. Pela lei provincial nº 2, é também elevada a vila a freguesia da Aldeia Velha, com o título de vila de Santa Cruz, com as divisas já marcadas anteriormente.⁵⁵⁸

Idem. É nomeado por carta imperial de 14 de junho deste ano para presidente da província o bacharel Antônio Pereira Pinto, por ter sido na mesma data exonerado o presidente bacharel Luís Pedreira do Couto Ferraz; o nomeado prestou juramento e tomou posse do cargo a 3 de agosto, sendo exonerado em 31 de outubro deste mesmo ano.⁵⁵⁹

Idem. Tendo sido nomeado neste ano, chega à província do Espírito Santo o ilustrado capuchinho frei Bento de Bubio para o fim de catequizar os índios da antiga aldeia de Guido Pokrane, passando-se depois por nova nomeação para o aldeamento do Guandu e ainda depois para o do Mutum, onde até o ano de 1878 esteve empregado na catequese. Veio moço e robusto e retirou-se velho e alquebrado. Os índios sempre o estimaram e obedeceram.⁵⁶⁰

Idem. A 25 de agosto deste ano aparece à barra desta cidade uma pequena baleia, e entrando subiu a baía até o lugar conhecido por ilha das Caleiras, um e meio quilômetro acima da barra, o que causou grande admiração à população, que nunca tendo visto

557 *Lei* provincial nº 1, de 31 de março de 1848, Art. 1º: Fica elevada à categoria de cidade a vila de São Mateus.

558 (a) *Registro* das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa Provincial (1845-1853), folhas 55 e 55 verso: eleva à categoria de vila (criando respectivamente o município) com a denominação de vila de Santa Cruz a freguesia de Aldeia Velha, conservando os seus atuais limites. (b) Lei nº 2, de 1848. [Vasconcelos, *Compilação*, p. 8]

559 “Com quatro meses incompletos de administração, pouco poderei avançar às reflexões, que V. Ex. expendeu-me em sua luminosa exposição quando fez-me entrega das rédeas do governo desta província...” [*Relatório* com que o Exm. Sr. Dr. Antônio Pereira Pinto entregou..., 1848, p. 5]

560 Segundo D. João Nery, frei Bento teria falecido em 1858. [Nery, *Lembranças*, p. 77]

este cetáceo, concorreu em grande número para vê-la. Depois de algumas horas de estada e evoluções voltou a baleia no mesmo dia baía abaixo, saindo barra fora livremente.

Idem. É principiada no dia 4 de setembro deste ano a esforços do presidente Antônio Pereira Pinto a estrada denominada Santa Teresa, em direção à vila de Cuieté, na província de Minas, principiando a abertura nas margens do rio Santa Maria.⁵⁶¹ O presidente bacharel Luís Pedreira do Couto Ferraz em 1846 dera começo à exploração dessa estrada, que continuou o vice-presidente barão de Itapemirim.⁵⁶² Mais tarde o engenheiro Argolo, primeiramente, e depois o engenheiro Hermilo, sendo incumbidos de explorar o melhor traçado de uma estrada de ferro desta capital a Minas, investigaram e estudaram esse local e não encontraram vantagem para o dito traçado e sim dificuldades. Também diversos presidentes por vezes mandaram orçar as despesas a fazerem-se com os melhoramentos necessários da estrada de Santa Teresa, mas não tiveram resultado as despesas feitas nesse sentido, e somente gravame aos cofres públicos.

Idem. Vem neste ano, pela primeira vez à província a mandado do governo geral, o oficial de Marinha capitão-tenente Rafael Lopes de Araújo, a pedido do então presidente Luís Pedreira do Couto Ferraz, a fim de estudar e levantar a planta necessária aos melhoramentos da barra e porto desta capital.⁵⁶³ Apesar destes estudos e dos posteriores, como fossem em 1854, em que veio também incumbido o tenente de Marinha José Manoel da Costa, e mais tarde, em 1876, o engenheiro André Cernadack,

561 Antônio Pereira Pinto, em seu *Relatório*, ressalta a importância dessa estrada, que reduziria o número de léguas entre as províncias do Espírito Santo e Minas Gerais, e informando: “refletindo nas recomendações de 4 de setembro, em que ela foi começada, e que partindo do primeiro cachoeiro do rio Santa Maria, vai ter ao Cuiaté, na província de Minas Gerais...” [Relatório com que o Exmo Sr. Dr. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência..., 1848, Obras Públicas, p. 30]

562 “É-me sumamente agradável ter de informar a V. Ex.^a que se acha realizada a picada do primeiro cachoeiro do rio Santa Maria para o arraial do Cuiaté na província de Minas Gerais.” [Relatório do Exmo Sr. José Francisco de A. Almeida Monjardim, 1º de agosto de 1848, Picada para o Cuiaté, p. 9]

563 “Tenho de comunicar-vos, que S. Ex.^a o Sr. ministro da Marinha mandou em comissão a esta província o capitão-tenente Rafael Lopes Anjo, encarregado de examinar a barra desta cidade, e levantar a respectiva planta [...] Por este hábil oficial foi organizada a planta e orçamento de um farol de que necessita a mesma barra, para franquear sem risco a entrada a qualquer hora da noite as embarcações que a demandarem, sendo indicados outros melhoramentos importantes para a conservação do porto.” [Relatório do Exmo Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz na abertura..., 1º de março de 1848, Diversos Objetos, p. 55]

nenhum resultado tirou-se até hoje dos estudos mandados fazer pelo governo geral no sentido de melhorar-se a barra.

Idem. É nomeado, em virtude de autorização imperial em data de 2 de outubro deste ano, para o lugar de comandante da Companhia de Pedestres, que fora criada novamente na província, o capitão reformado do exército Antônio Fernandes de Andrade.⁵⁶⁴

Idem. É nomeado por carta imperial de 31 de outubro deste ano, para presidente desta província, o desembargador Antônio Joaquim de Siqueira, que prestou juramento e tomou posse do cargo a 7 de março do ano seguinte, tendo passado a administração a 21 de julho por ter obtido exoneração.

1849. Sai à luz da publicidade, nesta capital, no dia 17 de janeiro deste ano, o primeiro número de um jornal de pequeno formato sob o título de *Correio da Vitória*,⁵⁶⁵ de propriedade e redação de Pedro Antônio de Azeredo, natural do Rio de Janeiro, que comprara para esse fim a antiga tipografia pertencente à viúva do finado Aires Vieira de Albuquerque Tovar. De formato diminuto foi o *Correio da Vitória* nos primeiros anos, indo aumentando de ano a ano até chegar ao ponto em que, na imprensa, conhecemos por formato regular. Contratara o proprietário e redator Pedro Antônio de Azeredo a publicação dos atos do governo e mais impressos, segundo a lei nº 6, de 23 de março de 1835, mas não sob todas as bases do contrato feito por Aires Tovar a 17 de setembro de 1840 com o presidente da província Dr. João Lopes da Silva Couto, que o mandara lavrar pelo então secretário do Governo, coronel Dionísio Álvaro Resendo, o qual obrigava o contratante a dar *duas folhas por semana, em formato pequeno, em papel ordinário, e de que receberia de cada número que saísse a quantia de 10\$000*, sendo o prazo do contrato por dez anos,⁵⁶⁶ com obrigação de serem fornecidos ao governo 120

564 “É nomeado comandante da Companhia de Pedestres, o capitão Antonio Fernandes de Andrade.” 2 de outubro de 1848. [Demoner, *História da polícia militar*, p.51]

565 (a) “Saiu à luz da publicação aos 17 de janeiro de 1840...” [Pereira, *Imprensa*, p 29]. *Revista do IHGES*. (b) *Correio da Vitória*. Tip. Capitaniense, n. 1, publicado em 17 de janeiro de 1849.

566 “Para o expediente, e impressão de leis é reconhecidamente insuficiente a quantia de RS 500\$000, ora votada, por isso aumentei-a no orçamento para o ano futuro. Julgo a propósito tratar neste lugar da publicação dos atos da presidência, que foi contratada, como sabeis, por um dos meus antecessores com o editor do *Correio da Vitória* pela quan-

exemplares, cuja relação fora escrita pelo mesmo secretário do governo. O contrato, porém, feito com o Pedro de Azeredo, teve outras garantias e melhores condições. Pode-se dizer ter sido o *Correio da Vitória* o primeiro jornal que teve esta província, visto que o *Estafeta* só publicou um número e esse mesmo pouca circulação teve. Por morte de Pedro Antônio de Azeredo passou a tipografia a ser de propriedade do capitão José Francisco Pinto Ribeiro e Jacinto Escobar Araújo, que ainda publicaram o *Correio da Vitória* por alguns anos, tendo o mesmo tido a existência de *vinte e quatro anos*, sendo para lamentar que o primeiro jornal que teve a província e já com não pequena duração viesse a desaparecer pela falta de meios para sustentar-se! O *Correio da Vitória* foi até os últimos tempos de sua existência quase sempre folha semi-oficial.

Idem. Naufraga à noite de 9 de fevereiro deste ano, na barra desta cidade, a sumaca nacional *Santa Ana*,⁵⁶⁷ de que era proprietário Francisco José dos Santos e mestre Manoel Martins de Amorim, vindo a mesma, impelida por forte ventania, a bater sobre a laje conhecida por *Baleia*, dando fundo entre o monte Moreno e ilha do Boi, mas com água aberta quase a soçobrar ali; sem ter pedido socorro algum, mas sendo vista pela manhã, no dia 10, pela gente da Fortaleza de São Francisco Xavier, com um tiro de peça fizeram sinal ao patrão-mor que logo seguiu para ali e salvou o mestre e tripulação em número de sete. O fazendeiro Bernardino da Costa Sarmento, morador em Piraém, também prestou socorros. Sobre este naufrágio contam-se bons episódios.

Idem. Aporta inesperadamente nesta cidade, no dia 16 de fevereiro deste ano, o vapor de guerra *Afonso*, comandado pelo capitão-de-mar-e-guerra Joaquim Marques Lisboa (hoje visconde de Tamandaré), trazendo a seu bordo 218 prisioneiros de guerra da revolução de Pernambuco,⁵⁶⁸ entre eles os deputados Vilela Tava-

tia de 1:000\$000 de réis [anuais]. É incontestável que o referido editor adquiriu todo o direito, para que o contrato fosse fielmente cumprido, durante o tempo de 10 anos, observando, como há observado, as condições nele consagradas.” [Relatório com que o Exm. Sr. Felipe José Pereira Leal presidente da província do Espírito Santo abriu..., p. 32-3]

567 Azevedo, Naufrágio da sumaca nacional *Sant’Anna*, *Correio da Vitória*. Vitória, 14 de fevereiro de 1849, p. 4.

568 “Aportou ontem ao porto desta cidade, arribada, vinda de Pernambuco, com 4 dias e meio de viagem a nova barca de vapor *Afonso*; comandada pelo capitão de mar e guerra Joaquim Marques Lisboa, trazendo a seu bordo 218 prisioneiros da célebre e memorável ação dada no dia 2 do corrente, a fim de tomar carvão para seguir viagem para o Rio de Janeiro.” [Correio da Vitória, n. 10, 17 de fevereiro de 1849, p. 3]

res, Lopes Neto, Peixoto de Brito e general Abreu Lima, estes últimos feridos gravemente no combate de 2 deste mesmo mês e ano.

Idem. Toma posse a 7 de março deste ano, da administração da província o desembargador Antônio Joaquim de Siqueira, que pouco se demorou no Espírito Santo, passando a administração a 21 de julho, por ter obtido exoneração a 28 de junho deste mesmo ano.

Idem. Tendo-se insurgido neste ano, no dia 19 de março, os escravos das fazendas da freguesia de São José do Queimado, e havido no dia 20 um ataque no lugar chamado Aruaba, entre eles e a força de linha comandada pelo alferes José Cesário Varela da França, sendo coadjuvado espontaneamente por seis cidadãos, entre eles pelo então bem moço o Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, todos sustentando fogo contra os insurreccionados com o maior valor, deu em resultado muitos escravos se refugiarem nos sertões, por muito tempo esteve a força ali estacionada e os lavradores de Cariacica, Serra, Itapoca e Queimado se conservaram sempre armados.⁵⁶⁹ O pânico por este fato foi imenso em toda a população da província; daqueles insurgentes foram logo alguns capturados e outros posteriormente sofreram castigos nesta cidade, sendo também justicados dois cabeças pelos crimes que cometeram entre eles Prego e João, tendo os outros três condenados à forca um se suicidado e outros fugido da cadeia, dos quais não houve mais notícia alguma.⁵⁷⁰ Muita energia mostrou e serviços prestou nesta ocasião o alferes Varela França.

569 (a) Afonso Cláudio cita “Ofício relatando com minúcias as providências tomadas pessoalmente desde a tarde de 19 de março no Queimado para reprimir a insurreição e remetendo por cópia o interrogatório feito ao preto Cipriano.” [Insurreição, p. 132] (b) Análise do acontecimento *Insurreição do Queimado*, segundo o jornal *Correio da Vitória*, o maior dos males, que nos podia oprimir. Constatações, providências e recomendações. [Comunicado, *Correio da Vitória*, n. 21, 28 de março de 1849, p. 3] (c) “Enquanto fazia seguir para a povoação insurrecta uma força de linha sob o comando do alferes José Cesário Varela da França, confia o restabelecimento da ordem...” [Cláudio, *Insurreição*, p. 61] (d) “Outras expedições foram enviadas a Cariacica e Itapoca, onde igualmente se fazia reear o aparecimento dos insurgentes.” [Cláudio, *Insurreição*, p. 61]

570 “Tem aqui cabida informar-vos que foram executados dois cabeças da insurreição, que explodiu no Queimado no dia 19 de março do ano próximo findo, não tendo sido os outros porque estes puderam evadir-se da cadeia desta capital, onde se achavam presos.” [Relatório com que o Exm. Sr. Filipe José Pereira Leal presidente da província do Espírito Santo abriu..., 25 de julho o corrente ano. 1850. Segurança individual e de propriedade, p. 14]

Idem. Aparece neste ano, no mês de maio e junho, no sítio *Jaçapê* da freguesia de Carapina, um indivíduo de nome Francisco Lima, dizendo-se *enviado de Jesus Cristo* e inculcando-se de sacerdote, e assim batizava, pregava, administrava o crisma, casava, dispensava aos nubentes dos impedimentos dirimentes, oficiava, dizia e cantava missa, fazendo prosélitos que o acompanhavam e acreditavam em seu *apostolado*, ao ponto de pedirem paramentos ao vigário para este *Santo Milagroso*, como o chamavam. Bêbado por natureza e atacado do cérebro por excessos de bebidas, nas ocasiões lúcidas era quando esforçava-se a explicar os *mistérios* e entregar-se ao *ministério sacerdotal*; mas perseguindo-o a polícia e prendendo-o, apesar das adesões que tinha dos crédulos e pobres de espírito, foi recolhido ao Hospital da Misericórdia, onde sofreu exame de sanidade no dia 2 de julho deste mesmo ano, declarando os facultativos Filipe Pornim e Francisco Barata terem reconhecido no *Apóstolo* desarranjo mental e monomania religiosa.

Idem. É neste ano aprovado o compromisso da Irmandade do SS. Sacramento da Matriz de Nossa Senhora do Amparo, da vila de Itapemirim.⁵⁷¹

Idem. Tendo sido nomeado por carta imperial de 28 de junho deste ano, para presidente da província, o oficial de Marinha capitão-tenente Felipe José Pereira Leal,⁵⁷² prestou juramento e tomou posse do cargo a 9 de agosto deste mesmo ano, sendo exonerado a 31 de maio de 1851.

Idem. Assume a administração da província em 21 de julho deste ano o 2º vice-presidente José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, por ter-lhe passado a administração o presidente Antônio Joaquim de Siqueira.

Idem. Assume neste ano a administração da província no dia 2 de agosto o já então barão de Itapemirim, José Marcelino da Silva Lima, quando se achava administrando a província o 2º vice-presidente coronel Monjardim.

571 (a) Lei provincial nº 1, de 10 de maio de 1849, Art. 1º: É aprovado o termo de compromisso com a Irmandade do SS. Sacramento da Matriz de Nossa Senhora do Amparo, da vila de Itapemirim.

572 *Relatório* com que o Exm. Sr. Filipe José Pereira Leal presidente da província do Espírito Santo abriu..., 25/07/1850. Senhores Membros da Assembleia Legislativa Provincial, p. 5.

Idem. Assume a 9 de agosto deste ano a administração da província o oficial de Marinha capitão-tenente Felipe José Pereira Leal, por ter prestado juramento neste mesmo dia e mês.

Idem. Soçobra no dia 25 de agosto deste ano, na altura do Riacho, a lancha *São Pedro*, de propriedade do negociante José Pinto Ribeiro Manso, que nela ia com tripulação, ficando naquele dia somente sobre a quilha da embarcação o mesmo Manso e três tripulantes, o que fora visto pelo dono e mestre da lancha *Penha*, Manoel Elias do Carmo, inimigo de Manso e com quem andava rixoso. Dizem que Elias não o salvou nem aos três marinheiros por não o ter querido, como foi confessado; não mais souberam-se notícias desses desgraçados, que a voz pública diz ainda hoje terem perecido por não lhes ser dado socorro pela tripulação da lancha *Penha*, apesar dos naufragos terem pedido para o fazer, ao que se negara Elias, que mais tarde com os outros acabou desgraçado.

Idem. Neste ano, a 8 de setembro, tenta um malvado assassino cortar a existência do coronel Dionísio Álvaro Resendo, que achando-se habitando com sua família em um sítio, a não ser a coragem de sua virtuosa esposa e a fidelidade de um escravo, teria sido vítima.

1850. Por decreto de 29 de março, é removido da comarca do Serro para esta o juiz de direito bacharel Antônio Tomás de Godói, tendo prestado juramento e assumido o exercício a 30 de outubro do mesmo ano, ocupando também o lugar de chefe de Polícia que lhe era anexo.⁵⁷³

Idem. Toma pela segunda vez assento na Câmara dos Deputados, na 8ª legislatura de 1850 a 1852, como representante por esta província, o bacharel Luís Pedreira do Couto Ferraz, hoje visconde do Bom Retiro.

Idem. É instalada a 25 de julho deste ano a 1ª sessão da 8ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1850 a 1851, sendo composta dos seguintes deputados provinciais: coronel José Francisco de Andrade e Almeida Mon-

573 “Entrando em exercício do cargo de juiz de direito da comarca da capital, e de chefe de Polícia, em 30 de outubro de 1850, abriu-se uma nova era para a província...” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 78]

jardim, barão de Itapemirim, coronel Dionísio Álvaro Resendo, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, capitão Venceslau da Costa Vidigal, Antônio das Neves Teixeira Pinto, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, Manoel Goulart de Souza, José da Silva Vieira Rios, Bernardino de Sena, padre João Luís da Fraga Loureiro, Manoel Nunes Pereira, capitão João Crisóstomo de Carvalho, padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, José Barbosa Meireles, José Pinto de Alvarenga Funcho, Manoel Caetano Simões, Bernardo Francisco da Rocha Tavares, Manoel Teixeira da Silva e Domingos Rodrigues Souto. Na sessão do primeiro ano da legislatura foi composta a mesa: presidente padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, 1º secretário padre João Luís da Fraga Loureiro, 2º secretário capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire.⁵⁷⁴ No segundo ano foi composta a mesa: presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 1º secretário padre João Luís da Fraga Loureiro, 2º secretário capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire.

Idem. Tendo o bacharel Antônio Tomás de Godói entrado a 30 de outubro deste mesmo ano no exercício de chefe de Polícia e reconhecendo estar a província infestada de criminosos, dá logo as mais enérgicas providências, a fim de acabar com os bandos de salteadores e assassinos que vagavam quase que em toda a província, mormente no então extenso município de Itapemirim, de que fazia parte a hoje vila de São Pedro do Cachoeiro, e onde se achavam acoitados o maior número de delinquentes. Para este fim foi coadjuvado pelas autoridades locais, mormente pelo então delegado de polícia de Itapemirim, Dr. Rufino Rodrigues Lapa.

Idem. É levantada neste ano uma carta topográfica desta província pelo visconde Villiers de l'Isle d'Adam.⁵⁷⁵ Este trabalho é eivado dos mais crassos erros e inexatidões, tendo naquela época sido apontados por diversos, entre eles pelo Dr. J. J. Rodrigues, em um escrito que apareceu a 15 de abril de 1851.

574 *Ofício de Assembleia Legislativa: Relação dos deputados que foram à mesa legislativa no presente mês. 25 de julho de 1850.*

575 Visconde J. de Villiers de l'Isle d'Adam, *Carta topográfica e administrativa da província do Espírito Santo*, 1850.

Idem. Falece na segunda-feira, 30 de dezembro deste ano, às 9 horas da noite, vítima de uma apoplexia, o cônego, arcepreste, vigário da vara e da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, reverendo Francisco Antunes de Siqueira, que há doze anos a paroquiava, tendo poucos instantes antes de falecer entregado a escola paroquial a seu velho amigo padre-mestre João Luís da Fraga Loureiro. Seu enterro foi bastantemente concorrido por todas as autoridades civis e militares, tendo-se-lhe feito as honras até recolher-se o seu cadáver ao sarcófago de sua família. Fora muito estimado por sua lhanza, caridade e pontualidade nos deveres de seu ministério. Era condecorado e fora deputado provincial.

1851. Foi neste ano feita a 8, 9 e 10 de abril a divisão, aviventação de rumo, assentamento de marcos das terras de *Piraém*, pelo então juiz municipal bacharel José de Melo e Carvalho, sendo escrivão do feito o tabelião Manoel José Noronha, piloto André Gonçalves Espíndula Sodré, procurador por parte do requerente João dos Santos Lisboa, louvados José Francisco da Silva Melo e Cirilo Pinto Homem de Azevedo, e oficial de justiça Bernardino de Santa Leocádia. Compareceram em audiência os confrontantes de *Camburi* e *Jaçapê* Joaquim Pinto dos Santos, Manoel Gomes dos Santos, Joaquim José de Santana, Francisco Alves e outros. Principiou-se a divisão do marco do pião, que se acha à beira do *córrego Negro*, ficando pelos jesuítas com a marca deles⁵⁷⁶ em rumo de norte-sul, este-oeste; seguindo a agulha o rumo de norte até encontrar um brejo, que por ele se fez a convenção de ficarem divididas umas e outras terras, em seguimento do dito brejo em rumo de nordeste até a sua cabeceira, que faz à beira da estrada, que vem de *Piraém* para *Jaçapê* e *Carapina*, em cuja cabeceira fincou-se um marco de pedra com duas *testemunhas*, em distância de 5 palmos, afastadas do marco em direção ao rumo de nordeste até o *córrego Seco*, que sai no rio da Praia Mole, em cuja cabeceira fincou-se outro marco da mesma maneira e forma do primeiro, ambos com a letra *S* para a parte das terras de *Piraém*, marca do proprietário; ficaram por este modo divididas as terras de *Piraém*, com *Camburi* e *Jaçapê*. É aqui ocasião de notar que, na demarcação que fizeram os jesuítas nas terras de Carapina no ano de 1644, não ficaram compreendidas as terras do *Piraém* (nome dado pelos índios àquele lugar

576 No original há o desenho de um círculo preto com cruz branca em seu interior.

pela abundância que ali há de peixe, e derivado de *pirá*, peixe, *ém*, lugar abundante), e por não serem boas aquelas terras para cultura, ficaram por isso devolutas; mas houve quem delas se apossasse como suas, porque nesse tempo pouca gente havia; portanto *este dono* as possuía pela parte do norte com o rio da *Praia Mole*, e como *senhor* foi vendendo a diversos, donde resultou ficar indiviso o tal *Piraém*: parte destes possuidores passaram a vender seus quinhões ao capitão Gonçalo Pereira Porto Sampaio, a quem só servia aquele sítio em capoeiras para criar gado; por sua morte, em 1797, passou o mesmo sítio a seu herdeiro, o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo, por morte de sua primeira mulher, deu em legítima a uma filha de nome Manoela, e fez um grande cercado em campo com boa casa de vivenda que ainda existe. D. Manoela casou com o tenente Bernardino da Costa Sarmiento, e tanto o capitão-mor como o dito tenente viveram sempre em desavença com os seus fronteiros de *Camburi* e *Jaçapê*, porque nunca cuidaram em dividirem-se judicialmente, até que o tenente Bernardino Sarmiento tentou a divisão destas terras, e requereu ao juiz municipal que então era o bacharel José de Melo e Carvalho (seu concunhado).

Idem. Há neste ano, no dia 26 de maio, uma tentativa de roubo na Tesouraria de Fazenda Geral; deu-se este fato na madrugada desse dia, sendo forçada uma janela que dava para o pátio do Palácio do Governo, tendo os ladrões se introduzido em um corredor, dali puxaram com um gancho um saco de cobre que se achava na saleta do Tesoureiro [e] dele roubaram 15\$000, não tendo os ladrões tempo para mais.

Idem. É nomeado por carta imperial de 31 de maio deste ano, para presidente desta província, o bacharel José Bonifácio Nascentes de Azambuja, que prestou juramento e tomou posse do cargo a 9 de julho do mesmo ano,⁵⁷⁷ sendo exonerado a 8 de outubro de 1852.

Idem. Assume a administração da província a 3 de junho deste ano, o 2º vice-presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, por ter sido exonera-

577 “Chamado pela confiança imperial ao governo desta província, do qual tomei posse no dia 9 de julho do ano próximo passado...” [Relatório que o Exm. presidente da província do Espírito Santo bacharel José Bonifácio Nascentes d’Azambuja dirigiu..., 24 de maio de 1852, p. 5]

do o presidente Felipe José Pereira Leal. Foi esse ex-presidente enérgico e o demonstrou no julgamento dos réus da insurreição de São José do Queimado.

Idem. Falece a 7 de junho deste ano, de uma hidropisia, o capitão-mor de ordenanças Manoel de Siqueira e Sá, contando 80 anos de vida e 61 de residência no Império, sendo ele o último capitão-mor nomeado para a província. Foi sempre estimado e respeitado por sua honradez e probidade; ocupou muitos cargos de nomeação do governo e eleição popular e possuiu boa fortuna pecuniária. Amigo íntimo do regente padre Feijó, aqui estiveram sempre unidos, passeando juntos quando Feijó para aqui viera deportado com o deputado Vergueiro.

Idem. É assassinado no sábado 30 de agosto, às 7 horas da noite, em sua própria casa à rua do Rosário, José Correia de Amorim Pinto, com um tiro que lhe foi disparado, falecendo pouco depois. Cidadão já bastante idoso, sem inimigos e estimado, ignorou-se o fim de um tal assassinato.

Idem. É mandado pelo governo imperial o inteligente naturalista Dr. Teodoro Descourtiz para o fim de estudar e colecionar os produtos mineralógicos da província; neste mesmo ano remeteu uma coleção de cristais apanhados no rio da Fruteira, no lugar que ele percorreu na fazenda da *Pedra Branca*, do município do Cachoeiro de Itapemirim. Também remeteu outros produtos metalúrgicos extraídos em lugares deste e outros municípios, como no distrito do Rio Pardo, tendo sido os municípios do Cachoeiro, Itapemirim e Benevente os que primeiro investigou.

Idem. É pelo governo imperial nomeado em 17 de outubro deste ano, para o cargo de alferes ajudante da Companhia de Pedestres da província, em virtude da resolução de 12 de fevereiro deste mesmo ano, o sargento reformado da Companhia de Inválidos Bernardino de Souza Magalhães, que fora ferido nas campanhas do Prata e na de Pernambuco.

Idem. É assassinado barbaramente na freguesia de Itaúnas, do município da Barra de São Mateus, José Ribeiro Tupinambá, moço de qualidades e muito talento, cujo

assassinato fora cometido por uma escolta que se dirigira à sua casa em busca de criminosos, tendo ele resistido à mesma.

Idem. São apreendidos em Itapemirim pelo então delegado de Polícia, Dr. Rufino Rodrigues Lapa, cento e tantos africanos boçais, vindos em um barco da Costa da África, sendo em seguida remetidos para a Corte no vapor cruzador *Tétis*.⁵⁷⁸

Idem. Neste ano são concluídas as obras da ponte de Maruípe ou da *Passagem*, não só em alvenaria na fatura e consertos de pegões, como em novas linhas, barrotamento e assoalho, a qual fora contratada por 1:400\$000 em 23 de agosto deste mesmo ano, com José Correia Maciel.

1852. É nomeado por decreto de 13 de abril deste ano, juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Júlio César Berenguer de Bittencourt; prestou juramento em 24 de maio e entrou após em exercício.

Idem. A 24 de maio deste ano é instalada a 1ª sessão da 9ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1852 a 1853, sendo reconhecidos deputados: José Joaquim de Almeida Ribeiro, Francisco Manoel do Nascimento, Manoel de Siqueira e Sá, Domingos Rodrigues Souto, barão de Itapemirim, Manoel Francisco da Silva, capitão José Ribeiro Coelho, coronel Sebastião Vieira Machado, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, Manoel Nunes Pereira, Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, capitão Venceslau da Costa Vidigal, Porfírio dos Santos Lisboa, padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude, Manoel Ferreira das Neves, capitão Luís Vicente Loureiro, Francisco Ladislau Pereira, capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos, Manoel Caetano Simões e padre Miguel Antunes de Brito.⁵⁷⁹ Na sessão do primeiro ano da primeira legislatura foi composta a

578 “Nesta província foi capturado no dia 1º de maio do ano passado, mediante as diligências executadas pelo delegado de polícia de Itapemirim, o Dr. Rufino Rodrigues Lapa, um carregamento daqueles infelizes que se tentara desembarcar nas margens do rio Itabapoana.” [Relatório que o Exm. presidente da província do Espírito Santo o bacharel José Nascentes d’Azambuja dirigiu..., 24 de maio de 1852, p. 6]

579 Lista de deputados eleitos para a 9ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 24 de maio de 1852. In Pena, *História da província*, 2. ed., p. 100

mesa: presidente padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude, 1º secretário Venceslau da Costa Vidigal, 2º secretário Manoel Caetano Simões. No segundo ano foi a mesa composta: presidente barão de Itapemirim, 1º secretário Francisco Ladislau Pereira, 2º secretário Manoel Caetano Simões.

Idem. É neste ano criada por lei provincial nº 6 uma aula de primeiras letras no lugar São Miguel, do distrito de Mangaraí, sendo para esse fim transferida a escola do Aldeamento Imperial Afonsino,⁵⁸⁰ de que fora seu único professor Joaquim José Gomes da Silva Neto, hoje major, que ali esteve com sua família e prestou serviços à catequese e civilização dos índios puris, tendo passado as maiores calamidades pela falta de recursos.

Idem. Pela lei provincial nº 8 deste ano são divididos os municípios de Nossa Senhora da Conceição da Serra e dos Reis Magos de Nova Almeida.⁵⁸¹

Idem. É restabelecida neste ano, pela lei provincial nº 16, a comarca de Itapemirim, que havia sido extinta pela lei provincial nº 4, de 18 de novembro de 1844.⁵⁸²

Idem. Neste ano são remetidas ao Museu Nacional, pelo naturalista Descourtilz, as coleções de história natural por ele reunidas tanto de pássaros como de insetos.

Idem. É nomeado por carta imperial de 8 de outubro deste ano para presidente desta província o bacharel Evaristo Ladislau e Silva, que prestou juramento e tomou posse do cargo a 16 de novembro do mesmo ano, sendo exonerado a 9 de novembro de 1853.

580 Lei provincial nº 6, de 2 de julho de 1852, Art. 1º: Fica criada uma aula de primeiras letras no distrito de Mangaraí, sendo transferida a escola do Aldeamento Imperial Afonsino.

581 Lei provincial nº 8, 2 de julho de 1852, Art. 1º: São divididos os municípios de Nossa Senhora de Conceição da Serra e dos Reis Magos de Nova Almeida.

582 (a) Lei provincial nº 16, 2 de julho de 1852, Art. 1º: Fica restabelecida a comarca de Itapemirim, que havia sido extinta por decreto de 18 de setembro de 1844. (b) “Foram criadas três – São Mateus, Vitória, e Itapemirim. Resolução presidencial de 1º de fevereiro de 1836, autorizado pela lei nº 5 de 1835 e lei nº 16, de 1852.” [Vasconcelos, *Compilação*, p. 35] (c) “Criada pela lei nº 5 de 28 de março de 1835, sendo extinta pela lei nº 4 de 18 de novembro de 1844 e restabelecida pela lei nº 16 de 28 de julho de 1852.” [Nery, *Lembranças*, p.150]

Idem. É nomeado pelo governo imperial, em 24 de novembro deste ano, para o lugar de comandante da Companhia de Pedestres o 2º sargento do Batalhão de Caçadores de Mato Grosso, João Fernandes Lopes.

1853. Falece no dia 9 de fevereiro deste ano, vítima de uma apoplexia fulminante, o negociante José Ribeiro Coelho, que ocupou muitos cargos de nomeação do governo e eleição popular, tendo sido deputado provincial.

Idem. Toma assento em maio deste ano na Câmara dos Deputados, na 9ª legislatura, de 1853 a 1856, como representante por esta província o bacharel Luís José Ferreira de Araújo, que era natural da província e passava por um belo talento, mas que pouco o demonstrou no parlamento.

Idem. Por carta imperial de 14 de junho deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Itapemirim o bacharel José Norberto dos Santos, que prestou juramento em 19 de março do ano seguinte, entrando em exercício.⁵⁸³

Idem. São criadas pela lei provincial nº 6 deste ano duas cadeiras de gramática latina, uma na Serra e outra em Benevente,⁵⁸⁴ sendo nomeado para a da Serra, para seu primeiro professor, Manoel Ferreira de Paiva, hoje coronel.

Idem. Assume a administração da província, no dia 1º de agosto deste ano, o 1º vice-presidente barão de Itapemirim, por lha haver passado o presidente bacharel Evaristo Ladislau e Silva, que se retirou para a Bahia com licença, tendo obtido pouco depois a exoneração. Foi este presidente o iniciador da criação de uma biblioteca na província.⁵⁸⁵

583 “Na comarca de Itapemirim já está oficiando o juiz de direito José Norberto dos Santos que por decreto de 3 de dezembro último foi para ali nomeado, tendo entrado em seu exercício o respectivo juiz municipal para a comarca de Itapemirim.” [Relatório que o Exmo Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. Evaristo Ladislau e Silva dirigiu..., 23 de maio de 1853, Administração da Justiça, p. 7]

584 Lei provincial nº 6, de 21 de julho 1853, Art. 1: Fica criada uma cadeira de gramática latina na vila da Serra e outra em Benevente. [p. 17]

585 “Constando-me que o cidadão Brás da Costa Rubim, natural desta província e filho do falecido governador Francisco Alberto Rubim que honrosos serviços fez a ela, se propunha à oferecer-lhe quatrocentos volumes em livros e cadernos para a criação de uma biblioteca, aproveitei-me disto e nomeei uma comissão composta dos Drs. José Joaquim

Idem. É nomeado por carta imperial de 9 de novembro deste ano, presidente desta província, o bacharel Sebastião Machado Nunes, que prestou juramento e tomou posse em 4 de fevereiro do ano seguinte, sendo exonerado a 31 de outubro de 1855.

Idem. A 15 de dezembro deste ano são capturados, em Guarapari, nove indivíduos por suspeitos de serem os assassinos de Belarmino Xavier Pinto Saraiva, entre eles um índio, afamado valentão, de nome João Pereira, indiciado como autor da dita morte, como também da do capitão-mor Manoel Xavier Pinto Saraiva, pai de Belarmino.

Idem. No dia 17 de dezembro deste ano é publicado nesta capital um periódico em bom formato sob o título *A Regeneração*,⁵⁸⁶ de propriedade e redação do professor Manoel Ferreira das Neves, o qual durou até o ano de 1855. Foi um dos melhores periódicos aqui publicados, pelas matérias nele contidas, boa redação e nitidez de impressão, sendo imparcial em seus escritos e juízos.

1854. É removido por decreto de 9 de janeiro deste ano, da comarca do Rio Formoso, em Pernambuco, para a comarca da Vitória, o juiz de direito bacharel Lourenço Caetano Pinto,⁵⁸⁷ que prestou juramento e assumiu o exercício a 25 de abril deste ano.

Idem. É nomeado por decreto de 16 de janeiro 1º chefe de Polícia independente do cargo de juiz de direito o bacharel Antônio Tomás de Godói,⁵⁸⁸ em virtude do decreto nº 1.295, de 16 de dezembro do ano antecedente, que declarou especial na província o dito cargo.

Rodrigues, e José Camilo Ferreira Rabelo e João Malaquias dos Santos e Azeredo para entender-se com ele e tratar dos meios conducentes ao fim proposto.” [Relatório que o Exmo Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. Evaristo Ladislau e Silva dirigiu..., Biblioteca, p. 30]

586 Jornal *A Regeneração*. Vitória, Tipografia Imparcial, 1853.

587 “Com vistas de melhorar a administração da justiça nesta província, acaba o governo imperial de separar os dois cargos de juiz de direito da comarca desta capital, e de chefe de Polícia da província...” [Relatório do Exmo Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo, na abertura..., 25 de maio de 1854, Administração da Justiça, p. 9]

588 *Idem.*

Idem. É instalada a 25 de maio deste ano a 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1854 a 1855, sendo composta dos deputados: coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, Luís Vicente Loureiro, Caetano Dias da Silva, padre João Luís da Fraga Loureiro, capitão João Crisóstomo de Carvalho, Manoel Ferreira de Paiva, coronel Dionísio Álvaro Resendo, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel Goulart de Souza, José Barbosa Meireles, padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, José Pinto de Alvarenga Funcho, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, padre Mieceslau Ferreira Lopes Wanzeller, Torquato Caetano Simões, Manoel Ferreira das Neves, bacharel Júlio César Berenguer de Bittencourt, João Martins de Azambuja Meireles, Inácio de Melo Coutinho Vieira Machado e padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte.⁵⁹³ Na sessão do primeiro ano da legislatura foi composta a mesa; presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 1º secretário padre João Luís da Fraga Loureiro, 2º secretário capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire.⁵⁹⁴ No segundo ano foi composta a mesa: presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 1º secretário padre João Luís da Fraga Loureiro, 2º secretário José Pinto de Alvarenga Funcho.

Idem. São criadas neste ano pela lei provincial nº 4 as primeiras escolas públicas para o sexo feminino, na cidade de São Mateus e vila de Itapemirim.⁵⁹⁵

Idem. É decretada pela lei provincial nº 9,⁵⁹⁶ de 24 de julho deste ano, a construção de um cemitério público nesta capital. Esta obra foi com efeito começada, mas, como a maior parte das obras desta província, nunca foi concluída, apesar de terem-se despendido com este cemitério não poucos contos de réis.

593 *Ofício* de Assembleia Legislativa: Relação nominal dos membros da Assembleia Legislativa que se acham reunidos em sessão preparatória. 25 de maio de 1854.

594 *Relatórios* da Assembleia Legislativa Provincial: Lista de membros que compuseram a primeira mesa da 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 25 de maio de 1854.

595 *Lei* provincial nº 4, de 14 de junho de 1854, Art. 1º e 2º: São criadas escolas públicas para o sexo feminino na cidade de São Mateus e vila de Itapemirim. [p. 17]

596 *Lei* provincial nº 9, de 24 de julho de 1854, Art. 1º: Fica definido que a câmara municipal de Vitória terá de construir uma ponte de madeira até a ilha do Príncipe, onde será construído o novo cemitério municipal. [p. 31]

Idem. Falece neste ano, no dia 7 de setembro, o major Francisco de Paula Xavier, ascendente da família Neves Xavier. Foi o finado um prestante cidadão, tendo ocupado diversos cargos públicos, finando-se na idade de setenta e cinco anos, sempre estimado e respeitado de todos. Seu enterro foi muito concorrido não só pelas irmandades como por numeroso concurso de povo, sendo-lhe feitas as honras funerárias por uma guarda de honra comandada pelo capitão Soledade, e inumado na sepultura da família.

Idem. Neste ano é levantada uma carta geral da província do Espírito Santo pelo capitão de engenheiros Pedro Torquato Xavier de Brito, feita sob os trabalhos parciais de Martius, Spix, do governador Pontes e engenheiro Freycinet.⁵⁹⁷

Idem. Falece no Riacho e é conduzido seu cadáver para a vila de Santa Cruz, onde foi enterrado, o naturalista francês Dr. João Teodoro Descourtilz, em consequência de um envenenamento, resultado das preparações arsenicais de que fazia uso para as dissecações dos animais que preparava; foi o primeiro que nesta província fez coleções entomológicas; remeteu para o Museu Nacional e para a Europa, não só a coleção de pássaros como de lepidópteros, coleópteros, ortópteros e himenópteros.⁵⁹⁸ Sua Majestade, a imperatriz, às suas expensas, mandou publicar e imprimir com estampas coloridas um primoroso volume, em que se vê retratada a coleção de pássaros feita na província por este hábil e inteligente naturalista.

1855. Falece no dia 8 e sepulta-se no dia 9 de fevereiro deste ano o talentoso espírito-santense José Gonçalves Fraga, um dos melhores poetas que teve esta província. Ocupou este prestante cidadão diversos cargos de Fazenda Geral. Traduziu a *Eneida* de Virgílio, compôs diversos poemas satíricos e elogios; as suas poesias são ainda hoje

597 Brito, *Carta da província do Espírito Santo*, 1854.

598 (a) “O Dr. Teodoro Descourtilz, botânico inteligente e ativo; que foi mandado em 1851 pelo governo imperial à província do Espírito Santo, onde faleceu, para coligir produtos de história natural, fez uma rica coleção de amostras de cristais de todas as cores, encontradas em um lugar, que chamam *Pedra Branca* no caminho que vai para o Aldeamento Imperial Afonsino...” [Vasconcelos, *Ensaio*, p.48] (b) “O ecologista francês, adjunto da 1ª secção do nosso Museu Nacional, envenenou-se com as preparações arsenicais, a 13 de janeiro de 1855, no Riacho. O seu corpo foi conduzido para aquela vila [de Santa Cruz] onde o autopsiaram e sepultaram.” [Rocha, *Viagem de Pedro II*, p.171]

apreciadas, mas dispersas muitas, só existindo as colecionadas no *Jardim Poético*, obra publicada pelo major José Marcelino Pereira de Vasconcelos.⁵⁹⁹

Idem. É instalada nesta província, a 16 de junho deste ano, pelo presidente Sebastião Machado Nunes, a Biblioteca Provincial numa das salas de Palácio.⁶⁰⁰ Esta biblioteca possuía livros importantes pertencentes alguns, poucos, ao extinto Colégio dos Jesuítas e muitos outros doados por diversos cidadãos que fizeram importantes remessas para aquela biblioteca, entre eles Brás da Costa Rubim, que enviou 400 volumes de obras de grande valor científico. Em 1859, por um arrolamento feito, encontraram-se somente 900 volumes, tendo os mais desaparecido, e aqueles mesmos achados nessa ocasião estavam uns aglomerados sobre uma mesa, outros espalhados pelo chão, empoeirados e roídos pela traça. Hoje nenhum desses volumes existe, porque o desleixo por um lado e as subtrações por outro, deram fim a obras raríssimas e importantes, como também a documentos preciosos à nossa história pátria.

Idem. É aprovada neste ano, pela lei provincial n° 4, de 14 de julho, deste ano, a reforma do compromisso da antiga Irmandade de Nossa Senhora do Terço, ereta na Igreja de São Gonçalo.⁶⁰¹

Idem. É principiada neste ano, a expensas do povo, a Capela de São Pedro de Alcântara, na hoje freguesia de Itabapoana, sendo concedida pelo governo a desapropriação de 20 braças em quadro para esse fim, de conformidade com a lei provincial n° 6 deste mesmo ano, que pela Lei n° 8, de 1856, foram elevadas a 80 braças em quadro.⁶⁰²

599 Coletânea poética publicada em 1858 (primeira série) e 1860 (segunda série), a primeira delas reeditada em 2008 pela Academia Espírito-santense de Letras.

600 “Conto que brevemente terá lugar a instalação deste útil estabelecimento em uma das salas do Palácio da presidência, que se está para este fim preparando...” [Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes presidente da província do Espírito Santo, abriu..., 25 de maio do corrente ano (1855), Biblioteca, p. 22]

601 Lei provincial n° 4, de 9 de junho de 1855, Art. 1°: Fica aprovada a reforma do compromisso de Nossa Senhora do Terço. [p. 32]

602 Lei provincial n° 6, de 6 de julho de 1855, Art. 1°: Fica reconhecida a desapropriação das terras em Itabapoana, na barra do rio Muqui. São 20 braças em quadro para edificar a capela de São Pedro de Alcântara. [p. 38].

Idem. Assume a administração da província, a 15 de julho deste ano, o 1° vice-presidente barão de Itapemirim, por lha haver passado o presidente Sebastião Machado Nunes, que seguira para a Corte com licença.⁶⁰³

Idem. Dá neste ano princípio o major Caetano Dias da Silva à ideia da fundação de uma colônia agrícola, particular, em terrenos de sua propriedade, no lugar denominado *Santo Antônio (Rio Novo)*⁶⁰⁴ e onde o mesmo empregou e sacrificou parte de sua fortuna. Mais tarde, não a podendo sustentar por si só, por faltarem-lhe os recursos, formou uma associação, mas, desanimados os acionistas dessa companhia, teve de passá-la ao Estado.⁶⁰⁵ Hoje é uma das melhores colônias do Brasil.

Idem. Tendo vindo à vila de Itapemirim o capuchinho frei Paulo Antônio Casas Novas, virtuoso sacerdote que muitos serviços prestou ao Brasil, e dando logo à sua chegada princípio a um suntuoso templo às expensas do povo daquela vila, a quem ele pedia esmolas e materiais, como também lastro de pedra aos capitães dos navios que voltavam descarregados, fazendo a obra sob sua única administração, concluiu o mesmo templo, sendo inaugurado no dia 15 de setembro deste ano. Frei Paulo foi ali vigário alguns anos, e seu nome ainda é pronunciado com respeito pelas virtudes que ornamentavam este ilustre varão da igreja.⁶⁰⁶

603 “Passando às mãos de V. Ex. a administração desta província, que desde 16 de julho do ano passado ficou a meu cargo pela licença e subsequente exoneração, que obteve do governo imperial o Exm. presidente Dr. Sebastião Machado Nunes...” [Relatório com que o Exm. Sr. barão de Itapemirim, 1° vice-presidente da província do Espírito Santo entregou..., 8 de março de 1856, p. 3]

604 “Este primeiro território começou pela incorporação de uma companhia autônoma e aprovado pelo decreto n° 1566 de 24 de fevereiro de 1854 e estabelecida pelos esforços do major Caetano Dias da Silva.” [Nery, Lembranças, p. 123]

605 “...em 12 de agosto de 1860 foi proposta ao governo imperial a encampação da colônia...” [Nery, Lembranças, p. 123]

606 (a) “Entretanto cabe-me o dever de comemorar aqui a inauguração da Matriz da vila de Itapemirim, a cujo ato assisti a 16 de agosto do ano findo. É um templo bem acabado, construído sobre sólidas bases, o que em grande parte é devido à atividade prodigiosa, e zelo verdadeiramente evangélico do capuchinho frei Paulo Antônio de Casas Novas, então vigário da dita freguesia, que foi infatigável em promover os meios de levá-lo ao fim.” [Relatório com que o Exm. Sr. barão de Itapemirim, 1° vice-presidente da província do Espírito Santo entregou..., 8 de março de 1856, Culto público, p. 8-9] (b) “A data de inauguração constante do relatório do barão de Itapemirim não confere com aquela registrada no [...] Livro Tombo da Comarca Eclesiástica de Itapemirim na província do Espírito Santo e Bispado de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Neste livro, na página 34, encontramos o seguinte registro: ‘Igreja Matriz – serve de Matriz à Freguesia de Itapemirim a Igreja que o Capuchinho frei Paulo Antônio Casanovas, vigário da freguesia, com esmolas doadas pelos Paroquianos, edificou, de 8 de setembro de 1847, data, em que foi lançada a primeira pedra, até 15 de setembro de 1855 em que o dito frei Paulo benzeu a mesma igreja...” [Demoner, S. Presença, p. 69-70] (c) “Tem magnífica casa de comarca e boa matriz, fundada por frei Paulo Antônio Casas Novas em 1855, tendo começado em 1847.” [Nery, Lembranças, 121]

Idem. É nomeado a 11 de novembro deste ano o inspetor da Alfândega desta capital para *conservador* da mesma repartição, que por aviso de 5 de novembro do mesmo ano fora criado com o título de *Conservatoria do Comércio*.⁶⁰⁷

1856. É nomeado por carta imperial de 8 de fevereiro deste ano presidente desta província o bacharel José Maurício Fernandes Pereira de Barros, que prestou juramento e entrou em exercício a 8 de março do mesmo ano, sendo exonerado a 24 de março do ano seguinte.⁶⁰⁸

Idem. É criada neste ano a Colônia de Santa Leopoldina, nas margens do rio Santa Maria e ribeirões que nele deságuam, sendo por aviso do Ministério do Império datado de 27 de fevereiro, autorizado ao presidente da província a conceder, demarcar e medir os terrenos para esse fim;⁶⁰⁹ principiou a mesma colônia com o número de cento e quarenta colonos, quase todos suíços, sendo no ano seguinte principia- das com afinco as ditas medições, sob a direção do nosso finado amigo o engenheiro civil Amélio Pralon, antigo oficial do nosso exército. De ano a ano foi aquela colônia prosperando com a vinda de outros colonos, como adiante se verá, até chegar ao grau de prosperidade em que hoje se acha; podendo de há muito ter sido emancipada, pois já dos antigos colonos há prósperos agricultores.

607 “Em virtude do aviso do Ministério da Fazenda de 5 de novembro de 1855, foi em 11 do mês seguinte criada esta repartição, sendo nomeado na forma da lei o inspetor da Alfândega para conservador.” [Marques, *Dicionário*, p. 43]

608 “Tendo tido a honra de ser nomeado presidente desta província por carta imperial de 8 de fevereiro do corrente ano, e havendo tomado posse e entrado no exercício de sua administração em 8 de março próximo...” [Relatório do Exm. Snr. presidente da província do Espírito Santo o Doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros, apresentou..., 23 de Maio de 1856, p. 3]

609 (a) “Por ofício de 15 de dezembro de 1855, o conselheiro Luís Pedreira do Couto Ferraz, então ministro do Interior do Império, comunicava ao presidente da província do Espírito Santo, José Maurício Fernandes Pereira de Barros, a resolução de fundar, na região da cachoeira do rio Santa Maria, uma colônia de estrangeiros. Entrementes, o tenente João José Sepúlveda de Vasconcelos recebia a incumbência de fazer o levantamento do terreno e medição de quatro léguas quadradas à margem daquele rio, local situado entre a cachoeira Grande e a cachoeira de José Cláudio. Dividiu-a em lotes iguais, de 62.500 braças quadradas cada um, e nela demarcou uma área de 500 braças quadradas para o estabelecimento da povoação. Os lotes urbanos mediam 10 braças de frente e 25 de fundo.” [Rocha, *Viagem*, p.121] (b) “Reunindo os terrenos vizinhos ao rio *Santa Maria*, entre a cachoeira Grande e a de José Cláudio, circunstâncias muito favoráveis ao estabelecimento de uma colônia agrícola, e desejando o governo imperial atrair a imigração pela fundação de fortes e prósperos núcleos de colonos, determinou por aviso de 27 de fevereiro do corrente ano que nesses terrenos se medisse e demarcasse uma extensão...” [Relatório do Exm. Snr. presidente da província do Espírito Santo o Doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros apresentou..., 23 de maio de 1856, Colônia de Santa Maria, p. 28]

Idem. Por decreto deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Itapemirim o bacharel João da Costa Lima e Castro, que prestou juramento a 6 de março e entrou em exercício na mesma data.

Idem. Por decreto de 22 de março deste ano é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Tristão de Alencar Araripe, que prestou juramento e entrou em exercício a 15 de julho do mesmo ano, sendo removido para igual cargo a 11 de abril de 1859, na província de Pernambuco.

Idem. Tendo no ano antecedente sido determinado pela Assembleia Provincial o dia definitivo de sua instalação, é a mesma instalada em sua 1ª sessão da 11ª legislatura concernente ao biênio de 1856 a 1857, a 23 de maio, dia esse em que se comemora a chegada a esta então capitania de seu primeiro donatário Vasco Fernandes Coutinho; foi esta presente legislatura composta dos deputados provinciais: capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, Dr. Manoel Gomes Bittencourt, capitão João Crisóstomo de Carvalho, Francisco Gomes Bittencourt, coronel Dionísio Álvaro Resendo, padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel do Couto Teixeira, José Barbosa Meireles, capitão Venceslau da Costa Vidigal, tenente-coronel Torquato Martins de Araújo Malta, padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, padre Mieceslau Ferreira Lopes Wanzeller, capitão Manoel Ferreira de Paiva, Manoel Francisco da Silva, capitão Francisco Ladislau Pereira, bacharel Antônio Joaquim Rodrigues, Manoel Ferreira das Neves, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos.⁶¹⁰ Na sessão do primeiro ano da legislatura foi composta a mesa: presidente padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude, 1º secretário capitão Manoel Ferreira de Paiva, 2º secretário capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire. No segundo ano foi composta a mesa: presidente padre Inácio Rodrigues Bermude, 1º secretário capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos, 2º secretário capitão Venceslau da Costa Vidigal.

Idem. É explorada, demarcada e principiada, na cidade de São Mateus, uma estrada que, partindo dessa cidade fosse a Filadélfia, na *Colônia do Mucuri*, na província da

610 *Lista de deputados eleitos para a 11ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1856* [Pena, *História da província*, 2. ed., p. 100]

Bahia. Fez essa exploração, a mandado do governo, o engenheiro francês Charles Bernard, sendo acompanhado e coadjuvado pelo fazendeiro daquela comarca, tenente-coronel Mateus Antônio dos Santos;⁶¹¹ não teve, porém, o êxito que se esperava, conquanto ainda em 1872 fosse autorizado à presidência da província com uma quantia para conclusão daquela estrada, o que também não teve execução.

Idem. São neste ano, pela lei provincial nº 9, de 16 de julho, marcadas as divisas dos municípios da Vitória e da Serra pelo litoral, ficando até hoje reconhecidas e respeitadas as mesmas divisas, sem alteração.⁶¹²

Idem. São neste ano criadas definitivamente duas colônias na província, a do Rio Novo, pelo major Caetano Dias da Silva, principiada no ano antecedente, como dissemos, tornando-se de propriedade de uma associação, com o nome de *Associação Colonial do Rio Novo*;⁶¹³ e a *Colônia da Transilvânia*, no Rio Doce, contratada com o Dr. França Leite.⁶¹⁴

Idem. É elevada à categoria de freguesia pela lei provincial nº 11,⁶¹⁵ de 16 de julho deste ano, a povoação do Cachoeiro, sob o título de paróquia de São Pedro do Cachoeiro.⁶¹⁶

611 “Foi aberta uma picada partindo da cidade de São Mateus com a direção a Santa Clara, e não posso deixar de consignar aqui o nome do tenente coronel Mateus Antônio dos Santos, cujos esforços se deve principalmente a exploração desta importante estrada, em cujos trabalhos foi guiado pelo engenheiro da companhia Mucuri, o Sr. Charles Bernard.” [Relatório com que o Exm. Snr. barão de Itapemirim, 1º vice-presidente da província do Espírito Santo apresentou..., 25 de maio de 1857, Estrada de São Mateus, p. 23-4]

612 (a) Lei provincial nº 9, de 16 de julho de 1856, Art. 1º: Ficam demarcadas as divisas dos municípios de Vitória e Serra pelo litoral. (b) “As divisões deste município [Serra] com o da Vitória constam da lei nº 9 de 1856.” [Vasconcelos, *Compilação*, p. 131] (c) “[O município de Vitória] Ficou dividido com a vila da Serra no litoral pelo rio Manguinhos, de onde em linha reta seguirá à malha branca do Mestre Álvaro, e daí ao porto de Una, seguindo depois o rio *Tanguí* até sua barra no de Santa Maria.” [Idem, p. 137]

613 “Em 1855 tinha o nome de *Associação Colonial do Rio Novo*. Depois passou ao Estado em 7 de outubro de 1861 já com o nome de *Imperial Colônia do Rio Novo*, sendo dividida em cinco territórios.” [Busatto, *Imigração Italiana*, p. 22]

614 “No Rio Doce também começa o Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite a fundar alguns estabelecimentos coloniais, que muito prometem.” [Relatório com que o Exm. Snr. barão de Itapemirim, 1º vice-presidente da província do Espírito Santo entregou..., 8 de março de 1856, Colonização, p. 11]

615 Lei provincial nº 11, de 16 de julho de 1855. Art. 1º: É elevada a freguesia a povoação de Cachoeiro, com o nome de paróquia de São Pedro do Cachoeiro. [p. 53]

616 “Foi criada neste distrito uma freguesia com a denominação de *São Pedro do Cachoeiro* e com os limites do distrito de pás [sic]. Lei nº 11 de 1856.” [Vasconcelos, *Compilação*, p. 19]

Idem. A 17 de julho deste ano sai à luz da publicidade o primeiro número de um periódico sob o título *O Capixaba*, sendo o mesmo político e noticioso.⁶¹⁷

Idem. É organizada neste ano pelo tenente de engenheiros João José de Sepúlveda e Vasconcelos uma carta geográfica em que são demarcados os limites desta província com as confrontantes.⁶¹⁸

Idem. É criado por decreto [de] 30 de julho deste ano, na vila de Nova Almeida, um colégio eleitoral.

Idem. Declara-se em fins deste ano, com intensidade, a epidemia do *cholera-morbus* na vila de Nova Almeida, fazendo muitíssimas vítimas, sendo nomeada uma comissão para acudir ao flagelo,⁶¹⁹ a qual foi composta do vigário da freguesia, do presidente da Câmara e do subdelegado de Polícia da mesma vila.

1857. É publicado neste ano, a 2 de janeiro, um jornal literário de instrução e recreio, sob o título *O Semanário*,⁶²⁰ por ser hebdomadário; seu redator e proprietário, o finado advogado José Marcelino Pereira de Vasconcelos, colecionou nessa publicação o que de mais importante encontrou sobre antiguidades da província, reunindo o útil ao agradável.

Idem. Assume a administração da província, a 13 de fevereiro, o 2º vice-presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, por ter-se retirado para a Corte, com licença, o presidente José Maurício Fernandes Pereira de Barros.

617 “*O Capixaba*, Tip. Capitaniense. Periódico político e noticioso, como órgão das ideias de um dos lados da Assembleia Provincial (minoría) e para combater pela eleição de um espírito-santense patriota e ilustrado como deputado pela província à Câmara temporária. [...] O número 13 (último) circulou aos 23 de outubro.” [Pereira, *Imprensa*, p. 33]

618 Vasconcelos, J. J. de S., *Carta da província do Espírito Santo: com parte da província de Minas que lhe está adjacente*.

619 (a) “Cabe-me a satisfação de poder asseverar a V. Ex., que a epidemia do *chorela-morbus* se acha extinta nesta capital, continuando apenas nas freguesias de Viana, e Cariacica com alguma intensidade.” [Relatório com que o Exm. Snr. barão de Itapemirim primeiro vice-presidente da província do Espírito Santo entregou, 8 de março de 1856, Saúde pública, p. 4-5] (b) *Ofício de Assembléia Legislativa: Elogio ao desempenho da sociedade filantrópica* [Santa Casa da Misericórdia] durante a epidemia de *cholera-morbus*. 22 de julho de 1856.

620 “Jornal de instrução e recreio e de publicação hebdomadária (sextas-feiras) [...] Suspendeu a publicação aos 6 de novembro do mesmo ano, em virtude da saúde do diretor, reaparecendo aos 10 de fevereiro do ano seguinte. O último exemplar, de nº 50 traz a data de 3 de abril de 1858.” [Pereira, *Imprensa*, p. 33]

Handwritten document in Portuguese, likely an official report or eulogy, dated July 22, 1856. The text is written in cursive and mentions the 'Ofício de Assembléa Legislativa' and the 'epidemia de cholera-morbus'. The document is signed at the bottom by 'Sr. Manoel de Souza'.

Ofício de Assembléa Legislativa: Elogio ao desempenho da sociedade filantrópica [Santa Casa da Misericórdia] durante a epidemia de cholera-morbus. 22 de julho de 1856.

Idem. Assume a 15 de fevereiro deste ano a administração da província o barão de Itapemirim, tendo unicamente estado dois dias na presidência o coronel Monjardim. Notamos que, estando presidindo a província o 2º vice-presidente coronel Monjardim era logo assumida a administração pelo barão de Itapemirim, sem aquela deferência própria e comum entre funcionários e como de caso premeditado.

Idem. É nomeado por carta imperial de 24 de março deste ano para presidente desta província o bacharel Olímpio Carneiro Viriato Catão,⁶²¹ que prestou juramento e tomou posse a 18 de junho deste mesmo ano, falecendo nesta província a 29 de abril de 1858 e sendo sepultado no cemitério da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo.⁶²² Foi este presidente incansável em promover o engrandecimento da província, e a ele se deve a fatura da estrada de Itapemirim ao Cachoeiro, a ponte sobre o rio Muqui, a construção da casa da Câmara Municipal de Itapemirim, a construção do chafariz do Campinho e muitas outras obras de utilidade pública.⁶²³

Idem. Tendo o decreto de 9 de setembro de 1855 disposto que se procedesse às eleições para deputados gerais e seus suplentes, toma assento na 10ª legislatura da Assembleia Geral o bacharel Antônio Pereira Pinto, que fora eleito deputado por esta província, sendo seu suplente o padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude.

Idem. Chegam neste ano, no mês de junho, à Colônia de Santa Leopoldina, 222 colonos alemães, sendo já diretor daquela colônia o engenheiro civil Amélio Pralon.⁶²⁴ O núcleo de Santa Leopoldina exporta hoje para mais de 100.000 arrobas de café, afora cereais, não estando sob auspícios pecuniários do governo.

621 Ofício de Assembleia Legislativa: Comunica juramento e posse do presidente da província bacharel Olímpio Carneiro Viriato Catão. 18 de Julho de 1857.

622 “Faleceu na província em 23 de abril de 1858.” [Vasconcelos, *Ensaio*, p. 66]

623 “Em 1857, tendo Sr. Olímpio Carneiro Viriato Catão, presidente do Espírito Santo, manifestado ao vice-presidente de Minas, Sr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, desejo de melhorar e alterar [ilegível] as estradas de comunicação de Minas Gerais com as do Espírito Santo...” [Nery, *Lembranças*, p. 136]

624 Rocha, *Viagem*, p.131.

Idem. Pela lei provincial nº 9, de 25 de julho deste ano, foi permitida na forma dos respectivos estatutos, às Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Monte do Carmo, bem como às Irmandades da Capela de Nossa Senhora do Rosário, a permissão do enterramento em seus jazigos dos cadáveres de seus irmãos e dos filhos destes.⁶²⁵

Idem. É mandada construir neste ano pelo presidente bacharel Olímpio Carneiro Viriato Catão uma estrada que, partindo da vila de Itapemirim, seguisse para Minas, de conformidade com a autorização concedida pela lei provincial nº 13, de 27 de julho deste mesmo ano.⁶²⁶ Esta estrada foi somente executada até a fazenda do *Morro Grande*, seis quilômetros acima da vila do Cachoeiro, e quarenta e oito quilômetros do Itapemirim àquela localidade.

Idem. Falece neste ano, no dia 1º de novembro deste ano, o padre-mestre Dr. Inácio Rodrigues Bermude, que antecedentemente fora frade, tendo-se secularizado. Seguindo para Campos, dali, por vocação e conselhos de amigos, partiu para São Paulo a cursar as aulas de Direito onde doutorou-se, recolhendo-se a esta província donde era natural. Bom legista, sofrível orador, político extremado, representou na terra natal papel importante, sendo por ela eleito deputado geral e provincial, gozando popularidade bastante a considerar-se chefe de partido, que de si próprio tiveram seus correligionários o apelido de *bermudistas*. Contava 57 anos quando baixou à sepultura, sendo seu enterro muito concorrido.

Idem. É feita neste ano a estatística da vila de Nova Almeida, dando de população 2.513 almas, sendo livres 2.047, e escravos 466, havendo 328 fogos.⁶²⁷

625 (a) Lei provincial nº 9, de 23 de julho de 1857, Art. 1º: Foi permitida na formas dos devidos estatutos às Ordens Terceiras de São Francisco e de Nossa Senhora do Monte do Carmo, bem como à Irmandade de N. S. do Rosário, o enterramento nos seus jazigos dos irmãos e dos filhos destes. (b) *Resumo* das obrigações que têm as Irmandades desta capital, 1853, capítulo XIII, p. 10, dos sufrágios dos irmãos e seu enterramento, Art. XLVIII: “Terá a irmandade as mesmas sepulturas, que pertenciam a Irmandade outrora existente deste Convento.” 27 de novembro de 1853.

626 Lei provincial nº13, de 8 de julho de 1857, Art. 1º: É mandado construir uma estrada partindo da vila de Itapemirim para as Minas.

627 “Termo da Serra – Distrito de Nova Almeida, 2.513.” [Relatório que o Exm. Sr. barão de Itapemirim, 1º vice-presidente da província do Espírito Santo, apresentou..., 25 de maio de 1857, Anexos, p. 6]

1858. É confirmada a 7 de janeiro deste ano a nomeação do negociante Manoel Rodrigues de Campos, para vice-cônsul da Espanha nesta província.

Idem. Por decreto de 25 de janeiro deste ano é removido da comarca da Imperatriz, no Ceará, para juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Jaime Carlos Leal, que assumiu o exercício a 3 de julho do mesmo ano.⁶²⁸

Idem. Falece neste ano, a 9 de março, o administrador do Correio desta capital, João Malaquias dos Santos Azevedo.

Idem. Assume a administração da província a 7 de março deste ano o 2º vice-presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, por se achar doente o presidente bacharel Olímpio Carneiro Viriato Catão, que faleceu no mês seguinte, 28 de abril, sendo sepultado com todas as honras devidas à sua categoria.⁶²⁹

Idem. É instalada a 23 de maio deste ano a 1ª sessão da 12ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1858 a 1859, sendo composta dos deputados provinciais: coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, Manoel de Siqueira e Sá, padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, bacharel José de Melo e Carvalho, Inácio de Melo Coutinho Vieira Machado, João Martins de Azambuja Meireles, bacharel Antônio Joaquim Rodrigues, Joaquim Ramalheite Maia, comendador Joaquim Marcelino da Silva Lima, bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, Francisco José de Abreu Costa, Manoel de Moraes Coutinho e Castro, José Joaquim Pereira Lima, padre Francisco Antunes de Siqueira, José Barbosa Meireles, capitão Francisco Ladislau Pereira,

628 “Estão em exercício de seus empregos o juiz de direito da comarca da capital, e o de Itapemirim, e espera-se em breve o bacharel Jaime Carlos Leal, removido da comarca de Imperatriz, na província do Ceará, para a de São Mateus, desta província, por decreto de 25 de janeiro do corrente ano.” [Relatório que o Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim 2º vice-presidente da província do Espírito Santo apresentou..., 23 de maio de 1858, Administração da Justiça, p. 6-7]

629 “Cabe-me a honra de relatar-vos hoje os negócios da província, em obediência ao art. 8. do Ato Adicional, e em razão do infeliz falecimento do Exm. Sr. presidente Olímpio Carneiro Viriato Catão, que teve lugar a 29 do mês findo, depois de grave moléstia.” [Relatório que o Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim 2º vice-presidente da província do Espírito Santo apresentou na abertura..., no dia 23 de maio de 1858, Senhores, p. 5]

capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos, capitão Venceslau da Costa Vidigal, Manoel Francisco da Silva, entrando dois deputados suplentes para os lugares do padre Dr. Bermude, que falecera antes de instalar-se a Assembleia, e outro no lugar do padre Santos, que se achava impedido.⁶³⁰ Na sessão do primeiro ano da legislatura foi composta a mesa: presidente padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, 1º secretário capitão Francisco Ladislau Pereira, 2º secretário capitão Venceslau da Costa Vidigal. Na sessão do segundo ano foi composta a mesa: presidente padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, 1º secretário Francisco José de Abreu Costa, 2º secretário bacharel José Camilo Ferreira Rebelo.

Idem. É aprovado neste ano pela lei provincial nº 2, de 23 de junho, o compromisso da Irmandade do SS. Sacramento da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da vila da Serra hoje cidade.⁶³¹

Idem. São criadas pela lei provincial nº 4, de 23 de junho deste ano, duas escolas públicas, uma no Riacho e outra na Ponta da Fruta.⁶³²

Idem. É aprovado neste ano pela lei provincial nº 6, de 23 de junho, o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja da Conceição da Serra.⁶³³

Idem. Neste ano o notável escritor espírito-santense José Marcelino Pereira de Vasconcelos publica o seu *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo*; foi a primeira obra publicada sobre estas bases, e, embora resumida, é este trabalho histórico o que há servido a muitas compilações, como tem sido o de Brás Rubim, embora não muito exato. O *Ensaio* do inteligente e talentoso escritor mereceu do advogado Re-

630 *Ofício de Assembleia Legislativa: Relação dos membros da Assembleia Legislativa Provincial que se acham reunidos em sessão preparatória.* 21 de maio de 1858.

631 (a) *Lei provincial nº 2, de 10 de julho de 1858, Art. 1º:* É aprovado o compromisso da Irmandade do SS. Sacramento da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da vila da Serra. 10 de julho de 1858.

632 (a) *Lei provincial nº 4, de 14 de julho de 1858, Art. 1º:* São criadas duas escolas públicas de primeiras letras, uma no Riacho e outra na Ponta de Fruta.

633 (a) *Lei provincial nº 6, de 10 de junho de 1858, Art. 1º:* Aprovado o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Igreja da Conceição da Serra.

bouças, do lexicógrafo Inocêncio e Silva e de muitos escritores e publicistas os maiores encômios, apelidando[-o] o mais fecundo escritor do Brasil, não só por esta obra como pelas publicadas sobre matéria de Jurisprudência. Tem aquele *Ensaio* lacunas e anacronismos, é verdade, mas se atendermos à falta de dados e documentos que na ocasião faltou ao talentoso escritor, devem esses senões ser desculpados, pois muito fez ele.

Idem. Por lei provincial nº 22, de 23 de julho deste ano, é criada e elevada à categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Alegre a antiga povoação do Alegre, pertencente atualmente à vila de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim, com as divisas pelo valão do Bananal, cabeceira do ribeirão Alegre e suas vertentes até a barra do Itabapoana, por este ao rio Preto acima a dividir com Minas Gerais. Estas divisas foram alteradas.⁶³⁴

Idem. É criado neste ano pela lei provincial nº 5, de 26 de julho, um corpo de Polícia composto de um oficial comandante, um sargento, um furriel, dois cabos, um corneta e trinta soldados.⁶³⁵

Idem. É nomeado a 29 de setembro deste ano o padre Francisco de Assis Pereira Gomes para 1º vigário encomendado da nova freguesia de São Pedro do Cachoeiro.

Idem. A 25 de novembro deste ano falece nesta cidade o capitão reformado do exército e escrivão do Eclesiástico Serafim José Vieira dos Anjos, que ocupara diversos cargos públicos tanto de nomeação do governo como de eleição popular, tendo sido deputado provincial. Bom amigo, mas de gênio irascível e valente, fazia-se temer; havendo lutado e polemizado com os sacerdotes desta capital, representou ao bispo diocesano descrevendo-os como os sete pecados mortais.

634 (a) *Lei provincial nº 22, de 21 de julho de 1858, Art. 1º:* É criada a e elevada à categoria de freguesia, a antiga povoação de Alegre, sob o nome de Nossa Senhora da Conceição do Alegre. (b) “Suas divisas são - principiando no valão denominado *Bananal* que deságua no rio Itapemirim, ou Norte, seguirá as cabeceiras do ribeirão *Alegre*, e tudo quanto resta para o mesmo, até sua barra no rio Itabapoana, e para este ao rio *Preto* acima, a dividir com a província de Minas.” [Vasconcelos, *Compilação*, p. 88]

635 *Lei provincial nº 5, de 26 de julho de 1858, Art. 1º:* Fica criado um corpo de Polícia composto de um oficial comandante, um sargento, um furriel, dois cabos, um corneta e trinta soldados.

Idem. É nomeado por carta imperial de 17 de dezembro deste ano, para presidente desta província, o bacharel Pedro Leão Veloso, que prestou juramento e tomou posse a 4 de fevereiro de 1859, sendo a 20 de março de 1860 transferido para a província das Alagoas.⁶³⁶

1859. É organizado a 7 de maio deste ano o primeiro regulamento para o Corpo de Polícia da província,⁶³⁷ criado pela lei provincial nº 25 de 24 de julho de 1858 e em execução à lei nº 23 de 27 de novembro de 1838, e instruções de 25 de agosto de 1852, sendo o mesmo corpo composto de 30 praças de pré.

Idem. Por lei provincial nº 10 de 14 de julho deste ano é criada no distrito do Aldeamento Imperial Afonsino (no Rio Pardo) uma freguesia com o título de São Pedro de Alcântara,⁶³⁸ tendo sido a igreja erigida alguns quilômetros do lugar já denominado. É esta freguesia a que possui talvez os terrenos mais ubérrimos da província, sendo seu perímetro extensíssimo.

Idem. Por decreto de 13 de agosto deste ano é nomeado para chefe de Polícia desta província o bacharel Manoel Pedro Álvares Moreira Vilaboim,⁶³⁹ que prestou juramento e tomou posse do dito cargo, sendo exonerado a 16 de setembro do ano seguinte de 1860.

Idem. A 19 de agosto deste ano principia a ser publicado nesta capital um periódico em oito páginas, sob o título *A Aurora*,⁶⁴⁰ sendo seu redator o Dr. Joaquim dos

636 “Por carta imperial de 20 do mês p.p. houve por bem Sua Majestade o imperador nomear-me presidente da província de Alagoas; tendo de entregar a V. Ex. a administração desta, passo a cumprir...” [Relatório com que o Exm. Sr. comendador Pedro Leão Veloso ex-presidente da província do Espírito Santo passou..., 14 de abril de 1860, p. 1]

637 Regulamento de 7 de maio de 1959. Da Organização. [Vasconcelos, *Compilação* p. 40]

638 Lei provincial nº 10, de 7 de julho de 1859, Art. 1º: Fica criada no distrito do Aldeamento Imperial Afonsino, uma freguesia com o nome de São Pedro de Alcântara.

639 “Por decreto imperial de 7 de março foi nomeado chefe de polícia desta província o Dr. Manoel Pedro Alves Moreira Vilaboim.” [Relatório do presidente da província do Espírito Santo o bacharel Pedro Leão Velloso na abertura..., 25 de maio de 1859, Polícia e administração da justiça criminal, p. 10]

640 “...semanário de oito páginas, *Aurora*, cujo 1º número aparecera em 19 de agosto de 1859 e que ficaria encerrado com o 16º número, devido à nomeação daquela inteligência moça para juiz municipal e de órfãos dos termos de Benevente e Guarapari.” [Rocha, *Viagem de Pedro II*, p.104]

Santos Neves; publicaram-se dezesseis números, mas suspendeu-se a publicação por ter-se retirado da capital seu redator.

Idem. É concedida neste ano, por decreto nº 1.243 datado de 3 de outubro, a Teodoro Klett, faculdade por tempo de dois anos para por si ou por companhia que organizasse explorar e lavrar nas margens dos rios do *Meio* e da *Fumaça*, no distrito da freguesia de Mangaraí desta província, as minas de ouro ali existentes, para serem-lhe demarcadas então as datas de terras em que podia trabalhar.⁶⁴¹

1860. Neste ano, no dia 26 de janeiro, às oito e meia horas da manhã, aportam a esta cidade vindos no vapor de guerra *Apa*, em visita a esta província, S.S.M.M.I.I. o Sr. D. Pedro II e D. Teresa Cristina Maria, sendo recebidos com o maior regozijo pelo povo desta capital, saltando no cais do imperador, para esse fim construído e preparado.⁶⁴² Foram S.S.M.M. hospedar-se no Palácio do Governo, prontificado e ornamentado no melhor gosto pela comissão para esse fim nomeada,⁶⁴³ tendo muito concorrido para serem S.S.M.M. recebidas com a maior grandeza muitos cidadãos, distinguindo-se entre eles por seus avultados donativos o coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, Barão de Itapemirim e major Mateus Cunha. Visitou S.M., o imperador, os principais lugares da província, tanto ao norte como ao sul e oeste da capital, como fossem Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares, Espírito Santo, Guarapari, Benevente, Itapemirim, Rio Novo, Santa Isabel e Santa Leopoldina. À sua chegada formaram-se os batalhões da Guarda Nacional para fazerem as devidas honras, comparecendo e visitando a S.S.M.M. quase toda a população.

641 Ao que tudo indica Daemon confundiu aqui o ano, e conforme *Relatório* de José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, “a carta régia de 4 de dezembro de 1816, e as que existem entre os rios do *Meio* e da *Fumaça* no distrito de Mangaraí, que o decreto nº 1.243 de 3 de outubro de 1853 concedeu a Teodoro Klett por espaço de dois anos, para proceder aos necessários exames e explorações.” [Relatório que o Exm. Snr. presidente da província do Espírito Santo o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, apresentou, 23 de maio de 1856, Riquezas naturais, p. 39]

642 “A província teve a ventura de ser visitada por seus soberanos, que aportaram a esta capital no dia 26 de janeiro, e seguiram para a Corte, da vila de Itapemirim, a 9 do seguinte mês de fevereiro.” [Relatório com que o Exm. Sr. comendador Pedro Leão Velloso ex-presidente da província do Espírito Santo passou, 14 de abril de 1860, p. 1-2] (b) Rocha, *Viagem*, p. 58-9 e 66.

643 “O inspetor da Tesouraria, João Manoel da Fonseca e Silva, e o juiz de direito da comarca de Vitória, Lourenço Caetano Pinto, eram os mestres da cerimônia, encarregados de dirigir a formação e o andamento do cortejo.” [Rocha, *Viagem de Pedro II*, p. 66]

Idem. Chega S. M. o imperador às 6 horas da tarde do dia 1º de fevereiro deste ano à vila de Nova Almeida, indo da vila da Serra, onde chegara nesse mesmo dia e ali almoçara. Em Nova Almeida jantou e pernoitou, tendo visitado a Igreja dos Santos Reis Magos, cuja arquitetura interior é de muita simplicidade. Foi S. Majestade recebido em ambas as vilas à distância de doze quilômetros por inúmeras pessoas; no dia 2, S. Majestade, ao amanhecer, depois de ouvir missa na Matriz, celebrada pelo ilustrado vigário Manoel Antônio Ribeiro [no original, *Bibeiro*], partiu para Santa Cruz às seis horas, chegando à tarde desse dia, onde foi igualmente recebido por diversos cavalheiros.

Idem. Chegam S. S. M. M. I. I. a 7 de fevereiro deste ano à vila de Itapemirim, de volta da capital, tendo S. Majestade, o imperador, desembarcado do vapor *Apa*,⁶⁴⁴ em sua passagem, para visitar as vilas de Guarapari e Benevente. Foram em Itapemirim recebidas S. S. M. M. imperiais pela Câmara Municipal, juiz de direito Lima e Castro, juiz municipal Campos Melo, coronel-comandante superior da Guarda Nacional João Nepomuceno Gomes Bittencourt, e mais autoridades e pessoas gradas daquela vila, estando as ruas por onde transitaram S. S. M. M. atapetadas e a casa para recepção de tão altos personagens preparada com esmero e luxo. No dia 8 seguiu S. M. o imperador a cavalo para a Colônia do Rio Novo acompanhado do empresário daquela colônia, major Caetano Dias da Silva, e grande número de cavaleiros, sendo ali recebido pelos colonos com muita alegria; na volta percorreu o Itapemirim e seus principais monumentos, seguindo para a Corte no dia 9 do dito mês. Durante a estada dos ilustres visitantes nesta província mandaram distribuir muitas esmolas, fazendo algumas doações.⁶⁴⁵

644 O *Apa*, construído na Inglaterra, pertencia à Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e foi fretado para aquela excursão dos imperadores. [Rocha, *Viagem de Pedro II*, p. 58]

645 (a) “Sua Majestade o imperador deixou-me de seu bolsinho algumas esmolas, para reparos das igrejas, das quais já foram entregues aos respectivos párocos, 500\$000 réis para a da Serra, e 500\$ para a de Santa Cruz...” [Relatório com que o Exm. Sr. comendador Pedro Leão Veloso ex-presidente da província do Espírito Santo passou..., 14 de abril de 1860, p. 5] (b) “... três contos de réis àquela casa de misericórdia, dinheiro destinado à compra de outras apólices, e deu um conto de réis para as obras do cemitério...” [Rocha, *Viagem*, p. 75.] (c) “Doou seiscentos mil réis de esmolas, deu igual quantia para o cemitério, e trezentos mil réis ao padre Adriano, para a compra dos paramentos da igreja.” Colônia de Santa Leopoldina. [Rocha, *Viagem*, p. 125]

Idem. Neste ano, no dia 14 de março, sai à luz da publicidade nesta capital o primeiro número de um periódico sob o título *O Mercantil*,⁶⁴⁶ e de propriedade de Francisco Emílio Guizan, o qual durou algum tempo.

Idem. Por carta imperial de 20 de março deste ano é nomeado presidente da província o bacharel Antônio Alves de Souza Carvalho,⁶⁴⁷ que prestou juramento e tomou posse a 25 do mesmo mês e ano, sendo exonerado a 20 de fevereiro de 1861.

Idem. Neste ano, a 8 de abril, é publicado nesta capital o primeiro número de um periódico sob o título *A Liga*,⁶⁴⁸ sendo o mesmo político, recreativo e noticioso.

Idem. É nomeado em 1º de abril deste ano, juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Joaquim Jacinto de Mendonça,⁶⁴⁹ que prestou juramento a 25 e entrou em exercício a 27 de setembro deste mesmo ano.

Idem. Assume a administração da província a 14 de abril deste ano o 2º vice-presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, por ter sido transferido para as Alagoas em igual cargo o presidente Pedro Leão Veloso.⁶⁵⁰

646 “O primeiro número saiu aos 14 de março de 1860. Periódico de propriedade de Emílio Francisco Guizan. Durou pouco tempo e entre seus colaboradores estava Basílio Carvalho Daemon.” [Pereira, *Imprensa*, p. 33]

647 “...tomou juramento e deu posse ao Exmo. Dr. Antônio Alves de Sousa Carvalho do cargo de presidente desta província para que fora nomeado por carta imperial de 25 de abril passado” [Ofício de Assembleia Legislativa: Comunicando juramento e posse do bacharel Antônio Alves de Souza Carvalho para presidente da província. 25 de maio de 1860.]

648 “Apareceu aos 8 de abril de 1860. Ocupava-se somente de literatura, porém no nº 2 apresentou-se como paladino da reeleição do Dr. Antônio Pereira Pinto à deputação geral, começando então a discorrer sobre questões públicas.” [Pereira, *Imprensa*, p. 33]

649 “A comarca de São Mateus está vaga pela nomeação de presidente da província de Sergipe que S. M. o imperador houve por bem honrar o bacharel Joaquim Jacinto de Mendonça que ali exercia jurisdição.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior, parte 1, Administração da Justiça, p. 8]

650 “...tenho em grande parte de reportar-me ao relatório com que me entregou a administração da província o Exm. Sr. comendador Dr. Pedro Leão Veloso nomeado presidente da província de Alagoas por carta imperial de 20 de março último.” [Relatório que o Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim 2º vice-presidente da província do Espírito Santo apresentou..., 24 de maio de 1860, p. 1]



Idem. Instala-se a 23 de maio deste ano a 1ª sessão da 13ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1860 a 1861, sendo composta a Assembleia dos deputados: coronel Dionísio Álvaro Resendo, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, bacharel José de Melo e Carvalho, capitão João Crisóstomo de Carvalho, capitão Manoel Goulart de Souza, major José Marcelino Pereira de Vasconcelos, capitão Venceslau da Costa Vidigal, capitão Manoel Francisco da Silva, vigário Miguel Antônio de Brito, bacharel Antônio Joaquim Rodrigues, Joaquim Marcelino da Silva Lima, bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, Manoel de Moraes Coutinho e Castro, bacharel Francisco Gonçalves Meireles Bastos, José Freire de Andrade, Carlos Augusto Nogueira da Gama, Domingos Lourenço Viana, vigário João Ferreira Lopes Wanzeller, Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles. Foi composta a mesa no primeiro ano da legislatura: presidente bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, 1º secretário major José Marcelino Pereira de Vasconcelos, 2º secretário Venceslau da Costa Vidigal. No segundo ano foi composta a mesa: presidente bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, 1º secretário major José Marcelino Pereira de Vasconcelos, 2º secretário Venceslau da Costa Vidigal.⁶⁵¹

Idem. É publicado neste ano, a 13 de junho, o primeiro número de um periódico político sob o título *O Indagador*, tendo durado pouco tempo a sua publicação.

Idem. A 11 de agosto deste ano é publicado nesta capital o primeiro número de um periódico sob o título *O Marimbondo*,⁶⁵² sendo o mesmo político e noticioso, mas virulentíssimo.

Idem. É publicado a 7 de setembro deste ano o primeiro número de um periódico nesta capital sob o título *O Provinciano*, e de propriedade de Francisco Emílio Guizan, sendo mais tarde defensor das ideias conservadoras; um dos seus principais redatores, o finado bacharel José Joaquim Fernandes Maciel, que ocupava o lugar de administrador da Recebedoria, e mais tarde foi diretor da Instrução Pública, secretário

651 *Ofício* de Assembleia Legislativa: Relação dos senhores deputados que compõem a mesa na presente sessão legislativa. 23 de maio de 1860.

652 “Saiu à luz da publicidade aos 11 de agosto de 1860. Órgão político, noticioso e recreativo, de pequeno formato, redigido por M. Baptista Pires. Defendia as ideias do Partido Capixaba. Ao que se consta, foi fundado para defender a candidatura do comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim à deputação geral [...] Do segundo número em diante, datado de 30 de novembro, estampou no cabeçalho uma vespa alusiva ao título...” [Pereira, Imprensa, p. 33-4]

rio da Polícia e chefe de seção da Secretaria da Agricultura, muito escreveu, vindo a falecer em 1874, em Minas Gerais, onde fora tomar as águas minerais de Baependi.

Idem. Por decreto de 22 de setembro deste ano é nomeado chefe de Polícia da província o bacharel Antônio Barbosa Gomes Nogueira, que prestou juramento e entrou em exercício em 10 de novembro do mesmo ano, sendo exonerado em 1861.

Idem. Neste ano, a 26 de outubro, sai à luz da publicidade nesta capital o primeiro número de um periódico sob o título *O Picapau*,⁶⁵³ sendo o mesmo político e recreativo, mas muito virulento.

1861. Neste ano, no dia 3 de fevereiro, sai à luz da publicidade nesta capital o primeiro número de um pequenino periódico sob o título *União Capixaba*, sendo o mesmo político-progressista.

Idem. Pelo decreto nº 2.890 de 8 de fevereiro, é criada nesta província a Companhia de Aprendizes Marinheiros, sendo seu primeiro comandante o capitão-tenente Carlos Augusto Vitória, sendo por aviso do Ministério da Marinha marcado o número de 200 aprendizes para o estado completo da dita Companhia.⁶⁵⁴

Idem. Por carta imperial de 20 de fevereiro deste ano é nomeado presidente desta província o bacharel José Fernandes da Costa Pereira Júnior, que prestou juramento e tomou posse do cargo a 22 de março deste mesmo ano,⁶⁵⁵ sendo exonerado a 21 de maio de 1863. Nascido em Campos, quando aquela hoje cidade pertencia a esta província, não renegou sua procedência, e, já como deputado por esta província, já como ministro muito tem feito a bem dela, o quanto é possível, tendo sido incansável em prol de seu engrandecimento.

653 “Periódico político e recreativo cujo primeiro número saiu aos 26 de outubro de 1860. O cabeçalho era ilustrado com um pica-pau tendo no bico uma vespa, que representava O *Marimondo*.” [Pereira, Imprensa, p. 33-4]

654 “...criada por decreto n. 2.890 de 8 de fevereiro de 1862 – esta companhia deve ficar organizada e é regida pelo regulamento n. 1517 de 4 de janeiro de 1855. O seu número é de 200 aprendizes-marinheiros, mas infelizmente ainda conta 23 apenas...” [Relatório do presidente da província do Espírito Santo o bacharel André Augusto de Pádua Fleury na abertura..., 20 de outubro de 1863, Companhia de Aprendizes e Marinheiros, p. 26]

655 “Honrado por S. Majestade o imperador com a nomeação de presidente desta província, prestei juramento e assumi o exercício do cargo no dia 22 do mês de março.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior, p. 3]

Idem. Assume a administração da província a 11 de março deste ano o primeiro vice-presidente João da Costa Lima e Castro, por ter sido exonerado o presidente Antônio Alves de Souza Carvalho.

Idem. Por decreto de 15 de março deste ano, é nomeado chefe de Polícia o bacharel Vitorino do Rego Toscano Barreto, que prestou juramento e entrou em exercício a 23 de abril deste mesmo ano.

Idem. É nomeado por decreto de 2 de abril deste ano juiz de direito da comarca dos Reis Magos o bacharel Antônio Gomes Vilaça, que prestou juramento e entrou em exercício a 16 de julho do mesmo ano.

Idem. Neste ano publica-se nesta capital, a 28 de abril, o primeiro número de um periódico sob o título *O Clarim*, sendo político, literário e noticioso.

Idem. Tendo sido eleitos deputados por esta província os bacharéis Antônio Pereira Pinto e Luís Antônio da Silva Nunes, de conformidade com o decreto nº 1.082 de 18 de agosto do ano antecedente de 1860, que aumentou mais um deputado por esta província, acabando-se ainda nesta ocasião com a eleição de suplentes, tomam os eleitos assento neste ano na Assembleia Geral.

Idem. Neste ano, a 4 de julho, de conformidade com a lei provincial nº 4, foi criada a freguesia de São Sebastião de Itaúnas, na vila da Barra de São Mateus; sua Matriz, de pequenas proporções, foi construída às expensas do povo.⁶⁵⁶

Idem. Por decreto de 27 de julho deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Itapemirim o bacharel Ricardo Pinheiro de Vasconcelos, que prestou juramento a 13 de janeiro de 1862 e entrou em exercício.

656 “Serve-lhe de matriz uma pequena capela, com paredes de taipa. Principiou-se um templo maior e mais sólido que infelizmente ainda exige grande dispêndio para que seja acabado. A Câmara Municipal representou-me declarando que era precisa a quantia de 20 contos de réis para conclusão desta obra. Se por ventura os fiéis não concorrerem com o fervoroso donativo da sua piedade, só lentamente será a nova matriz edificada.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior. Culto Público, cidade de São Mateus, p. 34]

Idem. Publica-se neste ano na *Revista do Instituto Histórico* [Brasileiro] uma notícia cronológica dos fatos mais notáveis da província, pelos documentos fornecidos pelo tenente Manoel Augusto da Silveira a Brás da Costa Rubim,⁶⁵⁷ natural desta província, que também possuía outros que foram de seu pai, o governador Rubim.

Idem. Aparece neste ano à luz da publicidade no dia 5 de outubro o primeiro número de um pequeno periódico político e recreativo sob o título *O Desaprovador*, saindo em dias indeterminados.

Idem. Neste ano é publicado nesta capital um periódico político sob o título *O Tempo*,⁶⁵⁸ defendendo a política liberal, e cujo primeiro número saiu à luz no dia 1º de novembro. Era principal redator o inteligente advogado major José Marcelino Pereira de Vasconcelos. Durou algum tempo.

Idem. Dá o governo imperial a 23 de novembro deste ano instruções a favor dos imigrantes que se quisessem estabelecer nas colônias desta província.⁶⁵⁹

Idem. Organiza neste ano o engenheiro La Martinière uma nova carta corográfica da província.⁶⁶⁰

1862. É instalada a 25 de maio deste ano a 1ª sessão da 14ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial concernente aos anos de 1862 a 1863, sendo a mesma composta dos deputados: coronel Dionísio Álvaro Resendo, vigário Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, major Francisco

657 Rubim, B. C., Memórias, p. 171-351.

658 *O Tempo*, Vitória, 1861.

659 *Relatório* com que o Exm. Sr. Dr. Antônio Alves de Souza Carvalho ex-presidente da província do Espírito Santo, passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João da Costa Lima e Castro primeiro vice-presidente no dia 11 de março de 1861, Colonização, p. 11-4.

660 (a) La Martinière, *Carta corográfica da província do Espírito Santo*, 1861. (b) “Em princípios do ano passado o engenheiro Eugênio de La Martinière organizou por ordem do Exm. Sr. A. A. Souza Carvalho uma carta que mandei litografar.” [*Relatório* apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior. Limites e Carta Corográfica da Província, p. 67] (c) *Notícia* dos principais rios da província do Espírito Santo. Cópia de parte do relatório apresentado pelo engenheiro de La Martinière, relativa à navegação fluvial da província do Espírito Santo. Lata 23. Pasta 14 IHGB.

Gomes Bittencourt, bacharel José Camilo Ferreira Ribeiro, alferes Manoel de Moraes Coutinho e Castro, padre Francisco Antunes de Siqueira, Carlos Augusto Nogueira da Gama, Dr. José Joaquim Rodrigues, Fabiano Martins Ferreira Meireles, Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, José Cláudio de Freitas, Manoel da Silva Simões, Aires Loureiro de Albuquerque Tovar, José Sebastião da Rocha Tavares, vigário João Pinto Pestana, major Caetano Dias da Silva, capitão João Crisóstomo de Carvalho, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, vigário Miguel Antunes de Brito.⁶⁶¹ Foi composta a mesa no primeiro ano da legislatura: presidente bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, 1º secretário vigário João Pinto Pestana, 2º secretário padre Francisco Antunes de Siqueira.⁶⁶² No segundo ano foi reeleita a mesa à exceção do 2º secretário.

Idem. É publicado neste ano, na *Revista do Instituto Histórico*, um pequeno dicionário sob[re] a topografia da província pelo espírito-santense Brás da Costa Rubim.⁶⁶³

Idem. É nomeado por decreto de 6 de outubro deste ano, juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Daniel Acíoli de Azevedo, que prestou juramento a 3 e entrou em exercício a 5 de novembro do mesmo ano, sendo a 30 de setembro do ano seguinte nomeado chefe de Polícia de Sergipe.⁶⁶⁴

Idem. É medido e demarcado neste ano o segundo território da Colônia do Rio Novo pelo engenheiro Lassance Cunha,⁶⁶⁵ sendo em 1869 dividido em lotes pelo enge-

661 *Ofício* de Assembleia Legislativa ao secretário da província remetendo a relação dos nomeados senhores deputados [que se acham reunidos em sessão preparatória]. 22 de maio de 1862. A data que consta no documento difere da de Daemon.

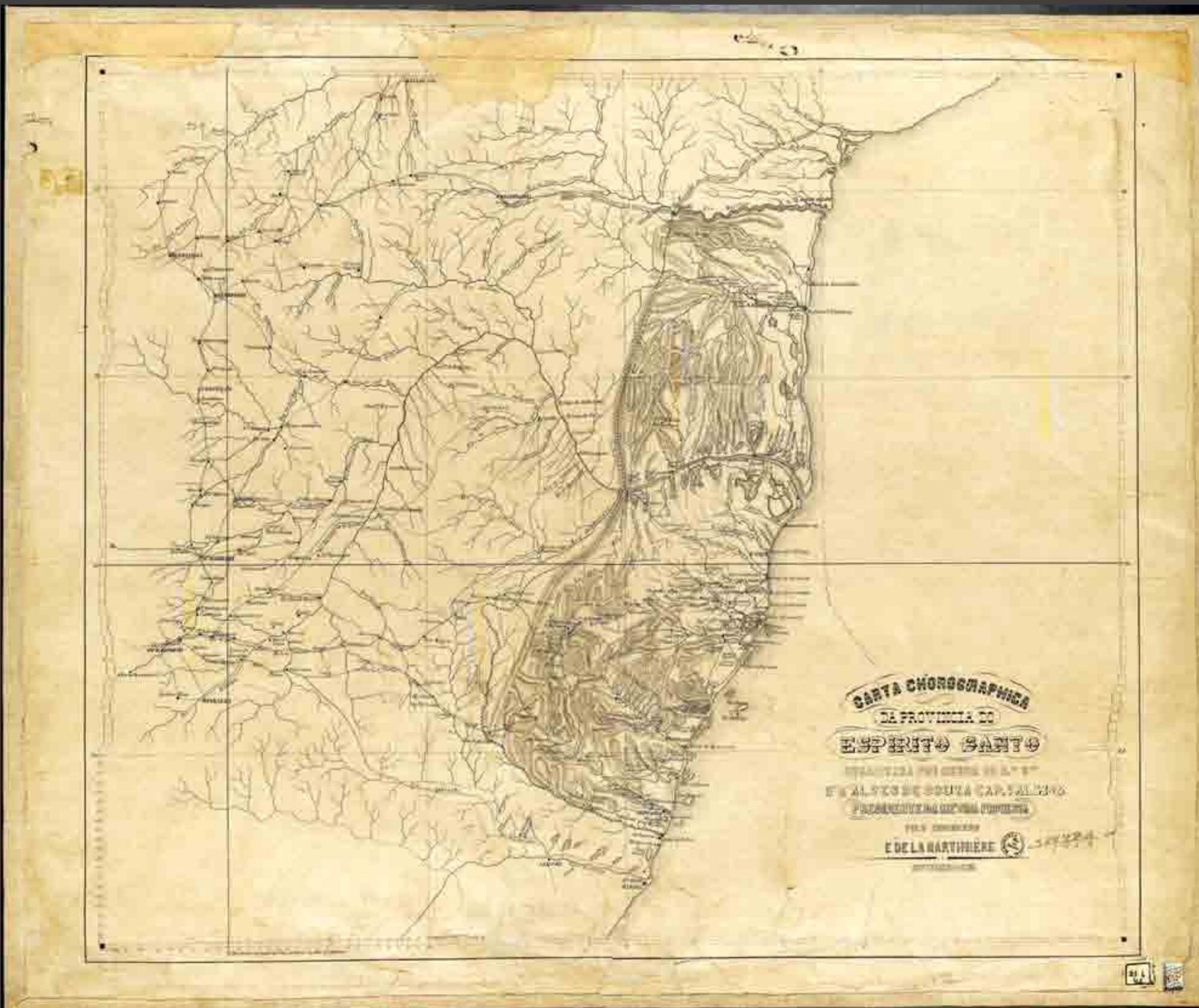
662 Siqueira, *Memórias do Passado*, p. XXX.

663 Rubim, B. C., Dicionário Topográfico, in *RIHGB*, 1862, 25:597-648.

664 “Tendo sido nomeado por decreto de 30 de setembro, chefe de Polícia da província de Sergipe, o juiz de direito Daniel Acíoli Azevedo, foi removido a 6 de outubro para a comarca de S. Mateus, o da do Paraná, em Minas Gerais, Dr. José Pinto de Vasconcelos que ainda não tomou posse.” [*Relatório* apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão extraordinária no dia 2 de fevereiro deste ano, pelo 1º vice-presidente Dr. Eduardo Pindaíba de Matos, precedido daquele com que o Exm. presidente da província Dr. André Augusto de Pádua Fleury, passou a administração ao mesmo Exm. vice-presidente, 1863, p. 4]

665 “Em 1857 começaram os trabalhos de demarcação dos lotes pelo engenheiro Ernesto Antônio Lassance Cunha.” Rio Novo. [Nery, *Lembranças*, p. 123]

La Martinière, E. *Carta corográfica da província do Espírito Santo*. Fevereiro de 1861. Acervo Fundação Biblioteca Nacional.



nheiro José Cupertino Coelho Cintra, ficando o mesmo a 54 quilômetros de distância do primeiro território, que é a sede da colônia. Em 1874 principiou o diretor da dita colônia, engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Paca, auxiliado por dois agrimensores, a demarcar prazos para os colonos que se esperavam da Europa, fazendo derrubadas, construindo um grande barracão e casas provisórias para recebê-los, os quais, a 16 de julho de 1875, chegaram a Benevente em número de 565 imigrantes tirolezes, que foram acompanhados pelo vice-diretor da Colonização, engenheiro bacharel José Cupertino Coelho Cintra.

Idem. Neste ano, pelo recenseamento feito na Colônia de Santa Leopoldina, existiam 1.016 colonos ali estabelecidos, sendo 542 do sexo masculino, 476 do sexo feminino, sendo maiores 489 e menores 527, havendo 599 solteiros, 37 viúvos e os mais, casados.⁶⁶⁶

1863. Por decreto nº 3.043, de 10 de janeiro deste ano, são provisoriamente fixados os limites da província do Espírito Santo com a de Minas Gerais, devido ao deputado bacharel Antônio Pereira Pinto, que muito pugnou na Assembleia Geral pelos direitos desta província, tendo ficado até hoje em estado duvidoso, embora o governo procurasse explicar pelo aviso nº 824 de 18 de julho do mesmo ano os ditos limites.

Idem. Por decreto de 6 de fevereiro deste ano é removido o juiz de direito da comarca da Mata Grande, nas Alagoas, para igual cargo na comarca da Vitória, o bacharel João Paulo Monteiro de Andrade, que assumiu o exercício a 16 de junho do mesmo ano; daqui foi removido para a comarca de Maranguape, na província do Rio Grande do Norte, a 12 de janeiro de 1864.

Idem. É nomeado por carta imperial de 21 de maio deste ano o bacharel André Augusto de Pádua Fleury,⁶⁶⁷ para presidente desta província; prestou juramento e tomou posse a 15

⁶⁶⁶ "Em 1862 a colônia já possuía 1.016 habitantes, sendo 542 homens e 474 mulheres, 489 maiores e 527 menores, 599 solteiras, 37 viúvas; 320 católicos e 695 protestantes..." [Stange, *100 anos*, p. 45]

⁶⁶⁷ "Nomeado por carta imperial de 21 de maio assumi a administração desta província a 15 de junho..." [Relatório do presidente da província do Espírito Santo o bacharel André Augusto de Pádua Fleury na abertura..., 20 de outubro de 1863, p. 3]

de junho, sendo exonerado a 12 de outubro de 1864. Foi este presidente o que foi incumbido de fazer as eleições de eleitores de agosto deste ano, e que tão faladas foram pelas arbitrariedades cometidas. No entanto, afora a política, não foi dos piores administradores.

Idem. Por decreto de 22 de maio deste ano é removido para chefe de Polícia desta província o bacharel Eduardo Pindaíba de Matos,⁶⁶⁸ que prestou juramento e entrou em exercício a 10 de setembro deste ano, sendo removido em igual cargo para a de Pernambuco em 30 de junho de 1865.

Idem. Assume a administração da província o 1º vice-presidente coronel Dionísio Álvaro Resendo, a 28 de maio deste ano, por lha haver passado o presidente bacharel José Fernandes da Costa Pereira Júnior.⁶⁶⁹

Idem. Publica-se neste ano, nesta capital, no 1º de junho, o primeiro número de um periódico sob o título *A Borboleta*, sendo político, noticioso e pilhérico.

Idem. Por decreto de 16 de junho deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Itapemirim o bacharel Ludgero Gonçalves da Silva, que prestou juramento e entrou em exercício a 11 de setembro deste mesmo ano.

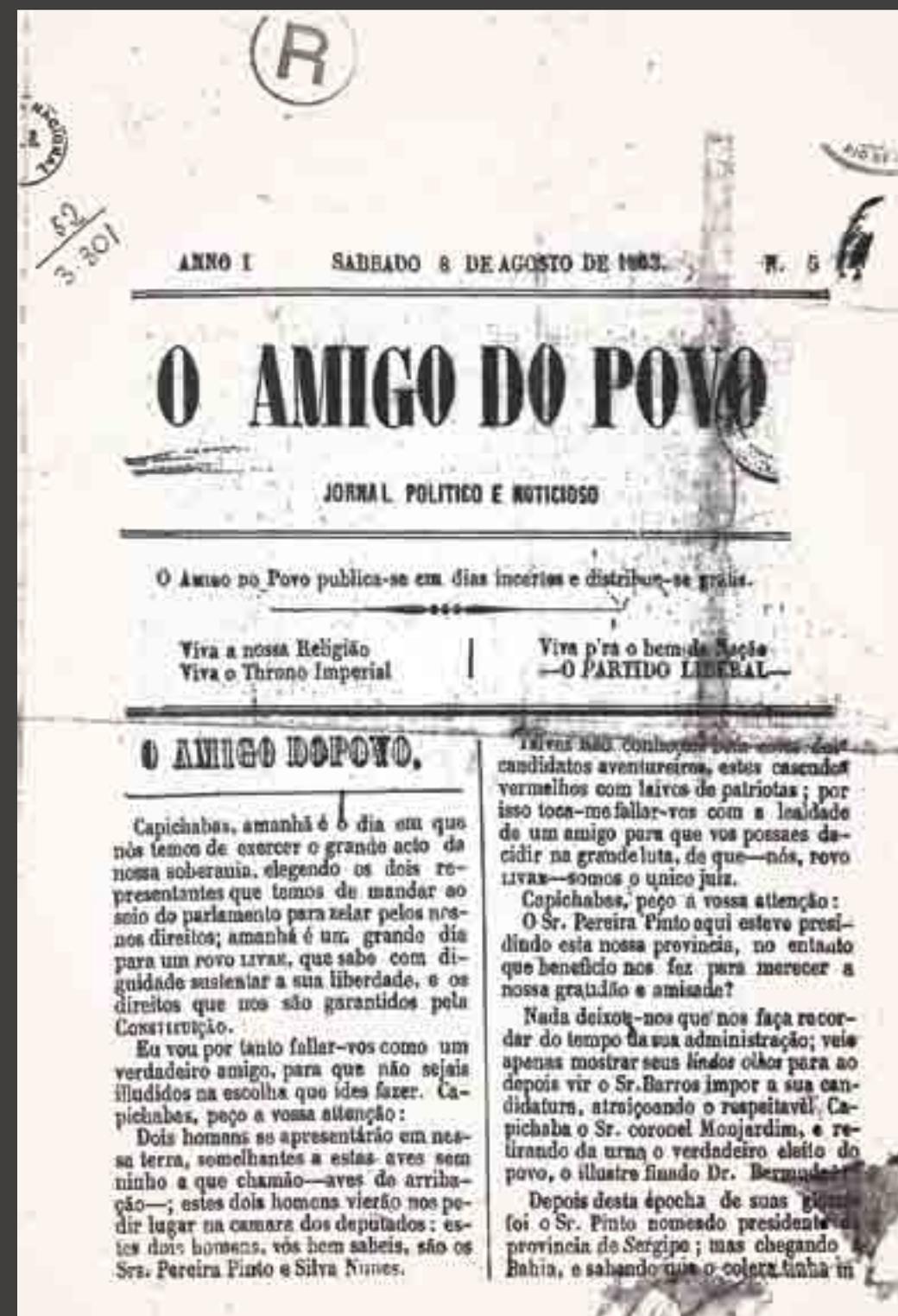
Idem. Publica-se neste ano, nesta capital, a 12 de julho, o primeiro número de um periódico sob o título *O Amigo do Povo*,⁶⁷⁰ sendo político e noticioso.

Idem. O governo imperial nomeia neste ano a Adelberto Jahn para intérprete dos colonos alemães desta província, para requerer em nome deles o que fosse de direito e facilitar assim suas reclamações.

668 “A 22 de maio foi removido da Chefatura de Polícia de Minas Gerais para a desta o juiz de direito Dr. Eduardo Pindaíba de Matos, que a 10 do corrente prestou juramento e entrou em exercício.” [Relatório do presidente da província do Espírito Santo o bacharel André Augusto Fleury na abertura..., 20 de outubro de 1863. Administração da Justiça, p. 9]

669 “Se nesta ocasião cumpre-me agradecer ao augusto monarca o favor que me honrou, já encarregando-me da administração desta esperançosa província, já concedendo-me exoneração que lhe pedi...” [Relatório que devia ser apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1863, pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior, Palácio da Presidência da província do Espírito Santo em 28 de maio de 1863, p. 1]

670 *O Amigo do Povo*, Vitória, 1863.



Idem. Neste ano, no dia 17 de julho, é publicado nesta capital o primeiro número de um periódico sob o título *O Liberal*,⁶⁷¹ sendo político e noticioso.

Idem. É levantada neste ano uma carta da barra e baía da Vitória pelo oficial da Marinha francesa E. Mouchez e sob as vistas do oficial da Marinha brasileira J. Fonseca.⁶⁷² Esta carta tem muitos defeitos e entre eles se denota o estar marcado o poderem passar navios de alto bordo entre a pedra do *Calhau* e da *Baleia*, mostrando ter esse canal fundo suficiente, quando é falso, e mesmo por ser a arrebentação das vagas nos recifes extraordinária, dando causa esse erro a que neste ano de 1879 naufragasse ali o vapor *Santa Maria*. O mesmo oficial de Marinha E. Mouchez levantou ainda neste ano uma outra carta da barra de Guarapari sobre as bases de outro trabalho feito por um engenheiro brasileiro, assim como igualmente levantou uma outra dos ancoradouros de Benevente, Itapemirim e da ilha do Francês.

Idem. Procede-se nesta província, a 9 de agosto deste ano, à eleição de eleitores,⁶⁷³ para o fim de serem eleitos os novos deputados gerais. Foi esta uma das eleições mais renhidas que tem tido a província, igual à do presente ano de 1879, mas com a circunstância de naquela época ter havido ferimentos, mortes, incêndios, tiros disparados de encontro às casas, recrutamento em grande escala, prisões de cidadãos que à capital chegavam algemados e amarrados.⁶⁷⁴ Na Matriz desta capital, estando à testa da eleição o futuro deputado desembargador Souto, a tropa comandada pelo tenente Antônio Rodrigues Pereira, a um aceno seu, invadiu a igreja e de rifles desem-

671 *O Liberal*, Vitória, 11 de junho de 1885.

672 Mouchez fez o levantamento para essa carta no ano de 1861, sendo sua publicação datada de 1863. [Mouchez, *Plan de la baie de Espírito Santo et du port de Victoria*]

673 No dia anterior o jornal *O Amigo do Povo* publicara: “Capixabas, amanhã é o dia em que nós temos de exercer o grande ato da nossa soberania, elegendo os dois representantes que temos de mandar ao seio do parlamento para zelar pelos nossos direitos; amanhã é um grande dia para um povo livre...” [Sábado, 8 de agosto de 1863, ano I, n. 5, p. 1-2]

674 A 9 do mês passado, procedendo-se à eleição de eleitores da Igreja Matriz desta cidade, levantou-se grande tumulto e alarido, por ocasião do reconhecimento da identidade de um votante. Na confusão, que seguiu, a urna foi arrebata e levada para o pátio exterior; e ficaram molestadas algumas pessoas [...] Mandei proceder a indagações policiais e recaindo suspeitas de que fosse autor do arrebatamento da urna um indivíduo de nome José Joaquim Correia, conhecido por José Muquiçaba, organizou-se processo regular que ainda pende de juízo municipal.” [Relatório do presidente da província do Espírito Santo, o bacharel André Augusto de Pádua Fleury, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 20 de outubro de 1863, Fatos Notáveis, p. 8]



bainhados foram postos para fora da igreja os partidários contrários, tendo sido alguns cidadãos feridos.

Idem. Neste ano, é publicado nesta capital um periódico político sob o título *O Monarquista*,⁶⁷⁵ saindo à luz a 13 de setembro o seu primeiro número, sendo o seu editor Manoel Antônio de Albuquerque Rosa.

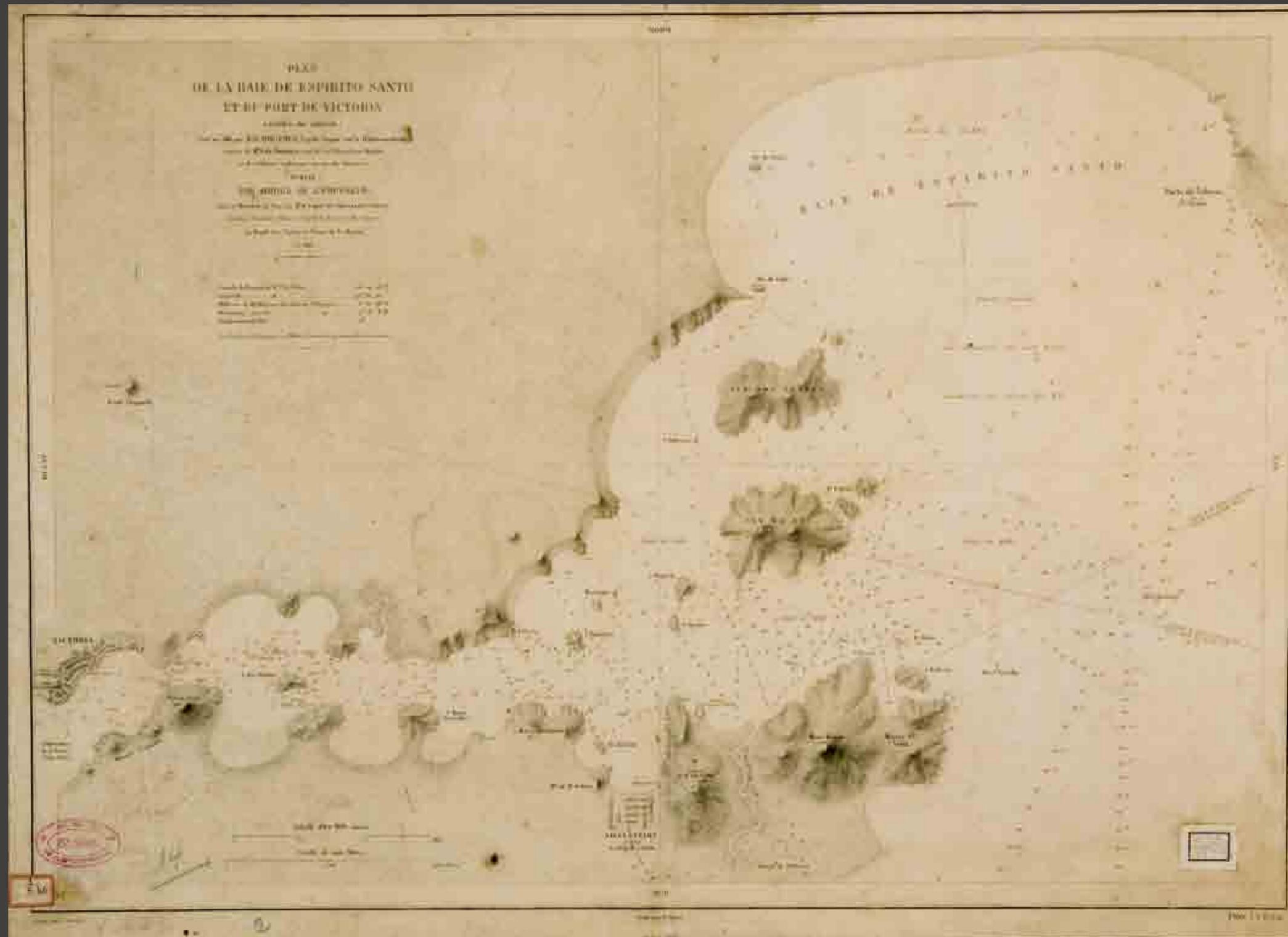
Idem. É nomeado por decreto de 6 de outubro deste ano juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Manoel José Pinto de Vasconcelos, que não prestou juramento nem consta ter estado em exercício, sendo removido para uma comarca em Minas Gerais.⁶⁷⁶

Idem. No domingo 20 de dezembro deste ano é trasladada da cadeia desta capital, onde se achava há trinta e seis anos, desde 1827, a imagem de São Jorge que servira nas procissões de *Corpus Christi*, e que ali ficara desde o célebre recrutamento feito naquela época por ordem do ministro da Guerra, conde de Lajes, e quando aqui chegara o *Ururau*, que seguiu para a Corte com os recrutados a 4 de julho, sendo então presidente da província o bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos. Ao visitar a cadeia o então chefe de Polícia, bacharel Eduardo Pindaíba de Matos, ali dera com a imagem, o que sabendo o deputado Horta de Araújo se entendeu com o presidente a fim de ser dali transferida o que com efeito se realizou no dia acima mencionado, indo a cavalo a imagem e com grande acompanhamento, havendo *Te Deum* e sermão pregado por frei João Nepomuceno Valadares.

Idem. Assume a administração da província a 23 de dezembro deste ano o 1º vice-presidente bacharel Eduardo Pindaíba de Matos, então chefe de Polícia da província, por lhe haver passado o presidente André Augusto de Pádua Fleury, que se retirou com licença para a Corte, obtendo em seguida a demissão.

675 "Jornal político e noticioso que apareceu aos 13 de setembro de 1863, sendo editorado por Manoel Antônio de Albuquerque Rosa, também seu proprietário. Órgão do Partido Conservador." [Pereira, Imprensa, p. 34]

676 "... foi removido a 6 de outubro para a comarca de S. Mateus, o da do Paraná, em Minas Gerais, Dr. José Pinto de Vasconcelos, que ainda não tomou posse." [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão extraordinária no dia [illegível] de fevereiro deste ano [1863], pelo 1º vice-presidente Dr. Eduardo Pindaíba de Matos, precedido daquele com que o Exm. presidente da província Dr. André Augusto de Pádua Fleury, passou a administração ao mesmo Exm. vice-presidente, p. 4]



1864. São reconhecidos deputados por esta província na 12ª legislatura à Assembleia Geral o bacharel José Feliciano Horta de Araújo e desembargador José Ferreira Souto. A eleição de eleitores foi a mais renhida que consta ter havido nesta província, e onde se deu pela primeira vez o exemplo de haver força armada em todas as igrejas, corrido sangue até dentro da Matriz desta capital de cidadãos da parcialidade conservadora, e onde se achava pleiteando a eleição o desembargador Souto, que com um lenço branco fazia os respectivos sinais aos seus correligionários e à força ali postada. Logo depois de tomarem assento os dois deputados, faleceu a 22 de fevereiro deste mesmo ano o desembargador Souto e procedendo-se a nova eleição foi preenchida a vaga do finado deputado pelo advogado e inteligente espírito-santense major José Marcelino Pereira de Vasconcelos, que tomou assento a 28 de maio do mesmo ano.

Idem. É removido da comarca de Corumbá para a comarca da Vitória, por decreto de 12 de janeiro deste ano, o juiz de direito bacharel Antônio Augusto Pereira da Cunha, que não prestou juramento nem entrou em exercício por ter sido removido para a comarca de Itapetininga a 23 de abril do mesmo ano.

Idem. Falece neste ano, a 26 de março, o importante fazendeiro tenente-coronel Torquato Martins de Araújo Malta, um dos homens de mais popularidade desta província, gozando por seus atos de geral simpatia, sendo considerado um dos chefes políticos desta província. Seu passamento foi bastantemente sentido, tendo acompanhado seu enterro inúmeros amigos e conhecidos, além da Ordem Terceira do Carmo e irmandades, e militarmente prestadas as honras fúnebres ao dar-se seu corpo à sepultura.

Idem. Publica-se neste ano, a 2 de abril, o primeiro número de um periódico em formato regular, sob o título *Jornal da Vitória*,⁶⁷⁷ de propriedade de uma associação composta de membros do Partido Liberal, sendo seu principal redator o engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire, coadjuvado pelo bacharel José Correia de Jesus, engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha e outros, e ainda pelo associado e diretor do dito jornal Delecarliense Drumond de Alencar Araripe.

⁶⁷⁷ *Jornal da Vitória*, Vitória, 1864.

Idem. Por decreto de 30 de abril deste ano é nomeado juiz de direito da comarca da Vitória o bacharel Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, que assumiu o exercício em 10 de junho deste mesmo ano, deixando-o no ano seguinte.

Idem. Por decreto de 7 de maio deste ano, é removido da comarca do Saboeiro, no Ceará, para a comarca de Itapemirim o juiz de direito bacharel Carlos Augusto Ferraz de Abreu, que prestou juramento no dia 1º de junho e entrou em exercício a 27 do mesmo mês e ano.

Idem. Instala-se em 23 de maio deste ano a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1864 a 1865, sendo reconhecidos deputados: comendador Rafael Pereira de Carvalho, tenente Francisco Urbano de Vasconcelos, engenheiro Pedro Cláudio Soído, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, Miguel Teixeira da Silva Sarmento, engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire, José Pinheiro de Souza Werneck, bacharel José de Melo e Carvalho, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, padre João Ferreira Lopes Wanzeller, capitão José Marcelino Pereira de Vasconcelos, padre João Pinto Pestana, major Torquato Caetano Simões, tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, Firmino de Almeida e Silva, Manoel Soares Leite Vidigal, Joaquim Francisco Pereira Ramos, Manoel Pinto de Alvarenga Rosa, tenente-coronel Henrique Augusto de Azevedo, tenente-coronel Manoel do Couto Teixeira.⁶⁷⁸ Foi composta a mesa no primeiro ano da legislatura: presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 1º secretário padre João Pinto Pestana, 2º secretário major Torquato Caetano Simões. No segundo ano foi composta a mesa: presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 1º secretário engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire, 2º secretário major Torquato Caetano Simões.

Idem. É nomeado por decreto de 8 de junho deste ano juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Francisco Gonçalves Martins, que prestou juramento a 30 de julho e entrou em exercício no 1º de agosto, sendo removido a 8 de julho de 1865 para a comarca de Maruim, no Sergipe.

⁶⁷⁸ Lista de deputados eleitos para a 15ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1864. [Pena, *História da província*, p. 100]

Idem. É nomeado por carta imperial de 12 de outubro deste ano para o cargo de presidente desta província o bacharel José Joaquim do Carmo,⁶⁷⁹ que prestou juramento e entrou em exercício a 8 de janeiro de 1865, sendo exonerado a 23 de junho deste ano.

Idem. Tendo pela lei provincial deste ano, sob n° 2, de 17 de novembro, sido criadas diversas escolas do sexo feminino em algumas vilas desta província,⁶⁸⁰ teve por consequência imediata o ser criado pela lei provincial n° 13, do 1° de dezembro do mesmo ano, o lugar de diretor geral da Instrução Pública, ficando em vigor o regulamento de 20 de fevereiro de 1848, mas prejudicados os Arts. 2°, 4°, 9°, 12°, 16°, 17° e 25°.

Idem. É elevada à categoria de vila a freguesia de São Pedro do Cachoeiro pela lei provincial n° 11, de 23 de novembro deste ano.⁶⁸¹ A vila foi instalada mais tarde pelo íntegro juiz municipal da vila de Itapemirim, Dr. Cesário José Xavantes.

Idem. É contratada neste ano com os negociantes Adrião Nunes Pereira e Francisco Rodrigues Pereira a iluminação da cidade por novo sistema de lampiões a querosene, em virtude da lei n° 30, de 14 de dezembro do mesmo ano,⁶⁸² sendo pouco depois, no ano seguinte, inaugurada a dita iluminação.⁶⁸³

679 “Honrado com a nomeação de presidente desta província, por carta imperial de 12 de outubro do ano passado, e tendo assumido a administração a 8 de janeiro do corrente ano...” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1865 pelo presidente, Dr. José Joaquim do Carmo (26 de maio de 1865), p. 3]

680 *Jornal da Vitória*, 23 de novembro de 1864, p. 3.

681 *Jornal da Vitória*, 26 de novembro de 1864, p. 2.

682 *Ofício da Câmara de Vitória ao presidente da província: Sobre contratação neste ano com os negociantes Adrião Nunes Pereira e Francisco Rodrigues Pereira da iluminação da cidade por novo sistema de lampiões a querosene. 6 de dezembro de 1864.*

683 Apesar do que Daemon afirma tudo indica que até 1867 o serviço de iluminação ainda não havia sido executado: “A lei n° 493 de 14 de dezembro de 1864, ainda não foi posta em execução, por enquanto a quantia de dois contos de réis, consignada para o melhoramento da iluminação pública, substituindo-se os lampiões existentes pelo de sistema de querosene, é insuficiente, parecendo, portanto, muito conveniente que presteis atenção a esse melhoramento que concorre para a segurança pública.” [Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. Dr. Carlos de Cerqueira Pinto..., 1867, Iluminação pública, p. 19]

1865 [no original, *Idem*].⁶⁸⁴ – Seguem no dia 14 de fevereiro deste ano com destino à Corte e daí para a guerra contra as repúblicas do Prata, os oficiais e soldados de linha da guarnição desta província,⁶⁸⁵ sendo os oficiais e inferiores os seguintes: major J. Batista de Souza Braga; capitães: Tito Lívio da Silva e João da Silva Nazaré; tenentes: Antônio Rodrigues Pereira e Manoel Francisco Imperial; alferes: José Marcelino de A. Vasconcelos, Francisco F. Pinheiro Passos, Francisco A. Leitão da Silva, Joaquim de Castanheda Pimentel, Miguel Calmon du-Pin Lisboa; 1°s cadetes, vago-mestre Francisco Rodrigues Pereira das Neves e Luís Vieira Machado; 2° cadete Alexandre Félix de Alvarenga Sales; 1° sargento João Custódio da Silva; 2° dito Cândido Gaia Peçanha; furriel Jacinto F. de Carvalho. Também seguiram os médicos do Corpo de Saúde: Dr. Florêncio Francisco Gonçalves e Dr. Fortunato Augusto da Silva e o 1° tenente do Regimento de Cavalaria Inácio João Monjardim de Andrade e Almeida, que servia de ajudante de ordens. Se aqui relatamos e especificamos estes nomes é porque muitos deles foram bravos naquela campanha, bem como o valente e destemido espírito-santense Francisco de Araújo, cabo de esquadra do mesmo corpo, que pelos seus atos de bravura chegara ao posto de tenente em comissão, e condecorado com diversas medalhas. O cabo Araújo era conhecido por *Chico Princesa*, e morreu na mesma campanha em seu posto de honra, legando à sua pobre mãe, que ainda existe, uma pensão dada por S. M. o imperador; tão bravo foi ele, que a Câmara Municipal desta capital, em memória a seus serviços, deu o nome de *Francisco Araújo* a uma das ruas desta capital; quanto a alguns mais bem conhecidos são por seus feitos de armas.

Idem. Falece nesta capital, a 15 de março deste ano, o guardião do Convento dos Franciscanos nesta província, frei João Nepomuceno Valadares, pregador imperial, orador sagrado de nomeada, e que era estimadíssimo em sua terra natal, o Espírito Santo. Fez no Convento da Penha grandes festividades, que foram não só concorridas por devotos da província como de outras. Frei João Valadares descendia de um dos ra-

684 Não há dúvida de que aqui começam os registros referentes a 1865. Cf. Oliveira, *HEES*, p. 381 que dá a data completa (14 de fevereiro de 1865) e remete à edição de 15 de fevereiro do *Correio da Vitória*, que noticiou a partida do contingente.

685 “Esta província também enviou o seu tributo de forças para a grande questão nacional [...] apenas pude reunir o número de 114, dos quais já seguiram 87 para a corte, sob o comando do capitão Jaime Lisboa...” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves no dia da abertura..., 1866, Contingente de Forças da Província, p. 4 e 5]

mos da família do condestável Torquato Martins de Araújo Malta. Foi seu enterro um dos mais concorridos nesta capital, sendo sepultado seu cadáver no Convento de São Francisco, onde foi colocada uma lápide de mármore com inscrição comemorativa, sendo todos os anos ornada sua sepultura por ocasião de festividades neste convento.

Idem. Por carta imperial de 23 de junho deste ano, é nomeado presidente desta província o bacharel Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, que prestou juramento e tomou posse a 28 de agosto, sendo exonerado a 29 de setembro de 1867.

Idem. Por decreto de 30 de junho deste ano é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Quintino José de Miranda, que prestou juramento e entrou em exercício no 1º de dezembro do mesmo ano, sendo exonerado a 17 de fevereiro de 1866.

Idem. É nomeado por decreto de 30 de junho deste ano juiz de direito da comarca dos Reis Magos o bacharel Bento Luís de Oliveira Lisboa,⁶⁸⁶ que prestou juramento a 9 de setembro, mas não consta ter entrado em exercício.

Idem. É nomeado por decreto de 8 de julho deste ano juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Pedro Francelino Guimarães, que não consta ter prestado juramento, nem entrado em exercício.

1866. Por decreto de 17 de fevereiro deste ano é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Carlos de Cerqueira Pinto, que prestou juramento e entrou em exercício a 15 de setembro do mesmo ano, sendo removido no mesmo cargo para a província de Santa Catarina, a 30 de novembro de 1867.

Idem. É nomeado por decreto do 1º de março deste ano juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Raimundo Furtado de Albuquerque Cavalcante,⁶⁸⁷ que prestou

686 “Para a comarca dos Reis Magos foi nomeado por decreto de 30 de junho do ano findo o bacharel Bento Luís de Oliveira Lisboa...” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, no dia da abertura da Sessão Ordinária de 1866, pelo presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves no dia da abertura..., Administração da Justiça, p. 7]

687 “...juiz de direito de São Mateus bacharel Raimundo Furtado de Albuquerque, convidado em data de 10 de março último...” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no dia da abertura da sessão ordinária de 1866 pelo

juramento no dia 10 de março do mesmo ano, entrando em exercício a 18 de abril; em 8 de junho de 1867 foi nomeado chefe de Polícia da província de Minas Gerais.

Idem. Falece a 11 de março deste ano o antigo negociante desta cidade comendador Domingos Rodrigues Souto, nascido em Portugal, mas que, tendo abraçado a Independência do Brasil, tornou-se brasileiro adotivo. Prestou muitos serviços à causa pública, ocupou diversos cargos e foi deputado provincial. Deixou fortuna regular não só em moeda como em prédios, terrenos e escravos.⁶⁸⁸

Idem. É nomeado por decreto de 18 de maio deste ano juiz de direito da comarca da Vitória o bacharel Dídimo Agapito da Veiga, que assumiu o exercício a 27 de agosto do mesmo ano, tendo sido declarado avulso a 12 de abril de 1869, por não assumir o exercício, finda uma licença que obteve.

Idem. É instalada a 25 de maio deste ano a 1ª sessão da 16ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial,⁶⁸⁹ concernente aos anos de 1866 a 1867, e reconhecidos deputados: comendador Rafael Pereira de Carvalho, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, tenente-coronel Manoel do Couto Teixeira, engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire, major Torquato Caetano Simões, tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, engenheiro Leopoldo Augusto Deoleciano de Melo e Cunha, tenente-coronel Henrique Augusto de Azevedo, engenheiro Pedro Cláudio Soído, Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles, bacharel Joaquim Pires de Amorim, major Caetano Dias da Silva, Dr. Antônio Rodrigues de Souza Brandão, bacharel José Correia de Jesus, padre Domingos da Silva Braga, padre João Pinto Pestana, José Sebastião da Rocha Tavares, padre Manoel Pires Martins, tenente José Antônio Aguirre, Manoel Soares Leite Vidigal.⁶⁹⁰ Foi composta a mesa do primeiro ano da legislatura: presidente coronel José Francisco de Andrade e Almei-

presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, Repartições Públicas – Secretaria da Polícia, p. 30]

688 *Jornal da Vitória*, 14 de março de 1866, p. 3.

689 *Idem*, 6 de junho de 1866, p. 2.

690 *Lista de deputados eleitos para a 16ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial*. 25 de maio de 1866. [Pena, *História da província*, p. 100]

da Monjardim, 1º secretário engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire, 2º secretário major Torquato Caetano Simões. No segundo ano foi composta a mesa: presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 1º secretário engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire, 2º secretário major Torquato Caetano Simões.⁶⁹¹

Idem. Neste ano apareceu à luz da publicidade, na vila de São Pedro do Cachoeiro e no dia 1º de julho, o primeiro número de um periódico sob o título *O Itabira*,⁶⁹² defendendo as ideias da política conservadora, sendo o mesmo literário, agrícola, comercial e noticioso, redigido por Basílio Carvalho Daemon e editor João Paulo Ferreira Rios. Este periódico tornou-se afinal virulento pelas polêmicas que teve que sustentar; tornando-se, seis meses depois, de única propriedade e redação do mesmo Basílio Daemon, mas aparecendo mais tarde sob outro título.

Idem. Neste ano Manoel Amâncio da Silva, no dia 18 de julho, assassina barbaramente a Cândido, [e] abrindo-lhe o peito e extraindo o coração, trincou-o nos dentes, atirando depois para o mato o corpo do infeliz Cândido.

Idem. Neste ano, a 23 de julho, é publicado nesta capital o primeiro número de um pequeno periódico sob o título *Diário Vitoriense*, que pouca vida teve, suspendendo a publicação depois de poucos números.

Idem. A 23 de julho deste ano falece nesta capital, vítima de uma hidropisia, o arcepreste e vigário da vara padre-mestre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel, formado em Direito, teólogo profundo, orador sacro dos primeiros que tem tido o Brasil, admirado por Monte Alverne e D. Manoel do Monte Rodrigues, de quem era amigo, tendo por vezes pregado na Capela Imperial perante um auditório escolhido. De talento e inteligência máscula, era respeitado por sua vasta erudição e saber. Como legista e teólogo

691 *Ofício de Assembleia Legislativa: Relação dos membros da Assembleia Legislativa Provincial que compõem a mesa da mesma Assembleia.* 24 de maio de 1866.

692 “Primeiro periódico publicado fora da capital. Tinha por programa ‘pugnar especialmente pelas ideias do liberalismo e do progresso em toda a sua plenitude’, prometia fugir dos artigos anônimos, críticas às vidas privadas, política, vinganças parciais e tudo o que era incompatível com a boa educação e nobreza de caráter. Tornou-se violento, sendo obrigado a suspender a publicação, e substituído mais tarde pelo *Estandarte* (1868).” [Pereira. Imprensa, p. 35]



go era consultado. Ocupou diversos cargos de nomeação do governo, tendo sido eleito deputado geral e provincial, diretor do Liceu e lente de Latim.⁶⁹³ Contava 68 anos de idade quando desceu ao túmulo, ralado de desgostos por traições políticas, tendo vivido os últimos anos de sua vida segregado da sociedade. Sua morte foi muito sentida.

Idem. Neste ano o hábil e ilustrado engenheiro Carlos Kraus organiza dois mapas geográficos da província do Espírito Santo, demarcando neles os locais das colônias, estradas e rios até então conhecidos.⁶⁹⁴

Idem. Por decreto de 10 de outubro deste [ano] é nomeado juiz de direito da comarca de Itapemirim o conselheiro bacharel Francisco Xavier Pinto Lima, que prestou juramento a 17 de maio e entrou em exercício a 29 de julho, sendo removido para a comarca do Bananal, em São Paulo, por decreto de 23 de março de 1870.

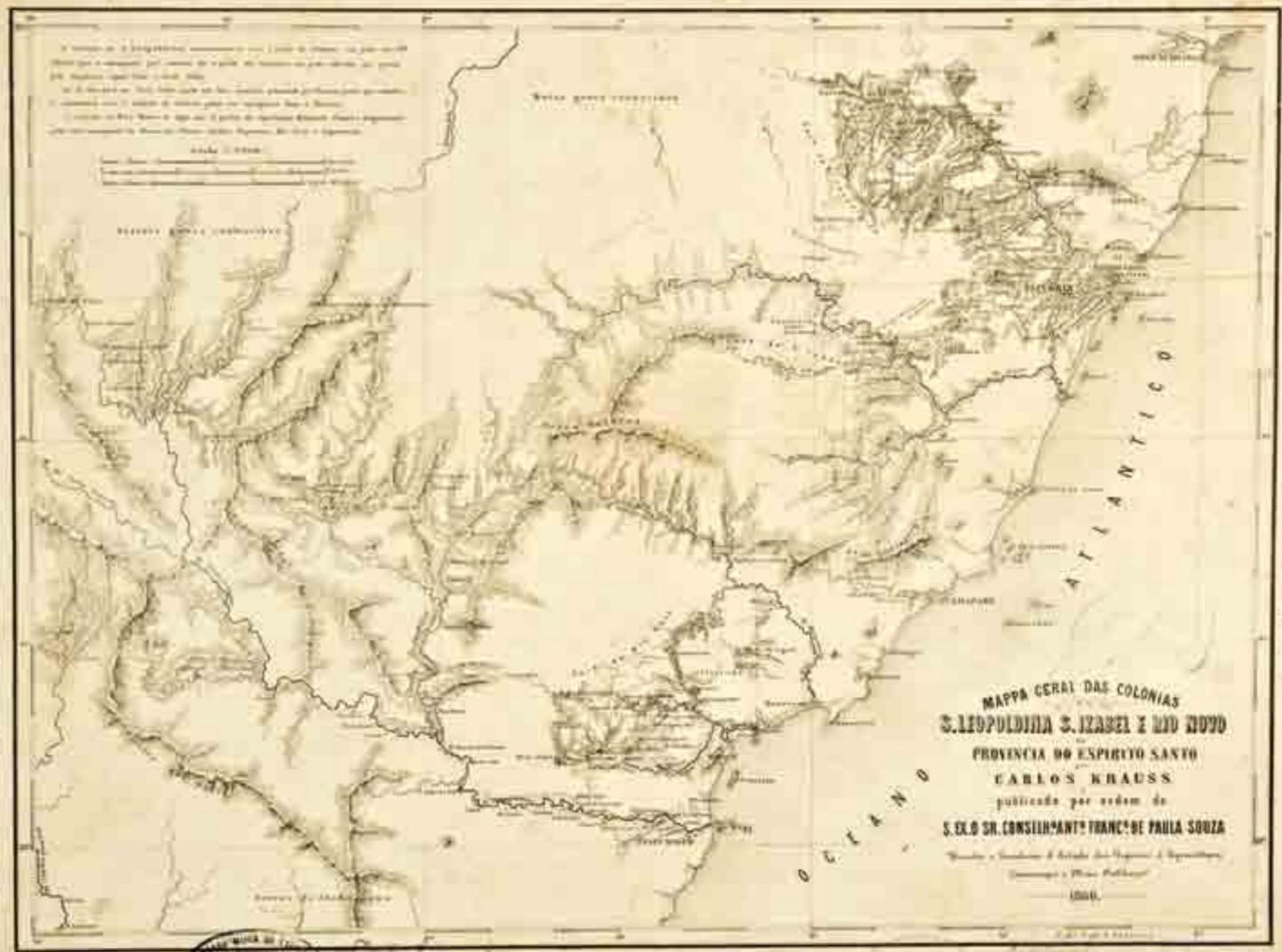
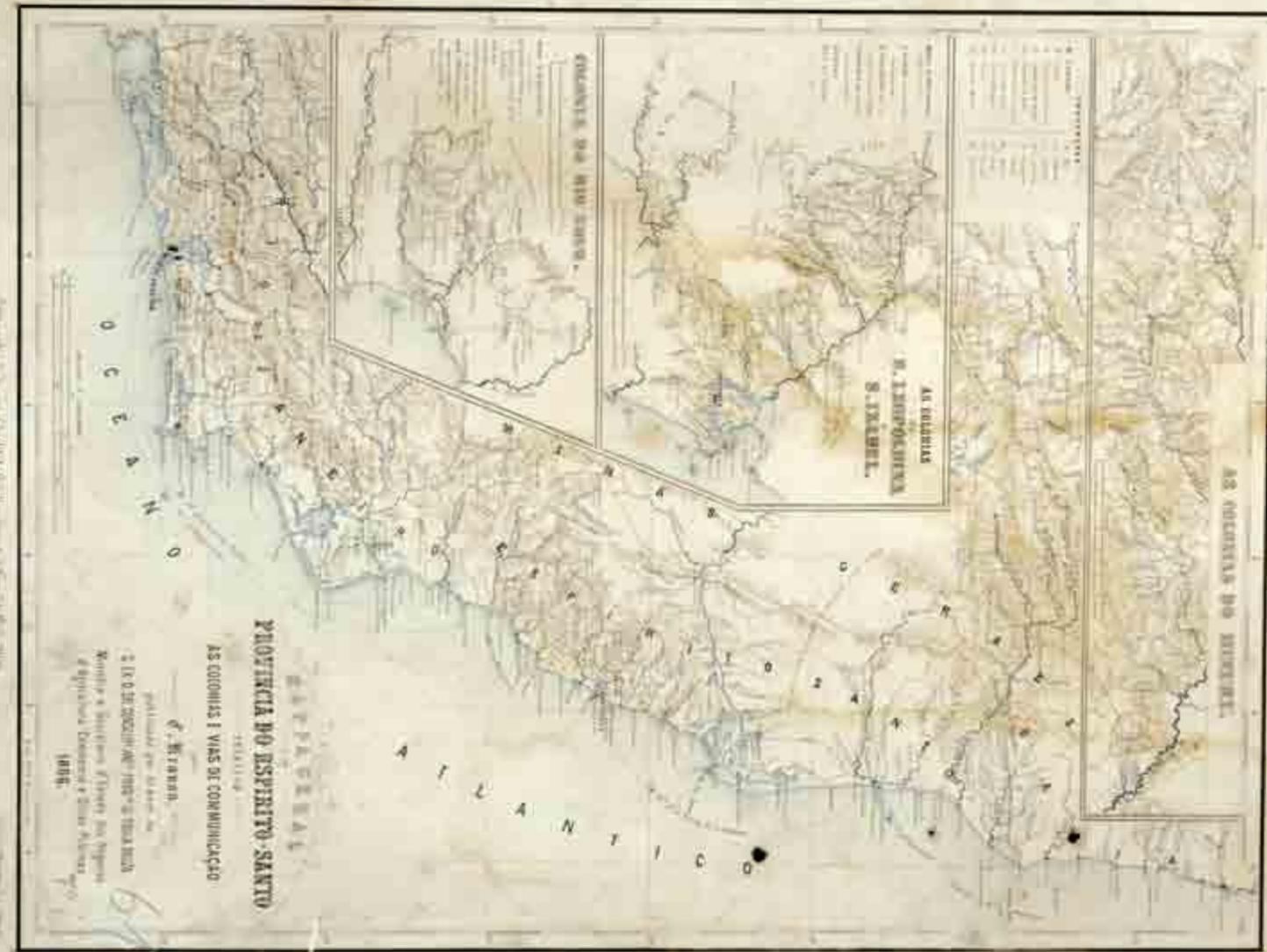
Idem. No mês de outubro deste ano revoltam-se os escravos da Fazenda da *Safra*, de propriedade da viúva D. Josefa Souto, causando horrível pânico às vilas de Itapemirim e Cachoeiro, tendo a 31 do dito mês sido ferido gravemente o feitor da mesma fazenda, que, achando-se à noite deitado em um quarto, foi atacado por dois escravos que, saltando a janela, descarregaram sobre Guilherme Johnson um golpe de foice sobre a região frontal, com o que despertara Johnson. Depois de grande luta, os escravos fugiram pela mesma janela por que haviam entrado, tendo o dito Guilherme saltado também a janela e prendido um dos escravos, apesar de bastantemente ferido, não sendo vencido por eles. Continuando sublevada a escravatura da mesma fazenda, parte dela fugida e outra, conquanto sossegada aparentemente, tramava secretamente contra a vida de muitos; apesar das providências tomadas pelas autoridades e entre elas pelo então delegado Dr. Pires de Amorim, é ainda barbaramente assassinado pelos ditos escravos o lavrador Antônio de Jesus Lacerda, que prestara-se com outros cidadãos a contê-los, e a apreender aqueles que, achando-se fugidos, causavam terror à população, sendo portanto vítima de sua dedicação.

693 *Jornal da Vitória*, 25 de julho de 1866, p 4.

694 Krauss, Carlos, *Mapa geral das colônias de Santa Leopoldina, S. Isabel e Rio Novo na província do Espírito Santo*, 1866; *Mapa geral da província do Espírito Santo relativo às colônias e vias de comunicação*. 1866.

Krauss, Carlos. *Mapa geral das colônias de Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo na província do Espírito Santo*. 1866. Acervo Arquivo Histórico do Exército.

№ 010-9



1871

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

3-21 219/88

Krauss, Carlos. *Mapa geral da província do Espírito Santo relativo às colônias e vias de comunicação*. 1866. Acervo Arquivo Histórico do Exército.

1867. Em consequência de uma forte trovoada havida a 14 de fevereiro deste ano, caíram dois raios na tarde deste dia no antigo e monumental Convento de Nossa Senhora da Penha,⁶⁹⁵ ereto no pico de um outeiro a 120 metros de altura sobre o nível do mar e em frente a uma enseada existente na antiga vila do Espírito Santo, sendo guardião do dito Convento frei Teotônio de Santa Humiliana. Já no mês de janeiro deste mesmo ano havia caído uma outra faísca elétrica, que não causara grandes danos. Os estragos feitos por um dos raios no zimbório nas obras de talha e parede lateral foram lamentáveis, e assim esteve até quatro anos atrás, em que o provincial do convento dos franciscanos da Corte, frei João do Amor Divino Costa, deu começo às obras para restabelecimento daquelas peças arquitetônicas que faltavam, mandando restaurar todo o zimbório, obras de talha e altar da Senhora das Dores, colocando novos retábulos pintados pelo hábil pintor Vítor Meireles e assoalhando todo o corpo da igreja; essas obras, porém, ainda não foram concluídas neste ano de 1879 pela grande dificuldade na condução de materiais e obtenção de oficiais peritos que se sujeitem àqueles trabalhos difíceis no lugar em que se acha o convento. Contudo, essas obras ficarão concluídas em 1880.⁶⁹⁶

Idem. Neste ano, pela lei nº 8, de 18 de março, é novamente organizado o estabelecimento de instrução secundária da província, criando-se o lugar de um diretor com outras prerrogativas, dando-se ao mesmo estabelecimento a denominação de *Colégio Espírito Santo*, em substituição ao de *Liceu* que tinha desde 1843, em que fora criado. Foi nomeado diretor o engenheiro Deolindo José Vieira Maciel. Mais tarde, em 1872, houve nova reforma neste estabelecimento, sendo nós um dos que mais pugnou para seu maior desenvolvimento, criando no projeto por nós apresentado à Assembleia Provincial novas cadeiras, e autorizando a Presidência a reformar o regulamento, que foi logo confeccionado pelo ilustrado presidente Dr. João Tomé da Sil-

695 “Antes, porém, de referi-las, permiti que, aproveitando este ensejo, deplore e acompanhe o sentimento geral de que se acham possuídos os devotos da Virgem da Penha, que se venera no convento do mesmo nome, colocado na vila do Espírito Santo, pelos estragos causados por dois raios que caíram sobre o referido convento nos dias 29 de janeiro e 14 de fevereiro deste ano.” [*Relatório* com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. Dr. Carlos de Cerqueira Pinto, 1867, Culto Público, p. 11]

696 *Jornal da Vitória*, 16 de fevereiro de 1867, p. 2.

va, que mudou o nome desse estabelecimento para o de *Ateneu Provincial*, dando-lhe ainda muitas garantias e criando um internato.⁶⁹⁷

Idem. É instalado a 25 de março deste ano o município de São Pedro do Cachoeiro pelo presidente da Câmara Municipal da vila de Itapemirim, tenente Joaquim José Gomes da Silva Neto, sendo seus primeiros vereadores o coronel Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama, tenente-coronel José Pinheiro de Souza Werneck, major Misael Ferreira de Paiva, capitão Francisco de Souza Monteiro, Dr. Antônio Olinto Pinto Coelho, capitão José Vieira Machado, bacharel Joaquim Antônio de Oliveira Seabra e capitão Pedro Dias do Prado.

Idem. Assume a administração da província em 8 de abril deste ano o 1º vice-presidente bacharel Carlos de Cerqueira Pinto, por lha ter passado o presidente bacharel Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, que se retirou com licença para a Corte.⁶⁹⁸

Idem. Continuando ainda neste ano, como no antecedente, revoltados os escravos da Fazenda da *Safra*, devido em parte à incúria de algumas autoridades e em parte ao terror que causavam aos proprietários ou administradores da dita fazenda, foi assassinado no dia 28 de abril deste ano o cidadão José Fernandes Anchieta, na fazenda *União*, junto à da *Safra*, por um escravo dos que andavam fugidos em número de vinte e um. Ainda no dia 14 do mês seguinte, maio, apareceu enforcado o pardo Joaquim, com o látego de um relho, mostrando ou conhecendo-se pelo corpo de delito ter sido o mesmo arrastado ao lugar do delito. Ainda a 30 de maio foi ferido gravemente Frederico Pinto Saraiva, quebrando-se-lhe uma perna.

Idem. São eleitos e tomam assento em maio deste ano como deputados na 13ª legislatura da Assembleia Geral o comendador Carlos Pinto de Figueiredo e bacharel José Feliciano Horta de Araújo.⁶⁹⁹

697 “Pelo art. 1º da lei provincial nº 13 de 1867 foi o presidente da província autorizado a contratar com qualquer cidadão idôneo o estabelecimento e direção de um colégio de instrução primária e secundária com o título supra.” [Marques, *Dicionário*, p. 150]

698 *Jornal da Vitória*, 6 de abril de 1867, p. 3.

699 “Foram eleitos deputados à Assembleia Geral o Dr. José Feliciano Horta de Araujo e o comendador Carlos Pinto de Figueiredo.” [*Relatório* com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. Dr. Carlos de Cerqueira Pinto, 1867, Eleições, p. 4]

Idem. É nomeado por decreto de 8 de junho deste ano, juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel José Maria do Vale Júnior, que prestou juramento a 27 e entrou em exercício a 30 do mesmo mês e ano. Serviu como chefe de Polícia e administrou a província como seu 1º vice-presidente, sendo removido para a comarca de Nossa Senhora da Graça, em Santa Catarina.

Idem. É concedido, a 12 de julho deste ano e pelo governo imperial, *exequatur*⁷⁰⁰ à nomeação de Óton Leonardo para agente consular do reino da Itália nesta província.

Idem. Neste ano, no mês de julho, principia a ser publicado na vila de Benevente um periódico de propriedade e redação de Francisco Emílio Guizan, sob o título *A Estrela do Sul*, publicado ali até o nº 27, que saiu a 22 de dezembro. Este mesmo periódico, a 5 de janeiro do ano seguinte, mudada a tipografia para a cidade da Vitória, continuou a ser publicado sob o mesmo título, dando nesse dia e mês o nº 28 e seguintes, mas tendo pouca duração.

Idem. Pela lei provincial nº 27, de 27 de julho deste ano, é criada a freguesia de Santa Leopoldina, no perímetro da colônia do mesmo nome e seus distritos anexos, servindo provisoriamente de Matriz a capela da mesma colônia.⁷⁰¹ Hoje é aquela freguesia uma das mais importantes da província, já por sua lavoura, comércio, criação e pequena indústria, como por seus edifícios.

Idem. É publicado, a 24 de agosto deste ano, na vila de Itapemirim, o primeiro número do primeiro periódico ali havido, sob o título *Sentinela do Sul*,⁷⁰² de propriedade de uma associação, sendo o mesmo órgão da política liberal daquela antiga comarca. Este periódico semanal era em grande formato, e nele colaboravam os bacharéis Horta de Araújo, Maximiano Bueno, Macedo, Pires de Amorim, Antão, Manoel Joaquim de Lemos, Dr. Clímaco Barbosa e outros. Tornou-se, afinal, virulento como *O Itabira*, com quem discutia e polemizava.

700 Documento que autoriza o exercício de função consular.

701 *Jornal da Vitória*, 10 de agosto de 1867, p. 1.

702 *Sentinela do Sul*, Itapemirim, 1867.

Idem. É inaugurada neste ano, na vila de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim, uma sociedade literária sob o título de *Tirocínio Literário*, sendo seus estatutos aprovados no dia 7 de setembro. Foi duradoura esta sociedade, prestou serviços às letras e deu desenvolvimento literário a muitos de seus sócios, sendo a mesma sociedade frequentada até por notabilidades. Como todas as coisas em nosso país, morreu esta sociedade no fim de três anos de existência, pela falta de recursos e guerra feita pelos tartufos e invejosos.

Idem. É nomeado por carta imperial de 29 de setembro deste ano presidente desta província o bacharel Francisco Leite Bittencourt Sampaio, que prestou juramento e tomou posse a 11 de outubro do mesmo ano, sendo exonerado a 22 de agosto de 1868.⁷⁰³

Idem. Por decreto de 6 de novembro deste ano é removido para esta província para servir o lugar de chefe de Polícia o bacharel Antero Cícero de Assis, que não consta ter prestado juramento nem entrado em exercício, sendo removido para a Bahia em 25 de julho do ano seguinte.

1868. Instala-se nesta capital, neste ano, no dia 11 de março, uma sociedade musical sob o título *Euterpe*, compondo-se na maior parte de sócios de outra sociedade denominada *Minerva*, sendo seu presidente o Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, vice-diretor o bacharel José Correia de Jesus, 1º secretário o capitão Pedro de Santana Lopes, 2º secretário José Pinto Aleixo. Era a mesma sociedade composta de pessoas gradadas da capital; perdurou por algum tempo.

Idem. Neste ano, a 13 de março, aparece à luz da publicidade o primeiro número de um periódico político sob o título *O Cidadão*,⁷⁰⁴ o qual defendia a política liberal, sendo seu redator o finado bacharel José Correia de Jesus.

703 Ao que tudo indica, Sampaio permaneceu nesse cargo de outubro de 1867 a abril de 1868, quando partiu para o Rio de Janeiro, sendo então substituído pelo 1º vice-presidente, José Maria do Vale Júnior: “Honrado, por carta imperial de 21 de dezembro do ano próximo passado, com a nomeação de primeiro vice-presidente, e tendo assumido a administração na manhã do dia 16 de abril deste ano, no impedimento do Exm. Sr. presidente Dr. Francisco Leite Bittencourt Sampaio, que na madrugada desse mesmo dia seguiu para a Corte, a fim de tomar assento na câmara temporária, como um de seus membros...” [Relatório com que o Exm. Sr. Dr. José Maria do Vale Júnior entregou a presidência da província do Espírito Santo..., 1º de setembro de 1868, p. 3]

704 *O Cidadão*, Vitória, 1868.

Idem. É publicado neste ano, a 5 de abril, na vila de São Pedro do Cachoeiro, o primeiro número de um periódico hebdomadário sob o título *O Estandarte*,⁷⁰⁵ de propriedade e redação do capitão Basílio Carvalho Daemon, sendo o mesmo político, literário e noticioso, defendendo as ideias da política conservadora.

Idem. Instala-se a 22 de abril deste ano a 1ª sessão da 17ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1868 a 1869, sendo reconhecidos deputados: tenente-coronel Constantino Gomes da Cunha, coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha, major Torquato Caetano Simões, bacharel Joaquim Pires de Amorim, bacharel José de Melo e Carvalho, Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, Dr. Clímaco Barbosa de Oliveira, capitão Luís da Rosa Loureiro, tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire, tenente-coronel Henrique Augusto de Azevedo, bacharel José Correia de Jesus, padre Manoel Pires Martins, Manoel Francisco da Rocha Tavares, capitão João Manoel Nunes Ferreira, major Áureo Trifino Monjardim de Andrade e Almeida, Antônio Joaquim de Santana, Dr. Olinto Pinto Coelho, capitão João Alberto do Couto Teixeira.⁷⁰⁶ Foi composta a mesa do primeiro ano da legislatura: presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 1º secretário bacharel Joaquim Pires de Amorim, 2º secretário bacharel José Correia de Jesus. No segundo ano foi composta a mesa: presidente coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 1º secretário bacharel Joaquim Pires de Amorim, 2º secretário Dr. Ernesto Mendo de Andrade Oliveira.

Idem. Por ato da Presidência de 26 de junho deste ano e em cumprimento de lei provincial, foi elevada, a termo judiciário, a vila de São Pedro do Cachoeiro, sendo nomeados primeiros suplentes do juiz municipal os cidadãos Dr. João Antônio de Oliveira Seabra, tenente Joaquim Vieira Machado da Cunha, Dr. Antônio Olinto Pinto Co-

705 “Deu o primeiro número a 5 de abril de 1868. Publicado em substituição ao *Itabira* (1866). Redator e proprietário, Basílio Carvalho Daemon. Seu corpo de colaboradores foi o mesmo do *Itabira*. Circulava hebdomadariamente (aos domingos), sendo político, literário e noticioso. Defendia o Partido Conservador.” [Pereira, Imprensa, p. 37]

706 Lista de deputados eleitos para a 17ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 22 de abril de 1868. [Pena, *História da província*, p. 101]



elho, tenente Luís Bernardino da Costa, capitão Pedro Dias do Prado e alferes Antônio José de Sales, sendo o mesmo termo instalado pelo bacharel Cesário José Xavantes, juiz municipal do termo de Itapemirim, no dia 28 de dezembro do dito ano; serviu de escrivão o atual tabelião desta capital Marcolino José da Fonseca, tendo concorrido ao ato da instalação do foro grande número de pessoas gradadas daquela vila.

Idem. Finou-se no dia 23 de junho deste ano o importante e abastado fazendeiro major Antônio Vieira Machado da Cunha, um dos primeiros exploradores das matas do Castelo, na vila do Cachoeiro, e que se estabeleceu montando uma grande fazenda a que deu o nome de *Centro*, nome do lugar em que os antigos mineiros das minas do Castelo trabalharam na extração do ouro, mudando o curso do rio desse nome para cujo fim romperam uma grande pedreira para dar ao mesmo nova saída às águas, e prestar-se melhor à lavagem do cascalho. O major Cunha ocupou durante sua vida muitos cargos de eleição popular e de nomeação do governo, deixando fortuna abastada; foi um dos mais prestimosos chefes do Partido Conservador daquele município.

Idem. É nomeado neste ano chefe de Polícia desta província o bacharel Luís Antônio Fernandes Pinheiro, que prestou juramento e entrou em exercício do dito cargo. Posteriormente foi nomeado presidente da província, sendo hoje juiz de direito da comarca de Campos, de 3ª entrância.

Idem. Por decreto de 31 de julho deste ano é removido para chefe de Polícia desta província o bacharel Antônio Joaquim Rodrigues, que prestou juramento e entrou em exercício a 14 de setembro do mesmo ano, sendo dispensado do dito cargo, a seu pedido, em 15 de dezembro de 1871. Durante sua chefia prestou importantes serviços na captura de criminosos célebres, alguns ainda do tempo das célebres quadrilhas do Itapemirim.

Idem. É nomeado por carta imperial de 22 de agosto deste ano para presidente desta província o bacharel Luís Antônio Fernandes Pinheiro, que prestou juramento e entrou em exercício no dia 1º de setembro do mesmo ano, sendo exonerado a 21 de maio de 1869.⁷⁰⁷

707 “Assumindo, em 1º de setembro próximo passado, a administração desta província, que me foi confiada por carta imperial de 22 de agosto...” [Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo pelo Exm. Sr. presidente, Dr. Luís Antônio Fernandes Pinheiro, 1868, p. 3]

Idem. Sai à luz da publicidade, no dia 27 de agosto deste ano, o primeiro número de um periódico político e noticioso, sob o título *A Voz do Povo*, defendendo as ideias da política liberal.

Idem. Neste ano, no mês de setembro, desenvolveu-se na vila de Itapemirim e na de São Pedro do Cachoeiro a horrível epidemia da varíola, fazendo inúmeras vítimas.⁷⁰⁸ O presidente da Câmara Municipal da vila de São Pedro do Cachoeiro, Basílio Carvalho Daemon, reuniu em seguida os vereadores, convidou o pároco e autoridades do município, com o fim de tomar prontas providências, deliberando-se a nomeação de comissões para o fim de agenciarem donativos e estabelecer-se um hospital para os pobres. Cabem ao comércio daquela vila louvores pela maneira por que se prestou com todo o necessário para a fundação de um hospital, que no fim de dois dias estava montado convenientemente e já contendo inúmeros variolosos. O presidente da província bacharel Luís Antônio Fernandes Pinheiro, ao receber a comunicação da Câmara Municipal, mandou imediatamente pôr à disposição da comissão a quantia de 400\$000 para despesa de primeiro estabelecimento.⁷⁰⁹ A comissão para manutenção do hospital foi incansável em promover recursos, visitando diariamente duas vezes aos enfermos. O caridoso pároco Manoel Leite de Sampaio e Melo dispensou à pobreza muitos atos de caridade dignos de louvor, já sustentando famílias desvalidas, já pagando amas de leite para as crianças cujas mães se achavam recolhidas ao hospital, já finalmente visitando os enfermos três vezes por dia e animando-os com palavras consoladoras.⁷¹⁰ O terror foi tanto e tão intensa a epidemia que não se encontrava quem quisesse conduzir os cadáveres ao cemitério, sendo feito este serviço pelo vigário, por nós, pelo sacristão Camilo Reis e cidadão Manoel Justino.

Idem. A 27 de setembro deste ano, falece em sua fazenda, na vila de Itapemirim, vítima da varíola confluyente, o importante fazendeiro e popular chefe do Partido Conser-

708 *Jornal da Vitória*, 3 de outubro de 1868, p. 3.

709 “...para cujo fim dei autorização para despender-se até 500\$000 rs...” [Relatório com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo pelo Exm. Sr. presidente Dr. Luís Antônio Fernandes Pinheiro, 1868, Salubridade Pública, p. 15]

710 “Foi o 1º vigário o padre Manoel Leite de Sampaio e Melo, que na epidemia de varíola que em 1868 dizimou esta freguesia prestou relevantes serviços visitando os enfermos e tratando das crianças que ficaram abandonadas.” Cachoeiro de Itapemirim. [Nery, *Lembranças*, p. 57]

vador daquela vila, o inteligente e respeitável cidadão major Francisco Gomes Bittencourt. Sua morte foi muito sentida e lamentada por todos que o conheciam, pois caridoso e ao mesmo tempo lhamo e afável era muitíssimo estimado; trouxe sua morte até o presente a desorganização do partido e formação de grupos políticos, de tal ou qual atraso daquela vila, pela falta de quem, por ela, tome imediato e verdadeiro interesse.

Idem. No dia 5 de outubro deste ano falece o capitão Justiniano Martins Meireles, importante fazendeiro da freguesia de Carapina, no lugar denominado *Jacuí* (nome derivado de *jacu*, pássaro, *i*, água). Deixou o finado boa fortuna em dinheiro, prédios, terras e escravos.

Idem. Fina-se na Corte, a 4 de dezembro deste ano, o major Caetano Dias da Silva, incansável investigador, benemérito iniciador de alguns melhoramentos na província, entre eles o da Navegação Espírito Santo e Campos, de que foi empresário e presidente da associação; foi o formador da Colônia do Rio Novo; o que montou a importante fábrica para destilação de alcalóides, espíritos, óleos e extração de resinas na sua Fazenda do *Limão*, o que não pôde levar à conclusão. Era o finado um homem de ideias vastas, de conhecimentos profundos sobre física, química, mecânica e astronomia. Morreu quase pobre, pois que parte de sua fortuna empregara em diversas empresas e melhoramentos. Foi sempre muito estimado, respeitado por seu contínuo labor, não sendo, às vezes, devidamente compreendido seu gênio ativo e empreendedor. Nascera o major Caetano em Portugal, [e] tendo carta de piloto de alto bordo, correria em sua mocidade alguns países, vindo estabelecer-se nesta província, onde casara e se estabelecera com fazenda.

1869. Por decreto de 24 de março deste ano é removido da comarca de Jequitaiá, em Minas Gerais, o juiz de direito bacharel Epaminondas de Souza Gouveia para a comarca dos Reis Magos nesta província,⁷¹¹ entrando em exercício a 23 de agosto deste ano, sendo removido para a comarca de Viana, no Maranhão, a 4 de julho de 1874.

711 “Por decreto de 14 de março do corrente ano foi removido para esta comarca o juiz de direito de Jequitaiá, em Minas, Dr. Epaminondas de Souza Gouveia, sendo-lhe marcado o prazo de seis meses para entrar em exercício. Ainda não chegou.” [Relatório com que o Exm. Sr. presidente Dr. Luís Antônio Fernandes Pinheiro passou..., 8 de junho de 1869, Administração da Justiça, Comarca dos Reis Magos, p. 7]

Idem. Por decreto de 12 de abril deste ano é removido da comarca de Santo Antônio da Patrulha, no Rio Grande do Sul, para a comarca da Vitória o juiz de direito bacharel Francisco de Souza Cirne Lima,⁷¹² que entrou em exercício no dia 1º de novembro do mesmo ano, tendo-o deixado a 17 de abril de 1871, por ter sido nomeado chefe de Polícia do Pará.

Idem. Assume a Presidência da província em 8 de junho deste ano, o 1º vice-presidente coronel Dionísio Álvaro Resendo, por ter sido exonerado, a seu pedido, o presidente bacharel Luís Antônio Fernandes Pinheiro.

Idem. Por carta imperial de 28 de junho deste ano é nomeado presidente desta província o bacharel Antônio Dias Pais Leme, tendo prestado juramento e tomado posse do cargo a 17 de setembro do mesmo ano, sendo exonerado a 28 de dezembro de 1870.

Idem. Pela lei provincial nº 7, de 4 de setembro deste ano, e de conformidade com o título concedido pelo poder eclesiástico em ato de confirmação canônica da criação da freguesia do Alegre, fica a mesma denominada desde essa data Nossa Senhora da Penha do Alegre, e assim mudada a denominação dada em 1858 pela lei nº 22, de 23 de junho.

Idem. É criada, neste ano, pela lei provincial nº 21, de 20 de novembro, a freguesia de Santa Isabel, na colônia do mesmo nome, a qual esteve por muitos anos sem ser provida canonicamente.

Idem. É neste ano criado pela lei provincial nº 29, datada de 4 de dezembro, um estabelecimento de educação secundária para o sexo feminino, no qual se ensinasse também música, piano e prendas. Este estabelecimento teve posteriormen-

712 “Tendo sido, por decreto de 12 de abril do corrente ano declarado avulso o Dr. Dídimo Agapito da Veiga juiz de direito desta comarca foi nomeado para substituí-lo o Dr. Francisco de Souza Cirne Lima juiz de direito de Santo Antônio da Patrulha no Rio Grande do Sul...” [Relatório com que o Exm. Dr. presidente Dr. Luís Antônio Fernandes Pinheiro passou..., 1869, Administração da Justiça – Comarca de Vitória, p. 6]

te o título de *Colégio Nossa Senhora da Penha*, e a ele foi anexa a Escola Normal do sexo feminino.⁷¹³

1870. A 22 de abril deste ano falece na vila de Itapemirim o vigário da vara e da freguesia padre Domingos da Silva Braga. Foi sentida a sua morte por todos em geral; sendo a freguesia extensa e rendosa, repartia a maior parte das suas benesses⁷¹⁴ com a pobreza, a quem não sabia negar o que lhe pedia. Ocupou alguns cargos de nomeação popular, entre eles o de deputado provincial.

Idem. Tendo o governo geral, por aviso de 23 de abril deste ano, mandado construir um farol na barra desta capital a bem de servir aos navegantes, vieram à província os engenheiros Júlio Álvares Teixeira de Macedo, João de Souza Melo e Alvim e 1º tenente da Armada José Maria do Nascimento Júnior para darem princípio à dita construção, segundo as bases e planta levantada em 1848 pelo capitão-tenente Rafael Lopes Anjo. Debaixo da direção do engenheiro Macedo, deu-se princípio às obras, sendo o farol do sistema dióptrico e de luz branca na altura de 66 pés, sendo a primeira pedra ali posta para aquela construção benzida a 27 de julho e inaugurado o farol no dia 7 de setembro deste mesmo ano.

Idem. São eleitos deputados por esta província e tomam neste ano assento na Assembleia Geral na 14ª legislatura os bacharéis Luís Antônio da Silva Nunes e Custódio Cardoso Fontes.

Idem. É removido a 22 de junho deste ano da comarca de Nossa Senhora da Graça, em Santa Catarina, para juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Júlio Acióli de Brito, que entrou em exercício a 24 de outubro deste mesmo ano. Foi nomeado chefe de Polícia a 15 de dezembro de 1871 e dispensado deste cargo a 24 de janeiro de 1872.

713 “Em virtude da lei provincial nº 29, de 4 de dezembro de 1869, contratou em 26 de setembro com D. Mariana Leopoldina de Freitas Carvalho, competentemente habilitada, o estabelecimento de um colégio de instrução para o sexo feminino na capital.” [Marques, *Dicionário*, p. 131]

714 No masculino no original: “de seus benesses”, o que se repete no décimo segundo item de 1877.

Idem. É mandado vir do Rio de Janeiro, neste ano, pelo então presidente bacharel Antônio Dias Pais Leme e por conta do cofre da província, alguns arados, que foram distribuídos por diversos lavradores do município de Itapemirim, Santa Leopoldina e Serra, para o fim de serem utilizados na lavragem das terras para o plantio da cana.⁷¹⁵

Idem. Assume a administração da província, a 13 de agosto deste ano, o 1º vice-presidente coronel Dionísio Álvaro Resendo, por lha ter passado o presidente Antônio Dias Pais Leme, que se retirara com licença.⁷¹⁶

Idem. Por aviso de 19 de agosto deste ano é autorizado o diretor da Colônia do Rio Novo a considerar vendidas as terras concedidas aos colonos da antiga Associação Colonial, ao preço de um real por braça quadrada.

Idem. Por decreto de 6 de setembro deste ano é removido de juiz de direito da comarca da Bagagem, em Minas Gerais, para a comarca de Itapemirim o bacharel Francisco Ferreira Correia, que tendo sido logo após nomeado presidente desta província, só em 1872 entrou no exercício do cargo de juiz de direito, tendo-o deixado por ter sido removido a 4 de novembro para a comarca de Araruama, na província do Rio de Janeiro.

Idem. Neste ano, a 8 de setembro, principia a ser publicado nesta capital um periódico sob o título *O Espírito-Santense*,⁷¹⁷ de propriedade e redação do advogado major José Marcelino Pereira de Vasconcelos, sendo seu editor Manoel Antônio de Albuquerque Rosa. A 14 de julho de 1872 continuou o mesmo periódico já sob a propriedade do coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas. Em 1873 tornou-

715 “...fiz vir do Rio e da Fazenda do Muqui no Itapemirim por conta da província meia dúzia de arados, que logo foram pedidos e comprados por alguns fazendeiros inteligentes, que já começaram a usar deles reconhecendo as vantagens de seu emprego.” [Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Antônio Dias Pais Leme ao passar..., 13 de setembro de 1870, Agricultura, p. 19]

716 “Tendo assumido a administração desta província, a qualidade de 1º vice presidente no dia 13 de agosto último, por haver se retirado para o Rio de Janeiro com licença o Exm. Sr. Dr. Antônio Dias Pais Leme cabe-me...” [Relatório lido perante Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo na instalação da sessão ordinária pelo Exm. Sr. coronel Dionísio Álvaro Resendo na instalação..., 1º de outubro de 1870, p. 3]

717 (a) *O Espírito-Santense*, Vitória, 1870. (b) “Em 1880 foi suspensa sua publicação por cinco meses, reaparecendo a 2 de junho do mesmo ano.” [Valle, *Jornais e Relatórios...*, p. 17] (c) “Em 1881 estampou as poesias de Inácio dos Santos Pinto, colecionadas por Basílio Daemon”. [Pereira, Imprensa, p. 38]

-se de propriedade e redação do capitão Pedro de Santana Lopes, até que, a 10 de março de 1874, por compra feita da tipografia e traspasse do contrato com o governo, tornou-se de propriedade e redação do capitão Basílio Carvalho Daemon, sob cuja propriedade e redação ainda se conserva até o presente ano de 1879. É o mesmo periódico político, literário e noticioso, em formato regular, tendo sempre defendido a política conservadora.

Idem. É benta, no dia 25 de setembro deste ano, a nova bandeira da Santa Casa da Misericórdia desta capital.

Idem. Neste ano, a 25 de setembro, e em cumprimento da lei provincial nº 25, de 4 de dezembro de 1869, são alforriadas, nesta capital, 15 mulheres escravas, pelo fundo de emancipação, aplicado para esse fim no valor de 6:000\$000.⁷¹⁸

Idem. Instala-se no dia 1º de outubro deste ano a 1ª sessão da 18ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1870 a 1871, sendo reconhecidos deputados: tenente-coronel José Ribeiro Coelho, coronel Manoel Ferreira de Paiva, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, coronel Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama, padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, bacharel Terêncio José Xavantes, coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, bacharel Joaquim Coutinho de Araújo Malta, tenente Aires Loureiro de Albuquerque Tovar, coronel Dionísio Álvaro Resendo, bacharel Tito da Silva Machado, padre Mieceslau Ferreira Lopes Wanzeller, tenente Francisco Urbano de Vasconcelos, capitão José Alves da Cunha Bastos, coronel Olindo Gomes dos Santos Paiva, padre José Pereira Duarte Carneiro, Dr. Heliodoro José da Silva, padre José Ferreira Lopes Wanzeller, engenheiro bacharel José Cupertino Coelho Cintra.⁷¹⁹ Foi composta a mesa no primeiro ano da legislatura: presidente coronel Manoel Ribeiro

718 “...de execução à lei nº 25 de 1869, autorizando a despesa anual de reis 6:000\$000 com alforrias de escravas de 5 a 10 anos de idade...” [Relatório lido no paço da Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo pelo presidente o Exm. Snr. Dr. Francisco Ferreira Correia, na sessão Ordinária do ano de 1871, Manumissão de Escravas, p. 133]

719 *Ofício da Assembleia Legislativa:* Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 18ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de outubro de 1870.

Coutinho Mascarenhas, 1º secretário coronel Manoel Ferreira de Paiva, 2º secretário tenente Aires Loureiro de Albuquerque Tovar. No segundo ano da legislatura foi composta a mesa: presidente coronel Dionísio Álvaro Resendo, 1º secretário coronel Manoel Ferreira de Paiva, 2º secretário tenente Aires Loureiro de Albuquerque Tovar.⁷²⁰

Idem. Pela lei provincial nº 1, de 14 de outubro deste ano, é desmembrado o termo de Guarapari da comarca da Vitória e anexado ao de Itapemirim.⁷²¹

Idem. Finou-se neste ano, no mês de outubro, na vila de Nova Almeida, o vigário Manoel Antônio dos Santos Ribeiro, inteligência robusta e advogado de nomeada; ocupara o finado diversos cargos de eleição popular, entre outros e por diversas vezes o de deputado provincial, sendo chefe do Partido Conservador daquela localidade. Foi ele o que forneceu os documentos a Mercier para a história da fundação da vila de Nova Almeida. Comunicado seu falecimento à Assembleia Provincial no dia 20 do mesmo mês de outubro, esta suspendeu a sessão e tomou luto por três dias, inserindo-se na ata um voto de sentimento.⁷²²

Idem. Em viagem, no mês de novembro deste ano, desta capital para São João da Barra o iate *Capixaba*, que arribou em Piúma por contrariedade dos ventos, indo nele de passagem o negociante desta praça, Joaquim Francisco da Costa, [e] não querendo ficar a bordo veio para terra num escaler; mas tão infeliz foi que, tendo chegado em terra a salvamento, ao voltar para bordo soçobrou o mesmo escaler, por ter sido coberto pelas ondas, vindo Costa a morrer afogado. O finado ocupara muitos cargos de nomeação do governo e eleição popular, sendo bastante trabalhador e gozando de popularidade na capital desta província, de onde era natural.

720 *Ofício da Assembleia Legislativa:* Membros que compuseram da primeira mesa da 18ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de outubro de 1870.

721 *Atas da Assembleia Legislativa:* Aprovado o desmembramento do termo de Guarapari da comarca da capital, e a anexação deste ao de Itapemirim. 10 de outubro de 1870.

722 *Atas da Assembleia Legislativa:* Interrupção da sessão da Assembleia Legislativa e luto de 3 dias em virtude do falecimento do vigário Manoel Antônio dos Santos Ribeiro. 20 de outubro de 1870.

Idem. É nomeado por carta imperial de 28 de dezembro deste ano, para presidente desta província o bacharel Francisco Ferreira Correia, que prestou juramento e tomou posse do cargo a 18 de fevereiro de 1871, sendo exonerado a 31 de maio de 1872.

1871. Falece em janeiro deste ano, na cidade de Valença do Rio de Janeiro o importante fazendeiro do Cachoeiro de Itapemirim, capitão José Vieira Machado, morador em sua fazenda da *Povoação*, no distrito do Castelo, e onde outrora fora a povoação e sede da freguesia de Santana das Minas do Castelo.⁷²³ Foi o capitão José Vieira Machado um dos primeiros a vir estabelecer-se naquelas ubérrimas matas e onde montou uma grande fazenda, tendo, a poder de trabalho, ajuntado alguma fortuna. Era um dos chefes do Partido Liberal do município e gozava influência legítima pelo seu caráter nobre, serviçal e caritativo. Ocupou diversos cargos de eleição popular, sendo por suas qualidades estimado de seus antagonistas; a sua morte foi bastantemente lamentada e sentida por todos.

Idem. No dia 5 de abril deste ano falece no Convento do Carmo desta cidade, vítima de uma hidropisia, frei Antônio de Nossa Senhora das Neves, prior do mesmo convento, cargo que ocupava desde 1853. O finado era filho da província, orador sagrado e bastante estimado; seu cadáver foi acompanhado por muitos amigos, parentes e ordens religiosas.⁷²⁴

Idem. No dia 12 de abril deste ano faleceu na Corte o bacharel Joaquim Coutinho de Araújo Malta,⁷²⁵ inteligência robusta, e que na Academia de São Paulo fizera figura por seu talento reconhecido; era natural desta província, que o extremava e de quem muito esperava a bem de sua prosperidade e aumento, [e] era descendente direto do condestável Torquato Martins de Araújo Malta. O finado foi deputado provincial e advogava na Corte.

Idem. É removido por decreto de 29 de abril deste ano, da comarca de São João do Príncipe para a da Vitória, o juiz de direito bacharel Manoel Rodrigues Jardim, que

⁷²³ *O Espírito-Santense*, 4 de fevereiro de 1871, p. 2.

⁷²⁴ *Idem*, 13 de abril de 1871, p. 4.

⁷²⁵ *Idem*, 21 de abril de 1871, p. 2.

entrou em exercício a 9 de novembro do mesmo ano, tendo somente servido 5 dias por ter entrado logo no gozo de uma licença, até ser removido, por decreto de 21 de fevereiro de 1872, para a comarca do Bananal.

Idem. Delibera o governo geral neste ano o assentamento de uma linha telegráfica nesta província, que prosseguindo para o norte unisse todas as províncias do império.⁷²⁶ É nomeado, pois, para esse fim, no mês de junho deste mesmo ano, o hábil e ilustrado engenheiro César de Rainville que, tomando a direção dos trabalhos, deu começo ao assentamento da linha, que de há muito está concluída e funcionando, como bem poucas do império, tendo-se inaugurado todas as estações marcadas pelo governo.

Idem. Neste ano, nos meses de junho a agosto, visita o presidente da província bacharel Francisco Ferreira Correia as diversas vilas e cidades do norte e sul da província.

Idem. Declaram-se, em meados deste ano, nas freguesias do Cachoeiro, Alegre, Veadão, Calçado e Itabapoana as terríveis epidemias de câmaras de sangue e febres perniciosas, fazendo inúmeras vítimas, a ponto de alguns cemitérios não poderem conter os cadáveres dos epidêmicos.⁷²⁷

Idem. No 1º de agosto deste ano, em uma casa de negócio à então rua da Alfândega, hoje do Conde d'Eu, de propriedade do negociante Isidro José Caparica, ateia-se fogo em uma porção de aguardente por descuido em haver-se deixado uma vela acesa; a não serem tomadas prontas providências teriam de lamentar-se grandes desgraças por explosões que se dariam provenientes de espíritos fortes e pólvora que havia na casa, talvez trazendo o desmoronamento e incêndio ao quarteirão inteiro. Felizmente nem se lamentou a perda de vidas nem grandes prejuízos houve, apenas algumas queimaduras e ferimentos pela prontidão com que a tempo se pôde extinguir o incêndio.

⁷²⁶ *Relatório* lido no paço da Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo pelo presidente o Exm. Snr. doutor Francisco Ferreira Correia, na sessão ordinária do ano de 1871, *Telégrafo Elétrico*, p. 129-33.

⁷²⁷ (a) *O Espírito-Santense*, 21 de abril de 1871, p. 2. (b) “Chegando ao meu conhecimento, por publicação que li no *Espírito-Santense* de 21 de abril, que grassava nas freguesias do Alegre e de Itapaboana, uma epidemia, que estava causando considerável mortandade...” [*Relatório* lido no paço da Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo pelo presidente o Exm. Snr. doutor Francisco Ferreira Correia na sessão ordinária do ano de 1871, *Salubridade Pública*, p. 46]

Idem. A 11 de agosto deste ano fina-se na Corte Brás da Costa Rubim,⁷²⁸ nascido nesta capital e filho do antigo governador desta então capitania, Francisco Alberto Rubim. Investigador incansável, literato profundo, publicou diversos trabalhos históricos, cronológicos, principalmente sobre esta província, de que era filho dileto. O *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de que o finado era sócio e a que prestou muitos serviços, por proposta do Sr. J. Norberto de Araújo e Silva, que passou por aprovação unânime, suspendeu a sessão desse dia. As páginas dos *Anais* do Instituto Histórico estão cheias de trabalhos do ilustre espírito-santense, que durante sua vida não deixara de entregar-se à descoberta e investigação de fatos de nossa história, como sobre a vida e feitos de nossos maiores.

Idem. Dá a alma ao Criador na noite de 24 de setembro deste ano, rodeado de grande número de amigos, e sepultou-se no dia 25 o tenente-coronel Henrique Augusto de Azevedo,⁷²⁹ fazendeiro do distrito da vila da Serra. Era o finado homem popular e talvez o chefe legítimo do Partido Liberal na província; extremado partidário, por vezes esquecera-se que antes de ser político era homem. Nos últimos tempos de sua vida, embora moço ainda, achava-se desgostoso da vida política por atos praticados por seus próprios companheiros e ingratidões cometidas por aqueles mesmos a quem tinha protegido e elevado. O finado gozava os foros de amigo dedicado, prestimoso e bastante estimado, [e] foi por isso sentidíssima a sua morte, sendo-lhe feitas as honras militares ao inumar-se o seu cadáver.

Idem. Falece no Hospital da Misericórdia, na noite do dia 29 de setembro deste ano, o vigário da freguesia de Carapina, padre Antônio Martins de Castro, que fora atacado de alienação mental. Era muito instruído e possuía memória excepcional, a ponto de repetir qualquer escrito desde que lhe fosse lido duas ou três vezes. Orador sagrado, contam que em uma ocasião, tendo um outro sacerdote seu amigo de pregar em uma festividade, lera-lhe na sacristia o sermão que compusera, pedindo-lhe seu parecer, pelo que pediu o padre Castro que lhe repetisse a leitura, o que aquele fez; subindo ao púlpito o padre Castro, que pregava em *Vésperas*, enquanto seu companheiro tinha de pregar ao *Evangelho* na festa do dia seguinte, subindo o padre Castro aos púlpitos

⁷²⁸ *O Espírito-Santense*, 30 de agosto de 1871, p. 1.

⁷²⁹ *Idem*, p. 1, 27 de setembro de 1871.

recitou *ipsis verbis* o dito sermão, que há pouco lhe havia sido lido, o que causou admiração aos que sabiam do fato, zangando-se, por isso, bastante o seu companheiro.

Idem. Tendo os habitantes da vila de Guarapari, a expensas de uma subscrição, mandado vir uma imagem de Nossa Senhora da Penha, e estando a mesma imagem em Itapemirim, ali foram parte dos moradores buscá-la, conduzindo-a por terra até a povoação Meaípe, onde esperava maior número de habitantes daquela vila acompanhados de uma banda de música; seguiram ao outro dia até Guarapari, sendo a imagem recolhida à Matriz, onde se achava o reverendo vigário acompanhado de muitas pessoas com tochas acesas, o qual, com todas as cerimônias do ritual, recebeu-a e a colocou em uma peanha. No dia seguinte foi benta a mesma imagem, depois da missa do Espírito Santo, seguindo-se ao outro dia uma missa solene, saindo a imagem em procissão às 4 horas da tarde desse dia; à noite foi iluminada toda a vila, havendo ainda outros festejos.

Idem. Pela lei provincial nº 9, de 15 de novembro deste ano, é elevado à categoria de freguesia o antigo Aldeamento Imperial Afonsino, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Afonsino; esta freguesia ainda não foi até hoje provida canonicamente.

Idem. É sancionada a 11 de dezembro deste ano a lei provincial nº 30, concedendo ainda a quantia de 6:000\$000 para coadjuvar a emancipação dos escravos de 12 a 35 anos, não excedendo de 1:000\$000 cada um; no dia 7 de setembro do ano seguinte foram alforriados sete escravos de conformidade com a dita lei.

Idem. Por decreto de 15 de dezembro deste ano é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Júlio Acióli de Brito, que não prestou juramento nem entrou em exercício, sendo dispensado a 24 de janeiro de 1872.

Idem. Por decreto de 15 de dezembro deste ano foi nomeado juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel José Ricardo Gomes de Carvalho, que prestou juramento a 21 e entrou em exercício a 23 de março do ano seguinte, sendo removido a 26 de abril de 1876 para a comarca de Areias, na província de São Paulo.

Idem. É expedido neste ano pelo ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, uma circular aos cônsules do Brasil na Europa, declarando que os migrantes podiam escolher o lugar em que quisessem se situar ou estabelecer, oferecendo as colônias de Santa Leopoldina e Rio Novo, e para porto de desembarque o da Vitória, nesta província.

1872. Por decreto do 1º de fevereiro é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Francelísio Adolfo Pereira Guimarães,⁷³⁰ tendo prestado juramento por procuração a 5 de junho e entrado em exercício no 1º de agosto do mesmo ano; foi dispensado em 29 de novembro de 1874, por lhe ter sido designada a comarca de São José, em Santa Catarina, para nela ter exercício como juiz de direito.

Idem. Por decreto de 21 de fevereiro deste ano é nomeado juiz de direito desta comarca o bacharel Luís Duarte Pereira, que prestou juramento e entrou em exercício a 20 de maio deste mesmo ano, e nele se conservou até 3 de abril de 1879, data em que faleceu.

Idem. Finou-se na madrugada de 25 de março deste ano, na vila do Cachoeiro de Itapemirim, o mais antigo de seus moradores, Manoel de Jesus Lacerda. Pouca fortuna já possuía; quando, no entanto, em moço fora rico e respeitado. Em sua mocidade possuía a maior parte dos terrenos daquela vila, uns ribeirinhos, outros centrais, que obtivera uns como posseiro, outros por compras feitas, ou a troco até de espingardas de valor de 10\$000 a 25\$000, tal era o custo das datas de terrenos naquele tempo! Era lavrador e já bastante velho quando faleceu, e tendo possuído tantos terrenos poucos lhe restavam antes de falecer, simplesmente um sítio onde residia; contudo foi sempre estimado e respeitado, deixando grande descendência.

Idem. A 30 de abril deste ano é aquartelada no antigo Convento do Carmo a Companhia de Infantaria desta capital, por permissão dada ao governo pelos frades carmelitanos da Corte, logo que se fizessem as obras necessárias, pelo que o go-

730 “...nomeado chefe de Polícia efetivo desta província por decreto do 1º de fevereiro do corrente ano.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. Dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca, 2 de outubro de 1872, Administração Policial e da Justiça, p. 6]

verno geral pôs à disposição do presidente da província a quantia de 4:000\$[000] para aquele fim.

Idem. É nomeado por carta imperial de 31 de maio deste ano para presidente desta província o Dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca, que prestou juramento e tomou posse a 19 de junho do mesmo ano,⁷³¹ sendo exonerado a 25 de outubro.

Idem. Fina-se no dia 3 de junho deste ano Cirilo Pinto Homem de Azevedo, lavrador da freguesia de Carapina, e ali, como nesta capital, muito estimado. Homem de alguma ilustração, era agradável sua variada conversação, como respeitado era pela rispidez de seu caráter.

Idem. A 23 de junho deste ano falece nesta capital o comendador João Crisóstomo de Carvalho, antigo negociante e depois lavrador. De Portugal viera ainda bem moço para esta província, antes da Independência, e aqui jurou-a admitindo o Brasil como sua nova pátria. Trabalhador, pôde ajuntar fortuna não só em terrenos, como em escravos e dinheiro, possuindo grande número de prédios na capital. Religioso em extremo e dedicado a tudo quanto era em prol do engrandecimento da Capela de Nossa Senhora do Rosário, muito concorreu para seu embelezamento e esplendor nas festas de São Benedito, que se venera naquela capela, sustentando às suas expensas parte de uma banda de música composta no maior número de escravos seus e para assim melhor solenizar-se aquele santo. Como brasileiro adotivo, ocupou todos os cargos de eleição popular e outros de nomeação do governo, e como político era um dos prestimosos e dedicados chefes do Partido Conservador pela real influência de que gozava. O finado era condecorado com os hábitos de Cristo e Rosa.

Idem. A 5 de agosto deste ano é publicado nesta capital um periódico em quarto de papel sob o título *O Conservador*, de propriedade do tenente Francisco Urbano de Vasconcelos, sob a gerência de José Pinto Coimbra.

731 “Honrado com a carta imperial de 31 de maio do corrente ano, pela qual o governo de Sua Majestade se dignou confiar-me a sua administração, entrei na posse dela no dia 19 de junho...” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo presidente o Exm. Sr. Dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca, 2 de outubro de 1872, p. 3]

Idem. Instala-se a 2 de outubro deste ano a 1ª sessão da 19ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1872 a 1873, sendo reconhecidos deputados: Dr. Heliodoro José da Silva, major Sebastião Fernandes de Oliveira, major Domingos Vicente Gonçalves de Souza, coronel Manoel Ferreira de Paiva, coronel Dionísio Álvaro Resendo, coronel Olindo Gomes dos Santos Paiva, tenente-coronel Caetano Bento de Jesus Silveiras, tenente Manoel da Silva Simões, bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, tenente-coronel José Ribeiro Coelho, coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, bacharel Terêncio José Xavantes, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte, capitão Basílio Carvalho Daemon, tenente Aires Loureiro de Albuquerque Tovar, bacharel Joaquim José de Almeida Pires, alferes Manoel Serafim Ferreira Rangel, tenente José Delgado Figueira de Carvalho, major Joaquim Pereira Franco Pissarra.⁷³² Foi composta a mesa no primeiro ano da legislatura: presidente bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, 1º secretário coronel Manoel Ferreira de Paiva, 2º secretário capitão Basílio Carvalho Daemon.⁷³³ No segundo ano foi composta a mesa: presidente bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, 1º secretário coronel Manoel Ferreira de Paiva, 2º secretário capitão Basílio Carvalho Daemon.

Idem. Pelo decreto de 10 de outubro deste ano é concedida a Francisco Inácio Fernandes Leão e José Torquato Fernandes Leão autorização para estabelecer a navegação do rio Doce, por meio de uma companhia. Não foi a mesma realizada e caducou a concessão.

Idem. É nomeado por carta imperial de 25 de outubro deste ano presidente desta província o Dr. João Tomé da Silva,⁷³⁴ que prestou juramento e tomou posse do cargo a 28 de dezembro do mesmo ano, sendo exonerado no 1º de outubro de 1873.

732 Lista de deputados eleitos para a 19ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 2 de outubro de 1872. [Pena, *História da província*, p. 101]

733 “Foram admitidos como membros da Assembleia Provincial os Srs. tenente Xavantes Barcelos Freire e Basílio Daemon, estando manifestamente incompatibilizados, contra diversas disposições do Ato Adicional e leis do império.” [Opinião Liberal, 11 de fevereiro de 1877, n. 5, Comunicado, p. 1-2]

734 “Nomeado por carta imperial de 25 de outubro de 1872, tomou posse a 28 de dezembro desse ano.” [Marques, *Dicionário*, p. 132]

Idem. É apresentado à Assembleia Provincial pelo deputado Basílio Carvalho Daemon, a 31 de outubro deste ano, o projeto para construção da primeira estrada de ferro desta província, o qual depois de longos debates e sustentado por seu autor, foi, com algumas emendas, reduzido a lei que foi sancionada a 27 de novembro pelo então vice-presidente da província coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas.

Idem. Por decreto de 4 de novembro deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Itapemirim o bacharel Paulo Martins de Almeida, que prestou juramento e entrou em exercício a 20 de março de 1873, sendo removido para a comarca do Rio Formoso, em Pernambuco, a 18 de julho deste mesmo ano.

Idem. É instalada neste ano, no mês de novembro, com todas as solenidades, uma loja maçônica ao *Vale do Lavradio*, sob denominação de *União e Progresso*, tendo um liceu a ela anexo, sob os esforços do engenheiro Miguel Maria de Noronha Feital, Dr. Heliodoro José da Silva e capitão Basílio Carvalho Daemon,⁷³⁵ coadjuvados pelo Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, Manoel Gomes Pereira, coronel Dionísio Álvaro Resendo, capitão Antônio José de Matos Lucena, João Antônio Fernandes Magalhães, José Joaquim de Almeida Ribeiro e Jorge Taverne, os quais foram instaladores.⁷³⁶ Mais tarde, por intrigas e ambições mal cabidas de dois ou três, separaram-se alguns membros, que ficaram pertencendo ao *Vale dos Beneditinos*. Possuía esta loja uma variada biblioteca, para a qual concorremos com três caixotes de livros de ciências, literatura, história e artes.

Idem. Assume a administração da província no mês de novembro deste ano o 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, estando em exercício do cargo até 28 de dezembro, por ter sido exonerado o presidente Dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca.

735 *Balaústre* da 5ª sessão preparatória 18 de setembro de 1872.

736 “A instalação da Loja *União e Progresso* se deu no dia 8 de novembro de 1872 no pavimento térreo do sobrado à rua São Diogo, 29, pertencente a Carlos Bernardino e Urbano Inácio Pimenta. O fundador foi o engenheiro Dr. Miguel Maria de Noronha Feital.” [Fraga, *Maçonaria*, p. 30] Essa data não condiz com a do pedido de licença de Daemon: “O capitão Basílio Carvalho Daemon pede dispensa da Loja Maçônica União e Progresso em virtude de sua transferência para a Corte.” [Balaústre da 5ª sessão preparatória 18 de setembro de 1872]

Idem. Em virtude da lei provincial nº 19, de 20 de novembro deste ano, é autorizado o presidente da província a contratar a iluminação pública pelo sistema a gás; o que não se realizou senão anos depois em que foi a mesma iluminação contratada e realizada por Manoel da Costa Madeira, em 1877, sendo inaugurada a iluminação pública no 1º de março de 1879.⁷³⁷

Idem. Pela lei provincial nº 37, de 27 de novembro deste ano, é autorizado o presidente da província a contratar e conceder privilégio para a construção de uma estrada de ferro de bitola estreita, dividida em seis seções. Este projeto fora assinado pelos deputados Basílio Carvalho Daemon e Dr. Heliodoro José da Silva e celebrado o contrato com os peticionários engenheiro Miguel Maria de Noronha Feital, Tomás Dutton e Dr. Francisco Portela em 28 de outubro de 1873 pelo presidente bacharel Luís Eugênio Horta Barbosa, e aprovado pela Assembleia em 12 de novembro do mesmo ano. Apesar de muitas prorrogações, não realizaram os concessionários a empresa.⁷³⁸ Mais tarde foi concedido pela Assembleia Geral o juro sobre dois mil contos para a primeira secção, sendo também assinado novo contrato com o coronel Russel por ter caducado o primeiro, que da mesma forma não foi levado a efeito este, o mais preciso melhoramento de que necessita esta província e a de Minas Gerais, pois é inegável que com a estrada projetada haverá um grande desenvolvimento em ambas as províncias.

Idem. Pela lei provincial nº 39, de 27 de novembro deste ano, são marcadas as divisas definitivas entre a vila da Serra, freguesia de São José do Queimado, Santa Leopoldina e Cariacica.

737 “...tal melhoramento só ocorreu em 1878, após edital publicado na *Gazeta da Vitória*, a 5 de janeiro, com a divulgação das condições exigidas para esse tipo de iluminação; nos domicílios, custando 0,20 réis, à hora, o bico de sete velas. A iluminação à gás, no ano seguinte, estendeu-se pelas ruas da cidade. Chamava-se Domingos ou Manoel da Costa Madeira a pessoa contratada para efetuar o serviço.” [Elton, Iluminação de Vitória, *RIHGES*, p. 51-3]

738 “Os cidadãos Tomás Dutton Júnior, Francisco Portela, engenheiro Miguel Maria de Noronha Feital, requereram-me em data de 19 de agosto último privilégio por 60 anos para construir, custear, e gozarem, por si ou por meio de uma companhia que organizarem uma estrada de ferro de bitola estreita, que partindo da margem do rio Itabapana...” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. Dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 2 de outubro de 1872. Projeto de estrada de ferro, p. 15]

Idem. É criada pela lei provincial nº 43, de 27 de novembro deste ano, uma nova comarca na província, composta dos municípios de Guarapari e Benevente, sob o título de comarca de Iiritiba, a qual foi declarada de 1ª entrância pelo decreto nº 5.175, de 16 de dezembro de 1872.

Idem. É inaugurada a 2 de dezembro deste ano a estação telegráfica da barra de Itabapana ao lado sul e pertencente à província do Rio de Janeiro e divisas com esta província.

Idem. A 3 de dezembro deste ano fina-se, nesta capital, na casa de morada de seu sogro, o engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire.⁷³⁹ O finado ocupou muitos cargos públicos e era tesoureiro da Fazenda Geral na província. Acatando a província, onde se casara e tinha filhos, procurou os meios de fazê-la desenvolver, coadjuvando seu engrandecimento. Por iniciativa sua projetou-se o levantamento de um teatro, para o que já havia obtido um terreno no largo da Conceição, onde foi assentada a primeira pedra e feito o alicerce, e ainda da Assembleia Provincial obteve o auxílio de 10:000\$000 que foi autorizado pela lei provincial nº 44 deste mesmo ano.⁷⁴⁰

Idem. Pela lei provincial nº 51, de 4 de dezembro deste ano, é concedido privilégio a Henrique Deslandes para a navegação do rio Itapemirim, sendo a mesma navegação inaugurada em 1876.⁷⁴¹

Idem. São estabelecidas as divisas entre as vilas de São Pedro do Cachoeiro e de Itapemirim, pela lei provincial nº 52, de 4 de dezembro deste ano.

Idem. Por decreto de 18 de dezembro deste ano é removido da comarca de Solimões para a comarca de Iiritiba o juiz de direito bacharel Francisco José Cardoso Guima-

739 *O Espírito-Santense*, 5 de dezembro de 1872, p. 4.

740 “No dia 19 de maio teve lugar com assistência de meu antecessor e grande concurso de autoridades e povo a solenidade do assentamento da pedra fundamental do teatro desta capital, que vai ser construído por uma associação dramática, cujos estatutos me foram depois apresentados.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. Dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 2 de outubro de 1872, Teatro, p. 14]

741 *Ofício da Assembleia Legislativa*: É concedido o privilégio de navegação no rio Itapemirim a Henrique Deslandes. 26 de novembro de 1872.

rães, que prestou juramento e entrou em exercício a 9 de maio do ano seguinte, em que foi instalada esta comarca. Este juiz foi removido para a comarca de Paranaguá, na província do Paraná, a 29 de novembro de 1873.

Idem. A 23 de dezembro deste ano finou-se o abastado fazendeiro da cidade de São Mateus, tenente-coronel Caetano Bento de Jesus Silveiras, que ali era chefe do Partido Conservador e estimado por suas boas qualidades.⁷⁴²

Idem. Achando o governo provincial a inconveniência de ser no forte de São João o paiol e depósito da pólvora, e havendo representado ao governo geral neste sentido, foi a Tesouraria de Fazenda autorizada neste ano a pôr em hasta pública as obras para edificação de um paiol para pólvora, na *ilha do Marçal*,⁷⁴³ a três quilômetros da cidade, concedendo-se para essa construção a verba de 15:000\$000, sendo o dito paiol concluído em dois anos pelo arrematante das obras capitão Inácio Trancoso.

1873. É concluída a 3 de janeiro deste ano a construção da praça do Mercado desta capital, sendo inaugurada a 6 do mesmo mês e ano pelo presidente bacharel Luís Eugênio Horta Barbosa.⁷⁴⁴ Esta construção foi autorizada pela lei provincial nº 16, de 1864, e mandada realizar pelo então presidente Francisco Ferreira Correia, de conformidade com a lei provincial nº 33, de 1867, e orçamento feito pelo engenheiro Muniz Freire.

Idem. A 20 de janeiro deste ano desenvolve-se um grande incêndio na Fazenda da

742 “...tendo-se dado o falecimento de dois distintos membros desta Assembleia, o bacharel Joaquim de Almeida Pires e o tenente coronel Caetano Bento de Jesus Silveiras...” [Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. João Tomé da Silva em ocasião da abertura..., 10 de setembro de 1873. Eleições, p. 3-4]

743 “O governo imperial, tomando em consideração a necessidade urgente de remover para lugar conveniente aquele perigoso depósito, autorizou esta presidência a mandar levantar planta e organizar orçamento para a construção de um novo paiol em lugar adequado. Escolhida a ilha do Marçal, distante desta cidade uma légua, foi encarregado daquele trabalho inspetor geral de Obras Públicas: enviei ao Exm. Sr. ministro da Guerra, em 19 de janeiro o projeto e o orçamento do edifício...” [Relatório apresentado a S. Ex.ª o Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo Exm.º Sr. Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa por ocasião de deixar..., 1874, Depósitos de Artigos Bélicos, p. 8]

744 “A 3 de janeiro do corrente ano terminou a construção deste edifício, cuja inauguração realizou-se do dia 6. O custo total desta obra montou a 27:039\$790 que foram pagos com o produto proveniente das ações emitidas em virtude da lei de 30 de novembro de 1864.” [Relatório apresentado a S. Ex.ª o Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo Exm.º Sr. Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa por ocasião de deixar..., 1874, Praça do Mercado, p. 24]

Safra, nos canaviais ali plantados, desconfiando-se ser posto o fogo pelos escravos da mesma fazenda; os prejuízos causados não foram pequenos, e se o fogo não fosse atalhado em tempo se comunicaria aos cafezais e às matas.

Idem. Em 31 de janeiro deste ano fina-se em sua fazenda no distrito do Castelo o tenente Francisco Avelino de Freitas Bicalho, natural da província de Minas Gerais e um dos primeiros que vieram estabelecer-se no Cachoeiro de Itapemirim. Mais ou menos ilustrado, poucas vezes saía de casa, tendo vida excêntrica; deixou pequena fortuna devida a uma tal ou qual filosofia de que era dotado, ou por outra pelo ceticismo de que se apossara. Em 1842, na revolução de Minas, foi um bravo defensor do governo, sendo bastantemente considerado por seus serviços à causa pública, pelo que foi condecorado.

Idem. Faleceu a 11 de fevereiro deste ano, na vila de Guarapari, o bacharel Joaquim José de Almeida Pires, natural da província da Bahia e juiz de direito de Piancó, na Paraíba do Norte, mas morador nesta província, onde tinha seus interesses e bens; o finado foi chefe do Partido Conservador naquela localidade, juiz municipal dos termos reunidos de Guarapari e Benevente, eleitor e deputado provincial, gozando popularidade.

Idem. Também falece neste mês o ilustrado médico e fazendeiro da vila do Cachoeiro de Itapemirim, Dr. Antônio Olinto Pinto Coelho, que ocupara os cargos de vereador, suplente de juiz municipal e deputado provincial. O finado era liberal histórico e gozava no seu partido de muito conceito por suas belas qualidades e preponderância.

Idem. Falece na vila de Benevente, a 12 de março deste ano, Maria da Conceição, com 130 anos de idade. Ignora-se o lugar de sua naturalidade, mas sabe-se que foi escrava dos jesuítas e vendida a um tal Brandão, que por morte deixou-a a seus descendentes, passando também por herança destes a Inácio Rodrigues de Sena, que finalmente deu-lhe carta de liberdade. Os descendentes desta macróbia na vila de Benevente subiam a 72 nesse ano, sendo destes falecidos 39, afora o avultado número que contava de descendentes, que consta existirem, na vila Guarapari e ou-

tros lugares. Era a crônica viva de antiguidades desta província, cujos fatos até pouco antes de morrer relatava com precisão, conservando suas faculdades mentais em perfeito estado de funcionamento.

Idem. Neste ano é publicado nesta capital um periódico político sob o título *A União*, saindo à luz da publicidade o primeiro número a 16 de março, sendo redatores e colaboradores diversos. Este jornal sustentou grandes polêmicas políticas com o *Espírito-Santense*.

Idem. Na noite de 21 de março deste ano principia a elevarem-se as águas do rio Itapemirim, continuando a assoberbarem-se no dia 22 e à noite desse dia tão forte era a enchente que inundava as ruas da vila de São Pedro do Cachoeiro de um a outro lado, tendo o rio subido de seu estado natural 14 metros. Invadiu [no original, evadiu] casas e armazéns, causando enormes prejuízos; no entanto que as maiores enchentes conhecidas, as de 1862 e 1866, haviam apenas subido do nível da rua em algumas casas 30 a 50 centímetros. Os prejuízos causados ao comércio e nas casas particulares quase que foram incalculáveis, tendo havido derrocamento de paredes e arrebatamento de peças de engenhos, paióis, moinhos e casas. As lanchas e pranchas de grande calado navegavam pelas ruas a conduzir famílias e a salvar o que se podia. Foram os dias e noites de 22, 23 e 24 de insano trabalho, porque as águas só baixaram um pouco nos dias 23, 24 e 25, tendo-se no dia 26 tornado a elevar, não com tanta força a causar temores, mas a haver prevenção. Os prédios em sua maior parte foram reconstruídos e os prejuízos nas plantações ribeirinhas também não foram de pequena monta, pois muitas ficaram embaixo d'água na vila de Itapemirim, mormente as das margens do dito rio.

Idem. Tendo o presidente Dr. João Tomé da Silva levantado uma subscrição na província, obteve a soma maior de dez contos de réis para o fim de construir um prédio que servisse de casa de Instrução Pública do ensino de preparatórios; é portanto asentada por aquele distinto e ilustrado administrador a pedra fundamental para aque-

le estabelecimento às 5 horas da tarde do dia 25 de março deste ano,⁷⁴⁵ comparecendo ao ato todas as autoridades e funcionários públicos e diversos cidadãos sem distinção de cores políticas, tocando uma banda de música na ocasião e dissertando sobre o magno assunto e recitando algumas poesias o bacharel Manoel Godofredo de Alencastro Autran, bacharel José Feliciano de Noronha Feital, Dr. Garcez, bacharel Schmid da Cunha e outros, depois de uma alocução pronunciada pelo ilustrado Dr. João Tomé da Silva, que elevou vivas a S.M. o imperador como propugnador da instrução pública. À noite houve passeio de música e povo pela cidade, indo cumprimentar em Palácio ao Exm.º Dr. João Tomé da Silva. Esta obra principiada neste dia foi continuada durante a administração do 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas e presidentes subsequentes; estando bastante adiantada a obra, já embarrotada a casa e já coberta, teve de parar por falta de monetário, até a administração do atual presidente, Dr. Eliseu de Souza Martins, que mandou continuar as obras, embora a falta de dinheiro para as ocorrências necessárias e pagamentos de empregados e contratantes; tendo assim, apesar disso, desenvolvido aquela prontificação.

Idem. Instala-se neste ano, no dia 2 de maio, uma sessão extraordinária da Assembleia Legislativa Provincial, convocada pelo presidente Dr. João Tomé da Silva, a qual funcionou por 15 dias, tendo desenvolvido e aumentado o ramo da instrução pública, regularizado os meios necessários para as finanças da província, reformando também a Secretaria do Governo e aprovando os regulamentos dados por aquele inteligente e ilustrado presidente.

Idem. São reeleitos deputados por esta província à 15ª legislatura da Assembleia Geral o conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior e Dr. Heliodoro José da Silva, que tomaram assento neste mesmo ano.

Idem. Inaugura-se a 6 de maio deste ano a estação telegráfica da vila de Itapemirim, para comunicação com o Rio de Janeiro, sendo esta estação a primeira inaugurada

745 “...cabendo-lhe o prazer de assentar, no dia 25 de março, a pedra fundamental do edifício destinado às aulas de instrução primária e secundária da capital por meio de donativos construída.” [Marques, *Dicionário*, p. 132]

na província, sendo todos os trabalhos feitos sob as vistas do engenheiro do distrito telegráfico César de Rainville.⁷⁴⁶

Idem. É provida canonicamente, no mês de maio deste ano, pelo bispo de Mariana, a freguesia de São Miguel do Veado,⁷⁴⁷ desta província, cuja administração eclesiástica pertence até hoje à província de Minas Gerais, sendo nomeado para seu primeiro vigário encomendado um sacerdote italiano.

Idem. É instalada a 9 de maio deste ano a comarca de Iiritiba, criada pela lei provincial nº 43, de 26 de novembro de 1872, sendo seu primeiro juiz de direito o bacharel Francisco José Cardoso Guimarães.

Idem. Chega a esta cidade no dia 16 de maio deste ano a galera *Adolph*, capitão Hupfer, procedente de Hamburgo, conduzindo a seu bordo 413 colonos pomeranos, sendo 218 homens e 195 mulheres, os primeiros desta nacionalidade vindos para a província a estabelecerem-se na Colônia de Santa Leopoldina.⁷⁴⁸

Idem. Chega a esta capital a 21 de maio deste ano a galera *Doctor Barth*, capitão Bockwoldt,⁷⁴⁹ conduzindo 366 colonos alemães para a colônia de Santa Leopoldina.

746 “Está a cargo do digno engenheiro César de Rainville o serviço da linha telegráfica nesta província. Achando-se concluídos os trabalhos até Itapemirim, foi ali inaugurada a respectiva estação no dia 6 de maio deste ano, com muito regozijo por parte dos habitantes daquela vila, e desde então funciona ela com regularidade...” [Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. João Tomé da Silva em ocasião da abertura em ocasião da abertura de sua sessão ordinária, que teve lugar no dia 10 de setembro de 1873, Telégrafo Elétrico, p. 61]

747 “Antes de concluir esta parte do relatório, devo fazer menção, que, achando-se canonicamente provida a freguesia de S. Miguel do Veado, criada pela lei provincial nº 9 de 13 de julho de 1866...” [Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Exm. Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas por ocasião de passar..., 4 de maio de 1875, Junta de Qualificação de Votantes, p. 4]

748 “Durante a minha administração aportaram aqui quatro navios, procedentes de Hamburgo, trazendo a seu bordo 1.018 emigrantes, com destino à Colônia de Santa Leopoldina.” [Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. João Tomé da Silva em ocasião da abertura de sua sessão ordinária..., 10 de setembro de 1873, Colonização, p. 42]

749 Bockwoldt é a grafia certa. Cf. www.immigrantships.net/.../doctorbarth18720605.html. Acesso em 18 de março de 2010.

Idem. Instalam-se a 29 de maio deste ano as aulas do *Ateneu Provincial* pelo inspetor geral da Instrução Pública bacharel Joaquim José Fernandes Maciel, sendo diretor do novo estabelecimento o coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, estando presentes o presidente da província Dr. João Tomé da Silva, todos os lentes, autoridades, funcionários públicos e avultado número de famílias; a ata da instalação foi lavrada pelo secretário *ad-hoc* Francisco de Paula Neves Xavier. Ficou assim a província, desde essa ocasião, com um estabelecimento de instrução de preparatórios completo, de matérias exigidas nas academias do império para as matrículas.

Idem. Por decreto nº 5.295, de 31 de maio deste ano, é autorizada a renovação de um contrato com o súdito italiano Pedro Tabachi para a introdução e estabelecimento de 700 imigrantes alemães, italianos ou do norte da Europa para serem estabelecidos em terras da fazenda do mesmo contratante, no município de Santa Cruz.⁷⁵⁰

Idem. No dia 7 do mês de junho deste ano, chega a esta capital o lugre⁷⁵¹ *Hainan*, capitão Reihl, conduzindo 133 colonos pomeranos com destino à colônia de Santa Leopoldina e procedentes de Hamburgo.

Idem. Em 17 de junho deste ano fina-se na vila do Cachoeiro de Itapemirim o capitão Sabino José Coelho, fazendeiro importante, com fortuna regular e um dos primeiros lavradores que estabeleceu-se naquele lugar. Homem austero, de uma honradez a toda prova, serviçal, caridoso e trabalhador, muito propugnou pelo melhoramento do lugar onde residia. Sua morte foi lamentada por seus numerosos amigos e pelos que o conheciam. Ocupou muitos cargos de eleição popular e de nomeação do governo, os quais sempre desempenhou com honradez e independência não vulgar.

750 (a) Decreto nº 5.295, de 31 de maio de 1873 – Autoriza a novação do contrato celebrado pela presidência da província do Espírito Santo com Pedro Tabachi para introdução de imigrantes. (b) “...através do decreto nº 5295 de 31 de maio de 1873, percorreu a região de Trento, na Itália, sua terra natal, e contratou mais de 50 famílias.” [Busatto, Imigração Italiana, *RIHGES*, p. 12]

751 No original está *lúgar*; o termo vem do inglês *lugger*.

Idem. É instalada no dia 2 de julho deste ano, nesta capital, a Repartição de Obras Públicas da província, sendo seu primeiro inspetor o engenheiro civil bacharel José Feliciano de Noronha Feital, ajudante o engenheiro Alfredo Quent, amanuense o alferes José Augusto da Frota Menezes e porteiro o cidadão Manoel Pereira dos Santos Neves.

Idem. Fina-se na Corte, a 5 de julho deste ano, de uma hipertrofia do coração, o acreditado negociante desta praça tenente-coronel Francisco Rodrigues Pereira. De fortuna sólida, muito considerado na província e fora dela, de não vulgar popularidade, o finado foi chorado por todos aqueles que com ele entretinham relações, ou como amigo, ou conhecido. Sendo homem empreendedor, prestou serviços à província onde ocupou diversos cargos de eleição popular e de nomeação do governo, sendo um dos membros proeminentes do Partido Conservador.

Idem. No mês de julho deste ano são confirmadas pelo Ministério da Justiça as nomeações feitas dos dois primeiros tabeliães da vila do Cachoeiro de Itapemirim, os cidadãos Joaquim Jorge da Silva Quintais e alferes Francisco Fernandes da Silva Lima.

Idem. Em fins de julho deste ano revoltam-se na Colônia de Santa Leopoldina setenta e tantos colonos pomeranos, recusando-se a receber prazos de terras e ameaçando a todos, pelo que foi necessário tomarem-se providências, partindo para ali o próprio presidente Dr. João Tomé da Silva e uma força de linha, o qual lá chegando conseguiu que os mesmos colonos se contivessem e apaziguassem, com o auxílio do respectivo diretor da mesma colônia, que muito fez para esse fim, sendo atendido em suas explicações.⁷⁵²

Idem. Fina-se no dia 16 de agosto deste ano o ilustrado cidadão Luís da Silva Alves de Azambuja Suzano, que ocupou nesta província diversos cargos civis e administra-

⁷⁵² “Tratando da tranquilidade pública devo referir-vos, que, na Colônia de Santa Leopoldina ia sendo sensivelmente alterada a ordem e sossego público por uma turma de colonos polacos, que, em número de cem, talvez, sendo uns setenta armados, concentrou-se no Porto do Cachoeiro em atitude hostil à diretoria do estabelecimento e à população pacífica e laboriosa da localidade. Sendo-me oficialmente comunicada esta ocorrência, fiz seguir para ali uma força de linha, sob o comando do tenente Pedro José Ribeiro, para garantir a ordem...” [Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. João Tomé da Silva em ocasião da abertura de sua sessão ordinária..., 10 de setembro de 1873, Eleições, p. 4]

tivos, como fosse membro e secretário da Junta Provisória, professor de Latim, inspetor da Tesouraria, deputado provincial, advogado e muitos outros cargos. Publicou algumas obras sobre jurisprudência, linguística e literatura, deixando traduzidos diversos textos do latim, francês, espanhol e italiano, uns publicados e outros que ainda não tiveram publicidade até hoje, mas que são conservados por sua família.

Idem. Verifica-se nos dias 28 e 29 de agosto deste ano um alcance de 17:749\$940 no cofre provincial, cometido pelo tesoureiro tenente Antônio Rodrigues Pereira, verificado por desconfiança que existia desse fato por boatos que há muito corriam sobre tal assunto. O tesoureiro foi demitido, preso e processado, sendo afinal condenado a três meses de prisão. Seus bens foram penhorados, mas, não chegando para o pagamento do alcance, ficaram pelo resto responsáveis seus fiadores. Daí datou o atraso monetário da província, pelos empréstimos forçados que tiveram-se de contrair.⁷⁵³

Idem. É nomeado por carta imperial do 1º de outubro deste ano o bacharel Luís Eugênio Horta Barbosa,⁷⁵⁴ que prestou juramento e tomou posse a 6 de novembro do mesmo ano, tendo deixado a administração a 29 de abril de 1874.

Idem. É criada nesta província por decreto nº 5.429, de 2 de outubro deste ano, a Delegacia Especial da Instrução Pública, para o fim de serem aqui prestados os exames de preparatórios aos cursos superiores do império.

Idem. Passa a administração da província a 8 de outubro deste ano e ao 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, por ter obtido exoneração o

⁷⁵³ “Em face das últimas informações prestadas pelo respectivo inspetor, ainda, com pesar o digo, não foi recolhida aos cofres provinciais a importância do alcance verificado contra o ex-tesoureiro Antônio Rodrigues Pereira, que recolhido à prisão administrativa, recorrendo ao juiz de direito desta comarca obteve a soltura por concessão do *habeas-corpus*.” [Relatório com que o vice-presidente da província coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa no dia 6 de novembro de 1873, Tesouraria Provincial, p.7]

⁷⁵⁴ “Por carta imperial do 1º de outubro do ano próximo passado me foi conferida a elevada honra de presidir esta província: a 6 de novembro prestei juramento perante a Assembleia Provincial, que então se achava reunida, e nesse mesmo dia por V. Ex. me foi transferida a administração.” [Relatório apresentado a S. Ex.º o Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo Exm.º Sr. Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração..., 1874, p. 1]

presidente Dr. João Tomé da Silva,⁷⁵⁵ que seguiu para a Corte, sendo nomeado presidente da província de Santa Catarina. Foi esse presidente um dos mais populares no Espírito Santo, tendo bastantemente trabalhado em prol de seu engrandecimento, e apesar do desfalque havido no Tesouro Provincial em seu tempo, contudo soube rege-se de modo a não deixar de continuar as obras que havia premeditado.

Idem. Por decreto de 22 de outubro deste ano sob nº 5.446, é desanexado do termo de Itapemirim o de São Pedro do Cachoeiro.⁷⁵⁶

Idem. Pela lei provincial nº 22, de 26 de outubro deste ano, é mandada pôr em execução a de nº 21, de 28 de julho de 1870, que criou a comarca dos Reis Magos, mudando porém a denominação para *comarca da Conceição da Serra*.⁷⁵⁷

Idem. Pela lei provincial nº 41, de 11 de novembro deste ano, são criados os lugares de curador geral de órfãos, contador, partidor e distribuidor.⁷⁵⁸

Idem. Por decreto de 19 de novembro deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Iritituba o bacharel Pedro Cavalcante de Albuquerque Maranhão, que prestou juramento a 9 de dezembro e entrou em exercício a 18 do mesmo mês e ano, sendo removido a 18 de janeiro de 1877 para chefe de Polícia da província de Minas Gerais.

Idem. É assinado a 24 de novembro deste ano pelo engenheiro civil José Cupertino Coelho Cintra, como procurador bastante, o contrato para a construção de uma estrada de ferro de tração a vapor e bitola estreita, que partindo desta capital vá à

755 “Como me cumpre, venho expor a V. Ex. o estado dos negócios públicos desta província, cuja administração, na qualidade de seu 1º vice-presidente, assumi no dia 8 do mês próximo passado por ter sido exonerado o Dr. João Tomé da Silva...” [Relatório com que o vice-presidente da província coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa no dia 6 de novembro de 1873, p. 1]

756 Decreto nº 5.446, de 22 de outubro de 1873 – Desanexa do termo de Itapemirim o do Cachoeiro de Itapemirim, na província do Espírito Santo, e cria neste um lugar de juiz municipal e de órfãos.

757 Pasta de resoluções da Assembleia Legislativa 1873-1880 – Fica criada a comarca dos Reis Magos, mudando porém sua denominação para *comarca de Conceição da Serra*. 22 de setembro de 1873.

758 Pasta de resoluções da Assembleia Legislativa 1873-1880 – Ficam criados os lugares de curador geral de órfãos, contador, partidor, distribuidor. 14 de setembro de 1873.

província de Minas Gerais. Sendo necessário de há muito tão salutar melhoramento a bem da prosperidade da província, por caiporismo dos espírito-santenses caducou este contrato, não tendo a lei execução até hoje, embora novos contratantes se tenham apresentado, e todas as províncias do império já possuam mais ou menos estradas de ferro, algumas desnecessárias e caprichosas, talvez em interesse próprio de alguns.

Idem. Por decreto de 29 de novembro deste ano é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Raimundo da Mota de Azevedo Correia, que prestou juramento a 28 de fevereiro de 1874 e entrou em exercício no 1º de março deste mesmo ano, sendo dispensado do cargo, a seu pedido, a 9 de setembro de 1875. O bacharel Raimundo da Mota de Azevedo Correia, pode-se dizer, ser o tipo de honradez, probidade e cumpridor de seus deveres sem ofensa a quem quer seja, e disso deu provas na província, onde se demonstrou e prestou serviços.⁷⁵⁹

Idem. Por decreto de 11 de dezembro deste ano é removido como juiz de direito para a comarca de Itapemirim o bacharel Francisco Batista da Cunha Madureira, assumindo o exercício a 15 de agosto de 1874, conservando-se naquela comarca até o presente ano de 1879.

Idem. Fina-se na vila de Santa Cruz, no dia 15 de dezembro deste ano, por afecção do coração, o tenente José Delgado Figueira de Carvalho, português naturalizado e advogado provisionado; entre outros cargos que ocupou, foi deputado provincial. Homem trabalhador e ativo, o finado prestara grandes serviços à vila de Santa Cruz, deixando seus habitantes consternados por seu passamento.

1874. Funda-se no dia 1º de janeiro deste ano uma sociedade humanitária sob o título de *Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro*, com o fim de alforriar durante

759 “Acha-se à testa desse importante ramo da pública administração o Dr. Raimundo da Mota de Azevedo Correia, magistrado inteligente e zeloso no cumprimento de seus deveres. A esforços desse funcionário acham-se quase preenchidos os lugares policiais por um pessoal idóneo, que atualmente exerce satisfatoriamente suas funções.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, na 1ª sessão da 21ª Legislatura, 1874, Polícia, p. 4]

o ano, conforme o fundo existente em caixa, certo e determinado número de crianças cativas.⁷⁶⁰ Esta sociedade prosperou nos primeiros anos, e não poucos infelizes auferiram os resultados de tão humanitária instituição, que afinal caiu, como caem no Brasil quase todas as ideias civilizadoras, que têm por cunho a iniciativa particular.

Idem. É inaugurada a 6 de janeiro deste ano a praça do Mercado desta capital, mandada construir de conformidade com a lei nº 16, de 30 de novembro de 1864, tendo princípio as obras sob a administração do presidente Francisco Ferreira Correia, para o que se contraiu um empréstimo, sendo as ditas obras concluídas por seus sucessores; foi colocada a primeira pedra fundamental a 25 de dezembro de 1872. O ato esteve solene tanto no assentamento da pedra, como na inauguração a que assistiu o presidente bacharel Luís Eugênio Horta Barbosa, assim como autoridades, funcionários públicos, militares e pessoas do povo.

Idem. São aprovados os estatutos da *Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro*, a 7 do mesmo mês, a qual fora fundada por iniciativa toda particular de alguns irmãos da Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco. Esta sociedade alforriou durante a sua existência e no dia da festa daquele santo a crianças menores do sexo feminino, que hoje gozam de liberdade, sendo algumas bem-educadas.

Idem. Por decreto de 24 de janeiro deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Santa Cruz o bacharel Joaquim Manoel de Araújo, que prestou juramento a 13 de fevereiro deste ano e entrou em exercício a 15 do mesmo mês.⁷⁶¹

Idem. Às 8 ½ horas da noite de 27 de janeiro deste ano, na rua Duque de Caxias, encontrando-se o abastado fazendeiro capitão João Martins de Azambuja Meireles e seu filho Justiniano Martins de Azambuja Meireles (hoje bacharel e juiz municipal do ter-

760 “Em janeiro de 1874 funda-se a Associação Emancipadora Primeiro de Janeiro. No mesmo mês a Irmandade de São Benedito se constitui também manumitente.” [Derenzi, *Biografia*, p. 131]

761 *Relatório* apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, na 1ª sessão da 21ª legislatura. 1874, Quadro das Diversas Comarcas da Província, p. 5.

mo de Itapemirim), com o tenente Genésio Gonçalves Fraga, travaram entre si uma luta por questões particulares e de honra, de que resultou saírem feridos gravemente o capitão Meireles, o tenente Genésio e levemente o bacharel Justiniano Meireles, que veio a socorrer seu pai, pelo que responderam a processo e estiveram todos presos no Estado-maior da Companhia de Infantaria.⁷⁶²

Idem. No mês de janeiro deste ano é mandado pelo ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e deputado por esta província conselheiro José Fernandes da Costa Pereira, aperfeiçoar, prolongar e fazer mais uma parte da estrada que hoje comunica a vila de Guarapari com a ex-Colônia Santa Isabel, mandando abrir para esse fim o crédito de 18:000\$[000]. Também celebrou o mesmo ministro o contrato com a Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor para o fim de tocarem os paquetes da dita companhia no porto desta capital em uma viagem do sul e outra do norte, mensalmente.

Idem. É nomeado a 7 de fevereiro deste ano o capitão Pedro de Santana Lopes para diretor interino da Colônia de Santa Leopoldina,⁷⁶³ visto o desarranjo em que se achava a repartição e negócios daquela colônia e os contínuos distúrbios que ali se davam. Com efeito, melhorou muito aquela colônia, cessaram as conflagrações, diminuíram as despesas, aumentando a lavoura e criando o novo núcleo de Timbuí. Tendo este funcionário servido o cargo de oficial das terras públicas e também de oficial arquivista nesta província, com prática longa de engenharia, seus serviços foram importantes e reconhecidos pelo governo geral e provincial. Nos arquivos daquelas repartições se acham trabalhos topográficos e plantas por ele levantadas, que têm servido para base de muitas obras da província.

762 “Às 8 horas da noite de 27 de janeiro do corrente ano, na rua Duque de Caxias, desta capital, o capitão João Martins de Azambuja Meireles e seu filho, o acadêmico Justiniano Martins de Azambuja Meireles, e o tenente honorário do exército, Genésio Gonçalves Fraga, agrediram-se, e feriram-se mutuamente: o delegado de Polícia da capital compareceu prontamente ao lugar do conflito, prendeu os delinquentes em flagrante, e cumpriu com os deveres, que a lei lhe impõe: os processos estão afetos ao poder judiciário.” [*Relatório* apresentado a S. Ex.ª o Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo Exm.º Sr. Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa por ocasião..., 1874, Segurança Individual e de Propriedade, p. 5]

763 A data informada por Daemon não confere com o relatório: “Por portaria de 15 do mês de março último foi nomeado o capitão Pedro de Sant’Ana para servir o lugar de diretor interino na mesma colônia [Santa Leopoldina].” [*Relatório* apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Exm. Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, por ocasião de passar a administração..., 4 de maio de 1875, Colonização, p. 12]

Idem. Fina-se no dia 8 de fevereiro deste ano o tenente-coronel Manoel do Couto Teixeira, antigo e abastado negociante desta praça. Sendo um dos chefes do Partido Liberal na província, ocupara o finado os cargos de vereador, juiz de paz, eleitor, suplente de juiz municipal e deputado provincial, gozando de popularidade e conceito público.

Idem. Chega no mês de fevereiro deste ano a esta capital o brigue-barca *Sophia*,⁷⁶⁴ trazendo a seu bordo 386 colonos tirolezes para a colônia particular *Nova Trento*, de propriedade do inteligente e ilustrado cidadão italiano Pietro Tabachi, fazendeiro no município da vila de Santa Cruz.

Idem. É inaugurada a 19 de fevereiro deste ano, às 11 horas do dia, a estação telegráfica desta capital para Itapemirim, Campos e Rio de Janeiro sob a direção do hábil e distinto engenheiro César de Rainville. Ao ato estiveram presentes o presidente da província bacharel Luís Eugênio Horta Barbosa, ajudante de ordens e numero-so concurso de pessoas gradas, tendo-se trocado diversos telegramas para Itapemirim, Campos e Corte, entre eles com S. M. o imperador, ministro da Agricultura, Dr. Capanema, e redações de jornais. Em seguida foi oferecido um copo d'água no Hotel da Europa, onde foram trocados diversos brindes.

Idem. A 12 de março deste ano é inaugurado o canal do Pinto, que da Colônia do Rio Novo vai ter à vila de Itapemirim.⁷⁶⁵ Esta custosa e importante obra de há muito reclamada foi feita sob a direção do engenheiro diretor da dita colônia, Joaquim Adolfo Pinto Paca, e por seu ajudante, o engenheiro Coutinho. Este canal fora mandado fazer e construir pelo ex-ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conse-

764 (a) “A 19 de fevereiro do ano seguinte chegava ao porto de Vitória o brigue-barca *Sofia*, depois de 45 dias no oceano. Como o navio era muito comprido, acabou encalhado ao manobrar entre o monte Moreno e a ilha do Boi, e os passageiros tiveram de desembarcar do lado de Vila Velha, de onde foram transportados para a capital. Durante a travessia morreram duas crianças de 11 meses cada uma e chegaram 56 famílias perfazendo um total de 386 pessoas.” [Bussatto, Imigração italiana, *RIHGES*, p. 12] (b) “O trabalho de Pietro Tabachi, agenciando europeus, especialmente da região do Trento, interessados em trabalharem nas suas terras, no lugar Santa Cruz, que aqui chegaram em fevereiro de 1874, no navio *Sofia*, foi essencial para que o processo de desenvolvimento da região fosse deflagrado.” [Demoner, *Imigrantes*, p. 16-7]

765 “Parte daqui o canal do Pinto, isto é, a ligação do Novo com o rio Pinto, que deságua no Itapemirim, entre a vila e a barra.” Rio Novo. [Nery, *Lembranças*, p. 124]

lheiro José Fernandes da Costa Pereira, que muitos serviços tem prestado a esta província na construção de obras e estradas. Mais tarde, na embocadura deste canal, foi construído pelo mesmo engenheiro Pinto Paca uma comporta.

Idem. Neste ano, a 10 de abril, é renovado o contrato para a navegação do rio Itabapoana, de conformidade com a lei provincial que fez essa concessão e contrato de 18 de agosto de 1858. Foi assinada a mesma renovação do contrato pelo então presidente, o ilustrado bacharel Luís Eugênio Horta Barbosa, e pelos contratantes Carlos Pinto de Figueiredo, representado pelo negociante Manoel do Couto Teixeira.⁷⁶⁶

Idem. Por portaria de 18 de abril deste ano do então presidente bacharel Horta Barbosa, e de conformidade com o Art. 82 do regulamento aprovado pela lei nº 35, de 7 de dezembro deste ano, é recomendado que para a boa e ativa cobrança dos que devessem à Fazenda Provincial, e que por ignorância ou descuido não pagavam, fossem chamados por anúncios os contribuintes antes de fazer-se judicialmente a cobrança, meio este que julgamos o melhor, em todos os sentidos, a fim de serem cobradas as dívidas provinciais com aviso prévio, mas que hoje não se tem posto em execução, por desleixo e falta de cumprimento de deveres.

Idem. Por decreto de 25 de abril deste ano é removido o juiz municipal bacharel Misael Ferreira Pena da capital para igual cargo na vila de Itapemirim, e nomeado também por decreto de 25 de abril o bacharel Epifânio Werres Domingues da Silva para igual cargo nesta comarca, o qual prestou juramento e entrou em exercício a 5 de julho deste ano.⁷⁶⁷

Idem. Tendo o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas mandado concluir a capela católica da Imperial Colônia do Rio Novo, sob as vistas e direção do en-

766 “Conforme a autorização dada, acha-se prorrogado por mais 10 anos o contrato de navegação a vapor do rio Itabapoana celebrado com o cidadão Carlos Pinto de Figueiredo. O contrato está assinado pela firma comanditária de Souza Ferreira & Comp., cessionários dos primitivos empresários.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, na 1ª sessão da 21ª legislatura. 1874, Navegação, p. 17]

767 Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, na 1ª Sessão da 21ª Legislatura. 1874, Quadro das Diversas Comarcas da Província, p. 5]

genheiro Joaquim Adolfo Pinto Paca, é a mesma benzida e posta à disposição dos fiéis no dia 26 de abril deste ano, assistindo ao ato diferentes pessoas das vilas de Benevente, Itapemirim e Cachoeiro,⁷⁶⁸ seguindo-se ao mesmo tempo a inauguração da casa construída para escola dos meninos daquela mesma colônia.

Idem. Assume a administração da província no dia 29 de abril deste ano o 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, por ter partido a tomar assento na Assembleia Geral o bacharel Luís Eugênio Horta Barbosa.

Idem. Em 8 de maio deste ano, ao amanhecer o dia, no lugar denominado *Manteiga*, do distrito da vila de Viana, são assassinados o capitão comandante da Companhia de Polícia José Ribeiro da Silva Laranja e o corneta Adeodato Francisco de Araújo por Felismino Gonçalves Coelho. Tendo o capitão Laranja seguido com algumas praças a fim de recrutar soldados para a Companhia de Polícia e para o exército, dirigiu-se a Viana, e naquela noite, tendo cercado a casa em que residia o dito Felismino, foram-lhe abertas as portas ao amanhecer o dia; empurrada pelo mesmo capitão uma de um quarto onde estava Felismino, este desfechou-lhe um tiro de espingarda e outro sobre o corneta Adeodato, e tão fatais foram que a morte seguiu-se à detonação. O pasmo no fato e a rapidez do atentado foram de tal natureza que podendo-se prender o criminoso, que estava com a arma descarregada e fugia à vista de todos por um morro, em lugar descoberto, não foi preso e até hoje vaga impune por aquelas paragens. A consternação por aquela morte foi geral, pois o capitão Laranja fora um dos bravos da campanha do Paraguai, onde por muitas vezes dera provas de valor pelo que era condecorado.⁷⁶⁹ Animoso por demais e temerário, abusando e facilitando na ocasião, quando menos esperava perdeu a vida, deixando na consternação sua viúva e família.

768 “Acha-se inaugurada a Capela Católica, e exerce o cargo de capelão o padre Aniceto Martins.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, na 1ª sessão da 21ª legislatura. 1874, Colonização, p. 18]

769 “Assassinato do capitão José Ribeiro da Silva Laranja e Adeodato Francisco dos Anjos, por Felismino Gonçalves Coelho, na madrugada de 7 de maio, no lugar denominado Manteiga, do município de Viana.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, na 1ª sessão da 21ª legislatura. 1874, Segurança Individual e de Propriedade, p. 3]

Idem. Por decreto de 4 de junho deste ano é nomeado juiz de direito da comarca dos Reis Magos o bacharel Carlos José Pereira Bastos, que prestou juramento a 3 e assumiu o exercício a 6 de agosto do mesmo ano; serviu o cargo de chefe de Polícia interinamente algumas vezes e neste ano até o mês de dezembro, conservando-se ainda hoje no exercício de juiz de direito.

Idem. A 21 de junho deste ano falece na vila de Santa Cruz o súdito italiano Pietro Tabachi, já em idade de mais de cinquenta anos, tendo residido por muitos anos nesta província, para onde veio ainda muito moço.⁷⁷⁰ Homem inteligente e ilustrado, tendo mesmo o curso de Medicina, que não concluiu em seu país por ter-se envolvido em uma revolução, para aqui viera e se estabelecera montando uma fazenda, mas sempre dedicado ao estudo. Um ano antes de sua morte sacrificara parte dos bens que possuía e partiu para a Europa, a fim de realizar a vinda de colonos tirolezes para montar um núcleo colonial, o que com muitos sacrifícios obteve, mas os colonos, apesar do muito que ele fizera, não conservaram-se satisfeitos, pois, aconselhados e induzidos por outrem, revoltaram-se causando isso grande desgosto a Tabachi, agravando a afecção de coração que sofria e arrastando-o à sepultura em poucos dias. Tabachi era homem muitíssimo instruído, de vistas largas e empreendedor, e julgamos imparcialmente que a província perdeu nele um homem de mérito real.

Idem. No dia 29 de junho, às 11 horas da manhã, é assentada, na sede da Colônia de Santa Leopoldina, a pedra fundamental da casa que hoje serve de quartel e cadeia naquela localidade, e pelo então diretor daquela colônia, capitão Pedro de Santana Lopes, sendo a mesma pedra benzida pelo cura José Maximiliano Frid e estando presentes ao ato todos os empregados da colônia e mais de duas mil pessoas.

Idem. Instala-se a 7 de julho deste ano a estação telegráfica da vila de Benevente, tendo-se trocado muitos telegramas congratulatórios para a Corte e cidade da Vitória, capital da província.

770 “Pedro Tabachi morreu em 21 de junho de 1874.” [Busatto, Imigração Italiana, *RIHGES*, p. 14]

Idem. No dia 20 de agosto deste ano, pelas 10 horas da manhã, foram conduzidos pelo pessoal administrativo da Colônia do Rio Novo os ossos do finado major Caetano Dias da Silva, fundador daquela colônia e um dos homens de mais engenho, estudioso e empreendedor que temos conhecido. Havendo falecido na Corte no ano de 1868, foram por seu filho, o major Caetano Dias da Silva Júnior, trasladados seus ossos à Capela de Santo Antônio daquela antiga colônia, que fora para o major Caetano o seu sonho dourado. No ato de depositar-se seus restos naquela capela foram recitados diversos discursos análogos aos feitos e trabalhos daquele importante cidadão.

Idem. Instala-se neste ano, no dia 8 de setembro, a 1ª sessão da 20ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, concernente aos anos de 1874 a 1875, sendo reconhecidos deputados: Joaquim Vicente Pereira, Dr. Heliodoro José da Silva, bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, Dr. Raulino Francisco de Oliveira, coronel Dionísio Álvaro Resendo, engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Paca, coronel Manoel Ferreira de Paiva, tenente Emílio da Silva Coutinho, tenente Manoel da Silva Simões, major Sebastião Fernandes de Oliveira, major Joaquim Pereira Franco Pissarra, capitão Pedro de Santana Lopes, bacharel Misael Ferreira Pena, capitão Basílio Carvalho Daemon, coronel Olindo Gomes dos Santos Paiva, major Joaquim José Gomes da Silva Neto, major Antônio Leitão da Silva, coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, engenheiro bacharel José Feliciano de Noronha Feital.⁷⁷¹ Foi composta a mesa no primeiro ano da legislatura: presidente bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, 1º secretário coronel Manoel Ferreira de Paiva, 2º secretário tenente Emílio da Silva Coutinho. No segundo ano foi composta a mesa: presidente bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, 1º secretário coronel Manoel Ferreira de Paiva, 2º secretário capitão Pedro de Santana Lopes.

Idem. Faleceu a 29 de setembro deste ano, em sua casa nesta capital, o coronel Gaspar Manoel de Figueiroa, com mais de oitenta anos de idade. Para aqui viera ainda moço e já com praça de alferes; ocupou diversos postos, serviu na guerra da Independên-

771 Lista de deputados eleitos para a 20ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 8 de setembro de 1874. [Pena, *História da província*, p. 101]

cia, e nesta capital fez quase todo o tirocínio militar até que se reformou, tendo presenciado os episódios mais singulares dados nesta capital em princípio deste século.

Idem. Tendo-se neste ano formado uma sociedade secreta na vila de Itapemirim, com sessões nos lugares conhecidos por *Muqui e Piabanha*, sendo esta filial daquela, partiu, pois, desta capital o chefe de Polícia bacharel Raimundo da Mota de Azevedo Correia, acompanhado de vinte praças de linha comandadas por um alferes; ali chegando procedeu de tal forma que pôde prender a maior parte dos associados, sendo uns ali processados e outros que, trazidos presos a esta capital, foram remetidos para o exército, acabando-se assim aquela associação especulativa, mas que já causava receios à população. Às ordens dadas com todo o segredo e perícia pelo então presidente da província coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, se deve o bom êxito desta diligência.

Idem. Neste ano é celebrado um contrato para a limpa e desobstrução dos rios *Novo e Piúma* e sua navegação, de conformidade com a lei provincial nº 24 de 26 de outubro de 1873, contrato que foi assinado pelo presidente bacharel Horta Barbosa e o empresário Tomás Dutton Júnior, em 20 de março deste mesmo ano.⁷⁷²

Idem. Dirige a Assembleia Provincial, a 9 de novembro deste ano, por intermédio da mesa, que era composta do bacharel José Camilo Ferreira Rebelo, como presidente, e o coronel Manoel Ferreira de Paiva e tenente Emílio da Silva Coutinho, como 1º e 2º secretários, ao então administrador da província, o 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, uma felicitação pela atividade, zelo, prudência e acerto com que sabia haver-se na gerência dos públicos negócios, tendo com a maior economia amortizado parte da dívida ativa provincial, e assim feito com que caminhasse a província em progresso debaixo de sua refletida administração, ao que o mesmo coronel respondeu agradecendo.

772 “Acha-se celebrado o contrato com Thomas Dutton Júnior para navegação a vapor nos rios Novo a Piúma, entre os portos de Itapemirim, Piúma, Benevente e Guarapari, na conformidade da lei provincial nº 24 de 16 de outubro do ano passado.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Dr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas na 1ª sessão da 21ª legislatura, 1874, Navegação, p. 17]

Idem. Pela lei provincial nº 13 de 9 de novembro deste ano é concedido privilégio exclusivo por 15 anos a José Antônio Soares para estabelecer um curtume de sua invenção nos subúrbios desta capital.

Idem. É concedido pela lei provincial nº 16 de 14 de novembro deste ano a Manoel da Costa Madeira privilégio para montar uma fábrica especial de sistema moderno para o fabrico de azeite, sabão e velas de cera e sebo.

Idem. Falece a 27 de novembro deste ano na Corte, no importante Hospital de São Francisco da Penitência, de cuja ordem era irmão, e às dez e meia horas da manhã, o mais trabalhador e investigador filho desta província, o antigo advogado, inteligente e ilustrado autor major José Marcelino Pereira de Vasconcelos. Foi o finado um escritor fluente e fecundo, escavador das coisas pátrias, jornalista e membro correspondente de muitas sociedades científicas. Publicou sobre jurisprudência muitas obras, entre elas: *Guia dos juízes municipais e de órfãos*, *Consultor jurídico*, *Manual dos tabeliães*, *Roteiro dos delegados e subdelegados*, *Manual dos juízes de paz*, *Livro dos jurados*, *Advogado comercial*, *Arte de requerer em juízo*, *Código criminal do Império do Brasil*, *Canhenho dos depositários públicos*, *Guia do povo no Foro Civil e Criminal*, *Livro das terras*, *Manual da Guarda Nacional*, *Manual dos promotores públicos*. Sobre história e literatura publicou: *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo*, *Seleto brasiliense*, *Catecismo histórico e político*, *Jardim poético* e ainda em avulsos, muitos documentos e biografias. Como jornalista foi proprietário e redigiu, dentre outros jornais, *O Semanário*, *O Tempo*, *O Espírito-Santense*. Ocupou o finado muitos cargos públicos e de eleição popular, como fossem: professor público, oficial da Secretaria da Assembleia, inspetor do Tesouro, procurador fiscal, vereador, eleitor, deputado geral, deputado provincial e advogado de nomeada, sendo major da Guarda Nacional. Político ativo, embora algumas vezes se tivesse excedido em certos atos, gozava de popularidade em toda a província. Acérrimo membro e chefe proeminente do Partido Liberal, afastara-se finalmente dessa política por traição e ingratidão de seus correligionários, unindo-se ao Partido Conservador, a que veio a servir com toda a lealdade e por quem foi eleito deputado geral. O finado foi sócio do *Instituto Histórico da Bahia*, e de sociedades literárias, às quais prestou assinalados servi-

ços. Como escritor sobre jurisprudência, ninguém mais do que ele até hoje publicou tantas obras sobre Direito, que foram sempre bem recebidas, e admirada por hábeis e ilustrados juriconsultos a sua facúndia. E, força é confessar que, apesar do muito que fez, e o quanto honrou a província onde nasceu, nem um retrato, nem um busto, nem um mausoléu existe até hoje que lhe comemore a memória!...

Idem. Funda-se neste ano, nesta capital, uma sociedade com o título *Clube Recreio Carnavalesco*, com o fim de oferecer a seus sócios distrações, havendo para esse fim jogo de bilhar, xadrez, gamão e bagatela; gabinete de leitura, aula de música e partidas mensais de dança. Foi instalada no dia 19 de dezembro com um baile, tendo nesse dia tomado posse a primeira diretoria. A sociedade principiou a cumprir o seu programa, mas afinal os ambiciosos e desmanteladores acabaram por matá-la, havendo-se retirado muitos sócios desgostosos, o que a fez baquear.

Idem. É criada neste ano a Caixa Econômica e Monte de Socorro, principiando suas operações no dia 1º de dezembro do ano seguinte, em que foi instalada.

Idem. Neste ano dá o provincial dos Franciscanos da Corte, frei João do Amor Divino Costa, princípio aos consertos e restauração do Convento da Penha, para o que trouxe da Corte o perito e hábil escultor José Fernandes Pereira, que durante quatro para cinco anos trabalhou nessas obras, que, conquanto não estejam concluídas, pela escultura do zimbório, retábulos, cornijas, capitéis e arcadas, se nota o primor e concepção artística. Acha-se hoje prontificado o assoalho de toda a igreja em estilo mosaico,⁷⁷³ tendo a casa dos romeiros custado não poucos contos de réis, fazendo o dito provincial por acabar tão importantes obras, apesar das dificuldades de materiais, custo de mão-de-obra e outros embaraços com que tem lutado.

Idem. Faleceu no mês de dezembro deste ano, em sua fazenda da freguesia do Alegre, o abastado fazendeiro coronel Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama, que da província de Minas Gerais, onde nascera, viera estabelecer-se nesta província.

773 Röwer, *Convento*, p. 30.

Havendo cursado preparatórios, não se descuidara durante a vida de em seu gabinete estudar e aprofundar as matérias científicas e foi assim que em Medicina e em Direito tinha vastos conhecimentos, possuindo dessas duas ciências uma boa livreria. Morreu septuagenário, mas sempre entregue ao estudo. Pertencia a uma das mais ilustres, antigas e respeitadas famílias do Brasil, a dos Nogueira da Gama, que muito o estimava. O coronel Xavier fora sempre um fervoroso sectário das ideias conservadoras, e chefe deste partido na localidade onde residia. Era condecorado e ocupara muitos cargos públicos, tanto em Minas Gerais como nesta província, obtidos ou por nomeação do governo ou por eleição popular.

1875. Publicou-se neste ano, na vila de Itapemirim, no dia 3 de janeiro e sob a redação e propriedade do Sr. Augusto A. Pereira César, um periódico sob o título *Operário do Progresso*,⁷⁷⁴ unicamente dedicado aos interesses da província. Nele colaboraram o bacharel José Feliciano Horta de Araújo, e engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha e Joaquim Adolfo Pinto Paca.

Idem. Faleceu no dia 8 de janeiro deste ano o capitão Francisco Ladislau Pereira, tesoureiro do Tesouro Provincial, lavrador e homem muito estimado por seus conhecimentos e excelentes qualidades; fora sempre sectário do Partido Liberal, ao qual prestou muitíssimos serviços. Para o lugar que ocupava este digno cidadão foi nomeado por ato da Presidência de 9 do mesmo mês, para servir interinamente o dito cargo, o honrado contador aposentado do Tesouro Provincial, major Sebastião Fernandes de Oliveira, hoje tesoureiro da Caixa Econômica e Monte de Socorro desta capital.

Idem. Neste ano, nos dias 25 e 26 de janeiro, em consequência das grandes chuvas e enchentes dos confluente do rio Itapemirim, é inundada a vila de São Pedro do Cachoeiro, ficando parte das casas térreas embaixo d'água e as ruas com dois e três me-

⁷⁷⁴ “Jornal dedicado aos interesses da província. O primeiro número apareceu aos 3 de janeiro de 1875. Quando surgiu, o único periódico que existia na província era o *Espírito-Santense*. Em seu artigo de apresentação, comprometia-se a ser imparcial em questões pessoais e políticas, e esforçava-se pelo desaparecimento do analfabetismo.” [Pereira, Imprensa, p. 38]

tros de água, causando enormes prejuízos aos moradores da dita vila. Esta enchente foi superior às dos anos de 1862, 1866 [e] 1873, que também deram àqueles moradores e aos da vila do Itapemirim prejuízos extraordinários.

Idem. No mês de janeiro deste ano é nomeado pelo ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, conselheiro José Fernandes da Costa Pereira, o hábil engenheiro austríaco Andreas Lebin Cernadack para proceder nesta província aos estudos necessários para desobstrução da barra da Vitória, tendo o mesmo engenheiro feito as sondagens, percorrendo a baía e alto-mar em frente à barra, levantando uma carta topográfica e descritiva a esse respeito, e que apresentou-a a 27 do mesmo mês de janeiro. Foi nesses trabalhos coadjuvado pelo ilustrado e habilíssimo engenheiro César de Rainville.

Idem. Por carta imperial de 6 de fevereiro deste ano é transferido da província do Amazonas para presidente desta província o bacharel Domingos Monteiro Peixoto (hoje barão de São Domingos), que prestou juramento e tomou posse a 4 de maio, sendo exonerado a 4 de dezembro do mesmo ano.⁷⁷⁵

Idem. Por decreto de 13 de fevereiro deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Santa Cruz o bacharel Luís Ferreira Tinoco, que prestou juramento a 4 e entrou em exercício a 5 de março,⁷⁷⁶ sendo removido para a comarca do Lambari, em Minas Gerais, a 11 de outubro de 1876.

Idem. Naufraga a 24 de fevereiro deste ano, pelas 4 horas da madrugada, o vapor *Diligente*, pertencente à Companhia Espírito Santo e Campos, e que na véspera havia saído desta capital levando a seu bordo a comissão de estudos sobre o traçado da estrada

⁷⁷⁵ “Nomeado presidente desta província por carta imperial de 6 de fevereiro último, depois do juramento de estilo, assumi a administração no dia 4 de maio.” [Fala com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembleia Provincial do Espírito Santo, na sessão do dia 18 de setembro de 1875, p. 2]

⁷⁷⁶ “Tendo sido nomeado por decreto de 11 de fevereiro último o bacharel Luís Antônio Ferreira Tinoco, juiz de direito da comarca de Santa Cruz, e havendo-se apresentado nesta capital, prestou o devido juramento em data de 4 de março passado e entrou em exercício de seu cargo no dia 5 do mesmo mês.” [Relatório apresentado a S. Exm. o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Exm. Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, por ocasião da 1ª sessão da 21ª legislatura, 1874, Quadro das Diversas Comarcas da Província, p. 5]

de ferro desta capital para Minas Gerais, representada por seu diretor o engenheiro Miguel de Teive e Argolo, perdendo-se parte ou todos os trabalhos que levavam para serem apresentados ao respectivo ministro; ia também o engenheiro Andreas Cernadack, que viera estudar a desobstrução e melhoramento da barra desta capital, assim como muitos outros passageiros e famílias. Os prejuízos trazidos ao comércio e aos particulares desta capital foram extraordinários. O vapor perdera-se na altura das ilhas de Mari-cá, e por negligência do comandante.

Idem. É assinado, a 13 de maio deste ano, o contrato modificado para navegação dos portos da capital, vila do Espírito Santo, Itaquiari, Itacibá, Porto Velho, Cariacica e intermediários até o Cachoeiro de Santa Leopoldina, de conformidade com as leis nº 12 [d]e 18 de outubro de 1873, e nº 35 de 14 de novembro de 1874, sendo seu empresário o bacharel e engenheiro civil José Feliciano de Noronha Feital, sendo organizada uma companhia no Ceará, no mês de outubro, para levar a efeito a dita navegação, cuja inauguração teve lugar a 6 de setembro de 1876 com o pequeno vapor *Fortaleza*. Não tendo cumprido o seu contrato, foi por ato de 6 de setembro dada por finda aquela empresa. Esta navegação tornou-se tão péssima e irregular que, afinal, para cumprir parte do contrato, a companhia apresentou um vapor desprezado no Rio de Janeiro por inutilizado, para que servisse à navegação dos portos indicados, sendo por isso rescindido o contrato por prejudicial à província, como se verifica da lei nº 10 de 10 de agosto de 1877. Depois disto, tem havido uma ou outra navegação em alguns daqueles portos, mas sem contrato firmado.

Idem. A 16 de junho deste ano é inaugurada a estação telegráfica da cidade da Serra pelo engenheiro da linha telegráfica desta província, César de Rainville, trocando-se nessa ocasião diversos telegramas entre o mesmo ilustre engenheiro, presidente da província e outros.

Idem. A 23 de junho deste ano é concedida pelo governo geral a garantia de juros sobre 2.000.000\$[000] para a fatura da estrada de ferro desta província,⁷⁷⁷ ha-

⁷⁷⁷ Decreto nº 5.973, de 23 de junho de 1875 – Concede, durante trinta anos, fiança de garantia de juros de 7% ao ano para o máximo capital de mil e oitocentos contos de réis, destinados à construção de parte da estrada de ferro da Vitória a Natividade, na província do Espírito Santo.

vendo por essa causa grandes regozijos nesta capital, saindo o povo na noite do dia 26, em que recebeu-se a notícia, em passeio pelas ruas tendo à frente duas bandas de música, recitando-se discursos, poesias e dando-se vivas ao Gabinete 7 de março, e especialmente ao deputado Dr. Heliodoro José da Silva e ao conselheiro José Fernandes da Costa Pereira, então ministro dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e deputado por esta província.⁷⁷⁸

Idem. Neste ano, tendo-se declarado na província a epidemia das bexigas, e especialmente nesta capital, onde fez muitas vítimas, a Irmandade de São Benedito do Convento de São Francisco estabeleceu ali um hospital para os variolosos, o qual prestou importantes serviços, sendo ali recolhidos muitos dos infectados da epidemia.⁷⁷⁹ A comissão incumbida daquele hospital não se poupou a esforços no tratamento dos doentes, e menção merecem pelo muito que trabalharam e se prestaram o tenente Antônio Augusto Nogueira da Gama, tabelião nesta capital, e Sebastião da Guia Tristão, relojoeiro. O presidente da província coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas também foi incansável em tomar providências, já pondo quantias à disposição, já tomando medidas para as localidades.

Idem. Por decreto de 7 de julho deste ano é nomeado o capitão Sebastião Raimundo Ewerthon para comandar a Companhia de Infantaria desta província, por se haver reformado no posto de tenente-coronel o comandante da mesma companhia major Luís Martins de Carvalho, tendo o mesmo capitão Ewerthon assumido o comando no dia 2 de setembro deste mesmo ano.

Idem. É efetuado a 12 de julho deste ano um contrato com o general Franzini para a introdução de 50.000 imigrantes para esta província, cujo contrato não teve efeito.

⁷⁷⁸ “Dando-vos esta faustuosa notícia, que com entusiasmo foi recebida pela população desta capital e de toda província, faltaria a um dever imperioso, se em nome dela não se manifestasse a sua gratidão para com o seu representante, o conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior, que nos conselhos da Coroa e no parlamento, propugnou sempre com tenacidade pelo progresso do Espírito Santo...” [Fala com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembleia Provincial do Espírito Santo na sessão do dia 18 de setembro de 1875, Estrada de Ferro, p. 55-6]

⁷⁷⁹ “E para o tratamento dos variolosos empreendi, e felizmente consegui com o auxílio da caridade pública, estabelecer uma enfermaria no Convento de São Francisco desta cidade...” [Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Exm. Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, por ocasião..., 4 de maio de 1875, Salubridade Pública, p. 16]

Idem. Em vista do decreto nº 5.973 de 4 de agosto deste ano, que restabeleceu o decreto nº 5.319 de 24 de junho de 1873, é mandado pela Presidência observar a resolução presidencial de 7 de março de 1872 a respeito da nomeação de juiz municipal dos termos reunidos de Linhares e Santa Cruz, ficando sem efeito a nomeação de juiz municipal de Linhares e Nova Almeida.

Idem. É nomeado em agosto deste ano capitão do Porto desta província o capitão-tenente Antônio Severiano Nunes, que assumiu o exercício a 4 de setembro deste mesmo ano.

Idem. Por decreto de 9 de setembro deste ano é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Manoel Antunes Pimentel,⁷⁸⁰ que prestou juramento e entrou em exercício a 31 de setembro do mesmo ano, sendo exonerado do dito cargo a 12 de setembro de 1877, sendo-lhe posteriormente designada uma comarca na Bahia, como juiz de direito.

Idem. Falece neste ano, a 17 de setembro, o capitão-de-mar-e-guerra reformado João Paulo da Costa Neto, que aqui residia, casara-se e ocupara o lugar de capitão do Porto. Foi o seu enterro bastantemente concorrido, fazendo-lhe as honras do estilo a Companhia de Infantaria e a Companhia de Aprendizes Marinheiros.

Idem. É inaugurado no dia 20 de setembro deste ano um teatro feito a expensas dos habitantes da cidade de São Mateus, dando sua primeira récita no dia seguinte, 21 do mesmo mês, sendo o Sr. Joaquim de Souza Vila-Nova o diretor daquela obra.

Idem. Neste ano, a 24 de setembro, é publicado nesta capital um periódico científico, literário e industrial, intitulado *A Aurora*, sob a direção dos estudantes do *Ateneu Provincial* Monteiro Peixoto, Muniz Freire e Afonso Cláudio, mas teve pouca duração.

Idem. É concedido pela Assembleia Provincial, na lei nº 8 de 9 de novembro deste ano o privilégio por 10 anos e a garantia de juros de 7 por % sobre cem contos de réis,

780 “A Repartição de Polícia acha-se a cargo de um cavalheiro de fino trato, em tudo igual aos seus colegas, o Dr. Manoel Antunes Pimentel.” [Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado pelo Exm. Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas por ocasião ocasião de passar a administração..., 3 de janeiro de 1876, Administração da Justiça, p. 2]

a quem inaugurasse a navegação fluvial do *rio Doce*. Esta lei depois sofreu alterações diversas. Levantou-se uma companhia, estando à frente dela o negociante Francisco da Rocha Tagarro, o qual mais tarde apresentou o vapor *Rio Doce*, tendo lugar a inauguração da mesma, nesta capital, a 16 de fevereiro de 1879.

Idem. Neste ano, a 25 de novembro, principiaram pela primeira vez no Espírito Santo os exames gerais de preparatórios perante a Delegacia Especial da Instrução Pública da Corte nesta província, sendo seu delegado o major Joaquim José Gomes da Silva Neto. Mais tarde foram suspensos esses exames na província, sendo em 1878 outra vez restabelecidos.

Idem. Instala-se no dia 1º de dezembro deste ano a *Caixa Econômica e Monte de Socorro* desta capital, sendo seus primeiros diretores Francisco Pinto de Oliveira, coronel Manoel Ferreira de Paiva, capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire, major Joaquim José Gomes da Silva Neto e tenente-coronel José Ribeiro Coelho, e empregados nomeados com aprovação do governo geral no mês de novembro, Manoel Pinto Ribeiro Manso, escriturário; major Sebastião Fernandes de Oliveira, tesoureiro; Aprígio Guilhermino de Jesus, amanuense; Vicente Rufino Ferreira Coutinho, porteiro; Francisco Pinto de Oliveira Júnior, avaliador.

Idem. Publica-se neste ano, no dia 1º de dezembro, nesta capital, um periódico em grande formato, sob o título *O Comércio*, de propriedade e redação dos bacharéis José Feliciano de Noronha Feital e José Joaquim Peçanha Póvoa, tendo o mesmo desaparecido por penhora e embargo feito à tipografia por um negociante da Corte.

Idem. Por carta imperial de 4 de dezembro deste ano é nomeado presidente desta província o bacharel Manoel José de Menezes Prado, que prestou juramento e entrou em exercício a 3 de janeiro de 1876, sendo exonerado a 13 de dezembro do ano citado.

Idem. Assume a administração da província o íntegro 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho de Mascarenhas, no dia 24 de dezembro, por ter sido exonerado o bacharel Domingos Monteiro Peixoto.

Idem. Por atos da Presidência datados de 29 e 30 de dezembro deste ano foram nulificados os contratos feitos pelo ex-presidente da província, bacharel Domingos Monteiro Peixoto, hoje barão de São Domingos, por serem lesivos à Fazenda Provincial, e foram rescindidos os da compilação das leis provinciais,⁷⁸¹ o da iluminação a gás,⁷⁸² o da limpa do rio Santa Maria,⁷⁸³ o da navegação a vapor dos rios São Mateus e Itaúnas,⁷⁸⁴ o da publicação do *Dicionário Histórico e Geográfico*,⁷⁸⁵ o do aumento dos vencimentos de alguns empregados que já eram regulados, por só ter vigor o regulamento do 1º de julho de 1876.

1876. É criado por ato presidencial de 11 de fevereiro deste ano o foro civil e criminal na vila de Nova Almeida, de conformidade com o disposto no Art. 2º do decreto nº 276 de 24 de março de 1843.

Idem. Chegam a esta capital no dia 24 de fevereiro deste ano, 276 imigrantes italianos para a Colônia de Santa Leopoldina, vindos no brigue *Mohely*.⁷⁸⁶

Idem. É por ato da Presidência da província, datado de 28 de fevereiro deste ano, subdividido o termo de Santa Cruz em três distritos: o de Santa Cruz, São Benedito do Riacho e Linhares, de conformidade com a lei provincial nº 6 de 6 de novembro de 1875, que desanexou da comarca de Santa Cruz o município de Nova Almeida, sendo ainda a 8 de março mandado observar o ato de 28 de fevereiro.⁷⁸⁷

781 *Relatório* apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado pelo Exm. Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas por ocasião..., 3 de janeiro de 1876, Compilação das Leis Provinciais p. 5-7.

782 *Idem*, Iluminação a Gás, p. 7-8.

783 *Idem*, Desobstrução do Rio Santa Maria, p. 4-5.

784 *Idem*, Navegação Fluvial a Vapor de S. Mateus e Itaúnas, p. 7.

785 Dicionário de autoria de César Augusto Marques. [*Idem*, *Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico*, p. 4]

786 (a) *O Espírito-Santense*, 26 de fevereiro de 1876, p. 2. (b) “O navio *Mohely* chegou com 276 imigrantes em 25 de fevereiro de 1876.” [Busatto, *Imigração Italiana*, p. 17]

787 “Pela lei nº 6 de 6 de novembro foi anexado à comarca da Conceição da Serra, o termo de Nova Almeida, que fazia parte da de Santa Cruz.” [*Relatório* apresentado a S. Ex. o Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto, por ocasião de deixar a administração da província..., 1876, *Administração da Justiça*, p. 3]

Idem. É nomeado neste ano capitão do Porto nesta província o capitão-tenente José Pinto da Luz, que entrou em exercício a 3 de março de 1876, tendo-o deixado a 11 de abril de 1877.⁷⁸⁸

Idem. Dá neste ano, na vila de Benevente, a alma ao Criador, no dia 14 de março, às 5 horas da tarde, o comendador Manoel Francisco da Silva. O finado, antigo lavrador e comerciante, possuía fortuna regular, sendo chefe prestimoso do Partido Conservador e pai do ex-deputado geral e provincial Dr. Heliodoro José da Silva.

Idem. Tendo sido fundada nesta capital uma sociedade de artistas com o título de *Tertúlia*, são seus estatutos aprovados em data de 16 de março deste ano.⁷⁸⁹ Esta sociedade nunca prosperou e até hoje jaz em completo esquecimento, tendo alguns sócios entrado com quantitativos de que nenhum resultado tiraram.

Idem. É inaugurada a 26 de março deste ano a estação telegráfica da vila de Santa Cruz, tendo-se nesta ocasião trocado muitos telegramas congratulatórios.

Idem. Tendo sido condenado pelo juiz de direito da comarca, à prisão simples, o secretário do Governo da província, Benjamim Constant Pereira da Graça, por injúrias em artigos de jornal, é recolhido preso ao Estado Maior do Quartel de Infantaria, e depois perdoada a dita pena em virtude do indulto imperial de 14 de abril deste mesmo ano. É este fato virgem nos anais brasileiros.

Idem. É nomeado a 26 de abril deste ano juiz de direito da comarca de São Mateus o bacharel Antônio Lopes Ferreira da Silva, que prestou juramento e entrou em exercício a 23 de maio do mesmo ano, tendo falecido nesta capital, onde se achava com licença, na noite de 29 de dezembro do ano seguinte.

788 “Continua no exercício interino de capitão do Porto desta província o capitão tenente José Pinto da Luz, que mostra-se solícito no cumprimento de seus deveres.” [*Relatório* apresentado à Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo na 2ª sessão ordinária da 21ª legislatura provincial pelo presidente desta província Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama..., 3 de março de 1877, *Capitania do Porto e Companhia de Aprendizes e Marinheiros*, p. 30]

789 (a) *O Espírito-Santense*, 18 de março de 1876, p. 3. (b) “Com esta denominação organizou-se na capital em 9 de janeiro de 1876 uma associação composta de nacionais e estrangeiros. Os estatutos foram aprovados pela Presidência da província por ato de 13 de março do mesmo ano.” [Marques, *Dicionário*, p. 236]

Idem. Neste ano, a 14 de maio, sai à luz da publicidade na vila do Itapemirim, um periódico sob o título *O Itapemirinese*,⁷⁹⁰ sendo noticioso, literário, comercial e agrícola, de propriedade e redação de uma associação, sendo seu redator Cândido de Araújo Brizindor; era completamente imparcial às lutas políticas.

Idem. É inaugurada na vila de Linhares a 20 de maio deste ano a estação telegráfica, pelo Dr. César de Rainville, tendo-se nessa ocasião trocado com esta capital e a Corte diversos telegramas.

Idem. A 24 de junho deste ano aparece à luz da publicidade nesta capital um periódico em grande formato sob o título *Gazeta do Comércio*,⁷⁹¹ que veio substituir *O Comércio*, mas sendo então de propriedade e redação do bacharel J. J. Peçanha Póvoa.

Idem. No mês de junho deste ano apresentam-se na Colônia de Santa Leopoldina, no Timbuí, trinta índios e seu chefe, sendo agasalhados pelo negociante Luís da Silva Quintais, que lhes forneceu comida, roupa e os presenteou, retirando-se os mesmos depois para a mata, mas tendo causado grande pavor aos colonos italianos daquele núcleo, que nunca tinham visto aborígenes.

Idem. Declara-se incêndio no dia 30 de junho deste ano na casa do fogueteiro sita à rua de Cristóvão Colombo (Capixaba), indo pelos ares com a explosão o teto da casa, ficando queimadas horrivelmente a esposa do fogueteiro Manoel Gomes e uma sepultagenária que se achava em um quarto próximo daquele em que se dera a explosão, vindo depois a falecer. As casas próximas sofreram bastante pelo abalo, e seriam reduzidas a cinzas a não ter-se acudido a tempo; pôde-se no entanto estorvar a continuação do incêndio.⁷⁹²

790 *O Itapemirinese*, Itapemirim, Tipografia do Itapemirinese, ano 1, n. 11 (1876).

791 *Gazeta do Comércio*, Vitória, Tipografia da Gazeta do Comércio, 1876. Foi publicado até 1878, sendo substituído pelo periódico *Gazeta da Vitória*.

792 *O Espírito-Santense*, 1º de julho de 1876, p. 2.



Idem. Neste ano é apresentado ao governo imperial pelo engenheiro Hermilo Cândido da Costa um relatório circunstanciado sobre a projetada estrada de ferro da capital a Minas Gerais, pelo vale do rio Doce,⁷⁹³ tendo-se em tal exploração trabalhado alguns meses, gastando-se não poucos contos de réis. Para esta estrada foi decretada garantia de juros sob 2.000 contos, a favor de quem a realizasse, mas não tem o governo até hoje aprovado contrato algum.

Idem. Neste ano, no dia 2 de agosto, às 5 ½ horas da tarde, faleceu o ilustrado e inteligente lente de Latim do Ateneu Provincial Inácio dos Santos Pinto,⁷⁹⁴ com geral consternação dos habitantes da província, que o estimavam por suas excelentes qualidades e o respeitavam por sua inteligência e saber. Inácio dos Santos Pinto tinha sido mestre de muitíssimos moços, alguns dos quais estão hoje formados e ocupam altas posições sociais. Homem concentrado, probo e virtuoso, entregara-se durante a vida ao estudo aturado das línguas mortas e vivas, em que era muito versado, sabendo perfeitamente o latim, francês, inglês, italiano, alemão, espanhol e grego, e não desconhecendo algumas ciências, que lecionou algumas vezes quando por falta de lentes ia substituí-los nas cadeiras. Sua biografia foi por nós escrita no presente ano de 1879, três anos depois de sua morte. Jaz o finado enterrado no jazigo pertencente à sua família, no Convento de São Francisco, onde nem uma lápide cobre a sepultura do homem que mais serviços prestou à mocidade espírito-santense.

Idem. Aparece neste ano, nesta capital, no dia 6 de agosto, o primeiro número de um pequeno periódico, sob o título *A Liberdade*,⁷⁹⁵ de redação dos Srs. José de Melo Carvalho Muniz Freire e Cândido Vieira da Costa. Era literário e científico, mas teve pouca duração.

793 “Mandei ouvir a respeito da realização deste importante melhoramento ao engenheiro Hermilo Cândido da Costa Alves, incumbido pelo governo imperial dos estudos e exploração da estrada de ferro, que deve ligar esta província à de Minas Gerais.” [Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo Exmo. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto por ocasião de deixar a administração..., 1876, Estrada de Ferro entre Porto Velho e a Vila do Cachoeiro de Itapemirim, p.19]

794 *O Espírito-Santense*, 3 de agosto de 1876, p. 2.

795 *Idem*, 8 de agosto de 1876, p. 2.

Idem. Tendo-se instalado neste ano uma sociedade humanitária sob o título *Sociedade Auxiliadora*, são apresentados no dia 13 de agosto os seus estatutos em Assembleia Geral,⁷⁹⁶ e remetidos à Presidência da província para rever e aprová-los, o que de fato, por ato de 30 do mesmo mês, foi realizado. Esta associação, que prometia um futuro lisonjeiro, cumpriu durante algum tempo a distribuição de esmolas todos os meses aos pobres da capital, que se achavam inutilizados por defeitos orgânicos ou velhice, acha-se hoje paralisada. Existindo em caixa quantia avultada, não tem cumprido ultimamente o seu fim, porque, como todas as associações criadas nesta capital, conserva-se como sempre *encampada*.

Idem. A 7 de setembro deste ano, na barra do rio Doce, naufraga a lancha *Vencedora*, de propriedade do construtor José Ribeiro Pinto Raposo, a qual para ali fazia viagens. Levando a bordo cinco pessoas, inclusive um filho do proprietário, morreram quatro, só se salvando um dos tripulantes e perdendo-se todo o carregamento. Mais tarde foram encontrados os cadáveres dos naufragos em diversos lugares.⁷⁹⁷

Idem. Neste ano, no dia 8 de setembro, à tarde, e quando ia sair a procissão de Nossa Senhora da Vitória da Matriz da capital, deu-se um grave conflito entre o vigário da dita freguesia, padre Mieceslau Ferreira Lopes Wanzeller, e a Irmandade do S. S. Sacramento ereta na mesma Matriz, onde tem capela especial, em consequência do vigário querer levar como sacristão seu escravo de nome Antônio para conduzir a naveta e turíbulo. Tornou-se a questão de tal natureza, que apesar do mesmo já se achar com a custódia, o povo dizia que a procissão não sairia tendo por sacristão o dito Antônio, sendo um dos chefes do tumulto o coronel Sebastião José Basílio Pirro. Então o povo, que cada vez mais se aglomerava, os irmãos do Sacramento e de outras irmandades, tomando o andor, saíram com ele, enquanto o vigário declarava que desde aquela hora Antônio não era mais escravo seu, pelo que julgava podia prosseguir como sacristão. O povo não quis nem a irmandade, sendo necessário um irmão do Sacramento dizer que serviria de acólito e a intervenção pacificadora das autoridades.

796 “Em 20 de agosto do mesmo ano outra associação fundou-se também na capital com o título de *Auxiliadora*, e seus estatutos foram aprovados por ato da presidência de 30 do mesmo ano.” [Marques, *Dicionário*, p. 236]

797 *O Espírito-Santense*, 12 de setembro de 1876, p. 2.

des para moderar o entusiasmo popular, saindo então o pátio a ir encontrar a procissão que já se achava um pouco distante.⁷⁹⁸ Nesta ocasião vimos que em lugar do povo se escassear, pelo contrário, ainda mais se engrossava com a chegada de outras pessoas que vinham sustentá-lo.

Idem. No dia 4 de outubro deste ano falece, enterrando-se no dia 5 no cemitério da Misericórdia, o fazendeiro e antigo negociante desta capital Manoel Pinto Rangel e Silva,⁷⁹⁹ que ocupara diversos cargos públicos, pois fora, entre outros, membro do antigo Conselho do Governo da província, e deputado provincial, legando a seus filhos, que já formam grande descendência, fortuna regular.

Idem. Neste ano, a 5 de outubro, vem à luz da publicidade nesta capital o primeiro número de um periódico sob o título *Opinião Liberal*,⁸⁰⁰ sob a direção do antigo redator do *Conservador*, em 1872, tenente Francisco Urbano de Vasconcelos.

Idem. Por decreto de 11 de outubro deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Santa Cruz o bacharel Antônio Francisco Ribeiro,⁸⁰¹ que prestou juramento e entrou em exercício a 26 de fevereiro de 1877, sendo removido a 26 de junho deste mesmo ano para a comarca da Cruz Alta, no Rio Grande do Sul.

Idem. É instalada neste ano, no dia 15 de outubro, a 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial,⁸⁰² concernente aos anos de 1876 a 1877, sendo reconhecidos deputados: bacharel Tito da Silva Machado, tenente-coronel José Al-

798 *Idem*, 8 de setembro de 1876, p. 1.

799 *O Espírito-Santense*, 7 de outubro de 1876, p. 2.

800 *Opinião Liberal*. Vitória, Tipografia Opinião Liberal. 1876.

801 “Exercem o importante cargo de juiz de direito: para a 6ª o bacharel Antônio Francisco Ribeiro...” [*Relatório* apresentado à Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo em a 2ª sessão ordinária da 21ª legislatura provincial pelo presidente desta província Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama aos 3 de março de 1877, Administração da Justiça, p. 5]

802 “Encerraram-se no dia 15 do mês passado os trabalhos da Assembleia Provincial, cuja instalação teve lugar a 15 de outubro findo.” [*Relatório* apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado por ocasião de passar a administração desta província ao 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva, 1877, p. 1]

ves da Cunha Bastos, bacharel Antônio Joaquim Rodrigues, major Domingos Vicente Gonçalves de Souza, coronel Manoel Ferreira de Paiva, coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, Aristides Brasileiro de Barcelos Freire, Mateus Gomes da Cunha, coronel Dionísio Álvaro Resendo, capitão Aires Loureiro de Albuquerque Tovar, bacharel Antônio Pereira Pinto Júnior, coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Dr. Raulino Francisco de Oliveira, Dr. Manoel Leite de Novaes Melo, alferes Francisco José Gonçalves, capitão Henrique Gonçalves Laranja, capitão João Antônio Pessoa Júnior, Joaquim Vicente Pereira, alferes José Pinto Homem de Azevedo, tenente Emílio da Silva Coutinho. Foi composta a mesa no primeiro ano da legislatura: presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, 1º secretário Aristides Brasileiro de Barcelos Freire, 2º secretário alferes José Pinto Homem de Azevedo. No segundo ano foi composta a mesa: presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, 1º secretário Aristides Brasileiro de Barcelos Freire, 2º secretário alferes José Pinto Homem de Azevedo.

Idem. Teve lugar no dia 15 de outubro deste ano uma exposição de produtos cerâmicos e outros de materiais sebosos de diversas qualidades, como fossem sabões, óleos, pomadas e velas, na fábrica pertencente a Manoel da Costa Madeira, sita à rua de Cristóvão Colombo, que se achava ornamentada com gosto e toda iluminada *a giorno*, onde foram expostos objetos delicados e de primor artístico, oferecendo seu proprietário aos convidados um copo d’água, retirando-se todos satisfeitos do adiantamento daquele primeiro estabelecimento industrial fundado na capital.⁸⁰³

Idem. Inaugura-se a 19 de outubro deste ano, às 5 horas da tarde, a estação telegráfica da cidade de São Mateus,⁸⁰⁴ funcionando as linhas telegráficas para Viçosa, Caravelas, Mucuri e Itaúnas. Trocaram-se nesta ocasião muitos telegramas congratulatórios.

Idem. É criada neste ano a comarca de São do Cachoeiro, na vila do mesmo nome, em virtude da lei provincial nº 9 de 16 de novembro; compreende a comarca seis fre-

803 *O Espírito-Santense*, 17 de outubro de 1876, p. 3.

804 *Idem*, 19 de outubro de 1876, p. 3.

guesias que são: São Pedro do Cachoeiro, São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, São Pedro do Itabapoana, Nossa Senhora da Conceição do Alegre, São José do Calçado e São Miguel do Veado. Instalou-se no ano seguinte.

Idem. É decretada pela Assembleia Provincial a lei nº 10 de 20 de novembro, autorizando o presidente da província a despendar a quantia de 6:000\$000 para a fundação de uma colônia orfanológica⁸⁰⁵ recebendo essa quantia o diretor da mesma, desde que apresentasse 60 meninos órfãos nela empregados. Assinou o contrato a pedido o inteligente fazendeiro tenente Emílio da Silva Coutinho, que até o presente não realizou a dita colônia, nem recebeu a quantia votada.

Idem. Neste ano, no dia 19 do mês de dezembro, faleceu com a idade de 30 anos, em Itajaí, na província de Santa Catarina, onde exercia o cargo de juiz municipal, o ilustrado e inteligente bacharel Miguel Tomás Pessoa,⁸⁰⁶ natural desta província. De uma memória invejável, Miguel Pessoa tinha a faculdade excessiva de guardar em memória tudo aquilo que lia e estudava, inclusive datas, artigos, parágrafos e número de páginas de obras sobre qualquer matéria. Moço ainda, Miguel Pessoa prometia um futuro escritor de nomeada, e já o era em suas publicações de artigos políticos e históricos no jornal *Espírito-Santense*, como pelas obras que publicara: *Manual do elemento servil*, *Manual dos delegados*, *subdelegados e juizes de paz*, *Formulário dos trabalhos das juntas paroquiais e municipais*, *Roteiros das relações*, e *Exercício e atribuições dos juizes municipais* e um trabalho intitulado *Código Civil*. Com ele trabalhamos na biografia do finado José Marcelino Pereira de Vasconcelos e na *Compilação das leis provinciais*. Os apontamentos de sua *História da província* se achavam bem adiantados, segundo nos escrevera, não sabendo como fora ter às mãos do Sr. Dr. César Marques, que faz dela menção no seu *Dicionário histórico e geográfico da província*.

805 “Em virtude da lei provincial nº 10 de 20 de novembro de 1876 foi o presidente da província autorizado a conceder o auxílio anual de 6:000\$000, a quem oferecer melhores garantias para fundar um núcleo colonial orfanológico em que sejam admitidos órfãos desvalidos do sexo masculino; tendo direito a toda a quantia quando tiver 60 órfãos, e assim proporcionalmente.” [Marques, *Dicionário*, p. 34]

806 *O Espírito-Santense*, 28 de dezembro de 1876, p. 2.

Idem. No mês de dezembro deste ano desembarcam do vapor *Itália*, no dia 12, para a Colônia de Santa Leopoldina 893 súditos italianos,⁸⁰⁷ que com os 280 vindos no transporte *Werneck* perfizeram o número de 1.173.⁸⁰⁸

Idem. Por carta imperial de 13 de dezembro deste ano é nomeado presidente desta província o Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, que prestou juramento e tomou posse a 29 de janeiro de 1877, sendo exonerado a 22 de junho deste mesmo ano.⁸⁰⁹

Idem. Neste ano, pela novíssima lei eleitoral, são reeleitos deputados por esta província à 16ª legislatura à Assembleia Geral o conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior e Dr. Heliodoro José da Silva, que tomaram assento em fins deste ano.

Idem. Desde o mês de fevereiro deste ano, até finalizar o mês [de] dezembro, foram dados na cidade da Serra, em diferentes ocasiões, tiros nas portas das casas do juiz de direito, juiz de paz, agente de rendas, escrivão Vicente, e na de particulares, seguindo para ali forças militares algumas vezes, mas não podendo-se nunca descobrir, com certeza, o autor ou autores de tais atentados; é por isso quase vítima da morte o alferes Miguel Pereira do Nascimento Neves, que fora por um tiro ferido gravemente no pescoço.

Idem. Passa à mansão dos justos no dia 31 de dezembro deste ano o bravo capitão José Francisco Pinto Ribeiro, que fora como voluntário da Pátria para a guerra do Paraguai, já no caráter de oficial; morreu sendo tenente honorário do exército e capitão da Guarda Nacional. O finado foi comandante do Corpo de Polícia, adido à Com-

807 “No mesmo dia chegou diretamente da Europa o vapor *Itália* conduzindo 893 imigrantes, que já desembarcaram e devem seguir nestes dias para a referida colônia.” [Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado por ocasião de passar a administração desta província ao 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva, 1877, p. 8]

808 *O Espírito-Santense*, 2 de janeiro de 1877, p. 1.

809 “Dignando-se o governo imperial conceder-me exoneração do cargo de presidente desta província, corre-me o indeclinável dever, ao deixar a administração da mesma província, entregando-a a V. Ex., seu digno vice-presidente, apresentar-lhe...” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo em a 2ª sessão ordinária da 21ª legislatura provincial pelo presidente desta província Sr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama aos 3 de março de 1877, p. 1]

panhia de Linha e prestara sempre bons serviços, sendo condecorado com medalhas e hábito por sua bravura, sucumbindo ainda pelo resultado de uma diligência a que fora, de que lhe resultou grave enfermidade.

1877. Assume a administração da província no dia 5 de janeiro deste ano o 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva, por lha haver passado o bacharel Manoel José de Menezes Prado, que fora exonerado e seguiu para a Corte a tomar assento na Assembleia Geral Legislativa.⁸¹⁰

Idem. Neste ano, a 7 de janeiro, sai à luz na vila de São Pedro do Cachoeiro o primeiro número de um periódico sob o título *O Cachoeirano*,⁸¹¹ de propriedade e redação de Luís de Loiola e Silva, o qual ainda até hoje é publicado.

Idem. Por decretos de nº 6.456 e 6.457 de 17 de janeiro deste ano, foi declarada de primeira entrância a nova comarca de São Pedro do Cachoeiro, criada por lei da Assembleia Provincial nº 9 de 16 de novembro de 1876; foi a mesma instalada a 25 de março deste mesmo ano, de conformidade com o decreto nº 6.491 de 14 de fevereiro deste mesmo ano, sendo seu primeiro juiz de direito o bacharel Dídimo Agapito da Veiga Júnior.⁸¹²

Idem. Por decreto de 18 de janeiro deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Iiritiba o bacharel Miguel José Tavares, que tendo prestado juramento entrou em exercício a 7 de março, sendo, a seu pedido, considerado avulso por decreto de 26 de junho deste mesmo ano.

Idem. Por decreto de 18 de janeiro deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de São Pedro do Cachoeiro de Itapemirim o bacharel Dídimo Agapito da Veiga

810 “Devendo seguir para o Rio de Janeiro, a fim de tomar assento na Câmara temporária e tendo-me sido concedida pelo governo imperial a exoneração que solicitei do cargo de presidente desta província...” [Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado por ocasião de passar a administração desta província ao 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva, 1877, p. 1]

811 *O Cachoeirano*. Cachoeiro de Itapemirim, Tipografia de *O Cachoeirano*, 1877.

812 Decreto de 18 de janeiro de 1877 – Declara a entrância da comarca de São Pedro do Cachoeiro, na província do Espírito Santo.

ga Júnior, que depois de prestar juramento entrou em exercício a 25 de abril deste mesmo ano.⁸¹³ Deixou a comarca por ter sido ela suprimida pelos deputados inconstitucionais.

Idem. Em janeiro deste ano revoltam-se na colônia de Timbuí perto de mil colonos, fazendo distúrbios e afinal apresentando-se nesta capital a fazer exigências indébitas, querendo que o governo os mandasse transportar para as colônias de Santa Catarina; comunicado por telegrama este fato ao governo imperial pelo então 1º vice-presidente da província, coronel Manoel Ferreira de Paiva, vieram da Corte para os conduzir os transportes de guerra *Madeira* e *Purus*, com o subdiretor da Colonização, o engenheiro civil José de Cupertino Coelho Cintra, e mais uma companhia de *fuzileiros navais*; sem obstáculos, embarcaram todos os colonos no dia 25 do mesmo mês para a Corte, apaziguando-se assim a população que se achava alarmada.

Idem. Falece no dia 14 de março deste ano, no *Hotel Goulart*,⁸¹⁴ onde se achava hospedado, o hábil taquígrafo da Assembleia Provincial de São Paulo e também da do Espírito Santo, Antônio José Vaz.⁸¹⁵ Este cidadão, que ocupara por 18 anos o lugar de inspetor das obras públicas em São Paulo e que era engenheiro, nunca dissera a ninguém ser graduado, só sabendo-se depois de sua morte, por ter-se encontrado o pergaminho que o demonstrava. Caritativo e bondoso, amigo dedicado, modesto em excesso, era aqui muito estimado por suas qualidades e atos de civismo e caridade.

Idem. É celebrado a 17 de março deste ano, pelo negociante da praça da Vitória Francisco da Rocha Tagarro, João Maria Moussier e João Felipe da Silva Calmon, perante a Presidência da província, o contrato de navegação fluvial do rio Doce, desde o Porto de Souza até a barra, mandando os contratantes fabricar na Alemanha um vapor es-

813 “Acha-se em exercício na comarca de São Pedro do Cachoeiro desde 25 de abril deste ano o juiz de direito para ela nomeado bacharel Dídimo Agapito da Veiga Júnior.” [Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama passou a administração da província ao Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva, 1877, Administração da Justiça, p. 2]

814 Em Vitória. Cf. penúltimo item do ano de 1877.

815 *O Espírito-Santense*, 15 de março de 1877, p. 3.

pecial para aquele fim, o qual aqui chegado foi armado e recebeu o nome de *Rio Doce*.⁸¹⁶ Esta navegação teve afinal princípio a 27 de fevereiro de 1879, em que foi definitivamente inaugurada naquele mesmo rio, saindo para esse fim desta capital no dia 19 de fevereiro o dito vapor. Depois de algumas viagens, cujo resultado não compensava logo as despesas, retiraram-se os dois sócios, ficando a empresa unicamente sob a direção e propriedade de F. Tagarro, por indenização aos outros sócios, e assim continuou a fazer por sua conta aquela navegação.

Idem. É nomeado neste ano capitão do Porto desta província o capitão-tenente José Cândido Guillobel, que entrou em exercício no dia 11 de maio deste ano,⁸¹⁷ tendo-o deixado a 6 de outubro deste mesmo ano.

Idem. No mês de maio deste ano falece na freguesia de São Benedito do Riacho o vigário encomendado padre Eugênio de Maffei, que era ali estimado por suas excelentes qualidades. Honesto, probo e caritativo, sua falta foi sentidíssima, pois que suas próprias benesses repartia com os pobres. Inteligente e ilustrado, tratava sobre qualquer matéria científica com proficiência, falava e escrevia latim como se fosse seu próprio idioma.

Idem. É assassinado barbaramente no dia 31 de maio deste ano, na freguesia do Rio Pardo, o 1º juiz de paz daquela freguesia, Marcos Francisco Soares, casado e com muitos filhos menores.⁸¹⁸

816 Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, em seu *Relatório*, informa outra data: “A 17 de maio celebrou esta presidência contrato com Francisco da Rocha Tagarro, João Maria Moussier e João Felipe da Silva Calmon para o serviço de navegação do rio Doce, desde o Porto do Souza até a barra, de conformidade com a autorização conferida pela lei provincial nº 8, de 9 de outubro de 1875...” [*Relatório* com que S. Ex.^a, o Sr. Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama passou a administração da província ao Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva, 1877, Navegação a Vapor do Rio Doce, p. 14-5]

817 “Tendo sido concedida ao capitão-tenente José Pinto da Luz, a demissão que pediu do lugar de capitão do Porto desta província, foi nomeado para substituí-lo o capitão-tenente José Cândido Guillobel que acha-se em exercício desde o dia 12 de maio último.” [Idem, Capitania do Porto, p. 13]

818 “O 2º foi perpetrado na noite de 31 de maio último na freguesia do Rio Pardo, sendo a vítima o 1º juiz de paz Marcos Francisco Soares, deixando tenros filhos em orfandade e uma viúva em desespero.” [Idem, Administração da justiça, p. 2]

Idem. Por decreto de 26 de junho deste ano é removido da Cruz Alta, na província de São Pedro do Sul, para juiz de direito da comarca de Santa Cruz o bacharel Fernando Afonso de Melo, que entrou em exercício a 9 de julho deste mesmo ano.⁸¹⁹

Idem. Até 30 de junho deste ano é feito o recenseamento das colônias da província dando em resultado o acharem-se 6.339 indivíduos na Colônia de Santa Leopoldina, divididos em 1.560 famílias, sendo 3.328 do sexo masculino e 3.011 do sexo feminino, 3.293 católicos e 3.066 acatólicos. A do Rio Novo deu a estatística de 1.870 indivíduos, divididos em 76 alemães, 688 austríacos, 27 belgas, 8 chins, 31 franceses, 13 holandeses, 832 italianos, 122 portugueses e 73 suíços.

Idem. Por carta imperial de 4 de julho deste ano é nomeado presidente desta província o bacharel Afonso Peixoto de Abreu Lima, que prestou juramento e tomou posse a 23 do mesmo mês e ano,⁸²⁰ sendo exonerado a seu pedido em fevereiro de 1878.

Idem. Assume a Presidência da província a 11 de julho deste ano o 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva, por ter sido exonerado o presidente Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama.⁸²¹

Idem. É oferecido no dia 28 de julho deste ano, pelos amigos do coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas um suntuoso copo d’água e baile como tributo às suas virtudes e qualidades cívicas, ao qual compareceram todas as autoridades não só da capital como dos termos e municípios vizinhos, deputados provinciais, assim como as pessoas e famílias gradadas da capital, sem diferença de cor política.

819 “Apresentou-se recentemente nesta capital o bacharel Fernando Afonso de Melo, para assumir o exercício de juiz de direito da comarca de Santa Cruz, para a qual, a seu pedido, foi removido por decreto de 26 de junho último, e já seguiu a seu destino.” [Idem, Administração da Justiça, p. 2]

820 “Nomeado presidente desta província, por carta imperial de 4 do regente, prestei juramento e tomei posse de sua administração no dia 23.” [*Relatório* apresentado por S. Ex.^a o Sr. Dr. Afonso Peixoto de Abreu Lima, presidente da província, na sessão extraordinária da Assembléia Provincial, convocada para o dia 28 de Julho de 1877..., p. 1].

821 “Dignando-se o governo imperial conceder-me exoneração do cargo de presidente desta província, corre-me o indeclinável dever, ao deixar a administração da mesma província, entregando-a a V. Ex., seu digno 1º vice-presidente...” [*Relatório* com que S. Ex.^a, o Sr. Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama passou a administração da província ao Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva. 1877, p. 1]

Os salões em que foi oferecido o baile achavam-se suntuosamente ornamentados, tendo reinado o maior entusiasmo.⁸²²

Idem. Estando em exercício de juiz municipal da vila de São Pedro do Cachoeiro o bacharel Misael Ferreira Pena, para onde fora nomeado, é designado o mesmo bacharel por ato presidencial de 11 de agosto deste ano para servir interinamente o lugar de chefe de Polícia da província.

Idem. Fina-se na cidade da Serra, no dia 12 de agosto deste ano, o abastado fazendeiro José Barbosa Meireles, ali chefe geral do Partido Liberal. Homem inteligente e de prestígio político, soube até o fim de sua vida, apesar de doente, gozar entre seus correligionários do respeito preciso. Ocupara muitos cargos públicos de nomeação do governo e eleição popular, deixando a seus dez filhos vivos, já adultos, e a seus netos fortuna regular.

Idem. Tendo sido rescindido o contrato para a iluminação a gás da capital, por ser bastante lesivo aos cofres públicos, e tendo novamente sido posto em hasta pública, é aceita a proposta de Manoel da Costa Madeira, celebrando-se posteriormente perante o presidente bacharel Afonso Peixoto de Abreu Lima o contrato com o mesmo empresário, no mês de agosto.

Idem. É nomeado o engenheiro civil bacharel Gabriel Emílio da Costa, que já era diretor do 5º território da Colônia do Rio Novo, para chefe das medições de terrenos devolutos e outros nos distritos das vilas do Cachoeiro, Itapemirim, Benevente, Guara-pari e Viana. Este engenheiro e o Dr. César de Rainville são os únicos que, em comissões, têm percorrido toda a província, conhecendo seus centros incultos, pelo que os mais competentes para qualquer trabalho geodésico ou geográfico neste território, pois além de hábeis e trabalhadores estão há muitos anos na província.

⁸²² *O Espírito-Santense*, 31 de julho de 1877, p. 2.

Idem. Chega neste ano à capital o vapor *Colômbia*, procedente de Gênova, com 273 colonos italianos para o núcleo de Timbuí da Colônia de Santa Leopoldina.⁸²³

Idem. Por decreto de 12 de setembro deste ano é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Vicente Cândido Ferreira Tourinho, que prestou juramento e tomou posse a 5 de janeiro de 1878.

Idem. Por decreto de 19 de setembro deste ano é nomeado juiz de direito da comarca de Iiritiba o bacharel Joaquim Vitorino Ferreira Alves, que prestou juramento a 23 de outubro e entrou em exercício a 2 de novembro do mesmo ano.

Idem. No dia 23 de setembro deste ano chega a esta capital o vapor *Isabella*,⁸²⁴ proveniente de Gênova, trazendo para as colônias da província 453 colonos italianos, sendo logo parte deles embarcados no vapor *Presidente*, com destino a Santa Cruz.

Idem. Desenvolve-se neste ano, no mês de outubro, nesta capital e com intensidade, a epidemia de varíola,⁸²⁵ que durou até o mês de março do ano seguinte, derramando-se a epidemia pelas vilas e freguesias vizinhas, tendo feito não pouco número de vítimas. Foram, no entanto, tomadas providências pelo presidente da província Abreu Lima, que entre elas estabeleceu um lazareto na ilha Santa Maria, próxima à capital, mandou colocar nas ruas barris de alcatrão e queimar desinfetantes, no sentido de melhorar a higiene e obstar a continuação do mal.

Idem. É contratado neste ano em 22 do mês de outubro e pelo juiz municipal suplente, capitão Bernardino Ramalho de Araújo Malta, com o fazendeiro tenente Emílio da Silva Coutinho, de conformidade com a circular dirigida pela Presidência da pro-

⁸²³ As fontes divergem quanto ao destino desses colonos. Segundo a *Gazeta do Comércio*, “Os que chegaram no vapor *Colúmbia*, seguiram no dia 21 para *Santa Cruz*.” [23 de agosto de 1877, Colonos, p. 1]; já Luiz Busatto informa que “Para Ibraçu vieram três grandes carregamentos de imigrantes feitos pelos navios *Colúmbia*, *Isabella* e *Clementina*. O *Colúmbia* chegou primeiro no dia 15 de agosto...” [Busatto, Luiz. *A Imigração Italiana...*, p. 20]

⁸²⁴ *O Espírito-Santense*, 25 de setembro de 1877, p. 2.

⁸²⁵ *Idem*, 18 de outubro de 1877, p. 1.

víncia e lei provincial de 28 de setembro de 1871, o estabelecimento de uma *colônia orfanológica*, sem gravame algum dos cofres públicos. Até hoje ainda não teve andamento este necessário e útil estabelecimento.

Idem. A 24 de outubro deste ano chegam a esta capital, no vapor italiano *Clementina*, 472 imigrantes italianos para o núcleo do Timbuí da Colônia de Santa Leopoldina, sendo logo embarcados no vapor *Presidente*, com destino a Santa Cruz.⁸²⁶

Idem. Funda-se na cidade de São Mateus, debaixo das vistas do juiz municipal do termo, Dr. José Roberto da Cunha Sales, um estabelecimento de instrução elementar, sob o título *Ginásio Mateense*, que pouco perdurou.

Idem. Segue neste ano, no dia 26 de outubro, com destino ao sul da província, o bacharel Afonso Peixoto de Abreu Lima, com o fim de percorrer, visitar e providenciar sobre as necessidades das vilas e freguesias de diversas localidades, estando de volta à capital no dia 6 de novembro.

Idem. São descobertas no mês de outubro deste ano, na vila de Linhares, ossadas fósseis em grande abundância e bem conservadas, que julga-se serem de caciques de diversas tribos indígenas, achando-se contidas dentro de vasos de barro, como era de costume fazerem os aborígenes aos corpos de seus chefes.⁸²⁷

Idem. É assassinado com duas facadas, uma na coxa e outra no ventre, em sua fazenda no distrito da vila de São Pedro do Cachoeiro, no dia 30 de outubro deste ano, e por um escravo de nome Rodolfo, o abastado fazendeiro Antônio Francisco Moreira, homem ali muito estimado e respeitado por seus atos de filantropia e caridade; poucos instantes durou após o delito, dando logo em seguida a alma ao Criador nos braços de um seu irmão de nome Manoel Francisco Moreira. O finado nascera em Portugal, estando no Brasil desde menino, onde se casara duas vezes, tendo muitos

826 (a) *Idem*, 25 de outubro de 1877, p. 2. (b) “...chegou uma terceira turma no navio *Clementina* com um maior contingente de imigrantes. Eram 113 famílias com 476 pessoas.” [Busatto, *Imigração italiana*, p. 20]

827 *O Espírito-Santense*, 13 de outubro de 1877, p. 1.

filhos; já contava a idade de sessenta e tantos anos e naquele município se estabelecera há bastante tempo. Foi ele quem fundou, às suas únicas expensas, a Igreja Matriz daquela vila, sob a invocação de São Pedro, e em que gastou 20:000\$000, fez um cemitério todo murado de pedra e cal, e que concorrera para a compra do terreno e edificação da casa da Câmara Municipal daquele município, estando sempre aberta a sua bolsa para os melhoramentos do lugar onde residia, sendo ali muito popular, e sua morte muito sentida.

Idem. No dia 31 de outubro deste ano, revolucionam-se no núcleo de Timbuí da Colônia de Santa Leopoldina os imigrantes italianos, querendo que o substituto do diretor naquele núcleo, o engenheiro Franz von Lipp, lhes fizesse abonos, outros fazendo exigências, pelo que, tendo-se dali retirado a força de linha, foi necessário reunir particulares e prender o chefe da revolta Guigni Fernandes como mais alguns, o que deu causa a sério tumulto em que foram feridos com pedras e com paus diversos cidadãos; tendo os colonos atacado a casa da Diretoria, foram repelidos e felizmente dispersados os insurgentes, que recolheram-se à *Nova Lombardia*.

Idem. É publicado neste ano, nesta capital, a 2 de dezembro, o primeiro número de um periódico, sob o título *Eco dos Artistas*,⁸²⁸ redigido por diversos e de propriedade dos editores Carvalho & Correia. Teve sua voga este periódico por certa independência que sustentou, mas tornando-se, afinal, virulento, teve de suspender a publicação.

828 *Eco dos Artistas*. Vitória, 1877.

1878. É amortizada, no princípio deste ano, por ordem do então presidente da província, bacharel Afonso Peixoto de Abreu Lima, a dívida provincial na quantia de 17:245\$383, sendo pagos a Francisco Pinto de Oliveira 12:045\$383 e ao major José Furtado de Mendonça 5:200\$000.

Idem. É inaugurado a 16 de janeiro deste ano o ramal e estação telegráfica da vila da Barra de São Mateus, trocando o Dr. César de Rainville, inspetor geral dos telégrafos da província, com a Exm^a Presidência e estação central diversos telegramas que foram respondidos.

Idem. Neste ano, a 24 de janeiro, aparece o primeiro número de um órgão democrático intitulado *Gazeta da Vitória*, sob a redação e propriedade do bacharel José Joaquim Peçanha Póvoa. Este periódico substituiu a *Gazeta do Comércio*, mudando de nome no n° 7 para o acima referido, por ter feito contrato com o governo para publicação dos atos oficiais. Mais tarde entrou também como proprietário e redator o tesoureiro da Alfândega Cleto Nunes Pereira.

Idem. Chegam a esta capital no vapor *Isabella*, a 26 de janeiro deste ano, procedente de Gênova, 802 imigrantes italianos para os núcleos coloniais da província, sendo comandante do dito vapor Giuseppe Villa.

Idem. A 27 de janeiro deste ano aparece nesta capital o primeiro número de um periódico político, literário e comercial, sob o título *Atualidade*,⁸²⁹ [que] foi órgão do Partido Liberal da província, sendo seu editor Benedito Ferreira de Carvalho, seu redator o bacharel José Correia de Jesus e colaboradores diversos; este periódico desapareceu da cena política com o passamento de seu redator, tendo pouco mais de um ano de duração. Em seus últimos tempos tornou-se este periódico virulentíssimo, não parecendo serem seus escritores homens civilizados.

Idem. É oferecido pelos amigos do presidente da província, bacharel Afonso Peixoto de Abreu Lima, um lauto jantar no dia 31 de janeiro deste ano, ao qual estiveram presentes muitíssimas pessoas de todas as classes sociais, entre elas de credos políticos diversos.

829 *Atualidade*. Vitória, 1878.

Idem. Por decreto de 16 de fevereiro deste ano é nomeado presidente desta província o ilustrado jurisconsulto e juiz de direito bacharel Manoel da Silva Mafra, o qual prestou juramento perante a Câmara Municipal e entrou em exercício do dito cargo a 4 de abril,⁸³⁰ obtendo ser exonerado a 14 de dezembro deste mesmo ano. Este presidente, a não ser o ato vergonhoso da Assembleia Provincial e outros de eleições, seria considerado um bom administrador, mas a política nodou um homem de mérito real.

Idem. Por decreto datado de 23 de fevereiro deste ano é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Antônio Columbano Seráfico de Assis Carvalho, o qual prestou juramento e entrou em exercício do dito cargo a 3 de abril do mesmo ano, obtendo exoneração a 8 de março de 1879.

Idem. Neste ano, a 26 de fevereiro, dá-se nesta capital, com pasmo de todo o país, um fato virgem nos anais do mundo civilizado, e foi que, reunindo-se em sessão preparatória neste dia os deputados provinciais legalmente eleitos e aprovados pela Câmara Municipal para o biênio de 1878 a 1879, coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, Augusto Rafael de Carvalho, capitão João Antônio Pessoa Júnior, capitão Pedro de Santana Lopes, alferes Luís José Furtado de Mendonça, João Correia Pimentel dos Reis, tenente Emílio da Silva Coutinho, Joaquim Vicente Pereira, bacharel Gabriel Emílio da Costa, Antero da Silva Coutinho, Gaudino Faria da Mota, bacharel José Cesário de Miranda Monteiro de Barros, capitão Joaquim Francisco Pereira Ramos, capitão Henrique Gonçalves Laranja, tenente Manoel Augusto da Silveira, faltando alguns outros, entra e invade repentinamente a sala das sessões da Assembleia Provincial um grupo de cidadãos composto do engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha, bacharel João Francisco Poggi de Figueiredo, Salvador José Maciel, bacharel José Feliciano Horta de Araújo, major Joaquim Gomes Pinheiro da Silva, Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles, alferes Virgílio Francisco da Silva, por parte da facção liberal, e com admiração geral, apossa-se o engenheiro Leopoldo Cunha da cadeira da Presidência e os cidadãos bacharel Poggi de Figueiredo e Salvador Maciel das cadeiras de secretários, declarando o in-

830 “Honrado com a nomeação de presidente de tão esperançosa província por carta imperial de 16 de fevereiro do corrente ano, e tendo assumido a sua administração no dia 4 de abril...” [*Relatório* apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 22 de outubro de 1878, p. 1]

truso presidente da falsa Assembleia estar constituída a mesa interina da mesma Assembleia Provincial; enquanto que as galerias se enchiam de facciosos peitados talvez para esse fim, dando vivas e insultando os legítimos representantes da província, que à reclamação que faziam eram interrompidos por vozerias não só por parte dos intrusos como das galerias, viram-se obrigados a aí proceder na forma do regimento e estilo parlamentar à aclamação do presidente e secretários, que tinham de constituir a mesa provisória, procedendo em tudo o mais conforme o estatuído em lei; então os arbitrários e intrusos mesários da indébita mesa de cidadãos não eleitos, alguns com um a três votos para deputados, continuaram a estar colocados na mesa da Assembleia sem ligarem a mínima importância às reclamações que faziam contra tal arbítrio o coronel Mascarenhas, capitão Pessoa Júnior, bacharel José Cesário e outros. Procedendo os deputados legítimos à nomeação dos membros da Comissão de Poderes, e sendo esta eleita, o engenheiro Leopoldo, pseudo-presidente, tira debaixo da mesa o chapéu de copa alta e, fazendo dele urna, procedeu também à eleição de uma fictícia e irrisória Comissão de Poderes; à vista disto, o deputado bacharel José Cesário, depois de haver orado debaixo do insulto atirado das galerias, requer que se levasse o ocorrido à ciência do governo provincial, o que foi aprovado, comunicando-se o fato ao então administrador da província, 1º vice-presidente tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida; neste ínterim aparece o porteiro da Assembleia e apresenta um ofício deste administrador no qual ofício declarava adiada a sessão da Assembleia para o dia 28 de abril, não dando as causas exigidas pela Constituição para um tal ato.

Idem. Chegam neste ano, no dia 6 de março, os primeiros emigrantes vindos do Ceará para esta província no paquete *Espírito Santo*, em número de cento e tantos, sendo acomodados no Convento de São Francisco, e daí depois de lhes serem distribuídas roupas e tratados, seguiram para diversos lugares, para a companhia de lavradores que os contrataram. Após estes ainda chegaram muitos outros em número de mais de dois mil, que tiveram igual destino, para as vilas e freguesias de toda a província. O Sr. capitão Antônio Carlos da Silva Piragibe foi aquele que trouxe do Ceará os primeiros.⁸³¹ Abriu-se na capital para esse fim uma subscrição que logo foi cober-

831 “...entraram na província desde 6 de março, 4.837 retirantes...” [Idem, Emigrantes das Províncias do Norte, p. 35]

ta por inúmeras assinaturas, tendo a loja *União e Progresso* concorrido para esse fim com 1:000\$[000], a comarca de São Mateus produzido uma subscrição ali aberta em boa soma, como também agenciado o padre evangélico João Schaefer, na Colônia de Santa Isabel, a soma de 112\$000, o padre evangélico da Colônia de Santa Leopoldina, Ernesto Nadernöff, entregue a quantia de 115\$000 agenciada entre os colonos, e o padre católico dali a de 200\$000.

Idem. No dia 24 de março, que foi domingo, indo o tenente Manoel Antônio Vilas-Boas com mais dois amigos divertirem-se em uma pescaria fora da barra, estando em umas pedras a pescar, uma vaga arrebatou-o ou algum ataque apoplético o fez cair no mar, morrendo afogado, o que causou consternação geral por ser o finado um homem pacífico, sobrecarregado de família, e antigo oficial-maior da Secretaria do Governo aposentado. Trazido seu corpo para esta capital, foi inumado no dia 25, acompanhando o seu féretro inúmeros amigos, a Ordem Terceira da Penitência e Irmandade de São Benedito do Rosário, sendo feitas as honras militares devidas.

Idem. Falece neste ano, às 11 horas da manhã, no dia 6 de abril, o padre-mestre João Luís da Fraga Loureiro na idade de 73 anos e já cego inteiramente por uma amaurose de que no fim da vida fora atacado. Talento másculo, escritor fluente, poeta repentista e epigramático, era considerado uma das mais belas inteligências da província, tendo vastos conhecimentos. Seus sermões, suas poesias, seus escritos dispersos aí estão para atestar seu saber. Ocupara o finado os cargos de vigário de Santa Cruz, Carapina e Vila Velha, fora vigário da vara, lente de Latim, deputado provincial, e outros de nomeação pública e eleição popular, tendo tido na província bastante popularidade.

Idem. No dia 24 de abril deste ano são arrombadas as portas da Assembleia Provincial a mandado do engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha, pseudo-presidente da ilegal Assembleia Provincial e dos dois outros também ilegais secretários, bacharel Poggi de Figueiredo e Salvador Maciel, para o que foi requisitada força ao presidente da província, que a concedeu, colocando-se nas duas portas de entrada sentinelas por três dias e noites e também soldados rondando, a fim de não deixarem entrar os legítimos deputados provinciais; foi feito o arrombamento na pre-

sença do delegado de Polícia e com anuência em tudo do então presidente da província bacharel Manoel da Silva Mafra. Instalaram-se, pois, em sessão preparatória os intrusos deputados, sem maioria de votação, e sim com diminuto número de votos. A mesa legal dos deputados legítimos comunicou mais este arbítrio ao presidente da província, que nenhuma providência tomou, deixando correr tudo à revelia até o dia 28 deste mesmo mês, em que, para vergonha da província e do país, foi instalada uma ilegal Assembleia composta de cidadãos que não eram deputados, manchando assim o presidente da província, bacharel Manoel da Silva Mafra, não só seu caráter de homem político, como a toga de juiz e a farda de administrador circunspeto. Teve, no entanto, este presidente, logo após, e dos seus próprios correligionários, a recompensa daquela nunca vista prepotência, que sacrificou seu passado até então ilibado, sendo guerreado aqui e acusado no parlamento por aqueles mesmos que talvez o arrastassem a esse atroz e inaudito arbítrio, reduzido a ver-se processar e a ser pronunciado por crime de responsabilidade. Os legítimos deputados provinciais levaram todo o ocorrido à presença do governo geral, e sujeito o fato ao Conselho de Estado, foi opinado que era arbitrário e ilegal um tal ato; mas o governo de 5 de janeiro nenhuma providência deu contra tão írrito e descomunal atentado!

Idem. É nomeado neste ano, para o cargo de capitão do Porto desta província o capitão-tenente José Antônio de Alvarim Costa, que entrou em exercício a 6 de maio deste mesmo ano.⁸³²

Idem. Fina-se nesta capital, no dia 17 de maio, o ex-tenente do exército Delecarliense Drumond de Alencar Araripe, inspetor da linha telegráfica da capital para o norte da província, antigo proprietário e editor do *Jornal da Vitória*, homem de instrução e empreendedor, mas sempre infeliz em sua vida.

Idem. Falece nesta capital, no dia 13 de agosto, depois de longos sofrimentos, o major Áureo Trifino Monjardim de Andrade e Almeida, que ocupara diversos cargos de

832 “Dirige esta repartição o inteligente e zeloso capitão-tenente José Antônio de Alvarim Costa, nomeado por decreto de 16 de abril do corrente ano, e em exercício desde 6 de maio.” [Idem, Capitania do Porto, p. 10]

nomeação pública e de eleição popular, sendo um dos chefes do Partido Liberal e a que muito obedeciam seus correligionários.

Idem. Falece no Rio de Janeiro, no mês de agosto, o senador por esta província José Martins da Cruz Jobim,⁸³³ que fora diretor da Academia de Medicina da Corte, não tendo prestado à província do Espírito Santo serviço algum a bem do seu desenvolvimento, apesar de ser por ela senador por espaço de vinte e oito anos, como se vê dos próprios anais do Senado.

Idem. Neste ano, no dia 1º de setembro, sai à luz da publicidade nesta capital um periódico literário sob o título *A Ideia*,⁸³⁴ de propriedade e redação dos tipógrafos da tipografia do *Espírito-Santense*. Este periódico durou quase dois anos.

Idem. Havendo desta capital partido no dia 1º de setembro deste ano uma canoa para a pesca, tripulada por seis pessoas, entre elas pais de família, e tendo-se a mesma virado em alto-mar, não pôde ser socorrida por não ter sido avistada; apesar dos naufragos haverem nadado e podido virar a canoa, sem remos andaram à mercê das vagas por espaço de três dias, indo finando-se de um a um estes pobres infelizes, não submergindo-se, mas pela fome, sede e resfriamento, só tendo escapado um de nome José Pinto Ribeiro, que fora salvo por pescadores de Guarapari, e que aqui chegou no dia 5 à noite, exausto de forças.

Idem. Neste ano, a 7 de setembro, é publicado o primeiro número de um pequeno periódico sob o título *Sete de Setembro*,⁸³⁵ sendo noticioso e literário e debaixo da redação de três estudantes do Ateneu Provincial: Lídio Mululo, Pedro Lírio e Amâncio Pereira. Pouca duração teve.

833 “Tendo-me sido comunicado pelo Exm. Sr. conselheiro presidente do Senado, em data de 24 de agosto último, e pelo Exm. Sr. ministro do Império em data de 31 do dito mês o falecimento do conselheiro José Martins da Cruz Jobim, senador por esta província...” [Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo..., 29 de outubro de 1878, Eleições, p. 9]

834 *A Ideia*. Vitória, Tipografia do Espírito-Santense, 1878.

835 *Sete de Setembro*. Vitória, 1878.

Idem. Tendo sido removido do cargo de chefe de Polícia da província do Piauí por decreto de 12 de setembro de 1877, o bacharel Vicente Cândido Ferreira Tourinho para igual cargo nesta província, chega a esta capital no dia 4 de janeiro e presta juramento no dia 5 do mesmo mês, sendo exonerado por decreto de 23 de fevereiro deste mesmo ano por haver mudado a política.

Idem. Falece nesta capital, no dia 26 de setembro deste ano, o antigo vigário da vila de Nova Almeida, padre Demétrio João Vieira Falcão, na idade de oitenta anos.

Idem. No dia 1º de outubro deste ano entrega a alma ao Criador, na sua fazenda em Itapoca e na idade de setenta anos, o alferes reformado do exército Manoel Serafim Ferreira Rangel, que gozava de popularidade não comum por seu caráter independente. Homem enérgico, em sua mocidade envolvera-se em uma revolta contra o governo provisório, tendo depois respondido a Conselho de Guerra em que fora condenado à morte, sendo essa sentença depois reformada e absolvido afinal. Entusiasta, saudara com fervor a Independência do Brasil. Cidadão prestante, serviu sempre com denodo em diligências que como militar teve de fazer. Ocupou muitos cargos públicos e de eleição popular, sendo por diversas vezes deputado provincial; deixou pequena fortuna, quando a podia deixar avultada se não fosse o seu bom coração. Acérrimo monarquista e conservador de crenças puras, dizia antes de morrer aos amigos que o rodeavam e a seus filhos estas memoráveis palavras: *Sei que morro, não me importa o morrer; mas sinto não existir na ocasião em que se der a ascensão do Partido Conservador; sede firmes, meus amigos, como eu o tenho sido, e não deixeis que a anarquia se assenhoreie de tudo.*

Idem. Falece neste ano, no dia 4 de outubro, o capitão José Pinto Coutinho, fazendeiro do distrito de Camboapina. O finado era um dos chefes do Partido Conservador da vila do Espírito Santo, e ocupara cargos públicos e de eleição popular, gozando de estima pública.

Idem. É inaugurada neste ano, no dia 16 de novembro, o gasômetro desta capital e estabelecida a iluminação particular, a gás, da cidade da Vitória. Aquele estabelecimento gasométrico do empresário e proprietário Manoel da Costa Madeira achava-se todo ornamentado com singeleza, e levantado um pavilhão que estava também



com gosto mobiliado e decorado. Tendo às 7 horas da noite chegado o presidente da província, bacharel Manoel da Silva Mafra, foi recebido pelo empresário e conduzido ao dito pavilhão, dando princípio o vigário da freguesia, padre Mieceslau Ferreira Lopes Wanzeller, e outros sacerdotes, ao ato do benzimento, findo o qual foi repentinamente iluminado a gás todo o estabelecimento, recitando o padre Francisco Antunes de Siqueira um discurso análogo, tocando uma banda de música, elevando-se vivas a esse melhoramento da capital, e aberto o estabelecimento à concorrência pública.

Idem. No dia 9 de dezembro deste ano dá-se na cidade da Serra um grave conflito entre o delegado de Polícia daquela cidade e o estacionário da linha telegráfica, de que iam resultando sérias consequências a não ser a interferência de algumas pessoas. A questão versou sobre uma mascarada que ali costuma a fazer-se na festividade de Santo André, e por não quererem alguns que se mascarassem homens de cor.

Idem. É inaugurada neste ano, na Colônia do Rio Novo, a comporta assentada no canal do Pinto da vila de Itapemirim, tendo lugar esse ato no dia 22 de dezembro deste ano⁸³⁶ na presença de inumerável concurso de pessoas da dita colônia, vilas de Guarapari, Itapemirim e Benevente, vindo do Itapemirim dois vapores da empresa de navegação a trazer passageiros, sendo pelo diretor da colônia, o engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Paca, oferecido um copo d'água.

Idem. Tendo sido dissolvida a Câmara dos Deputados, com a subida ao poder do Partido Liberal, são eleitos deputados por esta província, à 17ª legislatura e tomam assento na Câmara dos Deputados em dezembro deste mesmo ano o Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles e bacharel José Feliciano Horta de Araújo.

Idem. Neste ano é novamente feito o recenseamento das colônias: a de Santa Leopoldina achou-se contendo 11.366 indivíduos divididos por três núcleos, o do Porto do Cachoeiro

836 “Tendo-se procedido à inauguração deste canal, entre o Rio Novo e o do Pinto, no dia 22 de dezembro do ano próximo passado, segundo participou a Câmara Municipal de Itapemirim em ofício de 23 do mesmo mês, no qual solicita medidas para conservação do mesmo canal e respectiva comporta...” [Relatório apresentado pelo Exm. Sr. tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim d’Andrade e Almeida, 1º vice-presidente da província, à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo..., 6 de março de 1879, Canal do Pinto, p. 16]

com 7.000, o do Timbuí com 3.182 e o de Santa Cruz com 1.184. A do Rio Novo achou-se contendo 3.954 indivíduos divididos pelos cinco territórios pertencentes à mesma colônia.

1879. Por decreto de 25 de janeiro deste ano é nomeado presidente desta província o Dr. Eliseu de Souza Martins; prestou juramento perante a írrita e ilegal Assembleia Provincial e tomou posse do cargo no dia 7 de março deste mesmo ano.⁸³⁷

Idem. Falece neste ano, a 28 de janeiro, pelas 3 horas da madrugada, o antigo carcereiro da cadeia desta capital, Francisco Antônio Leal. Homem de cor preta, mas de uma honradez e probidade a toda a prova, era estimado por todos que o conheciam, já por sua bondade como retidão e comportamento. Sem ter obtido princípios literários, entregara-se à leitura e assim adquirira um tal ou qual fundo de conhecimentos, pois que dispunha de memória e reminiscência, sendo agradável sua conversação. Natural da Bahia, ali sentara praça no 1º Batalhão e seguira para as guerras do Prata, vindo afinal para aqui em um contingente; depois de acabado o tempo de engajamento, pediu baixa e se estabeleceu nesta cidade com uma oficina de carpinteiro, vindo depois a ocupar o cargo de carcereiro. Seu enterro foi muito concorrido por cidadãos diversos, prestando-se até música a rezar-lhe na sepultura um *Memento e Libera me*, sendo ainda acompanhado seu féretro pelas irmandades de São Benedito de São Francisco e de Nossa Senhora dos Remédios, às quais pertencia. Nas epidemias da febre amarela, do cólera e da varíola, Leal sempre foi encontrado à cabeceira dos doentes, prestando nessas epidemias muitíssimos serviços.

Idem. É inaugurada no 1º de março deste ano a iluminação pública e a gás em toda a cidade da Vitória, tendo já sido iluminadas as casas particulares no próprio dia da inauguração do gasômetro.⁸³⁸

837 “Assumindo a Presidência desta província no dia 7 de março do corrente ano, quando então trabalhava a Assembleia Provincial em sessão ordinária...” [Relatório com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Provincial pelo Exm. Sr. presidente Dr. Eliseu de Souza Martins..., 28 de outubro de 1879, p. 1]

838 “Inaugurou-se em data do 1º corrente mês, pelas sete horas da noite, a iluminação a gás desta capital, na forma do respectivo contrato celebrado com Manoel da Costa Madeira.” [Relatório apresentado pelo Exm. Sr. Cel. Alfeu Adelfo Monjardim d’Andrade e Almeida, 1º vice-presidente da província à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo..., 6 de março de 1879, Iluminação Pública, p. 17]

Idem. Por decreto de 22 de março deste ano é nomeado chefe de Polícia desta província o bacharel Augusto Lobo de Moura, que prestou juramento e tomou posse do cargo a 4 de julho, sendo exonerado a 27 de dezembro do mesmo ano.

Idem. No dia 3 de abril deste ano falece nesta capital o juiz de direito da comarca, bacharel Luís Duarte Pereira, que há anos aqui ocupava esse lugar da magistratura e também o de auditor de guerra. Seu enterro foi acompanhado por avultado número de pessoas, todas as autoridades civis e militares, fazendo-lhe as honras militares um contingente da Companhia de Infantaria.

Idem. É nomeado neste ano para capitão do Porto do Espírito Santo o 1º tenente Faustino Martins Bastos, que entrou em exercício a 6 de abril deste mesmo ano.

Idem. Falece na vila de Itapemirim, onde era afazendado, o capitão José Gomes Pinheiro Meireles, no dia 11 de abril deste ano. O finado ocupara muitos cargos públicos e de eleição popular, pertencendo a uma das primeiras famílias do Itapemirim e sendo bastante estimado de todos que o conheciam.

Idem. Por votação do Senado sobre o parecer da Comissão de Poderes é nula no dia 25 de abril deste ano a eleição de um senador por esta província, por vícios encontrados na mesma e interferência indébita de força armada.

Idem. Aparece no dia 28 de maio deste ano, no *Aldeamento de Mutum*, do distrito de Linhares, uma horda de índios bravios, armados em guerra e com predisposições hostis, visto apresentarem-se todos sarapintados, dando gritos, sinal o mais evidente de estarem dispostos ao ataque. Por felicidade apareceu a tempo o vapor *Rio Doce*, que seguia rio acima e ali chegando, o Sr. John Moussier, entendendo-se com o chefe, mostrou-lhe o vapor e soltou as válvulas, o que atemorizou os índios de tal forma a fazê-los retirar para as matas.

Idem. Neste ano, nos fins do mês de maio, principia nesta província por parte da administração do Dr. Eliseu de Souza Martins e das autoridades policiais da capital e

locais a maior pressão sobre o povo, a fim de não concorrerem às urnas na nova eleição que em junho se ia proceder para um senador por esta província, visto os embaraços que encontrava o administrador e chefe do Partido Liberal na posição assumida pelo Partido Conservador e dissidência liberal; é assim que principiou-se a dar demissões, fazerem-se nomeações, e ameaçar-se nas freguesias de Cariacica, Viana, Benevente e Guarapari com *recrutamento* e processos, sendo demitidos no dia 30 do mesmo mês o administrador da Recebedoria da capital, Antônio Pinto Aleixo, o escrivão da mesma, tenente Constantino José de Castro, Joaquim Vicente Pereira de juiz comissário de Nova Almeida, José Pinto Rangel de agente de rendas da vila de Viana e outros, sem causas justificadas.

Idem. Falece repentinamente no dia 7 de junho deste ano o alferes Inácio Pereira Aguirre, escrivão de órfãos da comarca da Vitória. Moço ainda, com alguma instrução e de excelentes qualidades, seu passamento foi bastante sentido, mormente tendo deixado muitos filhos menores e sua viúva em estado quase de demência, pela dor sofrida por esse passamento.

Idem. Dá a alma ao Criador na importante comarca de São Mateus, no dia 10 de junho, à 1 hora da manhã, a inteligente, importante fazendeira e capitalista D. Rita Maria da Conceição Cunha, em avançada idade, deixando grande descendência e fortuna não comum. Senhora estimável, de bastante atividade e fina percepção, era respeitada e estimada de toda a população em geral, servindo às vezes de árbitra em diversas questões, e devendo-lhe a comarca não pequenos serviços a bem de seu desenvolvimento e prosperidade.

Idem. Procedendo-se, no dia 20 de junho deste ano, em toda a província, à eleição de um senador, e tendo o Partido Conservador da capital formado mesa eleitoral na Igreja de Santa Luzia, devido aos abusos cometidos pela administração da província no envio de tropa para todas as freguesias e cercamento de matrizes, a não deixar a oposição não só formar mesas eleitorais como concorrer à votação, é, às 5 horas da tarde deste dia, quando já os trabalhos eleitorais estavam encerrados e poucos cidadãos existiam na Igreja de Santa Luzia a guardar a urna, atacada a dita igreja por

um grupo numeroso de votantes da parcialidade do governo, acompanhados de soldados de linha e de Polícia, sendo capitaneados pelo bacharel João Francisco Poggi de Figueiredo, Alexandre Norberto da Costa e outros; avançaram para dentro da igreja, arrebataram a urna, atiraram-na à rua, enquanto a soldadesca desenfreada quase sacrificava os cidadãos ali existentes e que faziam por estorvar esse arrebatamento, ficando alguns cidadãos feridos e outros quase vítimas da sanha de tais indivíduos, que, a não haver da parte dos decaídos do poder quem moderasse os ânimos, poderia ter corrido muito sangue, e vidas a lamentar. As autoridades policiais que presenciaram o fato, como o chefe de Polícia interino, bacharel Miguel Bernardo Vieira de Amorim, o subdelegado e outros, nenhum caso fizeram deste atentado, parecendo tudo ter sido feito com sua anuência; enquanto o presidente da província, Dr. Eliseu de Souza Martins, que tinha ciência de todo o acontecido, nenhuma importância deu às participações feitas e, pelo contrário, demitira pouco antes deste fato escandaloso e neste mesmo dia, a empregados que haviam concorrido àquela igreja para votar. Desse atentado tão grave ocupou-se o parlamento e toda a imprensa do país, reconhecendo o arbítrio de anuir o poder a atacar-se cidadãos pacíficos que procediam legalmente a um direito facultado pela lei, e que fora de conflagrações se achavam moderadamente e em paz procedendo a uma eleição para um representante da província. Nesse conflito iam quase sendo vítimas os cidadãos Aristides Brasileiro de Barcelos Freire, Antônio Pinto Aleixo, capitão João Antônio Pessoa Júnior, tenente Constantino José de Castro, capitão Domingos Francisco do Nascimento, Heliodoro João de Carvalho, inspetor, e José Gaspar Ferreira dos Passos.

Idem. Neste ano, a 20 de julho, é publicado na vila de Itapemirim um periódico comercial, agrícola e literário sob o título *O Operário*,⁸³⁹ sendo seu editor Cândido Gonçalves Pereira Lopes.

Idem. É publicado e distribuído neste ano, no mês de julho, o *Dicionário histórico e geográfico* da província, confeccionado pelo Dr. César Augusto Marques, conforme a auto-

839 *O Operário*. Vila de Itapemirim, 1879.

rização concedida pela lei provincial nº 5 de 6 de outubro de 1875.⁸⁴⁰ Esta obra contém muitos defeitos que podiam ser sanados e que ali existem em consequência de ter-se o seu autor, que aliás é um dos grandes talentos de nosso país, cingido unicamente a compulsar algumas obras errôneas e crônicas apócrifas, não tendo visitado a província, nem ido aos próprios lugares de que teve de tratar, recorrido ao arquivo das câmaras municipais e outros, tampouco consultado pessoas habilitadas e práticas, pois se assim fizesse não veríamos esta obra tão eivada de erros e anacronismos graves, tanto na sua parte histórica como física, política e topográfica. Todavia, em uma segunda edição, desde que sejam corrigidos os muitos erros e defeitos contidos, servirá de grande auxiliar a quem da província se queira ocupar. Custou este dicionário à província para mais de 20:000\$000, sendo seis contos de confecção e o restante de impressão e encadernação.

Idem. Faleceu no dia 16 de setembro deste ano, em sua fazenda na freguesia de Cariacica, e depois de acerbos sofrimentos, o fazendeiro capitão Manoel Pinto Ribeiro dos Passos, homem de bastante influência local e que ocupara diversos cargos de nomeação do governo e eleição popular, sendo um dos chefes do Partido Conservador naquela freguesia, depois de o haver sido do Partido Liberal. Deixou fortuna regular.

Idem. A 27 de setembro deste ano, tendo chegado à barra de Santa Cruz às 10 horas da noite o vapor *Ana Clara*, que fazia viagens quinzenais para esta província, deu fundo à espera que a maré estivesse a fluxo, e que o práctico da barra desse sinal para entrar. Às 11 horas, estando a maré cheia e o práctico tendo feito sinal, mandou o comandante levantar ferro, mas quando deu a ordem para seguir o vapor fez explosão à caldeira, indo pelos ares parte do tombadilho, assim como o comandante do vapor Francisco Paulino da Silva, o imediato João José de Miranda e o passageiro, importante fazendeiro de São Mateus, Francisco Antônio da Mota, sendo ainda encontrados mortos junto à máquina e dilacerados o 1º maquinista e dois foguistas, no convés um marinheiro, ficando feridas gravemente seis pessoas: o 2º maquinista e o cozinheiro, que vieram para terra

840 “Autorizado pela lei provincial n. 5 de 6 de outubro do corrente ano, contratei com o Dr. César Augusto Marques a confecção do *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da província*, tendo ele recebido a 1ª prestação de 3:000\$000 por ocasião da assinatura do contrato mediante fiança...” [Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto por ocasião de deixar a administração..., 1876, Tesouro Provincial, p. 6]

e morreram, e mais três que se salvaram. Os cadáveres do comandante, do imediato e passageiro foram encontrados quase nus, pois foram roubados, mesmo cadáveres, as suas roupas e joias. Deram-se muitas dilapidações, segundo se disse, tendo desaparecido quantias importantes que iam para particulares e uma mala do Correio, dilacerada.

Idem. A 13 de outubro deste ano, às 4 ½ horas da tarde, entrando à barra desta capital o vapor *Santa Maria*, pertencente à Companhia Paulista, que pela primeira vez mandava um vapor a esta província a fazer viagens quinzenais, naufragou nos recifes denominados *Calhau*, em frente à ilha da *Baleia*. O comandante do mesmo vapor, tenente José Maria de Albuquerque Blown [Brown?], deu todas as providências, a fim de serem salvos os passageiros e as bagagens, por se haver reconhecido que o vapor estava perdido, e já se achar cheio d'água e adernado [*dornado*, no original] a estibordo, sendo abandonado depois de se haver salvado alguma carga e utensis. A tempo foram dadas providências e acudidos os naufragos, não só pelo capitão do Porto, 1º tenente Faustino Martins Bastos, que mandou em socorro escaleres e lanchas, como também seguindo um vapor e lanchas de todos os navios surtos no porto. Naquele lugar e nesta barra só consta ter naufragado um navio há muitíssimos anos, no princípio deste século; só o descuido poderia fazer com que tal sinistro se desse, devido, como dizem, ao próprio imediato do comandante do vapor. A Companhia Paulista a que pertencia o dito *Santa Maria* mandou no dia 17 o vapor *América*, que foi entusiasticamente recebido pela população da capital, indo comissões a bordo, e sendo vitoriada a tripulação do vapor naufragado e a do recém-vindo.

Idem. Falece no dia 30 de outubro deste ano o bacharel José Correia de Jesus, advogado nesta capital e um dos chefes do Partido Liberal. O finado dispunha de verbosidade e conhecimentos históricos, fazendo-se por diversas vezes ouvir na tribuna judiciária, na Assembleia Provincial e em reuniões sociais. Ocupou diversos cargos públicos, como o de procurador fiscal da Fazenda Provincial, lente de História do Ateneu, e alguns outros de eleição popular, como eleitor e deputado provincial. Fora sempre escritor jornalístico, e antes de sua morte redigira o periódico *Atualidade*, de que era proprietário, como também redigira o *Cidadão* e a *Voz do Povo*, que pouca vida tiveram. Pouco antes de morrer fora nomeado escriturário da Repartição de Polícia, servindo de secretário.

Idem. No mês de outubro deste ano dão-se, na vila do Espírito Santo, fatos bastante graves entre o administrador da província e a Câmara Municipal, havendo o próprio presidente, Dr. Eliseu, altercado na rua com o secretário da dita Câmara. Passados poucos dias, tentaram, à noite, arrombar a porta da entrada da Câmara Municipal, pelo que representaram alguns cidadãos ao presidente, que ali se achava, que ao outro dia mandou guardar por uma força de Polícia o edifício. Chegando o presidente da mesma Câmara Municipal, no dia 22 do mesmo mês de outubro, e mandando abrir a porta de entrada para a sala das sessões e arquivo não serviu a chave, vindo a reconhecer-se que havia sido arrombada, o que foi comunicado, dando causa a fazer-se exame no arrombamento, e encontrar-se roubado o arquivo, realizando-se o que previa o povo. O presidente da província, Dr. Eliseu de Souza Martins, ordenou mesquinamente a responsabilização do secretário, suspendeu os vereadores e também os mandou responsabilizar, sendo afinal demitidos o mesmo secretário, o procurador, o fiscal, o porteiro e guardas.⁸⁴¹

Idem. Depois de longos sofrimentos, falece no dia 17 de novembro, na Corte, onde tinha ido a operar-se, o estimado farmacêutico Francisco Antônio Machado. O finado ocupou o lugar de lente de Matemáticas do Ateneu, ciência em que era muito versado. Ocupara ainda outros cargos, sendo dotado de bastantes conhecimentos, parte adquiridos em sua viagem à Europa, onde estivera alguns meses visitando diversos estabelecimentos científicos e industriais.

Idem. Por decreto de 18 de novembro deste ano é nomeado escrivão de órfãos da comarca da Vitória, pela vaga deixada pelo finado alferes Inácio Pereira Aguirre, o capitão honorário do exército João Gonçalves da Silva, o qual entrou em exercício a 27 do mês de janeiro do ano seguinte.

Idem. Tendo chegado no dia 2 de dezembro deste ano, de passagem para o norte, os ilustres senadores conselheiro Dr. João Alfredo Correia de Oliveira e Dr. Ambrósio Leitão da Cunha, são esperados à barra da capital pelo vapor *Rio Doce*, onde ia uma

841 *Relatório* com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Provincial pelo Exm. Sr. presidente Dr. Eliseu de Sousa Martins no dia 28 de outubro de 1879. Câmara Municipal da Vila do Espírito Santo, p. 4.

comissão do Partido Conservador; embarcados os ilustres personagens, foram hospedados na casa do Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira, onde lhes foi oferecido um modesto copo d'água. Os ilustres senadores visitaram e percorreram a capital notando seus edifícios e principais monumentos.

Idem. Por decreto de 27 de dezembro deste ano é nomeado chefe de Polícia da província do Espírito Santo o bacharel Cassiano Cândido Tavares Bastos,⁸⁴² que há anos passados ocupara por algum tempo o lugar de promotor público desta comarca.

Idem. Durante este ano houve diversos sinistros de naufrágios nas costas desta província, sofreu o povo as consequências de perseguições por parte do governo, tanto geral como provincial, sendo demitidos inúmeros pais de família por questões políticas.

Apensos

1856. É nomeado neste ano 1º capitão do Porto da província do Espírito Santo o capitão-de-fragata Francisco Luís da Gama Rosa, que entrou em exercício do dito cargo a 21 de outubro deste mesmo ano, instalando em seguida a Capitania do Porto.⁸⁴³ Foi também nomeado secretário da mesma capitania Antônio José Ribeiro dos Santos, hoje tesoureiro da Fazenda Geral. O capitão-de-fragata Gama Rosa é considerado um dos homens que mais trabalhou a bem de levar à devida altura a Santa Casa de Misericórdia desta capital, quando foi dela provedor, pelo que os irmãos daquela pia instituição mandaram tirar seu retrato a óleo e o colocaram junto ao do governador Francisco Alberto Rubim e do filantropo Luís Antônio da Silva. Gozou de muita popularidade nesta capital, onde deixou muitos amigos, tendo-se retirado para a Corte em 1860.

842 “Por decreto de 27 de dezembro de 1879, foi nomeado o bacharel Cassiano Candido Tavares Bastos para o cargo de chefe de Polícia desta província.” [Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Eliseu de Sousa Martins no dia 19 de julho de 1880 passou a administração..., chefe de polícia, p. 1]

843 “Acha-se definitivamente montada esta repartição que há pouco teve a fortuna de ser dirigida pelo capitão de fragata Francisco Luís da Gama Rosa, empregado inteligente, zeloso, honrado, e de uma atividade incansável.” [Relatório com que o Exm. Snr. presidente da província do Espírito Santo, o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração passou a administração da província, ao Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim..., 13 de fevereiro de 1857, capitania do Porto, p. 16]

1860. É nomeado neste ano capitão do Porto desta província o capitão-de-mar-e-guerra Pedro da Cunha, que entrou em exercício a 7 de abril deste mesmo ano.⁸⁴⁴

Idem. É nomeado neste ano capitão do Porto desta província e chefe de divisão reformado Luís Caetano de Almeida, que entrou em exercício em 25 de setembro deste mesmo ano.

1861. É nomeado neste ano capitão do Porto desta província o capitão-tenente José Gregório Afonso Lima, que entrou em exercício a 11 de maio deste mesmo ano.

1862. É nomeado neste ano capitão do Porto desta província o 1º tenente José Lopes de Sá, que entrou em exercício a 12 de maio deste mesmo ano.

Idem. É nomeado neste ano capitão do Porto desta província o capitão-de-fragata Félix Lourenço de Siqueira, que entrou em exercício a 5 de setembro deste ano.

1863. É nomeado neste ano interinamente capitão do Porto desta província o capitão-tenente José Lopes de Sá, que entrou em exercício a 30 de outubro deste mesmo ano.

Idem. É nomeado neste ano, por decreto de 6 de outubro, para capitão do Porto desta província o capitão-tenente João Paulo da Costa Neto, que entrou em exercício a 7 de novembro deste mesmo ano;⁸⁴⁵ sendo exonerado por decreto de 16 de janeiro de 1866, fez entrega da capitania do Porto, interinamente, a 8 de fevereiro, ao capitão-tenente José Lopes de Sá; mas sendo aquele nomeado capitão-de-fragata em virtude dos decretos de 7 de maio e 4 de junho, reassumiu o cargo de capitão do Porto, sendo afinal reformado no posto de capitão-de-mar-e-guerra a 10 de junho, tendo deixado o exercício a 13 de agosto de 1875, por doente.

844 “Em data de 7 deste mês, entrou em exercício do cargo de capitão do Porto o capitão-de-mar-e-guerra Pedro da Cunha, por ter sido demitido o seu antecessor capitão de fragata Francisco Luís da Gama Rosa...” [Relatório com que o Exm. Sr. comendador Pedro Leão Veloso, ex-presidente da província do Espírito Santo, passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim..., 14 de abril de 1860, capitania do Porto, p. 18]

845 “A 9 de outubro foi exonerado a seu pedido, do lugar de capitão do Porto desta província, o capitão de fragata Félix Lourenço de Siqueira, sendo nomeado para substituí-lo o capitão de fragata João Paulo da Costa Neto, que a 7 de novembro entrou em exercício.” [Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão extraordinária no dia 2 de fevereiro deste ano [1863] pelo 1º vice-presidente Dr. Eduardo Pindaíba de Matos. Precedido..., p. 6]



TERCEIRA PARTE

DESCRIÇÃO TOPOGRÁFICA,
ESTATÍSTICA,
MONUMENTOS E NOMENCLATURA

Difícil é chegar-se a fazer uma resenha completa sobre as matérias de que tratamos nesta terceira parte de nossa obra, vista a falta de dados necessários por onde se possa guiar aquele que empreende qualquer trabalho neste sentido; todavia, depois de havermos estudado e consultado o que existe, indo muitas vezes aos próprios lugares de que tratamos investigar da verdade, pudemos afinal chegar à conclusão do que abaixo vai descrito com a exatidão precisa a não haver erros e anacronismos.

Reunimos, pois, sob a forma de uma sinopse, aquilo que pode demonstrar à evidência a província do Espírito Santo, fazendo de tudo o que em si existe e encerra uma recapitulação geral, devido a estudo próprio, autógrafos, certidões e informações exatas que obtivemos, baseando assim em documentos e em trabalhos de própria lavra e que aqui descrevemos.

É a província do Espírito Santo talhada por seus elementos a um futuro próspero, tendo unicamente uma sexta parte de seu território habitado e cultivado, e cinco partes em matas virgens, soberbas, em cujo terreno se encontra o húmus a doze centímetros e menos abaixo do solo, prestando-se assim a toda a espécie de cultura, conforme a zona escolhida, pois que, sem maior dificuldade, nela reproduz-se diversidade de plantas, mesmo aquelas que só em outros climas parecia dar, ou aclimataram-se, conforme o local escolhido e a elas apropriado.

São os terrenos da província cortados de rios de oeste a este, isto é, do centro para o litoral, com confluente que atravessando diversas direções vêm neles desaguar, uns com os nomes de rios e ribeirões, outros com os de ribeiros e córregos, parte deles navegáveis a grandes extensões; possui ainda barras francas, ancoradouros abrigados, o que fará em não remota era verem-se em seus diversos portos navios europeus e de alto bordo a procurarem relações comerciais de importação e exportação direta com as principais nações do mundo, visto a superabundância de objetos, utensis e cereais que pode expor, desde que impulso seja dado à indústria tanto lavoureira como manufatureira e aproveitados esses mananciais naturais que existem na província.

Rica em minerais de toda a espécie, de madeiras de diversas e ótimas qualidades para construções de qualquer natureza, é ela digna de ser visitada por prestar-se às investigações dos mineralogistas, naturalistas e construtores; pelo que, sem receio de errar, podemos dizer ser uma das primeiras províncias deste vasto

império por conter em si todos os elementos necessários a seu engrandecimento, e podemos isto afiançar sem ser tachados de visionário ou de estarmos aposado do espírito de provincialismo: *primo* por serem bastante reconhecidos os recursos naturais de que ela dispõe, *secundo* por não termos nascido na província, e portanto desprevenidos emitimos nossa opinião, unicamente baseado no estudo que fizemos durante os dezoito anos que nela residimos, conhecendo-a quase toda de sul a norte e de este a oeste.

O que lhe falta, pois, de que necessita para chegar ao grande *desideratum* de um futuro próspero e grandioso? De uma estrada de ferro que, partindo do litoral, atravessasse o centro e vá em suas divisas encontrar a província de Minas Gerais, e que derivados ramais para os lados norte e sul da província deem vida e movimento às duas províncias, chamando assim espontaneamente a navegação direta do estrangeiro aos portos do Espírito Santo, dando assim à sua irmã, a província de Minas Gerais, estrada franca, rápida e portos nas melhores condições para a importação dos gêneros que necessitarem, a preços baratíssimos, em comparação à importação feita pelo sul com a província do Rio de Janeiro, e pelo norte com a província da Bahia, e mais do que tudo para a exportação em alta escala de objetos de sua desprezada indústria como seja a da lavoura, mineração, tecume e criação, rompendo ambas, portanto, uma corrente de ferro que manietas suas relações com o estrangeiro, fazendo assim conhecer ao velho e novo mundo os mananciais que nelas superabundam e que por falta desta via de comunicação, uma estrada de ferro, não têm as mesmas chegadas ao grau de desenvolvimento moral e material que de há muito podiam gozar e se os nossos estadistas tivessem convenientemente estudado o quanto lucraria o país com esse passo dado na senda do progresso.

Dito isto passemos a demonstrar no que nos firmamos, visto que, em nosso entender, todas as proposições que se apresentam ao público devem ser bem elucidadas, para assim provar que não nos achamos em erro. A descrição que fazemos da província em geral será a base da nossa argumentação.

Latitude, longitude, extensão e largura da província

A posição geográfica tomada do monte Moreno, sob o Observatório de Greenwich, demora:

Latitude 20°, 17' e 30" sul.

Longitude 40°, 19' e 30" oeste.

Confina ao sul com a província do Rio de Janeiro, pelo rio Itabapoana; ao norte com a província da Bahia, pelo rio Mucuri; a este com o oceano; a oeste com a província de Minas Gerais, por uma cordilheira de montanhas derivada da serra dos Aimorés.

Tem a província do Espírito Santo uma área de 79.000 quilômetros quadrados, com um litoral de mar manso e praias na maior parte arenosas, com a extensão de 428,120 quilômetros, sendo dividido pela forma seguinte:

Do rio Itabapoana até a Vitória, 145 quilômetros.

Da Vitória ao riacho Doce, 251 quilômetros.

Do riacho Doce à barra do rio Mucuri, 32 quilômetros e 120 metros.

Seu fundo da costa às divisas com Minas Gerais contém a extensão de 165 quilômetros em uns lugares, até 198 em outros, conforme a disposição topográfica.

Barras, rios e afluentes

Possui a província ótimas barras e excelentes ancoradouros, com rios navegáveis até a extensão de 6 quilômetros a 180, havendo ainda ribeirões e córregos que desembocam no mar, alguns tendo fundo suficiente para a entrada de canoas, sendo uns e outros aqui descritos com os seus afluentes, descrevendo-os do sul ao extremo norte do litoral da província.

❖❖ **RIO ITABAPOANA:** possui uma barra um pouco ruim na entrada, oferecendo algum perigo em consequência de um cordão de recifes que lhe fica em frente, mas com fundeador regular, sendo navegável até o alto Itabapoana por pequenos vapores, bar-

cas e lanchas de pequeno calado, numa extensão de 72 quilômetros, pouco mais ou menos; nele deságuam os rios Preto, Muqui do Sul, ribeirão do Café, ribeirão do Veado, rio de Santa Joana e outros.

❖❖ **RIO ITAPEMIRIM:** barra má em consequência de um cordão de recifes que ali existe e a formação de bancos de areia que são mutáveis de sul a norte, conforme a estação, mas prestando-se a barra a ser melhorada e com facilidade; o ancoradouro fora é bom, com NE fica o mar bravio, com SO torna-se calmo; dá a barra entrada unicamente a navios de pequeno calado, sendo navegável até São Pedro do Cachoeiro, numa extensão de 70 quilômetros, pouco mais ou menos, por pequenos vapores, barcas e lanchas; neste rio desemboca o canal do Pinto ou Piabanha, o rio Muqui do Norte, ribeirão do Frade, ribeirão da Ortiga, ribeirão de Santana, ribeirão de Itaoquinha, ribeirão do Salgado, ribeirão da Itaoca, ribeirão de São Felipe, rio Castelo, ribeirão da Vala do Souza, ribeirão do Alegre, rio do Norte, rio Pardo e outros de menos quantidade d'água.

❖❖ **RIO PIÚMA:** não tem propriamente barra e sim ancoradouro, só podendo entrar navios de pequeno calado; é navegável por pequenas barcas e já por ele subiu até a colônia do Rio Novo um *bonde marítimo* ou barca-vapor; nele deságuam o rio Iconha, o rio Itapoama, o rio Novo e alguns córregos.

❖❖ **RIBEIRÃO IRIRI:** desemboca no mar entre Piúma e Benevente, não tem barra e só pequeno fundeador para canoas, recebe em seu curso alguns córregos.

❖❖ **RIO PEROCÃO:** entre Benevente e Guarapari, é de pequena extensão, não tem barra e somente fundeador para canoas, recebe em seu trânsito alguns córregos.

❖❖ **RIO UNA:** entre Benevente e Guarapari, nas mesmas circunstâncias do antecedente, com pequeno fundeador para canoas, recebendo em sua passagem alguns córregos.

❖❖ **RIO BENEVENTE:** em consequência de um banco de areia que se estende a perto de uma légua, não dá entrada senão a navios de pequeno calado, tendo pequeno porto, mas sofrível fundeador fora da barra; nasce este rio nas serras do Castelo, é nave-

gável a um e meio quilômetro até a cachoeira de Benevente por canoas e barcas; são seus afluentes o ribeirão do Brejo das Salinas, ribeirão do Pongal, o ribeirão Jueba, o ribeirão do Guatinga, o rio Cabeça Quebrada e muitos outros.

❖❖ **RIO GUARAPARI:** barra pequena mas franca para todo e qualquer navio, porto muito bom e fundo e fundeador abrigado; são seus afluentes o ribeirão de Aldeia Velha, o ribeirão Piacira, ribeirão do Engenho, o rio Jabuti, ribeirão da Fazenda e muitos outros de pequena nomeada.

❖❖ **PEIXE VERDE:** ribeirão entre Jucu e Vitória, sem barra nem fundeador, nele desembocam o ribeirão Braço do Sul, o Formate ou Taquari.

❖❖ **RIO JUCU:** não tem barra nem fundeador, sendo desde a foz navegável por canoas e podendo ser por pequeno vapor até pouco acima de Caçaroca, na distância talvez de 20 quilômetros; nele desembocam os rios Araçatiba, Jucunema e alguns ribeirões e córregos.

❖❖ **BAÍA DA VITÓRIA:** é formada pelo mar, não sendo propriamente rio, embora os antigos dessem a toda a sua extensão o nome de rio Santa Maria, nela recebe muitos outros rios e sua nascente seja o mesmo rio acima; é esta baía larga e franca, sendo considerada uma das primeiras do mundo por ser manso o mar e poder-se entrar a qualquer hora. A profundidade encontrada na barra, segundo sondagens feitas diversas vezes, e ultimamente pelos engenheiros Dr. César de Rainville e C. Cernadack, em marés secas é de 5,5m d'água, e em marés cheias de 7,37m, havendo a diferença de uma a outra 1,87m. Nas marés de lua no preamar e a maré pode-se dizer que a diferença é de 1,87m, e nas marés mortas, 0,88m, sendo nas marés naturais sua profundidade 6m. O porto é extenso e largo, muito abrigado dos ventos, podendo conter em si desde a barra até o *Lameirão* duas a três esquadras, sem receio de garrarem os navios pelos temporais.

Deságuam nesta baía os rios da Costa, um braço-de-mar com o nome de Passagem, o qual recebe parte do rio Santa Maria, sendo dela afluentes os rios Aribiri, Marinho, Cariacica, Santa Maria e outros diversos ribeiros e córregos.

É navegável por navios e vapores de grande calado até o Lameirão, e daí para cima até o Cachoeiro de Santa Leopoldina por pequenos vapores, lanchas e lanchões de pe-

queno calado e numa extensão desde a barra até o dito Cachoeiro de Santa Leopoldina no total de 70 a 72 quilômetros, havendo ainda pequena navegação nos rios Aribiri, Marinho, Cariacica e Santa Maria com a dita baía.

Há nesta baía lugares com a profundidade de 10 a 15m, como por exemplo junto ao granito chamado Penedo, e no centro da baía, onde se forma um canal percebido na ocasião em que se dá a vazante das marés. Existem até o presente alguns pequenos recifes e calhaus disseminados que, com facilidade, se destruiriam, mas que por incúria até hoje têm sido deixados.

❖❖ **CÓRREGO DA PRAIA MOLE:** desemboca no mar entre a baía da Vitória e o córrego de Carapebus, sem importância digna de menção.

❖❖ **CÓRREGO DE CARAPEBUS:** desemboca no mar entre o córrego da Praia Mole [no original, córrego de Carapebus] e o rio de Nova Almeida, igualmente sem importância alguma a ser aqui mencionada.

❖❖ **CÓRREGO DO BICANGA:** desemboca entre a [baía da] Vitória e o córrego de Manguinhos, sendo de pouca importância.

❖❖ **CÓRREGO DE MANGUINHOS:** desemboca entre o córrego do Bicanga e o rio Jacaraípe, sendo de pouca importância.

❖❖ **RIO JACARAÍPE:** entre o córrego de Manguinhos e Nova Almeida, não tem barra, só dá entrada a canoas; são seus afluentes e o formam o rio Novo, Camburi e Jucunema e alguns córregos.

❖❖ **RIO NOVA ALMEIDA OU DOS REIS MAGOS:** não tem propriamente barra, e só podem entrar canoas, catraias, lanchas e bondes a vapor; nele desembocam o rio Timbuí, o Furado e diversos pequenos ribeirões.

❖❖ **RIO PRETO:** é um ribeirão que desemboca no mar entre Nova Almeida e o ribeirão Gramatu, recebendo diversos córregos.

❖❖ **RIO GRAMATU OU GRAMUTÉ:** pequeno ribeirão que desemboca no mar entre o rio Preto e Santa Cruz, recebendo em sua passagem diversos córregos.

❖❖ **RIO SANTA CRUZ:** tem barra franca e boa nas enchentes de marés, dando entrada a navios não de muito calado; o fundeador é regular e tem bom porto; são seus afluentes os rios do Destacamento, Piraquê-açu ou Suassuna, Piraquê-mirim ou das Perobas, assim como diversos ribeiros e córregos.

❖❖ **SAUÉ:** pequeno ribeirão que desemboca no mar entre Santa Cruz e ribeirão Guaxindiba.

❖❖ **GUAXINDIBA:** pequeno ribeirão entre o ribeirão Saué e o Saí.

❖❖ **SAÍ:** pequeno ribeirão entre Guaxindiba e o Riacho.

❖❖ **RIO DO RIACHO:** possui somente bom ancoradouro para barcos de pequeno calado no lugar denominado Concha; tem este rio sua origem na lagoa de Aguiar, sendo seus afluentes os rios de Santa Joana, Pavão ou Pavônio, Jemuuna, Cachoeirinha, Quilombora, Brejo Grande, Araraquara, Comboios e pequenos córregos.

❖❖ **RIO DOCE:** tem excelente barra, dando nas marés grandes 3,85 metros, e nas marés pequenas 2,64 até 3,08 metros, com porto para conter muitos navios; é talvez este o segundo rio do Brasil pela sua grandeza; é navegável até 180 quilômetros acima, no lugar denominado *cachoeira das Escadinhas*; são ubérrimas as suas margens e ricas de soberbas matas; tem sua nascente na província de Minas Gerais, entre as serras de São José e Barbacena, onde recebe diversos afluentes, nele deságuam o rio Preto, o Juparanã, nascido na lagoa do mesmo nome, rio Juparanã-mirim, o ribeirão de Santa Maria, o ribeirão das Lajes, o ribeirão do Mutum, o ribeirão de São João, o rio Guandu, o rio de Santa Joana e muitos outros nesta e na província limítrofe. Tudo o que se há dito deste rio é falsíssimo.

❖❖ **RIBEIRÃO DE MONSERRAT OU MONSERÁS:** entre o rio Doce e São Mateus, mas de pouca importância.

❖❖ **RIO DA BARRA NOVA OU SECA:** entre o rio Doce e São Mateus, comunicando com este rio pelo rio Mariricu.

❖❖ **RIO SÃO MATEUS:** tem unicamente barra com 2 metros de fundo, dando entrada a navios de pouco calado: não sendo a mesma barra franca, por isso às vezes é difícil rompê-la. É navegável por pequenos navios e vapores até 60 a 61 quilômetros no lugar chamado Atalaia e Jacarandá, 27 quilômetros acima da cidade de São Mateus, assim como por canoas até as primeiras cachoeiras, 48 quilômetros acima do Jacarandá. Neste rio desembocam o canal de Itaúnas, rio São Domingos, rio Santa Ana, rio Mariricu, rio Preto, rio da Pedra d'Água e alguns ribeiros e córregos.

❖❖ **RIO ITAÚNAS:** com pequena barra no lugar chamado Guaxindiba, dando entrada a canoas e a pequenas lanchas em determinadas estações, nele desemboca o ribeirão Angelim e outros pequenos riachos e córregos.

❖❖ **RIACHO DOCE:** entre Itaúnas e Mucuri, desembocando nele pequenos córregos.

❖❖ **RIACHO DAS OSTRAS:** entre Itaúnas e Mucuri, nele desembocam pequenos córregos.

❖❖ **RIACHO DA BARRA NOVA:** entre Itaúnas e Mucuri, este riacho comunica-se com o Mucuri pelo rio Gamboa.

❖❖ **RIO MUCURI:** está nas mesmas circunstâncias que o rio São Mateus, tendo um fundo de 2 ½ metros, nele desemboca o rio Gamboa, riacho Grande, Mucurizinho e outros ribeirões e córregos. É o ponto terminal ao norte desta província com a da Bahia.

Ilhas no mar, baía e nos rios

❖❖ LITORAL

A ilha da *Ascensão* ou da *Trindade*, a 120 quilômetros da barra desta capital.

A ilha da *Andorinha*, perto da fazenda da Boa Vista, entre os rios Itabapoana e Itapemirim.

A de *Taputera* e a dos Ovos na barra do rio Itapemirim, formando esta última o ancoradouro ao lado norte.

A do *Francês*, entre Itapemirim e Piúma, defronte do Piabanha, assim como mais algumas pequenas em frente ao monte *Agá*.

As do *Gambá*, a do *Meio* e a de *Fora*, em frente a Piúma, as quais formam um bom e seguro ancoradouro ao lado sul das mesmas.

As ilhotas das *Três Pedras*, na ponta de *Goiabura* e a da *Piranga*, ao sul de Guarapari.

As ilhas ou recifes *Escalvado* e *Rasa*, em frente à barra de Guarapari e distantes 7 quilômetros da costa.

As *Três Ilhas*, entre o rio Una e a barra do Jucu.

A ilha do *Jucu*, defronte à barra do rio deste mesmo nome.

As ilhotas ou recifes dos *Pacotes*, ao sul do farol da barra da Vitória, e a do *Cavalo*, em frente à mesma barra.

❖❖ BAÍA DA VITÓRIA

Ilha do *Boi*, antiga de *D. Jorge de Meneses*, na entrada da baía, hoje pertencente ao bacharel Daniel Acióli de Azevedo.

Ilha dos *Frades*, antiga ilha de *Valentim Nunes*, à entrada da baía, hoje dizem uns pertencer aos religiosos franciscanos, outros a João Inácio Rodrigues.

Ilha do *Fato*, que pertenceu aos jesuítas.

Ilha dos *Bodes*, pertencente ao bacharel Daniel Acióli de Azevedo.

Ilha das *Andorinhas*, em frente à praia Preta.

Ilha dos *Papagaios*, em frente a Piratininga.

Ilha da *Forca*, na enseada da vila do Espírito Santo, e que servira no princípio da descoberta da província de lugar onde eram punidos os criminosos.

Ilha das *Cobras*, em frente a Jaburuna, antiga ilha do *Morro do Céu*, e que pertenceu por doação a Amaro Bueno, que também foi senhor de parte das terras de Jaburuna.

Ilha de *Bento Ferreira*, antiga ilha do *Pãozinho*, e que fora de Bento Ferreira e hoje é do bacharel Rebelo.

Ilha da *Pouca Fumaça*, que pertenceu ao avô de um tal Matias.

Ilha de *Santa Maria*, de antiga propriedade dos jesuítas e hoje dos herdeiros da família Goulart.

Ilhota dos Urubus, sem importância alguma ao presente.

Ilha das Pombas, em frente à pedra d'Água, tendo já servido para depósito de gado.

Ilha da *Boa Vista*, pertencente aos jesuítas, conhecida atualmente por ilha do *Príncipe*, tendo depois pertencido ao português Joaquim Rangel e hoje a seus herdeiros, que estão em litígio.

Ilha das *Flores*, que pertenceu aos avós da família Passos da Capixaba, tendo também o nome de ilha do *Marçal*, a quem pertenceu, e hoje tem o nome de Ilha da *Pólvora*, onde se acha um paiol nacional para depósito desse fulminante.

Ilha do *Guerra*, a qual pertenceu aos avós de Francisco dos Reis Grande, que obteve-a por sucessão, tendo a mesma ilha primitivamente o nome de *Bela Vista*, pertencente hoje a Joaquim Inácio Rodrigues, tendo sido de A. J. Machado.

Ilha da *Vitória*, a maior da baía, a qual teve primitivamente o nome de ilha de Santo Antônio, por ter no dia da festividade desse santo sido descoberta; posteriormente foi doada a Duarte de Lemos, mudando-se então o nome para o daquele donatário. Tem esta ilha de 13 a 14 quilômetros em sua maior extensão, e de 4 a 5 quilômetros em sua maior largura. Nela está hoje assentada a capital da província, sendo a mesma circulada pela baía propriamente dita, o rio da *Passagem* e o rio *Santa Maria*. *Rio Doce*: — Ilhas da *Boa Vista*, *Flecheiras*, *Carapuça*, *Jacarandá*, *Três Ilhas*, *Campinho* e *Desejo*, contidas da Regência até Linhares.

Ilhas da *Oliveira*, *Boqueirão*, *Armondes*, *Cipó*, *Gado*, *Cruz*, *Palmas*, *Terra Alta*, *Piraquê*, *Veado*, *Pau Grosso*, *Papagaio*, *Pau Gigante*, *Santo Antônio*, *Buraco Fundo*, *Pancas*, *Barbado*, *Santa Maria*, *Capivaras*, *Poia*, *São Jorge*, *Laje*, *Mutum* e *Esperanças*, estas ilhas se acham de Linhares ao Tatu.

Há ainda outras, que por serem insignificantes não as mencionamos.

Lagoas de água salgada e outras de água doce

Há na província as seguintes lagoas, umas no litoral, outras centrais e algumas à margem de rios, e são:

Lagoa de *Aguiar*, *Juparanã*, *Parda*, da *Barra Seca*, *Montserrat*, de *Aviz*, dos *Pancas*, do *Buraco Fundo*, de *Piraquê*, *Salgada*, de *Jacuném*, da *Ponta da Fruta*, de *Maimbá*, *Pia-*

banha, *Morobá*, da *Anta*, *Cacolocage*, dos *Caraízes*, da *Boa Vista* e *Siri*.

Existem ainda outras de menores proporções e sujeitas a secar, o que não acontece às que aqui mencionamos, quase todas sendo ou sujeitas às evoluções das marés, ou sendo nascentes de rios ou deles formados.

A de Juparanã, a maior de todas, tem de 48 a 50 quilômetros de circunferência, e outras regulando desde 1 a 20 quilômetros, na maior parte muito piscosas, havendo algumas com pequenas ilhas em seu centro.

Consta existirem ainda outras no meio das matas, mas que pouco investigadas por mateiros, pouca importância se tem dado à sua existência.

Geognosia e metalurgia

No reino mineralógico pode-se dizer ser a província do Espírito Santo uma das primeiras do Brasil, e, à exceção da de Minas Gerais, julgamos não existir outra mais abundante em regra de proporção.

Entre os naturalistas que parcialmente estudaram-na podemos citar Saint-Hilaire, Tomás Lindley, Henrique Koster, João Mawe, Selous,⁸⁴⁶ Achille Lenois, Sellow, Descourtiz, Capanema e Linger, não falando em outros.

Existem na província riquíssimas minas de ouro nas serras do Canudal e na do Garrafão, no distrito da vila de São Pedro do Cachoeiro, assim como em quase todas as montanhas que margeiam os rios Castelo e Caxixe, como neles próprios e no mesmo município; outrora nessas paragens os mineiros extraíram em abundância ouro granulado de vinte dois a vinte três quilates, tendo aquelas minas o nome de minas de Santana do Castelo. Ainda há ouro nas montanhas interiores, como seja na da Flecheira ou Caparaó, na estrada de São Pedro de Alcântara; nas do Muqui do Sul; nas da estrada de Santa Teresa; nas margens do rio Guandu; na montanha do Mestre Álvaro, no município da Serra; na montanha da Fonte Grande, nesta capital; na da Califórnia, na colônia de Santa Leopoldina, nas serras do Muqui do Norte e Sul e na Lavrinha e serras do rio Pardo. Contém ainda minas de ferro magnéti-

⁸⁴⁶ Trata-se, certamente, do mesmo Sellow citado a seguir.

co. Há indícios de minas de cobre e prata no mesmo rio Pardo, há amostras riquíssimas de cristais de rocha preto, branco e rosa, encontrados na Colônia do Rio Novo, Salgadinho, Fruteira e estrada de São Pedro de Alcântara. Há notícias de haver sal gema, *gneiss* e gesso na montanha do Mestre Álvaro. No rio de Santa Maria, na cachoeira da Farinha, já encontraram-se diamantes de pequeno tamanho, e na freguesia de Itabapoana, em tempos idos, também foram encontrados no rio Muqui do Norte e cabeceiras do rio Itabapoana diamantes, topázios, águas marinhas e pingos d'água de boa qualidade pelo engenheiro mineralogista Dr. Capanema, pai do atual diretor dos Telégrafos, o qual, vindo de Minas Gerais, com outro companheiro, investigou aquelas paragens. Desde tempos passados que Sebastião Tourinho e posteriormente Diogo Martins Cão, por alcunha o *Montante Negro*, e mais tarde o capitão Marcos de Azeredo Coutinho e filhos, não só declararam a existência de esmeraldas e outras pedras preciosas nas adjacências do rio Doce e seus afluentes, como trouxeram amostras dessas pedras e as mostraram aos capitães-generais da Bahia e governadores do Espírito Santo.

Desde a serra dos Aimorés, atravessando o interior a sair no município do Cachoeiro de Itapemirim, passando pelos distritos dos terrenos denominados Fruteira, Salgado, Salgadinho, São Felipe e Muqui, atravessa uma mina de pedra calcária da melhor qualidade e paralela uma outra de cristal em uma extensão, talvez, de 250 quilômetros.

Em quase todos os rios e córregos da província como, por exemplo, o de São João e da Crimeia, se notam pedras especiais de configuração octaédrica que denotam a existência de pedras preciosas.

Existem ainda granitos de diversas qualidades, pirites, pórfiro, mica, quartzo, diorito, espécies de tabatingas e outros.

O Dr. César de Rainville, o Dr. Linger e o Dr. Gabriel Emílio da Costa também em seus estudos sobre os próprios terrenos que têm percorrido dão notícia de minas de diversos metais e de que possuem até belas amostras.

Nós mesmos, que temos ido a muitas das localidades apontadas, possuímos algumas amostras que certificam a existência da riqueza mineralógica da província.

Madeiras para construções náuticas e civis

As madeiras de primeira qualidade que contém a província em suas gigantescas matas são as seguintes, afora as de inferior qualidade que servem para diversas construções de uso doméstico e são as abaixo mencionadas:

Abiurana [no original, abiuruna], acapu, acariquara [no original, acariocara], aderno, almécega, amapá, amarelos, anani, andirobas, andiroborana, angelins, angicos, aparaju, araracanga, araribás, arco preto e de pipa, aroeiras, bacuris, bálsamos, bapebas, bicuíbas, buxos, camarás, cabiúna, cacundas, cambuís, cerejeiras, camaçari, canjerana, canafístula, canelas, carnaúba, cedros, carobas, castanheiros, copaíba, cobis, cupuaíbas, faia, garaúnas, garapiapunha, gonçalo alves, guarubus, guaruiúbas, guarajuba, inhaíba, ipês, jacarandás, jubatãs, jaqueiras, jequitibás, jatobá, jutaí, louros, macaúbas, maparajuba, maçarandubas, monjolo, muiraquatiaras, muirapirangas, mussutaíbas, óleos, oiticica, pau-brasil, paineiras, pau-cruz, pau-d'arco, pau-ferro, pau-marfim, pau-pereira, pau-rainha, pau-rosa, pau-de-óleo, pau-rei, pau-santo, pau-cetim, pelado, pequiás, perobas, perubana, putumuju, pitombas, quinas, roxinho, saboaranas, sassafrás, sucupira, sobrasil, sobro, tapinhoãs, timborana, vinháticos e muitas outras.

A terapêutica encontra toda a sorte de plantas medicinais, assim como a tinturaria, a tecelagem e a cordoaria dispõem igualmente de matéria-prima para seus misteres.

Estatística da população e fogos

Pelo último recenseamento feito em 1870, ficou demonstrado existir na província 82.137 habitantes, sendo:

Homens livres	29.607	Mulheres livres	29.871
Homens escravos	11.859	Mulheres escravas	10.800
	41.466		40.671

82.137

Esta população foi dividida pela seguinte forma:

Paróquia de Nossa Senhora da Vitória 4.361 almas; paróquia de São José do Queimado 3.385 almas; paróquia de São João de Cariacica 1.157 almas; paróquia

de Santa Leopoldina 1.936 almas; paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Viana 4.649 almas; paróquia de Santa Isabel 1.898 almas; paróquia de Nossa Senhora do Rosário do Espírito Santo 1.755 almas; paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Serra 4.294 almas; paróquia dos Reis Magos de Nova Almeida 2.196 almas; paróquia de Nossa Senhora da Penha de Santa Cruz 3.487 almas; paróquia de São Benedito do Riacho 1.003 almas; paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Linhares do Rio Doce 1.863 almas; paróquia de Nossa Senhora da Conceição da Barra de São Mateus 2.731 almas; paróquia de São Sebastião de Itaúnas 782 almas; paróquia de São Mateus 4.657 almas; paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Guarapari 3.188 almas; paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Benevente 5.300 almas; paróquia de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim 4.336 almas; paróquia de São Pedro do Cachoeiro 3.893 almas; paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Afonsino 1.977 almas; paróquia de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo 2.506 almas; paróquia de Nossa Senhora da Penha do Alegre 2.789 almas; paróquia de São Miguel do Veado 1.640 almas; paróquia de São Pedro de Itabapoana 5.691 almas.

Hoje, depois de nove anos de recenseamento, julgamos dever a população estar aumentada a 105.350 almas, tomando por base, descontando a mortalidade, termo médio, sobre o dito recenseamento:

Dez por cento de nascimentos sobre a população de 82.137 indivíduos, em oito anos	8.213
Dez mil colonos alemães, polacos, húngaros e italianos vindos para as colônias da província, já descontada a mortalidade e não incluindo os nascimentos	10.000
Cinco mil imigrantes estrangeiros espontâneos e retirantes cearenses não incluídos os nascimentos	5.000
Recenseados em 1870	82.137
	105.350

Pela estatística feita em 1870, existiam na província 10.774 fogos, mas hoje, pelo aumento da população, novas edificações e reconstruções existem 12.928 fogos, havendo, pois, nestes nove anos, um acréscimo de um por cento sobre o último recenseamento.

Cidades, vilas e freguesias

Contém a província 3 cidades, que são: a da Vitória, Serra e São Mateus.

Contém 10 vilas, as quais são: São Pedro do Cachoeiro, Itapemirim, Benevente, Guarapari, Espírito Santo, Viana, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares e Barra de São Mateus.

Contém 26 paróquias, as quais são: Nossa Senhora da Vitória, São José do Queimado, São João de Cariacica, São João de Carapina, Santa Leopoldina, Nossa Senhora da Conceição de Viana, Santa Isabel, Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora da Conceição da Serra, Santos Reis Magos de Nova Almeida, Nossa Senhora da Penha de Santa Cruz, São Benedito do Riacho, Nossa Senhora da Conceição de Linhares, Nossa Senhora da Conceição da Barra de São Mateus, São Sebastião de Itaúnas, São Mateus, Nossa Senhora da Conceição de Guarapari, Nossa Senhora da Assunção de Benevente, São Pedro do Cachoeiro, São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, Nossa Senhora da Penha do Alegre, São Miguel do Veado, São Pedro de Itabapoana, São José do Calçado, Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Afonsino, Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. É preciso notar, São José do Calçado e Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Afonsino não estão ainda canonicamente providas de párcos.

Comarcas, termos e municípios

É dividida a província em 7 comarcas, as quais são: Vitória, Conceição da Serra, Santa Cruz, São Mateus, Iritituba, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro.

Tem 11 termos, os quais são: Vitória, Conceição da Serra, Santa Cruz, Nova Almeida, Linhares, Barra de São Mateus, Cidade de São Mateus, Guarapari, Benevente, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro.

Compõe-se a província de 13 Municípios, que são: Vitória, Serra, Nova Almeida, Santa Cruz, Linhares, Barra de São Mateus, Viana, Espírito Santo, Guarapari, Benevente, Itapemirim e São Pedro do Cachoeiro.

Conventos, igrejas e capelas

Possui a província as seguintes igrejas, capelas e conventos em número de 47, e são: Nossa Senhora da Vitória (Matriz), Capela Nacional (antigo Convento e Colégio dos Jesuítas), Nossa Senhora da Misericórdia, Capela da Misericórdia, São Gonçalo, Convento de São Francisco, Santa Luzia, Capela de Nossa Senhora do Carmo, Convento do Carmo, Nossa Senhora da Conceição da Prainha, Capela de São Francisco da Penitência e a de Nossa Senhora do Rosário, todas na capital; São João (Matriz), em Carapina; Nossa Senhora da Conceição (Matriz), na cidade da Serra; São José (Matriz), na freguesia do Queimado; São João (Matriz), na freguesia de Cariacica; Santa Leopoldina (Matriz), na freguesia do mesmo nome; Nossa Senhora da Conceição (Matriz), município de Viana; Santa Isabel (Matriz), no município de Viana; Nossa Senhora do Rosário (Matriz), na vila do Espírito Santo; Convento da Penha, na vila do Espírito Santo; Nossa Senhora da Penha (Matriz), na vila de Santa Cruz; São Benedito (Matriz), na freguesia do Riacho; Nossa Senhora da Conceição (Matriz), na vila de Linhares; Santos Reis Magos (antigo Convento dos Jesuítas e hoje Matriz), na vila de Nova Almeida; Nossa Senhora da Conceição (Matriz), na vila da Barra de São Mateus; São Mateus (Matriz), São Gonçalo e São Benedito, na cidade do mesmo nome; São Sebastião de Itaúnas, na freguesia do mesmo nome; Nossa Senhora da Conceição (Matriz), na antiga Capela dos Jesuítas e outra principiada na vila de Guarapari; Nossa Senhora da Assunção (antigo Convento e Colégio dos Jesuítas e hoje Matriz) e uma capela em Piúma, no município de Benevente; Nossa Senhora do Amparo (Matriz) e uma capela na Colônia do Rio Novo, no município de Itapemirim; São Pedro (Matriz) e Senhor dos Passos, na vila de São Pedro do Cachoeiro; São Pedro de Alcântara (Matriz) e uma capela principiada no Aldeamento Afonsino, na freguesia do Rio Pardo; Nossa Senhora da Penha (Matriz), na freguesia do Alegre; São Miguel (Matriz), na freguesia do Veado; São Pedro de Alcântara (Matriz) e outra capela principiada na freguesia de Itabapoana; São José (Matriz), na nova freguesia do Calçado.

Possui ainda três capelas particulares: uma na Fazenda do Muqui, de propriedade do capitão Joaquim Marcelino da Silva Lima, na vila de Itapemirim, e duas na vila do Cachoeiro, sendo uma na Fazenda de Monte Líbano, de propriedade do capitão

Francisco de Souza Monteiro, e outra na Fazenda de Santa Teresa, de propriedade do fazendeiro José Pinheiro de Souza Werneck.

Tem mais as seguintes capelas, algumas principiadas e outras em ruínas: uma na vila de Linhares; uma na cidade de São Mateus; uma no Cachoeiro de Itapemirim; uma na Fazenda de Araçatiba, na vila de Viana; duas na vila de Guarapari; uma na Fazenda de Belém, no município de Viana, edificada pelo condestável Torquato Martins de Araújo; uma na Fazenda do Jucu, que fora dos jesuítas; uma católica e outra protestante, na Colônia de Santa Leopoldina.

Edifícios públicos e particulares

Tem a província alguns edifícios particulares bem construídos em alvenaria, mas em poucos foram conservadas as regras arquitetônicas, sendo na maior parte em estilo barroco; os principais são:

O Palácio do Governo, a Capela Nacional, a casa da Instrução Pública, o palacete da Assembleia Provincial, a Matriz de Nossa Senhora da Vitória, o Convento da Penha (obra monumental), Convento do Carmo, Hospital da Misericórdia, a Matriz de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, o Farol da Barra, o palacete da Fazenda do Muqui, a nova casa da Estação Telegráfica em consertos, e alguns outros que, embora regularmente construídos, não se acham em paralelo com os acima apontados, já por sua solidez e arquitetura, como por suas dimensões e perspectiva.

Estações telegráficas

1. A de Itapemirim, a 37 quilômetros e 138 metros à de Itabapoana, no Rio de Janeiro.
2. A de Benevente, a 36 quilômetros e 710 metros à de Itapemirim.
3. A da Vitória, a 72 quilômetros e 743 metros à de Benevente.
4. A da Serra, a 26 quilômetros e 700 metros à da Vitória.
5. A de Santa Cruz, a 26 quilômetros e 236 metros à da Serra.
6. A de Linhares, a 67 quilômetros à de Santa Cruz.

7. A de São Mateus, a 85 quilômetros à de Linhares.
8. A do ramal da Barra de São Mateus, a 11 quilômetros à [de] São Mateus.
9. A de Itaúnas, a 38 quilômetros e 610 metros à de São Mateus.
10. A de São José do Porto Alegre, no Mucuri, a 37 quilômetros e 590 metros à de Itaúnas.

Há, pois, na província, 10 estações, tendo de extensão a linha telegráfica 438 quilômetros e 627 metros.

Jornais publicados na província

- | | | |
|------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|
| 1. <i>O Estafeta</i> | 16. <i>O Tempo</i> | 31. <i>A União</i> |
| 2. <i>Correio da Vitória</i> | 17. <i>A Borboleta</i> | 32. <i>O Operário do Progresso</i> |
| 3. <i>A Regeneração</i> | 18. <i>O Amigo do Povo</i> | 33. <i>A Aurora</i> |
| 4. <i>O Semanário</i> | 19. <i>O Liberal</i> | 34. <i>O Comércio</i> |
| 5. <i>O Capixaba</i> | 20. <i>O Monarquista</i> | 35. <i>O Itapemirinese</i> |
| 6. <i>A Aurora</i> | 21. <i>Jornal da Vitória</i> | 36. <i>Gazeta do Comércio</i> |
| 7. <i>O Mercantil</i> | 22. <i>O Itabira</i> | 37. <i>A Liberdade</i> |
| 8. <i>A Liga</i> | 23. <i>Diário Vitoriense</i> | 38. <i>Opinião Liberal</i> |
| 9. <i>O Indagador</i> | 24. <i>Estrela do Sul</i> | 39. <i>O Cachoeirano</i> |
| 10. <i>O Marimbondo</i> | 25. <i>Sentinela do Sul</i> | 40. <i>Eco dos Artistas</i> |
| 11. <i>O Provinciano</i> | 26. <i>O Cidadão</i> | 41. <i>Atualidade</i> |
| 12. <i>O Pica-pau</i> | 27. <i>O Estandarte</i> | 42. <i>Gazeta da Vitória</i> |
| 13. <i>União Capixaba</i> | 28. <i>A Voz do Povo</i> | 43. <i>A Ideia</i> |
| 14. <i>O Clarim</i> | 29. <i>O Espírito-Santense</i> | 44. <i>Sete de Setembro</i> |
| 15. <i>O Desaprovador</i> | 30. <i>O Conservador</i> | 45. <i>O Operário</i> |

Donatários da capitania

1. Vasco Fernandes Coutinho
2. Vasco Fernandes Coutinho Filho
3. Francisco de Aguiar Coutinho
4. Ambrósio de Aguiar Coutinho
5. Antônio Gonçalves da Câmara
6. Ambrósio de Aguiar Coutinho e Câmara
7. Francisco Gil de Araújo
8. Manoel Garcia Pimentel
9. Cosme Rolim de Moura

Capitães-mores, ditos regentes e outros governadores

- | | |
|--|-------------------------------------|
| 1. Belchior de Azeredo Coutinho, o Velho | 14. Domingos de Morais Navarro |
| 2. Miguel de Azeredo | 15. Estêvão de Faria Delgado |
| 3. João Dias Guedes | 16. Martinho da Gama Pereira |
| 4. Antônio do Couto e Almeida | 17. José Gomes Borges |
| 5. João Velasco Molino | 18. Gonçalo da Costa Barbalho |
| 6. Francisco Monteiro de Morais | 19. Baltazar da Costa Silva |
| 7. Francisco Ribeiro | 20. Anastácio Joaquim Moita Furtado |
| 8. Álvaro Lobo de Contreiras | 21. Raimundo da Costa Vieira |
| 9. Francisco de Albuquerque Teles | 22. João Ramos dos Santos |
| 10. Manoel Correia de Lemos | 23. Álvaro Correia de Morais |
| 11. Antônio de Oliveira Madail | 24. Inácio João Monjardino |
| 12. Dionísio Carvalho de Abreu | 25. Manoel Fernandes da Silveira |
| 13. Silvestre Cirne da Veiga | |

Governadores da capitania

1. Dr. Antônio Pires da Silva Pontes Leme
2. Fidalgo Manoel Vieira de Albuquerque Tovar
3. Coronel Francisco Alberto Rubim
4. Bacharel Baltazar de Souza Botelho e Vasconcelos

Membros do governo da junta provisória

PRESIDENTE: Vigário José Nunes da Silva Pires

SECRETÁRIO: Luís da Silva Alves de Azambuja Susano

MEMBROS: Capitão-mor José Ribeiro Pinto

Capitão Sebastião Vieira Machado

Capitão José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim

Membros do conselho do governo

1. Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo
2. Vigário José Nunes da Silva Pires
3. Manoel de Moraes Coutinho (duas vezes)
4. José Ribeiro Pinto
5. Antônio Joaquim Nogueira da Gama
6. Joaquim José Fernandes
7. Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim
8. Francisco Coelho de Aguiar
9. Manoel dos Passos Ferreira
10. Vigário Domingos Leal
11. Manoel da Silva Maia
12. João Antônio de Morais
13. Francisco Martins de Castro

Presidentes da província

1. Bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos
2. Visconde da Vila Real da Praia Grande
3. Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça
4. Bacharel Manoel Antônio Galvão (conselheiro)
5. Bacharel Antônio Pinto Chichorro da Gama (senador)
6. Capitão de Milícias Manoel José Pires da Silva Pontes
7. Coronel de Engenheiros Joaquim José de Oliveira
8. José Tomás Nabuco de Araújo (senador)
9. Bacharel João Lopes da Silva Couto (ministro do Supremo Tribunal de Justiça; foi presidente duas vezes)
10. Coronel José Joaquim Machado de Oliveira
11. Capitão-tenente José Manoel de Lima
12. Brigadeiro Venceslau de Oliveira Belo
13. D. Manoel de Assis Mascarenhas (senador)
14. Herculano Ferreira Pena (senador)
15. Bacharel Luís Pedreira do Couto Ferraz (visconde do Bom Retiro e senador)
16. Bacharel Antônio Pereira Pinto
17. Desembargador Antônio Joaquim de Siqueira
18. Capitão-tenente Felipe José Pereira Leal
19. Bacharel José Bonifácio Nascentes de Azambuja
20. Bacharel Evaristo Ladislau e Silva
21. Bacharel Sebastião Machado Nunes
22. Bacharel José Maurício Fernandes Pereira de Barros
23. Olímpio Carneiro Viriato Catão
24. Bacharel Pedro Leão Veloso (senador)
25. Bacharel Antônio Alves de Souza Carvalho
26. Bacharel José Fernandes da Costa Pereira Júnior (conselheiro)
27. Bacharel André Augusto de Pádua Fleury
28. Bacharel José Joaquim do Carmo
29. Bacharel Alexandre Rodrigues da Silva Chaves

30. Bacharel Francisco Leite Bittencourt Sampaio
31. Bacharel Luís Antônio Fernandes Pinheiro
32. Bacharel Antônio Dias Paes Leme
33. Bacharel Francisco Ferreira Correia
34. Dr Antônio Gabriel de Paula Fonseca
35. Dr João Tomé da Silva
36. Bacharel Luís Eugênio Horta Barbosa
37. Bacharel Domingos Monteiro Peixoto (barão de São Domingos)
38. Bacharel Manoel José de Meneses Prado
39. Dr Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama
40. Bacharel Afonso Peixoto de Abreu Lima
41. Bacharel Manoel da Silva Mafra
42. Dr Eliseu de Souza Martins

Vice-presidentes da província

❖❖ PRIMEIROS

1. Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo
2. Coronel Sebastião Vieira Machado
3. Padre Manoel de Assunção Pereira
4. Luís da Silva Alves de Azambuja Susano
5. Padre-mestre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte
6. Joaquim Marcelino da Silva Lima (barão de Itapemirim)
7. Bacharel José Inácio Acióli de Vasconcelos
8. Bacharel João da Costa Lima e Castro
9. Coronel Dionísio Álvaro Resendo
10. Bacharel Eduardo Pindaíba de Matos
11. Dr. Antônio Rodrigues de Souza Brandão

12. Bacharel Carlos de Cerqueira Pinto
13. Bacharel José Maria do Vale Júnior
14. Coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas
15. Coronel Manoel Ferreira de Paiva
16. Tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida

❖❖ SEGUNDOS

1. Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim
2. Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo
3. Padre-mestre João Luís da Fraga Loureiro
4. Joaquim Marcelino da Silva Lima
5. Coronel Dionísio Álvaro Resendo
6. Bacharel Joaquim Antônio de Oliveira Seabra
7. Bacharel José Camilo Ferreira Rebelo
8. Coronel Manoel Ferreira de Paiva

❖❖ TERCEIROS

1. Luís da Silva Alves de Azambuja Susano
2. Coronel Sebastião Vieira Machado
3. Major Francisco de Paula Gomes Bittencourt
4. João Vieira da Fraga Loureiro
5. Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo
6. Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt
7. Coronel Manoel Ferreira de Paiva
8. Bacharel José Camilo Ferreira Rebelo

❖❖ QUARTOS

1. Padre-mestre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte
2. Padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel
3. Joaquim José de Oliveira
4. Aires Vieira de Albuquerque Tovar
5. Bacharel José Inácio Acióli de Vasconcelos
6. Bacharel Jaime Carlos Leal
7. Bacharel José Camilo Ferreira Rebelo
8. Major Joaquim José Gomes da Silva Neto

❖❖ QUINTOS

1. Padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel
2. Padre-mestre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte
3. Aires Vieira de Albuquerque Tovar
4. Coronel Dionísio Álvaro Resendo
5. Bacharel Manoel Joaquim de Sá Matos
6. Major Antônio Rodrigues da Cunha
7. Coronel Olindo Gomes dos Santos Paiva

❖❖ SEXTOS

1. Padre Manoel de Assunção Pereira
2. Luís da Silva Alves de Azambuja Susano
3. Padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro
4. Barão de Itapemirim
5. Bacharel Joaquim Antônio de Oliveira Seabra

Secretários do governo

1. João Barroso Pereira
2. José Henrique de Paiva
3. Ildfonso Joaquim Barbosa de Oliveira
4. Coronel Dionísio Álvaro Resendo
5. Manoel dos Passos Ferreira
6. Dr. José Augusto César Nabuco de Araújo
7. Bernardo José de Castro
8. Dr. José Joaquim Rodrigues
9. Bacharel José Martins Vieira
10. Bacharel Joaquim Antônio de Oliveira Seabra
11. Bacharel Manoel Ribeiro de Almeida Júnior
12. Dr. Antônio Rodrigues de Souza Brandão
13. Bacharel Antônio Vespasiano de Albuquerque
14. Bacharel Graciliano Aristides do Prado Pimentel
15. Bacharel Cirilo de Lemos Nunes Fagundes
16. Capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire
17. Bacharel Tito da Silva Machado
18. Bacharel Henrique Manoel Lins de Almeida
19. Bacharel Manoel Godofredo de Alencastro Autran
20. Benjamim Constant Pereira da Graça
21. Tenente-coronel Manoel Diniz Villas-Boas
22. Major Oséas de Oliveira Cardoso
23. Bacharel José Acióli de Brito

Senadores eleitos por esta província

1. Padre Francisco dos Santos Pinto
2. José Tomás Nabuco de Araújo
3. Dr. José Martins da Cruz Jobim

Deputados eleitos por esta província

❖❖ ÀS CORTES PORTUGUESAS

1. Dr. João Fortunato Ramos (Lente em Coimbra)

❖❖ À CONSTITUINTE

1. Dr. José Vieira de Matos

❖❖ À ASSEMBLEIA GERAL

1. Bacharel José Bernardino Pereira (duas legislaturas)
2. Padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel
3. Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte
4. Padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude
5. Padre Manoel de Freitas Magalhães
6. Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim
7. Bacharel Luís Pedreira do Couto Ferraz (duas legislaturas)
8. Bacharel Luís José Ferreira de Araújo
9. Bacharel Antônio Pereira Pinto (duas legislaturas)
10. Bacharel Luís Antônio da Silva Nunes (duas legislaturas)
11. Bacharel José Feliciano Horta de Araújo (três legislaturas)
12. Desembargador José Ferreira Souto
13. Major José Marcelino Pereira de Vasconcelos
14. Comendador Carlos Pinto de Figueiredo
15. Bacharel Custódio Cardoso Fontes
16. Conselheiro José Fernandes da Costa Pereira Júnior (duas legislaturas)
17. Dr. Heliodoro José da Silva (duas legislaturas)
18. Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles

Deputados provinciais

1. Capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo
2. Manoel da Silva Maia
3. Manoel de Moraes Coutinho (alferes)
4. Padre Francisco Ribeiro Pinto
5. José de Barros Pimentel
6. Miguel Rodrigues Batalha (farmacêutico)
7. Padre Manoel da Assunção Pereira (vigário)
8. Padre Inácio Félix de Alvarenga Sales (lente de Latim)
9. Aires Vieira de Albuquerque Tovar (alferes)
10. Padre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel
11. Coronel Sebastião Vieira Machado
12. Manoel Pinto Rangel e Silva
13. Coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro
14. Luís da Silva Alves de Azambuja Susano
15. Joaquim da Silva Caldas
16. Dionísio Álvaro Resendo (coronel)
17. Coronel José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim
18. Padre João Luís da Fraga Loureiro
19. João Nepomuceno Gomes Bittencourt (coronel)
20. Manoel de Siqueira e Sá Júnior
21. Padre Manoel Antônio dos Santos Ribeiro
22. José Gonçalves Fraga
23. João Teixeira Maia
24. Luís Pinto de Azevedo Braga
25. Vigário Domingos Leal
26. Capitão Joaquim Vicente Pereira
27. Bacharel Joaquim José do Amaral (juiz de direito)
28. José Joaquim de Almeida Ribeiro
29. Manoel Serafim Ferreira Rangel (alferes)
30. Padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte

31. Domingos Rodrigues Souto (comendador)
32. José da Silva Vieira Rios
33. João Malaquias dos Santos Azevedo
34. Joaquim José Gomes da Silva Filho
35. Vigário Francisco Ferreira de Quadros
36. Tenente-coronel Jerônimo de Castanheda Vasconcelos Pimentel
37. Joaquim José Fernandes
38. Padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte
39. Francisco de Paula Gomes Bittencourt (major)
40. Caetano Dias da Silva (major)
41. Padre Manoel José Ramos
42. Vigário Manoel Alves de Souza
43. Vigário Francisco Antunes de Siqueira (cônego)
44. Bacharel Manoel José Joaquim de Sá e Matos (juiz de direito)
45. José Ribeiro Coelho, Pai (tenente-coronel)
46. Manoel dos Passos Ferreira
47. Capitão Francisco Martins de Castro
48. Bacharel Francisco Jorge Monteiro (juiz de direito e chefe de Polícia)
49. Heliodoro Gomes Pinheiro (tenente-coronel)
50. Bernardino Francisco da Rocha Tavares
51. Vigário Manoel Gomes Montenegro
52. Manoel Joaquim Ferreira da Silva (capitão)
53. Tenente José Monteiro Rodrigues Velho
54. Bacharel José de Melo e Carvalho (juiz municipal)
55. João Crisóstomo de Carvalho (comendador)
56. Padre Dr. Inácio Rodrigues Bermude
57. Manoel Nunes Pereira
58. Luís Vicente Loureiro (tenente-coronel)
59. Joaquim Marcelino da Silva Lima (barão de Itapemirim)
60. Serafim José dos Anjos Vieira (capitão)
61. Alferes Custódio Luís de Azevedo
62. João Luís Airosa

63. Capitão João de Freitas Magalhães
64. Alferes Porfírio dos Santos Lisboa
65. José Barbosa Meireles
66. Francisco Ladislau Pereira (capitão)
67. José Pinto de Alvarenga Funcho (capitão)
68. Francisco de Borja Braga
69. Francisco Rodrigues de Barcelos Freire (capitão)
70. Antônio Rodrigues da Cunha (major)
71. Manoel Goulart de Souza (tenente)
72. José Marcelino Pereira de Vasconcelos (major)
73. Manoel Caetano Simões (major)
74. Venceslau da Costa Vidigal (capitão)
75. Antônio das Neves Teixeira Pinto (tenente-coronel)
76. Bernardino de Sena
77. Manoel Teixeira da Silva
78. Manoel Ferreira das Neves
79. Antônio Ferreira Rufino (major)
80. Manoel Francisco da Silva (capitão)
81. Manoel Francisco do Nascimento (major)
82. Vigário Miguel Antunes de Brito
83. Torquato Martins de Araújo Malta (tenente-coronel)
84. Manoel Ferreira de Paiva (coronel)
85. Vigário Mieceslau Ferreira Lopes Wanzeller
86. Manoel Soares Leite Vidigal
87. Inácio de Melo Coutinho Vieira Machado
88. Bacharel Júlio César Berenguer de Bittencourt (juiz de direito)
89. João Martins de Azambuja Meireles (capitão)
90. Manoel do Couto Teixeira (tenente-coronel)
91. Francisco Gomes Bittencourt (major)
92. Bacharel Antônio Joaquim Rodrigues (juiz municipal)
93. Dr. Manoel Gomes Bittencourt
94. Joaquim Ramalheite Maia

95. Joaquim Marcelino da Silva Lima (capitão)
96. Bacharel José Camilo Ferreira Rebelo
97. Francisco José de Abreu Costa (capitão)
98. Manoel de Moraes Coutinho e Castro (alferes)
99. José Joaquim Pereira Lima
100. Vigário Francisco Antunes de Siqueira
101. Bacharel Francisco Gonçalves Meireles Bastos (promotor)
102. José Freire de Andrade (capitão)
103. Carlos Augusto Nogueira da Gama (comendador)
104. Domingos Lourenço Viana
105. Vigário João Ferreira Lopes Wanzeller
106. Dr. Francisco Gomes de Azambuja Meireles
107. Dr. José Joaquim Rodrigues
108. Fabiano Martins Ferreira Meireles (capitão)
109. Dr. Florêncio Francisco Gonçalves
110. José Cláudio de Freitas (tenente-coronel)
111. Tenente Manoel da Silva Simões
112. Aires Loureiro de Albuquerque Tovar (capitão)
113. José Sebastião da Rocha Tavares
114. Vigário João Pinto Pestana
115. Engenheiro Pedro Cláudio Soído
116. Engenheiro Manoel Feliciano Muniz Freire
117. Henrique Augusto de Azevedo (tenente-coronel)
118. Torquato Caetano Simões (major)
119. Miguel Teixeira da Silva Sarmento
120. Francisco Urbano de Vasconcelos (tenente)
121. Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida (tenente-coronel)
122. José Pinheiro de Souza Werneck
123. Comendador Rafael Pereira de Carvalho
124. Firmino de Almeida e Silva
125. Joaquim Francisco Pereira Ramos (capitão)
126. Manoel Pinto de Alvarenga Rosa

127. Vigário Domingos da Silva Braga
128. Vigário Manoel Pires Martins
129. Bacharel Joaquim Pires de Amorim
130. Bacharel José Correia de Jesus
131. Engenheiro Leopoldo Augusto Deocleciano de Melo e Cunha
132. Dr. Olinto Pinto Coelho da Cunha
133. Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira
134. Dr. Clímaco Barbosa de Oliveira
135. Dr. Antônio Rodrigues de Souza Brandão
136. José Antônio Aguirre (tenente)
137. Antônio Joaquim de Santana
138. Áureo Trifino Monjardim de Andrade e Almeida (major)
139. Manoel Francisco da Rocha Tavares
140. João Alberto do Couto Teixeira (capitão)
141. João Manoel Nunes Ferreira
142. Luís da Rosa Loureiro
143. Constantino Gomes da Cunha
144. Bacharel Joaquim Coutinho de Araújo Malta
145. Dr. Heliodoro José da Silva
146. Bacharel Terêncio José Chavantes
147. Bacharel Tito da Silva Machado
148. Engenheiro Civil José de Cupertino Coelho Cintra
149. Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas (coronel)
150. Olindo Gomes dos Santos Paiva (barão do Timbuí)
151. Vigário José Pereira Duarte Carneiro
152. Vigário José Ferreira Lopes Wanzeller
153. José Alves da Cunha Bastos (tenente-coronel)
154. Coronel Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama
155. Tenente-coronel José Ribeiro Coelho, Filho
156. Major Sebastião Fernandes de Oliveira
157. Major Domingos Vicente Gonçalves de Souza
158. Bacharel José Joaquim de Almeida Pires (juiz de direito)

159. Tenente-coronel Caetano Bento de Jesus Silveiras
160. José Delgado Figueira de Carvalho (tenente)
161. Capitão Basílio Carvalho Daemon
162. Major Joaquim Pereira Franco Pissarra
163. Bacharel Misael Ferreira Pena (juiz municipal)
164. Capitão Pedro de Santana Lopes
165. Joaquim Vicente Pereira
166. Major Joaquim José Gomes da Silva Neto
167. Tenente Emílio da Silva Coutinho
168. Engenheiro Joaquim Adolfo Pinto Paca
169. Engenheiro José Feliciano de Noronha Feital
170. Major Antônio Leitão da Silva
171. Dr. Raulino Francisco de Oliveira
172. Bacharel Antônio Pereira Pinto Júnior
173. Alferes José Pinto Homem de Azevedo
174. Aristides Brasileiro de Barcelos Freire
175. Dr. Manoel Leite de Novais Melo
176. Alferes Francisco José Gonçalves
177. Mateus Gomes da Cunha
178. Capitão Henrique Gonçalves Laranja
179. Capitão João Antônio Pessoa Júnior

Vão aqui especificados os cargos que ocupavam quando eleitos e os que tiveram posteriormente à eleição.

Ouidores de nomeações do governo

1. Julião Rangel de Souza
2. Paulo Pereira do Lago
3. Fabiano de Bulhões
4. Rodrigo de Areias de Sá Moura

5. Antônio Gomes
6. Bacharel João Trancoso de Lira
7. Gregório Gonçalves Sutil
8. Dr. Pascoal Ferreira Deveras
9. Dr. Mateus Nunes José de Macedo
10. Dr. Bernardino José Falcão de Gouveia
11. Dr. Francisco de Sales Ribeiro
12. Dr. José Ribeiro Guimarães Ataíde
13. Dr. Manoel Carlos da Silva Gusmão
14. Dr. José Antônio de Alvarenga Barros Freire
15. Joaquim José Coutinho Mascarenhas
16. Bacharel José Pinto Ribeiro
17. Dr. Manoel Batista Filgueiras
18. Dr. Alberto Antônio Pereira
19. Dr. José Freire Gameiro
20. Dr. José de Azevedo Cabral
21. Inácio Acióli de Vasconcelos
22. José Libânio de Souza
23. João Francisco de Borja Pereira

Chefes de polícia

1. Bacharel Francisco Jorge Monteiro (desembargador)
2. Bacharel Inácio Acióli de Vasconcelos (ministro do Supremo Tribunal de Justiça)
3. Bacharel Antônio Tomás Godói (falecido desembargador)
4. Bacharel Tristão de Alencar Araripe (desembargador)
5. Bacharel Manoel Pedro Álvares Moreira Vilaboim
6. Bacharel Vitorino do Rego Toscano Barreto (desembargador)
7. Bacharel Antônio de Souza Martins (desembargador)
8. Bacharel Eduardo Pindaíba de Matos (desembargador)
9. Bacharel Quintino José de Miranda (desembargador)

10. Bacharel Carlos de Cerqueira Pinto
11. Bacharel Antero Cícero de Assis
12. Bacharel Antônio Joaquim Rodrigues
13. Bacharel Júlio Acióli de Brito
14. Bacharel Francilísio Adolfo Pereira Guimarães
15. Bacharel Raimundo da Mota de Azevedo Correia
16. Bacharel Manoel Antunes Pimentel
17. Bacharel Vicente Cândido Ferreira Tourinho
18. Bacharel Antônio Columbano Seráfico de Assis Carvalho
19. Bacharel Augusto Lobo de Moura
20. Bacharel Cassiano Cândido Tavares Bastos

Juízes de direito

❖❖ COMARCA DA CAPITAL

1. Bacharel Joaquim José do Amaral
2. Bacharel Francisco Jorge Monteiro
3. Bacharel José Inácio Acióli de Vasconcelos
4. Bacharel Antônio Tomás de Godói
5. Bacharel João Paulo Monteiro de Andrade
6. Bacharel Antônio Augusto Pereira da Cunha
7. Bacharel Teodoro Machado Freire Pereira da Silva
8. Bacharel Dídimo Agapito da Veiga
9. Bacharel Francisco de Souza Cirne Lima
10. Bacharel Manoel Rodrigues Jardim
11. Bacharel Luís Duarte Pereira
12. Bacharel Epaminondas de Souza Gouveia

❖❖ COMARCA DOS REIS MAGOS

1. Bacharel Antônio Gomes Vilaça
2. Bacharel Bento Luís de Oliveira Lisboa
3. Bacharel Epaminondas de Souza Gouveia
4. Bacharel Carlos José Pereira Bastos

❖❖ COMARCA DE SANTA CRUZ

1. Bacharel Joaquim Manoel de Araújo
2. Bacharel Antônio Luís Ferreira Tinoco
3. Bacharel Antônio Francisco Ribeiro
4. Bacharel Fernando Afonso de Melo
5. Bacharel José Pedro Marcondes César

❖❖ COMARCA DE SÃO MATEUS

1. Bacharel Manoel Joaquim de Sá Matos
2. Bacharel Júlio César Berenguer de Bittencourt
3. Bacharel Jaime Carlos Leal
4. Bacharel Joaquim Jacinto de Mendonça
5. Bacharel Daniel Acióli de Azevedo
6. Bacharel Manoel José Pinto de Vasconcelos
7. Bacharel Francisco Gonçalves Martins
8. Bacharel Pedro Francelino Guimarães
9. Bacharel Raimundo Furtado de Albuquerque Cavalcanti
10. Bacharel José Maria do Vale Júnior
11. Bacharel Júlio Acióli de Brito
12. Bacharel José Ricardo Gomes de Carvalho
13. Bacharel Antônio Lopes Ferreira da Silva

14. Bacharel Joaquim de Toledo Pisa e Almeida
15. Bacharel Miguel Bernardo Vieira de Amorim

❖❖ COMARCA DE IRIRITIBA

1. Bacharel Francisco José Cardoso Guimarães
2. Bacharel Pedro Cavalcanti de Albuquerque Maranhão
3. Bacharel Miguel José Tavares
4. Bacharel Joaquim Vitorino Ferreira Alves

❖❖ COMARCA DE ITAPEMIRIM

1. Bacharel José Florêncio de Araújo Soares
2. Bacharel Francisco de Paula de Negreiros Saião Lobato (visconde de Niterói)
3. Bacharel José Francisco de Arruda Câmara
4. Bacharel José Norberto dos Santos
5. Bacharel João da Costa Lima e Castro
6. Bacharel Ricardo Pinheiro de Vasconcelos
7. Bacharel Ludgero Gonçalves da Silva
8. Bacharel Carlos Augusto Ferraz de Abreu
9. Bacharel Francisco Xavier Pinto Lima (conselheiro)
10. Bacharel Francisco Ferreira Correia
11. Bacharel Paulo Martins de Almeida
12. Bacharel Francisco Batista da Cunha Madureira

❖❖ COMARCA DE SÃO PEDRO DO CACHOEIRO

1. Bacharel Dídimo Agapito da Veiga Júnior

Juízes municipais

❖❖ TERMO DA VITÓRIA

1. Bacharel José de Melo e Carvalho
2. Bacharel Benigno Tavares de Oliveira
3. Bacharel Tomás de Aquino Leite
4. Bacharel José Joaquim de Almeida Pires
5. Bacharel Fernando Afonso de Melo
6. Bacharel Misael Ferreira Pena
7. Bacharel Epifânio Werres Domingues da Silva
8. Bacharel Ernesto Vieira de Melo

❖❖ TERMO DE SÃO MATEUS

1. Bacharel João dos Santos Neves
2. Bacharel Manoel da Silva Rego
3. Bacharel Leônidas Marcondes de Toledo Lessa
4. Bacharel João Francisco Poggi de Figueiredo
5. Bacharel Francisco Rodrigues Sette Filho
6. Bacharel Francisco Pedro da Costa Moreira
7. Dr José Roberto da Cunha Sales

❖❖ TERMO DE SANTA CRUZ

1. Bacharel Tito da Silva Machado
2. Bacharel Francisco José Cardoso Guimarães
3. Bacharel Antônio Lopes Ferreira da Silva
4. Bacharel Balbino César de Melo
5. Bacharel José Gonçalves da Rocha

6. Bacharel José de Barros Albuquerque Lins
7. Bacharel Francisco de Paula Lacerda e Almeida
8. Bacharel José Elísio de Carvalho Couto

❖❖ TERMO DA CONCEIÇÃO DA SERRA

1. Bacharel João Nepomuceno Bezerra Cavalcanti
2. Bacharel Francisco Liberato de Matos
3. Bacharel Aureliano de Azevedo Monteiro
4. Bacharel Luís Procópio da Rocha
5. Bacharel Joaquim Pauleta Bastos de Oliveira
6. Bacharel Pedro Augusto de Moura Carijó
7. Bacharel Daniel Germano de Aguiar Montarroios
8. Bacharel João Francisco Poggi de Figueiredo
9. Bacharel José de Melo e Carvalho

❖❖ TERMO DE GUARAPARI E BENEVENTE

1. Bacharel Joaquim José de Almeida Pires
2. Bacharel Fernando Afonso de Melo
3. Bacharel José Alexandre da Costa Valente
4. Bacharel Vicente Alves Rodrigues de Albuquerque
5. Bacharel Anacleto José dos Santos
6. Bacharel Joaquim Guedes Alcoforado
7. Bacharel Getúlio Augusto de Carvalho Serrano

TERMO DE ITAPEMIRIM (1861 EM DIANTE)

1. Bacharel Cesário José Xavantes
2. Bacharel João Cândido da Silva
3. Bacharel Misael Ferreira Pena
4. Bacharel Otávio Afonso de Melo
5. Bacharel Antônio Ribeiro da Silva Porto
6. Bacharel Justiniano Martins de Azambuja Meireles

❖❖ TERMO DO CACHOEIRO

1. Bacharel João Cândido da Silva
2. Bacharel Misael Ferreira Pena
3. Bacharel Joaquim Pires de Amorim

Promotores públicos

❖❖ COMARCA DA VITÓRIA

1. Manoel de Moraes Coutinho
2. Inácio de Barcelos Freire
3. Bacharel Benigno Tavares de Oliveira
4. Bacharel Antônio Joaquim Rodrigues
5. José Maria da Costa Carneiro
6. Bacharel José Maria Ramos Gorjão
7. Bacharel João dos Santos Saraíba
8. Bacharel Orozimbo Augusto Horta de Araújo
9. Francisco Urbano de Vasconcelos (tenente)
10. Bacharel João dos Santos Neves
11. Bacharel Francisco Gonçalves Meireles Bastos

12. Bacharel Joaquim de Oliveira Bastos
13. Bacharel Francisco Jacinto de Sampaio
14. Bacharel Francisco de Sá Freire Matos
15. Bacharel Tomás de Aquino Leite
16. Bacharel Aureliano de Azevedo Monteiro
17. Bacharel Olímpio Giffinig von Niemeyer
18. Bacharel José Pereira dos Santos
19. Bacharel Ernesto Augusto Pereira
20. Bacharel Manoel Coelho de Almeida
21. Francisco Urbano de Vasconcelos (tenente)
22. Bacharel Herculano de Figueiredo e Souza
23. Bacharel Henrique José Teixeira
24. Tenente Francisco Urbano de Vasconcelos
25. Bacharel Cassiano Cândido Tavares Bastos
26. Bacharel Misael Ferreira Pena
27. Capitão Basílio Carvalho Daemon
28. Bacharel José Inácio de Figueiredo
29. Capitão Basílio Carvalho Daemon
30. Tenente José Antônio Ribeiro Ismerim,
31. Bacharel Eduardo Gomes Ferreira Veloso
32. Bacharel Manoel do Nascimento Silva
33. Bacharel José Heráclides Ferreira
34. Bacharel Antônio Pedro Monteiro de Souza
35. Bacharel Gregório Magno Borges da Fonseca

❖❖ COMARCA DE SÃO MATEUS

1. Inácio de Melo Coutinho Vieira Machado
2. Bacharel Caetano José Lopes
3. Bacharel Francisco Gonçalves Meireles
4. Sérvulo Álvares de Campos Tourinho

5. Bacharel Joaquim Teotônio Soares de Avelar
6. José Joaquim de Campos
7. Bacharel Aureliano de Azevedo Monteiro
8. Bacharel Ernesto Júlio Bandeira de Melo
9. Bacharel Antônio Pinto Coelho de Barros
10. Bacharel Antônio José da Silva Nogueira
11. Antero José Vieira de Faria
12. Tenente Manoel da Silva Simões
13. Antônio Florentino dos Santos

❖❖ COMARCA DE ITAPEMIRIM

1. Bacharel Luís José Ferreira de Araújo
2. Manoel André dos Santos Pinto
3. Bacharel José Francisco Caldas Júnior
4. Bacharel João Lins de Matos Pereira e Castro
5. Bacharel Joaquim José Fernandes Maciel
6. Bacharel Joaquim de Almeida Ramos
7. Bacharel Antônio Américo de Urado
8. Bacharel João dos Santos Saraíba
9. Bacharel Joaquim de Oliveira Bastos
10. Tenente Joaquim José Gomes da Silva Neto
11. Bacharel Joaquim José da França
12. Bacharel Joaquim Manoel de Araújo
13. Bacharel Joaquim Antão Fernandes Leão Júnior
14. Bacharel Manoel Coelho de Almeida
15. Bacharel Emiliano Pires de Amorim
16. Bacharel Cassiano Cândido Tavares Bastos
17. Bacharel Joaquim Pires de Amorim
18. Dr Cândido Joaquim da Silva
19. Bacharel Misael Ferreira Pena

20. João Correia Pimentel dos Reis
21. Bacharel Augusto Otaviano Bessa
22. João Correia Pimentel dos Reis
23. Bacharel Justiniano Martins de Azambuja Meireles
24. Bacharel Leopoldino Cabral de Melo

❖❖ COMARCA DO CACHOEIRO

1. Antero José Vieira de Faria
2. Bacharel Augusto Otaviano Bessa
3. Bacharel Herculano Augusto de Pádua e Castro
4. Maximino Teixeira Maia
5. Bacharel Joaquim Pires de Amorim
6. Bacharel Augusto Otaviano Bessa

❖❖ COMARCA DA CONCEIÇÃO DA SERRA

1. Bacharel Francisco Jacinto de Sampaio
2. Bacharel Joaquim de Oliveira Bastos
3. Bacharel Manoel Coelho de Almeida
4. João Pinto Ribeiro Cardoso
5. Bacharel José Correia de Jesus
6. José Maria da Costa Carneiro
7. João Pinto Ribeiro Cardoso
8. José Ribeiro da Silva Rosa
9. Bacharel Miguel Tomás Pessoa
10. João Pinto Ribeiro Cardoso
11. Tenente Augusto de Oliveira Xavier
12. José Maria da Costa Carneiro
13. Bacharel Daniel Germano de Aguiar Montarroios

❖❖ COMARCA DE IRIRITIBA

1. Tenente Manoel da Silva Simões
2. Bacharel Augusto Otaviano Bessa
3. Jacinto Antônio de Jesus Matos

❖❖ COMARCA DE SANTA CRUZ

1. Manoel de Azevedo Rangel
2. Alferes Luís Camões da Costa
3. Clementino Peixoto da Silva
4. Antônio Francisco de Barros Bittencourt

Arciprestes e vigários da vara da capital

1. Padre Sebastião Barbosa
2. Padre Francisco Leite de Amorim
3. Padre Dr. João de Almeida e Silva
4. Padre Luís da Rocha Pinto
5. Padre André de Souza Leite
6. Padre Manoel Tavares de Albuquerque
7. Padre Pedro da Costa Ribeiro.
8. Padre Francisco dos Santos Pinto
9. Padre José Pinto dos Santos
10. Padre Francisco da Conceição Pinto
11. Padre Torquato Martins de Araújo
12. Padre-mestre Marcelino Pinto Ribeiro Pereira
13. Padre Francisco Ribeiro Pinto
14. Cônego Francisco Antunes de Siqueira
15. Padre-mestre Dr. João Clímaco de Alvarenga Rangel

16. Padre-mestre Inácio Félix de Alvarenga Sales
17. Padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte
18. Padre-mestre João Luís da Fraga Loureiro
19. Cônego José Gomes de Azambuja Meireles

Vigários da matriz da capital

1. Padre Francisco Gonçalves Rios
2. Padre Antônio Garcia
3. Padre Francisco dos Reis
4. Padre João Francisco de Lírio
5. Padre José Pinto dos Santos
6. Frei Domingos Leal
7. Cônego Francisco Antunes de Siqueira
8. Padre Mieceslau Ferreira Lopes Wanzeller

Inspetores da instrução pública

1. Bacharel José Camilo Ferreira Rebelo
2. Padre Joaquim de Santa Maria Madalena Duarte
3. Bacharel Fernando Afonso de Melo
4. Bacharel Francisco de Souza Cirne Lima
5. Coronel Dionísio Álvaro Resendo
6. Bacharel Tito da Silva Machado
7. Bacharel Joaquim José Fernandes Maciel
8. Major Joaquim José Gomes da Silva Neto
9. Coronel Manoel Ferreira de Paiva
10. Bacharel Manoel Godofredo de Alencastro Autran
11. Benjamim Constant Pereira da Graça
12. Dr. Ernesto Mendo de Andrade e Oliveira

13. Bacharel José Acióli de Brito
14. Bacharel José Joaquim Peçanha Póvoa

Tabeliães desde 1800

1. Inácio Félix de Sales
2. Joaquim Ferreira da Silva
3. José Bernardino Ribeiro
4. José Pinto Homem de Azevedo
5. Manoel Ribeiro da Silva
6. Manoel de Jesus Brandão
7. Manoel Antunes Cabral Meneses
8. Manoel Gonçalves Fraga
9. Teodósio de Souza Loureiro
10. Severo Xavier de Araújo
11. Manoel José de Noronha
12. Manoel Francisco de Sales
13. José das Neves Rosa
14. Antônio Augusto Nogueira da Gama
15. Justino Álvares de Andrade Santos
16. Fernando José de Araújo
17. Marcelino José da Fonseca

Escrivães de órfãos neste século

1. José Duarte Carneiro
2. Severo Xavier de Araújo
3. Francisco de Paula Xavier
4. Marceliano da Silva Lima
5. Augusto Adolfo Palhares dos Santos

6. João Manoel de Siqueira e Sá
7. Tenente Inácio Pereira Aguirra
8. Capitão João Gonçalves da Silva

Inspetores da tesouraria de fazenda

1. Joaquim José Gomes da Silva Filho
2. Manoel dos Passos Ferreira
3. João Luís Airosa
4. Luís da Silva Alves de Azambuja Susano
5. Vicente de Melo Wanderley Maciel Pinheiro
6. João Manoel da Fonseca e Silva, Pai
7. Raimundo Tavares da Silva
8. Leandro Ferreira Campos
9. Tomé Arvelos Espínola
10. Major Torquato Caetano Simões

Inspetores da Alfândega da Vitória

1. Manoel dos Passos Ferreira
2. Francisco Nunes de Aguiar
3. Bacharel Manoel de Carvalho Borges
4. Germano Francisco de Oliveira
5. João de Almeida Coelho
6. Major Francisco Manoel do Nascimento
7. José Joaquim de Almeida Ribeiro
8. Tenente-coronel Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida

Inspetores do tesouro provincial

1. José Joaquim de Almeida Ribeiro (três vezes)
2. Bacharel Manoel de Carvalho Borges
3. Capitão Francisco Rodrigues de Barcelos Freire
4. Luís da Silva Alves de Azambuja Susano
5. Major José Marcelino Pereira de Vasconcelos
6. Bacharel Tito da Silva Machado
7. Major Francisco Manoel do Nascimento
8. Major Caetano Dias da Silva Júnior
9. Tenente Francisco Urbano de Vasconcelos

Administradores da recebedoria da capital

1. João Ferreira das Neves
2. Bacharel Joaquim José Fernandes Maciel
3. Domingos de Silos Paiva (interino)
4. Capitão Venceslau da Costa Vidigal
5. Antônio Pinto Aleixo
6. Firmino de Almeida e Silva

Capitães do porto

1. Capitão-de-fragata Francisco Luís da Gama
2. Capitão-de-mar-e-guerra Pedro da Cunha
3. Chefe de divisão Luís Caetano de Almeida
4. Capitão-tenente José Gregório Afonso Lima
5. Primeiro-tenente José Lopes de Sá
6. Capitão-de-fragata Félix Lourenço de Siqueira
7. Capitão-tenente João Paulo da Costa Neto

8. Capitão-tenente Antônio Severiano Nunes
9. Capitão-tenente José Pinto da Luz
10. Capitão-tenente José Cândido Guilhobel
11. Capitão-tenente José Antônio de Alvarim Costa
12. Primeiro-tenente Faustino Martins Bastos

Comandantes da companhia fixa de linha

1. Major Luís Martins de Carvalho
2. Capitão Sebastião Raimundo Ewerton
3. Capitão João Nunes Sarmento
4. Capitão Antônio Carlos da Silva Piragibe

Comandantes da companhia de polícia

1. Capitão Antônio Fernandes de Andrade
2. Tenente João da Silva Nazaré
3. Alferes Francisco Florêncio Pinheiro dos Passos
4. Alferes Damaso Antunes de Siqueira
5. Alferes Bernardino de Souza Magalhães
6. Tenente Delicarliense Drumond de Alencar Araripe
7. Alferes Aureliano Martins de Azambuja Meireles
8. Tenente Emílio da Silva Coutinho
9. Capitão Joaquim Pereira Pinto de Moraes
10. Capitão José Francisco Pinto Ribeiro
11. Capitão José Ribeiro da Silva Laranja
12. Capitão João Antunes Barbosa Brandão

Administradores do correio

1. Manoel José Ramos
2. João Malaquias dos Santos Azevedo
3. Antônio José Machado
4. Antônio Ferreira Maia
5. Capitão João Crisóstomo de Carvalho



ABREVIATURAS E SIGLAS

ABN	_____	<i>Anais da Biblioteca Nacional</i>
ACL	_____	Arquivo Colonial
AGMV	_____	Arquivo Geral do Município de Vitória
AHEX	_____	Arquivo Histórico do Exército
AHU	_____	Arquivo Histórico Ultramarino
ALES, AG	_____	Assembléia Legislativa do Espírito Santo, Arquivo Geral
AN	_____	Arquivo Nacional
ANTT	_____	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APES, BD	_____	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Biblioteca Digital
APES, PR	_____	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Projeto Resgate
APM	_____	Arquivo Público Mineiro
BPES	_____	Biblioteca Pública do Espírito Santo
CEHB	_____	Catálogo da Exposição de História do Brasil
CLB	_____	Coleção das Leis do Brasil
CT	_____	Cota
CTA	_____	Cota Antiga
CU	_____	Conselho Ultramarino
DH	_____	Documentos Históricos (publicação do Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro)
EDUSP	_____	Editora da Universidade de São Paulo
FBN, DOR	_____	Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras
FBN, DPS	_____	Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Publicações Seriadas
FBN, DC	_____	Fundação Biblioteca Nacional, Divisão de Cartografia
FCAA	_____	Fundação Ceciliano Abel de Almeida
FJSN	_____	Fundação Jones dos Santos Neves
HB	_____	<i>História do Brasil</i> , de Roberto Southey; <i>História do Brasil</i> , de Frei Vicente do Salvador; <i>História do Brasil</i> , de Rocha Pombo
HCJB	_____	<i>História da Companhia de Jesus no Brasil</i> , de Serafim Leite
HCP	_____	<i>História da colonização portuguesa do Brasil</i> , de Carlos Dias Malheiro
HEES	_____	<i>História do Estado do Espírito Santo</i> , de José Teixeira de Oliveira
IHGB	_____	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGES	_____	Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo
LMUPES	_____	Loja Maçônica União e Progresso do Espírito Santo
LRO	_____	Livro de Registro de Ofícios
MES	_____	Ministério da Educação e Saúde
PMES	_____	Polícia Militar do Espírito Santo
PMV, AGMV	_____	Prefeitura Municipal de Vitória, Arquivo Geral do Município de Vitória [AGMV está lá em cima]
RAPM	_____	<i>Revista do Arquivo Público Mineiro</i>
RIHGB	_____	<i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>
RIHGES	_____	<i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo</i>
UC	_____	Universidade de Chicago
UFES	_____	Universidade Federal do Espírito Santo
UNB	_____	Universidade de Brasília



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Vinícius de. *Estado e polícia no Espírito Santo: a criação do inquérito policial – 1865/1875*. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES) <http://www.ufes.br/ppghis/Documentos/2007/22.pdf>. Acesso em 01/11/2009.

ALVARÁ de 27 de junho de 1815 – Erige em vila o lugar de Itapemirim da comarca e capitania do Espírito Santo. In *Coleção de Leis do Brasil*, p. 32-3. [FBN, DPS, 5 434, 01, 05]

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 70), [FBN, VI-384,6,11]. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000026.pdf>. Acesso em 18/01/2010.

ARQUIDIOCESE de Vitória. *Estatutos da Irmandade de Vitória – 1853*. Vitória.

ARQUIVO Público Estadual (Espírito Santo). *Guia de documentos diversos do Espírito Santo*. APES, <http://www.ape.es.gov.br/catalogo/cat-i-1-50.htm>. Acesso em 01/11/2009.

ATA da eleição para deputados às cortes portuguesas de representantes pela província do Espírito Santo, 1821. Documento compilado por Basílio Daemon [IHGB, lata 121, 5, doc. 13, n. 9]

ATA da eleição de membros da primeira Junta Provisória da província do Espírito Santo. 1822. Documento compilado por Basílio Daemon [IHGB, lata 121, 5, doc. 18, n. 13]

ATAS da Assembleia Legislativa: Aprovado o desmembramento do termo de Guarapari da comarca da capital, e a anexação deste ao de Itapemirim. 10 de outubro de 1870. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta de atas referente a 1870, p. 22]

ATAS de Assembleia Legislativa: Interrupção da sessão de Assembleia Legislativa e luto de 3 dias em virtude do falecimento do vigário Manoel Antônio dos Santos Ribeiro. 20 de outubro de 1870. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta de atas referente a 1870, p. 41]

ATAS das eleições realizadas na freguesia de Nossa Senhora da Vitória, província do Espírito Santo, em 1º de outubro de 1828. [IHGB]

AUTO de devassa manda[da] proceder pelo juiz ordinário Miguel de Andrade Pinto, devido a ferimentos feitos em diversas [pessoas] nas célebres e afamadas minas de ouro, no distrito do Castelo desta então capitania, no ano de 1776. [IHGB, lata 1.673, pasta 6]

AZEVEDO, C. P. H. Naufrágio da sumaca nacional *Sant'Ana*. *Correio da Vitória*, 14 de fevereiro de 1849, p. 4.

BALAUÍSTRE da 5ª sessão preparatória 18 de setembro de 1872 – O capitão Basílio Daemon pede dispensa da Loja Maçônica União e Progresso em virtude de sua transferência para a Corte [LMUPES]

BITTENCOURT, Gabriel A. M. Domingos Martins e a Revolução de 1817. (Discurso proferido junto ao monumento de Domingos Martins, a 11 de junho de 1983, em Vitória). In *RIHGES*, 1987/88, 38:91-93.

_____. *Frei Pedro Palácios*. Vitória: Pro-Texto Comunicação e Cultura, 2009.

BOLETIM Estatístico do Espírito Santo. Departamento Estadual de Estatística. Vitória, Ano I, n. 3, setembro de 1940.

BRANDÃO, Renato Pereira. A Capitania Real do Rio de Janeiro: a Companhia de Jesus e os Corréas de Sá na apropriação régia do espaço vicentino. In *Atas do Congresso Luso-Brasileiro Portugal-Brasil: Memórias e imaginários*. Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

BRITO, Pedro Torquato Xavier de (capitão). *Carta da província do Espírito Santo*. Impresso monocromático com nota explicativa, escala em léguas, 1854. [AHEX, 06.02.1173]

BUSATTO, Luiz. A imigração no Espírito Santo. In *RIHGES*, 1987/88 38:11-42.

CALDAS, José Antônio (capitão). *Planta e fachada do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. Bahia, 4 de janeiro de 1766. [AHEX, loc. 06.01.1161]

_____. *Planta e fachada do Fortinho de Santo Inácio ou S. Maurício na vila da Vitória, capital da capitania do Espírito Santo*. [AHEX]

_____. *Planta e fachada do Forte de São Francisco Xavier da Barra*. Bahia, 4 de janeiro de 1766. [AHEX]

_____. *Planta e fachada do Fortinho de São Tiago, que está situado dentro da vila da Vitória, capital da capitania do Espírito Santo*. [AHEX]

_____. *Planta, perfil e fachada que mostra em projeto a fortaleza que se pretende edificar na cabeça da ilha do Boi para defender a barra do rio do Espírito Santo*. Bahia, 4 de janeiro de 1767. [AHEX]

_____. *Planta topográfica que mostra em ponto maior a ilha do Boi que forma a barra principal do rio do Espírito Santo que vai ter à vila do mesmo nome e também à vila da Vitória, capital da capitania do Espírito Santo*. 1767. [AHEX]

_____. *Topográfico da barra e rio do Espírito Santo o qual dá nome a toda essa capitania para se verem com distinção todas as vilas, fortalezas, portos e ilhas que estão desde a sua foz até além da vila da Vitória capital dela com o rio Maruípe*. Copiado por Joaquim José Freire do original manuscrito de 1761. [FBN, Cartografia, ARC. 023, 02, 025]

CAPISTRANO DE ABREU, J. *Capítulos de história colonial*. Biblioteca Nacional Digital. <http://www.scribd.com/doc/2465843/capitulos-de-historia-colonial-Capistrano-de-Abreu>. Acesso em 14/10/2009.

CARTA ânua da missão jesuítica no Espírito Santo, em 1625. In *FJSN, Espírito Santo: documentos*, 2, p. 27.

CARTA de arrematação e escritura de cessão de bens de raiz sequestrados aos padres jesuítas na capitania do Espírito Santo. Cópia fiel dos autos de sequestro, avaliação, arrematação e transpasse dos bens que pertenceram aos padres jesuítas da cidade de Vitória. 66 p. [IHGB, lata 124, D. 3]

CARTA do Brasil, do Espírito Santo, para o padre doutor Torres, Lisboa, por comissão do padre Brás Lourenço, de dez de junho de 1562. In *RIHGB*, 1840, 2:405-436.

CARTA do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei [D. João V], a informar dos reparos a serem feitos na capitania do Espírito Santo e do estado [em] que se acham as fortalezas desta capitania. 29 de março de 1725. Anexo: lista das fortalezas. [APES, PR, 01 doc., 02 fls., CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 2, doc. 15 A - CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 2, doc. 122]

CARTA do conde de Bobadela para o conselheiro Manoel Estêvão de Almeida de Vasconcelos Barberino, acerca da expulsão dos jesuítas e sequestros de seus bens, participando-lhe ter mandado o desembargador João Pedro de Souza Siqueira Ferraz desempenhar essa comissão à capitania do Espírito Santo. Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1760. [Cópia anexa ao n. 4297, 4955] In ALMEIDA, E. de C., *Inventário*, v. 1, p. 395.

CARTA do conde de Óbidos ao capitão-mor da capitania do Espírito Santo, encarregando a Agostinho Barbalho Bezerra a execução do descobrimento das minas na dita capitania. Bahia, 4 de abril de 1665. [FBN, ABN, v. 101, p. 20, doc. 91, cópia]

CARTA do rei D. João III, confirmando e aprovando a demarcação de Vasco Fernandes Coutinho e Pero de Góis, datada de 12 de março de 1543. In RUBIM, Brás da Costa. *Memórias*, p. 36-41.

CARTA de confirmação de doação de uma ilha grande ou lesíria que está da barra para dentro, e que se denominava “Santo Antônio”, datada em Almeirim aos oito dias de janeiro de 1549. *In* RUBIM, Brás da Costa. *Memórias*, p. 41-5.

CARTA de demarcação geral da Ouvidoria do Espírito Santo. Lisboa, 30 de dezembro de 1743. *In* Rubim, Brás da Costa, *Memórias*, p. 78-84.

CARTA de doação e sucessão de D. Pedro II, concedendo a posse da capitania Espírito Santo a Manoel Garcia Pimentel. Lisboa, 5 de dezembro de 1687. [FBN, *ABN*, v. 101, p. 27, doc. 136, cópia, 16 pp]

CARTA do donatário Manoel Garcia Pimentel, dando ordens para que sejam castigados os que se rebelaram contra as leis e perturbaram a ordem pública. 25 de setembro de 1710. [FBN, II-34, 11, 003]

CARTA de D. Duarte da Costa, 2º governador do Brasil, 20 de maio de 1555. [ANTT, *Corpo Cronológico*, I, 95, 70, *apud* Azevedo, Pedro, *Instituição* (Apêndice), p. 375, e Oliveira, J. T., *HEES*, p. 73, nota 37]

CARTA de Duarte de Lemos a el-rei, de Porto Seguro 14 de julho de 1550. [ANTT *Corpo cronológico*, parte I, maço 84, n. 99] *In* FJSN. *Espírito Santo: documentos*, v. 1.

CARTA escrita da Bahia pelo governador Mem de Sá e dirigida a Belchior de Azeredo, 16 de outubro de 1561, informando o falecimento de Vasco Fernandes Coutinho. *In* Vasconcelos, J. M. P., *Ensaio*, p. 16-7.

CARTA de Francisco Alberto Rubim ao rei D. João VI dando parecer sobre requerimento de Antônio José Vieira da Vitória. 1816. *In* RUBIM, Brás da Costa. *Memórias*, p. 129-31.

CARTA de Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao conde de Bobadela sobre os bens e aldeias que os jesuítas possuíam na província do Espírito Santo. 14 de agosto de 1760. [IHGB, Conselho Ultramarino, arquivo 1. 3. 8, p. 145]

CARTA de fundação da vila de Nossa Senhora de Guarapari, por Francisco Gil de Araújo. *In* OLIVEIRA, J. T., *HEES*, p. 172, nota 27. A mesma carta foi transcrita por Daemon [IHGB, lata 121, 5, doc. 11, n. 7]

CARTA imperial conferindo a Manoel José Pires das Silva Pontes a presidência da província do Espírito Santo, 25 de outubro de 1832. *In* DEMONER, Sônia Maria. *História*, p. 251. [FJSN, ES01128]

CARTA de lei de 16 de dezembro de 1815 – Eleva o Estado do Brasil à graduação e categoria de Reino. *In* *Cartas de lei*, p. 62-3.

CARTA de D. Lourenço de Almada a Manoel Correia de Lemos, provedor da fazenda da capitania do Espírito Santo, pedindo informações sobre o capitão da infantaria paga e o capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles; ordenando a publicação de bando proibindo a abertura de um novo caminho para as Minas Gerais; determinando o recolhimento de todas as pessoas envolvidas em tais descobrimentos. Bahia, 10 de novembro de 1710. [FBN, *ABN*, v. 101, doc. 190, cópia, CEHB, n. 5. 854. DH, 70:79-81]

CARTA de D. Lourenço de Almada aos oficiais da Câmara da capitania do Espírito Santo, ordenando a posse de Manoel Correia de Lemos no governo da dita capitania, caso Francisco de Albuquerque Teles, gravemente enfermo, falecesse. Bahia, 20 de maio de 1711. [FBN, *ABN*, v. 101, doc. 192, cópia, CEHB, n. 5. 854, DH, 70:89]

CARTA de Luís César de Menezes ao capitão-mor do Espírito Santo, ordenando a entrega do governo da dita capitania a Francisco de Albuquerque Teles. Bahia, 2 de março de 1709. [FBN, *ABN*, v. 101, doc. 178, cópia, CEHB, n. 5. 854. DH, 70:67-8]

CARTA de Luís César de Menezes a Francisco Ribeiro de Miranda, ordenando a entrega do governo da dita capitania a Álvaro Lobo de Contreiras. Bahia, 13 de novembro de 1705. [FBN, *ABN*, v. 101, doc. 169, cópia, CEHB, n. 5. 853, DH, 41:151]

CARTA de Manoel Garcia Pimentel, governador e donatário da capitania do Espírito Santo, nomeando Antônio Pacheco no posto de alcaide-mor da vila do Espírito Santo. Sergipe do Conde, 24 de dezembro de 1707. [FBN, *ABN*, v. 101, doc. 174, cópia, 2 p]

CARTA do marquês de Angueja a Manoel Correia de Lemos, capitão-mor da capitania do Espírito Santo, ordenando a entrega do governo da capitania a João Velasco e Molina. Bahia, 28 de agosto de 1716. [FBN, *ABN*, v. 101, doc. 211, cópia, CEHB, n. 5. 854. DH, 70:311]

CARTA ofício ao capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles para que não se permita abrir nenhum caminho para as minas dessa capitania do Espírito Santo. 1º de abril de 1710. *In* MES, *Portarias*, p. 68.

CARTA ofício de D. Lourenço de Menezes ao capitão-mor da capitania do Espírito Santo para que entregue o governo da capitania a Francisco de Albuquerque Teles. 2 de março de 1709. *In* MES, *Portarias*.

CARTA ofício real empossando como capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Manoel Correia de Lemos, em virtude da morte do atual capitão-mor, Francisco de Albuquerque Teles. 20 de maio de 1711. In MES, *Portarias*, p. 89.

CARTA ofício de Sua Majestade el-rei D. João V, empossando como governador da capitania do Espírito Santo, Manoel Correia de Lemos. 11 de julho de 1711. In MES, *Portarias*, p. 94.

CARTA-PATENTE de 19 de maio de 1664, D. Afonso nomeou Agostinho Barbalho Bezerra administrador das minas, com a incumbência especial de descobrir a lendária serra das Esmeraldas. In PEREIRA, F. L. L., Em busca das esmeraldas. *RAPM*, 2, (3):519-36.

CARTA-PATENTE de Afonso Furtado de Castro do Rio de Mendonça, nomeando José Gonçalves de Oliveira no cargo de capitão-mor da entrada que vai ao descobrimento das esmeraldas na capitania do Espírito Santo. Bahia, 13 de agosto de 1674. [FBN, *ABN*, v. 101, doc. 122, cópia]

CARTA-PATENTE dada ao capitão de Infantaria, Francisco de Albuquerque Teles, por el-rei D. Pedro, em que se provia seus serviços na ilha do Funchal e na capitania de Cabo Frio, dando dela notícias históricas de muito valor (1696). Compilação de Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, 5, doc. 12, n. 8]

CARTA-PATENTE de D. Pedro II nomeando Francisco de Albuquerque Teles no cargo de capitão da capitania do Espírito Santo. Lisboa, 16 de março de 1696. Cópia. 2 p. [FBN, *ABN*, v. 101, Rio de Janeiro, 1981. p. 28. Doc. 146]

CARTA de Pedro Bueno Cacunda ao rei, Arraial de Santana, 8 de setembro de 1734, Lisboa, Portugal, [caixa – 3 – ES, AHU, in FJSN, *Espírito Santo: documentos*, v. 1, p. 38-44.

CARTA de D. Pedro, príncipe regente, fazendo doação a Francisco Gil de Araújo da capitania do Espírito Santo, e passando-lhe juro e herdade em virtude da renúncia de Antônio Luís Coutinho da Câmara à mesma capitania. Lisboa, 1º de outubro de 1674. [FBN, *ABN*, v. 101, doc. 121, cópia. 15 p]

CARTA de Pedro de Vasconcelos ao capitão-mor da capitania do Espírito Santo e aos oficiais da Câmara da vila da Vitória, ordenando que, com a morte do donatário Manoel Garcia Pimentel, tomassem posse da dita capitania para a Coroa, e pedindo a remessa de uma lista das peças de artilharia, armas de fogo e munições e uma memória das fortalezas. Bahia, 19 de outubro de 1711. [FBN, *ABN*, v. 101, doc. 194, cópia, 2 doc., CEHB, n. 5. 854. DH, 70:100-1]

CARTA de Pero de Góis, vinte e nove de abril de 1551, *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 92, n.º 113, *apud* Oliveira Lima, *Nova Lusitânia* (Apêndice), 322-3, e Oliveira, J. T., *HEES*, p. 71.

CARTA do provedor-mor da Fazenda Real do Brasil, Pedro Velho Laguar, ao rei [D. João V], a informar que o capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Silvestre Cirne da Veiga, ainda não tomou posse. Bahia, 28 de novembro de 1731. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 2, doc. 72 A CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 2, doc. 179]

CARTA do provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil, Bernardo Souza Estrela, ao rei [D. João V] a informar da despesa nas obras de fortificação da capitania do Espírito Santo pelo capitão engenheiro Nicolau de Abreu de Carvalho. Anexo: documentos comprovativos Bahia, 24 de março de 1727. 2 docs., 2 fls. [APES, PR, CTA:AHU- Espírito Santo, cx. 2, doc. 58,51ª CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 2, doc.151]

CARTA régia de 4 de dezembro de 1816 – Dá várias providências sobre a abertura de estradas pelo interior da capitania do Espírito Santo. In *Coleção de Leis do Brasil de 1816*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890, p. 90-2. [FBN, DPS, 5 434, 01, 06]

CARTA régia de 10 de agosto de 1810, sobre a estrada para Minas pelo rio Doce. In *RIHGB*, 1844, 6:343-4.

CARTA régia de 12 de maio de 1798 sobre a civilização dos índios. In *RIHGB*, 19:313-25.

CARTA régia de 17 de janeiro de 1814 – Autoriza a concessão de sesmarias e isenta de pagamento dos dízimos as culturas de trigo e linho da capitania do Espírito Santo. In *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. [FBN, DPS, 5 434, 01, 05]

CARTA régia de 29 de maio de 1809 – Cria a Junta de Administração e Arrecadação da Real Fazenda da capitania do Espírito Santo. In *Coleção de Leis do Brasil de 1809*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p 63-4. [FBN, DPS, 5 434, 01, 03]

CARTA régia do rei (D. João IV) a ordenar, em atenção aos serviços prestados que o capitão-mor da capitania do Espírito Santo, João Dias Guedes, permaneça no dito posto, Lisboa, 10 de setembro de 1641. [APES, PR, CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 1, doc. 13 CTA: AHU-Espírito Santo, cx. 1, doc. a6,15]

CARTA régia sobre a compra da capitania do Espírito Santo e sua incorporação à Coroa, datada de 17 de dezembro de 1718. In *RIHGB*, 1896, 3, 59:424.

CARTA régia a Vasco Fernandes Coutinho, concedendo el-rei D. João III, além de outras regalias, o direito de homizio, datada de 6 de outubro de 1534. In RUBIM, Brás da Costa. *Memórias*, p. 19.

CARTA que S. Majestade Fidelíssima dirigiu em 3 de setembro de 1759 ao [...] cardeal patriarca de Lisboa reformador geral da Companhia [...] de Jesus [...] com o motivo da expulsão [...] dos regulares da mesma companhia. Portugal, rei D. José. Lisboa, s. n., 1759 [ANTT, SP 3558 (21)] <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/expulsao-dos-jesuitas/>. Acesso em 28/10/2009.

CARTA do sargento-mor engenheiro Luís d'Alincourt ao Dr. Manoel José Pires da Silva Pontes, presidente do Espírito Santo, acerca do reconhecimento do rio Doce. 1834. [IHGB, DL 2.024]

CARTA de Vasco Fernandes César de Menezes a João Velasco e Molina, capitão-mor da capitania do Espírito Santo, comunicando a nomeação de Antônio de Oliveira Madail para substituí-lo no cargo de capitão-mor. Bahia, 15 de dezembro de 1720. [FBN, ABN, v. 101, doc. 229, cópia, CEHB, n. 5. 874]

CARTA de Vasco Fernandes César de Menezes a S. M., comunicando o falecimento de Antônio de Oliveira Madail, capitão-mor da capitania do Espírito Santo e a provisão temporária de Dionísio Carvalho de Abreu para governo da dita capitania. Bahia, 29 de março de 1724. [FBN, ABN, v. 101, doc. 244, cópia, 2 p., CEHB, n. 5. 884]

CARTA de Vasco Fernandes Coutinho ao governador geral do Brasil, de Ilhéus, em 22 de maio de 1558. In FJSN, *Espírito Santo: Documentos*, v. 1, p. 22-5. [ANTT, Lisboa]

CARTA do [vice-rei e governador geral do Estado do Brasil, conde de Sabugosa], Vasco Fernandes César de Menezes, ao provedor-mor da Fazenda da capitania do Espírito Santo, José Barcelos Machado, a informar das obras de fortificação na capitania do Espírito Santo pelo sargento-mor engenheiro da cidade da Bahia, Nicolau de Abreu de Carvalho. Bahia, 22 de janeiro de 1727. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 2, doc. 63 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 2, doc. 148]

CARTA do [vice-rei e governador geral do Estado do Brasil, conde de Sabugosa], Vasco Fernandes César de Menezes, ao rei [D. João V], a informar do envio de carretas, munições e da nomeação do capitão engenheiro da cidade da Bahia, Nicolau de Abreu de Carvalho e um ajudante para defesa da capitania do Espírito Santo. Bahia, 6 de junho de 1726. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 2, doc. 46, CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 2, doc. 141]

CARTAS de lei, alvarás, decretos e cartas régias. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_61.pdf. Acesso 21/01/2010.

CARVALHO, José Antônio. *Os colégios e as residências dos jesuítas no Espírito Santo*, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CERTIDÃO dos oficiais da Câmara de Vitória a declarar que o donatário da capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, tem efetuado várias obras e pondo-a num bom estado, pois quando chegou a dita vila estava arruinada, sem cadeia, casa de Câmara e a Santa Casa de Misericórdia somente com vestígios. 1682, julho, 29, vila da Vitória. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 1, doc. 76 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 1, doc. 88]

CERTIDÃO (traslado) de Domingos de Azeredo Coutinho sobre a jornada das esmeraldas a que foi incumbido. Lisboa, 23 de outubro de 1646. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 1, doc. 27 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 1, doc. 28]

CLÁUDIO, Afonso. *Insurreição do Queimado*. Episódio da história da província do Espírito Santo. 2. ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979, 157 p.

COLEÇÃO das Leis do Brasil de 1875. Tomo XXXVIII, parte II. Índice dos Atos do Poder Legislativo de 1875, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1876. http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1875v1/leis1875v2/L1875-v2_03.pdf. Acesso em 21/01/2010.

COLEÇÃO de Leis do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890. [FBN, DPS, 5 434, 01, 05 e 06]

COMPROMISSO da Irmandade Nossa Senhora dos Remédios. In ARQUIDIOCESE de Vitória, *Estatutos*, p. 91-5.

COMPROMISSO da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. In ARQUIDIOCESE de Vitória, *Estatutos*, p. 66-91.

O CONSELHO informa a respeito da vigilância que as capitanias gerais da Bahia cumprem ter sobre os governadores da capitania do Espírito Santo. [IHGB, Conselho Ultramarino, livro 18:362v-363]

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João IV sobre a partida dos capitães Domingos de Azeredo Coutinho e Antônio de Azeredo Coutinho que vão para as minas de esmeraldas. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 1, doc. 37 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 1, doc. 36]

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre as razões que se oferecem para não estar vaga a capitania do Espírito Santo de que foi donatário da capitania do Espírito Santo, Manoel Garcia Pimentel, as formas para se estabelecer a sucessão. 11 de maio de 1711, Lisboa. [APES, PR, CTA: AHU-Espírito Santo, cx. 2 doc. 06 CT: AHU-ACL-CU-007 cx. 2, doc. 104]

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o que escreve o donatário da capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, acerca do bom estado e das obras que tem efetuado na dita capitania. Lisboa, 16 de outubro de 1683. Anexo: carta (1 doc. 1 fl.) [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 1, doc. 80, 79 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 1, doc. 91]

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a proposição de sujeitos que faz o donatário da capitania do Espírito Santo, Manoel Garcia Pimentel, para o posto de capitão-mor da capitania do Espírito Santo. Foram candidatos João Velasco Molina, Pedro Aranha de Vasconcelos e João de Abreu. 1688, dezembro, 23, Lisboa. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 1, doc. 82 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 1, doc. 93]

CONTRATO de Aires Vieira de Albuquerque Tovar com o presidente do Espírito Santo, João Lopes da Silva Couto, para impressão das ordens, ofícios e mais papéis da dita província, Vitória, setembro de 1840. [IHGB, DL 2.022, lata 2, pasta 22]

COPIA de unas cartas embiadas del Brasil por el Padre Nóbrega de la Compañia de Jesus e otros padres que estan debajo de sua obediencia al padre maestre Simon preposito de la dicha Compañia en Portugal y a los padres e hermanos de Jesus de Coimbra. Coimbra, 1551-2. [Biblioteca Nacional Digital, RES-842 3-P] <http://purl.pt/12671/3/P17.html>. Acesso em 18/11/2009.

COSTA, Christina R da. *O príncipe Maximiliano de Wied Neuwied e sua viagem ao Brasil (1815-1817)*. São Paulo: USP, 2008. [Tese de doutorado em História]

COUTINHO, Afrânio, SOUZA, J. Galante de (dir.). *Enciclopédia de literatura brasileira*. Rio de Janeiro: FAE, 1990.

COUTINHO, José Caetano da Silva. *O Espírito Santo em princípios do século XIX: apontamentos feitos pelo bispo do Rio de Janeiro quando de sua viagem à capitania do Espírito Santo nos anos de 1812 e 1819 (transcrição do original por Maria Clara Medeiros Santos Neves)*. Vitória: Estação Capixaba e Cultural-ES, 2002.

CRIAÇÃO da Ouvidoria do Espírito Santo, 15 de janeiro de 1732. In FJSN. *Espírito Santo: Documentos*, v. 2, p. 45.

DAEMON, Basílio Carvalho. *Vários documentos relativos à província do Espírito Santo: 1679 a 1822*. [IHGB, lata 121, doc. 5]

_____. *Vários documentos relativos à província do Espírito Santo: 1800 a 1822*. [IHGB, lata 121, doc. 6]

D'ALINCOURT, Luís. Memória sobre o reconhecimento da foz e porto do rio Doce. In *RIHGB*, 1866, 29(32):115-158.

DECISÃO de 14 de dezembro de 1832 – Sobre a empresa de navegação do rio Doce projetada por João Diogo Sturz. In *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1832*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1875, p. 373-4. [FBN, DPS, 5 434, 01,19]

DECRETO de 3 de junho de 1822 (parte II) – Manda convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa composta de deputados das províncias do Brasil, os quais serão eleitos pelas instruções que forem expedidas. In *Decretos, Cartas e Alvarás*, p. 19-20. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_9.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO de 4 de julho de 1832 – Organiza a Administração do Correio Geral da província do Espírito Santo. In *Coleção das Leis do Brasil de 1832*, Índice dos Atos do Poder Executivo de 1832. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1875. p 108. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-15/Legimp-15_34.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO de 10 de janeiro de 1820 – *Cria Alfândega na capitania do Espírito Santo*. In *Coleção de Leis do Brasil de 1820*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p 5. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_3.pdf.

DECRETO de 10 de setembro de 1810 – Cria o lugar de secretário de Governo da capitania do Espírito Santo. In *Coleção de Leis do Brasil de 1810*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p 148. [FBN. DPS, 5 434, 01, 04]

DECRETO de 11 de abril de 1823 (parte II) – Cria uma companhia de infantaria de segunda linha na vila de S. Mateus, província do Espírito Santo. In *Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823, p 56. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_99.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO de 11 de agosto de 1831 – Erige em paróquia a capela filial da povoação da Barra da Vila de São Mateus na província do Espírito Santo. In *Coleção das Leis do Brasil de 1831*. Parte I: Atos do Poder Legislativo de 1831. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875. p 44. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-14/Legimp-14_14.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO de 11 de maio de 1842, nº 116, Tomo V, Parte II – Marca a maneira por que devem ficar reunidos os termos da província do Espírito Santo, debaixo da jurisdição de um juiz municipal e de órfãos e os ordenados dos respectivos juizes. In *Coleção de Leis do Império de 1842*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1843. p 291. <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO de 18 de janeiro de 1877 – Declara a entrância da comarca de São Pedro do Cachoeiro, na província do Espírito Santo. *In Coleção de Leis do Império do Brasil*. Parte II, Índice dos Atos do Poder Legislativo de 1877, tomo XL, Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1877, p. 2-3. [http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1877_v1%20\(597p\)/pdf08.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1877_v1%20(597p)/pdf08.pdf). Acesso em 21/01/2010.

DECRETO de 18 de junho de 1814 – Permite a entrada dos navios de quaisquer nações nos portos dos Estados Portugueses e a saída dos nacionais para portos estrangeiros. *In Índice das cartas de lei, alvarás, decretos e cartas régias, 1814*. p 12. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-C_41.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO de 19 de maio de 1818 confirmando as datas de terras concedidas a casais de ilhéus, estabelecidos na antiga povoação de Santo Agostinho na vila de Viana e na Pimenta da mesma vila. Documento compilado por Basílio Daemon, intitulado *Cópia de um decreto firmando as datas de terras dos primeiros colonos ilhéus, que para a província do Espírito Santo vieram a instância do governador Rubim (1816 e 1818)*. [IHGB, lata 121, doc. 5, n. 18]

DECRETO de 20 de outubro de 1817 – Regula o corte de pau-brasil, na província do Rio de Janeiro e capitania do Espírito Santo. *In Coleção de Leis do Brasil de 1817*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p 71-2. [FBN, DPS, 5 434,01,06]

DECRETO de 22 de janeiro de 1820 – Manda criar na província do Espírito Santo um corpo de Tropa de Linha compostode uma companhia de Artilharia e duas de Infantaria.. *In Coleção de Leis do Brasil de 1820*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p 10. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-E1_4.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO de 23 de dezembro de 1817 – Autoriza a criação de um hospital na vila de Vitória da capitania do Espírito Santo para tratamento dos enfermos pobres, e aprova a doação de uma casa feita para estabelecimento dele, e as contribuições que se oferecem para sua contribuição. *In Coleção de Leis do Brasil de 1817*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p 108-9. [FBN, DPS, 5 434,01,06]

DECRETO de 24 de julho de 1815, nomeia um capelão para a aldeia de Linhares no Rio Doce da capitania do Espírito Santo. *In Coleção de Leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p 39. [FBN, DPS, 5 434, 01, 05]

DECRETO de 25 de maio de 1820 – Erige em paróquia a capela de Nossa Senhora da Conceição da povoação de Viana do termo da Vitória e província do Espírito Santo. *In Coleção de Leis do Brasil de 1820*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p 35-6. [FBN, DPS, 5 434,01,08]

DECRETO nº 435, de 30 de setembro de 1845 – Aprova o plano da nova organização da força de 8 companhias de Pedestres, fixada no Art. 1, parágrafo 3, da lei 341 de 6 de março do corrente ano. *In Coleção das Leis do Império do Brasil de 1845*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1846. p. 106-9. [FBN, DPS, 5 434,03,01]

DECRETO do príncipe regente D. João a conceder nomeação ao capitão de Fragata, Antônio Pires da Silva Pontes, para o cargo de governador da capitania do Espírito Santo. Anexo: bilhete. 11/11/1797. [APES, PR, 1 doc. 1 fl. CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 5, doc. 4, 22 CT:AHU-ACL-CU-007 cx. 5, doc. 422]

DECRETO do príncipe regente D. João sobre o lanço de contratos para o corte de pau-brasil na província do Rio de Janeiro, e nas capitanias do Espírito Santo e da Bahia. 23 de outubro de 1817. In CONSELHO da Fazenda, *Registro de Avisos dirigidos à Secretaria*, Rio de Janeiro, fls. 156v a 159. [AN, EL, código 33, v. 1] <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=843&sid=105&tpl=printerview>. Acesso em 20/10/1009.

DECRETO da rainha D. Maria I a conceder nomeação ao tenente de Infantaria, Inácio João Monjardino, para o posto de capitão-mor da capitania do Espírito Santo. Lisboa, 27 de agosto de 1781, 1 doc. 1 fl., Anexo: bilhete [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 5, doc. 3 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 5, doc. 380]

DECRETO do rei D. José I a conceder nomeação a Domingos Fernandes Barbosa para professor de Gramática Latina na vila da Vitória, capitania do Espírito Santo, 15 de abril de 1771, Lisboa. Anexo: bilhete (1 doc. 1fl). [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 4, doc. 72 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 4, doc. 365]

DECRETO nº 5.295, de 31 de maio de 1873 – Autoriza a renovação do contrato celebrado pela presidência da província do Espírito Santo com Pedro Tabachi para introdução de imigrantes. *In Coleção das Leis do Império do Brasil de 1873*. Parte II, Índice dos Atos do Poder Legislativo de 1873. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, p. 428. http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1873-v2/L1873a_46.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO nº 5.446, de 22 de outubro de 1873 – Desanexa do termo de Itapemirim o do Cachoeiro de Itapemirim, na província do Espírito Santo, e cria neste um lugar de juiz municipal e de órfãos. *In Coleção das Leis do Império do Brasil de 1873*. Parte II, Índice dos Atos do Poder Legislativo de 1873. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1874, p. 836. http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/Leis1873-v2/L1873b_31.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO nº 5.951, de 23 de junho de 1875 – Concede, durante trinta anos, fiança de garantia de juros de 7% ao ano para o máximo capital de mil e oitocentos contos de réis, destinados a construção de parte da estrada de ferro da Vitória a Natividade, na província do Espírito Santo. *In Coleção das Leis do Brasil de 1875*. Tomo XXXVIII, parte II. Índice dos Atos do Poder Legislativo de 1875, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1876, p 400-1. http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1875v1/leis1875v2/L1875-v2_03.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DECRETO nº 5.973, de 23 de junho de 1875 – Concede, durante trinta anos, fiança de garantia de juros de 7% ao ano para o máximo capital de mil e oitocentos contos de réis, destinados a construção de parte da estrada de ferro da Vitória a Natividade, na província do Espírito Santo. *In Coleção das Leis do Brasil de 1875*. Tomo XXXVIII, parte II. Índice dos Atos do Poder legislativo de 1875, Parte II. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1876, p 400-1. http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis1875v1/leis1875v2/L1875-v2_03.pdf. Acesso em 21/01/2010.

DEMARCAÇÃO de limites entre Espírito Santo e Minas Gerais, 8 de outubro de 1800. [ES – cx – 3, AHU, Lisboa, Portugal] Compilação no IHGB feita por Basílio Daemon sob o título *Demarcação de limites entre a capitania de do Espírito Santo e a de Minas Gerais, tomada pela cachoeira das Escadinhas, no rio Doce*. [IHGB, lata 121, doc. 6, n. 1]

DEMONER, Sônia Maria. *História da polícia militar do Espírito Santo: 1835-1985*. Vitória: Imprensa Oficial, 1985. [FJSN, Biblioteca, ES01128]

_____. *Os imigrantes no Espírito Santo. Santa Tereza. Italianos do Núcleo São João*. Santa Teresa: Prefeitura Municipal de Santa Teresa / Circolo Trentino de Santa Teresa, 2001. 190 p. [Projeto Nossas Raízes, v. I]

_____. *A presença de missionários capuchinhos no Espírito Santo – século XIX*. Vitória, Fundação Ceciliano Abel de Almeida. 1983. 207 p.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma ilha*. 2ª ed. Vitória: PMV / Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995. 232 p.

DESCRIÇÃO da estrada para a província de Minas Gerais pelo rio Santa Maria, *in RIHGB*, 1844, 6:461-467.

DESPACHO do Conselho Ultramarino a ordenar que o [capitão-mor da capitania do Espírito Santo], Antônio do Canto de Almeida, sirva a este reino. 1646, outubro, 12, Lisboa. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 1, doc. 29 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 1, doc. 27]

DISCURSO no ato de instalação da Assembleia Provincial, informando sobre o estado dos negócios públicos e sugerindo algumas medidas para o melhoramento da província: criação de uma força policial para dar fim aos quilombos, construção de estradas, reparos nas igrejas, melhor administração das rendas provinciais. 23 de maio de 1846. [IHGB, DL 2.010]

DISCURSO que no ato da eleição dos deputados provinciais recitou na Igreja Paroquial da cidade da Vitória, capital da província do Espírito Santo, João Clímaco de A. Rangel – 1834. Documento manuscrito [IHGB, lata 6, doc. 11, n. 12]

DOCUMENTO autêntico da arrematação da fazenda de Araçatiba e diversas sortes de terras pertencentes ao capitão Manoel Bento da Rocha e tenente-coronel Manoel Fernandes Vieira que arremataram as ditas terras, que foram dos jesuítas, perante a Junta da Fazenda no Rio de Janeiro em 30 de maio de 1780, e que mais tarde foram em partilhas divididas. Vários documentos relativos à província do Espírito Santo (1679-1822), compilados por Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, doc. 5, 19, n. 14]

DISCURSO com que o Exm. presidente da província do Espírito Santo, o Dr. João Lopes da Silva Coito, fez a abertura da sessão ordinária da Assembleia Provincial, no dia 8 de dezembro de 1838. Culto Divino, p. 20-1. Universidade de Chicago, <http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>. Acesso em 19/09/2009.

DOCUMENTOS Históricos da Biblioteca Nacional. Correspondências dos governadores gerais, v. III.

ELTON, Elmo. A iluminação de Vitória no século XIX. *In RIHGES*, 1987/88, n. 38, p. 49-53.

_____. *Poetas do Espírito Santo*. Vitória: UFES, FCAA, PMV, 1982. <http://www.sefaz.es.gov.br/painel/lite23.htm>. Acesso em 10 e 13/11/2009.

EPISCOPADO Brasileiro / Província Eclesiástica de São Sebastião do Rio de Janeiro. <http://www.sfreinobreza.com/episcopadobrasileiro.htm>. Acesso em 27/10/2009.

ESCRITURA pública de 17 de junho de 1652. Traslado de escritura de doação. *In RÖWER*, Frei Basílio. *Convento*. 2. ed. Vila Velha, 1965, p. 58-9, nota 63.

ESCRITURA de doação da capela de Nossa Senhora da Penha pela governadora Luísa Grinalda aos religiosos menores capuchos. 1591. *In RÖWER*, Frei Basílio. *Convento*. 2. ed. Vila Velha, 1965, p. 34-8.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. A navegação no rio Doce: 1800-1850. *In Navigator*: Rio de Janeiro, Departamento de Publicações e Divulgação/Serviço de Documentação da Marinha, 2007, v. 3, n. 5, p. 50-72.

EXCESSOS praticados por alguns ilhéus congregados a título de Irmandade do Espírito Santo. [IHGB, Conselho Ultramarino, 1765, 19:169v, Arquivo 1. 1. 19]

EXTRATOS das viagens feitas no deserto que separa as povoações da província de Minas Gerais e as povoações do litoral nas províncias do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, por Manoel José Pires da Silva Pontes, com o parecer da Comissão de Geografia do IHGB. [IHGB, lata 194, doc. 5, 35pp]

FALA com que o Exmo. presidente da província do Espírito Santo José Joaquim Machado de Oliveira abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de abril de 1841. Senhores da Assembleia Legislativa Provincial, p. 3. Universidade de Chicago, http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo. Acesso em 20/09/2009.

FALA com que o Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto instalou a Assembleia Provincial. Do Espírito Santo, na sessão do dia 18 de setembro de 1875. Senhores Membros da Assembleia Provincial, p. 2; Estrada de Ferro, p. 55-6. [APES, BD] <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em 25/01/2010.

FALA com que o Exm. vice-presidente da província do Espírito Santo José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim abriu a Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1844. Senhores da Assembleia Provincial, p. 3-15. *In Relatórios de presidentes da província do Espírito Santo (1830-1930)*. Universidade de Chicago, http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo. Acesso em 20/10/2009.

FALA dirigida à Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo, na abertura da sessão ordinária do ano de 1846, pelo Exmo. vice-presidente da mesma província Joaquim Marcelino da Silva Lima. Senhores da Assembleia Legislativa Provincial, p. 3-14. *In Relatórios de presidentes da província do Espírito Santo (1830-1930)*. Universidade de Chicago, http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo. Acesso em 20/9/2009.

FALA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. João Tomé da Silva em ocasião da abertura de sua sessão ordinária, que teve lugar no dia 10 de setembro de 1873. Eleições, p. 3-4; Tranquilidade e Segurança Pública, p. 4-5; Colonização, p. 42; Telégrafo Elétrico, p. 61-62. Universidade de Chicago, http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo. Acesso em 23/09/2009.

FALA que o Exmo. presidente da província do Espírito Santo dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial no dia 28 de agosto de 1842. Senhores da Assembleia Legislativa Provincial, p. 3-10. *In Relatórios de presidentes da província do Espírito Santo (1842-1888)*. [APES, BD]

FORAL da capitania do Espírito Santo de que é capitão Vasco Fernandes Coutinho, 1534 [traslado] [FBN, 09, 2, 004]

FRAGA, Christiano Woelffel. *Maçonaria no Espírito Santo*. Vitória: Grande Oriente da Maçonaria no Espírito Santo, 1995.

FREIRE, Mário Aristides. *A capitania do Espírito Santo*. 2. ed., Vitória: Cultural-ES, 2006.

_____. *A capitania do Espírito Santo. Crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores. (1535-1822)*. Vitória: Vida Capixaba, 1945. 180 p.

_____. Bandeiras e bandeirantes no Espírito Santo. *In RIHGES*, Vitória, 1934, 7: 3-11.

_____. *Fatos da história do Espírito Santo: (séc. XIX)*. Vitória, 1942. [Biblioteca Central da Ufes]

_____. Vitória e a capitania em alguns códices publicados. *In RIHGES*, Vitória, 1935, 8:3-12.

FUNDAÇÃO Biblioteca Nacional. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1981, v. 101.

FUNDAÇÃO Jones dos Santos Neves. *Espírito Santo: Documentos coloniais*. Vitória: FJSN, 1978. Série Documentos Capixabas, v. 1. (transcrição de documentos por João Eurípedes Franklin Leal)

_____. *Espírito Santo: Documentos administrativos coloniais*. Vitória: FJSN, 1979. Série Documentos Capixabas, v. 2. (transcrição de documentos por João Eurípedes Franklin Leal)

_____. *Espírito Santo: Informações bibliográficas*. Vitória: FJSN, 1979. Série Documentos Capixabas, v. 4.

GAMA Filho, Oscar. A história de um erro: o primeiro escritor capixaba. *In RIHGES*, Vitória, 1984, 35:45-54.

GENTIL, José da Frota, S. J. (padre). Anchieta e o estado do Espírito Santo. *In RIHGES*, 1935, 8:74-81.

GOMES NETO, Major Joaquim José. História das mais importantes minas de ouro do Estado do Espírito Santo. *In RIHGB*, 1892, 55, II, p. 35-58.

INDEPENDÊNCIA desta capitania, na parte militar, da capitania da Bahia. Extraído do Livro 2º de *Avisos e Provisões das secretarias de estado e tribunais*, compilação de Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, 6, doc. 6 n. 4]

INFORMAÇÃO que Francisco Manoel da Cunha deu sobre a província, então capitania do Espírito Santo, ao ministro de Estado Antônio de Araújo e Azeredo. In *RIHGB*, 1842, 4:240-7.

INFORMAÇÃO de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar sobre a navegação importantíssima do rio Doce. In *RIHGB*, 1839, 1:173-8.

INSTRUMENTO de venda da capitania do Espírito Santo, consignação do seu pagamento, procuração em causa própria e obrigação. Lisboa, 6 de abril de 1718. [ABN, v. 101, doc. 221, cópia, 18 p., CEHB, n. 6. 021]

JORNAL *O Amigo do Povo*. Vitória, 1863. [FBN, DOR, PR-SOR 04068]

JORNAL *O Amigo do Povo*. Vitória, 8 de agosto de 1863, ano I, n. 5, p. 1-3. [FBN, DOR, PR-SOR 04068]

JORNAL *Atualidade*. Vitória, 1878. [FBN, DOR, PR-SOR 04072]

JORNAL *O Cachoeirano*. Cachoeiro de Itapemirim, Tipografia de *O Cachoeirano*, 1877. [FBN, DOR, PR-SPR 00217(1-9)]

JORNAL *O Cidadão*, Vitória, 1868. [FBN, DOR, PR-SOR 04070]

JORNAL *Correio da Vitória*, 17 de janeiro de 1849, n. 1, edição fac-similar. Vitória: Tipografia Capitaniense, 1849. [APES, J001-nci] http://www.ape.es.gov.br/pdf/Correio_da_Victoria_1983.pdf. Acesso em 10/10/2009.

JORNAL *Correio da Vitória*. 14 de fevereiro de 1849, 17 de fevereiro de 1849. Vitória: Tipografia Capitaniense.

JORNAL *Correio da Vitória*, 28 de março de 1849, n. 21, p. 3. [APES] http://www.ape.es.gov.br/queimado/quadro_3.htm. Acesso em 10/10/2009

JORNAL *Eco dos Artistas*. Vitória, 1877. [FBN, DOR, PR-SOR 00432]

JORNAL *O Espírito-Santense*, Vitória, 1870. [FBN, DPS, PR-SPR 00293 (1-7)]

JORNAL *O Espírito-Santense*, 4 de fevereiro, 13 de abril, 21 de abril, 30 de agosto, 27 de setembro de 1871; 5 de dezembro de 1872; 26 de fevereiro, 18 de março, 1º de julho, 3 de agosto, 8 de agosto, 8 de setembro, 12 de setembro, 7 de outubro, 17 de outubro, 19 de outubro, 28 de dezembro de 1876; 2 de janeiro, 15 de março, 31 de julho, 25 de setembro, 13 de outubro, 18 de outubro, 25 de outubro de 1877. [FBN, DPS, PR-SPR 00293 (1-7)]

JORNAL *Gazeta do Comércio*, Vitória, Tipografia da *Gazeta do Comércio*, 1876. [FBN, DOR, PR-SOR 00432]

JORNAL *Gazeta do Comércio*, 23 de agosto de 1877. [FBN, DOR, PR-SOR 00432]

JORNAL *A Idéia*. Vitória, Tipografia do Espírito-Santense, 1878. [FBN, DOR, PR-SOR 00434]

JORNAL *O Itapemirinese*, Itapemirim, Tipografia do Itapemirinese, ano I (1876). [APES] http://www.ape.es.gov.br/imprensa_capixaba/index.html. Acesso em 10/01/2010.

JORNAL *O Liberal*, Vitória, 11 de junho de 1885. [FBN, DOR, PR-SOR 00434].

JORNAL *O Monarquista*. Vitória, Tipografia do Monarquista, 1863. [APES, Jornais e relatórios de presidente de Província, ES, em microformas: Catálogo. 1986. J004. mna]

JORNAL *O Operário*. Vila de Itapemirim, 1879. [FBN, DOR, PR-SOR 00436]

JORNAL *Opinião Liberal*. Vitória, Tipografia Opinião Liberal. 1876. [FBN, DOR, PR-SOR 04070]

JORNAL *Opinião Liberal*. Vitória, n. 5, 11 de fevereiro de 1877.

JORNAL *A Regeneração*. Vitória, Tipografia Imparcial, 1853. [FBN, DOR, PR-SOR 00428-00480]

JORNAL *A Regeneração*, Vitória, nº 8, 11 de janeiro de 1854 [APES, digitalizado]. http://www.ape.es.gov.br/imprensa_capixaba/vitoria/regeneracao/A_Regeneracao_Vitoria_ano_1_n8.pdf. Acesso em 10/01/2010.

JORNAL *Sentinela do Sul*. Itapemirim, 1867. [FBN, DOR, PR-SOR 00686]

JORNAL *Sete de Setembro*. Vitória, 1878. [FBN, DOR, PR-SOR 04072]

JORNAL *O Tempo*. Vitória, 1861. [FBN. Divisão de Obras Raras, PR-SOR 00429].

JORNAL da Vitória. Vitória, 1864. [FBN, DPS, PR-SPR 00276 (1-3)]

JORNAL da Vitória. Vitória, 23 de novembro, 26 de novembro de 1864; 14 de março, 6 de junho, 25 de julho de 1866; 16 de fevereiro, 6 de abril, 10 de agosto de 1867; 3 de outubro de 1868. [FBN, DPS, PR-SPR 00276 (1-3)].

KNIVET, Antônio. Notável viagem que, no ano de 1591 e seguintes fez Antônio Knivet, da Inglaterra ao mar do sul, em companhia de Tomás Cavendish. In *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1878, II, 41:185-272.

KRAUSS, Carlos. *Mapa geral das colônias de Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo na província do Espírito Santo*. 1866. [AHEX, loc. 06.02.1193]

_____. *Mapa geral da província do Espírito Santo relativo às colônias e vias de comunicação*. 1866. [AHEX, loc. 15.03.3653]

LA MARTINIERI, E. *Carta corográfica da província do Espírito Santo*. Fevereiro de 1861. [FBN, DC, ARC 021,06,042]

LEAL, João Eurípedes Franklin (org.). *Catálogo de documentos avulsos da capitania do Espírito Santo (1585-1822)*. [APES] www.apes.es.gov.br/PDF/Catalogo_Doc_Manuscritos_Portugal1.pdf. Acesso em 03/11/2009.

LEI de 27 de agosto de 1828 – Dá regimento para os Conselhos Gerais de província. In *Coleção das leis do Império do Brasil*, parte I, Índice dos Atos do Poder Legislativo, 1828, p. 10-23. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1878. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_3.pdf. Acesso em 21/01/2010.

LEI de 30 de agosto de 1828 – Extingue os lugares de provedor-mor da saúde, físico-mor, e cirurgião-mor do Império, passando para as câmaras municipais e justiças ordinárias as atribuições que lhes competiam. In *Coleção das Leis do Império do Brasil*, parte I, Índice dos Atos do Poder Legislativo, p. 27-8. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1878. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-K_7.pdf. Acesso em 21/01/2010.

LEI de 31 de agosto de 1832 – Declara que as vilas de Campos dos Goitacases, e de São João da Barra, ficam pertencendo à província do Rio de Janeiro. In *Coleção das Leis do Império do Brasil de 1832*, parte I, Índice dos Atos do Poder Legislativo, 1832. p. 78. Rio de Janeiro Tipografia Nacional, 1874. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-15/Legimp-15_9.pdf. Acesso em 21/01/2010.

LEI nº 2, de 1848. In VASCONCELOS, J. M. P. de. *Compilação*, p. 8.

LEI nº 5 de 1836. In VASCONCELOS, J. M. P. de. *Compilação*, p. 135.

LEI nº 16, de 12 de agosto de 1834 – Carta de lei, pela qual Vossa Majestade Imperial manda executar as mudanças e adições feitas à Constituição do Império pela Câmara dos Deputados competentemente autorizada para esse fim. In *Índice da Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1834, parte I, p. 15-23. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-19/Legimp-19_3.pdf. Acesso em 21/01/2010.

LEI nº 17, de 1859. In VASCONCELOS, J. M. P. de. *Compilação*, 1860.

LEI nº 24, de 1838. In VASCONCELOS, J. M. P. de. *Compilação*, p. 84.

LEI dada para a proscricção, desnaturalização e expulsão dos regulares da Companhia de Jesus, nestes reinos e seus domínios. 1759, 09, 03. [Portugal, ANTT, Armário Jesuítico e Cartório dos Jesuítas, Armário Jesuítico, liv. 1, nº 19, código de referência: PT/TT/AJJC/AJ001/00019] <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/expulsao-dos-jesuítas/>. Acesso em 02/11/09.

LEI provincial de 3 de março de 1835 - Art. 1º - É criada uma cadeira de Gramática Latina na cidade de São Mateus. In *Livro de Leis a serem sancionadas em 1835-1840*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 15]

LEI provincial de 30 de setembro de 1845. In *Livro de Leis a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]

LEI provincial nº 1, de 10 de maio de 1849. In *Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 1, de 31 de março de 1848. In *Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-186*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 2, de 10 de julho de 1858. In *Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEIS Provinciais nº 3 e nº 5, de 7 de maio de 1839. In *Livro de Leis a serem sancionadas de 1835 a 1840*, p. 57. [ALES, AG, pasta 3, livro, nº 15]

LEI provincial nº 4, de 9 de junho de 1855. Contém 5 capítulos e 106 artigos. In *Livro de Projetos de Lei aprovados de 1853 a 1864*, p. 32. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 20]

LEI provincial nº 4, de 14 de junho de 1854. *In Livro de Projetos de Lei aprovados de 1853 a 1864*, p. 17. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 20]

LEI provincial nº 4, de 14 de julho de 1858. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 4, de 16 de novembro de 1837. *In Livro de Projetos de Lei aprovados de 1835 a 1840*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 18, p. 76]

LEI provincial nº 4, de 22 de julho de 1843. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]

LEI provincial nº 4 e 5, de 21 de julho de 1846. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]

LEI provincial nº 5, de 26 de julho de 1845. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]

LEI provincial nº 5, de 26 de julho de 1858. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 6, de 2 de julho de 1852. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 6, de 6 de julho de 1855. *In Livro de Projetos de Lei aprovados de 1853 a 1864*, p. 38. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 20]

LEI provincial nº 6, de 10 de junho de 1858. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 6, de 20 de junho de 1847. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]

LEI provincial nº 6, de 21 de julho 1853. *In Livro de Projetos de Lei aprovados de 1853 a 1864*, p. 17. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 20]

LEI provincial nº 7, de 21 de julho de 1843. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]

LEI provincial nº 7, de 30 de abril de 1841 – É confirmada como cabeça do termo a vila de Nova Almeida. *In Livro de projetos de Lei de 1840-1852*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 19, p. 17]

LEI provincial nº 8, de 2 de julho de 1852. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 8, de 21 de maio de 1840. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1835-1840*, p. 80. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 15]

LEI provincial nº 9, de 16 de julho de 1856. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 9, de 20 de julho de 1847. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]

LEI provincial nº 9, de 21 de julho de 1846. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]

LEI provincial nº 9, de 23 de julho de 1857. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 9, de 24 de julho de 1854. *In Livro de Projetos de Lei aprovados de 1853 a 1864*, p. 31. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 20]

LEI provincial nº 9, de 26 de outubro de 1842. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]

LEI provincial nº 10, de 07 de julho de 1859. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 11, de 16 de julho de 1855. *In Livro de Projetos de Lei aprovados de 1853 a 1864*, p. 53. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 20]

LEI provincial nº 13, de 8 de julho de 1857. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

LEI provincial nº 16, de 2 de julho de 1852. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]

- LEI provincial nº 17, de 9 de novembro de 1838. *Livro de Leis sancionadas de 1835 a 1840*, p. 41. [ALES, AG, pasta 3, livro, nº 16]
- LEI provincial nº 17, de 26 de outubro de 1842. *In Livros de Lei a serem sancionadas em 1841*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 16]
- LEI provincial nº 22, de 21 de julho de 1858. *In Livro de Leis a serem sancionadas em 1847-1860*. [ALES, AG, pasta 3, livro nº 17]
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro, 1938-50. 10 volumes. [Disponível na BPES]
- LEMBRANÇA da notável vitória que Deus deu aos moradores desta vila (hoje capitania da província) em 28 de outubro de 1640. Pelo vigário Francisco Gonçalves Rios. Vitória, 13 de novembro de 1640. [IHGB] Transcrito em J. T. de Oliveira, *HEES*, p. 140, nota 44.
- LISTA de deputados eleitos para a 1ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial, 1º de fevereiro de 1835. *In PENA, Misael Ferreira. História*, p. 96
- LISTA de deputados eleitos para a 4ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 28 de agosto de 1842. *In PENA, Misael Ferreira. História*, p. 98.
- LISTA de deputados eleitos para a 9ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 24 de maio de 1852. *In PENA, Misael Ferreira. História*, p. 100.
- LISTA de deputados eleitos para a 11ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1856 *In PENA, Misael Ferreira. História*, p. 100.
- LISTA de deputados eleitos para a 15ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1864. *In PENA, Misael Ferreira. História*, p. 100.
- LISTA de deputados eleitos para a 16ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 25 de maio de 1866. *In PENA, Misael Ferreira. História*, p. 100.
- LISTA de deputados eleitos para a 17ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 22 de abril de 1868. *In PENA, Misael Ferreira. História*, p. 101.
- LISTA de deputados eleitos para a 19ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 2 de outubro de 1872. *In PENA, Misael Ferreira. História*, p. 101.
- LISTA de deputados eleitos para a 20ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 8 de setembro de 1874. *In PENA, Misael Ferreira. História*, p. 101.
- D. LOURENÇO de Almada, capitão-general do Estado do Brasil, por meio de carta, ordena ao capitão-mor que dê fim a um mocambo de negros fugidos que há na capitania do Espírito Santo. 9 de julho de 1710. *In MES, Portarias*.
- LOIOLA, Gelson. PMES: Mais de 172 anos de história. *In RIHGES*, Vitória, n. 61, 2007, p. 77- 110.
- MACHADO DE OLIVEIRA, José Joaquim. Alguns governadores e presidentes da província do Espírito Santo. *In RIHGB*, 1856, 19:332.
- _____. *O bicho-da-seda indígena da província do Espírito Santo. Exposição histórica da sua vida, vantagens que se podem obter dando-se-lhe educação doméstica*. [Texto datado de 30 de junho de 1841, doado ao IHGB, DL3. 023, 25pp]
- _____. O Convento da Penha na província do Espírito Santo. Descrição desenvolvida de uma antiga lenda do mesmo convento. *In RIHGB*, 1843, 5 (18):113-42.
- _____. Notas, apontamentos e notícias para a história da província do Espírito Santo. *In RIHGB*, 1856, 19:161-335.
- _____. *Notícia sobre a estrada, que da província do Espírito Santo segue para a de Minas, através da serra Geral; coligida do registro e documentos da Secretaria da Presidência, e de informações particulares*. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1841. [FBN, DOR, 38, 8, 6].
- MALHEIRO, Agostinho Marques Perdigão. *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849*. São Paulo: Tipografia de Francisco de Paula Brito, 1850. http://books.google.pt/books?id=W6M1AAAQAAJ&dq=malheiros+indice+chronologico+dos+factos&printsec=frontcover&source=bl&ots=GgVa1YHLrM&sig=rpkSNwUjc00U0SHs0°dx0MODrFk&hl=pt-BR&ei=HcrvSoCKO42flAeHht3_BA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=OCAoQ6°EwAA#v=onepage&q=&f=false. Acesso em 02/01/09.
- MAPA explicativo do terreno em litígio entre os estados do Espírito Santo e Minas demonstrando o direito que tem o estado do Espírito Santo pela carta régia, de 1º de junho de 1534 de D. João III a Vasco Coutinho. *In FJSN, Espírito Santo: Informações*, p. 52 [Arquivo Público Mineiro, 386, MC.02.04]
- MARINATO, Francieli Aparecida. *Índios imperiais – Índios botocudos, os militares e a colonização do rio Doce (Espírito Santo, 1824-1845)*. Vitória, 2007 (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da UFES).

MARQUES, Augusto César. *Dicionário histórico, geográfico e estatístico da Província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878. [APES, BD] <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em 16/12/2009.

WIED-NEUWIED, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.

MEDEIROS, Norberto R. Declarações feitas pelo sargento Norberto Rodrigues de Medeiros sobre a abertura da picada para Cuité mandada fazer e contratada pelo Sr. Dr. Luís Pedreira do Couto Ferraz, presidente da província do Espírito Santo. In *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1848, p. 408-10.

MEDIÇÃO, direção e observações da nova estrada que da Cachoeira do Rio Santa Maria, termo de vila da Vitória, segue pelo sertão intermédio à Vila Rica da capitania de Minas Gerais, aberta sua trilha em 14 de setembro de 1814 pelo sargento-mor graduado tenente-coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, por ordem e instrução do atual governador da capitania do Espírito Santo, Francisco Alberto Rubim. In *RIHGB*, Rio de Janeiro, 1844, 6:463-466. Acompanha *Ofício* de Francisco Alberto Rubim endereçado a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal (3 de dezembro de 1818), publicado na mesma revista. [p. 461-2]

MELO MORAIS, Alexandre José de. Anotações sobre a história do Espírito Santo (manuscrito incompleto, 54 tiras). Sd. [FBN, II-34, 14, 001]

MINISTÉRIO da Educação e Saúde. *Portarias de 1721-22 e cartas ofícios de 1704-17*. Rio de Janeiro: MES, 1945 [Disponível na BPES, Coleção Documentos Históricos da Biblioteca Nacional]

MORAES, Ormando. *Da Itália ao Brasil – História de uma família*. Vitória: Espírito Santo, 1981.

MORAES Silva, Antônio de. *Diccionario de lingua portuguesa*, fac-simile da segunda edição (1813). Rio de Janeiro: Revista de Língua Portuguesa, 1922.

MOUCHEZ, M. E. *Plan de la baie de Espírito Santo et du port de Victoria*. 1863. [AHEX]

NERY, D. João Batista Correia. *Carta pastoral despedindo-se da diocese do Espírito Santo seguida de algumas notícias sobre a mesma diocese*. Campinas: Tipografia a vapor Livro Azul, 1901.

_____. *Lembranças de visitas pastorais*. Arquidiocese de Vitória. [Cúria Metropolitana de Vitória, manuscrito encadernado]

NOTAS sobre a fundação da capitania do Espírito Santo; aspectos físicos, pequeno comentário a respeito da produção, comércio, navegação e indústria. Encontrada entre papéis velhos que pertenceram a Inácio dos Santos Pinto. [IHGB, lata 188, doc. 68, 2pp]

NOTÍCIA da capitania do Espírito Santo, junho de 1816, pelo ministro Tomás Antônio da Vila Nova Portugal. [IHGB, manuscrito com 6 páginas, lata 21, doc. 22]

OFÍCIO que em 13 de setembro de 1820 dirigiu ao governo o governador do Estado Baltazar de Souza Botelho de Vasconcelos. In *Nery, Lembranças*, p. 133-4.

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: É concedido o privilégio de navegação no rio Itapemirim a Henrique Deslandes. 26 de novembro de 1872. In *Livro de registro de ofícios de 1868-1877*, p. 17. [ALES, AG, pasta 44^a, livro n° 11]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 2^o legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 6 de setembro de 1838. In *Livro de registro de ofícios expedidos de 1836-1848*, p. 42. [ALES, AG, pasta 44^a, livro n° 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 3^o legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1^o de abril de 1840. In *Livro de registro de ofícios de 1836-1848*, p. 88. [ALES, AG, pasta 44^a, livro n° 03]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 5^o legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1844. In *Livro de registro de ofícios de 1836-1848*, p. 138. [ALES, AG, pasta 44^a, livro n° 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 6^o legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1846. In *Livro de registro de ofícios de 1836-1848*, p. 161. [ALES, AG, pasta 44^a, livro n° 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 7^o legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1^o de março de 1848. In *Livro de registro de ofícios de 1836-1848*, p. 185. [ALES, AG, pasta 44^a, livro n° 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Lista dos deputados eleitos que assumiram seus cargos na 18^o legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1^o de outubro de 1870. In *Livro de registro de ofícios de 1868-1877*, p. 12. [ALES, AG, pasta 44^a, livro n° 11].

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 1º legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de março de 1835. *In Livro de registro de ofícios de 1835 – 1836*, p. 2. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 2]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 2º legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 8 de setembro de 1838. *In Livro de registro de ofícios de 1836 – 1848*, p. 42. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 3º legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de abril de 1840. *In Livro de registro de ofícios de 1836 – 1848*, p. 88. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 03]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 4º legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 28 de agosto de 1842. *In Livro de registro de ofícios de 1836 – 1848*, p. 111. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 5º legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1844. *In Livro de registro de ofícios de 1836-1848*, p. 139. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 6º legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 23 de maio de 1846. *In Livro de registro de ofícios de 1836-1848*, p. 161. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 7º legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de março de 1848. *In Livro de registro de ofícios de 1836-1848*, p. 185. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Membros que compuseram a primeira mesa da 18º legislatura da Assembleia Legislativa Provincial. 1º de outubro de 1870. *In Livro de registro de ofícios de 1868-1877*. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 11, p. 12.]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Toma posse o bacharel José Inácio Acióli Vasconcelos como presidente da província do Espírito Santo. 26 de maio de 1846. *In Livro de registro de ofícios de 1836-1848*, p. 162. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Toma posse o padre Manoel de Assunção Pereira como presidente da província do Espírito Santo. 24 de novembro de 1837. *In Livro de registro de ofícios de 1836-1848*, p. 26. [ALES, AG, pasta 44ª, livro nº 3]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Comunica juramento e posse do presidente da província bacharel Olímpio Carneiro Viriato Catão. 18 de Julho de 1857. *In 3º livro de registros de ofícios de 1849*, Parte III. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83, n. 12]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Elogio ao desempenho da sociedade filantrópica [Santa Casa da Misericórdia] durante a epidemia de *cholera-morbus*. 22 de julho de 1856. *In 3º livro de registros de ofícios de 1849*, Parte III. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Relação dos deputados que foram à mesa legislativa no presente mês. 25 de julho de 1850. *In 3º livro de registros de ofícios de 1849*, Parte I. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Relação nominal dos membros da Assembleia Legislativa que se acham reunidos em sessão preparatória. 25 de maio de 1854. *In 3º livro de registros de ofícios de 1849*. Parte II. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Relação dos membros da Assembleia Legislativa Provincial que se acham reunidos em sessão preparatória. 21 de maio de 1858. *In 3º livro de registros de ofícios de 1849*, Parte III. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Relação dos senhores deputados que compõem a mesa na presente sessão legislativa. 23 de maio de 1860. *In 3º livro de registros de ofícios de 1849*, Parte V. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83, n. 5]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Relação dos membros da Assembleia Legislativa Provincial que compõem a mesa da mesma Assembleia. 24 de maio de 1866. *In 3º livro de registros de ofícios de 1849*. Parte X. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa ao secretário da província remetendo a relação dos nomeados senhores deputados [que se acham reunidos em sessão preparatória]. 22 de maio de 1862. *In 3º livro de registros de ofícios de 1849*, Parte IX. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83, n. 1]

OFÍCIO de Assembleia Legislativa: Comunicando juramento e posse do bacharel Antônio Alves de Souza Carvalho para presidente da província. 25 de maio de 1860. *3º livro de registros de ofícios de 1849*, Parte X. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83]

OFÍCIO da Câmara de Vitória ao presidente da província: Sobre contratação neste ano com os negociantes Adrião Nunes Pereira e Francisco Rodrigues Pereira da iluminação da cidade por novo

- sistema de lampiões a querosene. 6 de dezembro de 1864. *In 3º livro de registros de ofícios de 1849*, Parte X. [ALES, AG, documento digitalizado, pasta 83, n. 97]
- OFÍCIO da Câmara de Vitória comunicando a posse do presidente da província, o bacharel Joaquim José de Oliveira. 15 de junho de 1835. [PMV, AGMV, caixa de ofícios recebidos em 1835, caixa n. 7]
- OFÍCIO da Câmara de Vitória comunicando a posse do presidente da província, o capitão-mor Francisco Pinto Homem de Azevedo. 5 de maio de 1835. [PMV, AGMV, caixa de ofícios recebidos em 1835, caixa n. 7]
- OFÍCIO-CIRCULAR do governador Rubim, dirigido a diversas autoridades da capitania do Espírito Santo, demonstrando quais os limites delas, isenções que deviam ter os gêneros exportados da capitania de Minas Gerais pelas novas estradas abertas, e a concessão permitida de terrenos aos que quisessem no Espírito Santo se estabelecer (1817). Documento compilado por Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, 6, n. 16]
- OFÍCIO comunicativo do recrutamento feito pelo comandante das Armas da província do Espírito Santo nos batalhões de milicianos e em paisanos, no dia de *Corpus Christi*, datado de 27 de junho de 1827 ao Senhor conde de Lages pelo comandante das Armas Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama. Livro 1º do Comando das Armas. Documento compilado por Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, 6, doc. 24 n. 20]
- OFÍCIO do Conselheiro Manoel Estêvão de A. de Vasconcelos Barberino para Tomé da C. Corte Real, em que se refere desenvolvidamente ao sequestro geral dos bens pertencentes aos padres da Companhia de Jesus. Bahia, 25 de março de 1760. *In ALMEIDA, E. de C., Inventário*, v. 1, p. 369-70.
- OFÍCIO do conselheiro Manoel de Almeida de Vasconcelos Barberino para Tomé J. da Costa Corte Real, sobre o sequestro dos bens dos jesuítas, informando acerca das avaliações e rendimentos dos bens pertencentes ao Seminário de Nossa Senhora da Conceição da Bahia, à Casa do Noviciado, ao Seminário de Belém da vila da Cachoeira, à Casa da Residência da Vila de S. Jorge na capitania dos Ilhéus, à Casa de Residência da vila de N. S. da Pena na capitania de Porto Seguro, à Residência do Engenho do Conde na vila de S. Amaro, à Residência do Engenho de Santana da capitania dos Ilhéus, e ao Colégio da capitania do Espírito Santo. Bahia, 14 de abril de 1760. *In ALMEIDA, E. de C., Inventário*, p. 393.
- OFÍCIO enviado a D. João VI por Francisco Alberto Rubim em 28 de agosto de 1818, *in RIHGB*, 1856, 19:225-7.
- OFÍCIO de Francisco Alberto Rubim endereçado a Tomás Antônio de Vila Nova Portugal (3 de dezembro de 1818). *In RIHGB*, 1844, 6:461-462. Acompanha a *Medição*, direção e observações da nova estrada que da Cachoeira do Rio Santa Maria, termo da vila da Vitória, segue pelo sertão intermédio à Vila Rica, na mesma Revista, p. 463-6.
- OFÍCIO de Francisco Alberto Rubim para o juiz presidente e oficiais da Câmara da vila de Vitória, 8 de setembro de 1819. *In PMV, Documentos do Arquivo da Prefeitura*, p. 57.
- OFÍCIO de Francisco Alberto Rubim para o Museu do Rio de Janeiro. 12 de março de 1819. *In VASCONCELOS, J. M. P. de. Ensaio*, p. 48-9. http://books.google.com.br/books?id=d3ECAAAAYAAJ&pg=PP6&lpq=PA222&ots=t1WVrTz-1b&dq=Ensaio+sobre+a+Hist%C3%B3ria+e+Estat%C3%ADstica+da+prov%C3%ADncia+do+esp%C3%ADrito+Santo:+Jos%C3%A9&output=text#c_top. Acesso em 02/11/09.
- OFÍCIO que Francisco Manoel da Cunha dirigiu ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província, do Espírito Santo. *In RIHGB*, 1849, 12:511-8.
- OFÍCIO do [governador da capitania do Espírito Santo], Antônio Pires da Silva Pontes [Pais Leme e Camargo], ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], D. Rodrigo de Souza Coutinho [conde de Linhares], a informar da criação do Corpo de Pedestres, composto de homens de raça cruzada, ou mestiço de preto, branco ou índio e da proposta para os oficiais que pedem a verificação de alguns regimentos de Europa, que tinham requerido nesta nova capitania, pelos motivos de restabelecer a disciplina militar. Vila da Vitória, 5 de novembro de 1800. Anexo: documentos comprovativos, 3 doc. 5fl. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 6, doc. 24ª, 38ª; CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 6, doc. 445].
- OFÍCIO do governador da capitania do Espírito Santo ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, a informar da criação do Corpo de Pedestres, composto de homens de raça cruzada, ou mestiço de preto, branco ou índio, 1800, novembro, 5, Vila da Vitória. Anexo: documentos comprovativos, 3 doc. 5fl. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 6, doc. 24ª, 38 A CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 6, doc. 445]
- OFÍCIO [de José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim] comunicando a nomeação do ouvidor, Joaquim José do Amaral, para o cargo de juiz de direito de Vitória. Vitória, 1833. [FBN, II-34,11,020]
- OFÍCIO da Junta Provisória do Espírito Santo, comunicando ter sido, finalmente, proclamada a Independência do Brasil na vila de São Mateus desta mesma província, depois de sérios conflitos. (1823). Compilação de Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, 6, doc. 13, n.12]
- OFÍCIO da Junta Provisória do Governo da província do Espírito Santo ao [secretário de Estado da Marinha e Ultramar], [Joaquim] José Monteiro Torres, a informar do auto da sua eleição assina-

- da pelo secretário de Governo, Luís da Silva Alves d'Azambuja e Suzano. 13 de março de 1822. Anexo: auto de eleição. (1 doc.) [UNB, PR, Doc. 106371, AHU-ACL-N-Espírito Santo] <http://www.resgate.unb.br/resgate/resultado-pesquisa.jsp>. Acesso em 13/10/2009.
- OFÍCIO nomeando capitão-mor da capitania do Espírito Santo, João de Velasco e Molina. 30 de agosto de 1716. In MES, *Portarias de 1721-22*, p. 311.
- OFÍCIOS e requerimentos sobre: iluminação para as ruas de Vitória; informação sobre a madeira recebida e execução de novos cortes; preenchimento do cargo de professor de primeiras letras; posse do cargo de ouvidor da Comarca. [IHGB, DL 2.020]
- OFÍCIO REAL empossando como capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Manoel Correia de Lemos, em virtude da morte do atual capitão-mor Francisco de Albuquerque Teles. 20 de maio de 1711. In MES, *Portarias*, p. 89.
- OFÍCIOS reservados do príncipe regente D. Pedro I ao governo provisório e ao comandante das Armas desta província, recomendando para haver todo o cuidado nas propostas e nomeações de militares e funcionários públicos, daqueles somente que aderissem à causa da Independência do Brasil, que então se tramava e de que eram sectários os membros do governo provisório. 1822. Documento compilado por Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, doc. 5, n. 10]
- OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura / Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.
- PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Guido Pokrane, o imperador do rio Doce*. <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/MHParaiso.pdf>. Acesso em 02/11/09.
- PARTICIPAÇÃO que fez o ouvidor da comarca da Vitória, Dr. José Libânio de Souza, aos membros da tropa capitaneada pelo comandante das Armas coronel Julião Fernandes Leão (1822). Compilação de Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, 6, doc. 11]
- PASTA de resoluções da Assembleia Legislativa 1873-1880. [ALES, AG, pasta 59, 74 folhas]
- PENA, Misael Ferreira. *História da província do Espírito Santo*. Vitória: Typ. de Moreira, Maximo & C., 1878. (Coleção autores capixabas) [FJSN, Biblioteca, ES00419]
- PEREIRA, Francisco Lobo Leite. Em busca das esmeraldas. *RAPM*, Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2, (3):519-36. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/makepdf.php?cid=88&mid=31&full_pdf=0. Acesso em 11/11/2009.
- PEREIRA, Heráclito Amâncio. A imprensa no Espírito Santo. In *RIHGES*, 1922, ano II, n. 11.
- PIMENTEL, Marcus Benatti Antonini Rangel. Os açorianos na capitania do Espírito Santo e a fundação da povoação de Viana (1813-1822). Comunidades Açorianas, http://www.comunidadesafricanas.org/artigo.php?id_artigo=84&idioma=PT. Acesso em 17/11/2009.
- PIVA, Izabel Maria da Penha, SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. A Santa Casa da Misericórdia de Vitória: Ação da Irmandade no atendimento à pobreza em Vitória – ES (1850-1889). In *Revista Agora*, n° 2, 2005, p. 1-26. http://www.ufes.br/ppghis/agora/Documentos/Revista_2_PDFs/Izabel%20Piva.pdf.
- PIZARRO, Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, 10 volumes.
- PLANTA da Barra, 12 de agosto de 1820. [AHEX, 15.03.2602]
- PREFEITURA Municipal de Vitória. *Documentos do Arquivo da Prefeitura Municipal de Vitória*. Vitória: PMV, 1976,
- PROCESSO de Brás Gomes de Sequeira. Datas 04/3/1716-16/10/1729. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 9655. [ANTT, Código referência PT/TT/TSO-IL/028/09655] <http://digitarq.dgarq.gov.pt/default.aspx?page=listShow&searchMode=as&sort=id&order=ASC>. Acesso em 02/11/2009.
- PROCESSO do padre Gabriel Malagrida. 29/12/1760-20/9/1761. Portugal, Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 8064. [ANTT, código de referência: PT/TT/TSO-IL/028/08064] <http://antt.dgarq.gov.pt/exposicoes-virtuais/eventos-em-documentos/expulsao-dos-jesuitas/>. Acesso em 02/11/09.
- PROVISÃO de 1º de junho de 1753, Lisboa. In RUBIM, Brás da Costa. *Memórias*, p. 90.
- PROVISÃO de 19 de maio de 1664, Agostinho Barbalho Bezerra. In PEREIRA, Francisco Lobo Leite. Em busca das esmeraldas. *RAPM*, Ouro Preto: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2, (3):519-36. http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/makepdf.php?cid=88&mid=31&full_pdf=0. Acesso em 11/11/2009.
- PROVISÃO para assumir o comando das armas da província do Espírito Santo o coronel Julião Fernandes Leão (1822). Extraído do Livro 1º dos Avisos do Governo Provisório. Compilação de Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, 6, doc. 10, n. 9]

PROVISÃO criando uma cadeira de primeiras letras na vila do Espírito Santo, a primeira que ali se estabeleceu no município (1813). *In Vários documentos relativos à província do Espírito Santo: 1679 a 1822*. Documento compilado por Basílio Daemon. [IHGB, Lata 121, 5, n. 20]

PROVISÃO de nomeação de Antônio Pacheco de Almeida, para o lugar de alcaide-mor da vila do Espírito Santo, na qual se [ilegível] seus serviços como ouvidor e auditor de Guerra em Angola, como juiz da Coroa e provedor da Fazenda, assim como seus serviços em Pernambuco, para a conquista do gentio em Palmares (1707). Compilação de Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, 5, doc. 17. n. 12]

PROVISÃO de nomeação de Belchior de Azeredo. Documento escrito da Bahia em 16 de outubro de 1561, por Mem de Sá. Transcrito *in* Vasconcelos, J. M. P. de, *Ensaio*, p. 16-7.

PROVISÃO da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, de 15 de dezembro de 1819, n. 55 – Aprova os estatutos para a Sociedade de Agricultura, Comércio e Navegação do Rio Doce *In Coleção de Leis do Brasil de 1819*. Decisões. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p. 44-48. http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-D_149.pdf. Acesso em 21/01/2010.

PROVISÃO via carta do governador geral do Brasil, conde de Atouguia, não há como proibir a aguardente e se deve cobrar de cada canada a meia pataca do tributo.” 8 de outubro de 1655. *In Correspondências dos governadores gerais*, III, p. 293 [FBN, Documentos Históricos da Biblioteca Nacional]

PROVISÃO régia ordenando que o conde de Sabugosa, vice-rei do Brasil, informe a respeito da entrada realizada por Francisco de Melo Coutinho Souto-Maior, 1731. [FBN, II-33, 21, 53]

REEDIFICAÇÃO da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória da capitania do Espírito Santo. Conselho Ultramarino, 1731. [IHGB, 26:124v]

REGISTRO das leis e resoluções da Assembleia Legislativa Provincial (1845-1853) [APE, Fundo Governadoria, Série 751 Livros, Livro 427] www.ape.es.gov.br/index2.htm, Acesso em 08/08/2009.

REGULAMENTO de 7 de maio de 1959. Da Organização. [Vasconcelos, J. M. P. de, *Compilação*, p. 40]

REGULAMENTO interino para o aldeamento e civilização dos índios botocudos do rio Doce, da província do Espírito Santo. *In RIHGB*, Rio de Janeiro, 1844, 6:481-3.

RELAÇÃO dos casais de ilhéus situados na povoação de Viana na capitania do Espírito Santo. [IHGB, lata 71, doc. 23. 1813]

RELATÓRIO 1848. Vice-presidente (Almeida Monjardim), em 1º. de setembro de 1848. Ilmº e Exm. ° Sr., p. 1. Universidade de Chicago, http://www.crl.edu/pt-br/brazil/provincial/esp%C3%ADrito_santo. Acesso em 23/09/2009.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Parte 1. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1861. Administração da Justiça, p. 8-13; Culto Público, Cidade de São Mateus, p. 29-36. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1862 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1862. Limites e carta corográfica da província, p. 63-75. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão extraordinária no dia 2 de fevereiro deste ano [1863] pelo 1º vice-presidente Dr. Eduardo Pindaíba de Matos. Precedido daquele com que o Exm. presidente da província Dr. André Augusto de Pádua Fleury, passou a administração ao mesmo Exm. vice-presidente Ilmo e Exmº. Sr. p. 3-6. Vitória, Tipografia Liberal do Jornal da Vitória, 1863. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão extraordinária, no dia 21 de fevereiro deste ano pelo 1º vice-presidente Dr. Eduardo Pindaíba de Matos. 1864. Vitória, Tipografia Liberal do Jornal da Vitória, 1864. Ilmo e Exmº. Sr., p. 3-6. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, no dia da abertura da sessão ordinária de 1866. Pelo presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves. Guerra com o Paraguai, p. 4; Contingente de Forças da Província, p. 4-5; Administração da Justiça, p. 7-9; Repartições Públicas – Secretaria da Polícia, p. 30-1. Vitória, Tipografia do Jornal da Vitória, 1866. [APES, BD e Universidade de Chicago]

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. Dr. Antônio Gabriel de Paula Fonseca, no dia 2 de outubro de 1872. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1872. Senhores Membros da Assembleia Provincial, p. 3; Administração policial e da justiça, p. 6-7; Projeto de estrada de ferro, p. 15-7; Teatro, p. 14. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província do Espírito Santo na 2ª sessão ordinária da 21ª Legislatura Provincial pelo presidente desta província Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama, aos 3 de março de 1877. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1877. Administração da Justiça, p. 4-6; Capitania do Porto e Companhia de Aprendizes e Marinheiros, p. 30. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado a S. Ex. o Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo Exm. Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto, por ocasião de deixar a administração da província do Espírito Santo. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1876. Administração da Justiça, p. 3; Tesouro Provincial, p. 4-7; Estrada de ferro entre Porto Velho e a vila do Cachoeiro de Itapemirim, p. 19. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado a S. Ex.^a o Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas pelo Exm.^o Sr. Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa por ocasião de deixar a administração da província do Espírito Santo. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1874. Ilm^o e Exm^o Sr., p. 1; Depósitos de Artigos Bélicos, p. 8; Segurança Individual e de Propriedade, p. 4-5; Praça do Mercado, p. 24. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Exm. Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, por ocasião de passar a administração da província do Espírito Santo no dia 4 de maio de 1875. Vitória, Tipografia do Espírito-Santense, 1875. Administração da Justiça, p. 5. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Domingos Monteiro Peixoto pelo Exm. Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, por ocasião de passar a administração da província do Espírito Santo no dia 4 de maio de 1875. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1875. Junta de qualificação de votantes, p. 3-4; Administração da Justiça, p. 5-7; Colonização, p. 11-2; Salubridade pública, p. 16-18; Objetos diversos. p. 28-30. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado a S. Ex. o Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado pelo Exm. Sr. coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas por ocasião de passar a administração da província do Espírito Santo, no dia 3 de janeiro de 1876. Vitória, Tipografia do Espírito Santense. Está sem data. Administração da Justiça, p. 2; Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico, p. 4; Desobstrução do Rio Santa Maria, p. 4-5; Compilação das leis proviniais, p. 5-7; Navegação fluvial a vapor de S. Mateus e Itaúnas, p. 7; Iluminação a gás, p. 7-8. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado por S. Ex. ^a o Sr. Dr. Afonso Peixoto de Abreu Lima, presidente da província, na sessão extraordinária da Assembleia Provincial, convocada para o dia 28 de julho de 1877. Srs. Membros da Assembleia Provincial, p. 1. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Antônio Dias Paes Leme ao passar a administração da província do Espírito Santo ao Exm. Sr. Dionísio Álvaro Resendo 1º vice-presidente da mesma no dia 13 de setembro de 1870. Vitória, Tipografia do Correio da Vitória, 1870. Agricultura, p. 16-20. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel José de Menezes Prado por ocasião de passar a administração desta província ao 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva. 1877. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1877. Ilm^o. e Exm. Sr., p. 1-2; Colônia de Santa Leopoldina, p. 8-9. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado pelo Exm. Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia 22 de outubro de 1878. Vitória, Tipografia da Atualidade, 1878. Senhores Membros da Assembleia Provincial, p. 1; Eleições, p. 9-10; Capitania do Porto, p. 10; Emigrantes das províncias do norte, p. 34-36. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado pelo Exm. Sr. Ten. Cel. Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida 1º vice-presidente da província à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia 6 de março de 1879. Vitória, Tipografia da Gazeta da Vitória, 1879. Canal do Pinto, p. 16; Iluminação Pública, p. 17. [APES, BD]

RELATÓRIO que devia ser apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo, no dia da abertura da sessão ordinária de 1863, pelo presidente José Fernandes da Pereira Costa Junior. 2ª Secção. Palácio da presidência da província do Espírito Santo em 28 de maio de 1863, p. 1. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1863. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da província do Espírito Santo ao Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º vice-presidente da mesma. 1848. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1849. Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, p. 5-6; Obras Públicas, p. 21-37. [APES, BD]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Barão de Itapemirim, 1º vice-presidente da província do Espírito Santo, entregou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, no dia 8 de março de 1856. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1856. Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, p. 3; Saúde pública, p. 4-6; Culto Público, p. 8-9; Colonização, p. 10-12. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial pelo Exm. Sr. Dr. Carlos de Cerqueira Pinto 1º vice-presidente da província no ano de 1867. Vitória, Tipografia do Jornal da Vitória, 1867. Eleições, p. 4-5; Culto Público, p. 9-11; Iluminação pública, p. 19. [APES, BD]

RELATÓRIO com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo pelo Exm. Sr. presidente Dr. Luís Antônio Fernandes Pinheiro, no ano de 1868. Vitória, Tipografia do Correio da Vitória, 1869. Senhores Membros da Assembleia Legislativa Provincial, p. 3; Salubridade Pública, p. 14-6. [APES, BD]

RELATÓRIO que o Exm. Sr. barão de Itapemirim, 1º vice-presidente da província do Espírito Santo, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 25 de maio de 1857. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1857. Anexos. p. 6; Estrada de São Mateus, p. 23-4. [APES, BD]

RELATÓRIO que o Exm. Sr. commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim 2º vice-presidente da província do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1858. Senhores, p. 5; Administração da Justiça, p. 6-7. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1858. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO que o Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim 2º vice-presidente da província do Espírito Santo apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 24 de maio de 1860. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1860. Senhores Membros da Assembleia Provincial, p. 1. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. comendador Pedro Leão Veloso ex-presidente da província do Espírito Santo passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim 2º vice-presidente no dia 14 de abril de 1860. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1860. Ilm. e Exm. Sr., p. 1; Visita de Suas Majestades Imperiais, p. 1-2; Culto Público, p. 5-6. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Filipe José Pereira Leal presidente da província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa, no dia 25 de julho do corrente ano. 1850. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1850. Senhores Membros da Assembleia Legislativa Provincial, p. 5-6; Secretaria de Governo, p. 30-3. [APES, BD]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. José Maria do Vale Junior entregou a presidência da província do Espírito Santo no dia 1º de setembro de 1868, ao Exmº, Sr. Dr. Luís Antônio Fernandes Pinheiro. Vitória, Tipografia do Jornal da Vitória, 1868. Ilmo e Exmº. Sr., p. 3; Salubridade Pública, p. 4. [APES, BD].

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. presidente Dr. Luís Antônio Fernandes Pinheiro passou a administração da província do Espírito Santo ao 1º vice presidente o Exm. Sr. coronel Dionísio Álvaro Resendo em 8 de junho de 1869. Vitória, Tipografia do Correio da Vitória, 1869. Administração da Justiça: Comarca de Vitória, p. 6; Comarca dos Reis Magos, p. 7. [APES, BD]

RELATÓRIO com que foi aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo pelo Exm. Sr. presidente, Dr. Luís Antônio Fernandes Pinheiro, 1868. Vitória, Tipografia do Correio da Vitória, 1869. Senhores Membros da Assembleia provincial p. 3; Salubridade Pública, p. 14-16. [APES, BD]

RELATÓRIO com que o vice-presidente da província coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa no dia 6 de novembro de 1873. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1874. Tesouraria Provincial, p. 7-8. [APES, BD]

RELATÓRIO do Exmo Sr. José Francisco de A. Almeida Monjardim, 1º de agosto de 1848, na ocasião da transferência administrativa da província. Rio de Janeiro, Tipografia do Diário, 1848. Picada para o Cuiaté, p. 9-10. [APES, BD]

RELATÓRIO que o Exm. presidente da província do Espírito Santo bacharel José Bonifácio Nascen-tes d'Azambuja dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 24 de maio de 1852. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1852. Senhores da Assembleia Legislativa Provincial, p. 5-7. [APES, BD]

RELATÓRIO que o Exmo Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. Evaristo Laudislau e Silva dirigiu à Assembleia Legislativa da mesma província na sessão ordinária de 23 de maio de 1853. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1853. Administração da Justiça, p. 7-8; Biblioteca, p. 30-1. [APES, BD]

RELATÓRIO do Exm. Snr. presidente da província do Espírito Santo o doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros, apresentou na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 23 de maio de 1856. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1856. Senhores Deputados, p. 3-4; Colônia de Santa Maria, p. 28-30; Limites da província, p. 38-9; Riquezas naturais, p. 39-40. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO do Exmo Sr. presidente da província do Espírito Santo Dr. Luís Pedreira de Couto na abertura da Assembleia Legislativa Provincial do dia 1º de março de 1848. Rio de Janeiro, Tipografia do Diário, 1848. Diversos Objetos, p. 55-7. [APES, BD]

RELATÓRIO do Exmo Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes, presidente da província do Espírito Santo, na abertura da sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 25 de maio de 1854. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1854. Administração da Justiça, p. 8-10. [APES, BD]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Sebastião Machado Nunes presidente da província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 25 de maio do corrente ano. 1855. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1855. Instrução Pública, p. 21-2; Biblioteca, p. 22. [APES, BD]

RELATÓRIO com que o vice-presidente da província coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa no dia 6 de novembro de 1873. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1874. Ilmo. e Exm. Snr., p. 1. [APES, Biblioteca Digital]

RELATÓRIO lido perante Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo na instalação da sessão ordinária pelo Exm. Sr. coronel Dionísio Álvaro Resendo 1º vice presidente da província, no dia 1º de outubro de 1870. Vitória, Tipografia do Correio da Vitória, 1870. Senhores Membros da Assembleia Provincial, p. 3-5. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO lido no paço da Assembleia Legislativa da província do Espírito Santo pelo presidente o Exm. Snr. Dr. Francisco Ferreira Correia, na sessão ordinária do ano de 1871. Vitória, Tipografia do Correio da Vitória, 1872. Salubridade Pública, p. 45-8; Telégrafo elétrico, p. 129-33; Manumissão de escravas, p. 132-6. <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. [APES, BD]

RELATÓRIO manuscrito de José Pires da Silva Pontes, 1833. [Universidade de Chicago] <http://www.crl.edu/content/brazil/esp.htm>. Acesso em 19/09/ 2009.

RELATÓRIO do presidente da província do Espírito Santo o bacharel André Augusto de Pádua Fleury na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 20 de outubro de 1863. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1864. Srs. Membros da Assembleia Legislativa Provincial, p. 3; Fatos notáveis, p. 7-8; Administração da justiça, p. 8-11; Companhia de Aprendizes e Marinheiros, p. 26. [APES, BD]

RELATÓRIO do presidente da província do Espírito Santo o bacharel Pedro Leão Veloso na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 25 de maio de 1859. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1859. Polícia e administração da justiça criminal. p. 9-13. [APES, BD]

RELATÓRIO do presidente da província do Espírito Santo o doutor Luís Pedreira de Couto Ferraz na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1847. Rio de Janeiro, Tipografia do Diário, 1848. Iluminação Pública, p. 21, Colonização Estrangeira, p. 36-41, Estradas de Comunicação com a província de Minas Gerais, p. 64-6. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Antônio Alves de Souza Carvalho ex-presidente da província do Espírito Santo passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João da Costa Lima e Castro primeiro vice-presidente no dia 11 de março de 1861. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1861. Colonização, p. 11- 4. [APES, BD]

RELATÓRIO com que S. Ex^a. o Sr Dr. Antônio Joaquim de Miranda Nogueira da Gama passou a administração da província ao Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ferreira de Paiva. 1877. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1877. Ilm^o. e Exm^o Sr., p. 1; Administração da justiça, p. 2-3; Capitania do porto, p. 13; Navegação a vapor do Rio Doce, p. 14-5. [APES, BD]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Antônio Pereira Pinto entregou a presidência da província do Espírito Santo, ao Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, se-

gundo vice-presidente da mesma. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1849. Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, p. 5; Obras Públicas, p. 21-37. [APES, BD]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. comendador Pedro Leão Veloso ex-presidente da província do Espírito Santo passou a administração da mesma província ao Exm. Sr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim 2º vice-presidente no dia 14 de abril de 1860. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1860. Capitania do Porto, p. 18. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. Eliseu de Souza Martins no dia 19 de julho de 1880 passou a administração da província do Espírito Santo ao Exm. Sr. tenente-cel. Alfeu Adelfo Monjardim d'Andrade e Almeida 1º vice-presidente. Vitória, Tipografia da Gazeta da Vitória, 1880. Chefe de polícia. p. 1. [APES, BD]

RELATÓRIO com que o Exm. Sr. presidente da província do Espírito Santo o doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da província, ao Exm. Snr. comendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, 2º vice-presidente. No dia 13 de fevereiro de 1857. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1857. Capitania do Porto, p. 16. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO com que foi aberta a sessão extraordinária da Assembleia Provincial pelo Exm. Sr. presidente Dr. Eliseu de Souza Martins no dia 28 de outubro de 1879. Vitória, Tipografia da Gazeta, 1879. Srs. Deputados Provinciais, p. 1-3; Câmara Municipal da Vila do Espírito Santo, p. 3-4. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo na abertura da sessão extraordinária no dia [ilegível] de fevereiro deste ano pelo 1º vice-presidente Dr. Eduardo Pindaíba de Matos, precedido daquele com que o Exm. presidente da província Dr. André Augusto de Pádua Fleury, passou a administração ao mesmo Exm. vice presidente. 1863. Vitória, Tipografia Liberal do Jornal da Vitória, 1863. Ilm^o e Exm. Sr., p. 3-6. [Universidade de Chicago]

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1861 pelo presidente José Fernandes da Costa Pereira Junior. Vitória, Tipografia Capitaniense, 1861. Srs. Membros da Assembleia Legislativa Provincial, p. 3-5. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial do Espírito Santo no dia da abertura da sessão ordinária de 1865 pelo presidente, Dr. José Joaquim do Carmo. (26 de maio de 1865). Vitória, Tipografia do Jornal da Vitória, 1866. Senhores Membros da Assembleia Legislativa Estadual, p. 3-4. [APES, BD]

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo pelo Exm. Sr. 1º vice-presidente coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, na 1ª Sessão da 21ª Legislatura. 1874. Vitória, Tipografia do Espírito Santense, 1874. Segurança individual e de propriedade, p.

2-4; Polícia, p. 4; Quadro das Diversas Comarcas da província, p. 5; Quadro de juizes de direito, juizes municipais e promotores das diversas comarcas da província, p. 5; Navegação, p. 17; Colonização, p. 17-18. [APES, BD]

REQUERIMENTO do bacharel Manoel Carlos da Silva Gusmão Cardoso da Silva, à rainha [D. Maria I] a pedir que passem provisão ao Régio Tribunal para servir no officio de ouvidor da capitania do Espírito Santo. Anexo: certidão. Ant. a 26/9/1779. [1 doc. 6 fls., CT:AHU-Espírito Santo, cx. 4, doc. 75 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 4, doc. 375] APES, PR.

REQUERIMENTO do capitão-mor, Anastácio Joaquim Moita Furtado, ao rei [D. José I] a pedir que se entreguem os seus serviços vistos já estar deferida a sua consulta. Ant. a 1761, março, 26. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 4, doc. 39 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 4, doc. 336]

REQUERIMENTO do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Anastácio Joaquim Moita Furtado, ao rei [D. José I] a pedir que satisfaça seu soldo do tempo esperado para tomar posse da capitania do Espírito Santo. Anexo: documentos comprovativos. Ant. a 23 de setembro de 1763. [(5 docs. 7 fls.)] [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo cx. 4, doc. 51,50,49 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 4, doc. 346]

REQUERIMENTO do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Dionísio Carvalho de Abreu, ao rei [D. João V], a pedir que se tire sua residência de todo o tempo que servia no dito posto. Anterior a 11 de março de 1727. [APES, PR, Espírito Santo CTA: AHU-Espírito Santo, cx. 2, doc. 57 CT: AHU-Espírito Santo, cx. 2, doc. 57, CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 2, doc. 150]

REQUERIMENTO do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, Inácio João Mongiardino, à rainha D. Maria I, a pedir confirmação de carta patente do posto de coronel do Regimento de Infantaria Auxiliar da vila de Nossa Senhora da Vitória, capitania do Espírito Santo. Anexo: cartas patentes. Vila da Vitória, ant. a. 15 de julho de 1788. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 5, doc. 25^a, 26 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 5, doc. 404 (3 doc. 3 fl.)]

REQUERIMENTO do capitão-mor da capitania do Espírito Santo, José Gomes Borges, ao rei [D. José I] a pedir ajuda de custo para poder ir à capitania da Bahia e pagar os novos direitos da sua patente. Anexo: documentos comprovativos. Ant. a 15 de janeiro de 1751. [APES, PR, 5 docs. 11 fls., CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 4, doc. 7,9,6 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 4, doc. 304]

REQUERIMENTO do cavaleiro do Hábito de Cristo, João Dias Guedes, ao rei [Filipe II] a pedir propriedade do officio de provedor da Fazenda por tempo de seis meses. Conselho Ultramarino. Ant. a 7 de julho de 1638. [APES, PR, CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 1, doc. 11 CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 1, doc. 13]

REQUERIMENTO de Gonçalo da Costa Barbalho, ao rei [D. José I] a pedir à Secretaria entregue os seus papéis de quando foi capitão-mor da capitania do Espírito Santo. Anexo: requerimento. Ant. a 9 de julho de 1761. (1 doc. 1 fls.) [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 4, doc. 40 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 4, doc. 339]

REQUERIMENTO de José Antônio de Alvarenga Barros Freire, à rainha [D. Maria I] a pedir que passe certidão por esse tribunal para juntar sua residência de quando serviu de ouvidor geral da capitania do Espírito Santo. Anexo: carta. Ant. a 14 de dezembro de 1787. [APES, PR, 2 docs. 3 fls., CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 5, doc. 24, 23 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 5, doc. 402]

REQUERIMENTO do ouvidor da capitania do Espírito Santo, Antônio Alvarenga Barros, à rainha D. Maria I, a pedir provisão para servir juntamente o officio de provedor da Real Fazenda da dita capitania. Anexo: documentos comprovativos. Ant. a 27 de março de 1783. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 5, doc. 9, 08 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 5, doc. 386. (3 docs. 4 fls.)]

REQUERIMENTO do ouvidor geral da capitania do Espírito Santo, Bernardino Falcão de Gouveia, ao rei [D. João VI] a pedir provisão para servir por tempo de três anos o officio de provedor da Fazenda da dita capitania. Ant. a 11 de outubro de 1748. [APES, PR, CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 3, doc. 69, CT:AHU-ACL-CU 007, cx. 3, doc. 287]

REQUERIMENTO do ouvidor da capitania do Espírito Santo, Joaquim José Coutinho Mascarenhas, à rainha [D. Maria I] a pedir provisão para servir o lugar de provedor da Fazenda Real da capitania do Espírito Santo. Anexo: documentos comprovativos. Ant. a 16 de outubro de 1786. [APES, PR, 2 docs. 5 fls., CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 5, doc. 22 CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 5, doc. 400]

REQUERIMENTO do ouvidor da capitania do Espírito Santo, Manoel Carlos da Silva Gusmão, ao rei [D. José I] a pedir provisão para com o dito lugar servir junto e inteiramente o de provedor da Fazenda Real. Anexo: documentos comprovativos. Ant. a novembro de 1776. [APES, PR, 2 docs. 3 fls., CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 4, doc. 79 CT:AHU-ACL-CU-007 cx. 4, doc. 371]

REQUERIMENTO do ouvidor geral da capitania do Espírito Santo, Pascoal Ferreira de Veras, ao rei [D. João V] a pedir provisão para que se tire a sua residência. Ant. a 14 de maio de 1744. [APES, PR CTA:AHU-Espírito Santo, cx. 3, doc. 12 A CT:AHU-ACL-CU-007, cx. 3, doc. 243]

RESOLUÇÃO de 3 de julho de 1833 - Aprova a nova organização da Guarda Nacional da cidade de Vitória e da vila do Espírito Santo. *In Coleção das Decisões do Império do Brasil de 1833*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional. 1873 p 291. [FBN, DPS, 5 434,01,26]

RESOLUÇÃO de Consulta do Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação de 3 de abril de 1819. Sobre a descoberta do bicho-de-seda do país, na vila de Vitória, pro-

- víncia do Espírito Santo. In *Coleção de Leis do Brasil de 1819*. Decisões. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. p 9. [FBN, DPS. 5, 434,01,07].
- RESOLUÇÃO presidencial do 1º de fevereiro de 1836. In VASCONCELOS, J. M. P. de. *Compilação*.
- RESUMO das obrigações que têm as irmandades desta capital. 1853, Capítulo XIII. [Centro de Documentação da Arquidiocese de Vitória, Livro 6]
- ROCHA, Levy. *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo*. 3. ed. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura / Arquivo Público do Espírito Santo, 2008 [APES, BD]
- ROCHA POMBO, José Francisco da. *História do Brasil* (ilustrada). Rio de Janeiro: J. Fonseca Sarai-va e Cia Editores, s/d. 10 volumes. [IHGB, 148, 7. 2-4]
- RÖWER, Frei Basílio. *O Convento de Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo*. 2. ed. Vila Velha, 1965.
- RUBIM, Francisco Alberto. *Memórias para servir à história até o ano de 1817 e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo*. Lisboa, Imprensa Nevesiana, 1840. Biblioteca Digital do APES. <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>. Acesso em 02/11/09.
- RUBIM, Braz da Costa. *Memórias históricas e documentadas da província do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Tipografia de D. Luís dos Santos, 1861. http://books.google.pt/books?id=Fj8bAAAAYAAJ&dq=br%C3%A1s+da+costa+rubim&printsec=frontcover&source=bl&ots=81yEeff8If&sig=-WQpTe6lMQxs-4xfjFtnkWuvXnM&hl=pt-BR&ei=ZfsfS4zmJciWlAfJrsWMDA&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=1&ved=0CAgQ6EwAA#v=onepage&q=&f=false. Acesso em 28/10/09.
- _____. Notícia cronológica dos fatos notáveis da história da província do Espírito Santo desde o seu descobrimento até a nomeação do governo provisório. In *RIHGB*, 1856, 19:336-348.
- SACRAMENTO BLAKE. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1855. v. 3: <http://www.archive.org/stream/diccionariobibl00blakgoog#page/n26/mode/1up>. Acesso em 02/11/09; v. 6: <http://www.archive.org/stream/diccionariobibl06blakgoog#page/n9/mode/1up>. Acesso em 02/11/09.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1974.
- SALETTTO, Nara. *Donatários, colonos, índios e jesuítas. O início da colonização do Espírito Santo*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. 102 pp.
- SALVADOR, Frei vicente do. *História do Brasil*. 1627, tomo I. <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000038.pdf>. Acesso em 10/10/09.
- SALVADOR, José Gonçalves. *A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos-novos*. Vitória: Secretaria de Produção e Difusão Cultural / Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento Estadual de Cultura, 1994.
- SERRANO, J. (Sacerdos Magnus). Depois da morte de Anchieta. In *RIHGES*, Vitória, 1935, 8:82-86.
- SILVA, José Garajau. Domingos Martins. Palavras proferidas pelo consócio José Garajau da Silva, junto ao busto de Domingos José Martins, dia 12 de junho de 1986. In *RIHGES*, Vitória, 1987/88, 38:95-7.
- PONTES, Manoel José Pires da Silva. Extratos de uma viagem feita à província do Espírito Santo (25 de fevereiro a 31 de março de 1812). In *RIHGB*, 1839, 1:345-8.
- SIQUEIRA, Francisco Antunes de. *Memórias do passado: a Vitória através de meio século* (estudo e notas de Fernando Achiané). Vitória: Florecultura / Cultural-ES, 1999. 128p.
- SOBRE a edificação do último quartel na estrada aberta desta então capitania à de Minas Gerais, e a que foi dado o nome de Souzel, nas divisas de uma e outra capitania, e ao sul da mesma (1816). Compilação de Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, 6, n. 2]
- SOBRE o que escreveu José Gonçalves de Oliveira, capitão da capitania do Espírito Santo, acerca das dúvidas que teve com o donatário dela, Francisco Gil de Araújo e oficiais da comarca. [IHGB, Conselho Ultramarino, 1676, 22:20]
- SOLICITAÇÃO do secretário da Assembleia Legislativa Provincial para que sejam convocados os suplentes dos deputados que não compareceram. 3 de fevereiro de 1835. [PMV, AGMV, caixa de ofícios recebidos em 1835, caixa n. 7]
- SONETO (cópia) recitado perante o bispo José Caetano da Silva Coutinho, ao chegar pela primeira vez à capitania em visita episcopal no mês de outubro de 1812. In *Vários documentos relativos à província do Espírito Santo (1679-1822)* [IHGB, lata 121, doc. 5, doc. 10, n. 6]
- SOUTHEY, Roberto. *História do Brasil* (traduzida por Luís Joaquim de Oliveira e Castro, anotações do cônego J. C. Fernandes Pinheiro). Tomos I e II, Rio de Janeiro: Garnier, 1862. [BPES]

- SOUZA, Pero Lopes de. Diário da navegação de Pero Lopes de Souza de 1530 a 1532. In *RIHGB*, 1861, 24:9-111.
- SOUZA, Augusto Fausto de. Fortificações no Brasil – província do Espírito Santo, *RIHGB*, 1885, 48, II, p. 98-100.
- SOUZA, Luciene Pessotti. *Sagrado e estratégia. O Sagrado como estratégia da Companhia de Jesus na construção do espaço urbano da vila de Nossa Senhora da Vitória*. 2000. (Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- _____. *Vila da Vitória: posse e defesa territorial no Brasil colônia*. In <http://revistas.ceurban.com/numero6/artigos/lucienepessottidesouza.htm>. Acesso em 19/08/2009.
- _____. *A geopolítica do Sagrado. A participação da Igreja Católica na conformação urbana da vila da Vitória, ES (Século XVI ao XIX)*. (Tese de doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.
- STANGE Júnior, Alberto. *100 anos de Santa Leopoldina*. In *RIHGES*, Vitória, 1987/88, 38:43-8.
- STENZEL, Pe. Ponciano dos Santos. O apóstolo do Brasil. In *RIHGES*, Vitória, 1935, 8:86-90.
- TERMO de batismo e procuração para ser batizado o inocente Rodrigo, filho legítimo do governador da capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes Leme (1800). Compilação feita por Basílio Daemon. [IHGB, lata 121, doc. 5, n. 11]
- TESTAMENTO de Vasco Fernandes Coutinho Filho. Lisboa, 19 de abril de 1573. In FJSN, *Espírito Santo: documentos*, v. 1, p. 26. [código 44-XIV-6, folha 68]
- TRASLADO da provisão criando a vila de Guarapari, em 1679. In FJSN, *Espírito Santo: Documentos*, v. 2, p. 54-8.
- TSCHUDI, Johann Jakob von. *Viagem à província do Espírito Santo – Imigração e colonização suíça, 1860*. Edição comemorativa aos 148 anos da imigração suíça no Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2004.
- VALLE, Debora Alice Marques. *Jornais e relatórios de presidentes de província, ES, em microformas: catálogo*. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 1986.
- VASCONCELOS, Inácio Acióli de. *Memória estatística da província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. (Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé, 85 pp. APE, BD, <http://www.ape.es.gov.br/pdf/Memoria%20Statistica%20Ignacio%20acciolli%201828.pdf>. Acesso em 02/11/2009.
- VASCONCELOS, João José de Sepúlveda e. *Carta da província do Espírito Santo com parte da província de Minas que lhe está adjacente*. Rio de Janeiro: Lit. Imperial de Rensburg, 1856. [FBN, DC, ARC. 028,12,012]
- VASCONCELOS, José Marcelino Pereira de. *Ensaio sobre a história e estatística da província do Espírito Santo*. Vitória: Tipografia P. A. D’Azeredo, 1858. 254 pp. http://books.google.com.br/books?id=d3ECAAAYAAJ&pg=PP6&pg=PA222&ots=t1WVrTz-1b&dq=Ensaio+sobre+a+Hist%C3%B3ria+e+Estat%C3%ADstica+da+prov%C3%ADncia+do+esp%C3%ADrito+Santo:+Jos%C3%A9&output=text#c_top. Acesso em 02/11/09.
- _____. *Compilação da legislação da província do Espírito Santo, desde o ano de 1835 até o presente: 1835-1860* (Mandada fazer pelo Exmo. Sr. presidente da dita província, o Dr. Pedro Leão Vellozo). Vitória, 1860.
- VASCONCELOS, Simão de. *Vida e obra do venerável padre José de Anchieta*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. 2 v. [Acessível na BPES]
- VILLIERS de L’Isle d’Adam, J., visconde de. *Carta topográfica e administrativa da província do Espírito Santo*. 1850. Impresso colorido com noções estatísticas, papel canson telado. [AHEX, Série Sudeste, Sub-série, Espírito Santo, loc., 06.02.1185]



ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

- p. 005** Folha de rosto da primeira edição de *Província do Espírito Santo*, publicada em 1879.
- p. 108 e 109** Traslado do foral da capitania do Espírito Santo, de que é capitão Vasco Fernandes Coutinho.
- p. 117** 1549: Folha de rosto e página inicial de uma das cartas do padre Nóbrega.
- p. 130** 1558: Primeira página da *Carta de Vasco Coutinho ao governador geral do Brasil, de Ilhéus*, em 22 de maio de 1558.
- p. 150** 1588: Primeira página do testamento de Vasco Fernandes Coutinho Filho, Lisboa, 19 de abril de 1573.
- p. 172** Carta régia do rei (D. João IV) a ordenar, em atenção aos serviços prestados que o capitão-mor da capitania do Espírito Santo, João Dias Guedes, permaneça no dito posto, Lisboa, 10 de setembro de 1641.
- p. 175** Certidão (traslado) de Domingos de Azeredo Coutinho sobre a jornada das esmeraldas a que foi incumbido, Lisboa, 23 de outubro de 1646.
- p. 183** Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre o que escreve o donatário da capitania do Espírito Santo, Francisco Gil de Araújo, acerca do bom estado e das obras que tem efetuado na dita capitania. Lisboa, 16 de outubro de 1683.
- p. 207** Carta do [vice-rei e governador-geral do Estado do Brasil, conde de Sabugosa], Vasco Fernandes César de Menezes, ao rei [D. João V], a informar do envio de carretas, munições e da nomeação do capitão engenheiro da cidade da Bahia, Nicolau de Abreu de Carvalho, e um ajudante para defesa da capitania do Espírito Santo, Bahia, 6 de junho de 1726.

- p. 209** Criação da Ouvidoria do Espírito Santo, 15 de janeiro de 1732. Conforme este documento, o primeiro a ocupar o cargo foi Pascoal Ferreira de Veras, que tomou posse em Vitória a 4 de outubro de 1741.
- p. 227** Caldas, José Antônio (capitão). *Planta e fachada do Forte de Nossa Senhora do Monte do Carmo*. Bahia, 4 de janeiro de 1766. Acervo do Arquivo Histórico do Exército. [AHEX]
- p. 229** Caldas, José Antônio. *Planta topográfica que mostra em ponto maior a ilha do Boi que forma a barra principal do rio do Espírito Santo*. 1767. [AHEX]
- p. 231** Caldas, José Antônio. *Planta, perfil e fachada que mostra em projeto a fortaleza que se pretende edificar na cabeça da ilha do Boi*. Bahia, 4 de janeiro de 1767. [AHEX]
- p. 256** Página do processo de Brás Gomes de Sequeira.
- p. 272** Wied-Neuwied, Príncipe Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Soldados de Linhares com suas mochilas.
- p. 290** Decreto de 20 de outubro de 1817 – Regula o corte de pau-brasil, na província do Rio de Janeiro e capitania do Espírito Santo.
- p. 388** *Jornal A Regeneração*.
- p. 398** Ofício de Assembléia Legislativa: Elogio ao desempenho da sociedade filantrópica [Santa Casa da Misericórdia] durante a epidemia de *cholera-morbus*. 22 de julho de 1856.
- p. 408** *Jornal A Liga*.
- p. 414** La Martinière, E. *Carta corográfica da província do Espírito Santo*. Fevereiro de 1861. [FBN]
- p. 417** *Jornal O Amigo do Povo*.
- p. 419** *Jornal O Liberal*.
- p. 421** Mouchez, M. E. *Plan de la baie de Espírito Santo et du port de Victoria*. 1863. [AHEX]
- p. 427** *Jornal O Itabira*.
- p. 432** Krauss, Carlos. *Mapa geral das colônias de Santa Leopoldina, Santa Isabel e Rio Novo na província do Espírito Santo*. 1866. [AHEX]
- p. 433** Krauss, Carlos. *Mapa geral da província do Espírito Santo relativo às colônias e vias de comunicação*. 1866. [AHEX]
- p. 439** *Jornal O Cidadão*.
- p. 487** *Jornal Gazeta do Comércio*.
- p. 502** *Jornal Eco dos Artistas*.
- p. 511** *Jornal Sete de Setembro*.

Carta de Sacramento Blake ao IHGB na qual menciona documentos que Basílio Daemon desejava oferecer ao Instituto por ocasião de sua admissão como sócio. 9 de março de 1890.

Carta de Sacramento Blake ao IHGB na qual menciona documentos que Basílio Daemon desejava oferecer ao Instituto por ocasião de sua admissão como sócio. 9 de março de 1890.

Caro Collega e Sr. D. Siqueira de
Almeida. 3

Não posso ir à leitura de hoje,
tente de hoje, como tanto desejo,
porque perdi minha carteira e
já amanhã, que é o dia da reunião,
poderei saber. Entretanto, per-
ço-me que me dêem os nomes dos
Sr. Roberto, ou do Sr. Luciano
a carta que me foi dada, que recebi do
Espírito Santo, para que não per-
ca os documentos importantes
e a nossa história que, há mui-
tos, o Basílio Daemon quer oferecer
ao Instituto, e se quiserem ser ap-
rova de mais. Não sei se em
algum caso o possam sobre
sua admissão.

Leandro de Almeida

9 de março
1890. J. Blake



APÊNDICES

Carta em que Daemon agradece ao IHGB a aceitação de seu nome como novo sócio. 14 de novembro de 1890.

Mestres Cidadãos

Recebido de reconhecimento, pela aceitação de minha candidatura para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, as vossas ordenações e diplomas que me conferem tão honroso título, e que me recompensam de minhas investigações sobre a história pátria, e das simples composições litterarias e scientificas, publicadas em livros e jornais, que por elle correm o mundo das litteras, assim julgando-me bastante compensado por 60 annos de idade, dos labores litterarios a que me tenho entregado durante a vida de minha vida publica, e de, no entanto, o premio a reconhecer, que a benevolencia do título de sócio do Instituto Historico, me torna acauchasissimo perante aquelles que tiveram e tem o nome de Visconde de Porto Seguro, Joaquim Norberto de Souza e Silva, Pedro Puhion, Conde de Sarmaria Barbosa, Visconde de Porto Alegre, Conde Fernando Pereira, General Almeida Mattos, Visconde de S. Leopoldo, Barão de Camarão de Helle Franklyn Tavora, Visconde de Helle, Visconde de Beaupre de Nham, Conde de José Mauricio, Theodor Rafford, Visconde de Almeida, João Lourenço de

Fonseca, Abachado de Oliveira, Sacramento Pêlo, Conde de Alencar Araújo, Conde de Albuquerque, José Hygino Duarte Pinheiro, Gonçalves Dias, e tantos outros distinctos consocios, que não se esmeram a trabalhos e estudos a fim de enriquecer a historia patria; investigando e passando nossos archivos, bibliothecas e secretarias, buscando a luz da publicidade o fructo de suas descobertas, analysando e criticando o necessario, desvendando, assim, o nimbo historico, em que se achava empedido o Pararil, e de que a prova autentica de suas descobertas os 5 volumes de Annuaire publicados pelo Instituto, e que possuo.

Grato, pois, a subida e distincta honra, e a que fui distinguido, permita-me o illustre cidadão que preside os trabalhos do Instituto Historico, e mais dignos consocios de tão conspiciua associação, que neste Estado, onde reside a alguns annos, offereça os meus serviços em prol de tão elevada desiderium, como seja o de investigações historicas e geographicas, permitindo-me ainda, nesta occasião, que offereça tambem ao Instituto, os manuscritos originaes, authenticos autographos que junto envio, tendentes a factos e causas neste Estado, e de que acompaña uma relação descriptiva de seu valor historico, enviando em seguida mais outros que ainda possuo e de igual utilidade.

Aceto, finalmente, o illustre cidadão, digno Presidente do Instituto Historico, a

minha sincera homenagem de considera-
ção, como tributo áquella que é, e tem sido,
um dos pontos sustentáculos de tão útil
instituição

Victoria, 14 de Novembro de 1890

Ao Illustrado Cidadão Com.^{do} Joaquim Nor-
berto de Sousa e Silva

M. D. Presidente do Instituto Histórico
& Geographico Paravileiro

Parisio Karvatho Dacmon
Natural de Capital Federal

Carta de Damon remetendo ao IHGB um conjunto de documentos sobre
o Espírito Santo por ele organizado. 30 de dezembro de 1890.

Illustrado Sr. Com.^{do} Joaquim Norberto
Victoria, 30 de Dezembro de 1890

Tenho a honra de enviar ao Instituto
a breve remessa de documentos que pos-
suo, acompanhando uma relação des-
criptiva de seu valor historico, alguns
d'elles mim copiados das proprias originaes
a que no final da copia me reporta
Trei enviando outros á preparação
que os fôr copiando, ou das originaes,
ou das copias que possuio.

Sem outro motivo a que possa estar
ser esta carta officio, sou

D. N. G.ª

Att. Att. Comprovinciano Att.

Parisio Karvatho Dacmon

Vários documentos relativos à província do Espírito Santo: 1679 a 1822.⁸⁴⁷

n. 6

Soneto recitado perante o bispo D. José Caetano da Silva Coutinho ao chegar pela primeira vez à capitania em visita episcopal no mês de outubro. (1812)

Mote

Parabéns eu vos dou capitania

Glosa

Rompeu-se duma vez a nuvem escura,

Apareceu o céu todo luzente,

Saltando o povo de contente,

Não sabe donde vem tanta ventura!

* * *

Quereis saber, senhores? É criatura

Que do céu nos veio de presente,

Para alívio da pátria, pois descontente

Jazia na tristeza e amargura.

* * *

.....

.....

.....⁸⁴⁸

* * *

Batei palmas, patrícios, com alegria,

É o príncipe da Igreja que chegou,

Parabéns eu vos dou, capitania.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

847 Alguns documentos que compõem conjunto organizado e compilado por Basílio Daemon e por ele enviado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde atualmente se encontra. [lata 121, doc. 5]

848 Nota de Basílio Daemon: No original muito dilacerado, e que me foi cedido pelo nonagenário [em 1878] Francisco das Chagas Vidigal, que assistiu ao incêndio do Colégio dos Jesuítas. Faltava o primeiro terceto.

n. 7

Registro da carta de fundação da vila de Guarapari, na província do Espírito Santo, copiada do Livro de Registro da Câmara Municipal daquela vila. 1679.

Bendito e louvado seja o Santíssimo Sacramento no céu e na terra. Amém.

Registro de provisão que passa o senhor governador e donatário desta capitania, Francisco Gil de Araújo, do estabelecimento da vila, na invocação de Nossa Senhora da Conceição; fidalgo da Casa de Sua Alteza, como donatário perpétuo governador da capitania do Espírito Santo etc. Faço saber aos que esta minha carta de fundação da vila de Nossa Senhora virem, que, por parte dos moradores do distrito de Guarapari me foi apresentada uma petição em que me pediam, que conforme a minha doação e faculdade que Sua Alteza foi servido a dar-me para vilas, mandei fundar uma na barra do rio Guarapari que é navegável de navios porquanto viviam muitas léguas distantes das igrejas, em ruins passagem de rios, por esta causa morriam algumas pessoas sem confissão, padeciam grandes faltas dos sacramentos, tendo em consideração ao grande serviço que faz Deus Nosso Senhor e a Sua Alteza no aumento da capitania, houve por bem mandar levantar pelourinhos e dar termos e jurisdição, liberdade e exercício de vila, segundo foram o costume do Reino de Portugal e lhe concedo seis léguas de termo, que começaram da Ponta da Fruta para o sul, pelo que mando ao ouvidor desta capitania que na dita vila faça eleição aos juizes e vereadores que hão de servir este ano, conforme as leis do Reino, para firmeza do que, mandei passar, sobre meu sinal e selo de minhas Armas, que se guardará no Cartório da Câmara, e se registrará no livro dela para que conste da fundação da vila. — Dada na vila da Vitória e capitania do Espírito Santo, no primeiro dia do mês de janeiro. — Manoel E. Fr. Ferreira a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil seiscentos e setenta e nove. — Francisco Gil de Araújo.

Carta da fundação da vila de Nossa Senhora da Conceição do Rio Guarapari, que Vossa Senhoria houve por bem mandar fundar, como nela se declara. — Para Vossa Senhoria ver. — Selo. — Traslado da carta de fundação. — Eu Estêvão Fr. S. Jau Silva, escrivão da Câmara desta vila de Nossa Senhora da Conceição. — Pelo donatário e governador perpétuo dessa, o senhor Francisco Gil de Araújo. Trasladei bem e fielmente do próprio original a que me reporto, em tudo e por tudo que em meu poder e

Cartório da Câmara ficasse. Bem e na verdade sem causa que dúvida faça, esta como própria, corri e consertei com o oficial de Justiça abaixo assinado, que depois do conserto em fé de que me assinei do meu sinal costumado que tal é. E comigo consertei. — Vila da Conceição, 1º de março de mil seiscentos e setenta e nove anos. — Estêvão Fr. S. Jau Silva. — Comigo escrivão da Ouvidoria Antônio de Souza Júnior. — Consertado por mim escrivão da Câmara Estêvão Fr. S. Jau Silva.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

n. 8

1696. Carta patente dada ao capitão de Infantaria, Francisco de Albuquerque Teles, e por el-rei D. Pedro, em que se provia[m] seus serviços na ilha do Funchal e na capitania de Cabo Frio, dando dela notícias históricas de muito valor.

Dom Pedro, por graça de Deus, rei de Portugal, dos Algarves, daquém e dalém mar em África, senhor de Guiné, da conquista, navegação, comércio da Etiópia, Arábia, da Pérsia, etc. Faço saber aos que esta minha carta patente virem que havendo respeito a Manoel Garcia Pimentel, donatário da capitania do Espírito Santo, do Estado do Brasil, me houve (ou me haver)...(*)⁸⁴⁹ da forma das minhas armas e seus brasões bem sujeitos, e havendo eu consideração a Francisco de Albuquerque Teles, me haver servido na ilha do Funchal, desde o ano de seiscentos e oitenta e dois no posto de capitão de Infantaria, por patente de D. João de Saldanha, acudindo aos rebates e mais exercícios de guerra, com grande cuidado, e sendo por mim provido no posto de capitão da capitania de Cabo Frio, por tempo de três anos o exerceu com todo o zelo e satisfação sem alguma queixa do seu procedimento, conservando aqueles moradores na sua quietação, obrigando-os com afabilidade a consertar em muitas casas fazendo mesmo uma enseada no rio Aaguaru à sua custa e dos moradores por donde navegam algumas rocas...⁸⁵⁰ mantimentos, em razão do canal ser apertado e haverem algumas vezes perigado lanchas e canoas, fazendo também uma casa na barra da cidade para guarda e defesa da terra aonde se recolhessem os soldados e sucedendo lançar gente em terra uma nau de piratas no sí-

849 Notas de Basílio Daemon: Este sinal e pontuado significam não existir a palavra no original, estando intraduzível.

850 Nota de Basílio Daemon: A nota e pontuação demonstram falta de palavra no original.

tio da *Praia Grande* foi pessoalmente com os moradores e índios à distância de três léguas, com grande risco de vida havendo-se com tal valor e disposição que aprisionou a lancha com oito que remeteu ao governador do Rio de Janeiro, procedendo da mesma maneira na diligência de prender criminosos que dele merecesse[m] etc., obrando em tudo com bom procedimento, e que espero do dito Francisco de Albuquerque Teles que da mesma maneira procederá daqui em diante em tudo o que for encarregado de procedente, conforme a confiança que faço de sua pessoa. Hei por bem e me praz de o prover e nomear como pela presente patente o nomeio para capitão da dita capitania do Espírito Santo, para que sirva por tempo de três anos, e assim e da maneira que aqueles seus antecessores, com o qual o houvera ordenado, que lhe sirva e gozará de todas as honras, privilégios, atenções, franquezas e liberdades de que tem respeito do dito posto lhe tocarém. Pelo que mando ao meu capitão-general do Estado do Brasil lhe dê a posse do dito posto e lhe deixe de posse pelo tempo de três anos, na forma das obrigações e juramento em minha Majestade, na forma tomada nesta minha carta patente, que por firmeza das regalias vai por mim assinada e selada com o selo grande das minhas armas, contanto que o dito Francisco Albuquerque Teles na mesma capitania do Espírito Santo me fará por ele preito e homenagem nas mãos do dito meu governador capitão-general do Estado do Brasil segundo costume da lei e direitos de que apresentará certidão da Secretaria daquele Estado e no que pagar novo direito por dar fiança no livro dela e pagar os direitos que dever desta minha carta patente ao seu conhecimento em forma, registrado no mesmo livro à folha 52 etc. da cidade de Lisboa aos dezesseis dias do mês de março. Felipe da Silva a fez. Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1696. O secretário André Lopes de Souza a fez escrever. — El-rei. — Conde de Alvar

* * *

Trasladado do Livro de Registro que remeti ao Instituto, concernente a nomeações e outros atos do tempo dos donatários Francisco Gil de Araújo e Manoel Garcia Pimentel, dos séculos XVII e XVIII.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

n. 9

1821. Eleição de deputados por esta província às Cortes Portuguesas, de conformidade com a ata da eleição.

Nesta vila da Vitória, cabeça da comarca, e província do Espírito Santo, aos vinte dias do mês de setembro do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e um, no consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento, estando reunidos os ilustríssimos senhores presidente, o coronel João Antônio de Barcelos Coutinho e mais eleitores da comarca, que formam a Junta Eleitoral da província, o sargento-mor Manoel Joaquim Prestes, o capitão Francisco Pinto Homem de Azevedo, João Batista de Souza Cabral, o padre Domingos Ribeiro da Costa, Manoel Pinto Neto Cruz, o padre Manoel de Freitas Magalhães, o reverendo vigário José Nunes da Silva Pires disseram perante mim escrivão, abaixo assinado, e das testemunhas João de Almeida Pereira e Joaquim de Oliveira Mascarenhas para o mesmo fim chamados, que havendo-se procedido, em conformidade do decreto de 7 de março e das instruções ao mesmo juntas, à nomeação dos eleitores das paróquias da comarca, com todas as solenidades prescritas nas ditas instruções, como consta das certidões em original presentes; reunidos os sobreditos eleitores da comarca da província do Espírito Santo no dia vinte de setembro do presente ano, tinham feito a nomeação dos deputados que em nome e representação desta província devam achar-se nas Cortes, e que por esta província foram eleitos para deputados a saber: para deputado proprietário o ilustríssimo senhor Dom Fortunato Ramos dos Santos, natural desta vila, lente da Universidade de Coimbra e para deputado substituto o ilustríssimo senhor José Bernardino Pereira de Almeida Batista, natural da vila de São Salvador de Campos, juiz de fora das vilas de Santo Antônio de Sá e Magé, como consta do termo exarado e assinado pelos sobreditos senhores eleitores, que em consequência eles oblargam a ambos em geral e a cada um em particular poderes amplos para cumprir e desempenhar as urgentes funções que lhe são cometidas e para que os mesmos deputados como representantes da Nação Portuguesa possam proceder à organização da Constituição política desta monarquia, mantida a religião Católica, Apostólica Romana e a dinastia da sereníssima Casa de Bragança, tomando por bases fundamen-

tais as da Constituição da monarquia espanhola com as declarações e modificações que forem apropriadas às referentes circunstâncias destes reinos; contanto porém que estas modificações e alterações não sejam menos liberais, e ordenando tudo o mais que entenderem, que condiz ao bem geral da nação, e que eles *obtores* se obrigaram por si e em nome de todos os moradores desta província em virtude das facultades, que lhe são concedidas, como eleitores para este fim nomeados, a ter por firme e valiosa, e obedecer e cumprir e guardar tudo quanto os ditos deputados das Cortes fizerem, e por eles for decidido, conforme as instruções e ordens respectivas, assim o disseram e *obtores* presentes as testemunhas adiante nomeadas, que aqui assinaram com os *obtores* de que dou fé. — E eu José Bernardino Ribeiro, escrivão que o escrevi e em fé do referido assinei.

João Antônio de Barcelos Coutinho, presidente
Miguel Joaquim Prates
Francisco Pinto Homem de Azevedo
Julião Batista de Sousa Cabral
Manoel Pinto Nero Cruz
O padre Domingos Ribeiro da Costa
O padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte
José Nunes da Silva Pires (vigário de Guarapari)
O padre Manoel de Freitas Magalhães
João de Almeida Pereira
Joaquim de Oliveira Mascarenhas
José Bernardino Ribeiro (escrivão)

* * *

Traslado do livro de eleições tal e qual está exarado.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

n. 10

Ofícios reservados do príncipe regente D. Pedro I ao governo provisório e ao comandante das Armas desta província, recomendando para haver todo o cuidado nas propostas e nomeações de militares e funcionários públicos, daqueles somente que aderissem à causa da Independência do Brasil, que então se tramava e de que eram sectários os membros do governo provisório. 1822.

[1]

Convindo nas atuais circunstâncias que os empregos e postos militares sejam ocupados por pessoas que além de outras partes tenham especialidade os mais firmes sentimentos de adesão à causa do Brasil, manda o príncipe regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, que a Junta Provisória do governo da província do Espírito Santo recomende positivamente ao comandante das Armas dela, que em todo o caso de informação, tenha sempre em vista como requisito essencial e objeto em que interessa à causa pública deste reino o exame e conhecimento dos sentimentos dos pretendentes, informando sobre este objeto com a mais escrupulosa individuação.

Palácio do Rio de Janeiro, 21 de junho de 1822. — Joaquim de Oliveira Álvares. — Cumpra-se e registre-se. — Vitória, 9 de julho de 1822. — Nunes.

[2]

Sendo nas atuais circunstâncias indispensável conhecer escrupulosamente as pessoas que se votam com sinceros sentimentos a favor da causa sagrada da reunião e independência do Reino do Brasil, pelos quais se tornarão mais dignos de qualquer emprego público; manda Sua Alteza Real, o príncipe regente, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, que o Governo Provisório da província do Espírito Santo, quando tiver de informar sobre a justiça de qualquer pretensão, informe também sobre a adesão do pretendente à referida causa da união e independência deste Reino. E há outrossim por bem, que o mesmo Governo faça constar reservadamente às diferentes autoridades esta real determinação, para que igualmente a executem nas informações que fizerem subir a Sua Alteza Real.

Palácio do Rio de Janeiro, em 27 de junho de 1822. – José Bonifácio de Andrade e Silva. – Cumpra-se e registre-se. – Vitória [...] de julho de 1822. - Nunes

n. 11

Termo de batismo e procuração para ser batizado o inocente Rodrigo, filho legítimo do governador da capitania do Espírito Santo, Antônio Pires da Silva Pontes Leme. 1800.

Aos 23 dias de novembro de 1800, nesta vila de Nossa Senhora da Vitória, no Colégio de São Tiago,⁸⁵¹ pelos santos óleos ao senhor Rodrigo, nascido na cidade da Bahia e nela batizado *in extremis* pelo reverendo Fr. Miguel, missionário barbadinho, filho legítimo do ilustríssimo senhor Antônio Pinto da Silva Pontes Leme, governador desta *nova*⁸⁵² capitania e da ilustríssima senhora D. Caetana Herculana Malheiro, neto dos ilustríssimos senhores José da Silva Pontes de Carvalho, cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão-mor da cidade de Mariana e D. Mariana Dias Pais Leme, e pela materna dos ilustríssimos senhores Alexandre José de Souza Menezes, cavaleiro da Ordem de Cristo, moço da Câmara de Sua Majestade, e D. Ana Antônia Pereira Malheiro de Souto Maior, morgada de Fernandeira e Cartemil em Ponte de Lima, nascido, digo, aos 27 de outubro de 1799; assistiram a esta solenidade por procurações que tiveram da cidade de Lisboa o senhor doutor ouvidor geral desta capitania, do ilustríssimo e excelentíssimo senhor Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do Conselho de Estado, padrinho que era no batismo solene, cujo teor é o seguinte: “Dom Rodrigo de Souza Coutinho, do Conselho de Estado, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, etc., constituo meu bastante procurador ao senhor doutor ouvidor geral da capitania, para que em meu nome possa extrair da fonte baptismal a um filho do ilustríssimo senhor Antônio Pires da Silva Pontes Leme, governador da capitania do Espírito Santo, a este fim lhe concedo todos os poderes em direito necessários. — Lisboa, 9 de dezembro de 1799. — Dom Rodrigo de Souza Coutinho.”

O senhor capitão-mor das Ordenanças José Ribeiro Pinto, da ilustríssima e excelentíssima Senhora D. Maria Balbina de Souza Coutinho, senhora de Pancas, cujo teor é o seguinte: “Dona Maria Balbina de Souza Coutinho, senhora de Pancas, etc. Pela presente procuração, por mim assinada, dou poder ao senhor capi-

851 Na cópia de Daemon consta *Santo Iago*

852 Aqui Daemon destaca a palavra sublinhando-a.

tão-mor de Ordenanças da vila da Vitória, para que em meu nome possa elevar de sacra fonte um filho ou filha do ilustríssimo senhor Antônio Pires da Silva Pontes Leme, governador da capitania do Espírito Santo, e da ilustríssima senhora Dona Caetana, que para tudo lhe concedo todos os poderes que me são permitidos pelo sagrado Concílio de Trento. — Lisboa, 9 de dezembro de 1799. Dona Maria Balbina de Souza Coutinho.”

E não se continha mais coisa alguma nas referidas procurações, que fielmente aqui as copiei e de tudo para constar fiz este termo em que me assino. — Vigário José Pinto dos Santos.

* * *

Extraído do livro de batismos com visto dos dois bispos: D. José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelo Branco e D. José Caetano da Silva Coutinho.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

n. 12

Provisão de nomeação de Antônio Pacheco de Almeida, para o lugar de alcaide-mor da vila do Espírito Santo. 1707.

Manoel Garcia Pimentel, fidalgo da Casa de Sua Majestade, cavaleiro professo da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, governador e donatário *de jure* e herdade da capitania do Espírito [Santo]. Faço saber aos que essa minha provisão virem, que havendo respeito à qualidade, merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de Antônio Pacheco de Almeida, por haver servido com toda a boa satisfação a Sua Majestade, que Deus guarde, não os lugares de letras de grande satisfação, como ouvidor auditor geral da gente de guerra e juiz da Coroa e dos cavaleiros do Reino de Angola, mas também provedor da Fazenda Real do mesmo: donde passando a Pernambuco se ofereceu com efeito preparou com despesa considerável de sua fazenda, para levar muitos paisanos seus e cavalos para a conquista do gentio de Palmares, em companhia do senhor governador da mesma capitania Caetano de Melo Castro. E por esperar do dito Antônio Pacheco daqui por diante se haverá com a mesma satisfação e dará boas contas de tudo o que lhe for encarregado do serviço do dito senhor e dos daquele castelo e praça da mi-

nha capitania, se haverá mui com...⁸⁵³ a grande confiança que de seu procedimento e qualidade lhe faço. Hei por bem de o nomear e eleger, como por esta o nomeio e elejo ao dito Antônio Pacheco, para o lugar de alcaide-mor da vila do Espírito Santo, cabeça e comarca da capitania do mesmo nome, de que sou donatário, que logrará em sua vida e quando faltar a seus herdeiros, se Sua Majestade não mandar o contrário...⁸⁵⁴ o tal posto; possuirá o que diretamente lhe tocar pela disposição da Ordenação do Reino que é prometido aos alcaides-mores dele, sem diminuição do Reino, digo, sem diminuição alguma por fazer a este provimento em virtude da faculdade que aquele senhor concede no foral das ações da mesma capitania de que outros gozavam das graças, honras, privilégios, liberdades, atenções e franquezas que lhe pertencia[m]: pelo que ordeno e mando aos...⁸⁵⁵ e a todos que forem seus subordinados em razão de tal posto de alcaide-mor, o obedçam, cumpram e guardem suas ordens, sem dúvida, embargo, ou contradição alguma, como o devem fazer e são obrigados. E ao capitão-mor que agora é, e adiante for, o tenha e o reconheça por tal e da mesma maneira aos oficiais maiores e menores da dita mesma capitania e ouvidor e mais oficiais da Câmara que dêem ao sobredito Antônio Pacheco de Almeida posse de alcaide-mor da dita vila do Espírito Santo e o juramento na forma do estilo e lhe deixem e façam contribuir com todos e quaisquer...⁸⁵⁶ e percalços que diretamente lhe pertencerem e fazer os provimentos que lhe tocarem de que se faça assento nas costas desta. E para firmeza de tudo lhe mandei passar e por mim assinada e selada com o sinete das minhas armas, que se cumprirá como nela se contém, e registre-se nos livros donde convier. Dada no Sergipe do Conde aos 24 dias do mês de dezembro de 1707 anos. (selo) Manoel Garcia Pimentel.

* * *

Traslada da do Livro de Registro que remeti ao Instituto, concernente a nomeações e outros atos do tempo dos donatários Gil Araújo e Garcia Pimentel dos séculos XVII a XVIII.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

853 Nota de Daemon: Esta nota significa que os lugares faltantes são de palavras [...] desapareceram.

854 Idem.

855 Idem.

856 Nota de Daemon: Esta nota equivale a demonstrar que no original desaparecera a palavra.

n. 13

Ata da eleição de membros da primeira Junta Provisória da província do Espírito Santo. 1822.

No primeiro do mês de março de mil oitocentos e vinte dois, nesta vila de Nossa Senhora da Vitória, cabeça da comarca da capitania do Espírito Santo, na paróquia da mesma, onde se achavam presentes os ilustríssimos eleitores paroquiais da província, abaixo assinados, para efeito de se proceder à eleição da Junta do Governo Provisório, e procedendo-se à mesma eleição com aquela solenidade de direito, saíram eleitos pela pluralidade de votos: [para] presidente o reverendo vigário da vila de Guarapari, José Nunes da Silva Pires, com sete votos; para secretário Luís Alves da Silva (de Azambuja Suzano), com onze votos; e para os três membros do mesmo Governo, primeiramente saíram empatados o capitão-mor José Ribeiro Pinto, com o capitão José Antônio de Moraes, cada um com quatro votos, e correndo segunda vez o escrutínio, saiu o capitão José Ribeiro Pinto, com oito votos, e o capitão José Antônio de Moraes, com seis votos, ficando por pluralidade de votos aquele membro; na mesma eleição saiu eleito o segundo membro Sebastião Vieira Machado, com cinco votos; e saiu mais um terceiro membro o capitão José Francisco de Andrade Almeida Monjardim, com cinco votos, e por pluralidade de votos foi este aprovado e os mais mencionados por todos os eleitores e Corporação da Câmara; com aplauso de todos os cidadãos que se achavam presentes. E de que, para constar fiz este termo, em que todos assinaram. Eu Luís da Fraga Loureiro, secretário da eleição o escrevi e como eleitor também assino.

João Antônio Pientznauer, juiz ordinário

Inácio Pereira de Amorim

José Alves Viana

Inácio Pinto Ribeiro

Francisco Caetano Simões

José Nunes da Silva Pires (vigário de Guarapari)

Manoel da Assunção Pereira (padre)

José Antônio de Moraes

Francisco Gonçalves dos Banhos

Manoel José Ramos

José da Rocha Coutinho

Vicente Pereira de Jesus

José Ribeiro Pinto

Francisco Ferreira de Quadros (padre)

Manoel Alves de Souza (padre)

Sebastião Vieira Machado

Francisco Ribeiro Pinto

Joaquim Gomes de Jesus (vigário de Nova Almeida)

Francisco Pinto Homem de Azevedo

Luís da Fraga Loureiro

* * *

Copiado do livro de atos de eleições.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon

n. 14

Documento autêntico da arrematação da fazenda de Araçatiba e diversas sortes de terras pertencentes ao capitão Manoel Bento da Rocha e tenente coronel Manoel Fernandes Vieira, que arremataram as ditas terras, que foram dos jesuítas, perante a Junta de Fazenda no Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1780, e que mais tarde foram em partilhas divididas. 1780 a 1838.

Recebeu o tesoureiro geral no impedimento do atual, em 5 de outubro de 1780, do capitão Manoel Bento da Rocha, e tenente coronel Manoel Fernandes Vieira, a importância da arrematação, que no tribunal da Junta da Real fazenda no Rio de Janeiro, fizeram em 30 de maio de 1780, da fazenda denominada Araçatiba; da quantia de 63:403\$480, e de como recebeu, assinou este conhecimento de recibo com Joaquim Francisco de Seixas Souto Maior, escriturário contador, que serviu de escrivão, por impedimento de João Carlos Correia Lemos. — Foi cumprido em 11 de outubro de 1780 pelo desembargador juiz intendente Carvalho, passando-se carta de arrematação.

Transitou na Chancelaria em 29 de novembro do citado ano de 1780.

Compõe-se a citada fazenda do engenho de Araçatiba de diversas sortes de terras:

Araçatiba

Araçatiba, onde é o casco da fazenda, e faz pião o morro também chamado Araçatiba, que para os quatro rumos do dito morro tem meia légua; confina com terras das Palmeiras, Jucu, Una, Camboapina e Cachoeira; vista e avaliada em 1:400\$0000; e o benefício da fazenda em 1:000\$000.

Cachoeira

Cachoeira principia na primeira cachoeira do rio Jucu e acaba correndo pelo mesmo rio abaixo, até onde finda a data de Antônio Gomes de Miranda, ou a Grande Jucuruaba, que tem duas léguas pela parte do sul e duas pela do norte do mesmo rio; confina pelo sul com terras de Araçatiba, e pelo norte, com terras de Cangaíba, Itapoca e parte de Piranema ou Santo Agostinho; vista e avaliada em 3:200\$000. Esta sorte de terras por falecimento de D. Ana Inácia da Silveira, veio a pertencer a seu marido, o tenente coronel Manoel Fernandes Vieira, e por falecimento deste declarou seu filho Joaquim José Fernandes, em qualidade de inventariante que não descrevia no inventário esta data por não subsistir, pois medindo-se a data de Antônio Gomes de Miranda se não achou existir mais terra alguma que houvesse pertencer à referida data da Cachoeira.

A medição que menciona parece ser a de composição e divisão das terras de Antônio Gomes de Miranda, entre o tenente coronel Manoel Fernandes Vieira e seu filho Joaquim José Fernandes, em 12 de outubro de 1797, pois outra não houve.

Jucuruaba

De Antônio Gomes de Miranda (ou a Grande Jucuruaba) principia no morro Betiriba, rio acima uma légua e do tal morro para o sul uma outra légua, e para o norte, meia légua, confina pelo norte oeste com terras de José de Anchieta Torquato Francisco da Silva, o padre Torquato Martins de Araújo e o capitão Francisco Xavier da Rocha, e pelo sul, com terras de Araçatiba, vista e avaliada em 1:400\$000.

Por falecimento de D. Ana Inácia da Silveira, veio a pertencer esta data a seus filhos, metade ao padre Manoel Fernandes Vieira e outra metade a Joaquim José Fernandes; por falecimento do primeiro, teve de pertencer a seu pai o tenente coronel Manoel Fernandes Vieira, que desta parte vendeu 392 braças ao capitão Antônio José

da Cunha, pegando do morro Betiriba ao valão de Ana Rangel. Falecendo este tenente coronel a parte restante se dividiu metade ao herdeiro Joaquim José Fernandes e a outra parte em três quinhões pelas herdeiras D. Vicência Maria, D. Joaquina Cunha, D. Ana Inácia da Silveira e D. Maria Joaquina da Natividade. Por morte de D. Vicência, veio a pertencer a seu neto Aires Vieira de Albuquerque Tovar.⁸⁵⁷ Falecendo D. Maria coube a seu neto José Peres de Oliveira. Falecendo D. Ana não instituiu herdeiros, e por isso teve a parte dela [de] ser distribuída pelas duas irmãs D. Vicência e D. Maria e o irmão Joaquim José Fernandes, que a esse tempo se achavam vivos.

Jucuna

Jucuna principia da barra do rio Araçatiba, correndo pelo rio Jucu acima, até o morro de Betiriba, com pouca largura e com fundos de uma légua para o sul, confronta com terras da mesma Araçatiba, e pelo leste com terras de Itaiá, Saco e Camboapina, e pelo oeste com terras de Jucuruaba: vista e avaliada em 600\$000. Esta data de terras foi adjudicada em pagamento de dívida ao capitão Antônio José da Cunha no inventário que se procedeu dos bens da finada D. Ana Inácia da Silveira, pelo juízo de órfãos, sentenciado em 2 de novembro de 1792. Por falecimento do mesmo capitão Cunha, teve de pertencer metade a sua mulher D. Vicência Maria Joaquina da Cunha, e a outra metade às suas três filhas D. Francisca Isabel da Cunha, D. Joaquina Inácia da Cunha Mascarenhas e D. Maria Madalena da Cunha; por morte desta última subdividiu-se a parte dela em cinco quinhões pelos seus cinco filhos: Aires Vieira de Albuquerque Tovar, Francisco Vieira da Cunha de Alvarenga Tovar (**), D. Josefina Maria Madalena da Cunha, José Diniz da Cunha Vieira e Antônio Benedito da Cunha Vieira. Por falecimento de D. Vicência Maria Joaquina da Cunha se tornou a dividir a parte dela por suas duas filhas D. Francisca e D. Joaquina, representando pela finada D. Maria os filhos desta. Entre estes irmãos dividiu-se a parte em quatro quinhões e não em cinco, como devia porque Aires Vieira desistiu da herança nesta data, a fim de dar-se-lhe o quinhão na sorte de terras de Antônio Gomes de Miranda. Por morte de Francisco Vieira instituiu por herdeiro de todos os seus bens o seu irmão Aires de Albuquerque Tovar. O quinhão pertencente à herdeira D. Josefina foi vendido em

⁸⁵⁷ Nota de Daemon: Alferes de linha e filhos naturais do governador Tovar, como já disse em outras notas.

1834 ao tenente coronel Manoel Vieira Machado, e no mesmo ano doou a José Silvério de Andrade. O quinhão pertencente a José Diniz da Cunha Vieira foi vendido a 18 de fevereiro de 1838 ao coronel Sebastião Vieira Machado. A herdeira D. Francisca Isabel da Cunha vendeu metade do que possuía nesta data a D. Isabel Pereira da Conceição em 8 de maio de 1838.

Camboapina

Camboapina principia no porto do mesmo nome, correndo o rio Jucu acima até chegar à barra do rio Araçatiba, meia légua e pelo caminho do sul tem uma légua, a atestar com terras das Palmeiras; parte pelo leste com terras do Capitão Rocha e pelo oeste com terras de Jucuna e Araçatiba, em que fica incluído o Saco aonde houve engenho de Itaicá; vista e avaliada em 1: 400\$000.

Esta data de terras, por falecimento de D. Ana Inácia da Silveira, pertenceu, metade a seu marido, o tenente coronel Manoel Fernandes Vieira, que a vendeu ao tenente coronel Bernardino Falcão de Gouveia, e a outra metade a sua filha, D. Vicência Maria Joaquina da Cunha.

Por falecimento do capitão Antônio José da Cunha, teve de pertencer metade a sua mulher D. Vicência e a outra metade as suas três filhas: D. Francisca Isabel da Cunha, D. Joaquina Inácia da Cunha Mascarenhas e D. Maria Madalena da Cunha. Por morte desta última subdividiu-se a parte dela em cinco quinhões pelos seus cinco filhos: Aires Vieira de Albuquerque Tovar, Francisco Vieira da Cunha de Albuquerque Tovar, D. Josefina Maria Madalena da Cunha, José Diniz da Cunha Vieira e Antônio Benedito da Cunha Vieira. Por falecimento de D. Vicência Maria Joaquina da Cunha, se tornou a dividir a parte dela por suas duas filhas D. Francisca e D. Joaquina, representando pela finada D. Maria os filhos desta. Entre estes irmãos dividiu-se a parte em quatro quinhões, e não em cinco, como devia, porque Aires Vieira desistiu da herança nesta data, a fim de dar-se-lhe o quinhão na sorte de terras de Antônio Gomes de Miranda.

Por morte de Francisco, instituiu este por herdeiro de todos os seus bens a seu irmão Aires Vieira de Albuquerque Tovar.

O quinhão pertencente à herdeira D. Josefina foi vendido em 1834 ao tenente coronel Manoel Vieira Machado.

Palmeiras

Palmeiras principia na costa onde o rio Una entra no mar e daí corre para o norte uma légua, e outra légua para terra a dentro; confina com terras de Araçatiba e vários heréus;⁸⁵⁸ vista e avaliada em 200\$000.

Esta data foi vendida pelo tenente coronel Manoel Fernandes Vieira, a Joaquim Gomes Pereira, em 29 de abril de 1782.

Ponta da Fruta

Ponta da Fruta principia correndo pela costa mar para terra, antes de chegar ao ribeiro Doce, aonde está uma ponte de terra alta chamada dos Cajus, donde para o sul se acha uma sesmaria de 2,003 braças para o sertão, cuja metade é de herança do cônego Quintal, como melhor consta dos títulos deste: vista e avaliada por 80\$000.

Betiriba ao Valão de Ana Rangel

Pertencente à data de Jucuruaba, foi vendido um quinhão de terras pelo tenente coronel Manoel Fernandes Vieira ao capitão Antônio José da Cunha, que declarou ser do morro de Betiriba ao Valão de Ana Rangel, e pela medição de composição e trato feito em 12 de outubro de 1797, mencionou na escritura ter este quinhão 392 braças.

Por falecimento do capitão Antônio José da Cunha teve de pertencer este quinhão de terras, metade a sua mulher D. Vicência Maria Joaquina da Cunha, e a outra metade às três filhas D. Francisca Isabel da Cunha, D. Joaquina Inácia da Cunha Mascarenhas e D. Maria Madalena da Cunha. Por morte desta última subdividiu-se a parte dela em cinco quinhões pelos seus cinco filhos, Aires Vieira de Albuquerque Tovar, Francisco Vieira de Albuquerque Tovar, D. Josefina Maria Madalena da Cunha, José Diniz da Cunha Vieira e Antônio Benedito da Cunha Vieira.

Por falecimento de D. Vicência Maria Joaquina da Cunha, retornou a dividir a parte desta por suas duas filhas D. Francisca e D. Joaquina, representando pela finada D. Maria as filhas desta.

Entre estes irmãos dividiu-se a parte da falecida D. Maria em quatro quinhões, e não em cinco, como devia, porque Aires Vieira de Albuquerque Tovar desistiu da he-

858 Herdeiros.

rança de seu quinhão de terras com o intuito de dar-se-lhe o quinhão na data de terras de Antônio Gomes de Miranda.

Falecendo Francisco Vieira da Cunha de Albuquerque Tovar instituiu por herdeiro de todos os seus bens o seu irmão Aires Vieira de Albuquerque Tovar.

A parte de terras, que possuía neste quinhão de terras a herdeira D. Josefina Maria Madalena da Cunha, vendeu-a em 1834, ao tenente coronel Manoel Vieira Machado.

n. 20

Provisão criando uma cadeira de primeiras letras na vila do Espírito Santo, a primeira que ali se estabeleceu no município. 1813.

D. João, por graça de Deus, rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, etc. Faço saber a vós governador da capitania do Espírito Santo, que atendendo à representação da Câmara da vila do Espírito Santo, que fizesse subir à minha real presença, e ao que se me expôs em consulta da mesa do meu Desembargo do Paço, com cujo parecer fui servido conformar-me por minha imediata resolução de 15 do mês passado; hei por bem criar na sobredita vila uma cadeira de primeiras letras com o mesmo ordenado que têm as outras iguais cadeiras da mesma comarca. O que mando participar-vos para que, pondo-a a concurso na forma das minhas reais ordens, seja, segundo as mesmas, provida por pessoa que for de melhor conduta e saber. – El-rei Nosso Senhor o mandou por seu especial mandado pelos ministros abaixo assinados, do seu Conselho e seus desembargadores do Paço. – João Pedro Maynard da Fonseca e Sá a fez escrever no Rio de Janeiro a 3 de agosto de 1818. – Bernardo José Souza Lobato a fez escrever. – Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, Antônio Felipe Soares de Andrade Bederode.

Extraído de fls. 77, do Liv. 2.º de Registros de Ordens expedidas pela mesa do Desembargo do Paço, existente no Arquivo da Secretaria do Governo do Espírito Santo. *Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.*

n. 23

1816-1818. Decreto de 19 de maio de 1818, confirmando as datas de terras concedidas a casais de ilhéus, estabelecidos na antiga povoação de Santo Agostinho na vila de Viana e na Pimenta da mesma vila.

Tendo-me feito presente o governador da capitania do Espírito Santo, a relação das datas de terrenos distribuídos aos casais de ilhéus, que mandei estabelecer na povoação de Viana e outros sítios, de cujo estabelecimento encarreguei o intendente geral de polícia e acharem-se medidos e confrontados os mesmos terrenos, tendo-se-lhes passado os seus títulos de sesmaria que apresentarão ao desembargador do Paço, como me constou por informação do mesmo intendente geral, e atendendo a que semelhantes estabelecimentos são muito do meu real serviço que não podem ter as demoras dos meios ordinários para que aqueles cultivadores, com certeza, da sua propriedade tratem dos trabalhos úteis sem se distraírem com as pretensões judiciais: Hei por bem confirmar, por este decreto somente, sem dependência de outro título, as sobreditas datas na conformidade da relação que baixa com este decreto, assinado por Tomás Antônio de Vila-Nova Portugal, do meu conselho, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino e que com a certidão deste decreto as sobreditas cartas de data fiquem sendo o título legal e junto de sua propriedade para ter o seu cumprimento feito em juízo e fora dele. A mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o mande registrar aonde competir, e na Câmara daquele distrito e cabeça da comarca, e entregar as cartas ao intendente geral da polícia, para este as fazer distribuir pelos colonos a quem cada uma delas pertencer ou a seus herdeiros. Palácio do Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1818. Com a rubrica de Sua Majestade.

Relação da medição e demarcação judicial feita na povoação de Viana para os casais de ilhéus, mandados estabelecer nesta capitania do Espírito Santo de ordem de Sua Majestade Fidelíssima, por via de Paulo Fernandes Viana, intendente geral da polícia da Corte e Reino do Brasil.

Da nova estrada das Pimentas do lado do norte

1. Ana Teodora, viúva de Manoel Machado da Costa, 112 braças de testada a oeste quarto de noroeste, e 500 de fundo a norte, quarto de nordeste; confronta por um lado com Manoel Nunes Ribeiro, e por outro com o colono Inácio Ferreira Velho.
2. João de Andrade, o mesmo, na subquadra de Ana Teodora, confronta com Manoel Nunes Ribeiro e Antônia Jacinta.
3. Inácio Ferreira Velho, o mesmo, confronta com Ana Teodora e Francisco Martins.
4. Antônia Jacinta, viúva de Joaquim José, o mesmo, na subquadra de Inácio Ferreira Velho, confronta com João Andrade e Maria Inácia.
5. Francisco Martins, o mesmo, confronta com Inácio Ferreira Velho e Manoel Almeida.
6. Maria Inácia, viúva de Manoel José da Costa, o mesmo, na subquadra de Francisco Martins, confronta com Antônia Jacinta e Maria Joaquina.
7. Manoel de Almeida, o mesmo, confronta com Francisco Martins e Beatriz Maria.
8. Maria Joaquina, viúva de Jacinto Antônio, o mesmo, na subquadra de Manoel de Almeida, confronta com Maria Inácia e José Joaquim.
9. Beatriz Maria, viúva de Francisco Machado, o mesmo, confronta com Manoel de Almeida e Jacinto de Souza.
10. Jacinto de Souza, o mesmo, confronta com Beatriz Maria e Luísa Joaquina.
11. Luísa Joaquina, viúva de Manoel de Castro, o mesmo, confronta com Jacinto de Souza e Francisco Coelho.
12. Francisco Coelho, o mesmo, confronta com Luísa Joaquina e João Gonçalves.
13. João Gonçalves, o mesmo, confronta com Francisco Coelho e Antônio José Evangelho.
14. Antônio José Evangelho, o mesmo, confronta com João Gonçalves e João Costa.

15. João Costa, 224 braças de testada a oeste, quarto a noroeste, com fundos por um lado de 142 braças, ao norte meio nordeste, e por outro de 190 ao rumo de sul, fechando pelo rio das Pimentas, em diferentes rumos com 460 braças, confronta com João Gonçalves, Antônio José do Evangelho e Manoel de Souza.
16. Maria de Jesus, viúva de Antônio Lopes, 112 braças de testada a oeste, quarto de noroeste, e 500 de fundo a norte, quarto de nordeste, confronta com Luís Barbosa.
17. Luís Barbosa, o mesmo, confronta com Maria de Jesus e Antônio Cordeiro.
18. Antônio Cordeiro, o mesmo, confronta com Luís Barbosa e Manoel Caetano.
19. Manoel Caetano, o mesmo, confronta com Antônio Cordeiro e Luísa Aurélia.
20. Luísa Aurélia, órfã de pai e mãe, casada com Antônio de Freitas Lira,⁸⁵⁹ o mesmo confronta com Manoel Caetano.

Na mesma estrada das Pimentas do lado sul.

21. O padre capelão da povoação, 220 braças de testada a rumo de sul, com fundos de 414 braças a oeste, por um lado, e por outro a oeste a oes-sudoeste a nordeste, tudo pela margem do rio Santo Agostinho, 370 braças e pelo travessão do centro ao norte, pela margem do dito rio 220 braças, confrontando com Manoel Tristão de Melo e a órfã Maria do Carmo.
22. Maria do Carmo, órfã de pai e mãe, 112 braças de testada a norte sul, e 500 de fundo de sueste, leste, quarto de sueste, confrontando com o padre capelão e Manoel de Souza.
23. Manoel de Souza, a data tem testada leste a oeste, e fundos a sul, confronta com Maria do Carmo e José Luís.
24. José Luís, o mesmo, confronta com Manoel de Souza e Gertrudes Rosa.
25. José Fernandes, testada do sul e fundos a leste-nordeste, confronta com Gertrudes Rosa.

⁸⁵⁹ Nota de Daemon: D Luísa Aurélia faleceu neste ano de 1890, já há muito tendo falecido seu marido, que era brasileiro. Morreu este senhor com 80 e tantos anos, deixando grande descendência e filhos bastante ricos.

Estrada da margem do rio Santo Agostinho da parte de leste.

1. O cirurgião da povoação, 86 braças ao norte, quarto de nordeste, pela linha dos fundos de Luísa Aurélia até o brejo, e 94 a caminho de oeste pela linha dos fundos de Manoel Tristão de Melo, fechando pela parte de oeste com a estrada, e pela do sul com o brejo.
2. Manoel Tristão de Melo, 112 braças de testada a norte, quarto de nordeste, e 500 de fundo a oeste, confronta com o cirurgião e Manoel Rebelo.
3. Manoel Rebelo, o mesmo, confronta com Manoel Tristão de Melo e Manoel Cabral.
4. Manoel Cabral, 260 braças de testada a leste oeste com fundos por um lado de 334 braças e meia a norte, e pelo outro ao mesmo rumo 324 e meia e pelo travessão do centro 305 braças, confronta com Manoel Rebelo e Boaventura José.
5. Boaventura José, 112 braças de testada norte sul, e 500 de fundos a oeste, confronta com Manoel Cabral e Manoel Vieira.
6. Manoel Vieira, o mesmo confronta com Boaventura José e Manoel de Medeiros.
7. Manoel de Medeiros, o mesmo, confronta com Manoel Vieira e José Francisco de Medeiros.
8. José Francisco de Medeiros, o mesmo, confronta com Manoel de Medeiros.
9. Inácio Cardoso, na ilha defronte do quartel, a caminho de nordeste, 360 braças e a rumo de noroeste pela encosta da dita ilha à margem do rio Santo Agostinho, 306 braças e a rumo de nordeste de 305 braças e ao sueste também 306.

Estrada da Peroba, lado do sul.

1. Maria Francisca, viúva de José de Medeiros, 112 braças de testada a leste e 500 de fundo ao norte, confronta com Antônio Pereira da Maia.
2. Antônio Pereira da Maia confronta com Maria Francisca e Rosa Luísa.
3. Rosa Luísa, viúva de Francisco Pereira Pimentel, confronta com Antônio Pereira da Maia e Manoel Pereira Pimentel.
4. Manoel Pereira Pimentel confronta com Rosa Luísa e José Joaquim.

5. José Joaquim, 181 braças de testada ao norte principiando da linha dos fundos de Luísa Aurélia, com fundos por um lado de 366 a leste, quarto de sueste e a rumo de leste, pelas testadas de Rosa Luísa, Manoel Pereira e Antônio Machado e parte da testada de Francisco Coelho Borges, 387 braças e pelo travessão do centro a rumo de sul, quarto de sudoeste, pela linha dos fundos de Luís Barbosa, 320 braças.
6. Antônio Machado, 112 braças de testada a leste e 500 a fundo a norte, confronta com Francisco Coelho.
7. Francisco Coelho Borges confronta com Antônio Machado e Mateus de Couto
8. Mateus do Couto, 112 braças de testada a leste, quarto de sudeste e 500 de fundo a norte, confronta com Francisco Coelho Borges e Bibiana de Jesus.
9. Bibiana de Jesus, viúva de Antônio Pereira, confronta com Mateus do Couto e Antônio José.
10. Antônio José confronta com Bibiana de Jesus e João de Lima.
11. João de Lima e seus irmãos órfãos de Manoel de Lima, 200 braças de testada a rumo de oeste, principiando aonde finda a linha dos fundos de Jacinto de Souza, a rumo do sul pela linha do centro 440 e a caminho de leste quarto de sueste, pela linha dos fundos de Ana Joaquina, 112 braças e pelo travessão do centro, pela linha dos fundos de Jacinto de Souza a caminho de norte, quarto de nordeste, 472 braças.

Na mesma estrada, lado do norte

12. João Coelho, 112 braças de testada a norte e 500 de fundos a leste, confronta com Isidoro da Ponte.
13. Isidoro da Ponte, o mesmo, confronta com João Coelho.

Na mesma estrada, da parte de oeste

14. João da Silva, 112 braças de testada a norte e 500 de fundo a leste, confronta com Caetano Furtado.

15. Caetano Furtado, o mesmo, confronta com João da Silva Viana.

12 de junho de 1816. Francisco Alberto Rubim. Tomás Antônio de Vila Nova Portugal.

Acham-se estas demarcações e concessões registradas a fls. 33. N. do Liv. 2.º de Regulamentos, Decretos e Alvarás da Mesa do Desembargo do Paço, tendente aos colonos ilhéus, que para esta então capitania foram mandados vir pelo governador Rubim, primeiros que aqui chegaram no ano de 181[...]; no número destes muitos tornaram importantes fazendeiros, deixaram grande fortuna e inúmera descendência.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

Vários documentos relativos à província do Espírito Santo: 1800 a 1822.⁸⁶⁰

n. 1

1800. Demarcação de limites entre a capitania de do Espírito Santo e a de Minas Gerais, tomada pela cachoeira das Escadinhas, no rio Doce.

Auto de demarcação de limites entre a capitania de Minas Gerais, e a nova *província* do Espírito Santo, para efeito de se estabelecerem os registros, e destacamentos respectivos segundo as reais ordens do príncipe regente Nosso Senhor; e a vantajosa comunicação de correios para os povos do interior com as regiões marítimas. — No dia oito de outubro de mil e oitocentos, no quartel do porto de Souza por baixo da foz do rio Guandu que entra no rio Doce também por baixo do último degrau da cachoeira das Escadinhas, sendo presentes por parte do ilustríssimo, e excelentíssimo governador, e capitão-general da capitania de Minas Gerais Bernardo José de Loureana, o tenente-coronel do Terceiro Regimento de Cavalaria de Milícias da comarca de Vila Rica João Batista dos Santos de Araújo; e pela parte da *capitania nova* do Espíri-

⁸⁶⁰ Estes documentos compõem outro conjunto organizado e compilado por Basílio Daemon e por ele encaminhado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde atualmente se encontra. [lata 121, doc. 6]

to Santo o governador dela Antônio Pires da Silva Pontes que veio dar execução à real abertura da navegação do rio Doce, sendo igualmente presentes os oficiais, e pessoas abaixo-assinadas, foi assentado por todos que a bem do real serviço do príncipe regente Nosso Senhor, e cumprimento de suas augustas ordens, e arrecadação dos direitos reais, havendo-se de demarcar os limites das duas capitanias confinantes, fossem estes pelo espigão que corre do norte ao sul entre os rios Guandu e Manhuaçu, e não pela corrente do rio por ser esta de sua natureza tortuosa, e incômoda para a boa guarda, e que do dito espigão águas vertentes para o Guandu seja distrito da *capitania ou nova província* do Espírito Santo, e que pela parte do norte do rio Doce servisse de demarcação a serra do Souza, que tem a sua testa elevada defronte deste quartel, e Porto de Souza, e dele vai acompanhando o rio Doce até confrontar com o espigão acima referido, ou serrote que separa as vertentes dos dois rios Manhuaçu, e Guandu, e que assim ficava já estabelecido neste porto de Souza em que se termina a navegação fácil do oceano o destacamento e registo da *nova província* comandada por um alferes de linha, um cadete, um cabo, e dez soldados de linha, um cabo de pedrestres, e vinte soldados, uma peça de artilharia de três montada em carreta de ferro municiada de pólvora, bala e metralha; o quartel defensado com estacada para proteger de mão comum, com o destacamento do porto da Regência da barra do rio Doce, a comunicação das Minas Gerais com o oceano em que pela felicidade, e bênção do céu que acompanha a regência augusta do príncipe Nosso Senhor, se rompeu a dificuldade que se diria invencível entrando, e saindo as lanchas do alto pela dita barra, e portanto podendo julgar-se este Porto de Souza como porto criado pela providência para a capitania de Minas Gerais, achando-se de distância das terras da capitania de Minas este porto pacífico, e donde até o reino se podem conduzir as mercadorias territoriais, ficando também muito cômodo a foz do rio Manhuaçu para o excelentíssimo general das Minas estabelecer o registo para as arrecadações, e forças contra o gentio botocudo por onde se estabeleça a segurança dos carregadores das duas colônias. E por assim se ter assentado ser do bom serviço de Sua Majestade o príncipe regente Nosso Senhor, se fez este auto que assinamos. — Antônio Pires da Silva Pontes, governador da província. = João Batista dos Santos de Araújo, tenente-coronel miliciano. = Feliciano Henriques Franco, capitão-comandante. = Francisco Ribeiro Pinto, capelão graduado em capitão. = Manoel José Pires da Silva Pontes, capitão do distrito

de Santa Bárbara de Minas Gerais. = Francisco Luís de Carvalho, alferes comandante do distrito do Porto de Souza. = João Inácio da Silva Pontes de Araújo, a ordens do tenente-coronel meu pai. = Antônio Rodrigues Pereira Taborda, furriel de cavalaria regular do Regimento de Minas Gerais, e comandante da guarda que acompanha. = Desidério Antônio da Silveira Maia Peçanha, alferes de milícias do Espírito Santo. = João Nunes da Cunha Velho, cadete destacado deste porto. = Inácio de Souza Vitória, cabo de esquadra. = *Antônio Pires da Silva Pontes*, o rubriquei com segunda assinatura. — Está conforme com o original esta cópia. Seis de novembro de mil oitocentos. — com a rubrica do governador Antônio Pires da Silva Pontes.

* * *

Extraído do Livro 2º de avisos e provisões das secretarias de Estado e tribunais diversos.

* * *

Este documento é de valor, não só por ser a primeira divisa que se fez oficialmente nesta província entre os territórios das duas capitanias de Minas Gerais e Espírito Santo dando as suas confinações, como por ser por nós extraído do próprio original, tal qual, em dicção e ortografia, se achava inscrito.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

n. 2

1816. Sobre a edificação do último quartel na estrada aberta desta então capitania à de Minas Gerais, e a que foi dado ao quartel o nome de Souzel, nas divisas de uma e outra capitania, e ao sul da mesma.

Tendo-lhe determinado na data de hoje que entregasse o comando do quartel de Barcelos ao alferes Domingos Cardoso Rosa, sou a determinar a V. Mcê., que como no lugar por onde passar a estrada junto das cabeceiras do rio Itapemirim deve V. Mcê. levantar o último quartel por ser este o lugar reconhecido dos limites desta capitania, e que a este se denominará naturalmente *quartel* de Souzel, o comando deste é que V. Mcê. deverá entregar ao dito alferes porquanto neste se precisa de um oficial não só para evitar as desordens, como para fazer os registros. Com o que acima lhe determino se não entende que naquele ponto V. Mcê. deve deixar a estrada pois a deve continuar na forma das ordens que lhe tenho dado, porém das cabeceiras do rio Itapemi-

rim até ao primeiro fazendeiro do distrito da capitania de Minas Gerais não levantará mais quartéis, e só sim os precisos ranchos para se recolher os quais abandonará quando se retirar finda a estrada. Quando V. Mcê. vier de volta para o quartel de Bragança em cada um dos destacamentos deverá fazer uma nova e grande derribada porquanto cada um de seus comandantes não tem forças para a poderem fazer, portanto é preciso que se lhe faça, e a melhor ocasião é a da sua retirada. V. Mcê. não cessará de recomendar que se façam grandes plantações não só porque cada comandante tenha seu destacamento farto, como pelo interesse que hão de ter na venda que fizerem aos que transitarem pela estrada, e para mais lucrarem devem ter [bastantes] pastos.

Muito, e muito lhe recomendo a exata observância desta ordem.

Deus guarde V. Mcê. = Vitória oito de julho de mil oitocentos e dezesseis.⁸⁶¹

Francisco Alberto Rubim.

Inácio Pereira Duarte Carneiro

* * *

Extraído do Livro 4º de portarias e ofícios do governo da então capitania do Espírito Santo.

* * *

Tem valor este ofício portaria por marcar o ponto terminal das divisas desta capitania, depois província e hoje estado do Espírito Santo, pois que o lugar Souzel, onde naquela época foi construído o quartel, ao sul da capitania, segundo a demarcação da cachoeira das Escadinhas, no rio Doce, ao norte, junto a esta...⁸⁶²

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

861 *Dezeis* no original.

862 Texto truncado.

n. 4

1810. Independência desta capitania, na parte militar, da capitania da Bahia.

O príncipe regente Nosso Senhor, considerando quanto convém à melhor, e mais pronta exação no cumprimento das suas reais ordens, e ao bem do seu real serviço, que o governo da capitania do Espírito Santo, pelo que toca ao militar não seja dependente ou sujeito ao governo da capitania da Bahia, como o era até o presente; foi servido ordenar por seu real decreto de treze de setembro do presente ano, que o referido governo da capitania do Espírito Santo, pelo que pertence à parte militar, fique de ora em diante inteiramente independente do governo da capitania da Bahia: o que participo a V. Mcê. para sua inteligência e devida execução. — Deus Guarde a V. Mcê. — Secretaria do Conselho Supremo Militar, vinte cinco de setembro de mil oitocentos e dez. — *Pedro Vieira da Silva Teles.* — Senhor Manoel Vieira Tovar e Albuquerque.

* * *

Extraído do Livro 2º de avisos e provisões das secretarias de Estado e tribunais.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

n. 9

1822. Provisão para assumir o comando das Armas da província do Espírito Santo o coronel Julião Fernandes Leão.

Constando ao príncipe regente, que na província do Espírito Santo, em contrariedade do decreto das Cortes, de vinte e nove de setembro de mil oitocentos e vinte um, que determinou que o comando interino das Armas, na província, em que não houvesse comandante nomeado, fosse cometido à patente de maior graduação, e antiguidade, tivera recaído o dito comando no tenente coronel de Pedestres Inácio Pereira Duarte Carneiro, quando havia o coronel inspetor dos mesmos pedestres Julião Fernandes Leão, a quem de direito competia: Manda Sua Alteza Real, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, que a Junta Provisória da dita província, faça entregar o comando interino das Armas ao coronel-inspetor Julião Fernandes Leão; e que o tenente coronel Inácio Pereira Duarte Car-

neiro continue na interessante Comissão da Estrada de comunicação entre essa província, e a de Minas Gerais, ficando ambos, por portaria hoje expedida, prevenidos desta real determinação, para se não dar logo⁸⁶³ à menor contestação. — Palácio do Rio de Janeiro em quinze de abril de mil oitocentos e vinte dois. — *Joaquim de Oliveira Álvares.* Cumpra-se, e registre-se. Vitória, em nove de maio de mil oitocentos e vinte dois. *Nunes.*

* * *

O coronel Julião Fernandes Leal foi chefe de uma grande revolta militar nesta província, quando comandante das Armas e contra o Governo Provisório, tendo havido muitas prisões por ele feitas, como do ouvidor José Libânio, oficiais de Linha e de Milícias, dando afinal em resultado a própria tropa sublevar-se contra ele e o Dr. Pientznauer, chefe da sublevação, sendo afinal o primeiro preso na fortaleza e enviado para a corte e o segundo fugir para o centro da província. (Livro 1º dos avisos do Governo Provisório). *Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.*

n. 10

1822. Participação que fez o ouvidor da comarca Dr. José Libânio de Souza, ao membro da Junta Provisória, coronel Andrade Monjardim, sobre o levante da tropa de Linha, capitaneada pelo comandante de Armas coronel Julião Fernandes Leão.

Ilustríssimo senhor José Francisco de Andrade Almeida Monjardim. Desejo a Vossa Senhoria todas as venturas, e felicidades: participo a Vossa Senhoria que hoje de manhã foi achada debaixo de minha porta, a carta inclusa, que me participa, o que já tinha ouvido por muitas e repetidas vezes, relativamente à irrupção do partido do Julião, unido aos escravos do mesmo, os quais continuamente se acham no forte com ele. O povo está inquieto com isto, portanto assentava, que não seria mal enviá-lo para o Rio em uma lancha para ficarmos livres daquele homem, o povo sossegado e os do seu conluio desanimados. Vossa Senhoria que é dotado de prudência, virtudes e bom discernimento fará o que for justo e a bem de todos. Tenho a honra

863 Aqui, *logo* tem o sentido de *lugar*.

de me assinar de Vossa Senhoria amigo muito obrigado e reverente criado: *José Libânio de Souza*. Vitória, treze de agosto de 1822.

* * *

Transcrito do Livro 1º do registro de avisos da Junta Provisória da província do Espírito Santo.

* * *

O Dr. José Libânio⁸⁶⁴ era ouvidor da comarca da Vitória, que abrangia Campos, São João da Barra e Macaé, onde fazia as competentes correções. O coronel Julião, quando houve o levante da tropa por ele insubordinada e pelo Dr. Pientznauer, foi cercado em sua casa e ali preso, não consentindo que falasse com alguém, nem consentindo também que entrasse a própria alimentação. A Junta Provisória, depois de sossegado um pouco o motim, veio incorporada e acompanhada de povo e adeptos militares soltá-lo. *Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.*

n. 12

1823. Proclamação da Independência do Brasil na vila de São Mateus, hoje cidade, e depois de ali ter havido conflitos promovidos por aqueles que eram contrários à Independência.

Ilustríssimo e excelentíssimo senhor. — A Junta Provisória de governo da província do Espírito Santo, tem a honra de participar a Vossa Excelência para ser presente a Sua Majestade Imperial, que no dia vinte e dois do mês passado se celebrou na vila de São Mateus a aclamação do mesmo Imperial Senhor, tendo ali entrado a nossa tropa em muita boa ordem, e recebida com muitas vivas de todo o povo, que também com o melhor bom grado se aderiram a pertencer aquela vila a esta província na forma de seu estabelecimento o que será exatamente presente a Vossa Excelência logo que o comandante daquela expedição dê circunstanciadamente relação dela. — Deus guarde a Vossa Excelência muitos anos. — Vila da Vitória três de fevereiro de mil oitocentos e vinte três. — Ilustríssimo e excelentíssimo senhor João Vieira de Carvalho. — *José Nunes da Silva Pires. Luís da Silva*

864 *Libario* no original.

Alves de Azambuja Suzano. José Ribeiro Pinto. Sebastião Vieira Machado. José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim.

* * *

Transcrito do Livro 1º de avisos e ofícios da e com a Junta Provisória concernentes aos anos 1822 a 1827.

* * *

A vila de São Mateus, como fiz ver na nota à proclamação feita da Independência da vila de Caravelas, custou a decidir-se a fazer a proclamação, em consequência de parte da população baiana e portuguesa guerrearem o governo e quererem pertencer à Bahia, desmembrando assim aquela o território da província do Espírito Santo, compreendido no foral dado em 1533 a Vasco Fernandes Coutinho, seu donatário. A celebridade maior era — que enquanto Caravelas, além do Mucuri que é divisa e fronteira com a província, hoje Estado da Bahia, e aquela vila de Caravelas a ela pertencente, da antiga donatária de Porto Seguro, queria pertencer ao Espírito Santo, São Mateus, aquém do Mucuri e sempre pertencente ao Espírito Santo, queria pertencer à Bahia. Os conflitos, as mortes e ferimentos e a não anuência de Caravelas à revolta e a ida de duas partidas de tropas para São Mateus fez arrefecer os ânimos para aclamarem afinal a Independência do Brasil, a única localidade, nesta então província, que tanto se demorou a fazê-lo. *Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.*

n. 16

1817. Ofício-circular do governador Rubim, dirigido às diversas autoridades da capitania demonstrando quais os limites dela, as isenções dos gêneros exportados da capitania de Minas Gerias, e as concessões de terrenos aos que se quiserem estabelecer em terrenos devolutos.

Sua Majestade el-rei Nosso Senhor, querendo dar novas ocasiões de manifestar aquele zelo incansável, e profundo conhecimento das fontes de prosperidade pública, animando a indústria, e a agricultura mães das artes, princípio da povoação, base do poder, e riqueza do Estado. Foi servido por carta régia datada de quatro de dezembro de mil oitocentos e dezesseis, que se dignou dirigir-me, determinar a conclusão da estrada desta capitania para a de Minas Gerais: que os limites desta capitania com a de Minas Ge-

rais seja pela linha norte-sul tirada pelo ponto mais elevado de um espigão que se acha entre os rios Guandu e Manhuaçu na sua entrada no rio Doce, ficando pertencendo à jurisdição deste governo o terreno que ficar a leste da mesma linha: que por tempo de dez anos contados da data da sobredita carta régia sejam isentos de quaisquer direitos os gêneros que se transportarem desta capitania para a de Minas Gerais pelas estradas que se abrirem e pelos rios que se acharem navegáveis no vasto sertão que separa atualmente as duas capitánias ficando tais gêneros unicamente sujeitos ao pagamento dos direitos que se arrecadam pela sua entrada nas alfândegas da beira-mar: que pelo mesmo tempo sejam isentos do pagamento de dízimo todos, e quaisquer gêneros de cultura que se fizer no sertão desta capitania, sendo como tal considerado o terreno que atualmente não estiver cultivado, ou concedido por sesmaria: que se promova a lavra do ouro das minas do Castelo, distrito desta capitania, e outros terrenos que o contiverem; que concedam datas de cartas minerais na forma do Regimento das Minas de dezoito de abril de mil setecentos e dois, e das leis, e alvarás que se lhe seguiram, regulando para a grandeza das datas o que se acha disposto no parágrafo sexto do artigo sexto do alvará de treze de maio de mil oitocentos e três: que todo o ouro que se extrair seja conduzido à Junta de Fazenda desta capitania com guia passada pelo comandante do distrito, ou pelo guarda-mor para ser prontamente pago a quem à razão de mil e duzentos réis por oitava depois de limpo, e livre de impurezas, ou vendê-lo, pois que a compra de todo o ouro que se extrair é privativo da Real Fazenda, incorrendo nas penas que se acham estabelecidas, os que o contrário fizerem. // O que participo a V. Mcê. para que o hajam de fazer público na forma do estilo a fim que os povos desse distrito se possam aproveitar destas novas fontes de prosperidade que a real grandeza do nosso augusto soberano lhes concede. Deus guarde a V. Mcê. — Vitória vinte dois de fevereiro de mil oitocentos e dezessete. — Francisco Alberto Rubim. — Senhor etc.

* * *

Extraído do Livro 4º dos ofícios e portarias do governador da capitania do Espírito Santo.

* * *

Neste ofício circular notam-se as concessões que foram feitas na ocasião de serem traçados os limites entre esta capitania e as limítrofes, concessões essas em bem de

chamar população para a então pouco povoada capitania do Espírito Santo, que pouco mais tinha de 13.000 almas, segundo a fácil estatística que então foi feita.

Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.

n. 20

1827. Ofício comunicativo do grande recrutamento feito pelo comandante das Armas da província do Espírito Santo nos batalhões de milicianos e em paisanos, no dia de *Corpus Christi*, em uma grande parada por ocasião da procissão a 14 de junho de 1827, que deu causa a desgraças e a uma tradição até hoje conservada.

N. 17 – Ilustríssimo e excelentíssimo senhor. — Havendo participado a Vossa Excelência por ofício de 13 de maio, a deliberação que havia tomado de entrar brevemente em inspeção nos corpos da 2ª Linha desta província, para separar os indivíduos alistados incompetentemente neles, e os remeter ao Batalhão de Caçadores de 1ª Linha n. 12, visto que duvidava do bom resultado do recrutamento das ordenanças a cargo do presidente, não obstante a minha pronta cooperação com ele, em consequência do aviso de 5 de abril do corrente; levo ao conhecimento de Vossa Excelência para fazer presente a Sua Majestade o imperador, que com a recepção do segundo aviso de 10 de maio, tomei o acordo em uma grande parada que formei no dia 14 do corrente de fazer a fala que levo ao conhecimento de Vossa Excelência pela cópia n. 1; embarcando logo depois no brigue *Ururau*, todos os indivíduos dos corpos de 2ª Linha, que se me figuraram próprios para o serviço da 1ª; depois do que procedendo à averiguação dos que deveriam marchar, achei o número de 100 praças, das quais me foi preciso dispensar quatro, por me requererem, e provarem com documentos, acharem-se isentos pela lei, cuja relação junto tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, com mais três paisanos, deixando-as logo no brigue a cargo do alferes Antônio da Terra Pereira, com três oficiais inferiores do mesmo batalhão, todos fardados (posto que não uniformizados) depois da última fala cópia n. 2. — Não obstante, excelentíssimo senhor, faltarem algumas praças àquela parada, que determinei no supradito dia 14, talvez por desconfiança já da chegada antecedente dos oficiais do mesmo Batalhão 12, e dos boatos do recrutamento, que a minha dissimulação não pôde jamais coibir, contudo eu julgo, que ainda mesmo que não faltassem, não poderia o

número dos apurados exceder a 20 praças, donde colijo o esgotamento em que está a província. Nesta mesma ocasião remeto mais um sargento, 4 soldados e 2 desertores do dito batalhão, ficando na diligência dos que faltaram dos corpos milicianos. Não duvido, excelentíssimo senhor, que nos indivíduos alistados, talvez haja ainda algum fora-da-lei, por falta de legais exposições das partes, mas não de minhas intenções; não obstante apressar-me incansável na apuração circumspecta, que concluí no terceiro dia, para evitar os artifícios ardilosos, que em tais ocasiões por todos os meios se apresentam. Cumpre-me mais participar a Vossa Excelência para levar também ao augusto conhecimento de Sua Majestade o imperador, que a requerimento de alguns extremosos pais, aceitei em lugar de seus filhos para o serviço da 1ª Linha 8 mulatos, que eles libertaram, ainda mais robustos e capazes de servirem, que seus próprios filhos, ficando estes ao mesmo tempo no serviço da 2ª, onde se achavam: anuí a isto, excelentíssimo senhor, não só por consideração aos pais, como pelo aumento do número dos combatentes com aqueles escravos habilitados com a liberdade para poderem ter a honra de servirem à nação como soldados; e fico esperançado, de que toda a minha conduta, nesta diligência, possa merecer a augusta aprovação de Sua Majestade o imperador, como nascida puramente de minhas boas intenções, e esforços de bem o servir sempre, e agradar. Ultimamente, querendo prevenir com mais segurança o brigue *Ururau* em algum encontro, que possa ter com o corsário, que anda nesta costa, como participei a Vossa Excelência, em ofício de 12 do corrente, mandei meter a bordo, além da artilharia e fuzis de sua guarnição, mais 4 peças de bronze de calibre 3, com as necessárias palamentas, 80 tiros com balas para as ditas, 2 barris de pólvora, 30 espingardas, 400 cartuchos embalados de mosqueteria e 200 de pistola; e assim mais 10 soldados milicianos de caçadores henriques, com um oficial inferior e um tenente do mesmo corpo, responsabilizado ao mesmo tempo do supradito trem, para o transportar, a esta cidade. — Deus guarde Vossa Excelência. — Quartel general do Comando das Armas na cidade da Vitória, 27 de junho de 1827. — Ilustríssimo e excelentíssimo senhor conde de Lages. — *Francisco Antônio de Paula Nogueira da Gama.*

(Livro 1º do Comando das Armas).

* * *

É de uma importância extraordinária este documento, comprobatório de um fato histórico dado nesta capital e que trouxe a consternação geral do povo, resultando afo-

gamentos e mortes por pesar, de membros das famílias daqueles que foram recrutados. Pais e mães atiraram-se à água a encontrar os filhos que embarcavam, outros morreram de desgosto, como irmãs e esposas. Alguns seguiram depois para o Rio de Janeiro e não mais voltaram; enfim foi tal a desolação que, ainda hoje a tradição se conserva sob a impressão do terror. Mais tarde, os dois documentos que envio, tirados do Livro 1º aberto a 23 de janeiro de 1827 desaparecerá, pois já se acha corroído, e serviu a correspondência com o Ministério da Guerra. No dia 14, apontado nesta, fez-se a procissão, e São Jorge, que nela ia foi pelo povo depositado na cadeia desta capital, não querendo até 1864, que dali saísse, o que obteve o ex-depu[ta]do Dr. Horta de Araújo. *Oferecido pelo sócio Basílio Carvalho Daemon.*



TRAÇOS BIOGRÁFICOS⁸⁶⁵

865 RIHGB, 1904, t. 63, II, p. 173-86



BASÍLIO DAEMON

Por seus filhos
capitão Dr. Ticiano Corrêgio Daemon
e tenente Daemon

Filho de José Maria de Carvalho (funcionário público) e D. Idalina Idália Cordeiro de Carvalho, nasceu na antiga Corte do Império a 8 de fevereiro de 1834, na rua da Saúde; batizado na matriz de Santa Rita a 27 de abril do mesmo ano pelo presbítero Geraldo Ernesto da Silveira Vale; faleceu na cidade da Vitória, capital do estado do Espírito Santo, a 1º de dezembro de 1893.

Além da desventura de ficar órfão muito criança com quatro irmãs menores, passou pelo infortúnio ainda maior de possuir um padrasto ambicioso e mau, que, para melhor locupletar-se com o pequeno pecúlio, que seu pai lhe deixara, teve a cautela de encerrá-lo em um convento, com o fim de desvencilhar-se dele. Todavia nunca tentou tomar contas a seu padrasto, porque, compreende-se, a desgraça desse homem acarretaria também a de sua mãe, que tarde conhecera o passo desacertadíssimo que dera, contraindo segundas núpcias.

Fugindo do convento, onde esteve de coroa aberta, como meio seguro de fugir à perseguição daquele que o considerava um empecilho às suas ambições, assentou praça no Corpo de Permanentes, de onde saiu logo que pôde conseguir baixa, para entregar-se aos trabalhos de revisão em diversos jornais da Corte, em alguns dos quais também colaborou, marcando esta fase de sua vida o início do tirocínio jornalístico.

Era correspondente do antigo *Mercantil*, que se publicou em Petrópolis, e o assunto que sempre escolheu para tese de seus artigos era o de interesses locais do Estado do Rio, por onde muito viajou.

Da colaboração neste jornal resultou ser conhecido de todos os seus amigos pelo

apelido *Daemon*, pseudônimo com o qual os assinava; e mais tarde, na contingência de mudar de nome pelo fato de haver no local, em que residia, mais de uma pessoa com o mesmo, com que – em geral – se assinava, que era *Basílio José de Carvalho*, adotou para sobrenome aquele apelido.

Dotado de amor fraternal o mais puro, não se lhe tornava agradável ver em companhia de seu padraсто três irmãs que tinha; e na primeira oportunidade que se lhe ofereceu, retirou-as da mesma companhia, confiando-as a um parente e amigo, João Idálio Cordeiro.

Com os recursos que lhe forneciam os trabalhos de revisão, conseguiu com dificuldade frequentar os primeiros anos da Faculdade de Medicina, profissão onde muito pudera ter-se distinguido se houvesse chegado ao fim do curso; pois tinha vocação especial para essa carreira, e muito notadamente na cirurgia; sendo além disso extremamente feliz nesse sacerdócio, como amador, a ponto de causar admiração aos próprios médicos, que não raras vezes apelavam para os seus conhecimentos e especialmente – tino médico.

Parece-nos que foi como estudante de Medicina que em 1856 prestou relevantes serviços ao Paty do Alferes (Estado do Rio) por ocasião da epidemia do *cholera-morbus* que ali grassou, seguindo como ajudante dos facultativos encarregados de debelar aquele flagelo.

Os honorários a que fez jus nessa comissão, avaliados em 500\$ mensais, ele os ofereceu em benefício dos indigentes atacados da dita epidemia. Em suas conversas sempre o ouvimos referir-se, com queixas amargas, a essa comissão, por terem sido esquecidos os seus serviços; ao passo que os facultativos, além dos elevados honorários que receberam, ainda foram cumulados de honras e distinções.

Em 1860 contraiu matrimônio no Paty do Alferes (Estado do Rio) com D. Maria Joaquina Leal Daemon e seguiu pouco tempo depois, em 1861, para o sul do estado do Espírito Santo (sertão), onde foi procurar carreira mais futura, em vista de suas novas responsabilidades de família, entregando-se à vida da lavoura e comércio, tendo adquirido por compra umas terras (onde ainda hoje residem sua sogra e cunhados).

Nesse novo itinerário da vida não abandonara os livros, nem os pequenos conhecimentos de Medicina que adquirira; antes, procurando investigar o que era possível, tão longe como então se achava dos recursos, só próprios de centros populosos como o que houvera deixado.

Tendo levado consigo uma pequena ambulância,⁸⁶⁶ a todos, sem distinção de classe ou fortuna, prestava os seus serviços, sem nunca aceitar remuneração. Como é natural, nesses sertões falhos de todos os recursos que tenham por objetivo a saúde e higiene local, tornou-se bem depressa conhecido e quantas e quantas vezes teve de abandonar o leito, a desoras, para atender a chamados, fazendo-o sempre com satisfação; sendo que, como compensação aos seus sentimentos de humanidade, era sempre afortunado nas curas.

A sua vida do interior não era, bem a seu pesar, uma vida literária improdutiva, sem esse convívio, que anima a estudar para discutir aquilo que mais agrada, uma vez estando-se habituado a trocar olhares com as letras; pois ali durante muito tempo conviveu com o literato João Zeferino Rangel de S. Paio [Sampaio?], de quem sempre foi íntimo amigo e que faleceu em fevereiro de 1900, não sendo estranho à imprensa da capital federal o passamento desse conhecido – preto na cor da pele, mas diamantino no talento e nas qualidades morais que possuía; que o digam as lágrimas dos órfãos que ele educou, dos discípulos e dos amigos que o estremeciam, e que foram derramadas em sua tumba no dia de seu enterramento em São Francisco Xavier.

Pouco tempo esteve neste retiro, abandonando a carreira que abraçara, incompatível com as suas aspirações, para, na vila do Cachoeiro de Itapemirim, distante quatro léguas e hoje futura cidade, assumir, a convite, a redação de *O Itabira*, jornal político que aí se publicava sob a direção de João Paulo Ferreira Rios. Isto passou-se em 1866.

É este, pois, o ponto de partida de sua vida política e agitada, de onde começa a revelar-se a sua inteireza de homem público e particular e muito especialmente como chefe de família, pois que já tinha filhos.

Desfraldando a bandeira do Partido Conservador, a que sempre pertenceu, sustentou nesse jornal e mais tarde no que fundou sob sua exclusiva responsabilidade, *O Estandarte*, os mais encarniçados combates.

Aí esteve alguns anos em ininterruptas polêmicas políticas e literárias, tendo às vezes como adversários lutadores resistentes pelo saber, sem que, entretanto, capitulasse uma só vez.

Pelos seus méritos e prestígio político foi eleito, em 1872, deputado à Assembleia Provincial.

866 Pequena farmácia portátil.

Esta eleição foi ainda motivo para mais uma vez dar nova orientação aos seus destinos.

Com amigos influentes na capital (Vitória), onde tinha de se achar por ocasião das sessões da Assembleia, por um lado instigado por esses amigos, por outro lado, tendo já filhos a educar, para o quê o lugar de sua residência não lhe fornecia os recursos precisos, em 1874 transportou-se com sua família para aquela capital, onde como deputado continuou a prestar os seus serviços, em prol da terra que já tinha adotado como sua de nascimento, por ser também a de seus filhos.

Não era, porém, a vida de deputado provincial, ou de outro qualquer cargo de influência política que desejara tomar por profissão, era ainda aquela que o meio em que surgiu o fez adotar como única aspiração – a do jornalismo.

Foi assim que uma vez chegado à Vitória comprou a propriedade do jornal que se publicava sob o título de *O Espírito-Santense* e que se achava sob a redação de Pedro Sant’Ana Lopes.

Este jornal era o que publicava os atos oficiais do governo da província, com o qual tinha contrato.

Eleito ainda para outras legislaturas, lá estão na Assembleia os *Anais*, que provam os serviços que com dedicação extrema prestou à província.

Considerado bastante pelo presidente da província, que era neste tempo o Dr. Luís Eugênio Horta Barbosa, e contando com numerosos correligionários amigos, com o seu partido no poder, foi esta para bem dizer a melhor fase de sua vida, a idade de ouro que lhe apontava o porvir por todos sonhado na senda da vida.

Este áureo período, porém, teve o seu encerramento em 1877 com a subida do Partido Liberal ao poder. Desta data até 1885, em que novamente subiu o Partido Conservador, é que acentuadamente ficou patente a sua dedicação, a sua firmeza de crenças, sustentando lutas tremendas com os adversários políticos, lutas que por vezes se tornaram desagradáveis pela sua irritabilidade em discussões pela imprensa.

Redigia então com sacrifícios ingentes o seu jornal, que nessa época não tinha mais contrato para publicações oficiais, sendo poucos os proventos auferidos por assinaturas e matérias pagas que em jornais de estados poucas vantagens oferecem.

Os sacrifícios admiráveis que fazia para a sustentação de um tal jornal não se tornaram salientes só pela abnegação em que com afã escreveu sem descanso, mas sim

por não auferir esses proventos, de modo a fazer face aos dispêndios necessários a uma empresa tipográfica, de todo inadiáveis.

Acresce que, por outro lado, impunha-se a manutenção com decência de sua família, que já não era pequena. Adversário leal, franco, ele não regateava o que de si dependesse em honra do adversário que lhe retribuísse a superioridade de vistas em lutas políticas.

Caracterizando o que externamos, seja dito de passagem que, às vezes, quando mais implacável era a luta e que mais se acentuavam as discussões de caráter irritante, era digno de ver-se a despreocupação com que mandava atender na oficina tipográfica do seu jornal ao pedido de material que faltava ao adversário, que no dia seguinte com armas por ele mesmo fornecidas vinha empenhar-se de novo na luta incessante. A sustentação desse jornal, que por último se tornara caprichosa, entregou-o por fim a dificuldades bem sérias para a sua manutenção, pois aquele mesmo partido que com tão entranhado amor ele defendia, jamais forneceu-lhe sequer o mais pequeno auxílio, sendo até estranhável que existindo em tal agremiação política homens providos de fortuna, nunca se lembrassem de levar-lhe o contingente necessário.

Já quase nas proximidades de subir o Partido Conservador é que alguns amigos seus, em número assaz diminuto, se coligaram para por meio de uma subscrição lhe proporcionarem meios para a compra de algum material tipográfico, bem a contragosto seu, pois com alguma previsão esperava mais tarde sofrer algum desgosto motivado por essa tardia lembrança.

E de fato, uma tal desconfiança veio justificar os seus escrúpulos, como veremos adiante.

Um fato digno de nota na última fase de sua vida [de] jornalista era o amor, abnegação e o respeito de alguns empregados seus antigos, que, também correligionários, sofriam conjuntamente e participavam muito diretamente dos desgostos que aquele [partido] lhes ocasionava.

Esta abnegação era de tal consistência que aqueles mesmos empregados, convidados pelos seus adversários, por diversas vezes, para exercerem com mais vantagens a respectiva profissão em suas oficinas tipográficas (isto com o fim exclusivo de criarem-lhe embaraços), dedicados, fiéis, inabaláveis, recusavam terminantemente tal oferta, entregando-se ao trabalho para eles tão pouco prometedora de bons proventos, com a mais inquebrantável altivez.

Devido à circunstância de ser o jornal o reduto formidável contra os ataques do

partido adverso, que contava com a superioridade do partido dominante, a sua residência era também o centro imposto a reuniões de correligionários e amigos.

Ali, como é de prever, resolviam-se questões de maior interesse partidário.

Côncio de sua influência perante as localidades do estado, aceitou muitas vezes a investidura de missão especial junto aos chefes políticos das mesmas, quase sempre para conciliá-los com o diretório central, em matéria de eleições, em que este poucas vezes procedia com elevação de vistas na escolha de candidatos.

Não tardou, porém, que toda a sua influência, toda a simpatia que a sua correção política e altivez de combatente impunha aos espíritos justeiros, fosse reconhecida por correligionários pouco cientes de seus deveres, como entrave à marcha progressiva que o partido adquirira, com a impotência sempre crescente, manifestada pelo que se achava no poder.

Abriu-se, pois, a luta, isto nos fins de 1882; e uma desinteligência premeditada por alguns invejosos, que se intitulavam seus amigos, surgiu servindo de fútil pretexto à publicação criteriosamente recusada em sua tipografia, de um jornal, cujo programa sem ser político, todavia os seus desígnios pouco se conformavam com a atitude de todo o jornal que se destina à apreciação dos homens dignos.

Esse jornal, que se intitulava *Passagem de Vênus* e cujo primeiro número foi impresso em sua tipografia, motivou logo à sua aparição o processo de responsabilidade ao seu redator principal.

A sua casa foi abandonada por esses falsos amigos, que, representando uma pequena fração do partido, em dissidência, fundaram um jornal pouco mais tarde, com a dupla pretensão de representar a opinião do partido e de apeá-lo do prestígio que houvera adquirido tão-somente com o seu trabalho e perseverança.

Desde então a luta era tenaz; mas sem nunca ter recusado dos que lhe ofereciam combate, aceitou calmo e resoluto o desafio que lhe era dirigido.

Dir-se-ia que desta data em diante teria que defender-se mais de correligionários políticos do que de adversários, que aparelhados com esse elemento de discórdia poderiam assediá-lo por completo.

Nutria então o partido adverso uma vaga esperança de contá-lo em seu seio, e, parece, chegou a trabalhar para isso; mas semelhante passo, incompatível com a sua retidão política, jamais se conseguiria fosse dado.

Não contava, é fato, com a confiança absoluta do chefe do partido, que representava nessa emergência papel bem pouco em concordância com a habilidade de quem tem sobre os ombros os encargos da direção de qualquer coletividade que em síntese sempre visa o bem comum, mas os numerosos admiradores esparsos pelas localidades eram testemunhas suficientes da não viabilidade de planos menos sinceros urdidos contra a sua pessoa.

O seu jornal não mudou, pois, de feição e teve só então que rebater acusações filhas do despeito pessoal.

Uma nova era despontou-lhe em 1885, com a ascensão do seu partido ao poder, circunstância que devera concorrer para o gozo de dias mais felizes do que os que em tantos anos de ostracismo houvera passado, com sacrifício de bens, da família e da própria saúde.

Tudo deixava entrever um futuro de prosperidades e a nomeação, pelo ministério Cotegipe, do desembargador Antônio Joaquim Rodrigues, um seu amigo de longa data, para o cargo de presidente da província, ainda mais consubstanciava esse presságio.

Sempre acolhido por aquele honrado administrador, com as mais inequívocas provas de verdadeira afeição, ele sentiu avigorar-se a sua robustez de político dedicado, que antes parecia querer ceder ao cansaço, prestando à sua administração os mais assinalados serviços.

Pouco antes de assumir a presidência da província aquele honrado cidadão, na administração interina do coronel Manoel Ribeiro Coutinho Mascarenhas, chefe do partido, que fora nomeado vice-presidente, um fato digno de menção se deu relativamente à sua pessoa e que evidencia perfeitamente em primeiro lugar o conceito de que gozava perante os políticos mais proeminentes da época e em segundo lugar o seu despreendimento e desinteresse pelas altas posições e ainda mais adquiridas estas por meios que não fossem de natural ascendência, a fim de poder exercê-las com independência.

É o caso de que, nomeado aquele chefe político, e quando achava-se em São João del-Rei, onde fora em busca de melhoras à saúde de um seu filho, de volta e de passagem para a Vitória, animado de desejos contrários a respeito de candidaturas de deputados gerais, passou por esta capital sem ao menos procurar falar ao barão de Cotegipe, que aqui o aguardava para tratar de tal assunto.

Foi então que esse, justamente irritado com tão estranho procedimento, mandou-lhe oferecer, por um emissário que hoje exerce cargo técnico na prefeitura, a candidatura de deputado geral, garantindo-lhe a eleição.

Tal oferta, porém, não teve a sua aceitação e releva notar que, se fosse um espírito vingativo, teria com a aceitação de semelhante candidatura dado a desejada queda naquele chefe político, cujo prestígio no seio do partido era unicamente amparado pela disciplina que caracterizava o mesmo.

Fácil é prever pelo que ficou dito o quanto intimamente não lhe desgostavam as ingratidões de que nos últimos tempos foi vítima daqueles que deveriam manifestar-lhe uma gratidão imorredoura, pela sua tenacidade, com sacrifício de tudo, na sustentação de um jornal, cuja existência naqueles tempos era a existência própria do partido.

Essa face de seu caráter político está magistralmente assinalada no editorial do *Estado do Espírito Santo* de 2 de dezembro de 1893, jornal político do Dr. Muniz Freire, atual presidente do estado e seu antigo adversário político.

Os desgostos acumulados, a idade já regularmente avançada e a clarividência de que, depois de um passado honroso, nada obtivesse que lhe proporcionasse e à sua família uma subsistência material recompensadora, fizeram-lhe abandonar o jornalismo, suspendendo a publicação de *O Espírito-Santense*, aceitando um emprego público, função que jamais tencionara exercer na sua vida, sendo, pois, a 18 de dezembro de 1886, nomeado tesoureiro da Alfândega.

Nesse cargo o encontrou a República, que não tendo nele um aderente, todavia nele reconheceu desde logo um dos seus mais convencidos sustentadores.

Mesmo aí a politicagem não o poupou, e vibrou-lhe o golpe traiçoeiro, causa do início da enfermidade que o prostrou.

Com efeito, alguém pretendia o lugar que estava exercendo, e tentou, diversas vezes, pela intriga política, alijá-lo, empenhando-se pela sua remoção da Alfândega para idêntico cargo na Tesouraria de Fazenda, onde teria que prestar maior fiança para receber menores proventos.

E tanto se tramou, que afinal, contra a vontade do então governador do estado o distinto brasileiro Afonso Cláudio de Freitas Rosa, que muito o distinguia, e que nessa ocasião, suponho, estava em gozo de licença tratando-se de cruel enfermidade, conseguiram deslocar o chefe de família, de numerosa prole, toda tendo por berço o estado, que tantos serviços lhe devia, para colocar em seu lugar, quem?!... um português, celibatário, com alguns haveres e conhecido apenas pelo seu voto eleitoral.

Essa remoção, dadas as condições em que se realizou, revestida, como se vê, de dolo-

rosíssima injustiça e amarga ingratidão, causou-lhe desgosto tão profundo que, pode-se dizer, começou daí a sua prolongada agonia, pois pouco tempo sobreviveu a esse duro golpe.

Não tendo aceitado a remoção, ficou sem colocação alguns meses, até que o governo do estado, em primeiro lugar nomeou-o interinamente procurador fiscal e pouco tempo depois, aproveitando melhor os seus talentos, nomeou-o bibliotecário, cargo que assimilava bem a sua índole natural de investigador e colecionador que era.

Embora esse cargo lhe proporcionasse bem limitados proventos, contudo o exerceu até falecer, sendo que nos últimos tempos dificilmente vencia o trajeto de sua residência à repartição, pois bem adiantados já eram os sofrimentos do coração.

A sua família guarda com profunda gratidão e desvanecimento a deferência especial que manifestou nessa emergência o governo do estado, nessa ocasião, nas mãos do Dr. Muniz Freire, que novamente se acha no exercício daquelas funções, para com aquele funcionário, que, já exausto e sem forças, mesmo assim, em casa, impossibilitado por último de sair, ainda no próprio leito, tentando um esforço supremo, ditou a um seu filho para escrever a resposta de um ofício sobre objeto de serviço, que desejava fosse expedido com urgência.

Com este ato de abnegação pelo trabalho terminara o homem público.

A moléstia o minava cruelmente. As forças já haviam-se extinguido por completo; a sua fala amortecia-se, e a família já não lhe abandonava o leito aguardando o desenlace fatal.

Resignado, cômico de que estava por pouco o seu termo, ele procurava disfarçar o seu estado diante da família e como que reconhecendo um dever a cumprir, num dos momentos em que a moléstia concedia-lhe a alternativa do descanso ele instou para que o levassem, do quarto em que se achava, para a sala de visitas e aí, já com bastante enfraquecimento cerebral, a língua trôpega pela paralisia, ainda num derradeiro esforço, só mesmo ingênito nos espíritos superiores, pôde ditar ao seu filho mais velho, as suas últimas vontades.

Não concluiu mas conseguiu o principal *desideratum* e era o destino a dar a diversos manuscritos, coleções dos jornais que redigia etc., etc.

Desde esse dia não mais pôde articular uma palavra, se bem que para isso se esforçasse e a 1º de dezembro de 1893, à uma hora da tarde, ainda tentando falar, fazendo também esforço para levantar-se, indicava que o transportassem para a sala,

o que não foi difícil de interpretar, porquanto em vida sempre dissera que desejaria morrer em lugar espaçoso.

E, de fato, no fim de poucas horas, era cadáver.



Era um espírito filantrópico, altruístico, humanitário; e disso são provas plenas a dispensa que quase sempre fazia de seus honorários em benefício do estado, a iniciativa em movimentos de caridade, como a que teve em 1885 por ocasião do terremoto da Andaluzia, tendo recebido da Legação Espanhola profundos agradecimentos; e os serviços que prestou em 1868, no Cachoeiro de Itapemirim e em 1874, na capital do estado por ocasião da epidemia da varíola que flagelou essas duas localidades conforme se verifica dos agradecimentos da presidência da província.

Em religião era católico, quanto ao princípio básico da doutrina, como despojo, deixado na passagem ligeira de leituras a que também se entregava de obras filosóficas modernas.

Era um espírito ardente, empreendedor, e entusiasta investigador, conforme dão testemunho as inúmeras associações que fundou, que sustentou e as correspondências que manteve com o Instituto Arqueológico Pernambucano e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no qual ultimamente concentrava todas as suas atenções; tendo, das suas últimas vontades acima ditadas, a de que se fizesse a esse Instituto entrega de sua preciosa coleção de manuscritos, vontade essa que foi religiosamente cumprida, logo após sua morte.

Foi proclamado sócio correspondente desse Instituto em sessão de 12 de setembro de 1890.

Nunca almejou honorários e distinções, tendo sido, entretanto, obrigado a aceitar a patente de capitão da Guarda Nacional e Oficialato da Ordem da Rosa.

Eis aí, em resumo e da minuciosa vista passada nos seus papéis e da lembrança viva dos seus passos observados por quem escreve estas linhas, a vida de quem foi sempre um trabalhador infatigável, um estudioso incansável, um lutador valente e de uma tenacidade de fazer esmorecer o adversário; mas nos intervalos da luta, como se fosse necessária uma compensação ao seu ardor de combatente, era de uma jovialidade

extrema, cheia de bondade e alma hospitaleira e generosa, a quem jamais bateram às portas que o seu teto não fosse logo franqueado e jamais se apresentaram à sua mesa, que não encontrasse[m] aí um talher.

Tão bom, tão justo e tão reto, que jamais teve de acusar-se perante a sua consciência de alguma ação que não devesse ser uma lição para seus filhos, e tal foi o esmero com que educou a esses, tal era a confiança resultante dos exemplos que lhes deu, a convicção de que não lançara em terreno estéril a seara do bem, que calmo, sereno, expirou, cômico de que deixava neste mundo dignos herdeiros de seu nome.

Um só como jornalista, deputado, mais ainda em cargos políticos de magistratura e outros de eleição tornou evidente a sua inteligência e atividade, não só na capital como no Cachoeiro de Itapemirim, que talvez reflita ainda hoje, na prosperidade que apresenta, os labores do seu antigo hóspede.

Apesar de sua vida agitada e trabalhosa, entregava-se nas horas vagas aos estudos de literatura e história e desses estudos surgiram à luz da publicidade *Arcanos*, romance histórico, *Reminiscências*, coleção de escritos da juventude, que os fez imprimir para dar de prêmio aos assinantes do seu último jornal, e (em 1879) a *História da província do Espírito Santo*, trabalho em que consumiu nove anos de labores e despendeu não pouco dinheiro em pesquisas de dados, para esclarecimento de pontos duvidosos ainda na história daquele estado, como o fosse o da data de sua descoberta, que ainda se lhe apresentava em contradição com os demais que tinham tratado do assunto.

Colecionador que era, muito especialmente no que se prendia à História Natural, a instância de um amigo de nacionalidade estrangeira, ele fez figurar na última Exposição de Berlim uma riquíssima coleção de coleópteros, onde, em ordem de maior a menor, achavam-se representados todos estes interessantes animalejos com as respectivas classificações científicas.

Todos foram por ele mesmo apanhados em matas do estado, para o quê até certo tempo tinha natural paixão por este gênero de caça.

Nunca pensou em abandonar o estado onde passou a maior parte da sua vida, tal o amor que ele tinha que mesmo tendo razões de sobra para não desejar terminar nele seus dias, nunca acedeu às instâncias de seus filhos que debalde procuraram convencer-lhe de partir para esta capital [Rio de Janeiro], onde havia toda a probabilidade de passar melhores dias, atendendo a que com os amigos dedicados que também por

sua vez lhe lembraram este alvitre, poderia ter fácil colocação e por conseguinte ficar fora do local onde adquiriu a enfermidade que o prostrou.

Toda a sua descendência existe nesta capital, composta de oito filhos sobreviventes, sendo seis varões e duas mulheres, uma solteira e outra viúva, com quatro filhinhas.

Entre os varões dois são oficiais do Exército, dois empregados na Repartição Geral dos Telégrafos e na Estrada de Ferro Central do Brasil, sendo os dois restantes menores, o último apenas com nove anos de idade.

Dos dois oficiais do Exército, um é engenheiro militar e bacharel em Matemática e Ciências Físicas, com o posto de capitão de Artilharia e lente do Colégio Militar; o outro é tenente de Infantaria por estudos e também subsecretário daquele mesmo colégio. Além dos quatro netinhos, de que já falamos acima, tem a viúva, que felizmente ainda está forte, apesar de ter mais de 50 anos, mais 10 netos, que com os filhos fazem hoje a sua principal preocupação e são o alvo de seus bondosos carinhos de mãe e avó.

COLEÇÃO CANAÃ

- Vol. 1** *O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana (fevereiro 1895): Relato do cavaleiro Carlo Nagar, cônsul real em Vitória.* Tradução: Nerina Bortoluzzi Herzog (Vitória, 1995).
- Vol. 2** *Projeto de um Novo Arrabalde (1896).* Relatório de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito. Edição fac-similar (Vitória, 1996).
- Vol. 3** *Catálogo de Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania do Espírito Santo (1585-1822).* Organização de João Eurípedes Franklin Leal. (Vitória, 1998).
- Vol. 4** *Donatários, Colonos, Índios e Jesuítas: O início da colonização do Espírito Santo.* Nara Saletto (Vitória, 1998).
- Vol. 5** *Viagem à Província do Espírito Santo: Imigração e colonização Suíça – 1860.* Johann Jakob Von Tschudi. (Vitória, 2004).
- Vol. 6** *Colônias Imperiais na Terra do Café: Camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras.* Renzo M. Grosselli. Tradução: Márcia Sarcinelli. (Vitória, 2008).
- Vol. 7** *Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.* Levy Rocha. (3ª ed., Vitória, 2008).
- Vol. 8** *História do Estado do Espírito Santo.* José Teixeira de Oliveira. (3ª ed., Vitória, 2008).
- Vol. 9** *Os Capixabas Holandeses: Uma história holandesa no Brasil.* Ton Roos e Margje Eshuis. Tradução: Ruth Stefanie Berger. (Vitória, 2008).

Vol. 10 *Pomeranos sob o Cruzeiro do Sul: Colonos alemães no Brasil.* Klaus Granzow. Tradução: Selma Braum. (Vitória, 2009).

Vol. 11 *Carlos Lindenberg: Um estadista e seu tempo.* Amylton de Almeida. (Vitória, 2010).

Vol. 12 *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopses e estatística.* Basílio Carvalho Daemon. Reedição coordenada por Maria Clara Medeiros Santos Neves. (Vitória, 2010)

Os volumes acima, entre outros documentos e obras raras, podem ser consultados no site do APEES, em formato pdf, no seguinte endereço: www.ape.es.gov.br.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Rua Sete de Setembro, 414 – Centro – Vitória – CEP: 29.015-905 – Espírito Santo – Brasil

